Maria Inês Lourenço Graça

O ciclo construtivo da Casa de Bragança

Universidade do Minho
Escola de Arquitetura, Arte e Design

Maria Inês Lourenço Graça

O ciclo construtivo da Casa de Bragança nos séculos XV e XVI: os seus paços ducais em Guimarães e Lisboa.

maio de 2022

nos séculos XV e XVI: os seus paços ducais em Guimarães e Lisboa
Maria Inês Lourenço Graça
UMinho | 2022

Este trabalho foi financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia sob a forma de Bolsa de Doutoramento (SFRH/BD/130715/2017), financiado pelo Programa Operacional Temático Fatores de Competitividade (COMPETE) e comparticipados pelo Fundo Comunitário Europeu FEDER.



Universidade do Minho
Escola de Arquitetura, Arte e Design

Maria Inês Lourenço Graça

O ciclo construtivo da Casa de Bragança nos séculos XV e XVI: os seus paços ducais em Guimarães e Lisboa

Tese de Doutoramento
Arquitetura
Cultura Arquitetónica

Trabalho efetuado sob a orientação de
Professora Doutora Maria Manuel Lobo Pinto de Oliveira
Professor Doutor Mário Jorge Lopes Neto Barroca

maio de 2022

direitos de autor e condições de utilização do trabalho por terceiros

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.
Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.
Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual
CC BY-NC-SA
https://creativecommons.org/licenses/by-nc-sa/4.0/

agradecimentos

Agradeço aos meus orientadores, Maria Manuel Oliveira e Mário Jorge Barroca, pelo conhecimento, rigor crítico, disponibilidade e acompanhamento. Agradeço à Mané, por ter estado presente desde antes desta tese ter sequer surgido como ideia, e ao Professor Mário, pelo constante apoio e incentivo nas minhas descobertas na área tão específica que é a História.

Agradeço à Doutora Isabel Fernandes, Diretora do Paço dos Duques de Bragança, do Castelo de Guimarães e do Museu Alberto Sampaio, por toda a informação disponibilizada, pela porta sempre aberta e discussões francas, sobre este palácio que se tornou objeto de todo o meu trabalho nos últimos anos.

Agradeço ao Centro de Estudos da Escola de Arquitectura e à Escola de Arquitectura, Arte e Design da Universidade do Minho, principalmente nas pessoas de João Cabeleira, Natacha Antão Moutinho, Filipe Silva, Carolina Pires e Sandra Pereira, sempre amigos, sempre confiantes, sempre prontos a ajudar. Agradeço ainda à Dra. Teresa Godinho por ter aceitado, tão amavelmente, fazer a revisão desta tese.

Agradeço à minha família, mãe, pai, Kika, Luís, Maria e, agora, também ao Vasco, que chega mesmo a tempo para se juntar a esta família incrível. Agradeço à minha outra família, a família que encontrei em anos recentes e que tanto admiro e respeito.

Agradeço aos meus amigos de sempre, que me acompanharam e assistiram a tudo sem nunca desanimar: a Mariana Brandão, a Inês Rodrigues, a Filipa Melo, a Filipa Russell, o João Guimarães, o João Pedro Azevedo, o André Alves, o Pedro Nuno Sousa e o Luís Macedo – que, apesar de longe, está sempre perto –, pelas muitas conversas e abraços e finos. Agradeço especialmente à Fil, pelas leituras minuciosas e incisivas, pelo carinho constante. Agradeço às minhas queridas amigas que a universidade me trouxe e que tão bem percebem esta luta, a Indira Peixoto, a Nelly Nobre, a Rand e a Rasha Askar. Agradeço aos meus sócios, colegas e amigos na AGÁ Arquitectos por me mostrarem outro mundo para lá do doutoramento. Agradeço, enfim, a tantas e tantos que tenho a sorte de ter constantemente a meu lado.

Por fim, agradeço ao João, por absolutamente tudo. Agradeço a fé inabalável em mim e em tudo o que faço, e a confiança que ia conseguir dominar esta besta.

declaração de integridade

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.
Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

resumo

Com esta investigação propomos o estudo da arquitectura senhorial quatrocentista patrocinada pela Casa de Bragança, numa análise comparada entre as casas senhoriais construídas por esta família durante o século XV e início do século XVI. Neste período, a Casa de Bragança edificou o paço em Barcelos (c.1410), Guimarães (c.1420), Ourém (c.1440), Porto de Mós (c.1450), Lisboa (c.1500) e Vila Viçosa (c.1501) que, quando analisados em conjunto, permitem identificar uma linhagem de moradas projetadas pelos Bragança segundo motivações político-simbólicas idênticas, que se refletiram em princípios de implantação e de relação com a envolvente análogos. Nesta trajetória secular, olhamos aprofundadamente os paços ducais em Guimarães e em Lisboa, situados no início e no fim da cronologia sobre a qual nos debruçamos.

O Paço dos Duques de Bragança em Guimarães foi – a partir do século XVII, num reconhecimento reiterado pelo Estado Novo – entendido como um dos mais importantes monumentos de Guimarães e do país. Fundado nas primeiras décadas de *Quatrocentos*, foi sede da Casa de Bragança até à mudança definitiva do ducado para Vila Viçosa na centúria seguinte. O Paço dos Duques em Lisboa é, ainda hoje, um edifício relativamente desconhecido e genericamente tido como desaparecido em *Setecentos*, na sequência do terramoto de 1755. Construído nos alvores do século XVI, época de renovação e reafirmação do poder do Duque de Bragança, este paço ducal representa uma atualização das premissas que impulsionaram a construção *ex novo* dos palácios da Casa de Bragança, uma mudança que será definitivamente confirmada com a construção do paço ducal em Vila Viçosa.

O estudo da evolução arquitetónica de ambos os palácios desde o período da sua fundação até à atualidade, considerando as suas sucessivas ocupações e intervenções, orienta a pesquisa que nos propomos desenvolver. Pretendemos, a partir do reconhecimento tipológico, morfológico e métrico destas seis moradias no geral, e da análise dos paços em Guimarães e Lisboa em particular, articular conhecimentos oriundos, sobretudo, dos campos disciplinares da Arquitectura e da História, estabelecendo nexos alargados entre a ação edificatória dos Bragança nas suas componentes arquitetóncia, simbólica e de afirmação territorial.

Palavras-chave:

Arquitectura senhorial; Casa de Bragança; Guimarães; Lisboa; Século XV.

abstract

This research aims to study manor houses built by the House of Bragança during the XVth and early-XVIth century: the Earl's Palace in Barcelos (c.1410), the Ducal Palace in Guimarães (c.1420), the Earl's Palace in Ourém (c.1440) and in Porto de Mós (c.1450), the Ducal Palace in Lisbon (c.1500) and in Vila Viçosa (c.1501). When analyzed together, these palaces take part in a lineage of manor houses built by this House following similar political motivations and the same architectural typology on a territorial scale. Taking on a closer approach to the Ducal Palace in Guimarães and Lisbon, we set to study the trajectory of the House of Bragança during a period of great convulsion in its history.

The Ducal Palace in Guimarães was acknowledged as one of the most important monuments in the country before the very notion of heritage was established. Built in the early onset of the XVth century, it was the seat of the House of Bragança until its definite shift towards Alentejo and Vila Viçosa in the following years. The Ducal Palace in Lisbon is still fairly unknown today and is thought to have disappeared in the mid-XVIIth century, during the aftermath of Lisbon's earthquake. Built in the early-XVIth century, a time of renewal of the Bragança's power and domain, it represents an update in some of the premises that guided the construction of these manor houses, a change in the *modus operandi* that was later confirmed with the construction of the Ducal Palace in Vila Viçosa.

Theoretical and constructive knowledge is articulated from its metric, morphological and typologic analysis, revealing the palaces in a context of continuity and as part of a greater lineage with territorial repercussions. Broader connections between the Bragança's expressive constructive endeavours and the territorial domain shown by the palaces' location sites will be studied, analysing a potential relationship with the establishment of this family in Portuguese society.

This research seeks to contribute to understanding a new noble house conception, shaped during a period in which the realm's stability and thriving relations with Europe created conditions favourable to a changing paradigm.

Key-words:

Guimarães; House of Bragança; Lisboa; Manor houses; XVth century.

direitos de autor e condições de utilização do trabalho por terceiros i
agradecimentos ii
declaração de integridade iii
resumo iv
abstract v
siglas, acrónimos e abreviaturas 8
lista de figuras e tabelas 9

Introdução 26

I
CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1. A Casa de Bragança (1401-1563)

preâmbulo 34
fontes escritas e revisão da literatura 42

1.1.1 A *construção* da Casa de Bragança 45
1.1.2 A *consolidação* da Casa de Bragança 57
1.1.3 A *reafirmação* da Casa de Bragança 71

II
ANÁLISE

2.1 Arquitectura Senhorial na esfera da Casa de Bragança

2.1.1 O "paço" enquanto símbolo do poder senhorial 83
2.1.2 Os paços das Casas de Avis e Bragança, um "modelo" de implantação territorial 88

2.2 O Paço dos Duques de Bragança em Guimarães (c.1420-1960), um novo olhar sobre o construído

preâmbulo 127
fontes escritas e revisão da literatura 130
fontes iconográficas e estado da arte 133

I. a família de Bragança em Guimarães 148

2.2.1 a pertinência de uma construção *ex novo* 159
2.2.2 o enquadramento territorial e a escolha do lugar 165
2.2.3 a evolução arquitetónica 199
2.2.3.1 o período de residência senhorial 222
2.2.3.2 o período de abandono 269
2.2.3.3 o período de aquartelamento militar 279
2.2.3.4 o período de restauro DGEMN 286

2.3. O Paço dos Duques de Bragança em Lisboa (c.1500-2019), uma hipótese para a sua leitura

preâmbulo 310

fontes escritas e revisão da literatura 313
fontes iconográficas e estado da arte 315

I. a família de Bragança na Lisboa de *Quatrocentos* e *Quinhentos* 328

2.3.1 a pertinência de uma construção *ex novo* 344
2.3.2 o enquadramento territorial e a escolha do lugar 348
2.3.3 a evolução arquitetónica 377

III
CONCLUSÃO: SÍNTESE CRÍTICA E INTERPRETATIVA 406

glossário 412
referências bibliográficas 416
fontes documentais 435
fontes iconográficas 438
documentação fotográfica 441
lista de anexos 442

siglas, acrónimos e abreviaturas

ADL	Arquivo Distrital de Leiria
AFCML	Arquivo Fotográfico da Câmara Municipal de Lisboa
AHCB	Arquivo Histórico da Casa de Bragança
AHM	Arquivo Histórico Militar
AMAP	Arquivo Municipal Alfredo Pimenta
ANTT	Arquivo Nacional da Torre do Tombo
BNL	Biblioteca Nacional de Lisboa
CMB	Câmara Municipal de Barcelos
CMG	Câmara Municipal de Guimarães
CMLe	Câmara Municipal de Leiria
CML	Câmara Municipal de Lisboa
CMO	Câmara Municipal de Ourém
CMPdM	Câmara Municipal de Porto de Mós
CMVV	Câmara Municipal de Vila Viçosa
CE-EAUM	Centro de Estudos da Escola de Arquitectura da Universidade do Minho
DGEMN	Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais
DGPC	Direção-Geral do Património Cultural
DRCN	Direção-Regional da Cultura do Norte
FBN	Fundação Biblioteca Nacional do Brasil
FCB	Fundação da Casa de Bragança
FJLF	Fundo João Lopes de Faria
GEAEM	Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar
IPPAR	Instituto do Património Arquitectónico e Arqueológico Português
MOP	Ministério das Obras Públicas
MAS	Museu Alberto Sampaio
PIDE/ DGS	Polícia Internacional e de Defesa do Estado/ Direção-Geral de Segurança
SIPA	Sistema de Informação para o Património Arquitectónico
SMS	Sociedade Martins Sarmento

lista de figuras e tabelas

I. Contextualização

1.1. A Casa de Bragança

Fig. 1: "Cronogenealogia" da Casa de Bragança até a ascensão do duque D. João II ao trono: a preto os membros da Casa de Bragança, a vermelho a Casa Real, com indicação de alguns paços construídos pelos Bragança neste período.

Fig. 2: Genealogia da Casa de Bragança à ascensão do duque D. João II ao trono: a preto os membros da Casa de Bragança, a vermelho a Casa Real.

Fig. 3: Os cinco primeiros Duques de Bragança e a cronologia temporal em análise (1401-1563). Da esquerda para a direita, D. Afonso, D. Fernando I, D. Fernando II, D. Jaime e D. Teodósio I. Séc. XVIII, Paço dos Duques de Bragança, Guimarães.

Fig. 4: Mapa de Portugal com a localização das jurisdições adquiridas por Nuno Álvares Pereira a partir de 1384, tanto as de carácter temporário como definitivo, a partir dos mapas e levantamentos realizados por Cunha (1990). ILG, 2021.

Fig. 5: Mapa de Portugal com a localização das jurisdições adquiridas por D. Afonso, Conde de Barcelos, entre 1401 e 1461, incluindo as doadas e herdadas, mas também as adquiridas pelo próprio, quer através de doações régias, escambos ou compras, a partir dos mapas e levantamentos realizados por Cunha (1990), incluindo a delimitação das jurisdições originais do Condestável. ILG, 2021.

Fig. 6: Mapa de Portugal com a localização das jurisdições de D. Afonso, Conde de Ourém, entre 1422 e 1460, incluindo as doadas pelo avô, D. Nuno Álvares Pereira, mas também as adquiridas pelo próprio, a partir dos mapas e levantamentos realizados por Cunha (1990), incluindo a delimitação das jurisdições originais do Condestável. ILG, 2021.

Fig. 7: Mapa de Portugal com a localização das jurisdições de D. Fernando de Arraiolos, entre 1422 e 1478, incluindo as doadas pelo avô, D. Nuno Álvares Pereira, as herdadas do pai, mas também as adquiridas pelo próprio através do casamento, doações régias, escambos ou compras, a partir dos mapas e levantamentos realizados por Cunha (1990), incluindo a delimitação das jurisdições originais do Condestável. ILG, 2021.

Fig. 8: Mapa de Portugal com a localização das jurisdições de D. Afonso de Bragança, D. Afonso de Ourém e D. Fernando de Arraiolos, cujas três casas em articulação estruturavam o património alargado da

Casa de Bragança em 1460, a partir dos mapas e levantamentos realizados por Cunha (1990), incluindo a delimitação das jurisdições originais do Condestável, que representa ainda grande parte do património da Casa de Bragança. ILG, 2021.

Fig. 9: Os paços associados ao ramo de Ourém da Casa de Bragança. 1,2,3. Paço em Ourém, D. Afonso de Ourém em c.1440 (SIPA, c.1940); 4,5. Paço em Porto de Mós, D. Afonso de Ourém em c.1450 (SIPA, c.1940); 6. Casa da Sempre Noiva, D. Afonso de Portugal em c.1485 (ILG, 2019). As fotografias reportam ao estado atual do edifício (6.) e à sua condição pré-restauro (1-5) incluindo, portanto, intervenções arquitetónicas posteriores à época em análise.

Fig. 10: Localização de Leiria, Ourém, Porto de Mós e relação de proximidade com a Batalha (GoogleMaps, 2021).

Fig. 11: Mapa de Portugal com a localização das jurisdições de D. Fernando (II), D. João de Montemor-o-Novo, D. Afonso de Faro e D. Álvaro, cujas três casas em articulação estruturavam o património alargado da Casa de Bragança em 1478, a partir dos mapas e levantamentos realizados por Cunha (1990), incluindo a delimitação das jurisdições originais do Condestável, que representa ainda grande parte do património da Casa de Bragança. ILG, 2021.

Fig. 12: Algumas das construções associadas às Casas de Bragança, Montemor-o-novo e Cadaval, respetivamente 1. Castelo de Arraiolos (ILG, 2019); 2. Castelo de Vila Viçosa (DGCP, s.d.); 3. Castelo de Montemor-o-Novo (ILG, 2019); 4. Solar de Água de Peixes (ILG, 2019); 5. Paço em Tentúgal, intervenção de D. Pedro (ILG, 2019); 6. Paço em Tentúgal, intervenção de D. Álvaro (ILG, 2019). As fotografias reportam ao estado atual do edifício incluindo, portanto, intervenções arquitetónicas posteriores à época em análise.

Fig. 13: "Painel com brasão de D. Jaime de Bragança", 1510. Museu Nacional do Azulejo, Lisboa.

Fig. 14. Mapa de Portugal com as intervenções e jurisdições de D. Jaime, Duque de Bragança, em 1532 – ano da sua morte –, a partir dos mapas e levantamentos realizados por Cunha (1990; 1998), incluindo a delimitação das jurisdições originais do Condestável, que representa ainda grande parte do património da Casa de Bragança. ILG, 2021.

Fig. 15. Os paços *ex novo* associados a D. Jaime e D. Teodósio. 1,2,3. Paço em Lisboa, por D. Jaime c.1500, parcialmente desaparecido (ILG, 2019; Baldi, 1668-1669); 4,5,6. Paço em Vila Viçosa, por D. Jaime em c.1501 (SIPA, s.d; ILG, 2019); 7. Paço em Évoramonte, por D. Jaime em 1531 (ILG,2019).

II. Análise

2.1. Arquitectura Senhorial na esfera da Casa de Bragança

Fig. 16: Iconografias de Leiria, com particular ênfase no domínio territorial do castelo e paço real sobre a vila e paisagens envolventes. 1. *"Loggia"* (s.a, s.d); 2. "Castle and part of the Town of Leiria" (Synge, 1813);

3. “O Castelo de Leiria” (Cristino, 1894); 4. “O Mercado no Campo de D. Luiz I e Jardim (Cristino, 1899); 5. “Praça Rodrigues Lobo. Vista Geral – Poente”; 6. “Vista Geral – Nascente”; 7. “Vista Parcial” (Arquivo Digital: Leiria em Postais Ilustrados, consultado em 20-02-2019).

Fig. 17: Relação do paço real de Leiria em planta e perfil P1, junto ao castelo e à igreja de Nossa Senhora da Pena, com indicação da muralha medieval (Gomes, 2004) sobre redesenho topográfico e cartográfico (CMLe, SIG, 2000) – curvas de nível distam 5m – redesenho do paço (Korrodi, 1898; DGEMN, 1940) e vista aérea atual (CMLe, 2018) com o território envolvente.

Fig. 18: Levantamento fotográfico do conjunto do castelo, paço e igreja de Santa Maia da Pena em Leiria (1-7) e vista do paço real a partir da igreja de S. Pedro (8.), na vila medieval de Leiria, onde se situariam os antigos paços dionísios (ILG, 2017).

Fig. 19: Iconografias e fotografias de Barcelos, com particular ênfase na relação do paço com a igreja de Santa Maria Maior (4,5) e no domínio territorial que exerce sobre a vila e envolvente (1-3). 1. Barcelos (Duarte d’Armas, c.1501); 2. “Barcellos” (Synge, 1813); 3. “Vista de Barcellos” (*Archivo Pittoresco*, 1861); 4. “Solar do Duque de Bragança em Barcellos” (SIPA, s.d); 5. Fotografia do paço e da igreja de Santa Maria Maior (SIPA, s.d); 6. Fotografia do paço a partir do terreiro da igreja (SIPA, s.d); 7-8. Fotografias da chegada a Barcelos (SIPA, s.d).

Fig. 20: Relação do paço condal de Barcelos em planta e perfil P1, junto à igreja de Santa Maria Maior, com indicação da antiga muralha – incluindo tramos existentes e reconstruídos – (Almeida, 1990) sobre redesenho topográfico e cartográfico (CMB-SIG, 2016) – curvas de nível distam 5 m – redesenho do paço (Azevedo, 1953) e vista aérea atual (CMB, 2009) com o território envolvente.

Fig. 21: Levantamento fotográfico do paço condal (1, 2, 3), do conjunto do paço e igreja de Santa Maia Maior em Barcelos (4, 5) e vistas urbanas do paço (6, 7, 8). (ILG, 2017).

Fig. 22: Fotografias dos paços do infante D. Pedro em Tentúgal, do infante D. Henrique em Tomar e do infante D. João em Belas. 1,2,3. Tentúgal: paço, com ênfase na arcada do piso térreo e nas chaminés (ILG, 2018); 4. Tomar: paço, com ênfase na arcada do piso térreo (Rossa, 2017), 5. Tomar: paço, com ênfase na arcada do piso térreo (Trindade, 2017); 6. Belas: paço, com ênfase na arcada do piso térreo (SIPA, s.d); 7. Belas: arcada do piso térreo e chaminés (SIPA, 1941).

Fig. 23: Relação do paço dos Duques de Bragança em planta e perfil P1, junto à igreja de S. Miguel e ao castelo de Guimarães, com indicação da antiga muralha (s.a, c.1562-70) sobre redesenho topográfico e cartográfico (CMG, 2003) – curvas de nível distam 5 m – redesenho do paço (s.a, c.1562-70) e vista aérea atual (CMG, 2006) com o território envolvente.

Fig. 24: Levantamento fotográfico do conjunto da igreja de S. Miguel, castelo e paço ducal em Guimarães (ILG, 2017, 2018, 2021).

Fig. 25: Relação do paço do Conde de Ourém em Ourém em planta e perfil P1, com indicação da antiga muralha sobre redesenho topográfico e cartográfico (CMO-SIG, 2021) – curvas de nível distam 5 m –, redesenho do paço e muralha (DGEMN, c.1940) e vista aérea atual (CMO, 2018) com o território envolvente.

Fig. 26: Relação do paço do Conde de Ourém em Porto de Mós em planta e perfil P1, com indicação da muralha sobre redesenho topográfico e cartográfico (CMPdM-SIG, 2007) – curvas de nível distam 5m – redesenho do paço (DGEMN, c.1940) e vista aérea atual (CMPdM, 2018) com o território envolvente.

Fig. 27: Levantamento fotográfico do conjunto do castelo e paço em Ourém (1-4) e paço em Porto de Mós (5-7). (ILG, 2017).

Fig. 28: Iconografias do paço dos Duques de Bragança em Lisboa retiradas de representações da cidade de Lisboa. 1. Ulibone Pars" (Simão de Miranda, 1575); 2. Vista de Lisboa (Braun, 1598); 3. "Casas de Sua Senhoria" (s.a; s.d); 4. "Lixboa" (Pier Maria Baldi, 1668-1669); 5. "Lisbona" (Georg Braun, c.1511-1517).

Fig. 29: Relação do paço dos Duques de Bragança em Lisboa em planta e perfil P1, com indicação da antiga muralha e da cerca do convento de S. Francisco (Tinoco, 1650) sobre redesenho topográfico e cartográfico (CML, 2008) – curvas de nível distam 5 m – redesenho do paço (s.a, s.d) e vista aérea atual (GoogleEarth, 2021) com o território envolvente.

Fig. 30: Relação do paço dos Duques de Bragança em Vila Viçosa em planta e perfil P1, sobre redesenho topográfico e cartográfico (CMVV, 2021) – curvas de nível distam 5 m –, redesenho do paço (Teixeira, 1983) e vista aérea atual (GoogleEarth, 2021) com o território envolvente.

Fig. 31: Fotografias dos espaços intervencionados por D. Jaime e D. Teodósio em Vila Viçosa. 1. Terreiro do paço (FCB, s.d); 2. Fachada Paço dos Duques (SIPA, s.d); 3. Claustro do paço (ILG, 2019); 4. Sala abobadada no piso térreo do paço (SIPA, 2006); 5. Fachada do Convento das Chagas (FCB, s.d); 6. Fachada do Convento dos Agostinhos (SIPA, 1997); 7. Fachada do Castelo Artilheiro (FCB, s.d.); 8. Porta do Nó (SIPA, 1943).

Fig. 32: Imagem síntese das intervenções e jurisdições de 1. D. Afonso de Bragança, D. Afonso de Ourém e D. Fernando de Arraiolos em 1460; 2. D. Fernando (II), Duque de Bragança, D. João de Montemor-o-Novo, D. Afonso de Faro e D. Álvaro em 1478; 3. D. Jaime, Duque de Bragança, em 1532, a partir dos mapas e levantamentos realizados por Cunha (1990), incluindo a delimitação das jurisdições originais do Condestável, que representa ainda grande parte do património da Casa de Bragança. ILG, 2021.

Fig. 33: Imagem síntese das várias intervenções patrocinadas pela Casa de Bragança em Barcelos, Guimarães, Ourém, Porto de Mós, Lisboa e Vila Viçosa, no século XV, organizadas segundo uma "linha do tempo" que as contextualiza no quadro familiar dos Bragança, mas também da Casa Real. ILG, 2022.

2.2 Paço dos Duques de Bragança em Guimarães

Fig. 34: Planta "De Guimarães", autor desconhecido, c.1562-70. Com indicação e projeção dos perfis elevados e rebatíveis A, B, C e D. Em Coleção Diogo Barbosa Machado da Fundação Biblioteca Nacional (FBN), Acervo da FBN, Rio de Janeiro (Brasil). Fonte: Casa de Sarmento, 2019.

Fig. 35: "Planta do Paço Velho da Senhora Rainha", autor desconhecido, 1816. GEAEM, Cota 2015-2-17A-25.

Fig. 36: Desenhos de levantamento da estrutura do antigo palácio ducal no 1.º quartel do século XIX, assinados por Luís Ignácio Barros de Lima em c.1816-19.

Fig. 37: Desenhos de projecto a executar no antigo palácio ducal no 1.º quartel do século XIX, assinados por Luís Ignácio Barros de Lima em c.1816-19.

Fig. 38: Desenhos de projecto a executar no antigo palácio ducal assinados pelo Capitão de Engenharia Pedro Alves de Avellar Machado, sem data (1, 2); e copiados por J. E. Penaguião em 1870 (3, 4, 5).

Fig. 39: Desenhos de projecto a executar no antigo palácio ducal assinados por José Fortunato de Castro em 1881. 1. "Quartel de Guimarães. Planta do andar térreo, Planta do 2.º andar", GEAEM, Cota 2026-2-17-A-25; 2. "Quartel de Guimarães. Planta do 1.º andar, Planta do 2.º andar", GEAEM, Cota 2026_II-2-17A-25.

Fig. 40: Plantas e alçados do levantamento realizado pelo Exército do antigo Paço dos Duques em 1914, reorganizados. 1. "Planta do rés-do-chão"; 2. "Planta do 1.º andar"; 3. "Planta do 2.º andar"; 4. "Corte vertical segundo MNOP"; 5. "Corte vertical segundo ABCD"; 6. "Corte vertical segundo EFGHIJKL"; 7. Folha integral do levantamento. Fonte: SIPA.

Fig. 41: 1. "The Palace of the Braganza Family at Guimaraens"; 2. "Inside the Palace of Braganza". John Synge, 1813. Fonte: "Book of paintings made in Portugal", Department: Manuscripts & Archives Research Library, Trinity College Dublin (Irlanda).

Fig. 42: "Palácio dos Duques de Braganza, em Guimarães. Estudos de Reconstrucção", Ernesto Korrodi, 1897. 1. Capa; 2. "Fachada"; 3. "Primeiro Pavimento. Escala 1:200"; 4. "Fachada Interior (Corte Transversal pelo Pateo). Escala 1:100"; 5. "Corte Longitudinal pelo Corpo Lateral Oeste. Escala 1:100. Corte Transversal pelo Corpo Central do Palacio. Escala 1:100"; 6. "Corte Transversal pelo Eixo do Corpo Central". Fonte: MAS.

Fig. 43: "Palácio dos Duques de Braganza, em Guimarães. Estudos de Reconstrucção", Ernesto Korrodi, 1897. 1. "Palácio dos Duques de Braganza. Pateo Interior (Estado Actual)"; 2. "Palacio dos Duques de Braganza. Apontamento do Estado Actual Interior"; 3. "Palacio dos Duques de Braganza. Apontamento do Estado Actual Interior". Fonte: MAS.

Fig. 44: Plantas e alçados do levantamento realizado pela DGEMN do antigo Paço dos Duques em c.1936.

1. Planta do rés-do-chão ; 2. Planta do 1.º andar; 3. Planta do 2.º andar; 4. Alçado Poente (principal); 5. Alçado Norte (esquerdo); 6. Alçado Nascente (posterior); 7. Alçado Sul (direito). Fonte: SIPA.

Fig. 45: Localização das obras atribuídas à Casa de Bragança durante o século XV e a sua relação com a morfologia urbana sobre planta de Guimarães (s.a., c.1562-70; Cardoso, 1922) e levantamento topográfico municipal (CMG, 2003) com representação do sistema defensivo (s.a., c.1562-70). 1, 2, 3. Atribuídas a D. Afonso e D. Constança (c.1420-1461); 4, 5. Atribuídas a D. Constança (c.1461-1480); 6, 7. Possivelmente relacionadas com D. Fernando II (1478-1483). ILG, 2020.

Fig. 46: Bilhete de entrada no Museu do Paço dos Duques de Bragança, 1972.

Fig. 47: Fotografias da planta "De Guimarães" (s.a., c.1562-70). Em Coleção Diogo Barbosa Machado da Fundação Biblioteca Nacional, Acervo da FBN, Rio de Janeiro (Brasil). Fontes: MMO|CE-EAUM, 2016 e Casa de Sarmento, 2019. De notar que, quando rebatidos, estes perfis integram completamente a planta e, quando elevados, representam os mesmos dois edifícios em alçado ou corte.

Fig. 48: Fotografias da planta "De Guimarães" (s.a., c.1562-70). Em Coleção Diogo Barbosa Machado da Fundação Biblioteca Nacional, Acervo da FBN, Rio de Janeiro (Brasil). Fontes: MMO|CE-EAUM, 2016. Apresentação de algumas das cotas (p.e. 75 p., 60, 115 p., 42) incluídas nos alçados do paço e castelo.

Fig. 49: Recortes das fotografias da "De Guimarães" (s.a., c.1562-70) com as indicações topográficas associadas ao Paço dos Duques e ao Largo do Toural. Perfil P1, que resulta do prolongamento das secções quinhentistas A e B, com localização do paço e castelo, bem como indicação das cotas principais da vila. Montagem dos perfis elevados e rebatíveis A, B, C, D incluídos em "De Guimarães" (s.a., c.1562-70) e localizados em planta na página seguinte. ILG, 2020.

Fig. 50: Localização dos perfis A, B, C, D incluídos em "De Guimarães" (s.a., c.1562-70) com indicação do Castelo e Paço dos Duques, e respetivas cotas, sobre planta da Guimarães quinhentista (s.a., c.1562-70; Cardoso, 1922) e levantamento topográfico municipal (CMG, 2003), com representação do sistema defensivo (s.a., c.1562-70). Indicação do perfil P1 (apresentado na página anterior) que resulta do prolongamento dos perfis quinhentistas A e B. ILG, 2020.

Fig. 51: Sobreposição dos quarteirões recortados, soltos e desagregados, da planta "De Guimarães" (s.a., c.1562-70) ao levantamento topográfico e cartográfico atual da cidade (CMG, 2003), com referência às linhas de água e indicação do Castelo e elementos do sistema defensivo – a Torre da Alfândega e o tramo de muralha que resiste até à atualidade. ILG, 2020.

Fig. 52: Localização das capelas e sua relação com a morfologia urbana sobre planta de Guimarães (s.a., c.1562-70; Cardoso, 1922) e levantamento topográfico municipal (CMG, 2003) com representação do sistema defensivo (s.a., c.1562-70). 1. Capela de Santa Cruz; 2. Capela de Santa Luzia; 3. Capela de S. Tiago; 4. Capela de S. Crispim; 5. Capela de S. Lázaro. ILG, 2020.

Fig. 53: Localização da capela de Santa Cruz na planta "De Guimarães" (s.a., c.1562-70) à esquerda e em vista aérea à direita (GoogleMaps, 2020).

Fig. 54: Fotografias do modelo tridimensional executado à escala 1:5000 da vila de Guimarães no século XVI, incluindo o sistema defensivo, a cinzento, e os espaços de circulação, a branco. Indicação da relação entre o Mosteiro de Santa Marinha da Costa (275 m) e a "Colina Sagrada": o Castelo (235 m) e o Paço dos Duques (222,50 m), bem como indicação dos acessos à vila (a preto). ILG, 2020.

Fig. 55: Posicionamento do Paço dos Duques (222,50 m) em função do Castelo (235 m) e do Mosteiro de Santa Marinha da Costa (275 m) e estudo das relações territoriais entre os edifícios através do perfil longitudinal P2 e perfil transversal P3, sobre planta de Guimarães (s.a., c.1562-70; Cardoso, 1922) e cartografia municipal (CMG, 2003) com representação do sistema defensivo (s.a., c.1562-70) e indicação do caminho de acesso à Costa. ILG, 2020.

Fig. 56: Estudo das relações territoriais entre o Paço dos Duques (222,50 m), o Castelo (235 m) e o Mosteiro de Santa Marinha da Costa (275 m), através dos perfis P2 e P3 (indicados em planta na Fig. 19) e com recurso às vistas da cidade – 1: Roquemont, c.1800; 2, 3: s.a., c.1900 –, que integram o Arquivo da Casa de Sarmento. Em esquema no canto superior esquerdo, indicamos os sítios a partir dos quais estas representações terão sido executadas. ILG, 2020.

Fig. 57: 1. Perfis com representação do Paço e do Castelo que integram a planta "De Guimarães" (s.a., c.1562-70); 2. Vista de Guimarães (SIPA, 1953) com indicação dos perfis retirados da "De Guimarães" (s.a., c.1562-70); 3. Vista de Guimarães a partir do Mosteiro de Santa Marinha da Costa (ILG, 2019) com indicação dos perfis retirados da "De Guimarães" (s.a., c.1562-70). ILG, 2019..

Fig. 58: Estudo comparativo entre as implantações dos paços em Perpignan e Guimarães com orientação a Norte. 1. Planta de implantação do paço real maiorquino, redesenhada a partir de cartografias (Rousselot, 1691; Moithey, 1760) e vista aérea (GoogleMaps, 2021) – as muralhas representadas serão posteriores ao paço, sendo que desconhecemos a relação do palácio com a cerca medieval; 2. Planta de implantação do paço ducal vimaranense, com indicação de linhas de água, sistemas defensivos, plantas de piso térreo dos dois palácios e eixos compositivos. ILG, 2020.

Fig. 59: Sobreposição das plantas de implantação atuais do Paço dos Reis de Maiorca (vermelho) e do Paço dos Duques de Bragança em Guimarães (preto), com indicação dos dois eixos do Paço dos Duques. ILG, 2020.

Fig. 60: 1. Estudo da relação do paço e do seu terreiro com a vila, sobre planta (s.a., c.1562-70; Cardoso, 1922) e cartografia municipal (CMG, 2003), incluindo desenho do paço ducal e jardim segundo a orientação canónica para espaços de culto. 1. Terreiro de entrada no paço ducal e relação com a muralha em "De Guimarães", com delimitação da cerca; 2. Terreiro da entrada no paço ducal e relação com a muralha

se o paço obedecesse à orientação canónica, testada no mapa 1. ILG, 2020.

Fig. 61: Estudo da relação do paço com a vila, sobre planta da vila (s.a., c.1562-70; Cardoso, 1922) e cartografia municipal (CMG, 2003), incluindo o Mosteiro de Santa Marinha da Costa e o eixo visual que o relaciona com o paço. ILG, 2020.

Fig. 62: Indicação das vias de acesso a Guimarães (Cardoso, 1922) em relação ao sistema defensivo, portas e torre sobre planta da vila (s.a., c.1562-70; Cardoso, 1922) e cartografia municipal (CMG, 2003) com representação do sistema defensivo (s.a., c.1562-70). De ressalvar a continuidade da Rua de Santa Maria desde a praça da Oliveira até à vila Alta, conseguida através da abertura de uma porta na muralha da vila, garantindo o atravessamento total de ambas as vilas. ILG, 2020.

Fig. 63: Vistas do Paço dos Duques a partir de dois acessos a Guimarães. 1. "Cidade e caminho de ligação a Urgeses" (Minho Pitoresco, 1886); 2. "Vista geral" (s.a, c.1960); 3. "A cidade de Guimarães" (Archivo Pittoresco, 1864); 4. "Vista a partir do Monte do Cavalinho" (s.a, 1912); 5. Vista atual a partir do Palácio Vila Flor (ILG, 2017).

Fig. 64: Linha do tempo "figurada", incluindo todos os elementos gráficos relativos ao Paço dos Duques em Guimarães organizados segundo uma linha do tempo. ILG, 2018.

Fig. 65: Linha do tempo redesenhada, incluindo as plantas do paço ducal redesenhadas segundo o levantamento atual (FASE, 2003). ILG, 2020.

Fig. 66: Loto: análise interpretativa das fotografias do Paço dos Duques antes da intervenção DGEMN (c.1870-c.1936). Fontes: SIPA, Associação Muralha, SMS. ILG, 2018.

Fig. 67: Loto: análise interpretativa das fotografias do Paço dos Duques durante a intervenção DGEMN (c.1937-c.1959). Fontes: SIPA, Associação Muralha, SMS. ILG, 2018.

Fig. 68: Loto: análise interpretativa das fotografias do Paço dos Duques após a intervenção DGEMN (a partir de c.1960). Fontes: SIPA, Associação Muralha, SMS. ILG, 2018.

Fig. 69: Alçados interiores do pátio do Paço dos Duques (c.1936). 1. Alçado interior Norte com sobreposição da linha de corte a vermelho; 2. Alçado interior Sul com sobreposição da linha de corte a vermelho; 3. Alçado interior Nascente com sobreposição da linha de corte indicada a vermelho; 4. Montagem do alçado desenrolado do pátio a partir das fotografias analisadas. Fonte: SIPA. ILG, 2020.

Fig. 70: Fotografias do Paço dos Duques no início do processo de restauro (c.1936), com indicação, a amarelo, de elementos construtivos fundamentais à leitura do edifício e que não estão incluídos no levantamento arquitectónico. 1. Alçado exterior Norte; 2. Alçado interior Sul; 3. Alçado interior Sul, interior Nascente e exterior Poente. Fonte: SIPA. ILG, 2020.

Fig. 71: Fotografias do Paço dos Duques no início do processo de restauro (c.1936), com indicação, a

amarelo, de elementos construtivos fundamentais à leitura do edifício e que não estão incluídos no levantamento arquitectónico. 1, 2. Alçado exterior Nascente; 3. Alçado interior Nascente. Fonte: SIPA. ILG, 2020.

Fig. 72: Redesenho dos alçados exteriores e desenho dos alçados interiores do antigo Paço dos Duques a partir de fotografias DGEMN (c.1936). 1. Alçado exterior Norte; 2. Alçado exterior Poente; 3. Alçado exterior Sul; 4. Alçado exterior Nascente; 5. Alçado interior Norte; 6. Alçado interior Nascente; 7. Alçado interior Sul; 8. Alçado interior Poente. Fonte: SIPA. ILG, 2020.

Fig. 73: Axonometria do Paço dos Duques a partir do levantamento gráfico e fotográfico DGEMN (c.1936). 1. Ângulo Norte-Nascente; 2. Ângulo Sul-Poente. ILG, 2021.

Fig. 74: Fotografias do merlão encontrado no Paço dos Duques. Fonte: SIPA, c.1936.

Fig. 75: Sobreposição das plantas (1.) "De Guimarães" (s.a, c.1562-70) e (2.) "Planta do Paço Velho (...)" (s.a, 1816). Apesar de extraordinariamente semelhantes na sua composição, de notar as diferenças na largura do corpo direito – maior na planta oitocentista do que na quinhentista – e do corpo da entrada, também este mais largo do que inicialmente representado. ILG, 2020.

Fig. 76: As colunas trazidas de Ceuta por D. Afonso e D. João I. 1. Portal de entrada da capela do Paço dos Duques em Guimarães; 2,3. Jazigo da Casa da Carnota com as seis colunas originárias do Mosteiro de Santa Catarina da Carnota.

Fig. 77: Localização de Guimarães e Perpignan no mapa da Europa quinhentista. A vermelho, indicação das regiões visitadas por D. Afonso entre 1406 e 1415. Fonte: http://www.emersonkent.com/map_archive/europe_15th_century.htm (consultado a 11-11-2020).

Fig. 78: Fotografias do enquadramento territorial do Paço dos Reis de Maiorca, em Perpignan (1, 3) e do Paço dos Duques de Bragança, em Guimarães (2, 4). Fontes: 1, 3. "Un palais dans la ville", p. 12; 26, 2014; 2, 4. SIPA, s.d.

Fig. 79: Comparação entre as plantas de piso térreo do Paço dos Reis de Maiorca (1.) e do Paço dos Duques de Bragança (2.), com indicação dos eixos compositivos entrada-capela e dos pátios, a cinzento. De salientar que, ao contrário do Paço dos Duques, o paço real em Perpignan conta com dois pátios de uso privado do rei e da rainha, respetivamente. ILG, 2021.

Fig. 72 (excerto): Redesenho do alçado exterior (1.) e desenho do alçado interior (2.) Norte do antigo Paço dos Duques a partir de fotografias DGEMN (c.1936) com indicação dos pisos 0, 1 e 2 e respetivas alturas. ILG, 2020.

Fig. 80: Hipóteses de conformação do pátio. 1. Planta de piso térreo do paço ducal com proposta de pátio, sobre planta do paço real em Perpignan (ILG, 2021); 2. Planta de piso térreo do Paço Ducal redesenhada segundo "De Guimarães"; 3. Pátio em Perpignan (Mieusement, 1888); 4. Excerto da planta "De Guima-

rães" (s.a., c.1562-70); 5. Pátio em Guimarães sem arcada (DGEMN, c.1936); 6. Vista do pátio com arcada (Synge, 1813).

Fig. 81: Hipótese de esquemas de distribuição horizontal e vertical nos Tempos I (1, 2 ,3) e II (4, 5, 6). 1,4. Planta do piso 0; 2, 5. Planta do piso 2; 3, 6. Planta do Piso 3. Circulação horizontal indicada a mancha e distribuição vertical em seta vermelha em plantas redesenhadas segundo hipótese fundamentasa e sobrepostas ao levantamento DGEMN (c.1936). ILG, 2021.

Fig. 82: 1. Planta do piso 1 (DGEMN, c.1936), com indicação do acesso à "sala grande" e aos aposentos privados do duque e da duquesa. 2. Planta do piso 0 (DGEMN, c.1936), com indicação da distribuição a partir das portas identificadas nas fotografias 3, 4: Fotografias dos dois remates do piso 0 (ILG, 2021).

Fig. 83: Alguns dos sinais que indicam o nível de conforto e luxo no Paço dos Duques. 1,3,4. Ala Sul, aposentos do Duque; 2. Ala Norte, aposentos da Duquesa. ILG, 2021.

Fig. 84: Comparação entre os portais de igrejas associadas a Guimarães e aos Duques de Bragança. 1. Igreja de Nossa Senhora da Oliveira, Guimarães (ILG, 2019); 2. Capela do Paço dos Duques de Bragança, Guimarães (SIPA, 1956); 3. Igreja de Santa Maria Maior, Barcelos (ILG, 2019); 4. Igreja de S. Francisco, Guimarães (ILG, 2019).

Fig. 85: Hipóteses de localização da cozinha. Plantas do Paço dos Duques no Tempo I (c.1420) redesenhadas segundo hipótese fundamentada e com base no levantamento DGEMN (c.1936). ILG, 2022.

Fig. 86: Exemplos de *loggiae*. 1. *Loggia* no paço de Leiria, c.1400 (SIPA, s.d); 2. *Loggia* do paço em Perpignan, c.1300 (s.a, s.d); 3. Hipótese da *loggia* em Guimarães através de montagem fotográfica (ILG|CE-EAUM, 2017); 4. *Loggia* no paço em Porto de Mós, c.1450 (SIPA, s.d.).

Fig. 87: Hipótese de esquemas funcionais no Tempo I (c.1420) em plantas redesenhadas segundo hipótese fundamentada e sobrepostas ao levantamento DGEMN (c.1936). 1. Planta do piso 0; 2. Planta do piso 1; 3. Planta do piso 2. ILG, 2022.

Fig. 88: Hipótese: plantas e cortes do Paço dos Duques no Tempo I, construídos a partir da planta "De Guimarães" (c.1562-70) e do levantamento DGEMN (c.1936). 1. Planta do piso 0; 2. Planta do piso 1; 3. Planta do piso 2; 4. Perfil transversal P1; 5. Perfil longitudinal P2; 6. Perfil transversal P3; 7. Perfil longitudinal P4. ILG, 2022.

Fig. 89: Hipótese: axonometria do Paço dos Duques no Tempo I, construída das plantas redesenhadas que exploram a primeira fase construtiva do paço ducal. 1. Ângulo Norte-Nascente; 2. Ângulo Sul-Poente. ILG, 2022.

Fig. 90: Hipótese: plantas e cortes do Paço dos Duques no Tempo II, construídos a partir da planta "De Guimarães" (c.1562-70, do levantamento DGEMN (c.1936) e das plantas redesenhadas que exploram a

primeira fase do paço ducal. 1. Planta do piso 0; 2. Planta do piso 1; 3. Planta do piso 2; 4. Perfil transversal P1; 5. Perfil longitudinal P2; 6. Perfil transversal P3; 7. Perfil longitudinal P4. ILG, 2022. ILG, 2022.

Fig. 91: Hipótese: axonometria do Paço dos Duques no Tempo II, construída a partir das plantas redesenhadas que exploram a segunda fase construtiva do paço ducal 1. Ângulo Norte-Nascente; 2. Ângulo Sul-Poente. ILG, 2022.

Fig. 92: Espacialização do auto de medição do Paço dos Duques de Bragança (1762) com indicação das entradas no edifício, sobre planta "De Guimarães" (s.a., c.1562-70), mapa da cidade (Ribeiro, 1863) e cartografia municipal (CMG, 2003) com representação do sistema defensivo (s.a., c.1562-70). ILG, 2020.

Fig. 93: Fotografias do corpo Norte com aproximação na localização da porta (já entaipada) que pensamos ter sido a entrada para o celeiro. Note-se a diferença de cotas (≈2,20 m) entre a padieira da porta e o exterior, compatível com a indicação das "escadas de pedra" incluída no documento de 1762. Fontes: 1,2,3. SIPA, c.1936; 4. ILG, 2018.

Fig. 94: Fotografias do corpo Poente (entrada) e do torreão do corpo Sul antes e durante o processo de restauro. Note-se as entregas da estrutura que suportaria a cobertura do pátio, bem como o arranque de uma parede e uma porta em arco quebrado (desentaipada durante os trabalhos) a nível do terceiro piso no torreão Sul. Fonte: SIPA, c.1936.

Fig. 95: Axonometria do Paço dos Duques a partir da espacialização do auto de medição de 1762. 1. Ângulo Norte-Nascente; 2. Ângulo Sul-Poente. ILG, 2021.

Fig. 96: Axonometria do Paço dos Duques a partir do levantamento assinado por Barros de Lima (c.1816-1819). 1. Ângulo Norte-Nascente; 2. Ângulo Sul-Poente. ILG, 2021.

Fig. 97: Identificação dos vãos abertos, no Paço dos Duques entre c.1816-19 e c.1936 a vermelho em axonometria do edifico, desenhada a partir do levantamento gráfico e fotográfico DGEMN (c.1936), cruzado com o levantamento assinado por Barros de Lima (c.1816-19). 1. Ângulo Norte-Nascente; 2. Ângulo Sul-Poente. ILG, 2021.

Fig. 98: Axonometria do Paço dos Duques a partir do levantamento DGEMN (c.1936). 1. Ângulo Norte-Nascente; 2. Ângulo Sul-Poente. ILG, 2021.

Fig. 99: Axonometria do Paço dos Duques, a partir do levantamento Fase – Gabinetes de Estudos S.A. (2003). 1. Ângulo Norte-Nascente; 2. Ângulo Sul-Poente. ILG, 2021.

Fig. 100: Plantas do projecto de restauro apresentado por Rogério de Azevedo para o antigo Paço dos Duques, 1939. 1: "Planta do rez-do-chão"; 2. "Planta do 1.º andar"; 3. "Planta do 2.º andar"; 4. "Planta dos passadiços". Fonte: SIPA.

Fig. 101: Alçados e perfis do projecto de restauro apresentado por Rogério de Azevedo para o antigo Paço

dos Duques, 1939. 1. “Fachada Principal”; 2. “Fachada posterior”; 3. Fachada Lateral Norte”; 4. “Fachada Lateral Sul”; 5. “Corte Transversal por A B”; 6. “Corte Transversal por C D”; 7. “Corte Longitudinal”. Fonte: SIPA.

Fig. 102: Escadaria de acesso à capela evidenciada em dois perfis – à mesma escala – dos projectos de Ernesto Korrodi (1897) e Rogério de Azevedo (1939). 1, 2. Perfis transversais; 3, 4. Perfis longitudinais. Fontes: SIPA, MAS.

Fig. 103: Escadaria de acesso à capela projetada e construída. 1. Fotografia do pátio (DGEMN, s.d); 2. Perspetiva desenhada do pátio (Azevedo, 1942).

Fig. 104: Sobreposição das plantas (1.) “De Guimarães” (s.a, c.1562-70) e (2.) “Planta do rez-do-chão” (Azevedo, 1939) com evidência na estrutura central quinhentista, cujas fundações o arquiteto terá encontrado e que entendeu serem respeitantes a uma escadaria central. ILG|CE-EAUM, 2018.

Fig. 105: Esquematização dos trabalhos realizados durante a primeira fase do restauro (1936-39). Fonte: Brito, Maria Mónica. “Paço dos Duques de Bragança em Guimarães: Metamorfose da Imagem na Época Contemporânea”. Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa, 2003, p. 121.

Fig. 106: Sobreposição do alçado Nascente em (1.) “De Guimarães” (s.a, c.1562-70) e no (2.) projecto de Rogério de Azevedo (1939), com evidência nas extraordinárias semelhanças no desenho e proporção dos telhados. ILG|CE-EAUM, 2019.

Fig. 107: Reconstituição do pátio. 1. Arco reconstruído com aduelas encontradas no edifício (DGEMN, s.d); 2. Replicação dos arcos do claustro segundo o primeiro modelo (DGEMN, s.d); 3. “Inside of the Palace of Braganza” (Synge, 1813); 4. Pátio reconstruído (DGEMN, sd.); 5. Sobreposição da aguarela de Synge com foto do pátio reconstruído (DGEMN, s.d). ILG|CE-EAUM, 2018.

Fig. 108: Reconstituição dos telhados. 1. Rufos das chaminés (DGEMN, s.d); 2. Construção dos telhados (DGEMN, 1958); 3. Perpetiva desenhada da reconstituição da capela (Azevedo, 1942, p. 63).

Fig. 109 (próx. página): Imagem síntese. Hipótese de evolução construtiva do Paço dos Duques de Bragança entre a sua fundação e a atualidade (c.1420-2003), com base nas axonometrias construídas a partir da investigação desenvolvida ILG, 2022.

Tabela 1: Levantamento de doações régias e títulos concedidos aos membros da Casa de Bragança em relação a Guimarães.

Tabela 2: Breve síntese da história do paço ducal em Guimarães com cruzamento da cronologia da Casa de Bragança.

Tabela 3: Transcrição do levantamento dos vassalos da Casa do Conde de Barcelos/ Duque de Bragança em Guimarães. Cf. “Casas dos Duques” Cota: W, fl. 190-190v; “Funcionários do Duque”, Cota: W, fl. 150;

fl. 151. Fundo João Lopes de Faria, SMS.

2.3 Paço dos Duques de Bragança em Lisboa

Fig. 110: "Vista dos Paços do Duque de Bragança e das ruínas do palácio do Marquês de Valença. À direita vê-se a desaparecida igreja dos Mártires e as ruínas do convento de S. Francisco. Extracto de uma vista aguarelada, de autor desconhecido, que representa o panorama de Lisboa tirado do Tejo, pouco depois do terramoto de 1755. Do Museu das Janelas Verdes." Fonte: Augusto Vieira da Silva (1942, p. 199).

Fig. 111: "Fachadas dos dois prédios que a Sª Casa de Bragança pretende edificar na Rua do Tesouro Velho – Fachada do 1º Prédio a edificar, na Rua do Tesouro Velho, frente para a Rua do Ferragial de Cima", de Giuseppe Cinatti e Achille Rambois (s.d). ACML – Arco do Cego: alçado 657.

Fig. 112: Vista de Lisboa, António d'Holanda, c.1520. Em "Crónica de D. Afonso Henriques", de Duarte Galvão. Casa-Museu Conde Castro Guimarães, Cascais (Portugal).

Fig. 113: Vista de Lisboa, António d'Holanda e Simão de Bening, 1530-1534. Em "Genealogia dos Reis de Portugal", fl. 8. British Museum, Londres (Inglaterra).

Fig. 114: "Lisbona". Em "Civitates orbis terrarum", editado por Georg Braun, publicado em 1572. (data provável da execução do desenho entre 1511 e 1517).

Fig. 115: Olissippo quae nunc Lisboa". Em "Urbium praecipiarum mundi theatrum quintum", editado por Georg Braun, publicado em 1598 (data provável da execução do desenho entre 1566 e 1567).

Fig. 116: "Ulibone Pars", Simão de Miranda, 1575. Archivio di Stato di Torino (Itália). Em cima, a imagem completa e, em baixo, aproximação do Convento de S. Francisco e de "C. de Sua Senhoria" – o paço ducal.

Fig. 117: "Planta da cidade de Lisboa em q se mostrão os muros de vermelho com todas as ruas e praças da cidade dos muros a dentro co as declarações postas em seu lugar", João Nunes Tinoco, 1650. ANTT, Cota cc-1081-a.

Fig. 118 "Lixboa", Pier Maria Baldi, 1668-69. Fonte: Sanchez Rivero, Angel; Sanchez Rivero Angela Mariutti. Viaje de Cosme de Médicis por España y Portugal (1668-1669), Centro de Estudios Sucesores de Rivadeneyra, Madrid: Fototipia Hauser y Menet, 1933.

Fig. 119: "Planta de Lisboa: arruinada pelo terremoto de 1755 e com o novo plano de reconstrução dos architectos Eugenio dos Santos de Carvalho e Carlos Mardel", Eugénio dos Santos e Carlos Mardel, 1909. ANTT, Cota: cc-1373-2-a.

Fig. 120: "Planta da Freguezia de N. Sª dos Martires". "Livro das plantas das Freguesias de Lisboa" (1756-1768), do Sargento-mor José Monteiro de Carvalho. ANTT, Cota: PT/TT/CF/153, f. 42.

Fig. 121: Hotel Bragança, antigo edifício do Tesouro da Casa de Bragança. 1. "Panorama de Lisboa visto do Hotel Bragança", (s.a, 1902); 2. "Largo do Corpo Santo" (Symonds, 1856); 3. "Braganza Hotel – séc. XIX" (s.a, s.d); 4. "Hotel Braganza" (Maufroy de Seixas, s.d); 5. "Braganza Hotel, visto do Cais do Sodré" (s.a, s.d). Fontes: AFCML; https://paixaoporlisboa.blogs.sapo.pt/; https://www.postais-antigos.com/ (consultados em 30-03-2022).

Fig. 122: Antigo edifício do Tesouro do Paço dos Duques de Bragança. 1. Aspeto exterior (ILG, 2019); 2, 3, 4. Fotografias das abóbodas em tijolo do piso térreo (ILG, 2019).

Fig. 123: Antigo edifício do Paço dos Duques de Bragança. 1. Aspeto exterior (Jornal Expresso, 2016); 2. Aspeto exterior (ILG. 2019); 3, 4, 5: Fotografias do piso térreo do "Antiquário do Chiado" (ILG, 2019).

Fig. 124: Indicação da localização possível dos paços da Casa de Bragança junto à Igreja de S. Cristóvão (1.) e à Igreja de Santiago (2.) e no Rossio (3.) sobre planta de Lisboa (Tinoco, 1650).

Fig. 125: Localização do 1. Paço real da Ribeira – cota baixa 0 m; 2. Paço dos Duques de Bragança – cota intermédia 30 m; 3. Paço Real da Alcáçova – cota alta 95 m, sobre planta de Lisboa (Tinoco, 1650) e cartografia municipal (CML, 2008) com representação das cercas moura e fernandina (Marques,1990, p. 55). Indicação em perfil longitudinal P1 e transversal P2 das relações topográficas e territoriais entre os três paços. ILG, 2020.

Fig. 126: Localização do 1. Paço Real da Ribeira; 2. Paço dos Duques de Bragança; 3. Paço Real da Alcáçova, sobre "Vista de Lisboa" (António d'Holanda, c.1520).

Fig. 127: Início do processo de urbanização da zona ocidental da cidade de Lisboa no reinado de D. João I sobre planta de Lisboa (Tinoco, 1650) e cartografia municipal (CML, 2008) com representação das cercas moura a preto e fernandina a cinzento (Marques, 1990, p. 55), a partir da descrição de Hélder Carita (1999, p. 40). ILG, 2020.

Fig. 128: Reformas urbanas realizadas na zona de Belém, em Lisboa, no âmbito do plano de reordenamento da capital de 1515, nomeadamente o Mosteiro dos Jerónimos e a Torre de Belém, sobre cartografia atual (CML, 2008) e identificação da linha de rio (Tinoco, 1650). ILG, 2020.

Fig. 129: Reformas urbanas realizadas em Lisboa no âmbito do plano de reordenamento da capital de 1498-99 sobre planta de Lisboa (Tinoco, 1650) e cartografia municipal (CML, 2008) com representação das cercas moura a preto e fernandina a cinzento (Marques, 1990, p. 55), a partir da descrição de Hélder Carita (1999, p. 72;76). ILG, 2020.

Fig.130: Processo de urbanização da zona ocidental da cidade de Lisboa no reinado de D. Manuel I, incluindo quarteirões de Cata-que-farás (1.), Vila Nova de Andrade 1.ª fase (2.), Vila Noval do Olival (3.) e Vila Nova de Andrade 2.ª fase (4.), sobre planta de Lisboa (Tinoco, 1650) e cartografia municipal (CML, 2008)

com representação das cercas moura, a preto, e fernandina, a cinzento (Marques,1990, p. 55), a partir da descrição de Hélder Carita (1999, p. 92; 94; 102; 103). ILG, 2020.

Fig. 131: Conventos fundados ou cedidos aos franciscanos capuchos por D. Jaime entre 1500 e 1508. 1. Convento do Bosque em Borba ; 2. Convento de S. Francisco em Chaves; 3. Convento de Santa Cita em Tomar; 4. Convento dos Capuchos em Vila Viçosa; 5. Convento do Bom Jesus do Monte da Franqueira em Barcelos.

Fig. 132: Esquemas de localização do Paço dos Duques de Bragança em Lisboa com redesenho da planta "Casas de Sua Senhoria" (s.d.) sobre 1. Planta de Lisboa (Tinoco, 1650); 2. Levantamento cartográfico (CML, 2018); 3. Vista aérea (GoogleMaps, 2019). ILG, 2020.

Fig. 133: Vista de Lisboa, autor desconhecido, c.1570. Coleção Bodel Nijenhuis, Biblioteca da Universidade de Leida (Holanda).

Fig. 134: Representação do Paço dos Duques nas vistas de Lisboa desenhadas por: 1. António d'Holanda (c.1520); 2. António d'Holanda e Simão de Bening (1530-1534).

Fig. 135: Representação do Paço dos Duques na vista de Lisboa publicada por Georg Braun (1572).

Fig. 136: Representação do Paço dos Duques na vista de Lisboa desenhada por Simão de Miranda (c.1575).

Fig. 137: Representação do Paço dos Duques na vista de Lisboa publicada por Georg Braun (1598).

Fig. 138: Representação do Paço dos Duques na vista de Lisboa desenhada por Pier Maria Baldi (1668-1669).

Fig. 139: Cronologia comparada das representações do Paço dos Duques nas vistas de Lisboa de 1. António d'Holanda (c.1520); 2. António d'Holanda e Simão de Bening (1530-1534); 3. Publicação de Georg Braun (1572); 4. Simão de Miranda (c.1575); 5. Publicação de Georg Braun (1598); 6. Pier Maria Baldi (1668-1669).

Fig. 140: Hipótese da possível localização original das estruturas tipo torreões identificados a vermelho em 1. Planta "Casas de Sua Senhoria" (s.a., s.d.); 2. "Veduta" (Baldi, 1668-1669); 3. Redesenho de "Casas de sua Senhoria" sobreposto a "Planta de Lisboa (...)" (Tinoco, 1650).

Fig. 141: Pormenor dos alçados do piso térreo representados em perspetiva no "pateo grande", com sobreposição do seu redesanho. Planta "Casas de Sua Senhoria", autor desconhecido, sem data. ANTT, Iconografia D. 624.

Fig. 142: Hipótese de localização das "casinhas de Gaspar Gonçalves" no lado direito de quem desce a rua Direita das Marteres (atual rua Serpa Pinto) em direção à rua das Parreiras (atual rua do Capelo). 1. Sobre cartografia atual (CML, 2018) com indicação da antiga cerca franciscana e do paço (s.a, c.1554-73);

2. Sobre planta de Lisboa (Tinoco, 1650) com localização do paço (s.a, c.1554-73).

Fig. 143: Planta "Casas de Sua Senhoria" (s.a,1554-73) e o processo de redesenho. 1. Digitalização do pergaminho original; 2. Redesenho de Augusto Vieira da Silva (1943).

Fig. 144: Redesenho da planta "Casas de Sua Senhoria" (s.a,1554-73), a partir da digitalização do pergaminho original e do redesenho de Vieira da Silva (1943), incluindo a perspetiva do pátio grande e os seus três alçados. ILG, 2020.

Fig. 145: Proposta de plantas de implantação, sobre redesenho da planta de Lisboa (Tinoco, 1650) e cartografia municipal (CML, 2018), com referências de desenho e localização dos conventos (Carita, 1999, p.76) e toponímia das ruas adjacentes ao perímetro da cerca franciscana (Oliveira, 1551) e indicação do perímetro do conjunto antes de 1755 (Vieira da Silva, 1942). 1. Tempo I (1500-1532); 2. Tempo II (1532-1563). ILG, 2020.

Fig. 146: Estudos métricos e geométricos da "camera" do Duque e do "pateo pequeno" durante o primeiro grande ciclo de intervenções - Tempo I (1500-1532). Sobreposição de uma métrica modular de 4 varas ao redesenho da planta "Casas de Sua Senhoria" (s.a, c.1554-73). ILG, 2020.

Fig. 147: Proposta de planta do piso nobre no Tempo I (1500-1532) com indicação da malha assente no módulo de 4 varas e delimitação da cerca franciscana. Sobre redesenho da planta de Lisboa (Tinoco, 1650) e cartografia municipal (CML, 2018), com referências à toponímia das ruas adjacentes ao perímetro da cerca conventual franciscana (Oliveira, 1551) e indicação do perímetro do conjunto antes de 1755 (Vieira da Silva, 1942). ILG, 2020.

Fig. 148: Estudos métricos da construção da "camera grande", a primeira ampliação teodosiana (1.) e do "pateo grande", das três alas Poente, Norte e Nascente, bem como das "casynhas" a Sul, a segunda ampliação de D. Teodósio (2.) durante o segundo grande ciclo de intervenções – Tempo II (1532-1563). Sobreposição de uma métrica modular de 4 varas ao redesenho da planta "Casas de Sua Senhoria" (s.a, c.1554-73). ILG, 2020.

Fig. 149: Proposta de planta do piso nobre do Tempo II (1532-1562) com indicação da malha assente no módulo de 4 varas e delimitação da cerca franciscana. Sobre redesenho da planta de Lisboa (Tinoco, 1650) e cartografia municipal (CML, 2018), com referências à toponímia das ruas adjacentes ao perímetro da cerca conventual franciscana (Oliveira, 1551) e indicação do perímetro do conjunto antes de 1755 (Vieira da Silva, 1942). ILG, 2020.

Fig. 150: Proposta de planta do piso térreo do paço ducal, com a legenda incluída em "Casas de Sua Senhoria" (s.a, c.1554-73) e indicações espaciais retiradas do "Inventário" (1565). Sobre redesenho da planta de Lisboa (Tinoco, 1650) e cartografia municipal (CML, 2018) com toponímia das ruas adjacentes ao perímetro da cerca conventual franciscana (Oliveira, 1551) e indicação do perímetro do conjunto antes

de 1755 (Vieira da Silva, 1942). ILG, 2020.

Fig. 151: Proposta de planta do piso nobre do paço ducal, com a legenda incluída em "Casas de Sua Senhoria" (s.a, c.1554-73) e indicações espaciais retiradas do "Inventário" (1565). Sobre redesenho da planta de Lisboa (Tinoco, 1650) e cartografia municipal (CML, 2018) com toponímia das ruas adjacentes ao perímetro da cerca conventual franciscana (Oliveira, 1551) e indicação do perímetro do conjunto antes de 1755 (Vieira da Silva, 1942). ILG, 2020.

Fig. 152: Proposta de planta de coberturas do paço ducal, com indicações espaciais retiradas do "Inventário" (1565). Sobre redesenho da planta "Casas de Sua Senhoria" (s.a, c.1554-73), da planta de Lisboa (Tinoco, 1650) e cartografia municipal (CML, 2018) com toponímia das ruas adjacentes ao perímetro da cerca conventual franciscana (Oliveira, 1551) e indicação do perímetro do conjunto antes de 1755, bem como da sua divisão (Vieira da Silva, 1942). ILG, 2020.

Fig. 153: Proposta de perfis P1, P2 e P3 recorrendo à planta e perspetiva do "pateo grande" da planta quinhentista "Casas de Sua Senhoria", bem como à cartografia municipal (CML, 2018). ILG, 2020.

Fig. 154: Proposta de implantação e organização funcional do conjunto antes do terramoto de 1755. Sobre redesenho de planta de Lisboa (Vieira da Silva, 1942) e cartografia municipal (CML, 2018) com toponímia das ruas adjacentes (Moraes, 1804). ILG, 2020.

Tabela 4: Breve síntese da história do paço ducal em Lisboa com cruzamento da cronologia da Casa de Bragança.

Tabela 5: Levantamento de doações régias e particulares a membros da Casa de Bragança em Lisboa.

Tabela 6: Levantamento de doações particulares em Lisboa. Fonte: Silva, José Soares da. "Tomo IV" em Collecçam dos documentos, com que se authorizam as Memorias para a vida del Rey D. João o I. Lisboa: Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1734, p. 104-108.

Tabela 7: Levantamento de várias fontes documentais que incluem registos sobre o paço ducal em Lisboa.

Introdução

"A grandesa da fábrica reclama para o seu fundador, abstraindo a ideia que possivelmente a originou, as nossas sinceras homenagens. Pode censurar-se o orgulho, a anciã de predomínio, a ostentação deante de seu Pai e seus irmãos que modestamente viviam no seu Paço de a-par S. Martinho, de Lisboa; mas que seria hoje a humanidade se os artistas não tradusissem em cada época os seus defeitos ou virtudes inerentes? Como se poderia aquilatar do grau de civilização de cada Povo se os artistas não fossem na sua simplicidade os mais representativos filósofos do seu tempo, resumindo e condensando plasticamente a vida, sem profundarem talvez os seus complicados mistérios mas animando-a e traduzindo sinceramente nas suas obras todos os resultados?" [1].

No âmbito de uma investigação sobre a evolução arquitetónica do Paço dos Duques de Bragança desenvolvida pela autora, sob a orientação científica da Professora Maria Manuel Oliveira, no Centro de Estudos da Escola de Arquitectura da Universidade do Minho entre 2016 e 2017[2], nasceu a ideia para a tese que apresentamos. Numa ação articulada, e apoiada, pela direção do Paço dos Duques de Bragança, do Castelo de Guimarães e do Museu Alberto Sampaio, bem como pela Câmara Municipal de Guimarães, foi realizado um estudo sobre a génese arquitetónica do palácio ducal que, integrando o conhecimento já produzido e estabilizado sobre o edifício, explorou fontes gráficas e documentais recentemente descobertas, e que contribuíram para uma compreensão mais abrangente das intervenções de que o paço foi sendo objeto[3]. A pesquisa que aqui introduzimos beberá do conhecimento produzido durante este período. Contudo, na investigação desenvolvida no âmbito desta tese, analisámos o Paço dos Duques em Guimarães enquanto parte integrante da linhagem construtiva a que pertence – e instigadora de novas espacialidades –, como um dos paços *ex novo* fundados pela Casa de Bragança no século XV. Assim, em conjunto com a análise aprofundada ao Paço dos Duques em Lisboa – cuja construção se situa no final da centúria sobre a qual nos debruçamos, e início da próxima – propomos um estudo abrangente à ação construtiva da Casa de Bragança em *Quatrocentos*, considerando as premissas que estiveram na origem destes palácios, e como estas foram sendo adaptadas às exigências que contemporaneamente se impunham.

A Casa de Bragança é indissociável da História de Portugal. O Paço dos Duques de Bragança é indissociável da História da Arquitectura, da cidade de Guimarães, da memória coletiva dos seus habitantes e da

1. Azevedo, Rogério de. *Memória Descritiva do Paço dos Duques de Guimarães*. Porto: DGEMN, 1939, p. 12-13.

2. Investigação iniciada por convite da Doutora Isabel Fernandes, diretora do Paço dos Duques de Bragança, do Castelo de Guimarães e Museu Alberto Sampaio, ao CE-EAUM e à Professora Maria Manuel Oliveira.

3. Desta investigação resultaram várias comunicações orais apresentadas em congressos nacionais e internacionais, bem como a publicação de um artigo: Oliveira, Mania Manuel e Inês Lourenço Graça. "O Paço dos Duques de Bragança: Contribuição da planta De Guimarães para o seu conhecimento". *Guimarães: Cidade Visível* 15 (2017): 22-31.

própria mitologia nacional. Ainda hoje, o antigo palácio transformado em museu é uma presença constante na paisagem da cidade, de hegemónico impacto desde vários de vários pontos de vista e afastamentos. Historiadores locais estudam há largas décadas este edifício de perfil tardo-gótico, profundamente alterado por sucessivas ocupações e reconstruído no século XX pela DGEMN. O seu principal restaurador foi Rogério de Azevedo, reconhecido arquiteto portuense vinculado a essa instituição no 2º quartel do século passado, que se viu profusamente criticado pelo projecto que apresentou para o paço vimaranense. Mas, após a investigação que levamos a efeito, não podemos deixar de nos interrogar se serão essas críticas justas. Que a intervenção foi profunda, não há dúvidas, mas não terá sido, como à época se escreveu, *"(...) um mero problema de desafiar a crítica. A qualquer solução que se lhe dê [ao paço ducal], em face da penúria absoluta de documentos é puramente conjetural: não sairemos nunca do mundo das «reconstituições integrais."* [4]. Autores contemporâneos que se têm debruçado sobre a obra de Rogério Azevedo (Pimental, 2014; Alves Costa, 2016) contribuíram para desmistificar a intervenção do arquiteto e *restaurar* a imagem da sua prática, tão questionada em anos anteriores. Na esteira destas investigações, esta pesquisa procura atualizar o conhecimento sobre o muito discutido e analisado Paço dos Duques em Guimarães, no que concerne o seu restauro, mas também a sua história e evolução arquitetónica. Trata-se de uma peça chave na compreensão da cidade de Guimarães e do seu lugar na História, e cremos que o seu estudo concorrerá para o aprofundamento de um dos capítulos mais interessantes da arquitectura senhorial portuguesa.

A par do paço vimaranense, estudámos também o Paço dos Duques de Bragança em Lisboa, edifício de origem quatrocentista que permanece relativamente desconhecido na História da Arquitectura. Construído na viragem do século XV para XVI (c.1500), situa-se já no final da cronologia que estudámos, mas reporta a princípios similares aos que orientaram a construção em Guimarães.

Analisamos ambos edifícios recorrendo aos mesmos filtros de leitura, procurando denominadores comuns, e sustentando este estudo no cruzamento de fontes documentais e iconográficas, bem como no seu reconhecimento *in situ*. Estas análises apoiam-se, num primeiro momento, na contextualização da família de Bragança e no entendimento das suas posições na cronologia alargada das construções brigantinas no século XV. Referimo-nos à sistematização cronológica dos paços *ex novo* construídos por membros desta família – em Barcelos, Guimarães, Ourém, Porto de Mós, Lisboa e Vila Viçosa – precisamente ao longo do século em que se afirmaram como grande potência do reino, logo após a Casa Real. Neste sentido, será fundamental compreender o panorama da arquitectura civil senhorial em Portugal, assim como eventuais reverberações das tendências europeias em obras e edifícios congéneres ao longo de *Quatrocentos* e no arranque da centúria seguinte.

4. Alfredo Pimenta, em artigo publicado no jornal "Correio do Minho" em 1942.

A investigação que aqui se expõe pretende assim contribuir para a atualização do conhecimento sobre a arquitectura senhorial portuguesa construída no século XV, patrocinada em larga escala pelos Duques de Bragança e membros da sua família próxima em jurisdições dispersas por todo o território nacional, numa clara intenção de afirmação simbólica e de domínio territorial com recurso à arquitectura como ferramenta de sedimentação de poder.

O início da investigação permitiu compreender que o paço vimaranense é um exemplar crítico, situado num momento embrionário da trajetória específica da Casa de Bragança. Partindo de Guimarães, estudamos mais cinco palácios *ex novo* construídos pela Casa de Bragança durante o século XV e alvores do século XVI – em Barcelos, Ourém, Porto de Mós, Lisboa e Vila Viçosa – de um ponto de vista abrangente e inclusivo, considerando-os não como objetos isolados, mas como parte integrante da linhagem construtiva a que pertencem. Contudo, e apesar de suportado por um estruturado plano de trabalhos, o desenvolvimento desta tese rapidamente ganhou vida própria. As leituras que acompanharam o início da pesquisa levaram-nos por caminhos não antes equacionados, nomeadamente no que concerne o estabelecimento de balizas cronológicas e à importância relativa dos paços em estudo. Se, num primeiro momento, julgávamos necessário uma análise individual a cada paço *ex novo* construído pela Casa de Bragança sobre os quais nos propúnhamos trabalhar, verificámos que todos eles estavam já amplamente estudados e divulgados. A excepção seria o Paço dos Duques de Bragança em Lisboa – oportunamente encontrado no processo da investigação, e logo incluído na linhagem em análise – que, para além dos trabalhos de Augusto Vieira da Silva (1942; 1943), carece ainda de estudos específicos e multidisciplinares. Nesse sentido, uma investigação sobre paço lisboeta de um ponto de vista histórico e arquitectónico rapidamente se provou indispensável. Para além de se situar na reta final do ciclo brigantino em estudo, as premissas que orientaram a sua construção e ampliação enquadram-se na linhagem de palácios que analisamos e são, simultaneamente, demonstrativas da atualização dos modelos construtivos da Casa de Bragança. De facto, a "descoberta" do paço em Lisboa surgiu numa fase ainda embrionária da pesquisa, contribuindo para repensar a abordagem à investigação que nos propúnhamos desenvolver. Assim, organizamos a investigação em torno dos paços em Guimarães e Lisboa, que se situam respetivamente no início e fim da cronologia.

A tese encontra-se estruturada num volume único, que compreende e articula o corpo de texto com os desenhos e iconografias que, mais que complemento gráfico às considerações que tecemos, são parte fundamental da investigação e um discurso visual indissociável da parte escrita, sendo que o mesmo também se aplica em sentido inverso. A estrutura formal da tese apoia-se em três partes que balizam a investigação: contextualização, análise e síntese crítica final. Cada capítulo está organizado em dois subcapítulos que, embora articulados e organizados cronologicamente, podem ser lidos e interpretados de forma isolada e autónoma.

I. Contextualização, organiza-se em "A Casa de Bragança (1401-1563)" – no qual se ensaia uma breve resenha histórica e arquitetónica dos Bragança – e "Arquitectura Senhorial na esfera da Casa de Bragança, e a estruturação de um "modelo"", onde analisamos os palácios construídos por esta família nos seus vastos domínios, a par da igualmente prolífera ação construtiva da Casa de Avis, pela mão do rei D. João I e dos infantes, seus filhos. Num primeiro momento, olhamos com particular atenção para o percurso familiar da Casa de Bragança e em paralelo com as obras arquitetónicas patrocinadas por vários elementos desta Casa durante o séculos XV e início do século XVI – nomeadamente os Paços em Barcelos (c.1406), Guimarães (c.1420), Ourém (c.1450), Porto de Mós (c.1450), Lisboa (c.1500) e Vila Viçosa (c.1501) –, estabelecemos comparações com outros exemplares da arquitectura senhorial construídos em Portugal neste mesmo período. Esta cronologia inicia-se com a união que lançou o mote à criação de uma nova casa senhorial, o casamento do filho natural d'El rei, D. Afonso, com D. Brites Pereira, e o contexto sociopolítico no qual se estabeleceu a Casa de Bragança. De seguida, analisamos o período entre a consolidação do seu poder e a execução do 3º Duque de Bragança em Évora, que culimou com a dissolução da Casa de Bragança. Num terceiro e último momento, olhamos o regresso de D. Jaime a Portugal e o restabelecimento da sua Casa até ao falecimento do 5º Duque de Bragança, D. Teodósio I, em 1563, focando as intervenções de cariz urbanístico e arquitectónico executadas durantes os seus ducados. Nesse sentido, definimos três balizas temporais que correspondem, no nosso entendimento, a três fases da Casa de Bragança – a sua construção (1401-1442), consolidação (1442-1483) e reafirmação (1496-1563) – que correspondem aos três subcapítulos deste primeiro ponto. Feita esta contextualização imprescindível, iniciamos o capítulo dedicado à arquitectura senhorial da Casa de Bragança.

II. Análise divide-se entre a análise dos paços referidos no âmbito do estabelecimento dos Bragança como a casa senhorial mais poderosa do reino, seguido da investigação aprofundada sobre os dois edifícios, apresentada em, respetivamente, "O Paço dos Duques de Guimarães (c.1420-1960), um novo olhar sobre o construído" e o "O Paço dos Duques em Lisboa (c.1500-2019), uma hipótese para a sua leitura". Percorremos os paços das Casas de Avis e Bragança, desde a construção *ex novo* do paço régio em Leiria (c.1401) – enquadrado pelas obras nos paços de Sintra e Évora –, dos paços em Barcelos (c.1406) e Guimarães (c.1420), coetâneos aos paços de D. Pedro em Tentúgal (c.1417), D. João em Belas (c.1424) e de D. Henrique em Tomar (c.1420-38), incluindo as moradas de D. Afonso em Ourém e Porto de Mós (c.1450) e, por último, os palácios de D. Jaime em Lisboa (c.1500) e Vila Viçosa (c.1501). Geograficamente dispersos e associados a vários encomendadores, muitos são os pontos comuns entre estes paços, tanto tipologicamente como no que concerne a uma matriz comum, princípios de implantação e relação com o território onde se inserem. Nesse sentido, estudámos relações matriciais, territoriais e compositivas entre os paços da Casa de Bragança e, pontualmente, da Casa de Avis, por forma a estabelecer um eventual "modelo" que os terá orientado. De referir ainda que a maioria dos palácios analisados foram objeto de estudos com maior ou menor detalhe, assinados por reconhecidos historiadores, e que se encontram

amplamente descritos na literatura específica.

A propósito de Guimarães, avançamos uma análise histórica e arquitetónica do grande palácio *ex novo* construído pela futura Casa de Bragança no início do século XV. Apesar de bastante estudado, consideramos que continuam a persistir lacunas quanto à sua evolução arquitetónica relativas, nomeadamente, ao seu possível papel enquanto instigador de novas conceções de casa senhorial, lacunas estas que procuramos colmatar através de um estudo comparativo e transversal aos restantes palácios construídos pelos Bragança neste intervalo temporal. Em relação ao paço lisboeta, propomos uma análise ao edifício que foi morada dos Duques de Bragança em Lisboa entre os séculos XVI e XVIII, o seu paço hereditário localizado junto à cerca fernandina, no extremo poente da cidade à época. Este paço é ainda relativamente desconhecido da história da arquitectura e, até à data desta tese, era tido como certo não existirem vestígios da sua existência. No contexto desta investigação o seu estudo torna-se particularmente relevante à luz das comparações territoriais e formais passíveis de serem estabelecidas com o paço ducal em Guimarães. Assim, avançamos com uma possível evolução arquitetónica do palácio sustentada pela sua análise documental e histórica.

A nossa investigação baseou-se em informação recolhida na sistematização do estado da arte, estabilizado, muitas vezes, por autores de diferentes áreas científicas, e procurou estudar ambos edifícios a partir de um denominador comum, despojado de conceitos pré-estabelecidos. Olhamos sempre para os paços através de pressupostos similares e procuramos responder às mesmas três questões: (a.) a pertinência de uma construção *ex novo*; (b.) o enquadramento territorial e a escolha do lugar; (c.) a sua evolução arquitetónica, esperando conseguir construir, a partir da análise comparada, uma hipótese de modelo arquitectónico e também na sua relação territorial.

Por último, **III. Conclusão: síntese crítica e interpretativa** é o momento de reflexão, reunindo as questões levantadas no decorrer da investigação e lançando novas linhas de pesquisa. A investigação que iniciamos não pretende ser um trabalho encerrado, mas antes um ponto de partida para outras investigações em arquitectura e também em áreas científicas correlatas.

A investigação baseia-se em diferentes fontes bibliográficas, gráficas e iconográficas, de diferentes áreas científicas como a arquitectura, a história e o urbanismo, numa lógica de cruzamento interdisciplinar fundamental a uma compreensão mais intensa e profunda do objeto de estudo. A revisão da literatura e o estado da arte não se situam em capítulo próprio, mas acompanham cada novo tema introduzido e, em conjunto com o preâmbulo e os necessários momentos introdutórios, contextualizam e dão suporte à abordagem desenvolvida.

Como linha condutora e agregadora deste estudo, adota-se uma abordagem que tem sido progressivamente utilizada na investigação arquitetónica e cujo enfoque está na ação de redesenho enquanto ferramenta de análise e interpretação para o avanço do conhecimento histórico sobre as construções. Articulando o

estudo da bibliografia e da desconstrução da iconografia – entendendo-a como representações de épocas e intencionalidades específicas, passiva de ser interpretada à luz da sua circunstância cultural – o redesenho permite um melhor entendimento dos processos projetuais inerentes à transformação do edifício. Metodologicamente, a depuração e sistematização da informação através de um denominador comum permite uma leitura diacrónica e sincrónica de todos os objetos em análise e de todos os registos desses mesmo objeto. Ou seja, permite uma análise comparada entre os vários paços em simultâneo bem como, através da ação de redesenho, reduzir a linguagem gráfica semelhante os elementos desenhados recolhidos em diversos espólios bibliográficos e iconográficos, possibilitando uma leitura englobante e integrada. Sobre o estudo da iconografia e do desenho como fontes primárias de conhecimento essenciais à investigação em arquitectura, referimos Luísa Trindade: *"Assumindo imagem como ideia e representação de um qualquer ser ou objeto, mental ou real, limita-se, neste caso, o âmbito à que elegeu como tema a cidade (ou parte dela), contextualizada num território mais ou menos vasto"* [5]. Nesse sentido, a imagem e o desenho são muito mais que um apoio à investigação escrita, são também eles indispensáveis vetores de conhecimento e de análise.

Ainda no âmbito da explicitação da metodologia adotada, importa referir que foram realizadas várias viagens e desenvolvido trabalho de campo, verdadeiramente essencial à investigação, com o objetivo de conhecer e analisar *in situ* todos os paços estudados.

Introduzimos algumas notas técnicas que ajudam na leitura da tese, que cumpre as normas gráficas estabelecidas pelo Despacho_RT-31_2019 da Universidade do Minho. As referências bibliográficas são organizadas segundo a norma "Chicago Manual of Style – Humanities"[6] e as citações em texto remetidas para nota de rodapé, conforme a norma utilizada. Pela área especifica de conhecimento – História da Arquitectura – recorremos inúmeras vezes a fontes documentais, que requerem análise em arquivo, e que nem sempre foram editadas. No entanto, por uma questão de atualidade da informação disponível, optamos por consultar as versões mais recentes de todos os documentos analisados, fazendo a devida referência à edição original. Em relação às imagens, a sua proveniência é incluída junto da própria figura, mesmo quando se refere a imagens originais e trabalhadas pela autora (identificada pela sigla ILG). As fotografias originais (da autora ou da Professora Maria Manuel Oliveira, identificada com a sigla MMO) mantêm o seu perfil cromático enquanto todas as outras foram editadas a preto e branco, de forma a apresentarem uma clara diferença. A bibliografia está organizada em "Referências bibliográficas", "Fontes documentais", "Fontes iconográficas" e "Documentação fotográfica" proveniente de arquivo. Por último, de referir que incluímos ainda um breve "Glossário", que sistematiza os mais importantes conceitos operativos que auxiliam na leitura do documento.

---

5. Trindade, Luísa. "Desenho: Discurso e Instrumento". Em *Patrimónios de Influência Portuguesa: modos de olhar*, org. Walter Rossa e Margarida Calafate Ribeiro, 401-452. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015, p. 402.

6. Conforme recomendação dos Serviços Académicos da Universidade do Minho. http://www.sdum.uminho.pt/ (consultado a 09-02-2022).

I
CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1
A Casa de Bragança (1401-1563)

preâmbulo

Apesar de entendermos como essencial um enquadramento histórico da família de Bragança – considerando os seus seis séculos de existência, foi imperativo estabelecer um intervalo temporal que balizasse a investigação no período que nos propomos estudar, os séculos XV e XVI. Contudo, estabelecer o início de século como limite para uma cronologia seria, no nosso entendimento, um movimento rígido e infundado. Assim, optamos por recorrer a um intervalo que nos permitisse estruturar o capítulo em torno da análise histórica e arquitetónica que pretendemos desenvolver, integrando o início da construção dos vários palácios da família em Barcelos, Guimarães, Ourém, Porto de Mós, Lisboa e Vila Viçosa. Desta forma, o capítulo estrutura-se em três partes, associadas a blocos temporais específicos: a construção da Casa de Bragança (1401-1442), a sua consolidação (1442-1483) e, por último, a sua reafirmação (1496-1563) como casa senhorial mais poderosa do reino.

Ainda antes de iniciarmos a nossa análise ao percurso histórico e arquitectónico da Casa de Bragança, julgamos ser necessário clarificar alguns conceitos operativos que serão essenciais para o correto entendimento da ação global da família Bragança, nomeadamente o modelo de transmissão de bens e partilha de heranças, e o conceito de linhagem (agnática/patrilinear ou cognática/bilinear). Neste sentido, importa referir que, como constata Mafalda Soares da Cunha (1990), Nuno Álvares Pereira optou por um modelo de transmissão de bens tendencialmente horizontal ou bilinear – semelhante ao utilizado por D. João I – e não ao modelo vertical ou patrilinear que seria cada vez mais frequente. Operativamente, a linhagem classificada como vertical previa a *"reserva do núcleo principal a um único filho, quase sempre o primogénito, doravante depositário do capital material e simbólico da linhagem e, portanto, titular único da casa"* [7], enquanto o sistema horizontal integrava *"todos os familiares vivos, consanguíneos ou por casamento"* [8]. Ou seja, ao montar casa para os seus netos, o Condestável estava a estabelecer duas novas casas senhoriais – Ourém e Arraiolos –, autónomas e independentes da Casa de Barcelos. Em vez de consolidar todo o seu património em D. Beatriz e D. Afonso, a opção de dividi-lo em casas distintas[9] e geograficamente distantes – Barcelos na comarca do Entre-Douro-e-Minho, Ourém na Estremadura e Arraiolos no Entre-Tejo-e-Guadiana – obedeceu a uma estratégia de distribuição e sedimentação do seu poder e influência pelo território.

7. Cunha, Mafalda Soares da. *Op. Cit.*, 1990, p. 23.
8. *Ibidem*, p. 23-24.
9. Concede ainda a D. Isabel, sua única neta, as terras de Lousada, Paiva, Tendais, a vila de Almada e as rendas de Loulé e Silves. Cf. *Ibidem*, p. 61.

Ao estabelecer três casas senhoriais independentes, Nuno Álvares Pereira capacitava três ramos familiares diferentes com património e títulos, dando origem a linhagens distintas. Importa, aqui, clarificar o conceito de "linhagem". No entendimento de José Mattoso – tal como exposto por José Augusto Sottomayor-Pizarro[10] – ao tempo de D. João I começa a verificar-se a *"passagem de uma estrutura cognática e bilinear do parentesco, que caracterizara as famílias da nobreza condal, para uma estrutura agnática e patrilinear"*, e o conceito global de linhagem associava-se com a *"valorização dos ramos principais sobre os secundários e, como consequência, por um lado, ao afastamento dos filhos segundos e das filhas da herança paterna, pela adopção da primogenitura masculina e, por outro, ao aparecimento de algumas das manifestações mais interessantes dessa mutação, como sejam, por exemplo, os apelidos ou as representações heráldicas familiares"* [11]. Porém, a propósito do caso específico da Casa de Bragança – que, como veremos, resultará da união da filha do Condestável com o filho natural de D. João e beneficiará amplamente das estratégias de transmissão de bens escolhidas pelos respetivos pais e chefes de linhagem –, Mafalda Soares da Cunha defende que:

"o conceito de linhagem que se revela operativo para os Bragança é o da definição mais ampla. ***A existência de uma multiplicidade de casas senhoriais não significou qualquer ruptura na identidade da linhagem, aparentando antes ser uma estratégia consciente de afirmação****"* [12].

Nesse sentido, a autora refere que, no século XVI *"(...) já se havia constituído uma elite titulada relativamente ampla e estável onde pontuavam as casas consanguíneas dos Bragança. E, um pouco à revelia do que se verificava com outras casas de secundogénitos, mantinham uma grande solidariedade interna, aceitando a primazia e tutela dos duques de Bragança, que assim se assumiam como chefes de uma extensa teia de fidelidades"* [13]. A terminologia "Casa de Bragança" é commumente utilizada para referir os duques de Bragança, os seus herdeiros e as suas jurisdições. No entanto, deveria apenas ser utilizado para descrever a casa do próprio duque, excluindo as casas secundárias associadas à família alargada, e reportando sempre a um período temporal posterior a 1442, ano da sua formação. Contudo, optamos por utilizar este termo de uma forma mais abrangente como é, de resto, prática comum. Para melhor auxiliar a identificação e contextualização destes intervenientes, incluímos uma "cronogenealogia" alargada da família de Bragança [Fig. 1] –, que entendemos como um esquema genealógico alinhado com uma cronologia das suas intervenções arquitetónicas –, em articulação com a família real e com os muitos matrimónios que daí surgiram, bem como com as moradias senhoriais por eles patrocinadas no período em análise, o século XV, a par com uma genealogia restrita às várias figuras da Casa de Bragança [Fig. 2].

---

10. Para um estudo mais aprofundado do conceito de linhagem em Portugal, consultar os trabalhos de José Augusto de Sottomayor-Pizarro, nomeadamente "Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)". Dissertação de Doutoramento, Universidade do Porto, 1997, e ainda "Linhagem e estruturas de parentesco", *e-Spania* 11 (2011).

11. *Ibidem*, consultado a 15-06-2021.

12. Cunha, Mafalda Soares da. *Op. Cit.*, 1990, p. 11, com sublinhado nosso.

13. *Ibidem*, p. 12.

Por fim, introduzimos o objeto de estudo deste primeiro capítulo, os Bragança. Formalmente estabelecida em 1442 com a elevação de D. Afonso, 8.º Conde de Barcelos, a Duque de Bragança, a Casa de Bragança é das mais antigas casas senhoriais portuguesas e dos mais prolíferos encomendadores de palácios e igrejas, patronos de misericórdias e de hospitais. Conta ainda com a particularidade de ter encabeçado a mais longa dinastia reinante em Portugal, desde a Restauração da Independência em 1640 até à Implantação da República em 1910. Contudo, a sua história remonta ao início do século XV e ao casamento entre D. Beatriz Pereira (1380-c.1403), filha e herdeira do Condestável Nuno Álvares Pereira (1360-1431), e D. Afonso (1377-1461), filho ilegítimo de D. João I (1357-1433), em 1401. Deste casamento nascem três filhos – D. Isabel (c.1401-1465), D. Afonso (c.1402-1460) e D. Fernando (1403-1478). D. Beatriz virá a falecer no parto, provavelmente entre 1403 e 1409[14], e D. Afonso casará em segundas núpcias com D. Constança de Noronha (c.1395-1480), em 1420. Como veremos, será a propósito deste enlace que inicia, nesse mesmo ano, a construção do paço ducal em Guimarães. Apesar da primeira Duquesa ter sido D. Constança, a fundação da Casa de Bragança está intrinsecamente associada a D. Beatriz e ao extenso património do Condestável que integrou o seu dote de casamento. É, de facto, o património de Nuno Álvares Pereira que está na génese da Casa de Bragança, através das doações feitas à sua filha e genro em 1401, mas também aos seus três netos em 1422, antes de se recolher no Convento do Carmo, em Lisboa, no ano seguinte. Por mercê do Condestável, D. Afonso foi elevado a Conde de Barcelos, onde constrói o seu primeiro paço (c.1410) – antes de Barcelos, os condes estariam sediados em Chaves –, e recebeu uma grande extensão da antiga comarca do Entre-Douro-e-Minho; a D. Afonso, herdeiro aparente, na sua condição de primogénito, foi doado o condado de Ourém e jurisdições na Estremadura, e D. Fernando, filho segundo, recebeu o condado de Arraiolos e algumas terras no Entre-Tejo-e-Guadiana (posteriormente Alentejo). A posição destacada dos três condes nas cortes de D. João I (1395-1433), D. Duarte (1433-1438) e D. Afonso V (1438-1481) manteve-se constante e impermutável – apesar das muitas desavenças[15] com D. Pedro, Duque de Coimbra, durante a sua regência (1439-1448) –, contribuindo para a sua sedimentação na sociedade portuguesa de *Quinhentos*. Refere Mafalda Soares da Cunha que, contrariamente ao reinado joanino onde a sua presença terá sido mais discreta, os Bragança terão tido uma participação ativa nas políticas da corte de D. Duarte[16]. D. Afonso de Barcelos, D. Afonso de Ourém e D. Fernando de Arraiolos moviam-se em diferentes áreas de influência[17], mas estavam permanentemente junto do centro de poder,

14. *Ibidem*, p. 32.

15. Durante a regência, D. Afonso e D. Pedro mantiveram uma relação tensa e pejada de discórdias. Esta longa querela terminou quando, ao ser afastado da corte - após interferência do Duque de Bragança - D. Pedro negou a passagem de D. Afonso pelas terras de Coimbra, enquanto este se dirigia ao encontro do rei. Declarado súbdito desleal, marchou em direção a sul quando encontrou as tropas de D. Afonso V, apoiado pelo Duque de Bragança e pelo Conde de Ourém, na batalha conhecida como Alfarrobeira e durante a qual D. Pedro acaba por falecer.

16. Mafalda Soares da Cunha refere que a análise das crónicas sugere uma presença assídua dos condes de Ourém e de Arraiolos na corte de D. Duarte. Cf. *Ibidem*, p. 140-141.

17. Como veremos, o Conde de Barcelos era detentor de um grande poder senhorial, atuando a uma escala regional, enquanto o Conde de Ourém estaria envolvido em missões diplomáticas e o Conde de Arraiolos direcionado para a carreira militar e gestão corrente do reino. Cf. *Ibidem*, p. 141-142.

aumentando a sua fortuna, somando títulos, cargos[18] e distinções.

Com a morte inesperada do herdeiro aparente, o Conde de Ourém, antes de D. Afonso, e sem filhos legítimos, o ducado de Bragança – em conjunto com os condados de Barcelos e Ourém, e os paços que construiu em Ourém (c.1450) e Porto de Mós (c.1450) – transita para D. Fernando, Conde de Arraiolos, aquando da morte do pai de ambos em 1461. Considerando que D. Fernando estava estabelecido no Alentejo há quase quatro décadas, a sede do ducado abandona o Norte Senhorial e instala-se definitivamente a sul do Tejo. De sublinhar que o Conde de Arraiolos era filho secundogénito – condição que terá influenciado as doações, mais generosas, que recebeu do avô – e nada indicava que herdasse o ducado. Contudo, por um acaso do destino, terá sido D. Fernando a unificar o extenso património que Nuno Álvares Pereira tinha distribuído anos antes, e a condensar na sua pessoa os três condados do seu avô e o ducado de seu pai. Quando herda a titularidade da Casa de Bragança, D. Fernando já teria 58 anos e seis filhos adultos. A todos os filhos são assegurados casamentos vantajosos e os quatro varões tornaram-se figuras de relevo na sociedade portuguesa: D. Fernando, o primogénito, é elevado a Duque de Guimarães em 1475 e, com a morte do pai em 1478, herda a Casa de Bragança; em 1471, D. João recebe o Marquesado de Montemor-o-Novo e, dois anos depois, o título de Condestável de Portugal; D. Afonso recebe o título de Conde de Faro em 1469, e conde de Odemira *jure uxoris* e, por último, D. Álvaro foi Senhor do Cadaval (de onde descende a Casa de Cadaval).

Em 1483, o 3.º Duque de Bragança, D. Fernando (II), é justiçado em Évora, evento que dita a dissolução da Casa de Bragança, a apropriação do seu património pela coroa e o exílio de toda a família sobrevivente. Contudo, a ascensão ao trono de D. Manuel I em 1496 inverteu esse destino dos Bragança e, nesse mesmo ano, D. Jaime (1478-1532) regressa a Portugal e toma posse plena dos seus títulos. Durante o seu ducado, a Casa de Bragança floresceu e expandiu-se. Demonstrativo da importância da sua Casa foi o juramento de D. Jaime como Príncipe Herdeiro em 1498, aquando da viagem do rei D. Manuel I, ainda sem filhos, a Castela. Por entre várias intervenções de cariz arquitectónico e urbanístico em jurisdições tão distantes como Guimarães, Barcelos, Lisboa e Vila Viçosa, terá mandado construir o paço ducal em Lisboa (c.1500), entretanto desaparecido, e o paço ducal em Vila Viçosa (c.1501). Fechamos a nossa investigação com D. Teodósio (1505-1563), 5.º Duque de Bragança e figura destacada do renascimento português. É durante o seu ducado que o paço em Guimarães é alienado da Casa de Bragança, ao integrar o dote de casamento de sua irmã (1536) – D. Isabel –, e que a presença dos Bragança se sedimenta no Alentejo, abandonando qualquer reminiscência do antigo Norte Senhorial como sede do ducado.

18. De referir que, em 1416, D. Afonso recebe o cargo de Guarda da Fronteira nas comarcas de Entre-Douro-e-Minho e Trás-os-Montes e, em 1440, o cargo de Fronteiro-mor dessas mesmas comarcas, seguido do Ducado de Bragança em 1442; em 1451, D. Afonso de Ourém recebe o Marquesado de Valença e, quatro anos mais tarde, D. Fernando (I) é agraciado com o Marquesado de Vila Viçosa. A partir de 1462, o cargo de Fronteiro-mor das comarcas mais a norte é ocupado por D. Fernando (II); D. Álvaro é feito Chanceler Mor do Reino em 1474; D. Afonso de Faro é Adiantado-mor no Reino do Algarve em 1475 e Fronteiro-Mor das suas terras em 1476; D. João de Montemor-o-Novo é Fronteiro-mor de Entre-Tejo-e-Guadiana em 1478. Cf. *Ibidem*, Apêndice.

D. Nuno Álvares Pereira (1360-1431) — D. Leonor de Alvim (1356-1388)

D. Afonso Henriques de Gijón e Noronha (1355-1395) — D. Isabel de Portugal (1364-1435)

Inês P (?-?)

D. Beatriz Pereira de Alvim (1380 -1412)

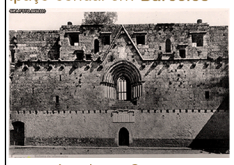
D. AFONSO (1377-1461) — D. Constança de Noronha (1395-1480)

D. Beatriz (1386-1447) — Sir Thomas FitzAlan (1381-1415)

D. Pedro (1382-1452) · D. Fernando (1378-1445) · D. Sancho (?-1471) · D. Henrique (c.1390-?)



.paço condal em **Barcelos**

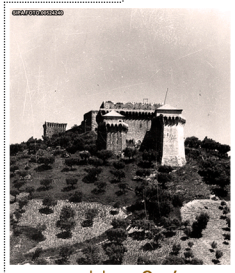


.paço ducal em **Guimarães**

D. Afonso (1400-1460)

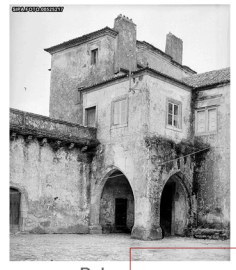
D. Isabel de Barcelos (1402-1465) — Infante D. João (1400-1442)

D. FERNANDO I (1403-1478) — D. Joana de Castro (1410-1479)



.paço condal em **Ourém**

D. Diogo (1425-1443) · D. Isabel (1428-1496)



.paço em **Belas**

D. Beatriz (1430-1506)

D. Isabel de Le (1513-1558)



.paço condal em **Porto de Mós**

D. Isabel de Viseu (1459-1521)

D. FERNANDO II (1430-1483) — D. João (c.1431-?) · D. Afonso (c.1435-?) · D. Álvaro (c.1440-1504) · D. Beatriz (c.1440-?) · D. Guiom (c.1450-?)



.paço da alcáçova de **Vila Viçosa**



.paço da alcáçova de **Montemor**



.solar de Água de Peixes, **Alvito**

D. Afonso (1440-1522)



.paço da alcáçova de **Arraiolos**



.casa da Sempre Noiva, **Arraiolos**

D. Filipe (1475-1483) · **D. JAIME** (1479-1532) · D. Dinis (1481-1516)

Fig. 1: “Cronogenealogia” da Casa de Bragança até a ascensão do duque D. João II ao trono: a preto os membros da Casa de Bragança, a vermelho a Casa Real, com indicação de alguns paços construídos pelos Bragança neste período.

res

D. JOÃO I
(1357-1433)

D. Isabel de Viseu
(1459-1521)

D. FERNANDO II
(1430-1483)

D. Filipe
(1475-1483)

D. Leonor Gusmão
(?-?)

D. JAIME
(1479-1532)

D. Joana Mendonça
(?-1580)

D. Dinis
(1481-1516)



.paço ducal em **Lisboa**



.paço ducal em **Vila Viçosa**



.paço em **Évoramonte**

ncastre
)

D.TEODOSIO I
(1505-1563)

D. Beatriz de Lencastre
(1542-1623)

D. Isabel
(1514-1576)

Infante D. Duarte
(1515-1540)

D. Joana
(1521-1588)

D. Jaime
(1523-1562)

D. Eugénia
(1525-1559)

D. Maria
(1527-1586)

D. Constantino
(1528-1575)

D. Fulgêncio
(1529-1582)

D. Teotónio
(1530-1602)

D. Vicência
(1532-1603)

ar

D. JOÃO I
(1543-1583)

D. Catarina
(1540-1614)

D. Maria
(1538-1577)

D. Duarte
(1541-1576)

D. Isabel
(1560-?)

D. Jaime
(c.1561-1578)

D. Maria
(1565-1592)

D. Serafina
(1566-1604)

D. TEODÓSIO II
(1568-1630)

D. Ana Girón
(1585-1607)

D. Duarte
(1569-1627)

D. Alexandre
(1570-1608)

D. Querubina
(1572-1580)

D. Angélica
(1573-1576)

D. Maria
(1573-1573)

D. Isabel
(1578-1582)

D. Filipe
(1581-1608)

D. JOÃO II
(1604-1656)

D. Duarte
(1605-1649)

D. Alexandre
(1607-1637)

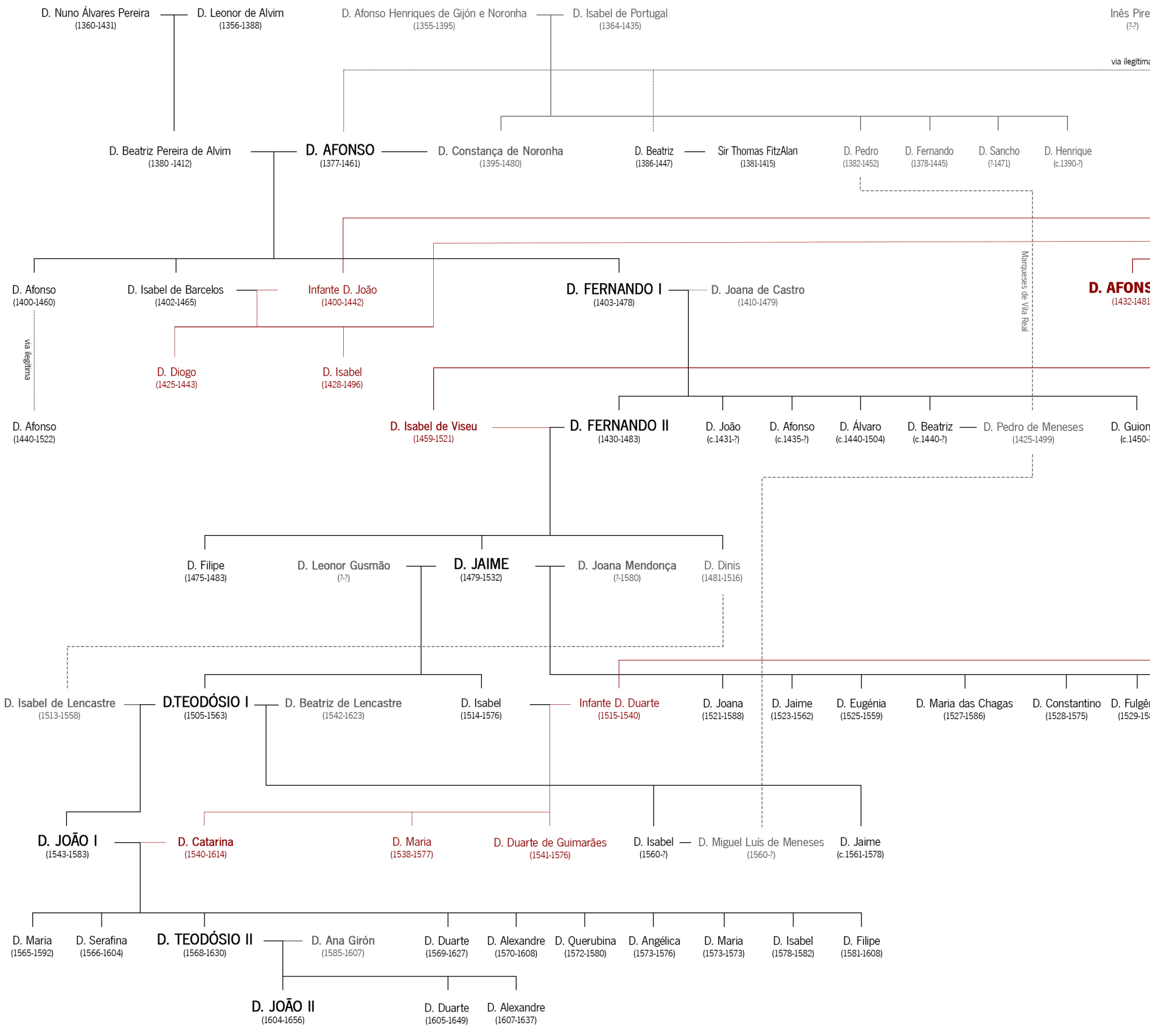


Fig. 2: Genealogia da Casa de Bragança à ascensão do duque D. João II ao trono: a preto os membros da Casa de Bragança, a vermelho a Casa Real.

D. JOÃO I (1357-1433) — D. Filipa de Lencastre (1357-1433)

D. DUARTE I (1391-1438) — D. Leonor de Aragão (1402-1455)

Infante D. Pedro (1392-1449)

Infante D. Henrique (1394-1460)

Infanta D. Isabel (1397-1471) — D. Filipe III de Borgonha (1396-1467)

Infante D. Fernando (1402-1443)

SO V — D. Isabel de Coimbra (1432-1455)

Infante D. Fernando (1430-1506) — D. Beatriz (1430-1506)

Infanta D. Leonor (1434-1467)

Infanta D. Catarina (1436-1463)

Infanta D. Joana (1439-1475)

nar — Infanta D. Joana (1452-1490)

D. JOÃO II (1455-1495) — D. Leonor de Viseu (1458-1525)

descendência não sobreviveu

D. João de Viseu (c.1448/60-1482)

D. Diogo de Viseu (c.1450/61-1484)

D. Isabel de Aragão (1470-1498) — **D. MANUEL I** (1469-1521) — D. Maria de Aragão (1482-1517)

D. Miguel da Paz (1498-1500)

D. Catarina de Áustria (1507-1578) — **D. JOÃO III** (1502-1557)

Infanta D. Isabel (1503-1539)

Infanta D. Beatriz (1504-1538)

Infante D. Luís (1506-1555)

Infante D. Fernando (1507-1534)

Infante D. Afonso (1509-1540)

D. Henrique I (1512-1580)

Infante D. António (1516-1531)

ncio (32) — D. Teotónio (1530-1602) — D. Vicência (1532-1603)

D. João Manuel (1539-1554) — D. Joana de Áustria (1535-1573)

D. SEBASTIÃO (1554-1578)

linhagem legítima da Casa Real

linhagem legítima da Casa de Bragança

linhagem legítima de outras casas senhoriais

linhagem ilegítima da Casa de Bragança

fontes escritas e revisão da literatura

Até aos dias de hoje, não se conhecem crónicas especificamente patrocinadas pela Casa de Bragança de um período anterior à ascensão ao trono do Duque D. João II[19]. Nesse sentido, e tendo em conta o espetro temporal desta investigação, consultamos algumas das obras coetâneas relevantes ao nosso estudo, nomeadamente as Chancelarias de D. João I (1384-1433), de D. João II (1481-1495)[20] e de D. Duarte (1433-1438), "Chronica do Senhor Rey D. Affonso V de Rui de Pina", a "Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel" (1566-1567), de Damião de Góis, "Diário da jornada do Conde de Ourém ao Concílio de Basileia" (1431-1449)[21], "Leal Conselheiro" (c.1438)[22], compilado por D. Duarte, e ainda "Chronica dos Senhores Reis de Portugal", de Cristóvão Rodrigues Acenheiro (1535)[23].

A partir do século XVII[24] e, principalmente, do século XVIII, a Casa de Bragança é objeto de vários estudos a intervenientes específicos, como é o caso do 1.º Duque de Bragança, cujo perfil foi traçado por Francisco Nunes Franklin[25]. A consulta atenta e cuidadosa da "História Genealógica da Casa Real Portuguesa" e respetivas "Provas", escrita e organizada em 13 volumes de texto e 6 volumes de provas documentais, por D. António Caetano de Sousa (1735-1749)[26], é absolutamente incontornável. Com dois volumes inteiramente dedicados às biografias de diversos membros da casa ducal que integram referências a documentos arquivísticos há muito desaparecidos do Arquivo da Sereníssima Casa de Bragança, esta obra é, ainda hoje, amplamente utilizada e referenciada por autores contemporâneos.

No sentido da divulgação e promoção da história de Portugal, desde o seu estabelecimento em 1933 que a Fundação da Casa de Bragança tem sido essencial em garantir a publicação dos mais variados estudos sobre o percurso dos Bragança. Considerando a cronologia sobre a qual nos debruçamos, é imperativo consultar os vários trabalhos publicados por Manuel Inácio Pestana (1983; 1984; 1985; 1995; 2001) e

19. Pestana, Manuel Inácio. *Cronistas da sereníssima Casa de Bragança: notícias documentadas*. Lisboa: Academia Portuguesa de História, 2001; Cunha, Mafalda Soares da. "La grandeza de la Casa de Bragança. Disputas de primazia e precedências nos séculos XVI e XVII". *Callipole - Revista de Cultura* 22 (2015): 73-82.

20. Nas suas edições recentes, organizadas e publicadas pelo Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa. https://www.ceh.fcsh.unl.pt/p_up_ferr_fontes_prim_cronicas.html (consultado a 18-11-2021).

21. Edição de Aida Fernandes Dias, publicada pela Câmara Municipal de Ourém em 2003.

22. No âmbito desta investigação, optamos por consultar a edição de Maria Helena Lopes de Castro, de 1999.

23. Originalmente escrita em 1535, "Chronicas dos Senhores Reis de Portugal" só viria a ser publicada em 1824 quando integra o Tomo V de "Colecção de inéditos da Historia Portugueza", publicado pela Academia Real de Ciências.

24. "(...) parece ter havido algum investimento da nova dinastia na fixação de uma memória da casa e dos feitos da linhagem dos seus antepassados." Cf. Cunha, Mafalda Soares da. *Op. Cit.*, (2015): 74.

25. O documento original, que não está datado, integra o espólio do Arquivo Histórico da Casa de Bragança (AHCB) com a cota NNG 2625, MS Lxª/83-I. No decurso desta investigação, optamos por consultar a versão organizada por J. T. Montalvão Machado, intitulada "Dom Afonso, Primeiro Duque de Bragança. Sua Vida e sua Obra", e publicada em 1964.

26. Foi consultada a versão publicada em 2005 pela QuidNovi/ Público e Academia Portuguesa da História. Relativamente às "Provas da História Genealógica (...)", consultamos as digitalizações disponibilizadas em GoogleBooks.

Mafalda Soares da Cunha (1990; 1996; 1997; 1998; 2004; 2007; 2009; 2010; 2012; 2014; 2015) – a bibliografia desta autora é muitíssimo completa e de enorme relevância à investigação que desenvolvemos por incluir, entre outros, análises de fundo à conformação e crescimento da linhagem brigantina. Relativamente ao século XVI, recorremos aos trabalhos de Luís de Matos (1956), Ana Buescu (2013), Jéssica Hallet e Nuno Senos (2018), estes últimos envolvidos no projecto de investigação "De Todas as Partes do Mundo, O património do 5.º Duque de Bragança, D. Teodósio I", desenvolvido em torno do inventário realizado aquando da sua morte, em 1563. A propósito da vida e obra de outros importantes membros da casa brigantina, recorremos às publicações de José Montalvão Machado (1963; 1964) e Abel Costa Gomes (1980) sobre D. Afonso de Barcelos, de Alexandra Alves Barradas (2006; 2009) sobre o Conde de Ourém, ao estudo de Maria Barreto Dávila (2009) sobre D. Fernando de Arraiolos e ainda aos dois trabalhos de Marta Páscoa (2015) sobre D. Jaime, 4.º Duque de Bragança.

Outras publicações de carácter mais abrangente foram também essenciais para a contextualização das práticas senhoriais da época em estudo, nomeadamente a incontornável "História da Vida Privada em Portugal", de José Mattoso (2010), ou ainda os trabalhos de José Augusto Sottomayor-Pizarro (1997; 2011).

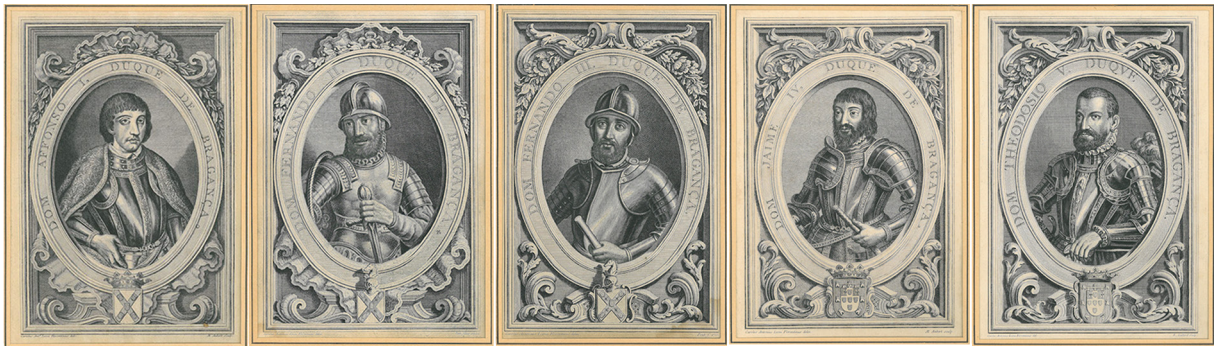


Fig. 3: Os cinco primeiros Duques de Bragança e a cronologia temporal em análise (1401-1563). Da esquerda para a direita, D. Afonso, D. Fernando I, D. Fernando II, D. Jaime e D. Teodósio I. Séc. XVIII, Paço dos Duques de Bragança, Guimarães.

1.1.1
A *construção* da Casa de Bragança

Com o falecimento do rei D. Fernando em 1383 – e encontrando-se D. Beatriz, sua única filha legítima[27] sobrevivente, casada com o rei D. João I de Castela – colocou-se o problema da sucessão ao trono português. Na sequência da crise dinástica de 1383-1385, D. João, mestre de Avis e filho natural de D. Pedro (logo, irmão por bastardia de D. Fernando) é aclamado rei nas cortes de Coimbra, dando início à segunda dinastia, a de Avis. Em 1387, dois anos volvidos desde a sua coroação, casa com D. Filipa de Lencastre com quem teve seis infantes, que ficarão conhecidos como a *Ínclita Geração* [28]. D. João teria ainda dois filhos naturais, nascidos antes do seu casamento, D. Afonso (1377-1461) e D. Beatriz (c.1382-1447), que também viriam a ocupar lugares proeminentes na sociedade quatrocentista.

A viragem do século XIV-XV foi uma época de grande convulsão política e social. Envolvidos em guerra com Castela durante vários anos – são acordadas tréguas em 1400, mas o tratado de paz ainda tardaria onze anos – coube a D. João gerir a paz que se sucedeu, rompendo com muitos dos antigos costumes e implementando novos modelos de organização social. É neste contexto tão particular que é firmada a união que dará início à Casa de Bragança, formalmente estabelecida quatro décadas depois. Na sua origem esteve a intenção de Nuno Álvares Pereira, Condestável de Portugal, Conde de Barcelos, de Ourém e de Arraiolos – e o homem mais rico do reino imediatamente após o monarca –, em garantir a continuidade da casa senhorial que, segundo Mafalda Soares da Cunha (1990), pretenderia criar. Com este intuito, o Condestável terá recusado a proposta de casar a sua única filha, D. Beatriz, com D. Duarte, o príncipe herdeiro, optando por *"uma união mais igualitária"* [29] com D. Afonso, filho natural de D. João I[30], lançando assim as bases para o nascimento de uma poderosa casa senhorial que, apesar de manter uma certa autonomia em relação à coroa, operava dentro do seu círculo próximo, beneficiando da sua proteção. Esta união interessaria também a D. João I, pois permitir-lhe-ia a possibilidade de retomar, através do seu filho, algum controlo sobre o extenso património de Nuno Álvares Pereira [Fig. 4], enquanto dava continuidade à política de colocar os seus filhos nos mais altos cargos e senhorios do reino[31].

---

27. Antes do seu casamento, o rei D. Fernando teve ainda uma filha natural, D. Isabel, que viria a casar com D. Afonso Henriques, Conde de Gijón e Noronha, com quem teve seis filhos, entre os quais D. Pedro de Noronha – arcebispo de Lisboa e pai de D. Isabel de Noronha – e D. Constança de Noronha, que viria a ser a primeira Duquesa de Bragança através do seu casamento com D. Afonso.

28. Termo cunhado por Luís de Camões em "Os Lusíadas", e que se refere aos infantes D. Duarte (1391-1438), D. Pedro (1392-1449), D. Henrique (1394--1469), D. Isabel (1397-1471), D. João (1400-1442) e D. Fernando (1402-1433).

29. Cunha, Mafalda Soares da. *Op. Cit.*, 1990, p. 30.

30. Legitimado em 1401. Cf. Sousa, D. António Caetano de. "Tomo III" em *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa.* Lisboa: Regia Officina Sylviana, e da Academia Real, 1744, doc. n.º1, p. 443.

31. O infante D. Pedro foi elevado a Duque de Coimbra (1415), D. Henrique a Duque de Viseu (1415) e mestre da Ordem de Cristo, D. João a mestre da Ordem de Santiago e, por último, D. Fernando foi feito mestre da Ordem de Avis. Cf. Cunha, Mafalda Soares da, *Op. Cit.*, 1990, p. 31.

Originalmente uma família da segunda aristocracia[32], a ascensão social dos Pereira esteve intimamente relacionada com a sua ligação a ordens religiosas e militares, e Nuno Álvares Pereira foi disso mesmo exemplo pois, apesar de casado com D. Leonor Alvim – herdeira de uma família abastada do Entre-Douro-e-Minho –, o aumento exponencial do património do Condestável, um dos muitos filhos naturais de Álvaro Gonçalves Pereira, prior da Ordem do Hospital, resultou da sua perícia militar e do seu papel decisivo na crise dinástica, tendo sido inteiramente patrocinado por D. João I.

Aquando da união de D. Beatriz e D. Afonso, em 1401, D. Nuno, já viúvo, doou todo o seu património na região do Entre-Douro-e-Minho à filha e ao genro, incluindo o condado de Barcelos, as terras de Baltar e de Paços, com todas as rendas, foros, tributos, padroados, jurisdição civil e crime e mero e misto império, as terras do Barroso, Chaves, Montalegre, Montenegro e Trás-os-Montes, também estas com todas as rendas, foros, tributos, padroados, jurisdição civil e crime e mero e misto império, bem como as quintas de Axoara, Canedo, Carvalhos, Casais de Bustelo, Covas, Godinhães, Sarrações, S. Fins e Touga, com as respetivas rendas, foros e tributos[33]. D. João I também estende a seu filho algumas doações, de entre as quais as terras e julgados de Neiva, Aguiar de Neiva, Darque, Perelhal, Faria, Rates e Vermoim[34], também na região do Entre-Douro-e-Minho. Em 1409, D. Afonso recebe nova doação de seu pai, agora do lugar de Fão com todas as suas rendas, direitos, tributos, foros, pertenças, termos, com toda a jurisdição, mero e misto império e jurisdição de Guimarães e seu termo[35]. Este património inicial será continuamente aumentado através de doações régias, compras e trocas realizadas por D. Afonso ao longo da sua vida [Fig. 5].
Em 1422, Nuno Álvares Pereira aliena o seu restante património a favor dos três netos. A D. Afonso, o varão primogénito, doa o seu património na Estremadura – o condado de Ourém, todos os reguengos do termo de Lisboa (Camarate, Catejal, Charneca, Frielas, Santarém, Unhos), do termo de Santarém (Alviela e Colares) com as respetivas rendas e direitos, os paços da cidade de Lisboa com casarias e pertenças e a judiaria desta cidade, bem como a vila de Porto de Mós com todas as rendas, foros, tributos, padroados, menagens dos castelos, jurisdição civil e crime e mero e misto império[36] – ao qual se acrescentará, posteriormente, o Marquesado de Valença, outorgado a D. Afonso de Ourém como reconhecimento por serviços prestados à coroa [Fig. 6]. De referir que estes seriam os núcleos senhoriais mais importantes, tanto do ponto de vista simbólico como económico e militar, devido à sua localização estratégica numa região muito frequentada pela corte. Nesse sentido, Mafalda Soares da Cunha refere que o facto de o Condestável ter reservado para o seu neto primogénito, e herdeiro aparente de seus pais, este património em particular, é

32. *Ibidem*, p. 20-21.
33. Sousa, D. António Caetano de. "Tomo III" em *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Lisboa: Regia Officina Sylviana da Academia Real, 1744, doc. n.º2, p. 445-448.
34. *Ibidem*, p. 453-455.
35. *Ibidem*, p. 455.
36. ANTT, Místicos, 1. 2, fls 234v°-236. Citado por Cunha, Mafalda Soares da. *Op. Cit.*, 1990, p. 61.

um sinal da implementação de princípios mais modernos[37]. D. Fernando recebe os bens do Condestável no Alentejo, incluindo o condado de Arraiolos, as vilas de Alter do Chão, Assumar, Beja, Borba, Estremoz, Evoramonte, Lagomel, Sousel, Vidigueira, Vila de Frades, Vila Formosa e Chancelaria, Vilalva, Vila Ruiva, Vila Viçosa e o montado do Campo de Ourique com as suas rendas, direitos, padroados, jurisdição civil e crime, mero e misto império, alcaidaria de Montemor-o-Novo com os seus direitos e rendas[38], sendo que se assiste também ao aumento contínuo do seu património, quer através do casamento – onde acumula jurisdições na região do Vouga – quer por sucessivas doações régias, até herdar inesperadamente a chefia da Casa de Bragança em 1461 e todos os bens que teriam pertencido ao seu irmão e pai [Fig. 7]. Por fim, concede à sua neta, D. Isabel – que virá a casar com o tio, o Infante D. João, em 1424 –, as terras de Lousada, Paiva e Tendais, a vila de Almada e as rendas de Loulé e Silves[39]. Nuno Álvares Pereira retira-se, em 1423, para o convento do Carmo em Lisboa onde virá a morrer em 1431, abdicando do seu título e doando as suas últimas posses aos carmelitas[40].

37. *Ibidem*, p. 63.

38. Chancelaria D. Duarte, vol. I (1), Doc. 260. Confirmação da doação do Condestável D. Nuno Álvares Pereira a D. Fernando, seu neto (Doação de Arraiolos e de outras propriedades). Doação de 4 de abril de 1402; confirmação de D. Duarte de 9 de dezembro de 1433.

39. Sousa, D. António Caetano de. "Tomo V" em *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Lisboa: QuidNovi/ Público, Academia Portuguesa da História, 2007, p. 59.

40. Cunha, Mafalda Soares da. *Op. Cit.,* 1990, p. 60.

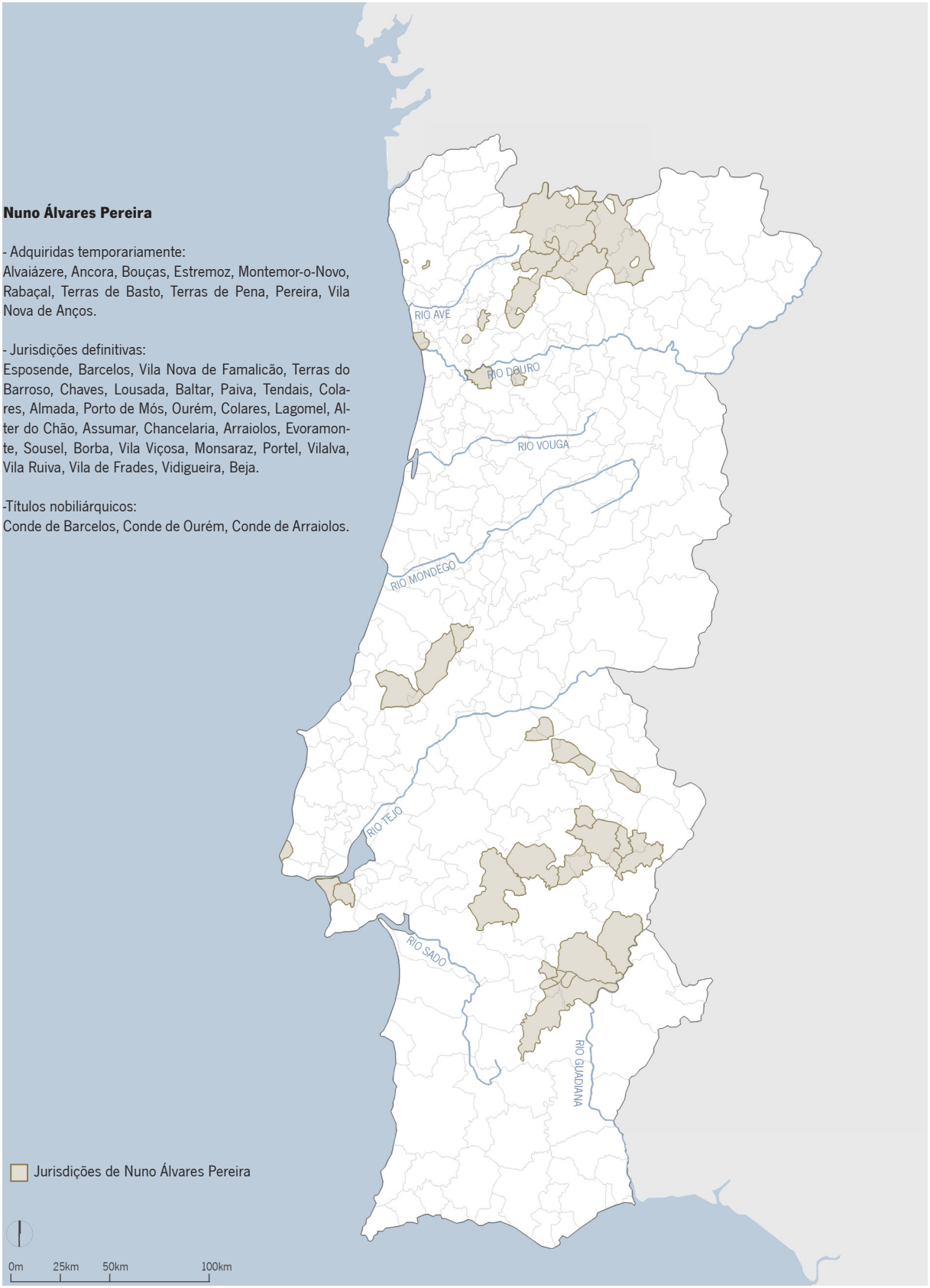


Fig. 4: Mapa de Portugal com a localização das jurisdições adquiridas por Nuno Álvares Pereira a partir de 1384, tanto as de carácter temporário como definitivo, a partir dos mapas e levantamentos realizados por Cunha (1990). ILG, 2021.

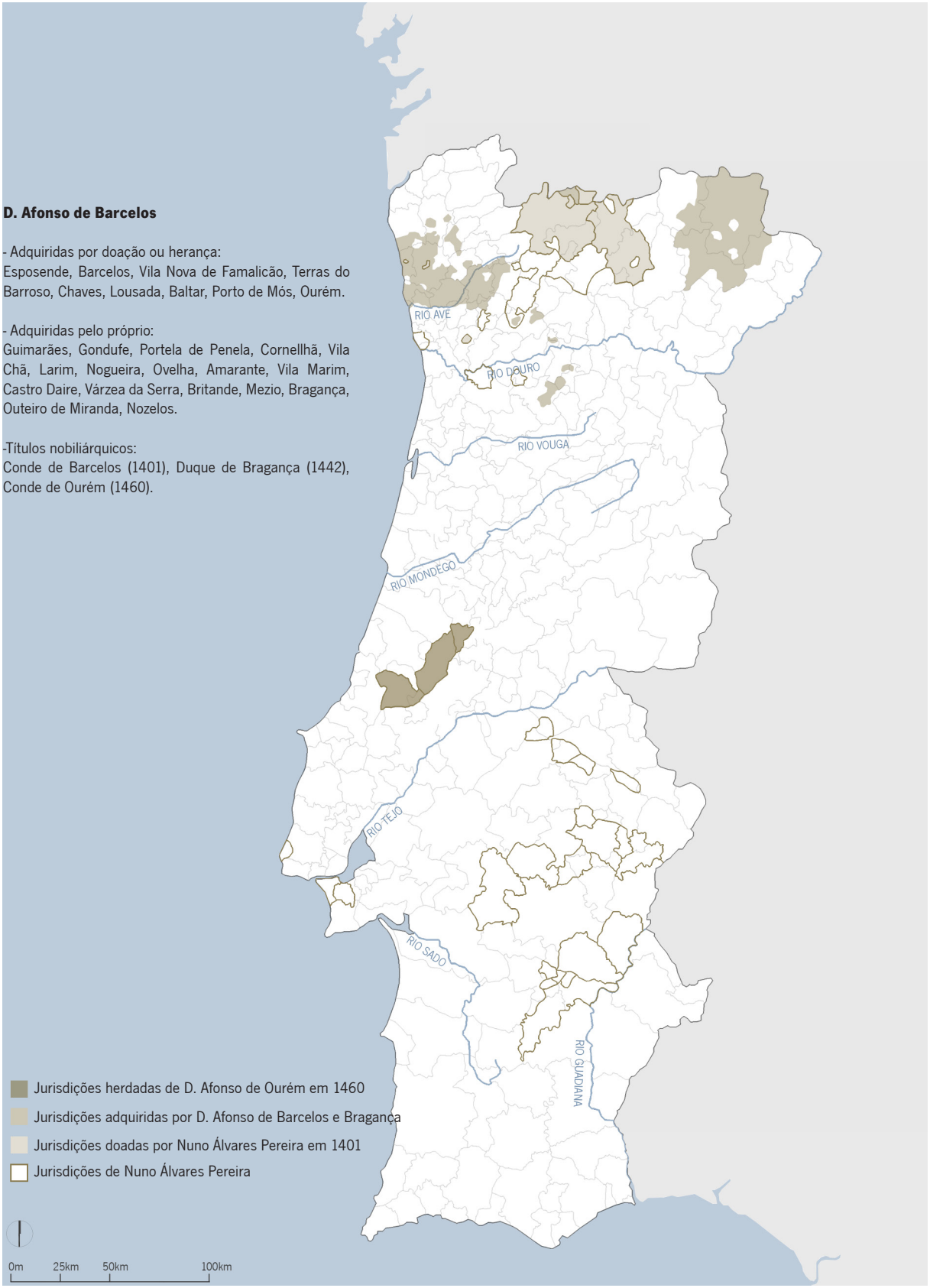


Fig. 5: Mapa de Portugal com a localização das jurisdições adquiridas por D. Afonso, Conde de Barcelos, entre 1401 e 1461, incluindo as doadas e herdadas, mas também as adquiridas pelo próprio, quer através de doações régias, escambos ou compras, a partir dos mapas e levantamentos realizados por Cunha (1990), incluindo a delimitação das jurisdições originais do Condestável. ILG, 2021.

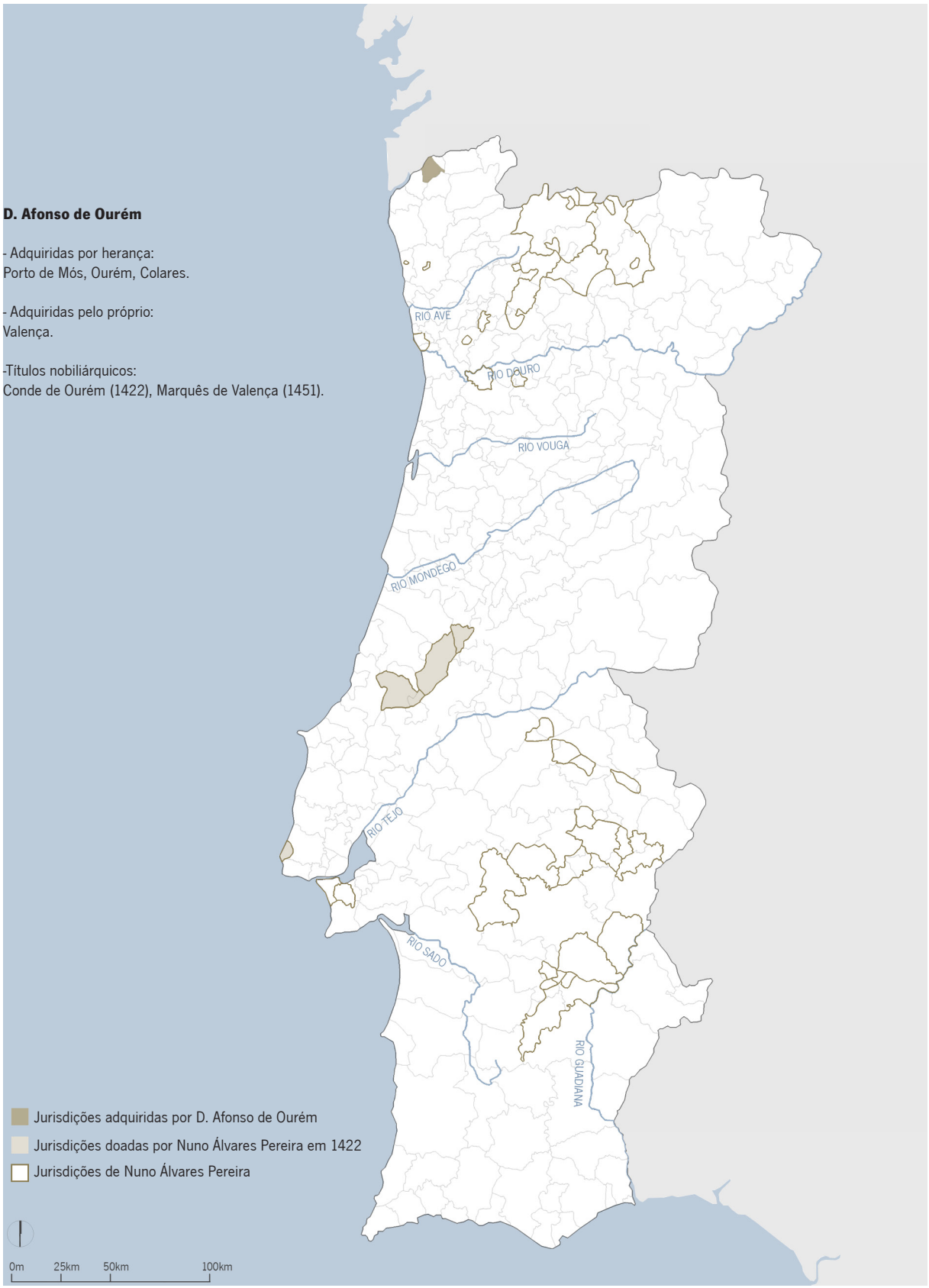


Fig. 6: Mapa de Portugal com a localização das jurisdições de D. Afonso, Conde de Ourém, entre 1422 e 1460, incluindo as doadas pelo avô, D. Nuno Álvares Pereira, mas também as adquiridas pelo próprio, a partir dos mapas e levantamentos realizados por Cunha (1990), incluindo a delimitação das jurisdições originais do Condestável. ILG, 2021.

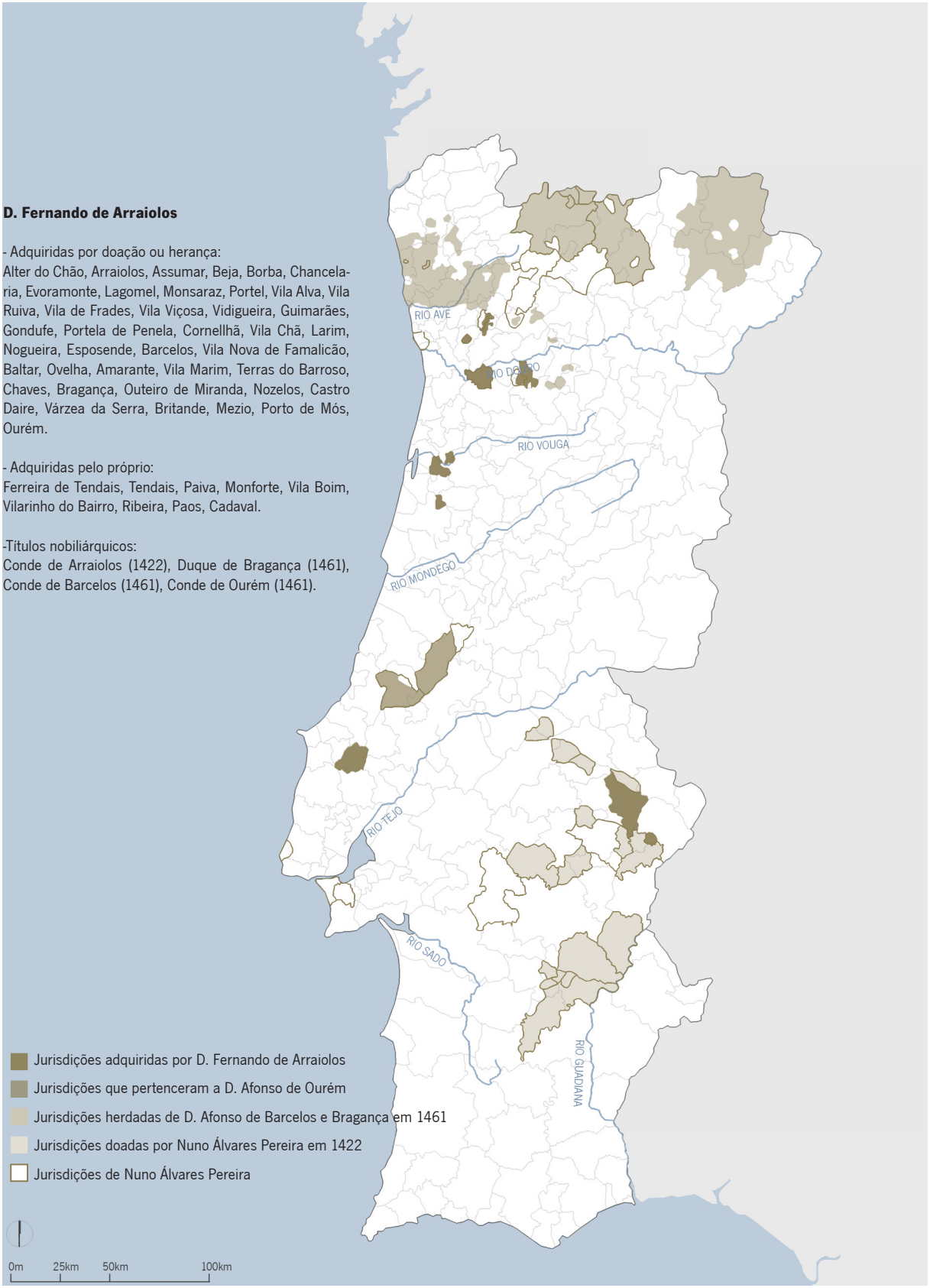


Fig. 7: Mapa de Portugal com a localização das jurisdições de D. Fernando de Arraiolos, entre 1422 e 1478, incluindo as doadas pelo avô, D. Nuno Álvares Pereira, as herdadas do pai, mas também as adquiridas pelo próprio através do casamento, doações régias, escambos ou compras, a partir dos mapas e levantamentos realizados por Cunha (1990), incluindo a delimitação das jurisdições originais do Condestável. ILG, 2021.

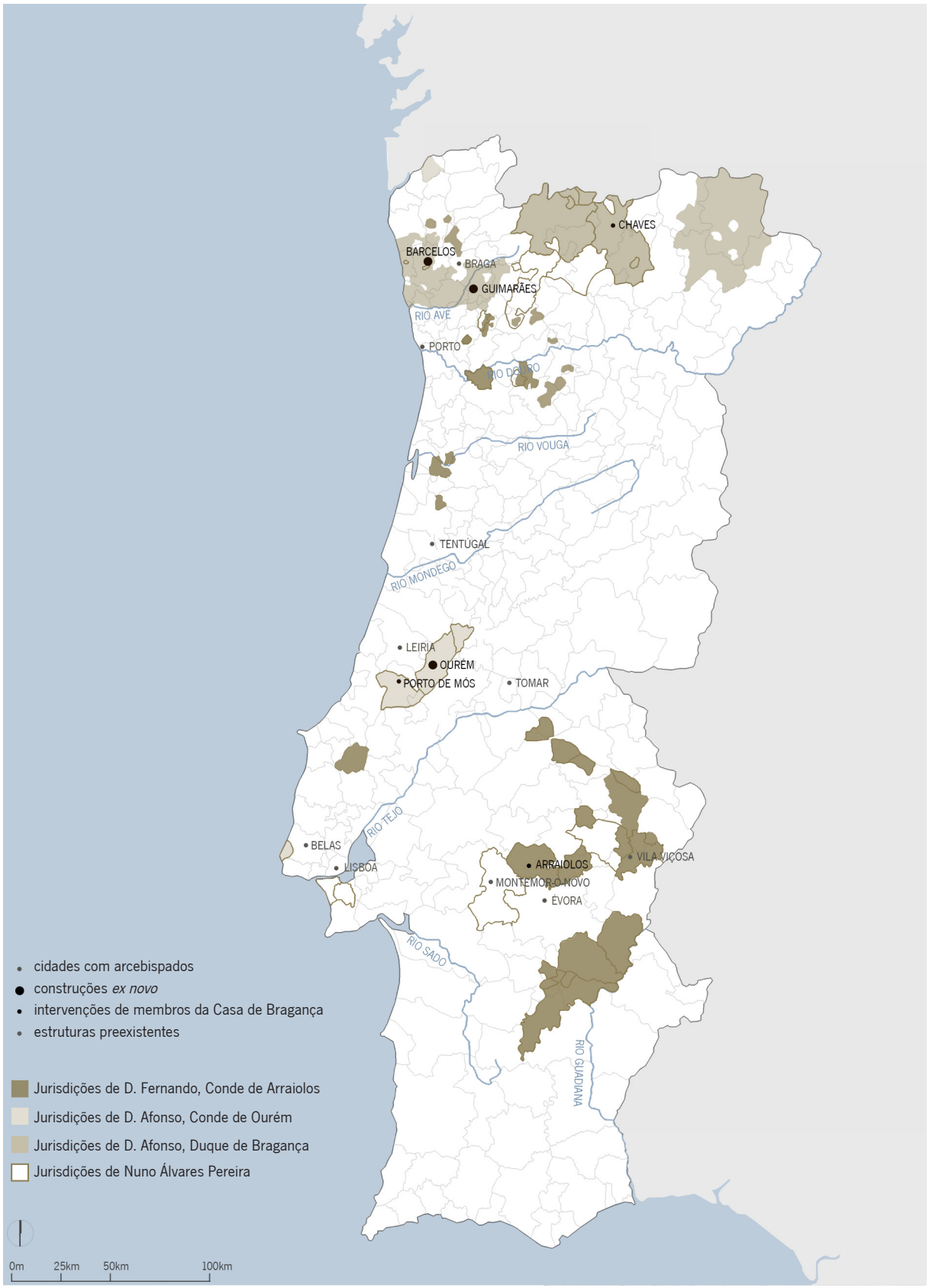


Fig. 8: Mapa de Portugal com a localização das jurisdições de D. Afonso de Bragança, D. Afonso de Ourém e D. Fernando de Arraiolos, cujas três casas em articulação estruturavam o património alargado da Casa de Bragança em 1460, a partir dos mapas e levantamentos realizados por Cunha (1990), incluindo a delimitação das jurisdições originais do Condestável, que representa ainda grande parte do património da Casa de Bragança. ILG, 2021.

Nuno Álvares Pereira estabelece assim três casas senhoriais independentes, mas que operaram simultaneamente [Fig. 8] até à morte de D. Afonso de Ourém em 1460 sem herdeiros legítimos, quando o seu património reverte para o seu pai. Poucos meses volvidos, com o falecimento do 1.º Duque de Bragança, será o Conde de Arraiolos a herdar a titularidade da Casa. A estratégia de partilha de bens utilizada pelo Condestável foi fundamental para assegurar que a sua linhagem perdurava, mesmo na eventualidade de um dos três ramos não vingar (o que acabou por acontecer, com a morte sem descendentes legítimos do herdeiro presumível). Ao encetar a distribuição do seu extensíssimo património estava, simultaneamente, a desmontar uma casa que, sob domínio de uma só figura, rivalizaria perigosamente com a Coroa, e a aumentar significativamente as hipóteses de D. Fernando, neto secundogénito, de contrair um casamento vantajoso e que gerasse herdeiros legítimos[41]. A distribuição geográfica das três casas alinhou a vontade política, que terá estado na origem deste sistema de divisão de bens, com a sedimentação estratégica dos seus descendentes em diferentes regiões do país, assegurando uma presença continuada da sua linhagem pelo território. Nesta perspetiva, a prolífera ação edificatória dos Bragança ganha contornos ainda mais premeditados e assertivos.

Desde tempos imemoriais que a arquitectura é utilizada como ferramenta de afirmação político-social (como veremos, a Casa de Bragança recorreu sistematicamente a este mecanismo de domínio territorial, pontuando o reino com vários edifícios, entre os quais palácios contruídos de raiz em várias jurisdições). Refere Mário Jorge Barroca que :

"(...) aos vários elementos desta linhagem ficou-se a dever a construção de diversos Paços senhoriais: Barcelos, Guimarães, Ourém, Porto de Mós, Lisboa e Vila Viçosa. Seis paços construídos de raiz, ou profundamente remodelados, aos quais acrescentaríamos uma sétima residência, em Chaves, onde não estamos certos que tenha havido uma intervenção directa do Conde D. Afonso, embora tenha aí residido diversas vezes" [42].

Nesse sentido, e no âmbito do intervalo temporal deste subcapítulo (1401-1442), contextualizamos sumariamente as intervenções patrocinadas por D. Afonso antes da sua elevação a Duque de Bragança, nomeadamente em Barcelos (c.1406) e Guimarães (c.1420). Como teremos oportunidade de analisar em capítulos sucedâneos[43], ambos palácios têm vindo a ser amplamente estudados do ponto de vista histórico. De momento, refletimos sobre os motivos que terão incentivado D. Afonso a construir, de raiz, duas moradias tão próximas – tanto em termos geográficos como temporais – e o seu enquadramento no contexto da política de afirmação que desenvolvia.

41. *Ibidem*, p. 62.

42. Barroca, Mário Jorge. "O Paço Condal de Barcelos e a Arquitectura Senhorial Quatrocentista Portuguesa". Comunicação apresentada nas Comemorações do VII Centenário da Elevação de Barcelos a Condado, Barcelos, 1998, p. 63.

43. O paço em Barcelos será analisado em "2.1 Arquitectura Senhorial na esfera da Casa de Bragança" e o de Guimarães em "2.2 O Paço dos Duques de Bragança em Guimarães (c.1420-1960), um novo olhar sobre o construído", de forma mais aprofundada.

Até à edificação do Paço dos Condes de Barcelos, D. Afonso teria o seu assento em Chaves[44], incluído no dote de casamento de D. Beatriz, e onde os novos condes terão vivido por largas temporadas. Foi inclusivamente nesta vila transmontana que tanto D. Beatriz como D. Afonso viriam a morrer, apesar de nenhum dos dois se encontrar aqui sepultado[45]. No entanto, D. Afonso terá sentido a necessidade – aliada, certamente, à vontade de se afirmar como novo senhor – de construir um paço na vila titular do seu condado. De referir que o casal herdou ainda a casa do Condestável no antigo centro barcelense[46] mas, como afirma Mário Jorge Barroca (1998), esta seria relativamente pequena e modesta, o que poderá ter contribuído para a vontade de D. Afonso em construir nova morada, distanciando-se da memória omnipresente do sogro.

Apesar de se saber que D. Afonso fixou residência em Chaves, não é certo se terá vivido no antigo castelo de Nuno Álvares Pereira ou se construiu um novo paço. Sabemos que esta vila ocupou um lugar preponderante no início da vida familiar dos Condes de Barcelos e que foi revisitada por D. Afonso em mais que um momento. Contudo, provavelmente influenciado pela viagem a Inglaterra – até onde escoltou a irmã para o seu casamento com o Conde de Arundel em 1406 –, D. Afonso terá optado por afirmar a sua posição como recém-titulado Conde de Barcelos, construindo uma nova casa senhorial. Para tal, escolheu a vila de Barcelos que, além de ser a sede do seu condado – o mais antigo de Portugal –, carecia ainda de uma linha de muralhas e respetivas fortificações. Este facto poderá ter influenciado a opção de D. Afonso, que recebe uma talha paga pelos habitantes do termo de Barcelos, e não só[47], que contribui para custear a nova fortificação. A construção da muralha terá sido iniciada após 1406 e em 1425 estaria praticamente concluída[48], resultando numa das mais importantes e caracterizadoras intervenções urbanísticas na vila. Terá sido no âmbito desta empresa de foro aparentemente militar que D. Afonso construiu o seu paço, como aliás o parece indicar a queixa de 1481-82 a propósito da cobrança de talha para a construção da muralha barcelense, na qual se refere:

"(...) nõ abastou as obras serem acabadas cõ o dinheiro e suor dos pobres homens mas ajnda fizerã ***huus paaços em que vossa merçee e a Senhora Rainha poderam pousar*** *e o duque e sua molher serem bem apousentados (...)"* [49].

Desta forma, podemos identificar dois momentos que caracterizaram a ação de D. Afonso em Barcelos: uma primeira intervenção através da qual se introduziram melhorias de carácter urbanístico e de defesa, seguida da construção de uma residência senhorial num local privilegiado da vila – a partir do qual o

44. http://www.monumentos.gov.pt/ (consultado a 21-06-2021).

45. Inicialmente, D. Afonso foi sepultado na Igreja de Santa Maria Maior em Chaves, mas foi trasladado para o panteão dos Braganças, na Igreja dos Agostinhos, Vila Viçosa, enquanto D. Beatriz foi sepultada em Vila do Conde.

46. Barroca, Mário Jorge. *Op. Cit.*, 1998, p. 76.

47. Como indica a queixa apresentada pelos habitantes de Azurara a D. João I, em 1413, e de Ponte de Lima, às cortes em 1481-1482. Cf. *Ibidem*, p. 72-75.

48. *Ibidem*, p. 75.

49. Brito, Pe. M. J. da Cunha e, "Os Pergaminhos da Câmara de Ponte de Lima". *O Archeólogo Português* 1.ª série (1916): 8-10. Citado por *Ibidem*, p. 73, com sublinhado nosso.

Conde vê e é simultaneamente visto, exercendo o seu domínio territorial e controlando tanto a vila como a chegada – e impondo claramente a sua imagem no território. O paço é a efetiva marca senhorial. De referir ainda um terceiro momento em que, por ação de D. Afonso, a igreja matriz de Barcelos é elevada a Colegiada[50] em 1420.

Ainda a propósito do Paço dos Condes de Barcelos – posteriormente, Paço dos Duques de Bragança em Barcelos – não é conhecido o ano exato em que a sua construção terá começado. No entanto, alguns historiadores têm avançado balizas temporais, mais ou menos recuadas, situadas ao longo do século XV. Considerando a já referida análise de Mário Jorge Barroca (1998), recorreremos ao intervalo que propõe para a intervenção afonsina: c.1406-1427[51]. Expondo sumariamente a sua cronologia, a construção do paço terá sido iniciada após 1401, ano em que recebe o condado de Barcelos e, provavelmente, depois de regressar da sua viagem a Inglaterra, em 1406; certo é que em 1414 já estaria em construção[52] e que, em 1415, D. Afonso traz de Ceuta vários elementos decorativos de palácios marroquinos – destinados, porventura, a esta obra; em 1427, o paço já estaria genericamente concluído[53], coincidindo com um período em que D. Afonso já teria iniciado a construção de um novo paço, em Guimarães (c.1420-1422). O estaleiro barcelense não foi completamente abandonado, e são inclusivamente conhecidas referências a intervenções posteriores às de D. Afonso[54]. Na origem desta mudança de interesse, de Barcelos para Guimarães, poderá ter estado o casamento do conde com D. Constança em 1420. Como referido, em 1409 D. Afonso recebe de seu pai "*(...) o lugar de Fão de juro e herdade, com todas suas rendas, direitos, e jurisdições, mero e misto Império; declarando, que, não embargava, que a dita jurisdição fosse de Guimarães, e do seu termo ao Julgado de Faria".* Com base nesta referência, são vários os autores[55] que entendem esta data como a altura em que Guimarães entra na esfera da Casa de Barcelos. Contudo, será o segundo casamento de D. Afonso em 1420 a impulsionar a mudança do foco de Barcelos para Guimarães, recorrendo ao mesmo método de afirmação territorial. De facto, existem semelhanças na abordagem do Conde D. Afonso às duas vilas: tanto em Barcelos como depois em Guimarães, patrocinou uma série de intervenções de carácter urbanístico ainda antes de iniciar a construção do paço. Como vimos, D. Afonso patrocinou a fortificação de Barcelos, enquanto em Guimarães, vila já dotada de uma cerca moderna e recentemente intervencionada, o Duque de Bragança construiu equipamentos de distribuição de água, como a Arca de Água na Torre dos Cães (posteriormente, a Duquesa D. Constança terá também construído a Fonte da

50. "1420 - Segundo as Memórias Paroquiais de 1758, o Reverendo Pedro Ribeiro de Gouveia afirma que a Colegiada foi instituída nesta data" http://monumentos.gov.pt (consultado a 08-02-2022).

51. Embora vários autores, na esteira de Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1990) e José Custódio Vieira da Silva (1995), tenham situado o início da construção do paço em meados do século XV, associando-a ao 2.º Duque de Bragança, D. Fernando, o estudo de Mário Jorge Barroca (1998) oferece uma visão clara e fundamentada sobre o período de fundação do paço barcelense, pelo que optamos por nos reportar à data de c.1406, avançada e defendida por Barroca.

52. Conforme atesta o documento descoberto no Arquivo Municipal de Guimarães. Cf. Ferreira, Maria da Conceição Falcão. "Barcelos, Terra de Condes. Uma abordagem preliminar". *Separata de Barcelos Revista* (1991-1992): 37.

53. Azeredo, Francisco. *Restauro do Paço dos Condes-Duques em Barcelos. Projecto de Restauro.* Porto: ESBAP, 1954, p. 18.

54. Durante o ducado de D. Fernando I, mas também de D. Jaime, do qual se conhecem alguns documentos que atestam o interesse do duque em avançar com obras de grande porte em Barcelos.

55. Nomeadamente, Mafalda Soares da Cunha (1990); José Custódio Vieira da Silva (1995); Mónica Brito (2003).

Duquesa, nas imediações do paço), bem como a cabeceira da Igreja de S. Francisco[56]. No que concerne o Paço dos Duques, o próprio contrato de casamento tem sido apontado como catalisador da construção de um novo palácio, e o generoso dote de D. Constança – que incluiu rendas que o Conde de Barcelos teria em Guimarães[57] – terá contribuído para aliciar o Conde de Barcelos em relação a Guimarães.

"(...) ao tempo do cazamento daremos a dita D. Constança ***guarida de casa*** *e de seu corpo como cumpre a mulher que com o Conde caza (...)"* [58].

Pese embora os argumentos elencados, entendemos que a pertinência de uma construção *ex novo* poderá ter estado intrinsecamente associada à vontade de D. Afonso em superar a sua situação de filho natural do rei D. João I[59]. Recorrendo à arquitectura como ferramenta de afirmação e consolidação do seu poder – através de um palácio que rivalizasse e, eventualmente, superasse, em dimensão e sumptuosidade, os dos seus meios-irmãos e de seu pai –, a escolha de Guimarães para situar o seu novo paço estará ainda, muito provavelmente, relacionada com a inequívoca importância histórica e simbólica da vila.

56. Abordaremos com maior profundidade as intervenções dos Bragança em Guimarães em "I. a família de Bragança em Guimarães".

57. Sousa, D. António Caetano de. "Tomo III" em *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Lisboa: Regia Officina Sylviana da Academia Real, 1744, doc. nº9, p. 460-462.

58. *Ibidem*, p. 461, com sublinhado nosso.

59. Silva, José Custódio Vieira. *Paços Medievais Portugueses*. Lisboa: IPPAR, 1995.

1.1.2
A *consolidação* da Casa de Bragança

Os reinados de D. Duarte (1433-1438) e de D. Afonso V (1438-1481) foram períodos particularmente benéficos para as Casas de Barcelos, Ourém e Arraiolos. Apesar da tensa relação entre D. Afonso de Barcelos e D. Pedro de Coimbra – regente do reino durante grande parte da menoridade de D. Afonso V –, o Conde de Barcelos continuou a disfrutar de um lugar de grande destaque no seio da alta nobreza portuguesa, confirmado pela sua elevação a Duque de Bragança em 1442. Convém sublinhar que este era apenas o terceiro ducado instaurado em Portugal – após os de Coimbra e Viseu, criados a favor dos infantes D. Pedro e D. Henrique, por D. João I –, o que evidencia a posição privilegiada de D. Afonso. Paralelamente ao Duque de Bragança, os Condes de Ourém e de Arraiolos também se destacaram na sociedade quatrocentista através dos sucessivos cargos que ocuparam, movendo-se em diferentes áreas de influência. Enquanto D. Afonso de Barcelos, detentor de um considerável poder e sediado no velho Norte Senhorial, atuava principalmente à escala regional, o Conde de Ourém estaria vocacionado para a diplomacia e relações com as cortes europeias, enquanto D. Fernando de Arraiolos se dedicava à carreira militar.

No âmbito desta investigação, e no seguimento da análise às primeiras quatro décadas da Casa de Bragança, a ação mecenática que D. Afonso de Ourém empreendeu a partir de 1435 é particularmente relevante para a contextualização da construção dos paços em Ourém (c.1450) e Porto de Mós (c.1450). Nesse sentido, analisaremos sumariamente a biografia do Conde de Ourém de forma a enquadrá-lo no processo construtivo dos Bragança.

Herdeiro aparente das casas de Barcelos e Bragança, D. Afonso notabilizou-se como diplomata, empreendendo em longas viagens pela Europa e até ao Oriente Próximo, em representação da coroa portuguesa. Nestas viagens, terá conhecido *"as mais importantes, desenvolvidas e influentes cidades do mundo civilizado de então"* [60], o que lhe conferiu excepcional cultura e mundividência. Contactou com nobres europeus que, à semelhança das famílias reais e da Igreja, encomendavam obras de arte e de arquitectura como modo de afirmação do seu poder, familiarizando-se assim com o conceito de mecenato[61]. Neste sentido, é importante conhecer D. Afonso de Ourém e perceber as cidades pelas quais terá passado, pois este conhecimento terá certamente influenciado as obras que patrocina nos seus domínios. Apoiados nas

60. Barradas, Alexandra Alves. *Ourém e Porto de Mós. A obra mecenática de D. Afonso, 4.º Conde de Ourém.* Lisboa: Edições Colibri, 2009, p. 133.

61. "[D. Afonso edificou] entre 1436 e 1455, nos seus domínios, uma notável e singular obra mecenática, numa acção irrepetível em grandeza e originalidade para a época, que se materializou na remodelação urbana de Ourém, sua vila condal, com a redefinição do perímetro muralhado, a construção de uma fonte pública, um paço e uma colegiada, da edificação de um outro paço em Porto de Mós, remodelando para tal o primitivo castelo românico, e a encomenda e aquisição de obras de arte (...) destinadas a embelezar e engrandecer as obras de arquitectura por ele edificadas." Cf. Barradas, Alexandra Alves. "D. Afonso, 4.º Conde de Ourém – Viagens, Cultura Visual e Formação de um Gosto". *Medievalista* 2 (2006) (consultado a 13-07-2021).

publicações de Alexandra Alves Barradas (2006; 2009), listamos as missões diplomáticas de D. Afonso: em 1429-30, integrou a embaixada que conduziu a infanta D. Isabel, sua tia, até à Flandres sendo que, nesta viagem, terá chegado provavelmente até à Alemanha; em 1431 terá empreendido na sua segunda missão diplomática até à corte de Aragão; entre 1436 e 1438, assume a chefia da que será a sua mais importante missão diplomática, a Embaixada de Portugal ao Concílio de Basileia, e durante a qual viajou também pela península italiana, chegando até Jerusalém; em 1451-1452, chefiou a comitiva que levou a infanta D. Leonor, irmã de D. Afonso V, a Roma, para o seu casamento com Frederico III do Sacro Império Romano-Germânico[62], acompanhando os noivos até à Alemanha[63]; finalmente, em 1458, embarca na sua última missão, esta de cariz militar, ao lado de D. Afonso V na conquista de Alcácer Ceguer. Regressado do Norte de África, D. Afonso virá a morrer pouco depois, em 1460, tendo passado largas temporadas da sua vida adulta em viagem, o que o tornou inevitavelmente um dos homens mais cultos e viajados do seu tempo. O trabalho de Alexandra Alves Barradas (2009) permite-nos conhecer melhor o extraordinário percurso de D. Afonso pela Europa, identificando as sociedades, as cortes e os lugares com os quais contactou e que influenciaram a sua *"cultura visual"* [64]. Homem próximo do rei, tomou parte decisiva nos eventos de 1449 que culminaram na Batalha da Alfarrobeira[65]. Em conjunto com o Conde de Barcelos, liderou as forças régias e assegurou a vitória de D. Afonso V sobre o Duque de Coimbra, D. Pedro. Dos despojos de guerra, D. Afonso chamou a si alguns homens de D. Pedro que trabalhavam nas obras do Mosteiro da Batalha[66], e que passaram assim a integrar os estaleiros dos seus paços em Ourém e Porto de Mós, resultando num incremento de mão de obra especializada[67]. Apesar de ter falecido com perto de 60 anos, D. Afonso nunca chegou a casar[68] nem a assegurar linhagem legítima. Alguns autores associaram a sua aparente falta de predisposição para o matrimónio com a *"orgulhosa independência"* que o caracterizaria[69], corroborada em certa medida pelo mote que escolheu para si – NE(MIN)IS, latim para *"De Ninguém"* – e que, associado à sua empresa – dois guindastes simétricos[70] – parece indicar um ho-

62. Desta viagem é conhecido o relato, escrito por Nicolau Lanckmann. O Conde de Ourém terá passado por Ceuta, Marselha, Monte Carlo, Nice, Livorno, Pisa, Assis, Roma e Neustadt. Cf. Barradas, Alexandra Alves. *Op. Cit.*, 2009, p. 120.

63. Barradas, Alexandra Alves. *Op. Cit.* (2006) (consultado a 13-07-2021).

64. *Ibidem.* (consultado a 13-07-2021).

65. Não obstante ter sempre gozado de uma relação amigável com o regente, quando D. João, Condestável de Portugal (e seu cunhado, por casamento com D. Isabel de Barcelos), morre em 1442 e D. Pedro atribui o título de Condestável a seu filho – ignorando o pedido do Conde de Ourém que o título lhe fosse atribuído a si, na qualidade de neto primogénito de Nuno Álvares Pereira –, surge uma clivagem que nunca mais será sanada, contribuindo para o desfecho da Alfarrobeira.

66. Seriam pelo menos treze os trabalhadores que vieram das obras da Batalha, entre os quais servidor de obras, pedreiro, assentador, servente. Cf. "Chronica do Senhor Rey D. Affonso V" em *Crónicas Rui de Pina*, 577-881. Porto: Lello &Irmão Ed., 1977.

67. Silva, José Custódio Vieira. *Op. Cit.*, 1995, p. 149.

68. Apesar de existirem referências a um alegado casamento secreto com D. Brites de Sousa, mãe do seu único filho, D. Afonso de Portugal, esta aliança não foi reconhecida nem pelo Duque de Bragança nem pelo Rei D. João II. Se o casamento tivesse acontecido – ou sido validado – D. Afonso teria sido o herdeiro do ducado de Bragança, na qualidade de filho varão do primogénito do Duque D. Afonso. Cf. Sousa, D. António Caetano de. "Tomo X" em Lisboa: QuidNovi/ Público, Academia Portuguesa da História, 2007, p. 533.

69. "(...) a escolha do Conde de Ourém [em relação ao modelo arquitectónico sobre o qual basear o seu Paço] recaiu sobre um modelo italiano cujo aparato militar poderá, afinal, reflectir de alguma forma o carácter e a necessidade de afirmação do seu autor. A sua empresa, aliás, parece corroborar esta análise: dois guindastes simétricos de desenho muito preciso, esculpidos quer na sua arca tumular, quer em chave de abóbada do castelo de Porto de Mós, sustentam uma cartela com o seu mote. Esta orgulhosa independência, que parece confirmar-se com o facto de não haver chegado a contrair matrimonio, completa-se com o trabalho de afirmação pessoal que os guindastes quererão simbolizar e que a sua divisa – ma faut fere – também corrobora." Cf. Silva, José Custódio Vieira. *Op. Cit.*, 1995, p. 153.

70. "Elemento escolhido como motivo central, faz parte do universo dos equipamentos mecânicos que o século XV vê aperfeiçoar e diversificar, essenciais ao desenvolvimento civilizacional, símbolos de avanço e progresso.". Cf. Barradas, Alexandra Alves. *Op. Cit.*, 2009, p. 160.

mem de personalidade ambiciosa, votado para um isolamento consciente, mas com grande vontade de se afirmar. O paço que constrói em Ourém será *"a afirmação, plena de retórica, da sua fortaleza inexpugnável e inacessível"* [71]. Considerando que não é do âmbito da nossa investigação, nem da nossa área científica, o estudo da empresa de D. Afonso ou do seu significado, optamos por expor algumas análises anteriormente veiculadas, com a salvaguarda que, como escreve Virgínia Rau, *"carregadas de simbolismo, elas [as empresas] são de interpretação difícil; de facto, como serviam para exprimir um pensamento pessoal, ou ainda para representar uma intenção ou uma ideia igualmente pessoal, o seu hermetismo é quase impenetrável ao investigador actual"* [72]. No entanto, interessa referir o raciocínio construído por José Custódio Vieira da Silva (1995) e Alexandra Alves Barradas (2009), no qual a empresa espelha a personalidade do próprio D. Afonso e enquadra a sua ação mecenática. A construção dos paços em Ourém e Porto de Mós, iniciada provavelmente na mesma década (c.1450) e em localidades tão próximas (≈27 km), terá estado intrinsecamente ligada à vontade de D. Afonso em se afirmar, distanciando-se dos seus reconhecidos e poderosos pai e avós, provando que também ele estava em posição para construir os seus próprios palácios, nas vilas das suas jurisdições.

O Conde de Ourém, apesar de nunca ter casado, teve um filho natural, D. Afonso de Portugal (1440-1522), que, por ter reclamado a herança do pai, foi encaminhado para a vida religiosa[73] por D. João II, chegando a ser nomeado Bispo de Évora em 1485. Também ele foi uma figura relevante na sociedade quatrocentista, tendo inclusivamente patrocinado a construção de vários equipamentos religiosos em Évora, de entre os quais se destacam o paço episcopal de Évora e o Convento de Nossa Senhora da Graça. É ainda interessante referir que construiu uma moradia solarenga em Arraiolos – lugar calmo, mas relativamente próximo da corte em Évora – conhecida como a Casa da Sempre Noiva[74] [Fig. 9.6] que é, ainda hoje, uma casa particular de veraneio. Apesar de muito intervencionada nos séculos XIX e XX, as semelhanças compositivas às casas senhoriais quinhentistas são notórias. De referir, a título de exemplo, o alpendre abobadado – como em Barcelos, Tentúgal, Belas ou Tomar – que perfaz a ligação entre piso térreo e nobre, ou a capela que, apesar de integrar o edifício, se situa num dos extremos do corpo principal e com o portal de entrada está voltado para o exterior.

Assim, conhecemos três casas senhoriais construídas por membros da Casa de Bragança após 1450, sendo que destas apenas o paço em Ourém será uma construção *ex novo*. Contudo, é pertinente uma

---

71. Silva, José Custódio Vieira. *Op. Cit.*, 1995, p. 153.

72. Rau, Virgínia. "As empresas e a História das Técnicas em Portugal nos séculos XIV e XV" em *Estudos de História Medieval*. Lisboa: Editorial Presença, 1985, p. 171.

73. Sousa, D. António Caetano de. "Tomo X" em *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Lisboa: QuidNovi/ Público, Academia Portuguesa da História, 2007, p. 533.

74. "A casa solarega da Sempre Noiva terá sido edificada na transição entre os séculos XV e XVI, por D. Afonso de Portugal, bispo eborense, que adquirira por escambo os terrenos antes pertencentes ao bispado. Ergue-se junto à vila de Arraiolos, na tranquilidade da ampla planície alentejana, mas suficientemente perto do centro de atracção da corte que representava então a cidade de Évora. A filha natural de D. Afonso, D. Beatriz ou Brites de Portugal, instituiu em 1531 o morgadio da Herdade da Sempre Noiva, encabeçado por seu irmão D. Francisco de Portugal, 1.º Conde de Vimioso, razão porque o palácio foi também conhecido como solar dos Vimiosos. Quando D. Afonso aí mandou erguer a sua habitação, preciosa declinação mudéjar-manuelina do Tardo-gótico alentejano, terá aproveitado parte de uma edificação mais antiga, talvez mesmo datando ainda do século XIV. Este núcleo primitivo, centrado em torno de um torreão de dois pisos, constituiria apenas mais um capítulo da história do local, onde se encontram igualmente vestígios de uma ocupação romana de relevo. (...)". Cf. http://www.patrimoniocultural.gov.pt/ (consultado a 23-07-2021).

análise mais atenta ao paço do Conde de Ourém tanto nesta vila como em Porto de Mós, bem como aos motivos que terão influenciado estas construções pois, como veremos, é do nosso entendimento que terão sido obras pensadas e planeadas em articulação.

Por doação de seu avô, D. Afonso foi elevado a conde de Ourém em 1422, uma antiga vila da Estremadura cuja situação topográfica permitia o controlo dos acessos a Lisboa. O castelo, fundado no tempo de D. Afonso Henriques, integrava uma extensa rede defensiva[75] e protegia – em conjunto com o castelo de Porto de Mós – a antiga via romana que ligava Lisboa a Coimbra[76] e Braga e que seria, ainda, uma importante via de comunicação. Numa primeira fase foi em Ourém, vila titular do seu condado, que D Afonso desenvolveu uma série de intervenções de carácter urbanístico[77]. À semelhança da ação de seu pai nas vilas de Barcelos e Guimarães, D. Afonso patrocina algumas beneficiações na vila, tais como o reforço da antiga cerca medieval, a construção de uma fonte pública em 1434 e a fundação da Colegiada de Nossa Senhora da Visitação – cujo pedido de autorização datará de 1445, apesar da construção se ter iniciado em 1450[78] – a par do início da construção do paço, junto ao reduto militar do castelo, sendo o paço a marca definitiva de poder e nobreza. No entendimento de Alexandra Alves Barradas (2009) é possível que a intenção de D. Afonso com a melhoria do sistema de abastecimento de água fosse favorecer a fixação de população na sua vila. Nesse sentido, a construção da Colegiada também pode ter estado relacionada com a influência que estes espaços exerciam junto dos habitantes, principalmente quando considerando que, com a Colegiada, foram fundadas ainda escola, hospital e albergaria[79].

Apesar de carecer de uma datação específica, a construção do paço condal [Fig. 9.1; Fig. 9.2; Fig. 9.3] ter-se-á situado entre as décadas de 1440-1450[80], seguramente após a deslocação ao Concílio de Basileia. De facto, não parece haver dúvidas que D. Afonso terá sido influenciado pelos palácios que conheceu e visitou durante esta viagem[81], principalmente na península italiana. Apesar da ação construtiva do Conde de Ourém ter sido em tudo semelhante à de seu pai, o modelo segundo o qual o paço em Ourém terá sido construído é bastante diferente do paço vimaranense. Enquanto o Duque de Bragança terá optado por um palácio civil com poucas ou nenhumas preocupações de cariz defensivo, o modelo importado por D. Afonso de Ourém terá sido o italiano, uma tipologia de carácter fortificado, mais próximo da casa-fortaleza e que, apesar de ser uma estrutura autónoma, a sua proximidade ao reduto defensivo, aspeto robusto e carácter militar faz com que seja, ainda hoje, por vezes confundido com o próprio castelo.

---

75. Serrão, Joaquim Veríssimo. *Ourém: Breve notícia histórica.* Ourém: Câmara Municipal de Ourém, 2001, p. 15-16.

76. Moreira, Rafael (coord.). *A Arquitectura Militar na Expansão Portuguesa*. Porto: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994, p. 94-95.

77. Silva, José Custódio Vieira. *Op. Cit.*, 1995, p. 149.

78. Barradas, Alexandra Alves. *Op. Cit.*, 2009, p. 197.

79. *Ibidem,* p. 196

80. José Custódio Vieira da Silva (1995) e Alexandra Alves Barradas (2006) situam a construção depois de 1440, enquanto Rafael Moreira (1994) defende o intervalo de 1451-1460.

81. Como parece indicar "Diário da Jornada que fez o Conde de Ourém ao Concílio de Basileia", cujo autor é desconhecido, mas terá, certamente, integrado a comitiva de D. Afonso. Este relato inclui descrições das cidades e lugares que visitaram e onde pararam, os palácios onde pernoitaram e ainda apontamentos sobre as vivências culturais de vários sítios. A este propósito, ver Aida Fernanda Dias (ed.), 2003 .

Contudo, o seu desenho com pendor mais militar dever-se-á ao facto de ter sido construído a partir de palácios italianos coetâneos para ser morada do Conde de Ourém, demonstrando o *"poder de uma linhagem emergente"* [82].

Da adaptação do Castelo de Porto de Mós [Fig. 9.4; Fig. 9.5] sabemos apenas que terá ocorrido na década de 1440-50, em simultâneo com o paço condal em Ourém. De facto, as duas vilas que D. Afonso recebeu de Nuno Álvares Pereira são geograficamente muito próximas e significativamente relevantes em termos estratégicos, pois situavam-se numa região muito percorrida pela corte quatrocentista[83] – basta lembrar Leiria, onde D. João I pousava frequentemente, construindo mesmo o seu paço real (c.1400), e a Batalha, vila onde estava a ser construído o imponente Mosteiro de Santa Maria da Vitória, se situavam a cerca de 25 km de Ourém e ainda mais perto de Porto de Mós [Fig. 10]. Os motivos que terão levado D. Afonso de Ourém a intervir também nesta vila, reabilitando o castelo e adaptando-o a moradia senhorial, ter-se-ão relacionado, uma vez mais, com a afirmação do domínio territorial que exercia naquela região, apresentando-se sobranceiro e controlando a estrada Lisboa-Coimbra-Braga.

82. Silva, José Custódio Vieira. *Op. Cit.*, 1995, p. 150.
83. Barradas, Alexandra Alves. *Op. Cit.*, 2009, p. 89.



Fig. 9: Os paços associados ao ramo de Ourém da Casa de Bragança. 1, 2, 3. Paço em Ourém, D. Afonso de Ourém em c.1440 (SIPA, c.1940); 4, 5. Paço em Porto de Mós, D. Afonso de Ourém em c.1450 (SIPA, c.1940); 6. Casa da Sempre Noiva, D. Afonso de Portugal em c.1485 (ILG, 2019). As fotografias reportam ao estado atual do edifício (6.) e à sua condição pré-restauro (1-5) incluindo, portanto, intervenções arquitetónicas posteriores à época em análise.

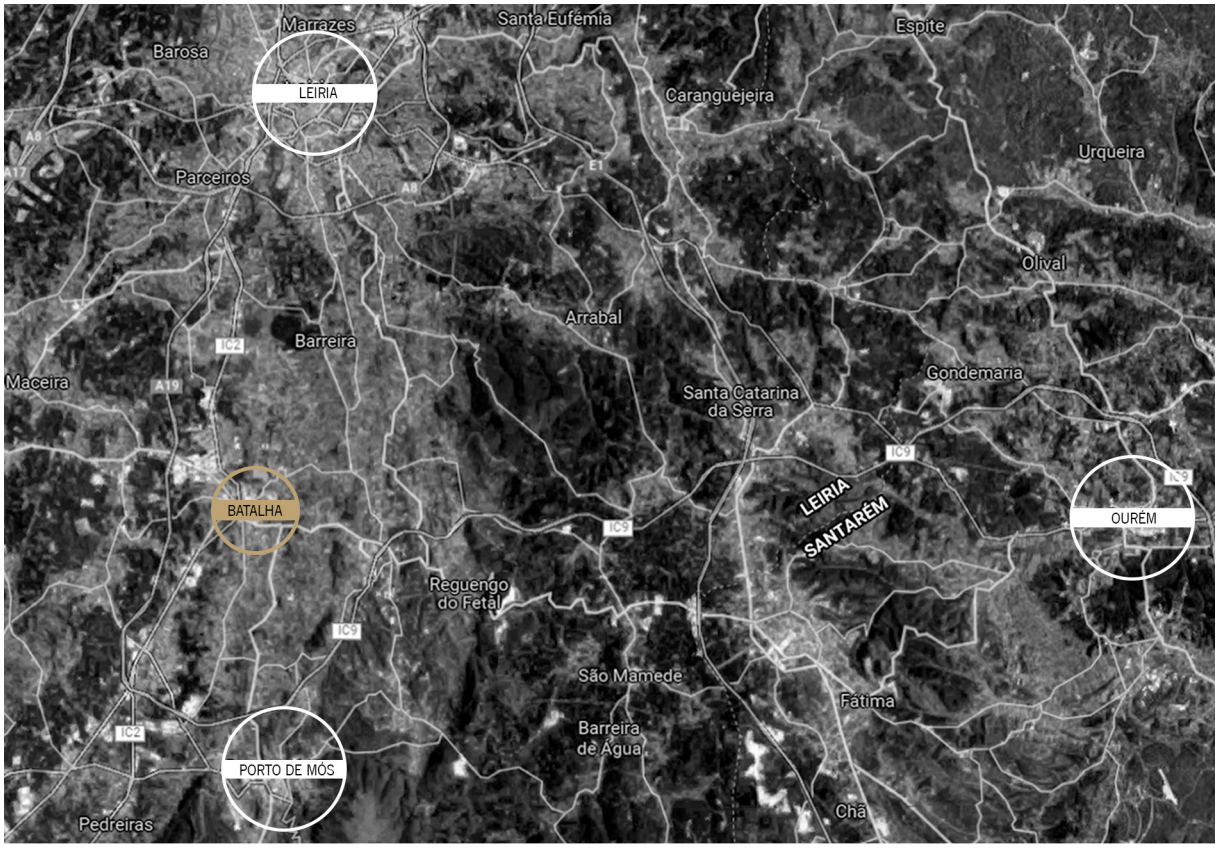


Fig. 10: Localização de Leiria, Ourém, Porto de Mós e relação de proximidade com a Batalha (GoogleMaps, 2021).

Em 1460, o Conde de Ourém morre inesperadamente e, por não ter descendentes legítimos, o seu património – com a excepção do marquesado de Valença[84] – reverte para o Duque de Bragança, seu pai, que morre no ano seguinte. Todo o património das Casas de Barcelos, Ourém e Bragança é herdado por D. Fernando, Conde de Arraiolos, elevado assim a 2.º Duque de Bragança. Este acontecimento inesperado veio alterar significativamente as dinâmicas da família de D. Fernando, já casado com D. Joana de Castro (c.1410-1479), senhora do Cadaval e herdeira das linhagens materna e paterna, com quem teve oito filhos – D. Fernando, D. João, D. Afonso, D. Álvaro, D. Isabel, D. Beatriz, D. Guiomar e D. Catarina (que viram também as suas circunstâncias substancialmente melhoradas). O primogénito varão, D. Fernando (1430-1483), tinha casado em primeiras núpcias com D. Leonor de Meneses – uma união da qual não resultou descendência – estabelecendo uma aliança com uma das mais antigas famílias do reino no que terá sido um casamento igualitário[85], na medida em que o pai do noivo era, à época, filho segundo do Duque de Bragança. No entanto, a ascensão do Conde de Arraiolos à titularidade da Casa de Bragança alterou a condição de todos os seus filhos, mas, principalmente, do primogénito, que, viúvo desde 1452, deveria casar novamente e assegurar a continuidade da linhagem. Assim, um novo consórcio foi acordado com uma noiva de estrato social adequado ao futuro Duque de Bragança. A escolha recaiu sobre D. Isabel de Viseu (1459-1521), filha do Infante D. Fernando e da sua mulher, D. Beatriz de Portugal – filha de D. Isabel de Barcelos e, portanto, também neta do 1.º Duque de Bragança – uma união muito importante para os Bragança na medida em que voltam a estar unidos por laços de sangue à família real. Contudo, interessa também referir os excelentes casamentos dos restantes filhos de D. Fernando e D. Joana, todos contratualizados após 1460, possibilitados certamente por esta nova condição, e quando a ascensão ao ducado de Bragança era iminente.

"(...) este conjunto de alianças matrimoniais colocou a linhagem dos Bragança no início do último quartel da centúria de quatrocentos, na situação de parente próxima de praticamente todas as casas tituladas portuguesas, para já não falar do titular da Casa se ter tornado cunhado do rei D. João II e primo co-irmão da rainha de Castela, Isabel a Católica; permitiu-lhe ainda constituir ***um leque de casas senhoriais****, nas pessoas dos filhos ou irmãos, que pelas relações de consanguinidade* ***funcionavam como seus apêndices directos****"* [86].

Neste sentido, logo em 1460, D. João (c.1431-1484) casa com D. Isabel de Noronha, filha legitimada do arcebispo de Lisboa, D. Pedro de Noronha, e, portanto, sobrinha da 1.ª Duquesa de Bragança, D. Constança – que contribuiu generosamente para o dote da sobrinha. De seguida, em 1462, D. Beatriz casa com D. Pedro de Meneses, titular da Casa de Vila Real e herdeiro do respetivo marquesado. Em 1465, casa D. Afonso (c.1435-?) com D. Maria de Noronha, filha e herdeira dos Condes de Odemira, em ambas linhagens materna e paterna. Nesta década são também acordados os consórcios de D. Guiomar com o

84. Tanto a jurisdição de Valença do Minho como o marquesado tinham sido doados em vida a D. Afonso de Ourém e não transitaram para D. Fernando.
85. Cunha, Mafalda Soares da. *Op. Cit.*, 1990, p. 39.
86. *Ibidem*, p. 56-57, com sublinhado nosso.

herdeiro da Casa de Viana do Minho e futuro 1.º Conde de Valença e Loulé, de D. Catarina com o herdeiro da Casa de Marialva – com quem não chega a casar por morte do noivo durante a tomada de Arzila –, e de D. Álvaro (c.1440-?), quarto filho varão, com D. Filipa de Melo, herdeira da Casa de Olivença das linhagens materna e paterna. Assim, dos oito filhos do Duque de Bragança apenas D. Isabel – que seria a primogénita[87] – não chega a casar.

De forma a possibilitar um conjunto de alianças proveitoso e que sedimentasse a posição da sua casa junto do rei e da corte, interessava ao Duque de Bragança nobilitar os seus vários filhos de património próprio ou de dotes opulentos. De forma a assegurar casamentos vantajosos e, à semelhança da estratégia do avô, Nuno Álvares Pereira, D. Fernando (I) dividiu de forma ponderada o seu património, permitindo aos filhos varões montar casa e concedendo dotes generosos e atrativos às filhas. Uma vez mais, este mecanismo provou-se bem-sucedido e permitiu ao Duque de Bragança estabelecer uma rede tentacular de relações familiares entre a nobreza portuguesa, aumentando a sua riqueza através da anexação de património e ampliando a sua área de influência. Se D. Fernando tivesse optado por concentrar todo o seu património no herdeiro, D. Fernando (II), através de uma estrutura agnática, o consórcio dos seus restantes filhos com pretendentes de interesse à Casa de Bragança ficaria praticamente impossibilitado. Por outro lado, não podia correr o risco de amputar significativamente a herança do primogénito ou de dividir em excesso a sua Casa. A estratégia do Duque de Bragança terá passado por não desarticular núcleos geográficos contínuos nem alienear património historicamente relevante, por estar associado ao Condestável ou por incluir títulos nobiliárquicos[88] – como vemos na Figura 11, praticamente a totalidade das jurisdições originais de Nuno Álvares Pereira que pertenceram a D. Fernando (I) reverteram para D. Fernando (II), com a excepção de Beja, doada a D. Afonso de Faro. De salientar ainda que Montemor-o-Novo – que, sob jurisdição temporária de Nuno Álvares Pereira, não integrou os bens legados pelo Condestável – é doada a D. João, filho segundo de D. Fernando (I). Todas as doações feitas pelo Duque de Bragança aos filhos incluíam cláusulas que proibiam a futura divisão dos bens recebidos e que reiteravam que, no caso de não existir descendência, o seu património regressaria à Casa de Bragança. Nesse sentido, a escolha de D. Fernando recaiu sobre o património que teria comprado, escambado ou que teria integrado o dote de casamento de D. Joana, – ou seja, bens recentemente adquiridos – e não sobre o núcleo principal do ducado de Bragança.

Mas se é verdade que D. Fernando dotou generosamente os seus filhos segundo, terceiro e quarto, contrariamente ao que já seria a norma na época, devemos também referir que todos eles aumentaram o seu património por via de casamento ou doações régias. Em 1469, D. Afonso é elevado a 1.º Conde de Faro, sendo também 2.º Conde de Odemira *jure uxoris* (através do casamento com D. Maria de Noronha);

87. Maria Barreto Dávila (2009) refere que, apesar de não conhecermos o ano de nascimento de D. Isabel, D. António Caetano de Sousa a apresenta como a mais velha dos filhos de D. Fernando e D. Joana, o que situaria o seu nascimento em c.1429-30. Logo, quando D. Fernando ascende à titularidade da Casa e se encontra em posição de casar majestosamente os filhos, a idade de D. Isabel seria um impeditivo. Cf. Dávila, Maria Barreto. "D. Fernando I, 2.º Duque de Bragança: vida e acção política". Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, 2009, p. 121.

88. Cunha, Mafalda Soares da. *Op. Cit.*, 1990, p. 67.

D. João recebe o senhorio de Montemor-o-Novo em 1471, o título de Condestável em 1473 e, finalmente, o marquesado daquela vila alentejana em 1478 – ano da morte do 2.º Duque de Bragança – e D. Álvaro é Senhor do Cadaval e de Peralva em 1479, já depois de seu pai ter falecido. Desta forma – não descurando as casas de Vila Real e de Viana do Minho, nas quais as suas filhas casam, – mais três casas autónomas passam a integrar a extensa rede de relações do Duque de Bragança. E se entendermos que estas funcionavam em articulação com a Casa de Bragança, interessa analisar os bens que detinham também em conjunto.

Alinhado com a nova centralização da Casa de Bragança no Alentejo após 1460, o aumento do património verificou-se principalmente a sul do Tejo, sendo este o núcleo que mais cresceu. D. Afonso era senhor de Vimieiro e Odemira e D. João das jurisdições de Alcáçovas, Montemor-o-Novo e Redondo. Como refere Mafalda Soares da Cunha, o património alentejano dos Bragança no final do século XV formava um anel quase encerrado em torno de Évora, centro urbano e comercial, terceira cidade mais populosa do reino e uma das principais sedes da corte[89]. O núcleo estremenho cresceu sobretudo por ação de D. Álvaro, que foi senhor de Alvaiázere, Vila Nova de Anços, Pereira, Anobra, Tentúgal, Buarcos, Rabaçal, Arega e Vila Maior – originando a futura Casa de Cadaval. D. Afonso obtivera o senhorio na região de Aveiro por dote de casamento de D. Maria de Noronha, e ainda Lagos e Faro, incluindo pela primeira vez o Algarve na área de influência dos Bragança. Esta família, entendida pela ação concertada das casas de Bragança, Montemor-o-Novo, Faro e de D. Álvaro, detinha 17,3%[90] da área do reino e 17 dos 89 concelhos com assento na corte[91], o que comprova indubitavelmente a sua hegemonia sem paralelo a nível do poder senhorial [Fig. 11].

89. *Ibidem*, p. 100-101.
90. *Ibidem*, p. 93.
91. *Ibidem*, p. 103.

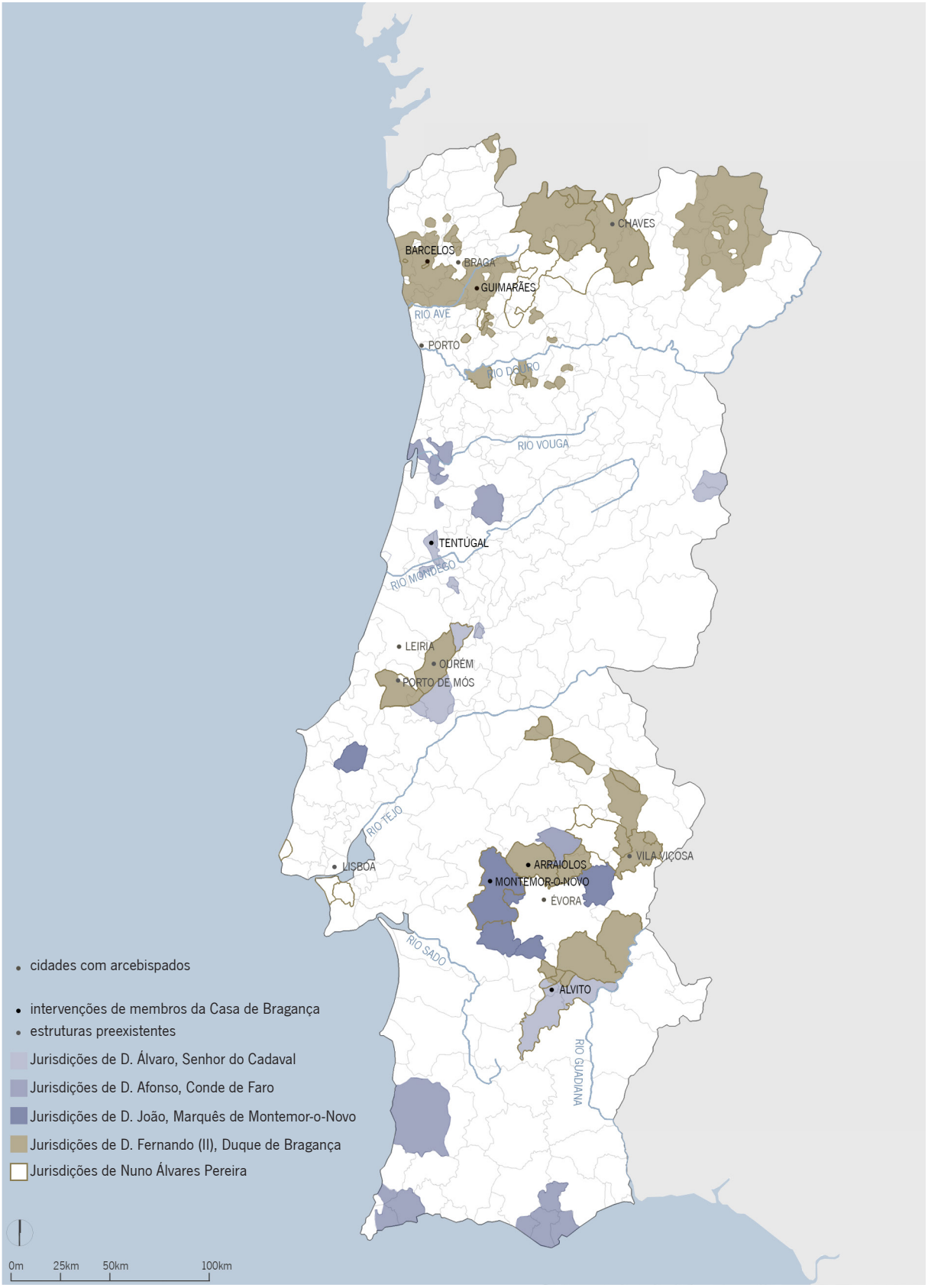


Fig. 11: Mapa de Portugal com a localização das jurisdições de D. Fernando (II), D. João de Montemor-o-Novo, D. Afonso de Faro e D. Álvaro, cujas três casas em articulação estruturavam o património alargado da Casa de Bragança em 1478, a partir dos mapas e levantamentos realizados por Cunha (1990), incluindo a delimitação das jurisdições originais do Condestável, que representa ainda grande parte do património da Casa de Bragança. ILG, 2021.

"(...) uma desmultiplicação da linhagem de Bragança em quatro casas senhoriais – Bragança, Montemor-o-Novo, Faro/Odemira, D. Álvaro de Portugal/Olivença – mantendo, embora, a casa original uma declarada e óbvia supremacia sobre as restantes, não tanto em resultado das evidentes diferenças de escala dos respectivos senhorios, mas sobretudo como produto da aceitação pacífica das hierarquias familiares e, portanto, do estatuto de chefe de linhagem do duque de Bragança" [92].

Durante este período, e até à execução de D. Fernando (II) em 1483, são desenvolvidas várias obras de carácter urbanístico e arquitectónico, quer do foro militar quer civil, dispersas por todo o território. D. Fernando (I) terá provavelmente beneficiado o Castelo de Vila Viçosa [Fig. 12.2] – onde terá vivido Nuno Álvares Pereira, cujo nome é ainda hoje indissociável da vila – intervencionado, posteriormente, por D. Fernando (II) e D. Jaime[93], onde o novo Conde de Arraiolos passa a residir a partir de 1422 e que se tornaria sede efetiva do ducado a partir de 1461[94]. Após a conquista de Arzila, D. Fernando (II) é elevado a Duque de Guimarães em 1475, onde patrocina várias obras[95], intervindo ainda na vila alentejana de Arraiolos, nomeadamente no Paço dos Alcaides[96] [Fig. 12.1]. Também seus irmãos, D. João e D. Álvaro, desenvolvem uma série de intervenções arquitetónicas, o primeiro em Montemor-o-Novo[97] [Fig. 12.3] e D. Álvaro, Senhor do Cadaval no Solar de Água de Peixes, em Alvito [Fig. 12.4], e no paço de Tentúgal [Fig. 12.6] – casa senhorial construída pelo infante D. Pedro no início do século XV [Fig. 12.5] que, após o desfecho de Alfarrobeira, integra os bens do Infante D. Pedro confiscados pela coroa, e posteriormente escambado pelo rei D. João II com D. Álvaro em 1476.

Em 1483, o Duque de Bragança é preso e julgado por alta traição em Évora. Esteve encarcerado na Torre dos Melo, que integra o atual Palácio Cadaval, e foi justiçado a poucos metros, na Praça do Giraldo. Estava acusado de ter conspirado, em conjunto com os seus irmãos e D. Diogo, Duque de Viseu e Beja, contra o rei D. João II[98]. Destes eventos resultou a extinção da Casa e a apreensão dos bens de todos os elementos da família Bragança, incluindo daqueles que não foram acusados, como D. Álvaro. O enorme poder da Casa de Bragança articulado, como vimos, na pessoa do duque e chefe de linhagem, tem sido considerado a motivação principal[99] para a atitude extremada de D. João II. Não cabe no espetro desta

92. *Ibidem*, p. 161-162.

93. Sobre o Castelo de Vila Viçosa, incluímos as seguintes considerações: "A data de construção do castelo artilheiro continua por averiguar e datar. Segundo Túlio Espanca, D. Jaime teria iniciado a sua construção por volta de 1520, o que exigira a demolição de casas no interior da muralha medieval e parte do castelo e da cerca velha, entre as Portas de Évora e as do Sol, e atribui o traçado aos arquitectos Diogo ou Francisco Arruda. Segundo o Padre Espanca, D. Jaime teria mandado reformá-lo depois de regressar de Azamor, mudando-lhe a porta principal de SE para NE, formando-lhe de novo as torres nos ângulos noroeste e sueste e D. Teodósio teria ainda melhorado, criando a sala das Armas." Cf. http://www.monumentos.gov.pt/ (consultado a 27-07-2021).

94. Designado "Castelo da Homenagem", é aqui que se desenrola grande parte da vida do 2.º Duque de Bragança, que casa e morre neste mesmo castelo. Cf. Barroca, Mário Jorge. "Castillo de un hora, castillo de un año, castillo del diablo: O Castelo de Vila Viçosa, testemunho ímpar no panorama da arquitectura militar portuguesa" em *Vila Viçosa. Vila Ducal Renascentista. Vol. III – Estudos Históricos*, 54-86. Vila Viçosa, 2018, p. 65.

95. Nomeadamente no Paço dos Alcaides e na Igreja de Nossa Senhora da Oliveira, como veremos em "2.2 O Paço dos Duques de Bragança em Guimarães (c.1420-1960), um novo olhar sobre o construído", parte "I. introudução à família de Bragança em Guimarães".

96. Apesar de não conhecermos a extensão da intervenção do Duque de Bragança, é certo que, perto da década de 80 do século XV, D. Fernando II terá patrocinado a reestruturação do Paço dos Alcaides na vila de Arraiolos. Cf. http://www.monumentos.gov.pt/ (consultado a 15-10-2021).

97. Enquanto alcaide, entre 1451 e 1466, foram renovados os panos de muralha e o castelo, que passou a designar-se, genericamente, por Paço dos Alcaides. Após a elevação a Marquês, terá desenvolvido obras de indole urbanistica, nomeadamente nas portas da vila, na praça e no açouge. Cf. http://www.monumentos.gov.pt/ (consultado a 23-07-2021).

98. Nascimento, Denise da Silva Menezes. "As conspirações contra D. João II: Punição e Perdão" em Anais do XXVI Simpósio Nacional de História, org. Marieta de Moraes Ferreira. São Paulo: ANPUH-SP, 2011. Anais eletrónico: http://www.snh2011.anpuh.org/ (consultado a 30-07-2021).

99. Mafalda Soares da Cunha (1990); Marta Páscoa (2015); Ana Luísa Lourenço (2016).

investigação a análise das tensões entre o monarca e o duque de Bragança, nem tão pouco do contexto político da época. Referimos apenas – e porque é relevante para entendermos a posição privilegiada da Casa de Bragança – que o duque tinha poder e influência suficientes para dificultar, e até mesmo travar, a atuação política do D. João II sem sequer precisar de recorrer à via militar e que este pode ser um dos motivos, senão o principal, que terá levado o monarca a prender e justiçar o Duque de Bragança, dissolver a sua casa e remeter a família sobrevivente – que incluía a Duquesa de Bragança, irmã da rainha D. Leonor – para exílio. Refere Mafalda Soares da Cunha que o cerne da questão ter-se-á prendido com a *"impossibilidade de coexistirem dois centros de gravitação num mesmo espaço político"*, leia-se o Duque de Bragança e o rei D. João II[100]. A política de centralização do poder planeada e procurada por D. João era incompatível com a existência de casas senhoriais tão poderosas como a de Bragança (que incluía Montemor-o-Novo, Faro/Odemira e D. Álvaro/Olivença) ou de Viseu-Beja. A atitude de D. João II teve, naturalmente, repercussões na alta nobreza, mas não existia agora nenhuma família suficientemente poderosa para questionar o rei. A animosidade entre o monarca e a Casa de Bragança era tão profunda que, no seu testamento, D. João aconselha o seu herdeiro, D. Manuel I, a não permitir o regresso ao reino dos descendentes dos justiçados[101], incluindo os Bragança.

100. Cunha, Mafalda Soares da. *Op. Cit.*, 1990, p. 170.

101. Góis, Damião de. "Parte I" em *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*, ed. Joaquim Martins Teixeira de Carvalho, David Lopes. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926, p. 8.



Fig. 12: Algumas das construções associadas às Casas de Bragança, Montemor-o-Novo e Cadaval, respetivamente 1. Castelo de Arraiolos (ILG, 2019); 2. Castelo de Vila Viçosa (DGCP, s.d.); 3. Castelo de Montemor-o-Novo (ILG, 2019); 4. Solar de Água de Peixes (ILG, 2019); 5. Paço em Tentúgal, intervenção de D. Pedro (ILG, 2019); 6. Paço em Tentúgal, intervenção de D. Álvaro (ILG, 2019). As fotografias reportam ao estado atual do edifício incluindo, portanto, intervenções arquitetónicas posteriores à época em análise.

1.1.3.
A *reafirmação* da Casa de Bragança

D. João II morre em 1495 sem filhos legítimos sobreviventes[102]. O seu herdeiro é D. Manuel, irmão mais novo da rainha viúva e de D. Beatriz, Duquesa de Bragança, elevado a Duque de Viseu e Beja pelo monarca após os eventos de 1483 que culminaram no assassinato de D. Diogo – também irmão de D. Manuel – pelas mãos do próprio rei. Ao contrário de D. João II, a política de D. Manuel I é de aproximação à alta nobreza e, nesse sentido, faz regressar os Bragança do exílio. Face ao contexto da sua ascensão, D. Manuel precisava de uma casa senhorial suficientemente forte para rivalizar com a de D. Jorge, o bastardo real elevado a Duque de Coimbra[103], que D. João II tentara legitimar como seu herdeiro.

Em 1496, chegam a Portugal D. Jaime (c.1478-1532) e D. Dinis (c.1480-?), filhos do 3.º Duque de Bragança, D. Fernando (II). Na sua chegada, são recebidos pelo rei, acompanhado pelas suas irmãs, D. Leonor e D. Beatriz, e pelos familiares diretos sobreviventes: D. Álvaro e seu filho, D. Rodrigo de Melo (mais tarde, elevado a 1.º Marquês de Ferreira e 1.º Conde de Tentúgal), e D. Sancho de Noronha, filho de D. Afonso de Faro[104]. Todo o antigo património da Casa de Bragança é restituído ao herdeiro, D. Jaime, e novas doações são confirmadas. Na falta de descendência do rei D. Manuel I, D. Jaime é jurado príncipe herdeiro do reino, primeiro em 1498, aquando da deslocação do monarca a Castela, e novamente até 1502, após a morte do primogénito de D. Manuel e até ao nascimento do futuro D. João III. Como explica Marta Páscoa (2015), D. Manuel utiliza a situação de herdeiro ao trono de D. Jaime para negociar um casamento vantajoso para a coroa[105]. Muito contra a vontade do novo Duque de Bragança – que terá inclusivamente fugido do reino, na tentativa de professar a vida religiosa – o seu consórcio é acordado com a dama castelhana D. Leonor de Mendonça (c.1480-1512) em 1502. Deste casamento nascem dois filhos, D. Teodósio (c.1505-1563) – futuro 5.º Duque de Bragança – e D. Isabel (c.1511-1576), que casará com o Infante D. Duarte, filho do rei D. Manuel I. Anos mais tarde, em 1520, casa em segundas núpcias com D. Joana de Mendonça numa união que, ao contrário da primeira, não teve quaisquer motivações políticas ou financeiras e terá sido, ao que tudo indica, uma relação baseada em afeto[106]. Deste casamento nascem oito filhos – D. Joana, D. Jaime, D. Eugénia, D. Maria das Chagas, D. Constantino, D. Fulgêncio, D. Teotónio e D. Vicência.

---

102. Após a morte inesperada do príncipe herdeiro D. Afonso, em 1491, D. João II tenta legitimar o seu filho natural, D. Jorge de Lencastre, na esperança de poder nomeá-lo seu herdeiro. Só após a recusa do papa em consentir com a elevação de D. Jorge a príncipe herdeiro é que D. João II nomeia D. Manuel, filho sobrevivente do Infante D. Fernando e justo herdeiro por varonia da coroa. Contudo, D. Jorge é elevado a Duque de Coimbra e recebe várias doações de seu pai, tornando-se num homem particularmente rico e influente.

103. Costa, João Paulo Oliveira. *D. Manuel I, 1469-1521: um príncipe do renascimento.* Lisboa: Círculo de Leitores, 2005, p. 78.

104. Páscoa, Marta. *D. Jaime de Bragança. Contributos para uma biografia.* Lisboa: Fundação da Casa de Bragança, 2015, p. 22.

105. De referir que 21 dos 26 contos que totalizaram o espantoso dote de D. Leonor financiaram diretamente a empresa de D. Manuel no Magrebe. Cf. *Ibidem*, p. 23.

106. Cunha, Mafalda Soares da. "A herança de D. Jaime" em *Homenagem a João Gonçalo do Amaral Cabral*, coord. Natália Correia Guedes, 145-155. Vila Viçosa: Fundação da Casa de Bragança, 2014, p. 148.

A personalidade de D. Jaime tem sido objeto de alguns debates. Rafael Moreira (2007) considera o Duque de Bragança *"misantropo, mergulhado em crises de melancolia e misticismo"* [107] e, na sua esteira, também Licínio Lampreia (2020) se refere a D. Jaime como propenso à melancolia, cuja instabilidade emocional criara uma certa inquietação em torno da Casa de Bragança[108]. Ambos os autores referem que D. Jaime era um homem preso a tempos idos e de gostos ultrapassados, o que tem influenciado a forma como a História da Arte e da Arquitectura tem analisado as suas intervenções arquitetónicas. Foi Marta Páscoa (2015) quem introduziu novos elementos acerca da vida e obra do 4.º Duque de Bragança que permitiram relançar o debate em torno desta figura ímpar. É à luz desta nova intervenção que analisamos o percurso de D. Jaime, que terá sido, apesar de tudo, um homem culto e impulsionador de novos princípios, senhor de uma enorme fortuna e com uma relação particularmente próxima do rei.

"hum cordao cõ três nós, & huns caracteres / Que depois de vos dize, timbre raro / Empreza, & Hieroglifico elegante / Que em seu escudo poz Jayme arrogante" [109].

A posição de D. Jaime na corte de D. Manuel era indiscutivelmente privilegiada. Mesmo após o nascimento do príncipe D. João, e consequente alteração da condição de D. Jaime como herdeiro, o lugar cimeiro do Duque de Bragança permaneceu inquestionável. Senhor de um vasto património consolidado sob égide d'El Rei, manteve-se sempre como um dos conselheiros político e militar mais próximos do monarca. Contudo, a ascensão de D. João III ao trono viu a dinâmica do rei com a Casa de Bragança alterar-se substancialmente. A posição de D. Jaime na corte do novo soberano era diferente e o duque, apesar de continuar a encabeçar a maior casa senhorial do reino, deixou de gozar dos privilégios de outrora e, principalmente, de ter o ouvido do rei, que passou a privilegiar outros conselhos. Esta mudança de *status* tornou-se particularmente evidente durante as negociações de casamento de D. Isabel com o infante D. Duarte. D. João III não aceitava os termos propostos por D. Jaime para o casamento da sua filha com o irmão mais novo do rei, mas também dificultava possíveis consórcios que o duque ponderava com a vizinha Castela. De facto, D. Jaime acaba por morrer em 1532 sem conseguir fechar o contrato de casamento de D. Isabel, deixando um enorme património à guarda de D. Teodósio, e consequentemente as responsabilidades inerentes à gestão corrente de uma grande casa – incluindo a tarefa de assegurar estado para todos os filhos de D. Jaime. Todavia, a posição de D. Teodósio quando herdou o ducado era consideravelmente diferente da de seu pai. Apesar de herdar praticamente a totalidade dos bens de D. Jaime, ficou também responsável pelo sustento da duquesa viúva D. Joana e dos seus muitos irmãos.

---

107. Moreira, Rafael. "Uma 'Cidade Ideal' em Mármore". *Monumentos* 27 (2007): 48.

108. Lampreia, Licínio. "Descrição histórica de Vila Viçosa: um percurso singular da 'Vila Ducal Renascentista' em *Vila Viçosa. Vila Ducal Renascentista. Vol. III – Estudos Históricos*, 43-61. Vila Viçosa: Câmara Municipal de Vila Viçosa, 2020, p. 50.

109. Galhegos, Pe. Manuel de. "Templo da Memoria. Poema epithalamico, nas felicissimas bodas do Excellentissimo Senhor Duque de Bargança (...)" em *Lisboa*, por Lourenço Craesbeeck, 1635, fols. 119v-125v. Referência à empresa utilizada de D. Jaime após 1501 - "Depois de Vós, Nós" – que simbolizava o poder e reconhecimento da sua Casa e da sua pessoa. Teixeira de Monterosso (1996, p. 10) indica que as empresas seriam, por vezes, quase profecias. Retomamos assim este poema escrito pouco antes do estalar da guerra da restauração, dando nota do "arrogante" posicionamento desde cedo dos Bragança.

Consertar o matrimónio de D. Isabel provou ser uma tarefa árdua e dispendiosa e foi precisamente a propósito deste dote de casamento que D. Teodósio alienou o ducado de Guimarães a favor da irmã e do cunhado, algo que D. Jaime era determinantemente contra. Com base nos termos negociados por D. João e D. Teodósio, o enlace é acordado e, em 1537, são realizadas no paço ducal em Vila Viçosa as faustosas festas de casamento de D. Isabel e D. Duarte, cujo registo ficará para a história[110]. Restava ainda a D. Teodósio a árdua tarefa de assegurar o estado dos seus outros irmãos. Nesse sentido, cinco foram encaminhados para a vida religiosa – D. Jaime, D. Maria das Chagas, D. Vicência, D. Fulgêncio, que se tornou Dom Prior da Colegiada de Guimarães, e D. Teotónio, que foi arcebispo de Évora. D. Constantino foi vice-rei da Índia e, quando regressou, casou com uma descendente dos Marqueses de Ferreira[111]. Casar as irmãs D. Eugénia e D. Joana foi nova tarefa morosa, difícil e principalmente dispendiosa – o consórcio da primeira foi também acordado dentro do ramo dos Marqueses de Ferreira, enquanto D. Joana casa em Castela. Quando por fim todos os filhos de D. Jaime tinham estado assegurado, os cofres da Casa de Bragança tinham sofrido uma despesa considerável[112]. Nesta curta resenha histórica do 4.º e 5.º Duque de Bragança, resta-nos apenas abordar os casamentos de D. Teodósio. O Duque de Bragança casa tarde, 10 anos após herdar o ducado e só depois de garantir o consórcio da irmã, D. Isabel, e de acertar o futuro dos restantes irmãos. Em 1542 é celebrado o seu enlace com D. Isabel de Lencastre, filha do seu tio D. Dinis (irmão de D. Jaime), casamento acordado por D. João III e pela rainha D. Catarina, mas que não terá agradado particularmente ao duque. Deste casamento nasce apenas um filho, D. João, que herdará o ducado aquando da morte do pai. A duquesa D. Isabel morre e, em 1559, D. Teodósio casa em segundas núpcias com uma noiva de sua escolha, D. Brites de Lencastre (descendente de D. Jorge de Lencastre, Duque de Coimbra), uma união procurada por D. Teodósio, mas não sancionada pela coroa[113]. Deste casamento nascem mais dois filhos, D. Jaime e D. Isabel. Ao contrário das faustosas festas de casamento de D. Isabel em Vila Viçosa, ambas uniões do Duque de Bragança foram celebradas no paço ducal em Lisboa e de uma forma bastante mais discreta[114].

D. Teodósio terá sido um verdadeiro príncipe do Renascimento e, ao contrário de seu pai, gozou de uma grande proximidade tanto com o rei D. João III como com os infantes, estabelecendo uma corte principesca em Vila Viçosa[115]. Foi um grande mecenas e patrono das artes, tendo sido por sua mão que mestres de múltiplos ofícios se estabeleceram em Portugal. A sua livraria ficou conhecida como a maior da Europa

---

110. Oliveira, Lina Maria Marrafa de. "Festas e recebimentos que fez em Vila Viçosa o Duque de Bragança, Dom Teodósio, e os casamentos do Infante Dom Duarte e da senhora Infante Dona Isabel sua irmã, no mês de Abril do ano de 1537". BN, Reservados, Memórias da Casa de Bragança, Cod. 1544, fls. 105v-139.

111. Como referimos, os Marqueses de Ferreira descendem de D. Álvaro, irmão do Duque D. Fernando (II), através do seu filho, D. Rodrigo de Melo. Serão o tronco da poderosíssima Casa de Cadaval.

112. "(...) os três investimentos em dotes matrimoniais sobrecarregaram muitíssimo a fazenda da Casa, totalizando a importante soma de 66 contos de réis." Cf. Cunha, Mafalda Soares da. *Op. Cit.*, 2014, p. 155.

113. "Efetivou-se a voda sem licença delRey, e contra a vontade da Rainha Dona Catharina, Regente do Reyno na menoridade de seu neto ElRey D. Sebastião (...)". Cf. Sousa, D. António Caetano de. "Tomo VI" em *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Lisboa: QuidNovi/ Público, Academia Portuguesa da História, 2007, p. 71.

114. Tema abordado em 2.3. "O Paço dos Duques de Bragança em Lisboa (c.1500-2019), uma hipótese para a sua leitura".

115. "A sua Casa sobre a real grandeza, com que a recebera, poz o Duque em tal harmonia, esplendor, e magnificencia, que em tudo parecia Corte de Principe soberano;" Cf. *Ibidem*, p. 80.

no seu tempo e, a este propósito, escreve D. António Caetano de Sousa: *"Estimava os livros como as peças mais preciosas do seu teshouro; e por isso os deixou ao Duque seu filho annexos ao Morgado da sua grande Casa (...)"* [116]. D. Teodósio terá sido uma figura relativamente consensual, tanto entre os vários monarcas que serviu – D. João III e D. Sebastião, sob regência da sua mãe, rainha D. Catarina – como entre a alta nobreza, que lhe reconhecia a precedência devida enquanto chefe da maior casa senhorial do reino. Em 1563, morre em Vila Viçosa e é sucedido nos seus estados por D. João, elevado a 6.º Duque de Bragança.

Retomando a linha condutora desta investigação, analisamos os palácios construídos durante os ducados de D. Jaime (1496-1532) e de D. Teodósio (1532-1563). Na esteira das práticas modernas, D. Jaime foi um reconhecido mecenas, tendo fundado vários mosteiros e igrejas nos seus domínios[117]. O seu nome é indissociável de Vila Viçosa – sede do ducado desde 1478 e onde terá nascido –, lugar onde monta casa quando regressado a Portugal depois de 13 anos em exílio. Enquanto sua mãe fica a viver no castelo de Vila Viçosa – no antigo paço da alcáçova, que remonta ao tempo dos duques D. Fernando I e II –, D. Jaime inicia a construção de um outro palácio fora de muros, nas hortas do reguengo. Este paço foi construído de raiz pelo novo duque por volta de 1501, longe da fortaleza da vila e distanciando-se marcadamente dos edifícios dos seus antepassados. Esta vontade expressa de D. Jaime em construir uma nova casa para sede do seu ducado poderá estar relacionada com a intenção de confirmar o início de um novo ciclo da Casa Ducal, sob uma nova liderança. É precisamente nesta altura que D. Jaime começa a utilizar a empresa "Depois Vós" – que no decorrer do século XVI é alterada para "Depois de Vós, Nós", enfatizando a crescente importância política desta Casa – na sequência de ser jurado príncipe herdeiro reforçando, uma vez mais, a retórica de grande senhor que procuraria evidenciar.

116. *Ibidem*, p. 85.
117. A propósito deste tema, ver Marta Páscoa (2015, p. 22-31).



Desde o ducado de D. Afonso que a insígnia da Casa de Bragança seria a aspa vermelha. Com o seu retorno e juramento como príncipe herdeiro, D. Jaime optou por alterar as armas da Casa de Bragança. Foi autorizado a utilizar as armas reais, com as devidas diferenças, até então reservadas aos infantes, e assumiu como empresa um nó acompanhado de "Depois de Vós", reforçando a relação próxima entre os Bragança e a Coroa. Neste sentido, duas interpretações surgiram: *"somos nós os primeiros na grandeza e na pretensão do Reyno"* (Teixeira, 1996, p. 10) e que a próxima dinastia reinante seria a de Bragança, numa quase profecia, enfim materializada.

Fig. 13: "Painel com brasão de D. Jaime de Bragança", 1510. Museu Nacional do Azulejo, Lisboa.

Convém ainda relembrar que D. Jaime estava na iminência de casar. Mas se o seu consórcio em 1502 pode ter contribuído para a decisão de construir uma nova morada, não nos parece ter sido o motivo determinante. Entendemos que a retórica associada à construção de um novo paço ducal, de traçado humanista e em linha com os modelos arquitectónicos vigentes na época, deverá ter tido um peso decisivo. Príncipe herdeiro desde 1498, seria natural que D. Jaime capitalizasse o seu recém-adquirido estatuto recorrendo, muito à semelhança de D. Manuel I, a intervenções de carácter urbanístico e arquitectónico que confirmassem a sua riqueza e poder.

Numa breve nota relativa ao tema das jurisdições, de referir que, embora o poder do Duque de Bragança se tenha consolidado durante o ducado de D. Jaime, a sua expressão territorial diminuiu [Fig. 14]. Durante o século XVI – nos ducados de D. Jaime e de D. Teodósio – *"a Casa de Bragança contraiu o espaço físico do seu senhorio. As poucas terras com jurisdição cível e crime que lhe foram outorgadas não tinham dimensão geográfica, nem importância económica, demográfica ou militar significativa, foram doadas com um estatuto precário (em vidas) e não compensaram, portanto, os concelhos que, por diversos motivos e várias formas, a Casa alienou"* [118]. Referimos, a título de exemplo, a venda da Vila de Frades, Vila Ruiva, Vila Alva e Vidigueira, ou a alienação do ducado de Guimarães que, com o casamento de D. Isabel com o Infante D. Duarte, abandona a esfera da Casa de Bragança em 1536. No entanto, este facto não teve um impacto direto na sobranceria inquestionável dos Duques de Bragança, que reforça o seu domínio com a construção ou ampliação de vários edifícios, castelos e palácios. O paço do reguengo em Vila Viçosa [Fig. 15.4; Fig. 15.5; Fig. 15.6] vem precisamente inserir-se no conjunto de palácios *ex novo* construídos pela família de Bragança desde a fundação da Casa, no tempo de D. Afonso, a par de Barcelos, Guimarães e Ourém.

Terminando o estudo do ciclo construtivo dos Bragança precisamente na viragem para o século XVI e em Vila Viçosa – cuja proximidade a Évora, cidade incontornável da corte manuelina, deverá ser considerada fator determinante – devemos abordar um outro paço que se enquadra neste espetro temporal e cuja construção atribuímos a D. Jaime. Falamos do paço ducal em Lisboa[119] [Fig. 15.1; Fig. 15.2; Fig. 15.3], construído em c.1500 na encosta do monte de S. Roque, junto ao Convento de S. Francisco. Raramente estudado pela história da arquitectura, pouco é conhecido sobre este palácio brigantino iminentemente urbano. Iremos estudar o paço ducal lisboeta com maior detalhe em capítulo sucedâneo[120] mas, por agora, cumpre apenas dizer que a sua construção terá obedecido aos mesmos princípios ideológicos que nortearam os edifícios levantados durante este ciclo construtivo: clara afirmação de poder associada a uma forte implantação territorial que garantia a visibilidade do paço – e, consequentemente, do seu senhor – a partir

118. Cunha, Mafalda Soares da. "Estratégias de Distinção e Poder Social: A Casa de Bragança (1496-1640)". *Revista da Revista de História das Ideias* 19 (1997/1998): 312-313.

119. "De facto, a construção dos paços em Lisboa, a par de S. Francisco (aos Mártires) e sobranceiros ao régio Terreiro do Paço, quer manter esta proeminência e servir de morada urbana e de corte, na escala que a importância da principal casa senhorial do reino lhes reclamava." Cf. Teixeira, José de Monterosso. *Op. Cit.*, (1996): 8.

120. Em 2.3. "O Paço dos Duques de Bragança em Lisboa (c.1500-2019), uma hipótese para a sua leitura".

de vários pontos de vista, tanto próximos como afastados, sublinhando a posição privilegiada da sua Casa. Sendo embora um paço mais modesto e de carácter marcadamente urbano, torna-se relevante para o nosso estudo por ser também uma construção *ex novo* da Casa de Bragança em Lisboa que, ao contrário das restantes vilas, não integrava as jurisdições brigantinas.

À semelhança do paço em Vila Viçosa – profundamente intervencionado e aumentado para receber as festas de casamento de D. Isabel com o Infante D. Duarte em 1537 –, também o paço ducal em Lisboa terá recebido amplas benfeitorias durante o ducado de D. Teodósio. Nesse sentido, torna-se relevante enquadrar a ação construtiva do 5.º Duque de Bragança que, apesar de não ter patrocinado a construção de nenhum palácio de raiz, contribui consideravelmente para as ampliações dos paços construídos por seu pai.

Tornando à região do Além-Tejo e a Vila Viçosa, verificamos uma proximidade às iniciativas régias semelhante à de Lisboa. O paço real de S. Francisco, em Évora, que esteve em permanente expansão desde o período afonsino, é, a partir de 1497, largamente intervencionado por iniciativa de D. Manuel I, que terá entregado o estaleiro eborense aos mestres de obras Diogo e Francisco de Arruda, Pero de Trillo e Duarte de Medina. Dada a proximidade geográfica entre Évora e Vila Viçosa, devemos considerar a hipótese de mão-de-obra especializada circular entre os vários estaleiros e, lembrando ainda que tanto a reforma do castelo artilheiro de Vila Viçosa (c.1525) como a construção do paço acastelado de Évoramonte (1531) são atribuídos a Francisco da Arruda[121], é possível que este mestre também tenha estado associado à construção do vizinho paço ducal. O paço em Évoramonte [Fig. 15.7] é outra das iniciativas de D. Jaime, mas de tipologia completamente diferente. Erguido para substituir a torre de menagem que ruiu com os terramotos de janeiro e fevereiro desse ano, este paço observou a claras preocupações militares e é paradigmático na arquitectura militar portuguesa pois são resolvidos, pela primeira vez, os problemas de escoamento de fumos resultantes do disparo, o que permitiu instalar bocas de fogo em espaços fechados[122]. Os grandes nós que caracterizaram os seus alçados – elemento escultórico já construído em Vila Viçosa, na famosa Porta dos Nós – identificam a Casa de Bragança à distância, afirmando novamente a sua presença e domínio da envolvente.

121. *Ibidem*, p. 8. Rafael Moreira refere ainda a possibilidade do mestre italiano Benedetto da Ravena também ter trabalhado no estaleiro do castelo artilheiro. Cf. Moreira, Rafael (coord.). *Op. Cit.*, 1994, p. 131.

122. Como nos foi exposto pelo Professor Mário Jorge Barroca, a quem agradecemos.

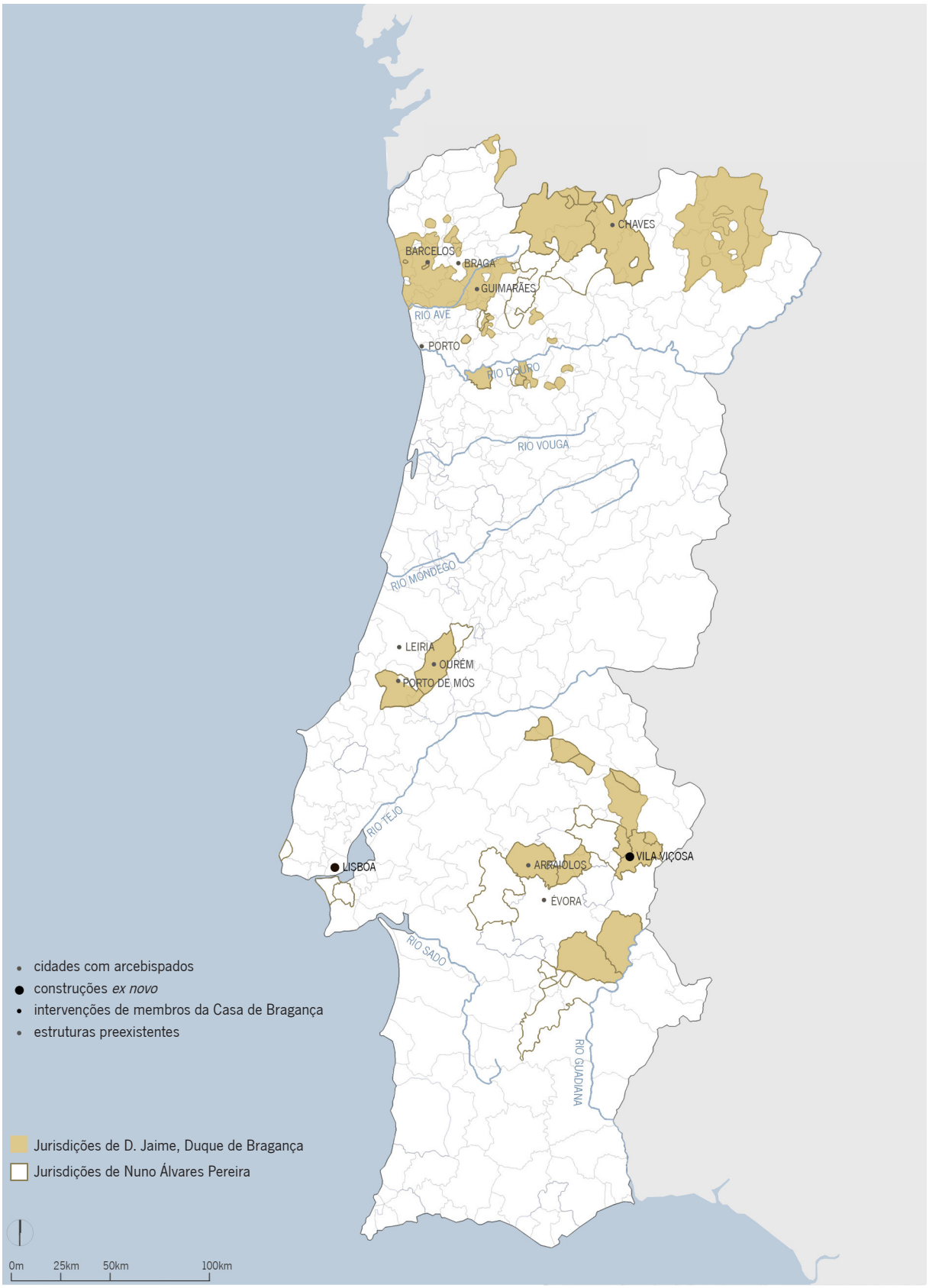


Fig. 14. Mapa de Portugal com as intervenções e jurisdições de D. Jaime, Duque de Bragança, em 1532 – ano da sua morte –, a partir dos mapas e levantamentos realizados por Cunha (1990; 1998), incluindo a delimitação das jurisdições originais do Condestável, que representa ainda grande parte do património da Casa de Bragança. ILG, 2021.



Fig. 15. Os paços *ex novo* associados a D. Jaime e D. Teodósio. 1, 2, 3. Paço em Lisboa, por D. Jaime c.1500, parcialmente desaparecido (ILG, 2019; Baldi, 1668-1669); 4, 5, 6. Paço em Vila Viçosa, por D. Jaime em c.1501 (SIPA, s.d; ILG, 2019); 7. Paço em Évoramonte, por D. Jaime em 1531 (ILG, 2019).

A morte de D. Teodósio em 1563 é seguida pela ascensão ao ducado do seu filho, D. João (I), já casado com a sua prima, D. Catarina (filha de D. Isabel e do Infante D. Duarte). Deste casamento nascem vários filhos e, com a morte do duque vinte anos depois, é o seu filho mais velho, D. Teodósio II, quem herda a Casa de Bragança. O contexto político do último quartel do século XVI era substancialmente diferente e, em 1583, já as coroas portuguesa e castelhana estavam unidas há três anos sob a égide de D. Filipe (I de Portugal, II de Espanha). Por ser neto do infante D. Duarte e bisneto de D. Manuel I, D. Teodósio II tinha pretensões legitimas à Coroa, o que terá levado a sua mãe, a Duquesa D. Catarina, a recusar a proposta de casamento com D. Filipe I, de forma a preservar os direitos dinásticos do seu filho. O período da unificação ibérica terá sido particularmente interessante para a Casa de Bragança na medida em que os três reis castelhanos se desdobraram em mercês aos Duques de Bragança. D. Teodósio II, casado com D. Ana de Girón, uma nobre castelhana, terá sido particularmente próximo do regime filipino, ao contrário do filho de ambos, D. João II, que começou a afastar-se de Castela. Com o apoio de várias famílias da alta nobreza, D. João encabeça a revolução que culminou com a Restauração da Independência, a 1 de dezembro de 1640, subindo ao trono como D. João IV e dando início a uma nova dinastia. A ascensão da Casa de Bragança tinha atingido o seu expoente máximo. Nos esforços de consolidação e validação dos direitos dinásticos da recém-estabelecida família real, o rei D. João IV recorreu profusamente à memória dos fundadores da sua Casa, com grande destaque para o Condestável Nuno Álvares Pereira que, como refere Mafalda Soares da Cunha (1990):

"(...) será entendido não só como o fundador material da linhagem e da Casa [de Bragança], mas também como a figura tutelar a quem todos os seus descendentes diretos constantemente recorriam para legitimar e perpetuar quer o património e bens herdados, quer a especificidade e ***lustro da linhagem****"* [123].

123. Cunha, Mafalda Soares da. *Op. Cit.*, 1990, p. 24, com sublinhado nosso. O teto da Sala dos Tudescos no paço ducal em Vila Viçosa é disto exemplo. Por encomenda do Duque D. João II (ainda antes da sua coroação), o retrato do Condestável é incluído junto aos anteriores Duques de Bragança e é apenas no reinado de D. João V (na terceira versão dos painéis) que se inclui também D. João I.

II
ANÁLISE

2.1
Arquitectura Senhorial na esfera da Casa de Bragança

2.2.1
O "paço" enquanto símbolo do poder senhorial

A análise da prolífera ação construtiva da Casa de Bragança desde o início do século XV até meados do século XVI requer uma sucinta contextualização do panorama arquitectónico português neste período. Para tal, julgamos necessária uma breve reflexão sobre a mudança de paradigma em torno da habitação senhorial que se verificou na viragem do século XIV para XV, bem como o aparecimento do "paço" como morada de reis e de altas figuras da nobreza ou do clero.

Muito embora as noções de vivência e de habitabilidade se tenham alterado também durante *Quinhentos* – particularmente com o início do reinado de D. Manuel I – estudamos com particular enfoque o momento anterior, o de passagem da casa fortificada/casa-torre para casa senhorial, que se verificou com o surgimento de preocupações da ordem do conforto, e não apenas militares e defensivas. Neste sentido, é interessante incluir o apontamento de Hélder Carita (2017) que, em relação à torre, refere:

"Desaparecendo na sua generalidade como elemento isolado, a torre vai permanecer na casa senhorial, em termos simbólicos, na tendência de formação de torreões ou corpos torreados nas morfologias arquitectónicas, que, de uma certa maneira, são memória de uma tipologia claramente associada à nobreza mais antiga do país" [124].

Como veremos, a imagem do torreão integrado numa tipologia claramente habitacional pontuará os paços construídos pela Casa de Bragança, num claro paralelismo com a antiga nobreza do Norte Senhorial. No dicionário do Pe. Raphael Bluteau (1712), o paço é descrito como: *"Solar de Fidalgo grande. Em algumas casas, & quintas se acha o nome Paço, & se tambem he antigo, he demonstração grande da nobreza daquela casa, & família, porque se não permitia este nome senão a Solares de fidalgos grandes (...)"* [125]. Na caracterização da evolução tipológica da morada senhorial que apresenta, José Custódio Vieira da Silva (1995) refere três tipologias diferentes: o paço real, integrado numa fortaleza ou alcáçova[126], sobranceiro à povoação que defendia em conjunto com o castelo; o paço episcopal, eminentemente urbano e construído em contexto de cidade; e, por último, o paço senhorial, necessariamente próximo das jurisdições dos grandes senhores e inserido em meio rural[127]. Numa época em que as preocupações defensivas eram ainda

124. Carita, Hélder. "Paço, Solar, Sobrado, Palácio e Palacete: Nomenclaturas da Casa Senhorial da Idade Média ao Século XIX" em *Anais do IV Colóquio Internacional "A Casa Senhorial. Anatomia dos Interiores"*, org. Amanda Basilio Santos, Anderson Pires Aires et al., 243-259. Pelotas: CLAEC, 2017, p. 249.

125. Bluteau, Raphael. *Vocabulario portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasilico, comico, critico, chimico, dogmatico, dialectico, dendrologico, ecclesiastico, etymologico, economico, florifero, forense, fructifero.* Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. ANTT, Cota: I-2771-a_10, p. 173.

126. Uma tradição com raízes islâmicas, mas profundamente intrincada na sociedade portuguesa: "(...) o forte simbolismo e prestígio dos fortificados paços de alcáçova muçulmanos que faz com que os reis portugueses os assumam como residências privilegiadas durante séculos." Cf. Silva, José Custódio Vieira. *Op. Cit.*, 1995, p. 25.

127. *Ibidem*, p. 35.

imperativas, é natural existirem algumas semelhanças morfológicas entre castelo e paço. No entanto, a grande diferença reside no carácter puramente civil e no enquadramento urbano do segundo, mesmo quando nos referimos a um paço senhorial inserido numa envolvente mais ruralizada. Com o avanço da reconquista cristã, as fronteiras do reino eram continuamente revisitadas, envolvendo os castelos numa defesa ativa do reino e que, também por esse motivo, se iam distanciando da uma função habitacional. É neste contexto que surge o paço da alcáçova, uma estrutura que integrava o complexo militar, mas cujo propósito seria exclusivamente residencial. Numa primeira fase, pelas suas características, estes paços estariam quase sempre sob alçada da coroa, passando eventualmente a estar associados também a algumas famílias nobres[128]. Como atenta Hélder Carita (2017), em vários forais registados ainda durante a Alta Idade Média, o termo "paaço" surge também como o local onde são pagos os impostos, sublinhando a proximidade ao poder institucional[129]. A evolução da semântica e o uso continuado deste vocábulo para identificar ainda o local onde o rei aposentava quando em viagem – sendo simultaneamente sinónimo de poder real e civil – leva ao desenvolvimento de novas designações, tais como "paços do concelho" ou "câmara dos paços do concelho"[130], nomenclatura atribuída ao edifício que reunia a autoridade civil de uma região, que evolui para apenas "Câmara"[131]. Contudo, não será sobre estes paços que nos debruçaremos, mas antes sobre o paço senhorial – no qual se enquadram Guimarães, Barcelos, Ourém, Porto de Mós, Lisboa e Vila Viçosa –, uma tipologia marcadamente diferente.

Refere José Custódio Vieira da Silva (1995) que: *"(...) a posse de paços é um dos sinais mais esclarecidos da mudança que, a todos os níveis, o final da Idade Média traz consigo"* [132]. O paço é a personificação do poder e os grandes senhores demonstravam a sua riqueza e distinção através da construção de novas moradas nos seus domínios. A ação construtiva das casas de Avis e de Bragança no século XV é disso exemplo. Mas antes de analisarmos os palácios edificados pela Casa de Bragança, importa refletir sobre o conhecimento estabilizado em relação à morfologia e organização do paço senhorial. Genericamente, o paço organizar-se-ia em pelo menos dois pisos: piso térreo com zona de serviços e piso nobre, onde o senhor e a sua família viveriam. Seria um edifício de semblante austero, fechado para o exterior e cujo acesso seria feito através de um pátio murado situado em frente ao edifício, garantindo uma passagem vigiada e protegida. Próximo ao paço situar-se-ia o horto, pomar e outros espaços de cultivo e de passeio[133].

---

128. Com a estabilização das fronteiras e o continuado clima de paz do reinado de D. João I, muitos castelos passam para a posse de famílias nobres próximas do rei. Associados à Casa de Bragança, conhecemos os paços da alcáçova do castelo de Vila Viçosa e de Arraiolos – cujas intervenções terão sido da iniciativa de D. Fernando, 2.º Duque de Bragança – e de Montemor-o-Novo, construído por D. João, marquês daquela vila.

129. Carita, Hélder. *Op. Cit.*, 2017, p. 247.

130. Em documento de 1339, a Câmara de Lisboa surge identificada como "Camara do Paaço da dita Çidade hu fazem o Conçelho", seguindo-se "camara da Sala do Paço do Conçelho" em 1364, "na camara da dicta çidade" em 1420 e apenas "em a camara da vereaçom dessa mesma" em 1427. Cf. Silva, José Custódio Vieira. *Op. Cit.*, 1995, p. 29.

131. *Ibidem*, p.29; Carita, Hélder. *Op. Cit.*, 2017, p. 247.

132. Silva, José Custódio Vieira. *Op. Cit.*, 1995, p. 36.

133. A propósito da repartição da herança, conhece-se um documento de 1290 relativo ao paço de D. Afonso Rodrigues no qual são listados os seguintes espaços: vinha, pomar, campos, adega, lagar, cortes e pombal, a acrescentar à casa propriamente dita, organizada em dois pisos com entrada única a partir do piso térreo. Cf. Almeida, Carlos Alberto Ferreira. "Arquitectura Românica de Entre Douro e Minho". Dissertação de Doutoramento, Universidade do Porto, 1978; Almeida, Carlos Alberto Ferreira et al. "O Românico" em *História da Arte em Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 2001; Silva, José Custódio Vieira. *Op. Cit.*, 1995, p. 26-27.

Em relação à sua estrutura interna, a referência mais antiga foi registada por D. Duarte na sua obra "Leal Conselheiro" (1438), na qual se lê:

"Prymeira, salla em que entram todollos do seu Senhorio, que omyzyados nom som, e assy os estrangeiros que a ella querem viir. Segunda, camara de paramento, ou antecamara, em que costumam estar seus moradores, e alguũs outros notavees do reyno. Terceyra, camara de dormyr, que os mayores e mais chegados de casa devem aver entrada. Quarta, trescamara, onde se custumam vestir, que pera mais speciaaes pessoas, pera ello perteecentes, se devem apropriar. Quinta, oratorio, em que os Senhores soos algũas vezes cada dia he bem se apartarem para rezar, ler per boos livros, e pensar em virtuosos cuidados" [134].

Esta descrição refere-se ao piso nobre e sugere que os espaços estariam hierarquizados segundo níveis crescentes de privacidade. Assim, se na sala todos os homens seriam recebidos, o acesso à antecâmara[135] e à câmara de dormir estaria reservado apenas ao senhor do paço e àqueles que lhe seriam mais próximos. A trascâmara – ou guarda-roupa – seria o espaço seguinte, mais íntimo, onde o senhor se vestiria, onde os seus bens estariam guardados e onde dormiriam pagens, criados de quarto ou amas. Por fim, o oratório – espaço iminentemente privado – encerraria esta sequência, podendo estar circunscrito apenas a um objeto ou móvel, e não a uma divisão. Contudo, a existência deste último estaria associada à riqueza e poder do senhor do paço, visto que a estrutura tida como tradicional incluiria apenas a sucessão de antecâmara, câmara de dormir e trascâmara. Como a própria semântica sugere, a câmara de dormir seria a divisão central desta sequência tripartida, indispensável a qualquer casa senhorial[136]. A dimensão destes espaços variava consoante a grandeza do palácio, mas obedecia à mesma lógica hierárquica, sendo a sala a dependência com áreas mais generosas – por ser o espaço de representação por excelência, que gozava de maior proximidade com o exterior, conseguida através de janelas generosas ou até mesmo de uma varanda corrida[137], onde se realizavam as cerimónias de aparato e onde todos aqueles que procuravam o senhor do paço seriam recebidos – e as restantes divisões seriam progressivamente mais pequenas e privadas. Nenhuma destas divisões se situaria no piso térreo – área reservada para os espaços de trabalho e serviço – mas no piso nobre ou em pisos superiores, o que coloca a questão da sua acessibilidade. Relativamente à distribuição horizontal, não existiriam corredores visto que os espaços se sucediam, mas a distribuição vertical seria essencial à sua organização funcional. Vieira da Silva (1995) refere que as escadas nos paços medievais seriam sempre interiores, construídas em madeira[138] ou, em casos específicos, em pedra[139]. Interessa ainda referir que, em palácios régios ou de alta nobreza, existiria uma duplicação

134. D. Duarte. *Leal Conselheiro*. ed. Maria Helena Lopes de Castro. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999, p. 294.

135. "Trata-se de um compartimento [antecâmara] particularmente interessante uma vez que a sua aparição decorre diretamente do desenvolvimento do cerimonial régio e como resposta a um objetivo preciso: o crescente distanciamento e inacessibilidade da figura régia." Trindade, Luísa e André Dias Goes. "O Paço do Infante D. Henrique no Convento de Cristo, em Tomar" em *Equipamentos Monásticos e prática espiritual*, coord. Maria de Lurdes Craveiro et al., 339-366. Lisboa: Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja, 2017, p. 354.

136. Silva, José Custódio Vieira. *Op. Cit.*, 1995, p. 29.

137. *Ibidem*, p. 28.

138. *Ibidem*, p. 33.

139. Como, por exemplo, as escadas intramuros e helicoidais do Paço dos Duques de Bragança em Guimarães.

da sequência de câmaras enunciada para rei e rainha ou, como veremos, duque e duquesa.

Associados ainda aos espaços mais privados da casa e, portanto, de acesso particular do seu senhor, estariam provavelmente as privadas. Neste sentido, retomamos as seguintes referências da medição do paço real em Sintra, incluída no livro de D. Duarte: *"Na dita camera seguinte onde ElRey dormia 12 covados e largo 9 e meio. Na casa da guardaroupa e desembargue seguinte 6 covados e largo 9 e meio. Na casa de resar 4 covados e largo 3. Na privada em longo 3 cov. e meio e largo 3."* [140]. Para além de clarificar as diferentes dimensões associadas a cada espaço – gradualmente mais pequenos e íntimos –, esta sequência parece indicar que a privada se situaria depois da "casa de resar", ou oratório. No mesmo documento encontramos também a indicação: "*A casinha de resar que tem o mijatorio 6 covados e largo três covados"* [141], que refere uma situação de maior promiscuidade entre duas funções num único espaço, que se define pela privacidade. De facto, são várias as referências às privadas[142] do paço real de Sintra, que se situariam sempre em locais resguardados, normalmente associadas ao guarda-roupa ou à câmara de dormir. Por fim, em relação à vida espiritual, o oratório não seria o espaço religioso por excelência do paço, mas antes um local de recolhimento e reflexão relativamente modesto. Esse lugar seria ocupado pela capela palatina, um privilégio praticamente exclusivo ao rei até ao final do século XV e cuja única excepção que conhecemos é o Paço dos Duques de Bragança em Guimarães que, sendo um paço senhorial, incluiu, surpreendentemente, uma capela desde o início da sua construção.

A área de serviços situar-se-ia no piso térreo e, em alguns palácios, estender-se-ia também por sobrelojas[143] que, não acompanhando toda a largura da casa, aproveitariam normalmente desníveis em relação ao exterior ou a própria inclinação do terreno para suportar um piso intermédio[144]. Poderiam ainda desmultiplicar-se em vários espaços situados junto ao edifício principal, denominados "palheiros" ou simplesmente "casas", de carácter meramente utilitário e que, à medida que a morfologia da casa senhorial se foi desenvolvendo, foram gradualmente desaparecendo. De facto, ainda no século XV, seriam mais as áreas destinadas a serviços do que aquelas com pendor social, como o demonstra uma descrição do paço episcopal de Coimbra de 1416[145], que refere perto de 21 divisões destinadas a serviços (entre estrebarias, adega, celeiro, e dependências da cozinha) em contraste com a curta sequência de espaços reservados ao bispo, com as sala, antecâmara e câmara de dormir.

---

140. Conde de Sabugosa. *O Paço de Cintra.* Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1903, p. 219.

141. *Ibidem*, p. 219.

142. A partir do século XVI começa também a vulgarizar-se a referência à retrete – aposento pequeno e recolhido na parte mais íntima da casa; aposento da casa onde se fazem as necessidades; cadeira furada ou outro móvel onde era, antigamente, guardado o urinol – como no caso das festas de casamento de D. Isabel em Vila Viçosa, ou ainda associada aos objetos pessoais de D. Teodósio I.

143. Sobreloja: "pavimento situado entre o rés do chão e o primeiro andar". Fonte: https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa (consultado a 08-09-2021).

144. Carita, Hélder. "Das Águas-Furtadas às Estrebarias: Zonas de serviços na casa senhorial entre os séculos XV e XVIII" em Anais do II Colóquio Internacional "A Casa Senhorial. Anatomia dos Interiores", org. Ana Pessoa e Marize Malta, 12-36. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2016, p. 14.

145. Caia, A. J. Peixinhos. *Pergaminhos avulsos do Arquivo da Universidade de Coimbra, 1079-1612*, trabalho curricular apresentado no âmbito da disciplina de Paleografia e Diplomática, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1989 [policopiado]. Carta referente à entrega de bens do Bispo D. Gil aquando da sua morte, ao cabido da Sé de Coimbra. 13 de Fevereiro de 1416. Cf. *Ibidem*.

Ainda sobre as zonas de serviços na casa senhorial, Hélder Carita (2016) organiza o programa em três grupos: um primeiro em torno da cozinha, um outro associado às lojas e um último referente às estrebarias. Se numa fase inicial, por motivos de segurança contra incêndio e de salubridade[146], a cozinha se situaria num edifício autónomo fora da casa principal, com o passar do tempo e a racionalização do programa funcional passa a integrar o edifício senhorial – como no paço real em Évora onde D. João II manda construir a cozinha imediatamente por baixo da sala grande[147] – a par das outras dependências associadas à preparação de alimentos. Assim, associado à cozinha surge a ucharia[148], casa da lenha, forno, casa das maças[149] – *"demarcando-se do conjunto pelas suas maiores proporções e melhores acabamentos"* [150] –, e ainda o manteiro[151] e a copa[152], compartimentos de apoio à preparação da refeição e onde eram guardados todos os utensílios necessários para "pôr a mesa", nomeadamente as pratas, os atoalhados, as louças, etc. Também perto da zona da cozinha se situariam as lojas – espaços destinados à conservação de alimentos – que gradualmente adquiriram nomenclatura própria, tal como adega para o vinho, celeiro para os cereais, lagar para o azeite, atafona para a moagem da farinha, entre outros –, mas também onde se situariam oficinas para pequenos reparos e locais para guarida das aves. Caracterizadas pela sua multifuncionalidade, as lojas serviriam ainda para albergar criados e, por questões de ordem prática, estariam normalmente em contacto com o exterior ou perto da entrada da casa, sendo que, por vezes, poderiam inclusivamente ser alugadas para aumentar o rendimento da família[153].

Por último, existiriam ainda as estribarias, para guarida não só de cavalos, mas também de mulas, burros e bois. Associado a este programa surgem ainda os palheiros que, como o nome indica, serviriam para guardar a palha, e a casa dos moços da estribaria. Não era raro o caso em que a casa dos moços se situava no entressolho da estribaria, de forma a garantir uma maior proximidade e cuidado dos animais, ao mesmo tempo que se garantia o aquecimento do espaço. Refere ainda Hélder Carita (2016) que a crescente divulgação do coche no século XVI introduz novo programa na casa senhorial[154]: as estribarias passam a ser, essencialmente, cavalariças, surge a cocheira, a casa dos arreios e ainda, em casas de alta nobreza – como no caso Paço dos Duques de Bragança em Lisboa –, o picadeiro[155].

---

146. "mando fazer hum nobre paço pelos meus bens assim (...) no qual quero e mando que haja uma cosinha apartada, em que possam bem cosinhar em guiza que não faça nojo no paço, e não alhures". Cf. Castilho, Júlio de. *Lisboa Antiga-Bairros Orientais*, Vol. VI, 3.ª ed., Lisboa: CML, 1975, p. 249. Citado por *Ibidem*, p. 19.

147. Silva, José Custódio Viera da. *Op. Cit.*, 1995, p. 327.

148. Ucharia: compartimento onde se guardam comestíveis, despensa, depósito ou arrecadação dos paços reais. Fonte: http://www.museuvirtualdalusofonia.com/glossario (consultado a 08-09-2021).

149. Maça: pau extremamente pesado sendo uma das extremidades mais grossa, que servia de arma de ataque; pau usado pelos bedéis da universidade ou do cabido, e pelos porteiros das câmaras régias, para assinalar a entrada de visitas; estes oficiais eram designados por "porteiros da maça" (...). Fonte: http://www.museuvirtualdalusofonia.com/glossario (consultado a 08-09-2021).

150. Carita, Hélder. *Op. Cit.*, 2016, p. 19.

151. Manteiro ou manteeiro: oficial que tinha a seu cargo a guarda dos mantéis e dos apetrechos na casa real; oficial que faz mantas (...). Fonte: http://www.museuvirtualdalusofonia.com/glossario (consultado a 08-09-2021).

152. Copa: compartimento ou armário onde se guardam géneros alimentícios, louças, talheres, roupas de mesa, etc. e onde se fazem alguns serviços domésticos (...). Fonte: https://www.infopedia.pt/ (consultado a 08-09-2021).

153. Carita, Hélder. *Op. Cit.*, 2016, p. 24.

154. *Ibidem*, p. 25.

155. Picadeiro: lugar onde se fazem exercícios de equitação e se treinam cavalos. Fonte: https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa (consultado a 09-09-2021).

2.1.2
Os paços das Casas de Avis e Bragança, um "modelo" de implantação territorial

Neste capítulo, apresentamos uma breve análise da ação construtiva das Casas de Avis e de Bragança durante o século XV, iniciada no seguimento da subida ao trono de D. João I, que patrocina a beneficiação e construção de vários paços régios, nomeadamente os paços de Leiria, Sintra[156] e Évora[157] – apesar de, neste último, a intervenção joanina ter sido relativamente pequena. Se os primeiros dois palácios estão amplamente estudados e divulgados do ponto de vista histórico em trabalhos como o de Lucília Verdelho da Costa (1989) e Saúl António Gomes (1995)[158] a propósito de Leiria, e de António Borges Coelho (1975), Francisco Costa (1980) e José Custódio Vieira da Silva (2002) em relação a Sintra, o paço real de Évora permanece ainda em relativa obscuridade, provavelmente porque foi parcialmente abandonado e reintegrado no convento de S. Francisco ainda no século XV, sendo parcialmente demolido já no século XIX[159]. A par das intervenções joaninas, as moradas construídas pelos infantes D. Pedro, D. João e D. Henrique nos seus domínios também integram o leque de edifícios associados à Casa de Avis relevantes para este estudo. Nesse sentido, abordaremos os paços em Leiria (c.1401), Barcelos (c.1406), Guimarães (c.1420), Ourém (c.1450), Porto de Mós (c.1450), Lisboa (c.1500) e Vila Viçosa (c.1501), numa óptica comparativa e focando eventuais relações matriciais e territoriais, bem como de modelos arquitectónicos que possam ter sido transmitidos.

"Na continuidade de uma posição saliente na paisagem, conhecida da 'villa romana' agrícola, também o paço medieval segue o princípio de uma posição chave destacada, em ligação com vias regionais antigas, mas defendida e visível, entre o espaço explorado do 'ager' e o espaço natural do 'saltus', guardando à vista a extensão de domínio patrimonial, numa afirmação de poder no território" [160].

Focamos o **paço real de Leiria**, cuja construção se terá iniciado em c.1401, no morro onde se localizava o castelo e sobranceiro à vila que se desenvolvia à cota baixa, nas margens do rio Lis. Topograficamente, este seria um local extremamente vantajoso por assegurar o domínio territorial a grande escala, como

156. "A importância que a casa de habitação nobre, desde meados do século XIV, começava a ganhar em toda a Europa; o reforço da imagem do poder que ela transmitia; a necessidade concreta de, no que diz respeito a D. João I, dispor de paços que, em Sintra, correspondessem também a essa nova imagem e, de igual modo, as de uma família regia com numerosos infantes, conduziram o fundador da Casa de Avis a duplicar o paço original com um conjunto de dependências que, sendo maiores e mais numerosas que as do paço dionísio, originaram, afinal, um outro paço totalmente isolado e autónomo em relação ao primeiro." Cf. Silva, José Custódio Vieira. *Op. Cit.*, 1995, p. 208.

157. "(...) a escolha recaiu no Mosteiro de São Francisco, onde D. João I mandou fazer duas câmaras com trascâmara e privada, alem de murar o ferragial e horta e plantar laranjeiras. Esta opção (...) explica-se, por outro, pela situação excelente em que o mosteiro franciscano se encontrava: relativamente isolado do centro urbano e sobranceiro ao vasto rossio que lhe estava defronte, ganhava ainda uma certa proteção com a muralha medieval que lhe passava ao pé". Cf. *Ibidem*, p.130. De sublinhar que, apesar da intervenção joanina, terá sido D. Afonso V o grande impulsionador da construção.

158. Apesar de originalmente editado em 1995, durante esta investigação consultamos a edição de 2004.

159. Atualmente, restam apenas algumas partes do antigo edifício manuelino. Cf. http://www.monumentos.gov.pt/ (consultado a 13-09-2021).

160. Oliveira, Marta. "O Paço, a Villa e a Urbe". Em *Actas do 2.º Congresso Internacional Casa Nobre – Um património para o futuro*, 491-511. Arcos de Valdevez, Portugal: Município de Arcos de Valdevez, 2011, p. 491.

aliás se percebe nas várias iconografias[161] e fotografias da vila que incluem, inevitavelmente, o conjunto paço e castelo em grande destaque [Fig. 16]. A situação estratégica de Leiria terá certamente contribuído para a decisão de D. João I de aqui construir a sua nova morada, simbolizando o poder da dinastia que iniciava após a tumultuosa crise de sucessão. Do ponto de vista defensivo, o castelo de Leiria garantia a proteção da antiga via romana – da qual ainda existem atualmente alguns tramos – que ligava Scallabis a Aeminium (Santarém a Coimbra), em conjunto com os castelos de Ourém e Porto de Mós que, no entendimento de Saúl António Gomes (2004) *"constituíam uma trilogia unitária"* [162] e que se transformaram, progressivamente, em locais privilegiados para a habitação senhorial[163]. Como referimos em capítulo anterior a propósito dos paços em Ourém e Porto de Mós, esta seria ainda uma importante via de comunicação quer no âmbito da organização militar quer das relações comerciais no reino. No que concerne as inovações arquitetónicas que caracterizaram o século XV, são várias as novidades que vemos introduzidas neste palácio, desde preocupações da ordem do conforto – em linha com a arquitectura europeia e visíveis através da introdução de lareiras em várias divisões ou da existência de privadas – como da própria escala do paço, que se encontrava distribuído por quatro pisos. Trata-se de um edifício *ex novo* de matriz geometrizada, retangular e organizado em torno de um pátio central. A distribuição funcional do andar nobre (que seria apenas um dos quatro pisos) corrobora a racionalidade do traçado visto que ao centro da composição existiriam três grandes divisões – um vestíbulo orientado ao pátio interior com uma varanda, seguido da sala e, por último, a *loggia*, espaço de lazer e contemplação – ladeadas por duas sequências simétricas de três câmaras, os aposentos privados da família real[164].

A simbologia também não parece oferecer dúvidas: D. João I sedimenta a sua posição de monarca com a construção de um sumptuoso palácio na histórica vila de Leiria, afastado do antigo paço dionísio[165]. A distância física entre estas moradas das dinastias de Borgonha e de Avis – a primeira no centro da vila e a segunda sobre o reduto militar – sublinha o afastamento simbólico de D. João em relação a valores do passado. Assim, manda construir um novo paço à cota alta e junto do castelo. O aproveitamento de um dos panos de muralha na edificação do palácio confere-lhe ainda mais visibilidade e sedimenta uma imagem austera que inspira autoridade, como se percebe a partir do estudo da sua relação com o território envolvente [Fig.17]. A par do castelo e junto ao paço localizava-se também a igreja de Nossa Senhora da Pena, construída por iniciativa de D. João I[166] para substituir um templo anterior com a mesma evocação

161. Algumas das quais recentemente coligidas por Ricardo Charters d' Azevedo em "Leiria - O século XIX em gravuras, seguido de Leiria e as Invasões Francesas", publicado em 2019.

162. Gomes, Saúl António. *Introdução ao Castelo de Leiria*. Leiria: Câmara Municipal de Leiria, 2004, p.34.

163. *Ibidem*, p. 32-34.

164. Silva, José Custódio Vieira. *Op. Cit.*, 1995, p. 121.

165. Os paços joaninos ficaram conhecidos como "paços novos", por oposição aos "paços velhos" de D. Dinis, nomenclaturas já utilizadas no século XV. Cf. Ginja, António Luís Domingues. "Castelo de Leiria: Estruturas militares do núcleo A. Análise arquitetónica e arqueológica". Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra, 2016, p. 22.

166. "(...) a Igreja de Nossa senhora da Pena, nome adquirido por ter sido construído junto da penha, tendo por orago Nª. Srª. da Anunciação: Mandada construir por D. João I tendo na capela-mor a divisa e armas deste rei («O Couseiro», 1868; Korrodi, 1898; Larcher, 1922)". Cf. http://www.monumentos.gov.pt/ (consultado a 16-09-2021).

que, entretanto, desaparecera [Fig. 18.1; Fig. 18.2; Fig. 18.3; Fig. 18.5; Fig. 18.7]. A tribuna da igreja estaria ligada ao piso nobre do paço real, assegurando o acesso particular do monarca ao espaço de culto, que representaria aqui as funções de uma capela palatina.

Ainda em relação à implantação do palácio, é curioso atentar que, nos vários estudos que analisamos, a sua fachada principal – caracterizada pela varanda ou *loggia* [Fig. 18.4; Fig. 18.6] – é constantemente descrita como estando orientada sobre a cidade[167]. De facto, se olharmos o mapa atual de Leiria, a *loggia* está voltada à cidade, mas não propriamente ao seu núcleo medieval [Fig. 18.8] – e contemporâneo à construção do paço –, que se situa a nascente. Atendendo à conformação medieval do burgo, a fachada principal estaria situada diretamente sobre os acessos principais à vila, fazendo com que, a partir do paço, todas as vias de acesso fossem vistas e controladas. Não menos importante é referir que o palácio era visto desde vários pontos do território próximo e longínquo.

167. Como nos trabalhos de José Custódio Vieira da Silva (1995; 2002) e Saúl António Gomes (1995).

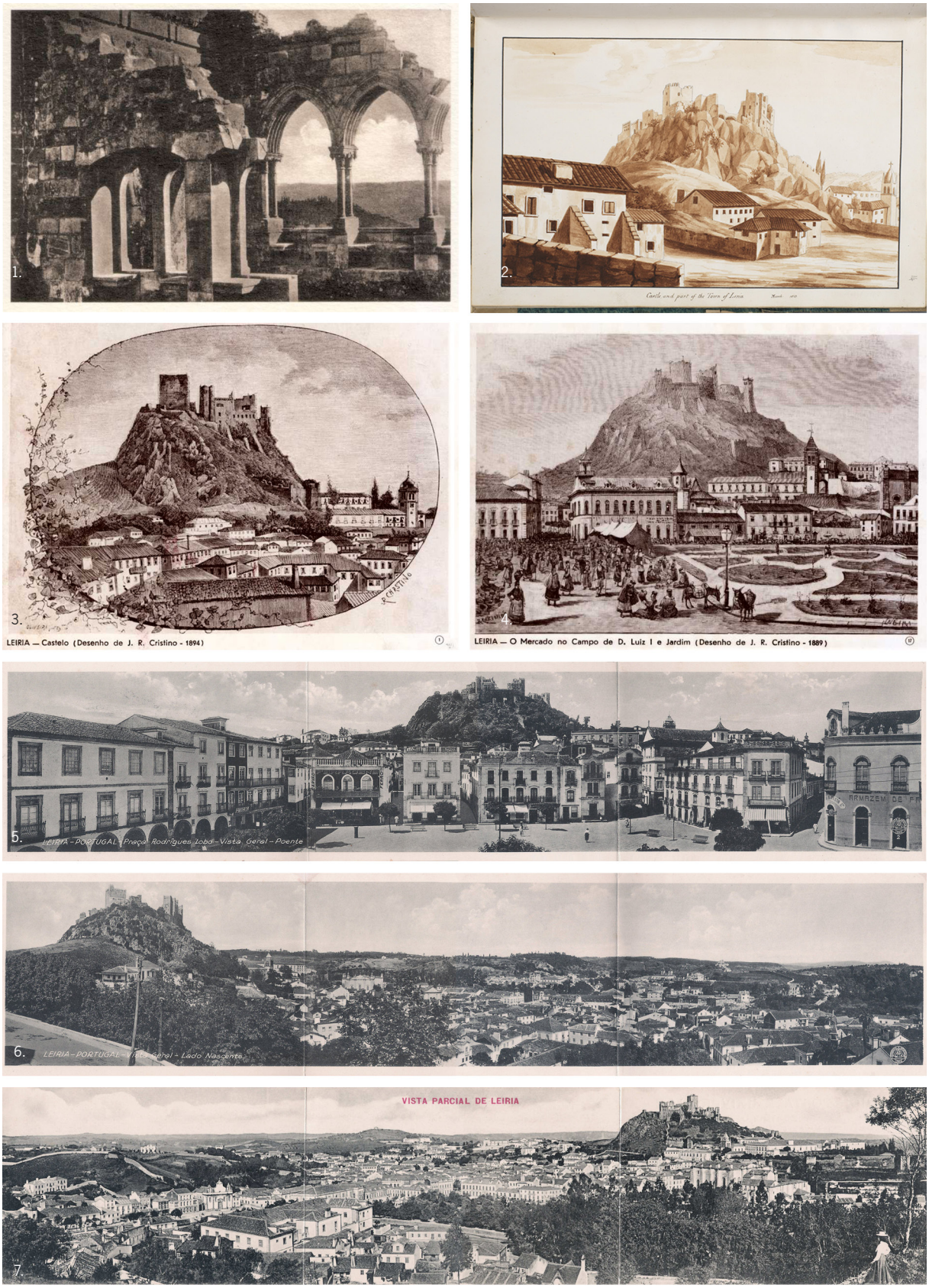


Fig. 16: Iconografias de Leiria, com particular ênfase no domínio territorial do castelo e paço real sobre a vila e paisagens envolventes. 1. "*Loggia*" (s.a, s.d); 2. "Castle and part of the Town of Leiria" (Synge, 1813); 3. "O Castelo de Leiria" (Cristino, 1894); 4. "O Mercado no Campo de D. Luiz I e Jardim (Cristino, 1899); 5. "Praça Rodrigues Lobo. Vista Geral – Poente"; 6. "Vista Geral – Nascente"; 7. "Vista Parcial" (Arquivo Digital: Leiria em Postais Ilustrados, consultado em 20-02-2019).



Fig. 17: Relação do paço real de Leiria em planta e perfil P1, junto ao castelo e à igreja de Nossa Senhora da Pena, com indicação da muralha medieval (Gomes, 2004) sobre redesenho topográfico e cartográfico (CMLe, SIG, 2000) – curvas de nível distam 5 m – redesenho do paço (Korrodi, 1898; DGEMN, 1940) e vista aérea atual (CMLe, 2018) com o território envolvente.



Fig. 18: Levantamento fotográfico do conjunto do castelo, paço e igreja de Santa Maia da Pena em Leiria (1-7) e vista do paço real a partir da igreja de S. Pedro (8.), na vila medieval de Leiria, onde se situariam os antigos paços dionísios (ILG, 2017).

Nos anos que se seguiram à construção do paço real em Leiria, vários outros palácios foram sendo edificados e ampliados não só pela coroa, mas também pelas casas senhoriais mais poderosas do reino, nomeadamente as do Duque de Coimbra, do Duque de Viseu, do Condestável D. João, e de D. Afonso, Conde de Barcelos. Se é verdade que todos eram filhos de D. João I, convém relembrar que apenas os primeiros três eram infantes, cuja casa foi montada através de extensas doações reais. No entanto, foi D. Afonso, o mais velho dos filhos do monarca, quem iniciou um novo ciclo de casas senhoriais. Como vimos, logo em c.1406-1414 inicia a construção de um **paço em Barcelos**, vila minhota sede do condado que recebera do sogro aquando do seu casamento em 1401. Do ponto de vista histórico e arquitectónico, este edifício está também amplamente estudado nos trabalhos de Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1990), Clara Pimenta do Vale (1991), Maria da Conceição Falcão Ferreira (1991), José Custódio Vieira da Silva (1995), Joaquim Moura Flores (1996; 1998) e ainda Mário Jorge Barroca (1998), que abordam e explicitam as características inovadoras que o paço de Barcelos introduziu na arquitectura senhorial portuguesa quatrocentista. Para estes estudos contribuiu a amplamente divulgada representação quinhentista de Duarte de Armas [Fig. 19.1], mas o recém-descoberto e inédito desenho de John Synge (1813) – realizado aquando do seu périplo pelas vilas e fortalezas portuguesas – oferece novas perspetivas sobre o palácio no início do século XIX e, principalmente, sobre o estado de ruína da torre sobre o Cávado [Fig. 19.2]. Barcelos foi objeto de um estudo de reconstrução[168] por Ernesto Korrodi (1901) – o último de uma série de ensaios que desenvolveu com vista à reconstituição dos paços medievais em Leiria, Porto de Mós, Guimarães – e, mais tarde, de um projecto de restauro[169] por Francisco de Azeredo (1953), sendo que nenhum deles se chegou a efetivar e o paço permanece ainda hoje em ruínas [Fig. 19.5; Fig. 19.6]. Refere Mário Jorge Barroca (1998) que os paços quatrocentistas associados à Casa de Bragança *"traduziram-se, ainda, em algumas das mais inovadoras experiências da nossa arquitectura senhorial, revelando influências forâneas e reflectindo uma cultura individual claramente acima da média"* [170]. Para além de o paço em Barcelos ter sido a primeira morada construída de raiz por D. Afonso e da evolução arquitetónica que representou em termos morfológicos e construtivos, a sua implantação e relação com o reduto militar da vila merece a nossa atenção.

Como vimos em capítulo anterior, Barcelos carecia de uma fortaleza coesa e dignificante da vila sede do condado mais antigo do reino. Sob este pretexto, D. Afonso inicia obras de melhoramento no reduto barcelense e associa a construção do seu paço às obras de ampliação da muralha, iniciadas logo após o seu regresso de Inglaterra em 1406. O local escolhido para levantar um novo paço é o terreiro da igreja de Santa Maria Maior, delimitado pela igreja a norte e pelo rio Cávado a sul [Fig. 20]. À semelhança de Leiria, vemos em Barcelos uma grande proximidade entre a fortaleza, o paço e a igreja [Fig. 21], que, apesar de

168. Korrodi, Ernesto. *Estudos de Reconstrução dos Antigos Paços dos Condes de Barcelos*. Leiria: Arquivo Distrital de Leiria. 1901. Cota: -1/IV/ 12/D/1. Projecto não publicado.

169. Azeredo, Francisco. *Op. Cit.*, 1953.

170. Barroca, Mário Jorge. *Op. Cit.*, 1998, p. 63.

ser a igreja matriz da vila, funcionaria também como capela palatina[171] com acesso direto ao paço. Interessa referir que esta articulação entre (a.) equipamento militar – com particular relevância do ponto de vista do aparato, mas cada vez mais desnecessário considerando a crescente pacificação do reino; (b.) paço – edifício eminentemente civil e de administração que, à semelhança do paço militar, impõe autoridade e domínio territorial; e (c.) igreja – associado ao poder terreno e à proteção divina – será uma característica frequente na implantação dos paços construídos pela Casa de Bragança neste período.

Em relação ao edifício do paço condal, e apesar do seu avançado estado de ruína, é ainda possível perceber uma configuração original da construção levantada por D. Afonso. Organizado em torno de cinco câmaras e distribuído por dois pisos, a autonomia volumétrica de cada espaço coincidiria com uma aparência de "casa-torre" reforçada por telhados altos e apontados, bem como pelo coroamento dos muros[172], tal como o desenho quinhentista de Duarte d'Armas sugere. Contudo, de ressalvar que esta representação inclui uma sexta torre – que, apesar de integrar o conjunto edificado do paço, se eleva sobre o acesso à vila, assegurando o seu controlo e proteção – já construída no tempo de D. Fernando II, 3.º Duque de Bragança,[173] e que contribui para uma imagem de grande aparato militar. Interessa ainda referir que D. Jaime, 4.º Duque de Bragança, procura ampliar o paço em Barcelos já no século XVI[174], um período em que a Casa de Bragança já estaria definitivamente sediada em Vila Viçosa, o que denota um interesse continuado por esta estrutura no longínquo Entre Douro-e-Minho. Não tendo logrado a ampliação, este paço era definitivamente pequeno e ultrapassado para os padrões quinhentistas e ficou remetido ao abandono. No entanto, e apesar do seu estado de ruína, a presença da estrutura na paisagem próxima mantem-se inalterada e é, ainda hoje, um marco que assinala a entrada em Barcelos [Fig. 19.3; Fig. 19.4; Fig. 19.7; Fig. 19.8].

171. "A aparente inexistência de um oratório ou capela tem a ver com a proximidade da Colegiada, cuja instituição foi conseguida precisamente por D. Fernando em 1464 e cuja igreja se ligava por um passadiço à moradia condal, funcionando, deste modo, como capela do paço." Cf. Silva, José Custódio Vieira. *Op. Cit.*, 1995, p. 147.

172. *Ibidem*, p. 148.

173. *Ibidem*, p. 146.

174. D. Jaime solicita ao arcebispo de Braga, D. Diogo de Sousa, autorização para mover a colegiada de sítio, alegando que, segundo a lei militar, nenhuma estrutura poderia ser tão ou mais alta que a estrutura militar e, portanto, que a colegiada teria de ser movida. Na verdade, Mário Jorge Barroca (1998) entende que este terá sido eventualmente um subterfugio através do qual o Duque de Bragança procurava a ampliação do seu paço - no qual até já teria intervindo, e que de outra forma não seria possível por não existir espaço suficiente - na medida em que, quando D. Diogo concedeu ao seu pedido com a salvaguarda que o terreno onde se encontrava a colegiada permanecesse solo sagrado, D. Jaime desistiu desta intervenção. Cf. *Ibidem*, p. 147; Barroca, Mário Jorge. *Op. Cit.*, 1998, p. 79-80.



Fig. 19: Iconografias e fotografias de Barcelos, com particular ênfase na relação do paço com a igreja de Santa Maria Maior (4,5) e no domínio territorial que exerce sobre a vila e envolvente (1-3). 1. Barcelos (Duarte d'Armas, c.1501); 2. "Barcellos" (Synge, 1813); 3. "Vista de Barcellos" (*Archivo Pittoresco*, 1861); 4. "Solar do Duque de Bragança em Barcellos" (SIPA, s.d); 5. Fotografia do paço e da igreja de Santa Maria Maior (SIPA, s.d); 6. Fotografia do paço a partir do terreiro da igreja (SIPA, s.d); 7-8. Fotografias da chegada a Barcelos (SIPA, s.d).



1. Muralhas
2. Igreja de Santa Maria Maior
3. Paço

Fig. 20: Relação do paço condal de Barcelos em planta e perfil P1, junto à igreja de Santa Maria Maior, com indicação da antiga muralha – incluindo tramos existentes e reconstruídos – (Almeida, 1990) sobre redesenho topográfico e cartográfico (CMB-SIG, 2016) – curvas de nível distam 5 m – redesenho do paço (Azevedo, 1953) e vista aérea atual (CMB, 2009) com o território envolvente.



Fig. 21: Levantamento fotográfico do paço condal (1, 2, 3), do conjunto do paço e igreja de Santa Maia Maior em Barcelos (4,5) e vistas urbanas do paço (6, 7, 8). (ILG, 2017).

Ainda nas primeiras décadas do século XV, vários paços são sucessivamente construídos por infantes da Casa de Avis, nomeadamente o paço em Tentúgal (c.1417), construído pelo Infante D. Pedro, o paço de D. Henrique no Convento de Cristo, em Tomar, construído por iniciativa deste Infante entre 1420-1438[175] e o paço em Belas (c.1424), pela mão do Infante D. João. Esta prolífera ação construtiva surge na sequência das já referidas campanhas régias patrocinadas por D. João I que dotaram os palácios reais de inovadoras condições de habitabilidade e conforto. Desta forma, as sucessivas intervenções do monarca tiveram repercussões quase imediatas no panorama da arquitectura civil e, principalmente, nos paços construídos neste mesmo período pela alta nobreza.

D. Pedro, Duque de Coimbra, terá iniciado a construção do **paço em Tentúgal** após o seu regresso de Ceuta, provavelmente por volta de 1417[176]. O local escolhido para a construção do paço situa-se na raia da vila de Tentúgal, perto do rio Mondego e em zona extremamente fértil, com vistas desafogadas sobre a paisagem [Fig. 22.1]. Profundamente intervencionado em épocas posteriores, inclusive pelos Duques de Cadaval no século XVI, da estrutura quatrocentista de D. Pedro restam apenas alguns elementos [Fig. 22.2; Fig. 22.3], mas que ainda assim informam um estudo contemporâneo sobre o paço[177]. Referimo-nos, nomeadamente, à arcada do piso térreo – estrutura presente nos paços de Sintra, Barcelos, Belas e Tomar[178] –, às grandes chaminés que ainda caracterizam o edifício – à semelhança dos paços em Sintra, Barcelos e Guimarães – e ainda à capela exterior. A capela do paço de Tentúgal – que, apesar de exterior ao edifício principal, teria como única função a de capela palatina[179] – ganha uma importância acrescida e é demonstrativa da relevância de D. Pedro, Duque de Coimbra e regente do reino a partir de 1439, na sociedade portuguesa.

Por outro lado, convém realçar que o **paço em Belas**, estrutura coetânea a Tentúgal e edificada pelo Infante e Condestável D. João, não dispôs de capela própria até ao século XVI[180]. A quinta de Belas esteve, desde cedo, associada a vários proprietários até ser comprada em 1412 por D. João I. Em 1424, por ocasião do casamento do seu filho D. João com D. Isabel, filha de D. Afonso de Barcelos, o monarca integra Belas no dote de casamento do infante, que será o grande responsável pela construção do paço [Fig. 22.6; Fig. 22.7]. Muito intervencionado em épocas posteriores – incluindo alterações de relevo, características do período manuelino[181] e posteriores –, parte da estrutura original quatrocentista continua legível e oferece uma outra perspetiva sobre as casas senhoriais construídas pela alta nobreza nos alvores do século XV, trazendo luz às novas preocupações de conforto e a procura de uma relação franca com o exterior

175. Trindade, Luísa e André Dias Goes. *Op. Cit.*, 2017, p. 343.

176. http://www.monumentos.gov.pt/ (consultado a 20-09-2021).

177. Silva, José Custódio Vieira. *Op. Cit.*, 1995, p. 127-129.

178. Trindade, Luísa e André Dias Goes. *Op. Cit.*, 2017, p. 351-352.

179. Considerando a título de exemplo que em Barcelos, ao contrário de Tentúgal, e apesar do acesso direto entre o paço e a Santa Maria Maior, a igreja seria também matriz da vila e não de uso exclusivo dos condes.

180. À semelhança dos paços da Sempre-Noiva ou Água-de-Peixe, cujas capelas também já serão construções quinhentistas. Cf. Silva, José Custódio Vieira. *Op. Cit.*, 1995, p. 32-33.

181. *Ibidem*, p. 126.

que, no entendimento de Vieira da Silva (1995), *"[possibilita] a observação da natureza e o deleite dos sentidos, de acordo, sem dúvida, com um certo hedonismo, mas também com uma corrente platónica a que o humanismo renascentista não é alheio"* [182].

Na mesma cronologia insere-se ainda o **paço em Tomar** do infante D. Henrique no Convento de Cristo [Fig. 22.4; Fig. 22.5]. De sublinhar que D. Henrique era, desde 1420, Governador e Regedor da Ordem de Cristo e o primeiro mestre laico desta ordem. Construído na antiga cerca de Tomar, junto ao castelo e à igreja, os paços mestrais ou henriquinos integram o conjunto monástico da Ordem de Cristo. O enquadramento do paço de D. Henrique nesta análise torna-se pertinente na medida em que, como refere Luísa Trindade (2017), *"apesar desta inserção no universo do sagrado, é, todavia, na sociedade civil e concretamente nas práticas de habitação da nobreza, que estes paços encontram os seus paralelos mais próximos, partilhando requisitos e funções similares, adoptando as mesmas estratégias compositivas, formais e estéticas"* [183]. À semelhança da maior parte dos paços analisados, o paço de D. Henrique também se distribuía por dois pisos. Segundo Luísa Trindade (2017), o piso térreo seria organizado por uma arcada contínua que criava espaços modulares e semelhantes. Sobre ele, o piso nobre disporia das câmaras privadas do infante[184] e pelo menos de uma sala, que poderia ter também uma varanda *"que abria sobre a paisagem"* [185] – ou talvez mesmo uma *loggia*, à semelhança de Leiria.

182. *Ibidem*, p. 127.

183. Trindade, Luísa e André Dias Goes. *Op. Cit.*, 2017, p. 340.

184. "Muitos outros, porém, deixaram vestígios arqueológicos suficientemente sólidos ou testemunhos documentais minimamente elucidativos para comprovar, no seu amplo conjunto, um novo interesse por parte da mais alta nobreza pelas suas residências, traduzido na procura de um maior conforto, na introdução de uma maior complexidade formal, especialização de funções, defesa da privacidade, cuidado de implantação e aproveitamento de vistas qualificadas. Trindade, Luísa e André Dias Goes. *Op. Cit.*, 2017, p. 348.

185. *Ibidem*, p. 346.



Fig. 22: Fotografias dos paços do infante D. Pedro em Tentúgal, do infante D. Henrique em Tomar e do infante D. João em Belas. 1, 2, 3. Tentúgal: paço, com ênfase na arcada do piso térreo e nas chaminés (ILG, 2018); 4. Tomar: paço, com ênfase na arcada do piso térreo (Rossa, 2017), 5. Tomar: paço, com ênfase na arcada do piso térreo (Trindade, 2017); 6. Belas: paço, com ênfase na arcada do piso térreo (SIPA, s.d); 7. Belas: arcada do piso térreo e chaminés (SIPA, 1941).

Nesse mesmo período, o Conde de Barcelos inicia a construção de uma nova morada, o **paço em Guimarães** (c.1420), situado à cota alta da vila, junto ao castelo e à igreja de S. Miguel. Esclarecidos os motivos que terão estado na origem da edificação deste palácio em capítulo anterior, analisemos agora o edifício e a sua relação territorial com a envolvente. A análise da planta de localização do paço [Fig. 23] – redesenhada à escala e segundo a mesma linguagem gráfica das plantas de Leiria e Barcelos – coloca em evidência as semelhanças do efeito territorial desta implantação do paço nas vilas de Leiria e Guimarães. É possível também traçar paralelismos com a própria implantação do paço em Barcelos, cuja construção ainda decorreria na segunda década do século XV. Arquitetonicamente mais evoluído que o paço barcelense, o paço dos Duques de Bragança é maior, mais complexo e apresenta grandes semelhanças morfológicas a palácios coevos europeus. Trata-se de um edifício inovador em múltiplos aspetos, principalmente considerando o panorama arquitectónico português. Neste sentido, remetemos o seu estudo mais aprofundado para capítulo posterior[186] e ocupamo-nos, aqui, da análise da sua implantação territorial na esteira da ação edificatória da Casa de Bragança. Os princípios de implantação são, de facto, extremamente próximos, tanto em Leiria, como em Barcelos e Guimarães: os palácios são construídos de raiz na zona mais elevada da vila, sobre a muralha e em associação com o castelo e reduto militar, próximo de igreja ou capela – que asseguraria a função de capela palatina (à excepção de Guimarães que, apesar de próxima da Capela de S. Miguel, dispunha de uma capela interior) –, garantindo uma presença dominante sobre o casario à cota baixa, mas também sobre os acessos à vila. Desta forma, exerce uma imagem de força e domínio territorial tanto na envolvente próxima como na mais alargada. Poderemos estar perante um "modelo" de implantação para palácios *ex novo* da Casa de Bragança? As semelhanças acentuam-se se considerarmos a possibilidade do antigo paço do Conde de D. Henrique – pai de D. Afonso Henriques –se situar na vila baixa, centro cívico, urbano e religioso de Guimarães[187]. Esta localização não reúne consenso visto algumas fontes terem defendido uma implantação mais próxima ao local do atual Paço dos Duques[188] – o que terá certamente contribuído para a difusão da ideia de que D. Afonso Henriques terá nascido no paço e reforçado o discurso mitológico associado ao paço ducal durante as Comemorações de 1940. No entanto, convém realçar que, durante a preparação de obra liderada, não foram encontrados vestígios de quaisquer estruturas que possam ter pertencido a um outro edifício, trazendo por terra esta tese. Contudo, nos casos de Leiria e Barcelos, não parece haver lugar para dúvidas: os paços dionísios, em Leiria, e o paço do condestável, em Barcelos, situar-se-iam no centro das respetivas vilas e, nesse

186. Nomeadamente, "2.2 O Paço dos Duques de Bragança em Guimarães (c.1420-1960), um novo olhar sobre o construído".

187. Localização defendida por Rogério de Azevedo (1962) que refere ainda que, após inicialmente ter concordado com a análise de Alfredo Guimarães, concluiu que "em toda a documentação anterior à edificação não há qualquer indício que nos habilite a supor, sequer, que tal Paço haja existido. Nem tambem as escavações por nós feitas no local para pesquisa mostraram qualquer vestígio de antiga construção, a não ser, como já tambem disse, as fundações dos arcos da galeria do pátio e os alicerces da escada que do pátio referido ia entrar no pórtico da Capela como era de uso nestas construções." Cf. Azevedo, Rogério de. *O Paço do Conde D. Henrique e o Paço dos Duques de Guimarães. Explicação prévia.* Porto: Marânus, 1962, p. 30. No entanto, Mário Barroca referiu-nos que as estruturas encontradas por Azevedo são construções modernas feitas com pedra da muralha medieval e que o antigo paço condal situar-se-ia provavelmente entre Nossa Senhora da Oliveira e a praça de Santiago.

188. Ideia avançada por Alberto Sampaio (1911) – baseada na análise de uma transcrição publicada por D. António Caetano de Sousa (1735-1749) – e inicialmente aceite por Rogério de Azevedo (1939; 1942).

sentido, tanto D. João I como D. Afonso encetaram uma ação consciente de afastamento das anteriores casas senhoriais, sublinhando tanto as linhagens emergentes que encabeçavam, como a renovação de poder que promoveram. No caso específico de Guimarães, podemos argumentar que, se a existência do paço do Conde D. Henrique junto à Colegiada reforçaria este argumento e se enquadraria nesta linha de ação, o facto da existência deste paço não estar comprovada não o enfraquece, na medida em que, à semelhança dos outros palácios analisados, houve um afastamento consciente dos centros urbanos aliado à procura de um local com maior representatividade territorial. Do ponto de vista arquitectónico, o paço dos Duques de Bragança em Guimarães representa um enorme avanço construtivo e é um exemplar excecional de arquitectura civil quatrocentista. De dimensões muito superiores aos paços analisados, Vieira da Silva (1995) entende que, em termos de escala, este só seria eventualmente comparável com os paços régios em Lisboa da Alcáçova e da Ribeira[189], entretanto desaparecidos. É precisamente este autor quem primeiro associa o paço vimaranense ao paço régio dos Reis de Maiorca, em Perpignan[190], no sul de França. As semelhanças compositivas e arquitetónicas entre ambos os palácios são incontornáveis, o que coloca em hipótese que o modelo do paço vimaranense teria sido importado de Perpignan por D. Afonso, aquando das suas viagens pela Europa. De entre todas as novidades arquitetónicas introduzidas, talvez mais impactante seja a escala monumental do edifício e a sua presença constante no *skyline* de Guimarães, que permaneceu legível até aos dias de hoje [Fig. 24]. Apesar de profundamente intervencionado pela DGEMN em meados do século passado – numa ação genericamente considerada, por arquitetos e historiadores tais como José Marques da Silva (1934) ou Alfredo Pimenta (1942), como demasiado sugestiva[191] –, é recentemente considerado um edifício que manteve relativamente intacta pelo menos parte de uma habitação senhorial quinhentista[192]. Com o corpo Nascente organizado em três pisos, revela-se marcadamente diferente das casas senhoriais que se desenvolveriam em dois pisos – a excepção que representa o paço real de Leiria explica-se pela grande diferença de cotas que caracteriza a sua implantação na escarpa.

189. Silva, José Custódio Vieira. *Op. Cit.*, 1995, p. 137-138.

190. Silva, José Custódio Vieira. *Op. Cit.*, 1995, p. 140.

191. "(...) completar o que se não conhece, inventando, é atentar contra a arte, contra a verdade histórica"; (conservação das ruínas) "tão interessantes como sugestivas, impregnadas de toda a ação do passado e que mais ferem a nossa sensibilidade é o que se faz nos países cultos do mundo. Desnaturá-las para ficarem muito compostas e completas, fazendo-se novo onde nada existia ou existia diferentemente é um crime. E sem dúvida, para se conseguir a adaptação do Paço dos Duques, ter-se-ia de construir mais de novo do que existe de antigo". Cf. Marques da Silva, José. *Jornal Notícias de Guimarães*, 6 de maio de 1934.

192. Fernandes, Isabel Maria. "Paço dos Duques de Bragança: novos dados sobre o edifício" em *A Cidade de Évora,* dir. Carlos Pinto de Sá, 540-553. Évora: Câmara Municipal de Évora, 2016, p. 551.



1. Castelo
2. Igreja de S. Miguel
3. Paço

Fig. 23: Relação do paço dos Duques de Bragança em planta e perfil P1, junto à igreja de S. Miguel e ao castelo de Guimarães, com indicação da antiga muralha (s.a, c.1562-70) sobre redesenho topográfico e cartográfico (CMG, 2003) – curvas de nível distam 5 m – redesenho do paço (s.a, c.1562-70) e vista aérea atual (CMG, 2006) com o território envolvente.



Fig. 24: Levantamento fotográfico do conjunto da igreja de S. Miguel, castelo e paço ducal em Guimarães (ILG, 2017, 2018, 2021).

À semelhança do Conde de Barcelos, também o Conde de Ourém, seu filho, patrocinou a construção e adaptação de paços nos seus domínios, nomeadamente o **paço em Ourém** (c.1450) e o **paço em Porto de Mós** (c.1450). Situadas na comarca da Estremadura, ambas as vilas são relativamente próximas de Leiria – um dos locais mais frequentados pela corte joanina – e da Batalha, o grande estaleiro quatrocentista em Portugal, cujos trabalhos terão, inclusivamente, reverberado nas obras do Conde de Ourém[193]. Estrategicamente, os castelos de Ourém (implantado na cota 330 m) e Porto de Mós (na cota 175 m) – que distam aproximadamente 27 km entre eles e do castelo de Leiria (também situado numa escarpa, a 105 m) – articulavam a defesa da estrada para Lisboa, importante via comercial, e mantiveram um papel militarmente relevante mesmo durante os anos pacíficos de *Quatrocentos*.
Do ponto de vista histórico, ambos os edifícios são incluídos nos estudos de José Custódio Vieira da Silva (1995), Saúl António Gomes (2006) e Alexandra Alves Barradas (2009), mas permanecem pouco discutidos no âmbito da história da arquitectura. À semelhança de Leiria, Guimarães e Barcelos, também Porto de Mós foi desenhado por Ernesto Korrodi (1895), naquele que permanece o registo gráfico conhecido mais antigo deste paço, enquanto que, relativamente a Ourém, não sabemos de qualquer iconografia ou representação que anteceda o século XX. Obras de consolidação foram desenvolvidas pela DGEMN nas décadas de 40 e 50 do século passado em ambos os edifícios sendo que, dos dois, apenas o paço em Porto de Mós foi continuamente intervencionado. No entanto, ambos edifícios foram objeto de novas intervenções arquitetónicas muito recentemente, Porto de Mós em 2019 e Ourém entre 2020 e 2021[194].

Construído provavelmente em c.1450, o paço de Ourém é uma edificação *ex novo* constituída por três elementos – o paço e duas torres – associado ao reduto militar preexistente [Fig. 25; Fig. 27.1; Fig. 27.2; Fig. 27.3; Fig. 27.4]. Apesar da sua função habitacional, a construção de "*duas torres facetadas como os protobaluartes italianos, uma avançada e a outra recuada, indicam que o princípio do 'tiro flanqueante' de defesa mútua era já familiar ao genial (e desconhecido) engenheiro que a concebeu"* [195] resulta de uma estratégia marcadamente diferente da dos restantes paços construídos pela Casa de Bragança neste período, que não se distinguem particularmente por inovações de arquitectura militar, mas sim do âmbito da arquitectura civil. A construção do paço em Porto de Mós obedece a princípios de implantação semelhantes aos de Ourém com a particularidade de não ser uma construção de raiz, mas antes uma profunda adaptação do antigo castelo da vila [Fig. 26]. A transformação de todos os antigos espaços do castelo contribuiu para uma atualização do edifício em função dos novos padrões de vivência senhorial e conforto, mas não só – os elementos defensivos existentes foram mantidos e, inclusivamente, novas

193. Em relação a Porto de Mós "Deverão os trabalhos ter decorrido após 1449, como parece comprová-lo a similitude formal dos elementos decorativos esculpidos em calcaria idêntico ao usado na Batalha e devida, certamente, aos artífices deste monumento, seguidores do infante D. Pedro e arregimentados por D. Afonso após a morte desastrosa daquele em Alfarrobeira". Cf. Silva, José Custódio Vieira. *Op. Cit.*, 1995, p. 154

194. Ambas no âmbito do programa Portugal2020. Cf. https://portugal2020.pt/castelo-e-paco-dos-condes-de-ourem-reabrem-com-nova-cara/ (consultado a 19-04-2022).

195. Moreira, Rafael (coord.). *Op. Cit.*, 1994, p. 94-95.

soluções de índole militar foram acrescentadas. No entanto, a contrastar com um reforço dos mecanismos defensivos são construídas generosas *loggiae* no piso nobre completamente abertas sobre a paisagem, cuja vulnerabilidade torna retórica qualquer elemento de ênfase militar[196] que tenha sido incluído no paço [Fig. 27.5; Fig. 27.6; Fig. 27.7].

Ambos os paços são estruturas arquitetonicamente trabalhadas – com muitos elementos decorativos de influência italiana e motivos com reverberações do estaleiro da Batalha –, que obedecem aos mais recentes princípios de conforto da arquitectura civil europeia, mas que procuram, simultaneamente, manter e até amplificar uma certa imagem militar, de fortaleza inexpugnável onde vive um grande senhor. Refere Vieira da Silva (1995) que a adaptação de Porto de Mós terá seguido o esquema compositivo estabelecido pelo paço real em Leiria – dois torreões a ladearem uma varanda central, aberta sobre a paisagem[197]. Contudo, o modelo inovador do paço de Ourém e a adaptação de Porto de Mós – que, apesar de influenciado por Leiria, é substancialmente diferente do paço régio – serão fortes indicadores da personalidade vincada e da necessidade de afirmação do encomendador, D. Afonso, em função do seu pai, o Duque de Bragança, mas também da própria Casa Real.

"O conde de Ourém, nestas circunstâncias, torna-se mesmo, por consequência, um exemplo fascinante de como a edificação de habitações no final da Idade Media ganhava, para a nobreza, uma importância acrescida, por ser um dos sinais mais fortes e evidentes do poder e riqueza dessa fidalguia" [198].

Numa primeira fase, e num curto período de tempo (c.1406-1450), por iniciativa de D. Afonso de Barcelos e D. Afonso de Ourém são construídos vários paços distribuídos pelo reino, sublinhando o poder da alta nobreza numa clara confrontação com o poder régio. Ainda neste período, outros paços e castelos foram adaptados por membros da Casa de Bragança, como os já referidos paços da alcáçova em Arraiolos, Vila Viçosa, Montemor-o-Novo – para referir alguns –, cuja análise mais aprofundada não se enquadra no âmbito desta investigação. Interessa aqui sublinhar que, em meados de *Quatrocentos*, a Casa de Bragança – através dos seus dois membros mais seniores – tinha construído quatro novas casas senhoriais, três das quais *ex novo*, mas todas com traços inovadores e únicos, que ombreavam com os paços reais joaninos e se destacavam, claramente, das outras edificações da alta nobreza.

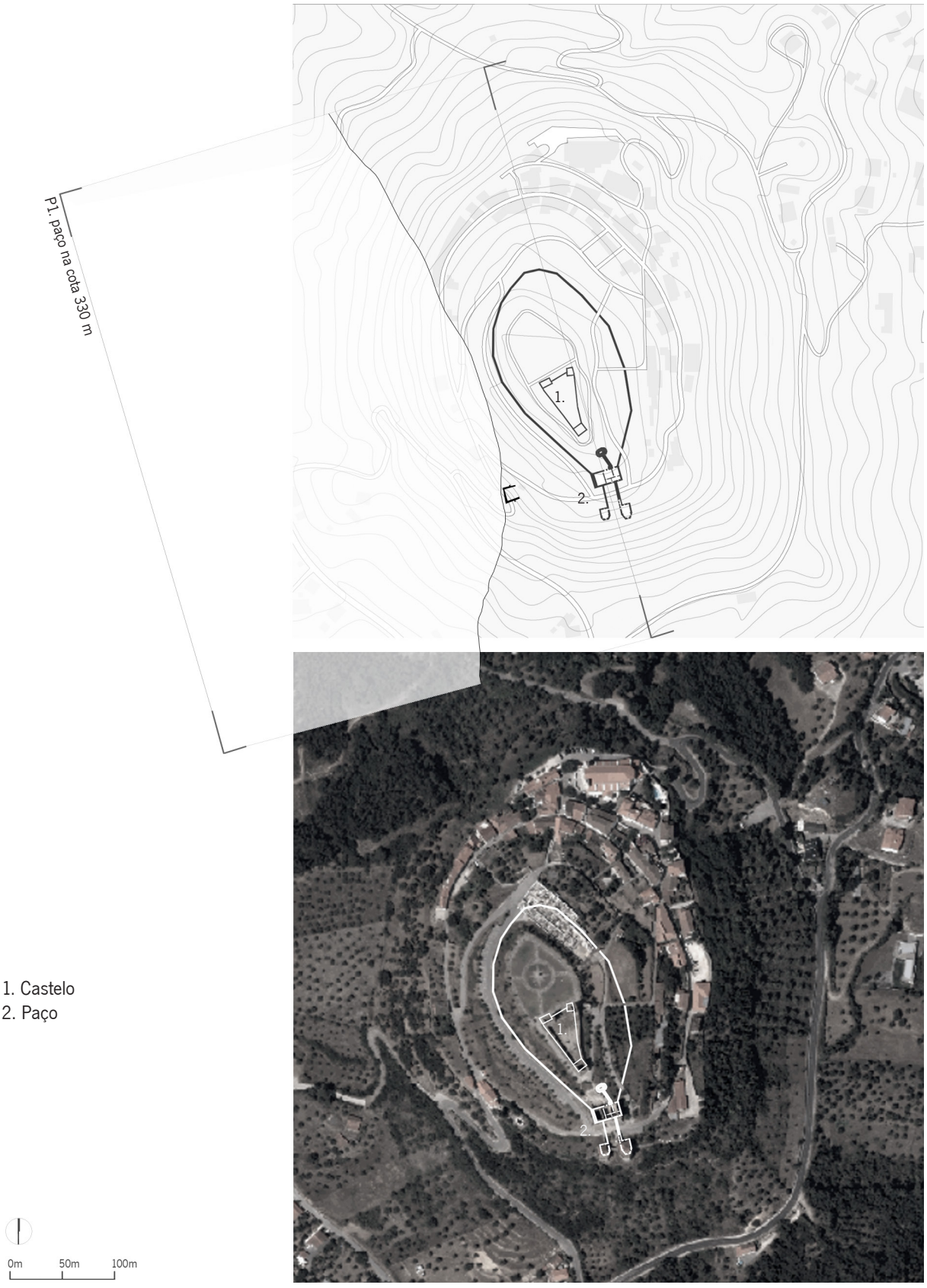
O poder da Casa de Bragança era indiscutível e passa a estar expresso em pedra nas suas mais importantes jurisdições – Barcelos, Guimarães, Ourém e Porto de Mós – todas, menos a vila vimaranense, heranças do Condestável. Identificamos algumas características comuns a estes palácios: implantados perto do castelo ou reduto militar, junto ou mesmo sobre o pano de muralha e orientados sobre a vila, que se desenvolve predominantemente à cota baixa, procuram uma retórica militar que parece imperar à primeira vista, mas que não é, contudo, a sua característica determinante; a proximidade ao local de culto e

196. Silva, José Custódio Vieira. *Op. Cit.*, 1995, p. 154-155
197. *Ibidem*, p. 157.
198. *Ibidem*, p. 157.

a elevação das respetivas igrejas a colegiadas: Santa Maria Maior em Barcelos, a igreja em Ourém, assim como Nossa Senhora da Oliveira em Guimarães, foram todas elevadas a Colegiadas no período em que os paços estavam a ser construídos nas respetivas vilas; novas preocupações de conforto e de lazer são acauteladas e vários elementos construtivos e decorativos de palácios europeus coevos são importados pela Casa de Bragança, provavelmente através das viagens de D. Afonso e seu filho. De imagem imponente e assertiva, asseguram domínio territorial sobre o casario próximo, mas também sobre os acessos à vila, que controlam.

São, enfim, uma clara demonstração de poder com traços militares e aspeto austero, mas cuja função eminentemente residencial e características da arquitectura civil são predominantes. Nos anos seguintes, a ação dos poderosíssimos Duques de Bragança centrar-se-á, como vimos, no Alentejo. Porém, com a dissolução da Casa e exílio dos seus membros sobreviventes em 1483[199], um primeiro ciclo da sua história é encerrado.

199. O duque D. Fernando (II) é acusado de traição ao rei D. João II e justiçado em Évora.



1. Castelo
2. Paço

Fig. 25: Relação do paço do Conde de Ourém em Ourém em planta e perfil P1, com indicação da antiga muralha sobre redesenho topográfico e cartográfico (CMO-SIG, 2021) – curvas de nível distam 5 m –, redesenho do paço e muralha (DGEMN, c.1940) e vista aérea atual (CMO, 2018) com o território envolvente.



1. Castelo | Paço

Fig. 26: Relação do paço do Conde de Ourém em Porto de Mós em planta e perfil P1, com indicação da muralha sobre redesenho topográfico e cartográfico (CMPdM-SIG, 2007) – curvas de nível distam 5 m – redesenho do paço (DGEMN, c.1940) e vista aérea atual (CMPdM, 2018) com o território envolvente.



Fig. 27: Levantamento fotográfico do conjunto do castelo e paço em Ourém (1-4) e paço em Porto de Mós (5-7). (ILG, 2017).

O regresso de D. Jaime no final do século XV marcou o início de um novo capítulo na história da Casa de Bragança. É neste contexto – particularmente favorável ao 4.º Duque de Bragança, a quem foi devolvida a chefia da maior casa senhorial do reino e que foi ainda jurado príncipe herdeiro – que dois novos palácios são construídos de raiz: um primeiro em Lisboa, capital do emergente Império Português, e um outro em Vila Viçosa, sede ducal desde 1461 e uma região cada vez mais frequentada pela corte. Muitas outras obras – incluindo paços, conventos, igrejas, etc. – são iniciadas ou continuadas por D. Jaime um pouco por todo o reino. Contudo, no âmbito da investigação que desenvolvemos interessa-nos particularmente referir os palácios *ex novo* construídos no início de que são representativos de uma mudança de estratégia e de uma nova visão face à ação dos seus antepassados.

"A obra fabrica o local ameno de habitar numa tematização conjunto de naturalidade e urbanidade. A consolidação do povoamento, no espaço periurbano de Lisboa, como transparece na descrição de Lisboa, por Damião de Góis, e nos projectos urbanos de Vila Viçosa (...) dá conta de tais desígnios. A cidade polariza o território, no espaço do seu termo, e constitui o subúrbio. ***Esse lugar de transição é conveniente para o assento de casas de qualidade que procuram um compromisso entre uma relativa proximidade da cidade e o afastamento*** *(...)"* [200].

A construção do **paço em Lisboa** (c.1500) terá sido iniciada pouco depois da chegada de D. Jaime ao reino, perto do Convento de S. Francisco e das portas de Santa Catarina, na antiga muralha fernandina, um local relativamente afastado do centro cívico da cidade e do antigo paço da alcáçova de S. Jorge. O local escolhido integrava a cerca do convento, cujo talhão da horta foi comprado pelo duque no final do seculo XV[201]. Implantado numa cota intermédia da colina de S. Roque, no extremo ocidente de Lisboa – uma zona em clara expansão no início de *Quinhentos* [202] –, a sua situação topográfica garantia visibilidade sobre a cidade, mas principalmente sobre o Tejo, uma das mais importantes portas de entrada no reino. Desaparecido ainda no século XVIII, do edifício quinhentista pouco é conhecido, mas alguns registos escritos e principalmente iconográficos [Fig. 28.2; Fig. 28.3; Fig. 28.4; Fig. 28.5] permitem lançar hipóteses sobre a sua origem e evolução arquitetónica, tema que abordaremos em capítulo posterior[203]. De momento, interessa contextualizar este paço na cronologia das construções brigantinas e clarificar o enquadramento da sua investigação. Apesar de carecer de datação específica, o paço em Lisboa será já uma construção do início do século XVI que obedece necessariamente a desígnios arquitectónicos mais modernos que os paços analisados. Não podemos precisar quem terá sido o encomendador do paço lisboeta, mas o enquadramento temporal sugere que a construção tenha sido iniciada por D. Jaime. Nesse sentido, os

200. Oliveira, Marta. *Op. Cit.*, 2011, p. 496-497, com sublinhado nosso.

201. "Mas daz proua evidente a doação do primeiro pedaço da nossa horta, que no anno de 1500 a 21 de Julho foi cortado pera o Duque D. Jaimes, porque se declara nella, que nesta terra entrada o quintal do sacristão, asi como está todo cercado sobre si, e chega a o adro do dito mosteiro, que està ante a porta, e parte com a horta do dito mosteiro." Cf. Esperança, Frei Manuel da. *Historia Serafica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal. Primeira parte, que contem seu principio, & augmentos no estado primeiro de Custodia.* Lisboa: Officina Craesbeeckiana, 1656, p. 192.

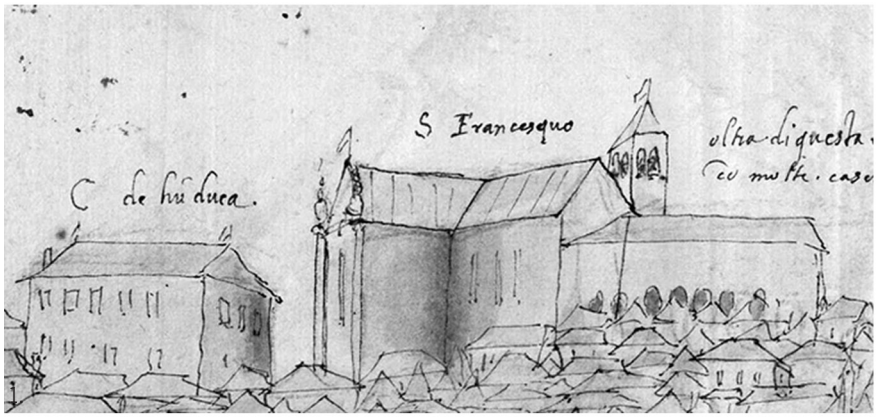
202. Carita, Hélder. *Lisboa Manuelina, e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521).* Lisboa: Livros Horizonte, 1999; Carita, Hélder. "Da "Ribeira" ao Terreiro do Paço: génese e formação de um modelo urbano" em *Do Terreiro do Paço à Praça do Comércio. História de um espaço urbano*, coord. Miguel Figueira de Faria, 13-35. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2012.

203. Nomeadamente, "2.3 O Paço dos Duques de Bragança em Lisboa (c.1500-2019), uma hipótese para a sua leitura".

princípios de implantação que nortearam a escolha do lugar são particularmente relevantes na medida em que indiciam uma rutura com modelos urbanos vigentes. Olhando a linhagem conceptual dos paços da Casa de Bragança que temos analisado, a construção em Lisboa situa-se num momento de transição e de atualização da abordagem tradicional à implantação de palácios *ex novo*. Mais do que estar situado à cota alta ou perto do castelo medieval, importaria a D. Jaime uma localização que garantisse visibilidade e domínio territorial em função da cidade em crescimento, e não sedimentada. O plano de reordenamento da capital[204] a par da construção do novo paço da ribeira junto à margem do rio Tejo, ambos encetados por D. Manuel na transição do século XV para XVI, terão porventura influenciado a ação edificatória do próprio D. Jaime que, próximo d'El Rei, escolhe situar a sua morada perto do novo centro de poder e consequentemente afastada dos antigos valores associados ao paço da alcáçova.

Apesar de pouco ser conhecido sobre o paço da Casa de Bragança em Lisboa, a identificação da planta quinhentista "Casas de Sua Senhoria" [Fig. 28.1] como respeitante ao piso nobre desta casa senhorial por Augusto Vieira da Silva (1942) coloca algumas hipóteses interpretativas em discussão. De dimensões relativamente modestas, o paço terá sido construído junto à muralha da cidade – como era, de resto, frequente com as construções da Casa de Bragança – mas longe de S. Jorge. O afastamento do castelo e do aparato militar terá sido, no nosso entendimento, uma ação profundamente consciente que atesta uma nova postura dos Bragança em relação à casa real. Se, como temos analisado, até ao ducado de D. Fernando II, as construções *ex novo* brigantinas se situavam sempre perto do reduto militar existente, estando muitas vezes associadas aos próprios castelos e afastadas dos símbolos do poder régio, começamos a antever uma mudança de paradigma com o início do ducado de D. Jaime. Apesar da proximidade à cerca fernandina, relembramos que esta estrutura já estaria parcialmente obsoleta na viragem para o século XVI e que, apesar de escassamente habitada e limítrofe à massa urbana, esta zona da cidade estaria em franca expansão. A encosta de S. Roque é precisamente o local escolhido para a construção dos novos bairros – Santa Catarina, Cata-que-farás, Vila Nova de Andrade e do Olival – pensados para dar resposta às carências habitacionais proporcionadas pelo rápido crescimento da cidade impulsionado pela empresa marítima. Nesse sentido, é ainda de sublinhar que, apesar de afastado do antigo paço da alcáçova, pouco distante estaria do paço da ribeira, centro do poder régio a partir da administração manuelina. Posto isto, entendemos a ação de D. Jaime como uma vontade de atualizar a tradição, rompendo com alguns valores do passado ao optar por uma localização moderna numa zona da cidade em expansão, mas em continuidade com outros, privilegiando a proximidade ao Tejo, a porta de entrada no reino [Fig. 29].

204. Carita, Hélder. *Op. Cit.*, 1999.





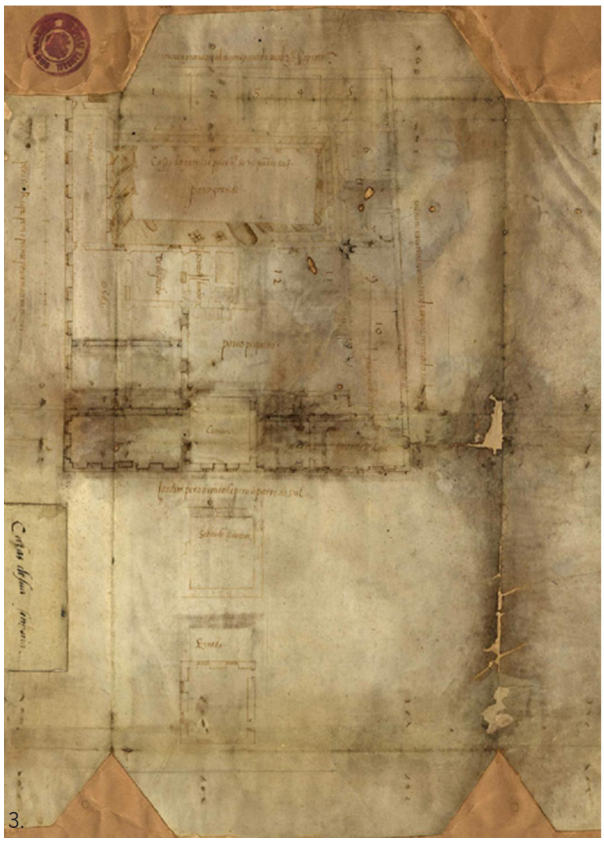






Fig. 28: Iconografias do paço dos Duques de Bragança em Lisboa retiradas de representações da cidade de Lisboa. 1. Ulibone Pars" (Simão de Miranda, 1575); 2. Vista de Lisboa (Braun, 1598); 3. "Casas de Sua Senhoria" (s.a; s.d); 4. "Lixboa" (Pier Maria Baldi, 1668-1669); 5. "Lisbona" (Georg Braun, c.1511-1517).



1. Paço

Fig. 29: Relação do paço dos Duques de Bragança em Lisboa em planta e perfil P1, com indicação da antiga muralha e da cerca do convento de S. Francisco (Tinoco, 1650) sobre redesenho topográfico e cartográfico (CML, 2008) – curvas de nível distam 5 m – redesenho do paço (s.a, s.d) e vista aérea atual (GoogleEarth, 2021) com o território envolvente.

A construção do **paço em Vila Viçosa** (c.1501) parece confirmar o fim de uma linhagem de palácios edificados pela Casa de Bragança segundo preocupações de ordem defensiva e de aparato, passando a incluir uma dimensão política e de proximidade com a corte cada vez mais preponderante. É precisamente por essa razão que entendemos necessário integrar este paço na análise que desenvolvemos, apesar de pertencer a uma cronologia ligeiramente mais tardia. O paço ducal de Vila Viçosa conquistou gradualmente uma importância determinante no panorama da arquitectura portuguesa. Com a ascensão de D. João IV em 1640, o palácio ducal passa a residência oficial da Casa Real que, apesar de sediada em Lisboa e no paço da Ribeira, continua a passar largas temporadas no Alentejo. E assim se manteve até à Implantação da República em 1910, quando passa para a esfera pessoal do rei deposto, D. Manuel II. Com a sua morte, é estabelecida em 1933 a Fundação da Casa de Bragança, que fica encarregada de gerir o património da antiga casa senhorial – incluindo o paço ducal e o castelo artilheiro de Vila Viçosa, adaptados a museu.

O início da construção do novo paço ducal remonta aos alvores do ducado de D. Jaime que, quando regressou de Castela, se sediou em Vila Viçosa. De referir que a chegada do recém-instituído Duque de Bragança impulsionou o renascimento da vila alentejana, potenciando a fixação de grandes senhores de outras casas que compunham a corte do Duque de Bragança. Este crescimento foi de tal forma expressivo que, em 1512, D. Manuel I concede à vila um novo foral no qual a classifica como um dos "lugares principaes" do reino[205]. Terá sido no âmbito deste contexto efervescente que D. Jaime opta por levantar um novo palácio em área afastada do centro da vila, distanciando-se do antigo paço da alcáçova que foi morada dos seus antepassados e onde terá ficado a viver a duquesa sua mãe. Refere Marta Oliveira que: *"também a casa real e a nobreza tomaram para si um desejo de afastamento da urbe, e procuraram o desenfado em temporadas de festa e sociabilidade cortesã passadas no campo"* [206].
Com efeito, escolhe a Horta do Reguengo, uma zona ampla junto ao limite ocidental de Vila Viçosa e perto do Convento dos Agostinhos [Fig. 30]. De atentar que, à semelhança da sua ação em Lisboa, também aqui D. Jaime opta por construir o seu palácio perto de um convento de ordem mendicante, o Convento de S. Francisco, em Lisboa, e o de Santo Agostinho, em Vila Viçosa. A proximidade aos complexos monásticos está longe de ser um acaso: por outro lado, entendemos tratar-se de um testemunho da profunda fé do Duque de Bragança – desde logo associado à fundação e manutenção de vários conventos e mosteiros[207] dispersos pelas suas jurisdições –, mas também das excelentes características topográficas e territoriais de ambas as hortas. Ainda em Vila Viçosa, junto ao paço e ao convento dos Agostinhos [Fig. 31.6] – no

205. Lampreia, Licínio. *Op. Cit.*, 2020, p. 49.
206. Oliveira, Marta. *Op. Cit.* 2011, p. 492.
207. Elaboramos sobre a proximidade de D. Jaime à Ordem de S. Francisco e de Santo Agostinho em "2.3.2 o enquadramento territorial e a escolha do lugar", a propósito da análise do paço ducal em Lisboa.

qual inicia uma profunda intervenção e que será adaptado a panteão dos Duques de Bragança[208] –, D. Jaime constrói o Convento de Nossa Senhora das Chagas [Fig. 31.5], c.1514, que destina a panteão das senhoras da Casa de Bragança. Posteriormente, financia a modernização do antigo castelo de Vila Viçosa, c.1525, adaptando-o a castelo artilheiro[209] [Fig. 31.7] e encetando profundas renovações no paço da alcáçova. Não podemos deixar de referir as obras no paço real de S. Francisco, em Évora, cuja construção se iniciou com D. João I, mas que ganhou novo fôlego durante o reinado de D. Afonso V. Em 1497, pouco depois da sua ascensão ao trono, também D. Manuel patrocina uma série de intervenções neste paço real. Nesse sentido, refere José Teixeira de Monterroso (1996) que a circulação de mão-de-obra especializada entre os estaleiros eborense e de Vila Viçosa deve ser considerada uma possibilidade[210], dada a proximidade territorial, mas também a afinidade dos encomendadores.

O complexo ducal de Vila Viçosa será continuamente ampliado e intervencionado pelos vários duques, começando por D. Teodósio logo em 1537, durante vários séculos. Tão profundas e numerosas foram estas intervenções que, do paço original quinhentista, poucos espaços permanecem legíveis. José Teixeira de Monterroso (1983; 1996) ensaia uma aproximação ao paço de D. Jaime e às primeiras intervenções de D. Teodósio, à qual recorremos para a análise que desenvolvemos. De dimensões relativamente modestas, o paço quinhentista organizar-se-ia em dois pisos – térreo e nobre – em torno da quadra central. Situar-se-ia na zona correspondente à atual capela, claustro, sala Dourada e sala dos Alabardeiros, mas dos compartimentos originais, refere Luís Durão (2017) que restam apenas algumas salas abobadas no andar térreo e o próprio claustro [Fig. 31.3; Fig. 31.4], que ainda mantêm características originais[211]. No eixo norte-sul, o paço mediria uma largura máxima de 60 m[212] (coincidentemente – ou não – a mesma do paço vimaranense). Do tempo do 4.º Duque de Bragança será também a "ilha", conjunto de dependências associadas a cavalariças, cocheiras, lojas e oficinas, situado junto ao edifício principal. A entrada no complexo ducal seria feita pela antiga estrada de Borba, onde D. Jaime constrói a célebre Porta do Nó [Fig. 31.8]. Na envolvente, extensos olivais, pomares e bosques rodeavam o palácio[213]. Do ponto de vista da linguagem formal, alguns autores referem a proximidade à estética mudéjar – influências que D. Jaime terá provavelmente adquirido durante a sua longa estadia em palácios castelhanos[214] – e manuelina. No entanto, a grande intervenção de D. Teodósio muda radicalmente a feição do complexo ducal, importando

208. "Ao reestruturar o templo agostinho, edificando a sua fachada em 'perfeita correspondência' com o frontispício do paço ducal, a intenção de D. Jaime era transformar a Igreja de Nossa Senhora da Graça num "(...) verdadeiro panteão consagrado à perpetuação da memória dos Bragança". (*Idem, ibidem*, 40). No entanto, o desejo do duque D. Jaime só viria a materializar-se na centúria seguinte, quando em 1635 o duque D. João, futuro rei D. João IV, deu início a uma grande intervenção no espaço do templo, permitindo desta forma a edificação de um novo panteão familiar. Destaca-se, no entanto, que o mecenato do duque visava apenas "(...) renovar o panteão familiar, pensando-se o resto da obra como um trabalho complementar (...)". Cf. http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/ (consultado a 02-11-2021).

209. Barroca, Mário Jorge. *Op. Cit.*, 2018, p. 74.

210 Teixeira, José de Monterroso. *Op. Cit.*, 1996, p. 9-10.

211. Durão, Luís António. "O Paço Ducal de Vila Viçosa – suas características portuguesas" em *Re-Dispersos de Arquitectura*, coord. Luís Conceição, 57-83. Portimão: ISMAT, 2017, p. 59.

212. Teixeira, José de Monterroso. *Op. Cit.*, 1996, p. 10.

213. Rafael Moreira (2007) refere-se ao paço de D. Jaime como estando "escondido num bosque". Cf. Moreira, Rafael. *Op. Cit.*, 2007, p. 48.

214. José Teixeira de Monterroso (1996, p. 9); Licínio Lampreia (2020, p. 50).

os mais recentes cânones da arquitectura italiana e construindo, nas palavras de Rafael Moreira (2007), uma autêntica vila ducal renascentista[215] [Fig. 31.1; Fig. 32.2].

É precisamente nas opções urbanísticas inerentes à escolha da Horta do Reguengo e à própria concepção do paço que optamos por encerrar este capítulo pois, mais que um palácio, D. Jaime e depois D. Teodósio construíram "uma nova urbanidade" à imagem da Casa de Bragança. Assim, retomamos as intervenções manuelinas em Lisboa, coetâneas ao início da empresa em Vila Viçosa. D. Jaime não terá ficado indiferente à opção d'El Rei D. Manuel em construir o seu novo palácio no terreiro de Lisboa, junto ao Tejo. O simbolismo associado a este distanciamento consciente do antigo centro cívico da cidade advém de uma vontade de afirmação próxima ao próprio Duque de Bragança que, numa ação quase mimética, constrói o seu paço afastado da urbe medieval e do castelo, encetando uma série de intervenções em outros edifícios da vila. Referimo-nos à requalificação do Convento dos Agostinhos, à construção do Convento de Nossa Senhora das Chagas e à adaptação da antiga fortaleza a castelo artilheiro, todas realizadas nas primeiras décadas do século XVI e que, mais uma vez, à semelhança da ação do monarca na capital – que, através de uma série de intervenções urbanísticas pontuais[216], enfatiza e abre espaço para o Paço da Ribeira na malha urbana –, contribuíram para uma renovação da vila sede do ducado, dignificando o novo paço ducal. Não desconsiderando o seu papel na requalificação de Vila Viçosa, é provável que estas obras tenham sido pensadas de forma independente – a cronologia relativamente distendida parece sugeri-lo – e sem uma ideia unitária ou um conceito urbanístico englobante de raiz. Contudo, com a ascensão de D. Teodósio à chefia da casa ducal em 1532 alterará profundamente a concepção urbanística, e política, da vila.

215. "A substituição do gosto *moderno* (i.e. gótico ou "manuelino") pelo *romano*, ou renascentista, significava muito mais que uma mera mudança de modas artísticas: era a rejeição de formas de vida do passado em favor de uma sociabilidade mais civil e mundana, moldada nos valores culturais do Humanismo e na imitação da antiguidade clássica. Uma autêntica renovação espiritual, que foi abraçada com entusiamo." Cf. Moreira, Rafael. *Op. Cit.*, 2007, p. 48.
216. Estudada com maior detalhe em "2.3.2 o enquadramento territorial e a escolha do lugar", a propósito da análise do paço ducal em Lisboa.



1. Paço

Fig. 30: Relação do paço dos Duques de Bragança em Vila Viçosa em planta e perfil P1, sobre redesenho topográfico e cartográfico (CMVV, 2021) – curvas de nível distam 5 m –, redesenho do paço (Teixeira, 1983) e vista aérea atual (GoogleEarth, 2021) com o território envolvente.



Fig. 31: Fotografias dos espaços intervencionados por D. Jaime e D. Teodósio em Vila Viçosa. 1. Terreiro do paço (FCB, s.d); 2. Fachada do Paço dos Duques (SIPA, s.d); 3. Claustro do paço (ILG, 2019); 4. Sala abobadada no piso térreo do paço (SIPA, 2006); 5. Fachada do Convento das Chagas (FCB, s.d); 6. Fachada do Convento dos Agostinhos (SIPA, 1997); 7. Fachada do Castelo Artilheiro (FCB, s.d.); (FCB, s.d); 8. Porta do Nó (SIPA, 1943).

No âmbito das celebrações do casamento de D. Isabel com o Infante D. Duarte em 1537, o paço ducal é profundamente alterado, mas não só o edifício principal é alvo de melhoramentos. As antigas casas de D.Jaime e ambos os conventos das Chagas e dos Agostinhos foram cuidadosamente "cosidos" e, entre eles, foi aberta a magnífica praça do terreiro, criando uma leitura de conjunto unitária. A este propósito, refere Rafael Moreira (2007) que *"o Palácio, a Praça, a Igreja, o Convento, a Fortaleza – quase um mostruário de formas do novo estilo –* ***não foram intervenções pontuais, mas elementos de um conjunto pensado como um todo****. Mesmo evitando o uso anacrónico do conceito de urbanismo, é impossível não reconhecer que cada edifício foi objecto de uma rigorosa atenção nas suas interrelações com o contexto urbano: não tratados isoladamente, mas articulados e inseridos no tecido unitário da cidade vista como um cenário de construções (tal como uma casa é composta de salas e acessos): uma 'cidade ideal' em sentido neoplatónico, explicitando uma imagem de propaganda da família com um objectivo político concreto."* [217]. No entanto, se foi D. Teodósio quem construiu a imagem do novo terreiro, dignificando-o e transformando Vila Viçosa numa vila renascentista, foi D. Jaime quem lançou as bases para uma modernização e rasgou com as antigas premissas que influenciavam a implantação dos palácios.

Por todos estes motivos, o paço dos Duques de Bragança em Vila Viçosa é absolutamente determinante na análise que desenvolvemos, pois encerra um capítulo construtivo da Casa de Bragança e inaugura um novo período de superioridade incontestável sobre a restante nobreza e crescente proximidade com a Casa Real. Basta relembrarmos a empresa que D. Jaime começa a utilizar quando é jurado príncipe herdeiro e pouco antes da construção do novo palácio, "Depois de Vós, Nós", profecia que vem, de resto, a materializar-se 140 anos depois.

217. *Ibidem*, p. 50, com sublinhado nosso.

1460

PAÇOS EM ANÁLISE:

- Castelo e paço dos alcaides de Chaves
  + intervenção de D. Afonso, Conde de Barcelos (c.1401)

1. Barcelos (c.1410) - D. Afonso, Conde de Barcelos

- Tentúgal (c.1417) - Infante D. Pedro, Duque de Coimbra

2. Guimarães (c.1420) - D. Afonso, Conde de Barcelos

- Tomar (c.1420-38) - Infante D. Henrique, Duque de Viseu

- Belas (c.1424) - Infante D. Pedro, Condestável

3. Ourém (c.1450) - D. Afonso, Conde de Ourém

4. Porto de Mós (c.1450) - D. Afonso, Conde de Ourém

- Castelo e paço dos alcaides de Arraiolos
  + intervenção de D. Fernando, Conde de Arraiolos (c.1430)

- Castelo e paço dos alcaides de Vila Viçosa

- Castelo e paço dos alcaides de Montemor-o-Novo

- cidades com arcebispados
- construções *ex novo*
- intervenções de membros da Casa de Bragança
- estruturas preexistentes

Jurisdições de D. Fernando, Conde de Arraiolos
Jurisdições de D. Afonso, Conde de Ourém
Jurisdições de D. Afonso, Duque de Bragança
Jurisdições originais de Nuno Álvares Pereira

0m 25km 50km 100km

1.

1478

PAÇOS EM ANÁLISE:

1. Barcelos (c.1410) - D. Afonso, Conde de Barcelos
  + intervenção provável de D. Fernando II, Duque de Bragança

- Tentúgal (c.1417) - Infante D. Pedro, Duque de Coimbra
  + intervenção de D. Álvaro, Senhor do Cadaval

2. Guimarães (c.1429) - D. Afonso, Conde de Barcelos
  + intervenção provável de D. Fernando II, Duque de Bragança

3. Ourém (c.1450) - D. Afonso, Conde de Ourém

4. Porto de Mós (c.1450) - D. Afonso, Conde de Ourém

- Castelo e paço dos alcaides de Arraiolos
  + intervenção de D. Fernando, Conde de Arraiolos (c.1430)
  + intervenção de D. Fernando II, Duque de Bragança (c.1480)

- Castelo e paço dos alcaides de Vila Viçosa

- Castelo e paço dos alcaides de Montemor-o-Novo
  + intervenção de D. João, Marquês de Montemor-o-Novo (c.1451-66)

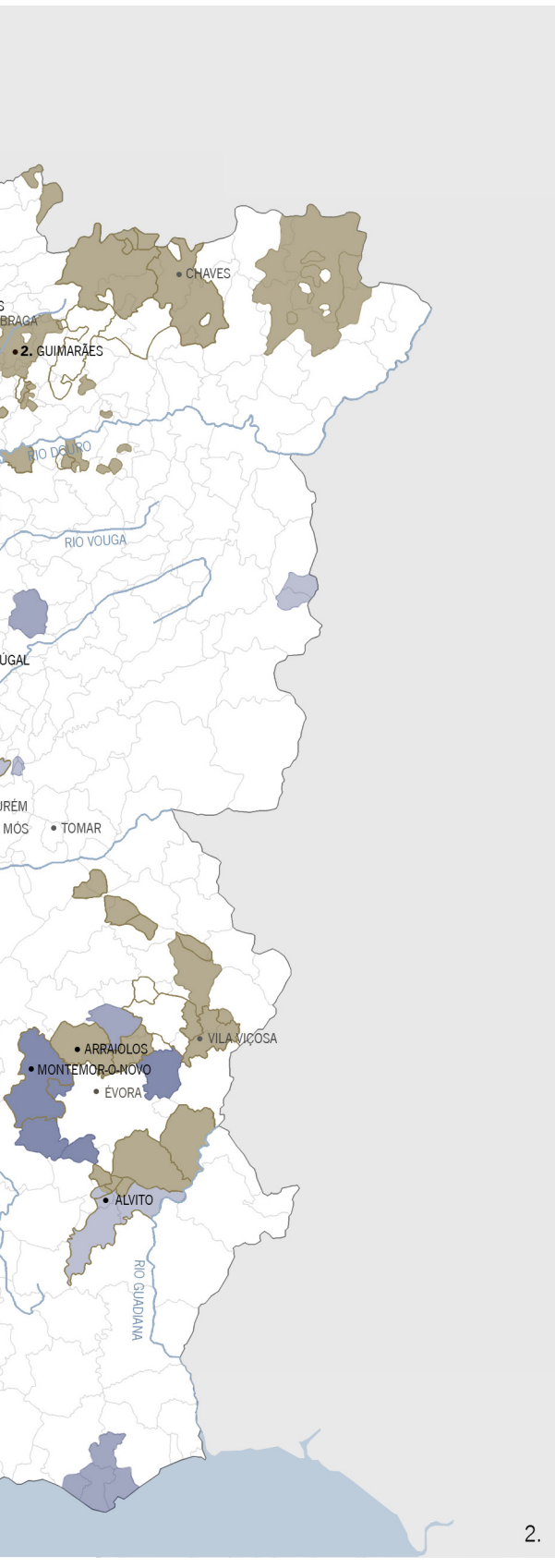
- Solar de Água de Peixes, Alvito (c.1450) - D. Álvaro, Senhor do Cadaval

- cidades com arcebispados
- construções *ex novo*
- intervenções de membros da Casa de Bragança
- estruturas preexistentes

Jurisdições de D. Álvaro, Senhor do Cadaval
Jurisdições de D. Afonso, Conde de Faro
Jurisdições de D. João, Marquês de Montemor-o-Novo
Jurisdições de D. Fernando (II), Duque de Bragança
Jurisdições originais de Nuno Álvares Pereira

0m 25km 50km 100km

Fig. 32: Imagem síntese das intervenções e jurisdições de 1. D. Afonso de Bragança, D. Afonso de Ourém e D. Fernando de Arraiolos em 1460; 2. D. Fernando (II), Duque de Bragança, D. João de Montemor-o-Novo, D. Afonso de Faro e D. Álvaro em 1478; 3. D. Jaime, Duque de Bragança, em 1532, a partir dos mapas e levantamentos realizados por Cunha (1990), incluindo a delimitação das jurisdições originais do Condestável, que representa ainda grande parte do património da Casa de Bragança. ILG, 2021.



2.

1532

PAÇOS EM ANÁLISE:

1. Barcelos (c.1410) - D. Afonso, Conde de Barcelos
   + intervenção provável de D. Fernando II, Duque de Bragança
   + intervenção provável de D. Jaime, Duque de Bragança

- Tentúgal (c.1417) - Infante D. Pedro, Duque de Coimbra
   + intervenção de D. Álvaro, Senhor do Cadaval

2. Guimarães (c.1429) - D. Afonso, Conde de Barcelos
   + intervenção provável de D. Fernando II, Duque de Bragança
   + intervenção de D. Jaime, Duque de Bragança

3. Ourém (c.1450) - D. Afonso, Conde de Ourém

4. Porto de Mós (c.1450) - D. Afonso, Conde de Ourém

- Castelo e paço dos alcaides de Arraiolos
   + intervenção de D. Fernando, Conde de Arraiolos (c.1430)
   + intervenção de D. Fernando II, Duque de Bragança (c.1480)

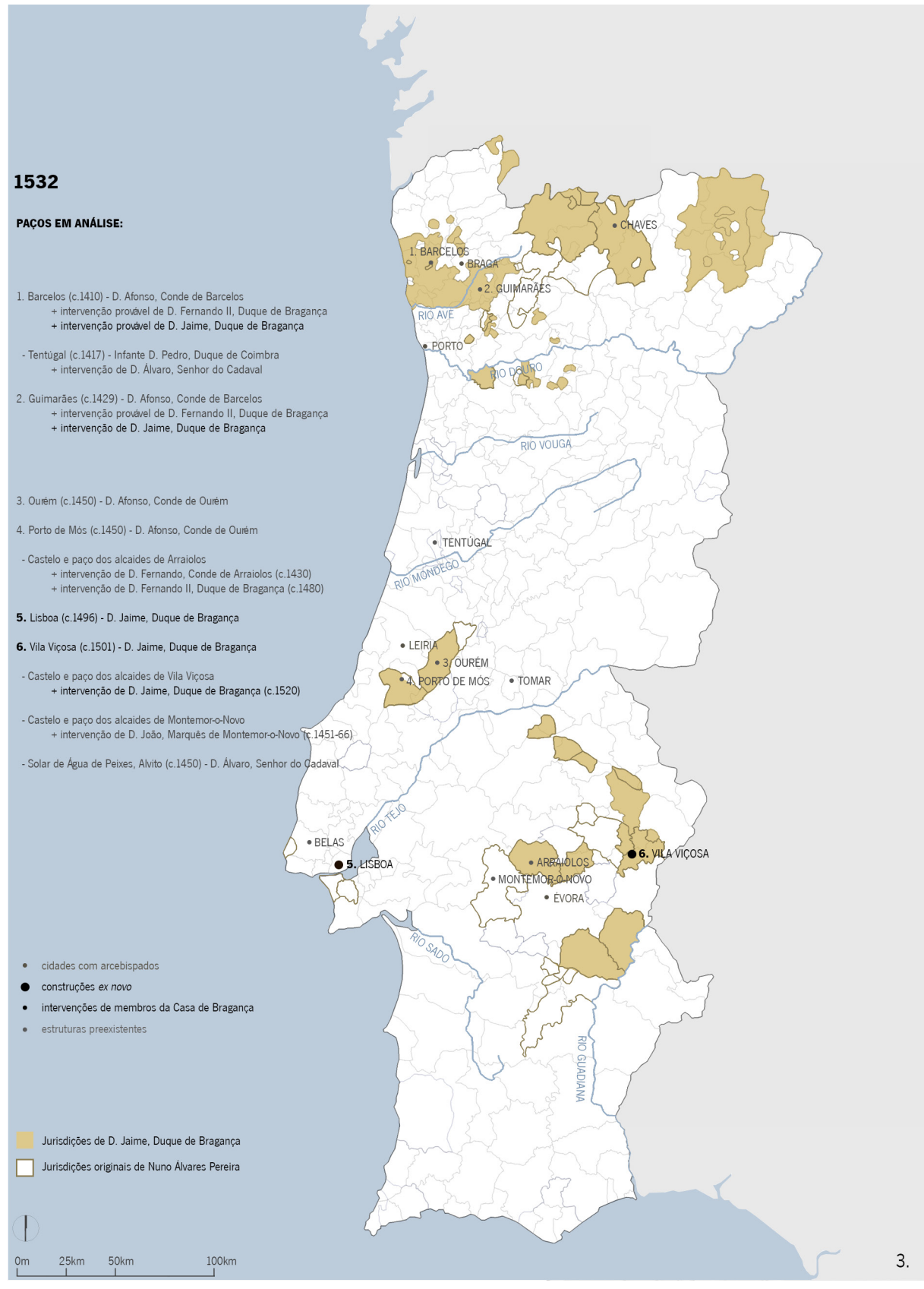
5. Lisboa (c.1496) - D. Jaime, Duque de Bragança

6. Vila Viçosa (c.1501) - D. Jaime, Duque de Bragança

- Castelo e paço dos alcaides de Vila Viçosa
   + intervenção de D. Jaime, Duque de Bragança (c.1520)

- Castelo e paço dos alcaides de Montemor-o-Novo
   + intervenção de D. João, Marquês de Montemor-o-Novo (c.1451-66)

- Solar de Água de Peixes, Alvito (c.1450) - D. Álvaro, Senhor do Cadaval



- cidades com arcebispados
- construções *ex novo*
- intervenções de membros da Casa de Bragança
- estruturas preexistentes

Jurisdições de D. Jaime, Duque de Bragança

Jurisdições originais de Nuno Álvares Pereira

0m 25km 50km 100km

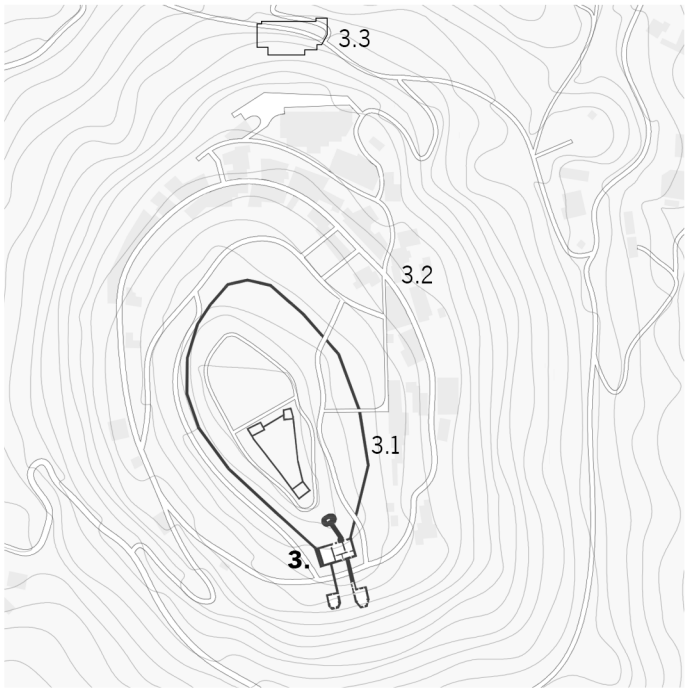
3.



Barcelos



Guimarães



Ourém

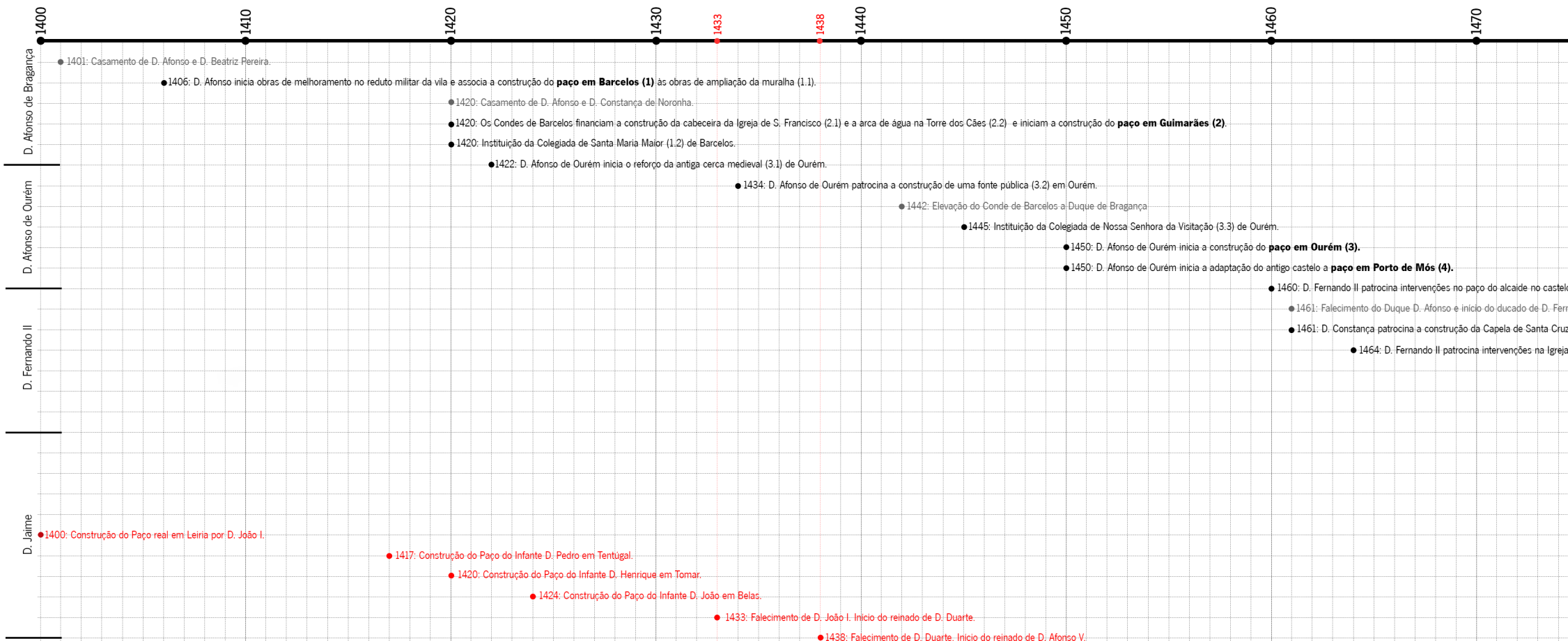
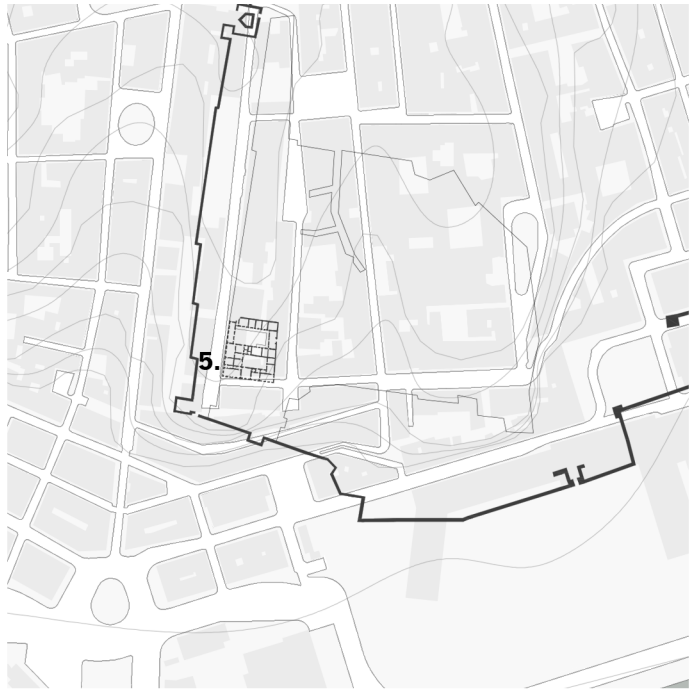


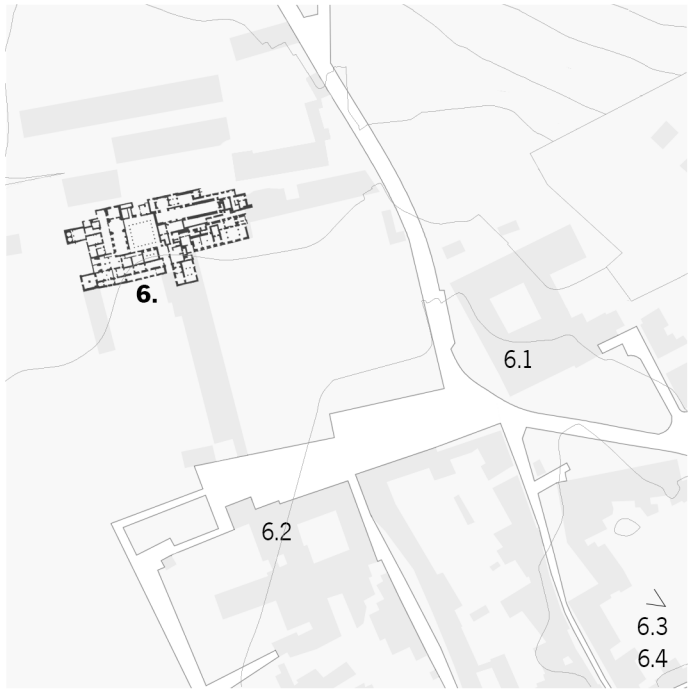
Fig. 33: Imagem síntese das várias intervenções patrocinadas pela Casa de Bragança em Barcelos, Guimarães, Ourém, Porto de Mós, Lisboa e Vila Viçosa, no século XV, organizadas segundo uma "linha do tempo" que as contextualiza no quadro familiar dos Bragança, mas também da Casa Real. ILG, 2022.



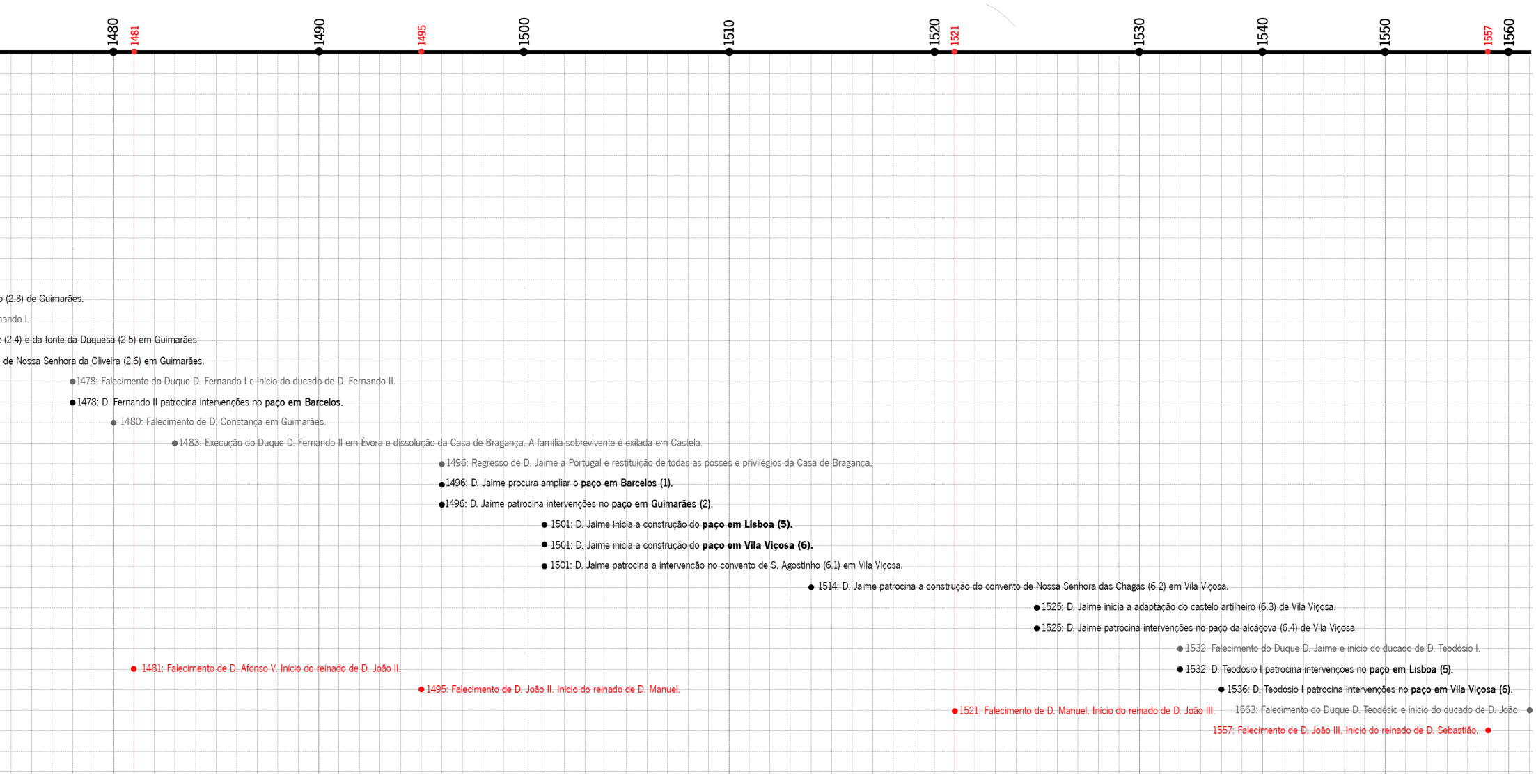
Porto de Mós



Lisboa



Vila Viçosa



2.2
O Paço dos Duques de Bragança em Guimarães (c.1420-1960), um novo olhar sobre o construído

preâmbulo

"A cidade do Porto, chamada dos antigos Portucale, lhe comunicou o nome de Portugal. A villa de Guimarães lhe ofereceo o berço pera nascer, & criarse o nosso primeiro Rei" [218].

Amplamente investigado desde meados do século XX sob um olhar, sobretudo, histórico, o palácio ducal em Guimarães integra o conjunto de paços medievais particularmente relevantes à história da arte e da arquitectura portuguesas. Classificado como monumento nacional desde 1910[219], o Paço dos Duques de Bragança é hoje um dos museus mais visitados em Portugal contabilizando perto de meio milhão de entradas em 2019[220] – é, destacadamente, o monumento mais visitado de entre os tutelados pela Direção Regional de Cultura do Norte (DRCN). Cumprindo atualmente a função de Museu de Artes Decorativas (com espólio próprio adquirido a partir da segunda metade do século XX) e de Residência Oficial do Presidente da República no Norte, o palácio ducal foi inicialmente construído (c.1420) como residência dos Condes de Barcelos, posteriormente elevados a Duques de Bragança (1442). No entanto, e apesar do paço ter sido objeto de vários estudos, a sua história ainda apresenta substanciais questionamentos. Nas palavras de Rogério de Azevedo, os *"indecifráveis segredos da Esfinge"* [221] continuam a suscitar interrogações a quem sobre ele se debruça. Alicerçados no conhecimento já estabilizado por arquitetos e historiadores, procuramos estudar o paço em Guimarães à luz de relações matriciais e territoriais, ainda por explorar, com os paços ducais de Lisboa e Vila Viçosa, construídos pela mesma família em períodos coetâneos ao paço vimaranense.

Contextualizamos, sumariamente, o paço ducal em Guimarães no espaço e no tempo.
Situado na encosta do *Monte Latito* e sobranceiro à cidade, o Paço dos Duques integra o conjunto monumental da "Colina Sagrada", juntamente com o Castelo (c.950-957) e a Capela de S. Miguel (c.1200-1275). O início da década de 1420 é genericamente aceite como o arranque da construção do paço ducal em Guimarães, associando-o ao casamento de D. Afonso, Conde de Barcelos, com D. Constança de Noronha nesse mesmo ano. A proeminência do paço no *skyline* urbano – legível mesmo após a progressiva urbanização dos anos recentes – aliada ao seu carácter simbólico profundamente enraizado na memória coletiva vimaranense, enfatiza a persistente relevância histórica deste palácio.

---

218. Esperança, Frei Manuel da. *Op. Cit.*, 1656, p. 137.
219. Publicado em *Diário do Governo*, n.º 136 de 16 de Junho de 1910. Citado por Meireles, Maria José. "O Património Urbano de Guimarães no contexto da Idade Contemporânea (séc. XIX-XX)". Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho, 2000, p. 71.
220. https://www.guimaraesdigital.com/index.php/informacao/cultura/57883-paco-dos-duques-e-castelo-com-novo-recorde-de-visitas (consultado a 30-02-2020).
221. Azevedo, Rogério de. *O Paço dos Duques de Guimarães (Preâmbulo à Memória do Projecto de Restauro).* Porto: Marânus, 1942, p. 8.

Construído para ser morada dos Condes de Barcelos no início de *Quatrocentos*, não é claro quando terá sido concluído, ou se terá mesmo sido terminado. Sabemos apenas que, tendo D. Afonso falecido em 1461, D. Constança permaneceu no paço mais 19 anos, até à data da sua morte. Escassas, ou praticamente inexistentes[222], são as notícias que chegaram até nós dos anos sucedâneos. Sem certezas, são avançadas algumas possibilidades de intervenções tardias por ordem de D. Fernando II, 3.º Duque de Bragança[223] (1478-1483) e de D. Jaime (1496-1532), seu sucessor. Os séculos seguintes terão testemunhado o prolongado abandono parcial do antigo palácio – documentos pontuais informam do seu estado de ruína durante *Seiscentos* e *Setecentos*. No entanto, uma parte do edifício seria ainda utilizada como celeiro da Casa das Rainhas[224] até aos anos 30 de *Oitocentos*. Com a chegada do século XIX é dado um novo destino ao antigo palácio e, a partir de 1819[225], inicia-se o seu período de aquartelamento, impulsionado pelas invasões napoleónicas que tinham entrado pelo Norte do país anos antes. Com a extinção da Casa das Rainhas em 1834[226], os compartimentos utilizados até então como armazém passaram também a integrar o novo quartel. Vários projectos que previam a reformulação do antigo palácio e a sua melhor adaptação às novas necessidades foram sucessivamente apresentados[227]. Assinados por engenheiros militares, estes projectos abordavam a estrutura de um ponto de vista meramente utilitário, acompanhando a tendência de dessacralização e transformação dos edifícios sob o jugo da política liberal. Ainda durante a ocupação militar – entendida por vários autores como o período de maior descaracterização do edifício[228] – um projecto que previa o restauro integral do antigo palácio foi proposto por Ernesto Korrodi em 1897. Apesar de não ter tido consequências imediatas, os desenhos de Korrodi – legados ao Museu Alberto Sampaio (MAS) – parecem ter influenciado o profundo restauro iniciado no século seguinte e dirigido pelo arquiteto Rogério de Azevedo entre 1936 e 1940, sucedido pelos arquitetos Joaquim Areal (1940-1945), Humberto Reis (1945-1947) e Alberto Silva Bessa (1947-1959).

Reconhecida a importância do Paço dos Duques em Guimarães no panorama da história portuguesa bem como na construção de uma suposta ideia de nacionalidade, patrocinada pelo Estado Novo, inicia-se, em

222. O número exíguo de documentos relativos ao paço ducal estará relacionado com a destruição quase total do Arquivo da Casa de Bragança, sito no Paço dos Duques em Lisboa, aquando do terramoto e incêndio de 1755.

223. Brito, Maria Mónica. "Paço dos Duques de Bragança em Guimarães: Metamorfose da Imagem na Época Contemporânea". Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa, 2003, p. 24.

224. "Esta Casa funcionava como uma espécie de conjunto de bens outorgados pelos monarcas portugueses às suas mulheres, a título de constituir uma fonte de rendimentos para as suas despesas pessoais, independente dos dotes, quer em vida dos seus maridos, quer depois da sua morte. (...) Foi com D. Leonor, mulher de D. João II, que se institucionalizou, oficialmente, a Casa e Estado das Senhoras Rainhas de Portugal, pela qual estas passaram a ter em suas terras a faculdade de nomear os empregados do fisco e os recebedores de rendas, de conceder patentes, entre outras tarefas, reservando-se, unicamente, à posse da Coroa o senhorio das donatarias. (...) Porém, foi durante o reinado de D. João IV que foi criada, em 1643, pela sua mulher D. Luísa de Gusmão, o Conselho ou Tribunal do Despacho da Fazenda da Casa das Senhoras Rainhas que se encarregou de administrar os bens." Cf. https://www.infopedia.pt/$casa-das-rainhas (consultado a 23-09-2020). Encontramos referência a este armazém nas "Memórias Ressuscitadas..." de Craesbeeck (1726, p. 151), na "Sentença cível..." (1771) e, posteriormente, na "Planta baixa que mostra afigura que tem o terreno que ocupa o Edifico antíguo, de nominado, o Paço, na Villa de Guimarães; parte do qual está hoje occupado em quartel: do Regimento d'Infantaria, N.°16", assinada por Luís Ignácio Barros de Lima (c.1816-19).

225. Data provável do final das obras de melhoramento do paço. Cf. Brito, Maria Mónica. *Op. Cit.*, 2003, p. 45.

226. A sua extinção foi ordenada por D. Pedro IV através do Decreto de 18 de Março de 1834. Cf. https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4164777 (consultado a 01-04-2020).

227. Apresentados pela primeira vez por Mónica Brito (2003), encontram-se sob alçada do GEAEM pelo menos 19 desenhos relativos a levantamentos e projectos para o antigo palácio, elaborados entre 1816 e 1881.

228. "Paradoxalmente, foi durante a dinastia da família que viu nascer o palácio que se verificou a sua verdadeira descaracterização, sob uma óptica exclusivamente utilitarista." Cf. Brito, Maria Mónica. "Paço do Duques de Bragança em Guimarães: alguns vetores de leitura". *Monumentos* 33 (2013): 79.

1936, o último grande ciclo do antigo palácio como edifício de representação política e imagem de uma retórica profundamente revivalista. A intervenção da Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) começa pouco depois da cedência do ainda quartel militar ao Ministério da Instrução[229] no final de 1935. Nas palavras de Alfredo Guimarães, o grande impulsionador deste restauro:

"E, finalmente, na Primavera de 1937, começa-se a maior obra vimaranense dos últimos cinco séculos – a reintegração dos famosos Paços dos Duques de Bragança e Guimarães, que esta gloriosa cidade deve, exclusivamente, ao Génio, à Cultura e ao Patriotismo de Salazar" [230].

Este processo irá estender-se para lá da data de conclusão inicialmente prevista, 1940 – um ano de particular importância simbólica ao assinalar as comemorações dos centenários da Fundação de Portugal (1140) e da Restauração da Independência (1640) e que culminou na maior ação propagandística encetada pelo Estado Novo. Após uma sucessão de problemas, associados à necessidade da atualização constante dos fundos disponíveis para a obra, bem como à incógnita do programa que o projecto iria considerar – definido apenas na última fase da intervenção –, só em 1959 é finalmente inaugurado o antigo palácio como Museu e Residência Oficial do Presidente da República no Norte do país, funções que ainda hoje detém.

229. Meireles, Maria José. *Op. Cit.*, 2000, p. 344.
230. Guimarães, Alfredo. *Guimarães. Guia de Turismo.* Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 1940. p. 60.

fontes escritas e revisão da literatura

Sobre a história do Paço dos Duques – monumento amplamente reconhecido, estudado e divulgado –, as primeiras considerações contemporâneas conhecidas são tecidas pelo então diretor do MAS, Alfredo Guimarães (1938; 1940). No entanto, essencial à compreensão do estado do edifício no início do século XX e das opções tomadas durante a longa intervenção de que foi alvo, são os relatórios apresentados pelo arquiteto Rogério de Azevedo à DGEMN (1938; 1939) e os livros por ele publicados após a sua saída da direção de obra (1942; 1962). Interessa ainda consultar a publicação de Alfredo Pimenta (1942), à época diretor do Arquivo Municipal de Guimarães (hoje Arquivo Municipal Alfredo Pimenta - AMAP) que, por diversas vezes, tornou público o seu desagrado com o projecto de arquitectura, e as respostas de Rogério de Azevedo na forma de epístolas, publicadas em 1942. Do período que se seguiu à saída do arquiteto da direção de obra[231] e, consequentemente da DGEMN, os "Relatórios de Actividade" publicados entre 1957 e 1962 (ano da conclusão do restauro) clarificam algumas das últimas opções tomadas. Por fim, o Boletim da DGEMN (1960) encerra o longo capítulo desta intervenção ao apresentar registos escritos, fotográficos e desenhados do restauro concluído, bem como do seu processo. Rogério de Azevedo, na hipótese que levanta sobre a proximidade compositiva do palácio vimaranense aos paços medievais franceses e catalães, inicia uma análise comparativa transfronteiriça que revela com grande acuidade. É ainda de salientar artigos de Bernard Pousthomis e Rodrigue Tréton, publicados em Passarrius, Catafau (2014), que apresentam o paço real em Perpignan, um edifício arquitetonicamente muito próximo do paço ducal vimaranense. Sobre os paços portugueses conexos, Carlos de Azevedo (1969) e José Custódio Vieira da Silva (1995; 1997) realizaram importantes estudos. Recentemente, novos trabalhos sobre o Paço dos Duques em Guimarães, apresentados por Mónica Brito (2003; 2013) e Isabel Maria Fernandes (2016), ofereceram novas frentes de investigação e, em simultâneo, consolidaram teorias que têm vindo a ser veiculadas por outros autores, nomeadamente Francisco Azeredo (1986) e Barroso da Fonte (1993; 1994).

Sobre a DGEMN, enquanto entidade responsável pelas profundas transformações que caracterizam monumentos e espaço público durante grande parte do século passado, importa ressalvar os estudos de Maria João Neto (1995) e de Miguel Tomé (2002). Especificamente sobre a obra de Rogério de Azevedo, o primeiro e principal projetista do restauro do paço ducal, recorremos, sobretudo, às investigações de Jorge Pimentel (2014) e Ana Alves Costa (2016).

Da cidade de Guimarães – e do paço em particular – encontramos nas obras de Pe. Torquato Peixoto de

231. Fruto de um desentendimento com Baltazar Castro, seu superior.

Azevedo (1692)[232] e Pe. António Caldas (1881)[233], reconhecidos testemunhos da história local e, ainda nas publicações mais generalistas de Ignácio Vilhena Barbosa (1886) e Albano Bellino (1900), descrições que em muito auxiliam a compreensão do estado do edifício na época em que foram redigidas, bem como da evolução do espaço urbano. Maria da Conceição Falcão Ferreira (1985; 1989; 2010) e Maria José Meireles (2000) publicaram estudos coevos sobre Guimarães que reforçam a necessidade de uma continuada investigação à cidade. De carácter mais abrangente, mas ainda especificamente sobre Guimarães, a coletânea da "Revista de Guimarães" – publicação periódica editada pela Sociedade Martins Sarmento (SMS) desde 1884 – é particularmente relevante à investigação que desenvolvemos ao incluir peças escritas que acompanham o crescimento e desenvolvimento da cidade desde os finais do século XIX: Mário Cardoso (1922) debruça-se sobre a evolução urbana de Guimarães, Alfredo Guimarães (1931) e Alberto Gonçalves (1931) abordam o Convento de Santa Marinha da Costa, enquanto outros autores como Manuel Rodrigues Lapa (1925; 1927) e José Timóteo Montalvão Machado (1963) tecem considerações importantes sobre a Casa de Bragança. É igualmente pertinente considerar fontes documentais – que integram o AMAP – recentemente transcritas por Maria José Meireles[234], e que datam de 1666 e 1762, pois remontam a uma época pouco conhecida da história do Paço. São, aliás, dos poucos registos específicos ao edifício que antecedem a sua transformação oitocentista em quartel militar. Interessa ainda consultar as publicações "Boletim de Trabalhos Históricos" que, desde 1933, acompanham o desenrolar dos trabalhos no AMAP, dando a conhecer novos documentos e estudos pertinentes sobre Guimarães. As transcrições de João Lopes de Faria (n.1860-f.1944) – que integram atualmente o Fundo Lopes de Faria na SMS – bem como o livro do Pe. Oliveira Guimarães, o Abade de Tagilde, "Guimarães e Santo António" (1895) e os seus artigos publicados na revista "O Archeologo Português" (1904-08), são cruciais na divulgação de documentos antigos e, por vezes, contemporâneos à construção do paço ducal, que representam novos vetores de leitura. De âmbito mais alargado, a "Crónica da tomada de Ceuta por el-Rei D. João I", de Gomes Eanes de Zurara (1449-1450)[235], a "Chronica dos Senhores Reis de Portugal", escrita por Cristóvão Rodrigues Acenheiro (1535)[236], a "Nobiliarchia Portugueza", por António de Villas Boas Sampayo (1676), a "Corographia Portugueza e Descripçam Topographica do Famoso Reyno de Portugal (...)" assinada pelo Pe. António Carvalho Costa (1706), a publicação de Francisco Craesbeeck (1726), a "História Genealógica (...)" organizada por D. António Caetano de Sousa (1735-1749), o "Diccionário Geografico" escrito pelo Pe. Luís Cardoso (1747-1751), as "Memórias Paroquiais" (1758)[237] ou ainda a "Chronica do Muito Alto e Muito Esclarecido Príncipe

232. Foi consultada a versão publicada em 1845 pela Typographia da Revista, no Porto.

233. A edição original data de 1881 mas, para efeitos desta investigação, consultamos a reedição de 1996.

234. Muito agradecemos à Doutora Isabel Maria Fernandes a disponibilização destas transcrições.

235. Escrita entre 1449 e 1450, a "Crónica da Tomada de Ceuta por el-Rei D. João I integra a Crónica de D. João I". No âmbito desta investigação, consultamos a versão publicada em 1915 pela Imprensa da Universidade de Coimbra.

236. Originalmente escrita em 1535, "Chronicas dos Senhores Reis de Portugal" só virá a ser publicada em 1824 quando integra o tomo V de "Colecção de inéditos da Historia Portugueza", publicado pela Academia Real de Ciências.

237. Concerne ao edifico dos Paço dos Duques as páginas dedicadas a São Miguel do Castelo. Cf. "São Miguel do Castelo, Guimarães". *Dicionário Geográfico de Portugal (Memórias Paroquiais)*, Arquivo Nacional-Torre do Tombo, vol. 18, n.º 134b, p. 763-774.

Dom Afonso Primeiro Duque de Bragança" de Francisco Nunes Franklin (18??)[238] – bem como referências pontuais encontradas na crónica de Frei Manuel Esperança (1656) e nas Chancelarias de D. João I (1384-1433), de D. Afonso V (1438-1481) e de D. João II (1481-1495) – oferecem enquadramento à ação generalizada da Casa de Bragança e, em particular, ao que concerne a vila de Guimarães.

Uma abordagem transdisciplinar, como a que esta investigação se propõe desenvolver, apoia-se necessariamente no cruzamento da bibliografia específica ao tema em desenvolvimento com os estudos de referência na História da Arquitectura Civil publicados por Mário Tavares Chicó, Carlos Alberto Ferreira de Almeida, José Custódio Vieira da Silva, Mário Jorge Barroca e Saúl Gomes, entre outros, já referidos em capítulo anterior. Revela-se ainda fundamental a esta investigação o recurso a publicações de ambos os testemunhos locais e estudos atuais, desenvolvidos por autores especialistas em diversas áreas científicas – da arqueologia à arquitectura, da história ao urbanismo –, pois só através do seu estudo integrado se reúnem as condições julgadas necessárias ao desenvolvimento de uma reflexão crítica, propositiva e de grande profundidade de campo.

238. O documento original, que não está datado, integra o espólio do Arquivo Histórico da Casa de Bragança (AHCB) com a cota NNG 2625, MS Lxª/83-I. No decurso desta investigação, optamos por consultar a versão organizada por J. T. Montalvão Machado, intitulada "Dom Afonso, Primeiro Duque de Bragança. Sua Vida e sua Obra" e publicada em 1964.

fontes iconográficas e estado da arte

Ao longo dos seus seis séculos de existência (c.1420), o Paço dos Duques de Bragança manteve sempre um lugar de destaque na cidade de Guimarães. Profusamente representado, conhecemos inúmeras vistas de Guimarães que incluem o paço ducal. De modo a selecionar as representações que mais se relacionam com o propósito desta investigação, consultamos os espólios iconográficos e fotográficos da SMS e da Muralha – Associação de Guimarães para a defesa do Património, disponíveis *online*. Aqui encontramos uma variedade de desenhos, aguarelas e gravuras situadas entre os séculos XVIII, XIX e XX e, talvez mais relevante para a investigação que desenvolvemos, os registos fotográficos – muitos dos quais ainda em daguerreótipo – e que retratam a cidade de Guimarães e o Paço desde meados de *Oitocentos*. Também em o "Archivo Pittoresco" – semanário ilustrado publicado entre 1857 e 1868 – se encontram várias gravuras ilustrativas da vila de Guimarães, do Castelo e também do paço ducal, que interessam a esta investigação. A par da recolha e organização sistemática destas fontes iconográficas é igualmente essencial olhar as representações planimétricas da cidade, alimentando assim, com rigor e abstração, a interpretação levada a efeito. A mais antiga cartografia de Guimarães – que possibilitou um renovado olhar contemporâneo sobre o Paço dos Duques – foi descoberta na Fundação Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro e revelada em 2005 por Maria Dulce Faria. A planta "De Guimarães" [Fig. 34] integra o volume "Mappas do reino de Portugal e suas conquistas collegidos por Diogo Barbosa Machado", juntamente com onze outras cartografias de Portugal continental e insular[239]. É genericamente aceite que terá sido desenhada no terceiro quartel do século XVI[240]. Esta planta revela novas possibilidades para o estudo do tecido urbano medieval de Guimarães, especialmente a nível planimétrico, até agora dificultadas pelo escasso número de representações da cidade. De facto, só são conhecidas outras plantas executadas a partir de meados de *Oitocentos* [241] correspondentes a planos de expansão e melhoramentos da cidade, numa ação condicente com os desenvolvimentos urbanísticos desenvolvidos no resto do país. A esta época remonta o "Plano de Melhoramentos da Cidade de Guimarães" (1863-67), da autoria do Engenheiro Manoel de Almeida Ribeiro – seguido das contribuições da Comissão de Melhoramentos (1869) – e o "Projecto de ligação da Cidade de Guimarães com a estação do caminho de ferro junto da mesma cidade" (c.1890), autor desconhecido.

239. Este atlas factício incluiu representações de Vila do Conde, Sesimbra, da ilha da Madeira, cidade do Funchal, das ilhas Santa Maria, Terceira, São Jorge, Graciosa, Pico, Faial e ainda do ilhéu de Vila Franca e de Ponta Delgada, em São Miguel, que integram o arquipélago dos Açores.

240. São vários os autores que situam a execução da cartografia em meados do século XVII, tais como Mário Fernandes (2007), José Ferrão et al. (2013), Mário Jorge Barroca (2014), apesar de não existir um consenso sobre um intervalo mais específico.

241. Como explicado por Mário Gonçalves Fernandes, seria altamente improvável a existência de qualquer registo cartográfico de Guimarães que antecedesse o século XIX, pois não se tratava de uma povoação fronteiriça, com costa ou estuário, nem tão pouco integrada numa rede de alinhamentos interiores fortificados. Cf. Fernandes, Mário Gonçalves. "Guimarães: Cartografia urbana histórica e morfologia urbana". Comunicação apresentada no VI Congresso da Geografia Portuguesa, Lisboa, 17-20 outubro, 2007.

Já do início do século XX, existem múltiplos planos de índole urbanística, tais como o "Projecto do Parque do Castelo de Guimarães" (1914), da Companhia Hortícola do Porto, o "Projecto Geral de Melhoramentos" (1924), assinado pelo Capitão Luís de Pina, e ainda o "Anteplano de Urbanização da Cidade de Guimarães" (1949), da autoria dos arquitetos Maria José Marques da Silva e David Moreira da Silva.

Apresentadas as várias representações planimétricas da cidade conhecidas até à data, e tendo em consideração o espetro temporal da presente investigação, a planta quinhentista de Guimarães ocupa um evidente lugar de destaque entre as fontes iconográficas analisadas. Não estando datada nem assinada, Maria Dulce Faria (2005) situa a planta entre 1562 e 1570, intervalo igualmente defendido por Mário Gonçalves Fernandes (2009). José Ferrão Afonso, Marta Oliveira e Sílvia Ramos (2013) na análise que desenvolvem da "De Guimarães", atrasam o período temporal da sua execução para meados do século XVI, até 1540, ao incluírem considerações sobre a representação do Convento de Santa Clara. No entanto, em estudo coetâneo, Mário Jorge Barroca (2014) retoma o intervalo temporal inicialmente avançado e apresenta novas considerações acerca do enquadramento da carta. Em artigo recente, Inês Lourenço Graça e Maria Manuel Oliveira (2019) exploram a acuidade da representação quinhentista, através de uma análise topológica e que permite constatar permanências históricas ainda visíveis no território contemporâneo. Contribuiu para a densificação deste último estudo a análise conjunta da representação planimétrica e dos perfis, rebatíveis e tendencialmente perpendiculares, que se encontram aplicados sobre o desenho e que informam das cotas altimétricas de Guimarães. Pela simultaneidade de todos estes dados, torna-se evidente que se trata de uma representação rara, de grande relevância e que permite aferir o rigor desta cartografia quinhentista. Estes perfis incluem ainda a representação detalhada do alçado posterior do Paço dos Duques, e uma secção transversal pelo Castelo. Peças desenhadas de elevada precisão que permitem confirmar, através do referido cruzamento das cotas altimétricas, a notável acuidade métrica e geométrica da planta e das secções.

Igualmente indispensável ao trabalho que desenvolvemos é o recurso ao levantamento cartográfico fornecido pela Câmara Municipal de Guimarães (2003) devidamente cruzado com o mapa georreferenciado disponível em http://sig.cm-guimaraes.pt (2009). A utilização de uma base cartográfica metricamente precisa e atualizada, com que seja possível cotejar cartografia antiga, contribui inestimavelmente para o rigor da investigação em arquitectura a que nos propomos.



Fig. 34: Planta "De Guimarães", autor desconhecido, c.1562-70. Com indicação e projeção dos perfis elevados e rebatíveis A, B, C e D. Em Coleção Diogo Barbosa Machado da Fundação Biblioteca Nacional (FBN), Acervo da FBN, Rio de Janeiro (Brasil). Fonte: Casa de Sarmento, 2019.

Focando-nos no palácio ducal, a sua representação rigorosa mais antiga – tanto a nível planimétrico como altimétrico, sendo que o alçado posterior do edifício está representado em perfil – integra a planta "De Guimarães" (c.1562-70), que abordaremos de seguida. No entanto, o Paço dos Duques foi também objeto de vários levantamentos e projectos executados pelo Exército (1816, c.1816-19, 1870, 1881, 1914) durante o seu período de aquartelamento. Os documentos que integram o espólio do Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar (GEAEM) – publicados e analisados pela primeira vez por Mónica Brito (2003) – em muito contribuem para informar sobre o estado do edifício antes e durante o aquartelamento [Fig.35] e sobre as opções tomadas no decorrer deste processo [Fig. 36; Fig. 37; Fig. 38; Fig. 39; Fig. 40]. Em 1813, John Synge (1788-1845) percorre Portugal e Espanha, desenhando várias vilas – incluindo Barcelos e Guimarães –, cidades e edifícios singulares. A sua publicação "Book of paintings made in Portugal" inclui duas aguarelas do palácio ducal em Guimarães: uma representação do alçado posterior e arruinado do edifício [Fig. 41.1] e, mais relevante por ser verdadeiramente excepcional, uma vista do pátio interior ao nível do piso térreo que permite finalmente esclarecer até certa medida a sua conformação espacial, reforçando a interpretação que Rogério de Azevedo fez de alguns vestígios arqueológicos, encontrados aquando do início dos trabalhos no edifício[242] [Fig. 41.2]. Nesta publicação encontram-se também aguarelas de outros espaços da vila vimaranense[243] a que recorreremos quando necessário. Do longo período em que o Paço foi adaptado a quartel (c.1807-1935), existe ainda um primeiro projecto que previa o restauro integral da antiga estrutura – "Palácio dos Duques de Bragança, em Guimarães. Estudos de Reconstrução" [Fig. 42] – assinado por Ernesto Korrodi (1897) e por ele oferecido ao MAS – juntamente com três perspetivas interiores do estado do edifício à data [Fig. 43]. Interessa realçar que o projecto para Guimarães se enquadra no rol de restauros pensados por Korrodi para vários antigos palácios da Casa de Bragança, nomeadamente em Porto de Mós (1895) e Barcelos (1901)[244], e ainda o mais conhecido – talvez por ter sido parcialmente executado –, o projecto de reconstrução do castelo de Leiria (1898).

O período mais fértil em representações quer do Paço quer de Guimarães foi, sem dúvida, a profunda intervenção realizada pela DGEMN, entre 1936 e 1963. Ainda antes do início das obras, foi feito um levantamento arquitectónico detalhado do edifício, que incluiu plantas dos três pisos e representações dos quatro alçados [Fig. 44]. Este é o registo mais tardio que conhecemos do Paço dos Duques antes do restauro – apesar de não estar datado, pensamos ter sido executado em c.1936 – e é também o mais rigoroso. Considerando as claras semelhanças com o registo de 1914 [Fig. 45] a nível de organização e distribuição interna, este novo levantamento apresenta, contudo, uma verdadeira novidade ao representar,

242. Durante as escavações que acompanharam o processo de restauro do Paço dos Duques, terão sido descobertas fundações de uma estrutura central e quadrangular que Rogério de Azevedo interpretou como vestígios de uma escada monumental. Mónica Brito (2003) publicou uma planta de levantamento executada pelo Exército (1816) onde é claro o desenho porticado do pátio – a representação de John Synge (1813) concorre para a desmistificação da conformação espacial interna do pátio do Paço.

243. Nomeadamente do Largo da Oliveira.

244. Ambos os projectos não se encontram publicados e integram atualmente o Arquivo Distrital de Leiria (ADL). Korrodi, Ernesto. *Perspectivas do Castello de Porto de Moz.* 1895. ADL, Cota: -1/IV/ 19/B/4.; Korrodi, Ernesto. *Estudos de Reconstrução dos Antigos Paços dos Condes de Barcelos*, 1901. ADL, Cota: -1/IV/ 12/D/1.

pela primeira vez, os quatro alçados exteriores do paço – incluindo o alçado Norte – e assinalando tanto os vãos abertos como os entaipados. Este levantamento é, portanto, uma das fontes de informação mais relevantes a que temos acesso e o seu estudo é de grande importância para a análise histórica e arquitetónica do Paço dos Duques.

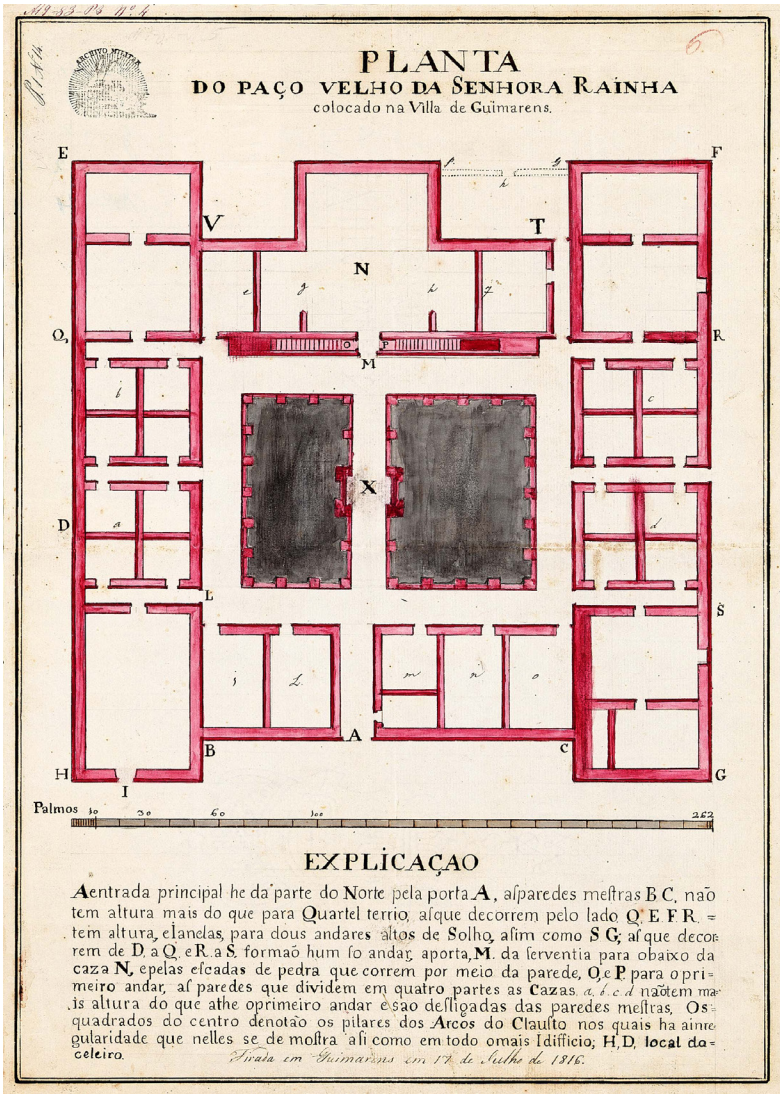
Liderada, numa fase inicial, pelo arquiteto Rogério de Azevedo (1936-1940), e posteriormente por Joaquim Areal, Humberto Reis e Alberto Silva Bessa, a evolução do estaleiro do Paço dos Duques foi sistematicamente registada em desenho, fotografia e através de vários relatórios apresentados à DGEMN e que iam dando nota do estado da obra e das opções arquitetónicas tomadas. A prática de registar detalhadamente o estado do edifício antes, durante e após as suas intervenções em muito auxilia as investigações contemporâneas sobre os monumentos intervencionados, e o Paço dos Duques em Guimarães não é excepção. Entre os documentos disponibilizados informaticamente pelo SIPA sobre este edifício contamos mais de 650 iconografias, entre fotografias e peças desenhadas, e perto de 200 registos escritos.

Do período após a conclusão da obra, dos anos de 1960, existem registos fotográficos pontuais de eventos que tiveram lugar no paço, que permitem apenas a leitura de alguns sectores e não uma perceção sistemática dos seus espaços. Já neste século, o edifício foi objeto de um novo levantamento arquitectónico, realizado por equipa de arquitetos (FASE, 2003)[245]. Entre 2016 e 2019, o Paço integrou o projecto europeu HeritageCare[246] – que se dedica à criação de medidas de conservação dos monumentos históricos nos países do Sul da Europa – tendo sido selecionado como o caso de estudo de terceiro nível (SL3) português. Ao integrar este projecto, o Paço dos Duques foi objeto de um levantamento exaustivo BIM (Building Information Model), bem como de uma análise detalhada das suas patologias construtivas[247].

245. Este é o levantamento arquitectónico (desenhado a CAD) mais recente e a que recorremos invariavelmente na presente investigação. Muito agradecemos à Doutora Isabel Maria Fernandes a sua disponibilização.

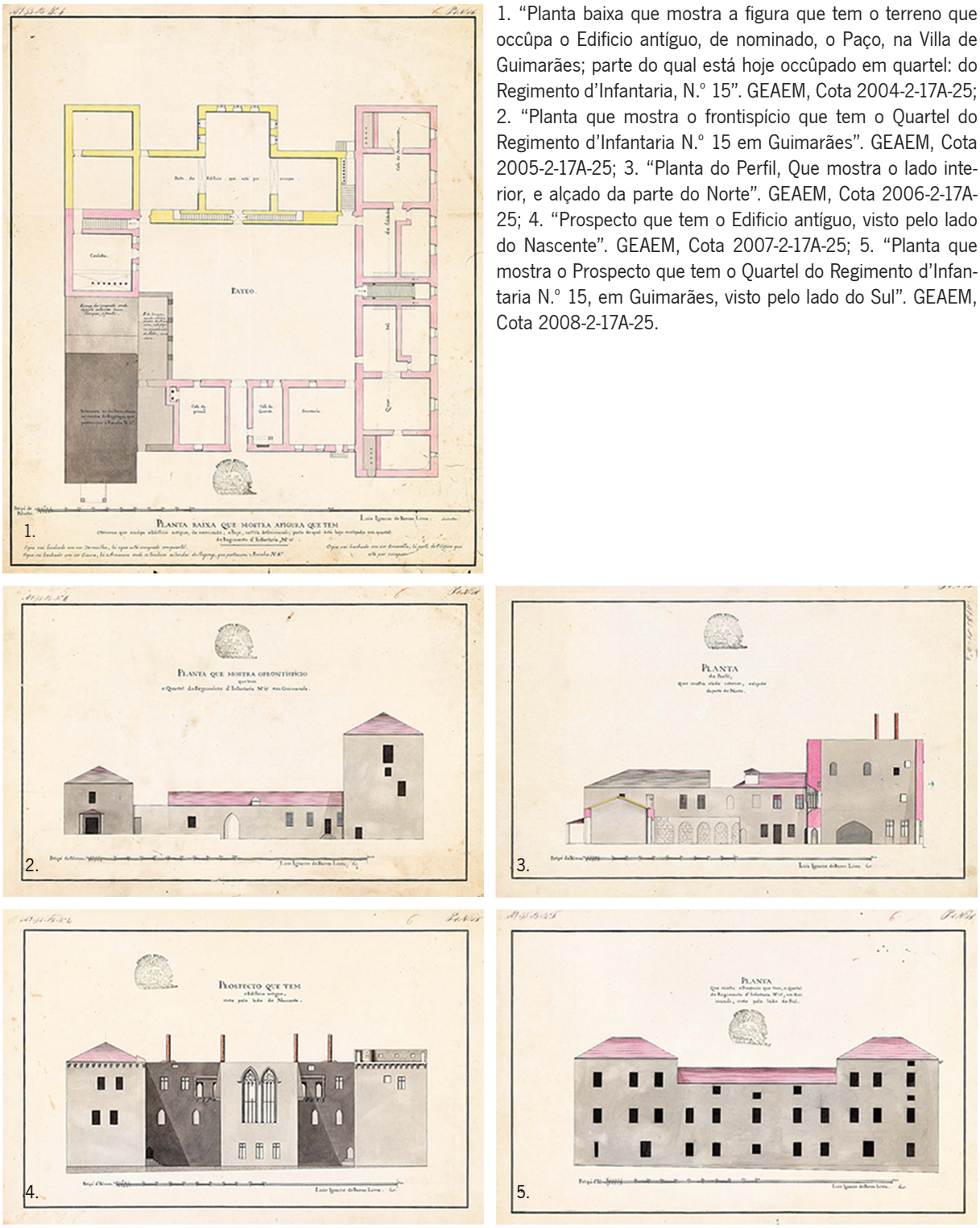
246. O projecto HeritageCare – Monotorização e Conservação Preventiva do Património Histórico e Cultural (SOE1/P5/P0258) foi co-financiado pelo programa InterregSudoe/FEDER e teve como objetivo a "melhoria dos métodos de gestão do património natural e cultural comum através do desenvolvimento de redes e da experimentação conjunta." Cf. https://www.interreg-sudoe.eu/; http://heritagecare.eu/ (consultado a 22-11-2020).

247. Com resultados publicados em artigos e conferências, tais como Azenha, Miguel et al. "Monotorização e conservação preventiva de património histórico com BIM: o projecto HeritageCare". Comunicação apresentada em ptBIM 2020 – 3.º Congresso Português de Building Information Modelling, 26 de novembro e 4 de dezembro de 2020, Porto, 2020.



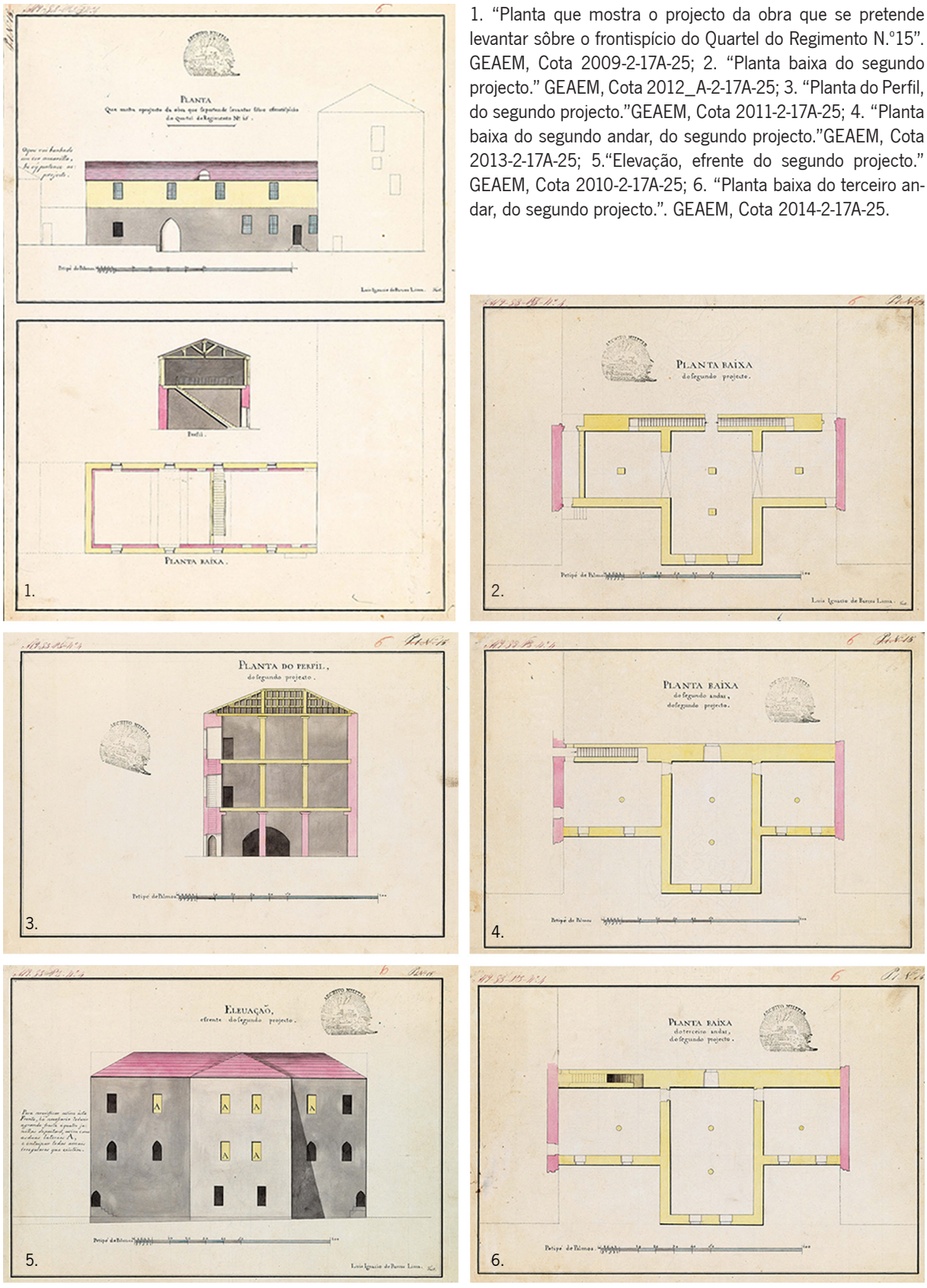
Legenda: "Explicação. A entrada principal he da parte do Norte pela porta A, as paredes mestras B C, não tem altura mais do que para Quartel terrio, as que decorrem pelo lado Q E F R = tem altura, e janelas, para dous andares altos de Solho, asim como S G; as que decorrem de D a Q e R a S formaõ hum so andar, a porta, M da serventia para obaixo da caza N, e pelas escadas de pedra que correm por meio da parede, O e P, para o primeiro andar, as paredes que dividem em quatro partes as Cazas a b c d não tem mais altura do que athe oprimeiro andar e são desligadas das paredes mestras. Os quadrados do centro denotão os pilares dos Arcos do Claustro nos quais há a inregularidade que nelles se de mostra ali como em todo o mais idifficio; H D local do celeiro."

Fig. 35: "Planta do Paço Velho da Senhora Rainha", autor desconhecido, 1816. GEAEM, Cota 2015-2-17A-25.



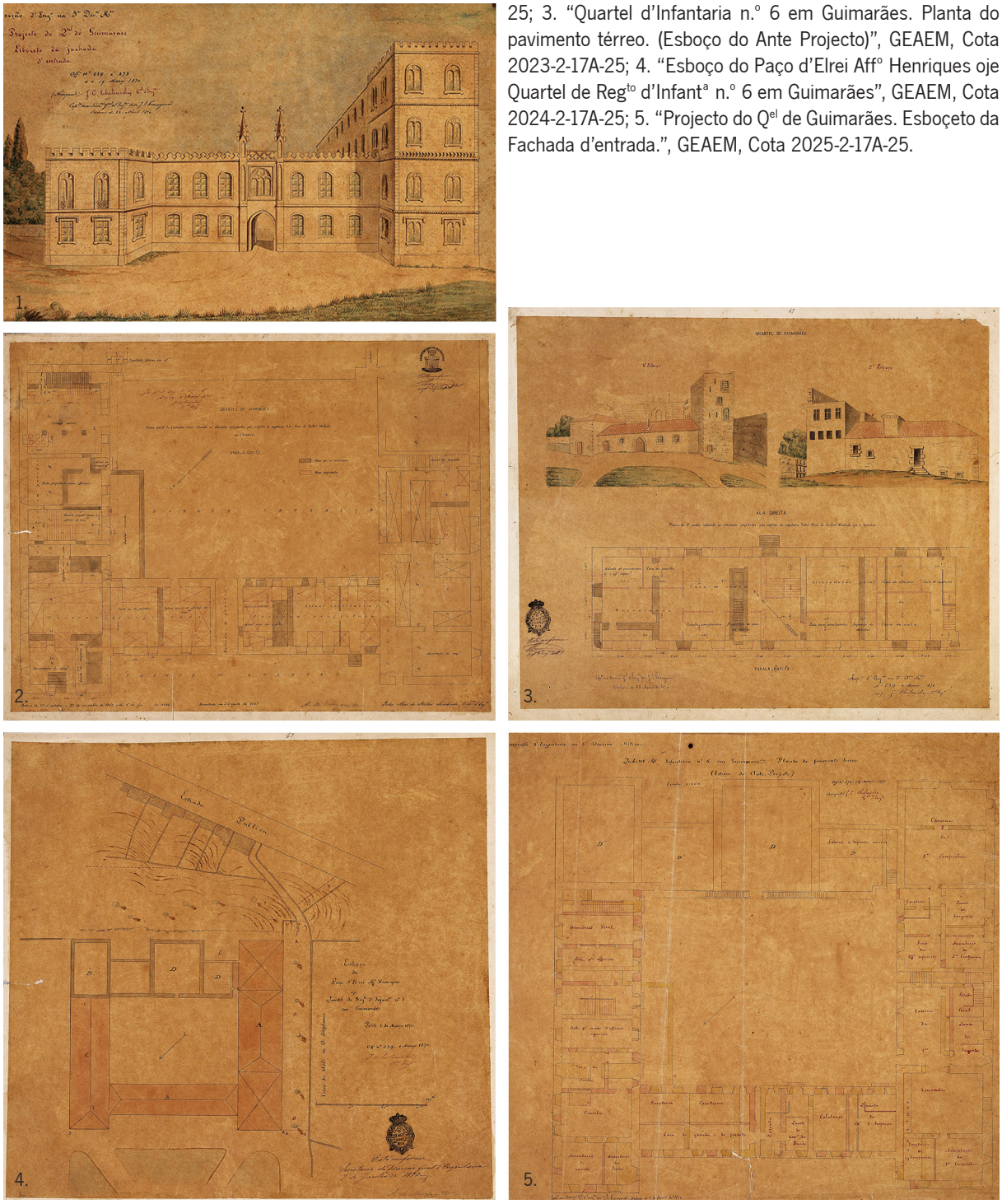
1. "Planta baixa que mostra a figura que tem o terreno que occûpa o Edificio antíguo, de nominado, o Paço, na Villa de Guimarães; parte do qual está hoje occûpado em quartel: do Regimento d'Infantaria, N.º 15". GEAEM, Cota 2004-2-17A-25; 2. "Planta que mostra o frontispício que tem o Quartel do Regimento d'Infantaria N.º 15 em Guimarães". GEAEM, Cota 2005-2-17A-25; 3. "Planta do Perfil, Que mostra o lado interior, e alçado da parte do Norte". GEAEM, Cota 2006-2-17A-25; 4. "Prospecto que tem o Edificio antíguo, visto pelo lado do Nascente". GEAEM, Cota 2007-2-17A-25; 5. "Planta que mostra o Prospecto que tem o Quartel do Regimento d'Infantaria N.º 15, em Guimarães, visto pelo lado do Sul". GEAEM, Cota 2008-2-17A-25.

Fig. 36: Desenhos de levantamento da estrutura do antigo palácio ducal no 1.º quartel do século XIX, assinados por Luís Ignácio Barros de Lima em c.1816-19.



1. "Planta que mostra o projecto da obra que se pretende levantar sôbre o frontispício do Quartel do Regimento N.°15". GEAEM, Cota 2009-2-17A-25; 2. "Planta baixa do segundo projecto." GEAEM, Cota 2012_A-2-17A-25; 3. "Planta do Perfil, do segundo projecto."GEAEM, Cota 2011-2-17A-25; 4. "Planta baixa do segundo andar, do segundo projecto."GEAEM, Cota 2013-2-17A-25; 5."Elevação, efrente do segundo projecto." GEAEM, Cota 2010-2-17A-25; 6. "Planta baixa do terceiro andar, do segundo projecto.". GEAEM, Cota 2014-2-17A-25.

Fig. 37: Desenhos de projecto a executar no antigo palácio ducal no 1.° quartel do século XIX, assinados por Luís Ignácio Barros de Lima em c.1816-19.



1. “Quartel de Guimarães: 1.º esboço, ala direita, 2.º esboço, planta do 1.º andar/ indicando as alterações projectadas pelo capitão de engenharia Pedro Alves de Avelar Machado, que a levantou”, GEAEM, Cota 2021-2-17A-25; 2. “Quartel de Guimarães: planta parcial do pavimento térreo, indicando as alterações projectadas pelo Capitão de Engenharia Pedro Alves de Avelar Machado, que a levantou”, GEAEM, Cota 2022-2-17A-25; 3. “Quartel d’Infantaria n.º 6 em Guimarães. Planta do pavimento térreo. (Esboço do Ante Projecto)”, GEAEM, Cota 2023-2-17A-25; 4. “Esboço do Paço d’Elrei Affº Henriques oje Quartel de Regtº d’Infantª n.º 6 em Guimarães”, GEAEM, Cota 2024-2-17A-25; 5. “Projecto do Qel de Guimarães. Esboçeto da Fachada d’entrada.”, GEAEM, Cota 2025-2-17A-25.

Fig. 38: Desenhos de projecto a executar no antigo palácio ducal assinados pelo Capitão de Engenharia Pedro Alves de Avellar Machado, sem data (1, 2); e copiados por J. E. Penaguião em 1870 (3, 4, 5).

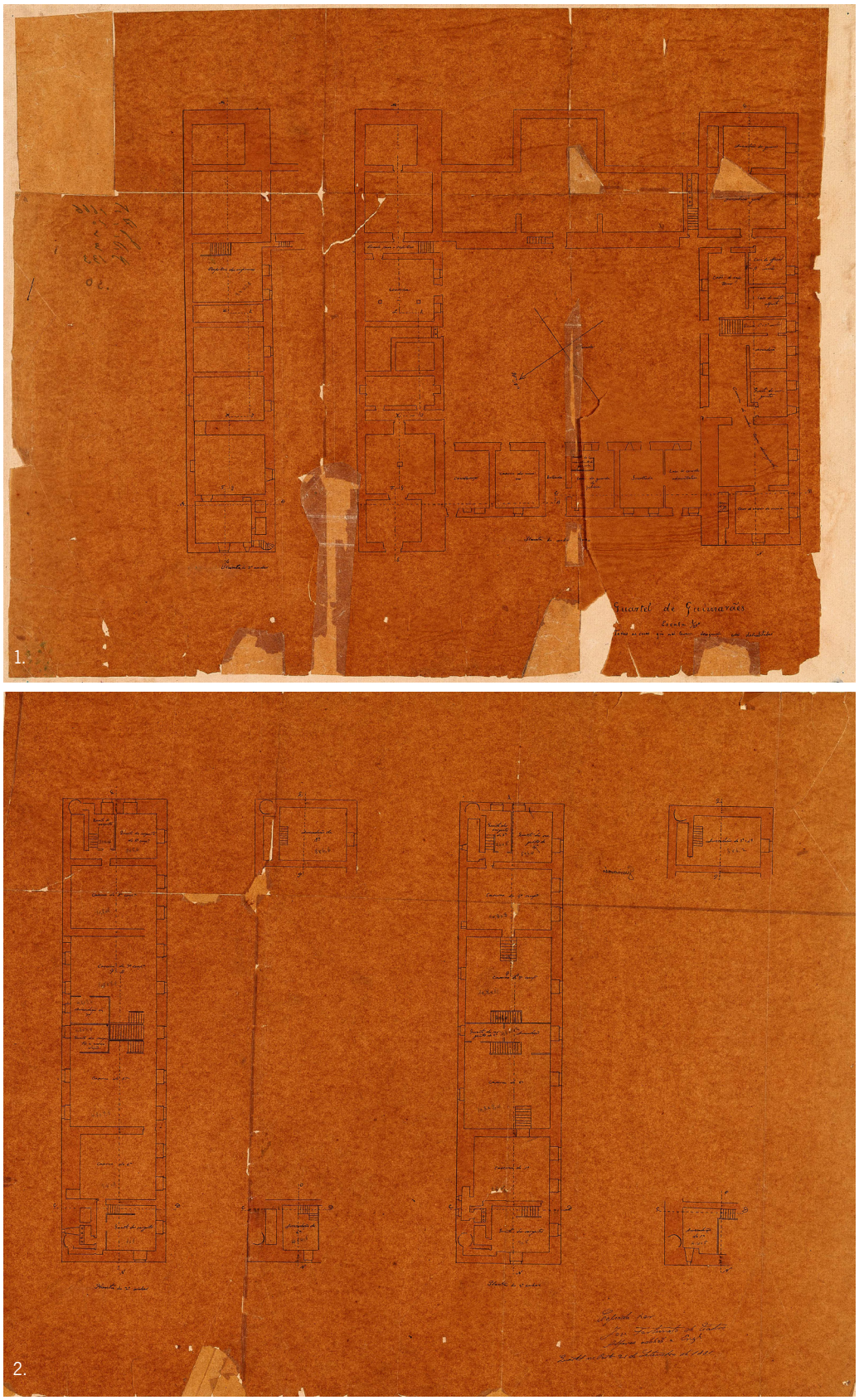


Fig. 39: Desenhos de projecto a executar no antigo palácio ducal assinados por José Fortunato de Castro em 1881. 1. “Quartel de Guimarães. Planta do andar térreo, Planta do 2.º andar”, GEAEM, Cota 2026-2-17-A-25; 2. “Quartel de Guimarães. Planta do 1.º andar, Planta do 2.º andar”, GEAEM, Cota 2026_II-2-17A-25.

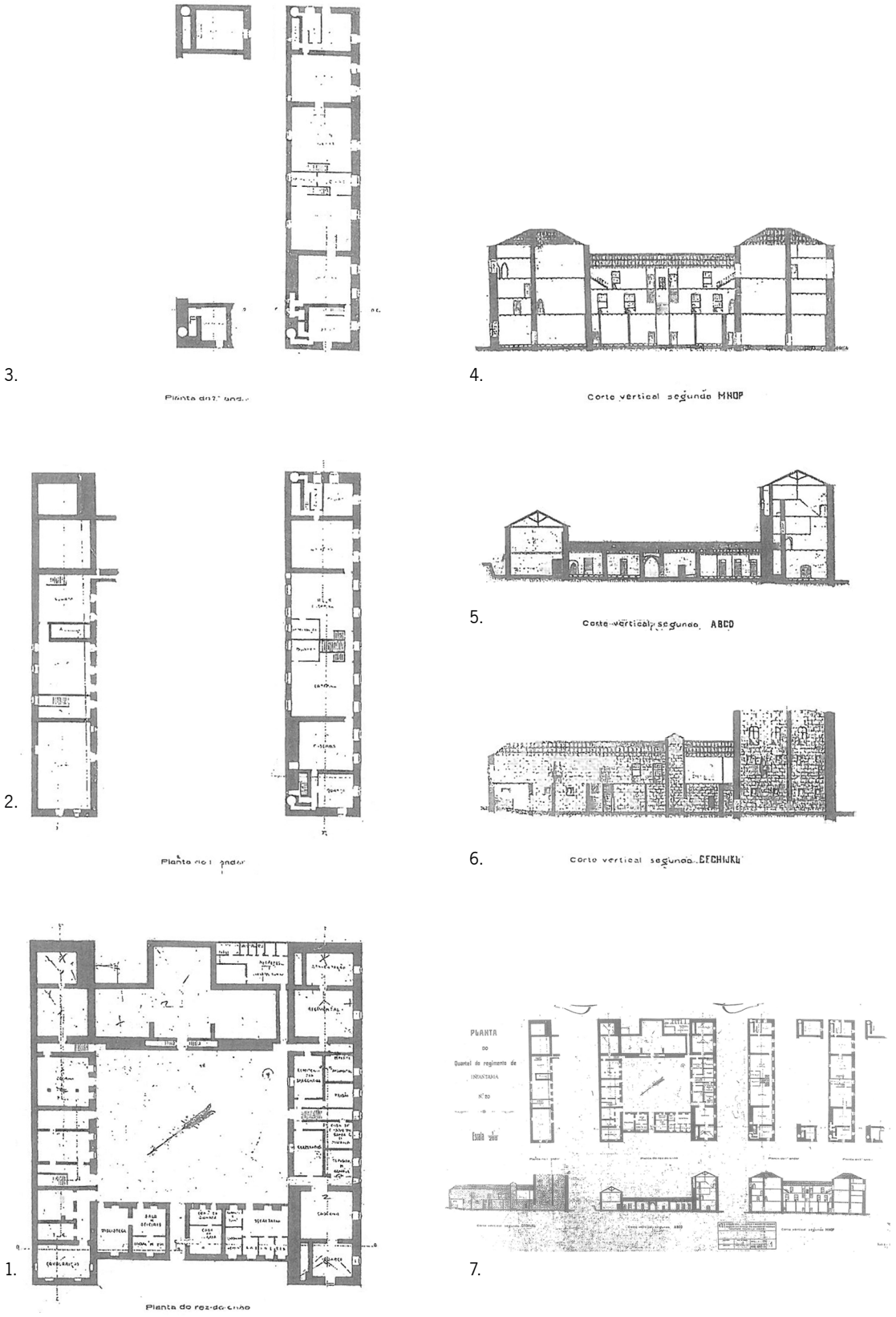


Fig. 40: Plantas e alçados do levantamento realizado pelo Exército do antigo Paço dos Duques em 1914, reorganizados. 1. "Planta do rés-do-chão"; 2. "Planta do 1.º andar"; 3. "Planta do 2.º andar"; 4. "Corte vertical segundo MNOP"; 5. "Corte vertical segundo ABCD"; 6. "Corte vertical segundo EFGHIJKL"; 7. Folha integral do levantamento. Fonte: SIPA.



Fig. 41: 1. “The Palace of the Braganza Family at Guimaraens”; 2. “Inside the Palace of Braganza”. John Synge, 1813. Fonte: “Book of paintings made in Portugal”, Department: Manuscripts & Archives Research Library, Trinity College Dublin (Irlanda).

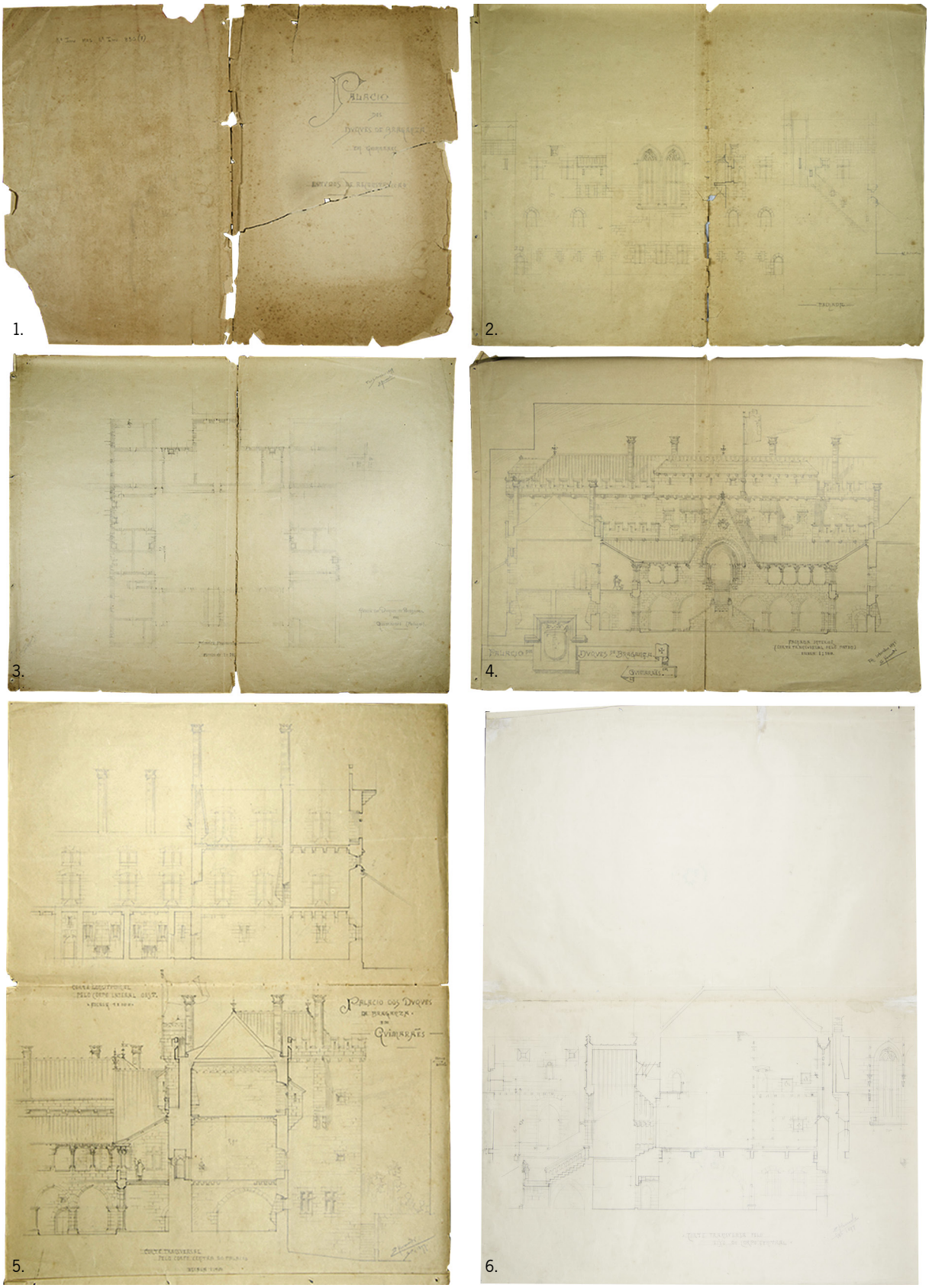
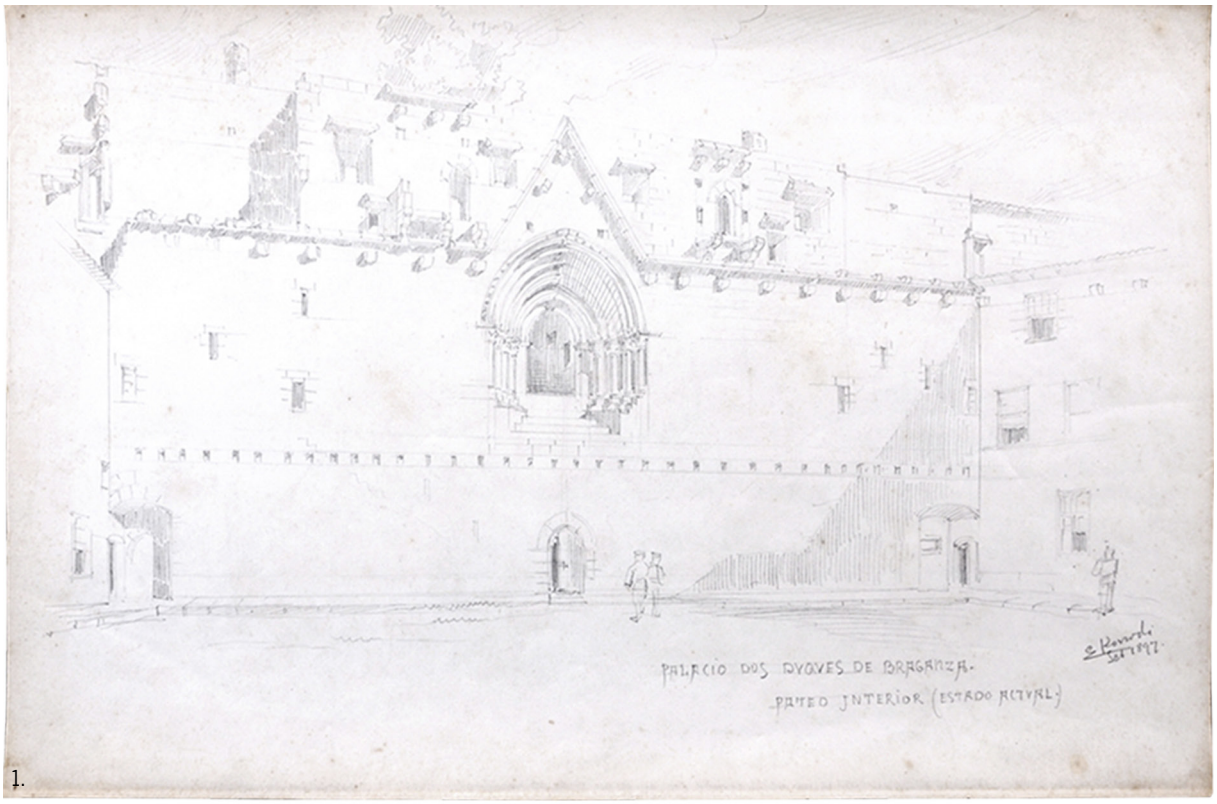


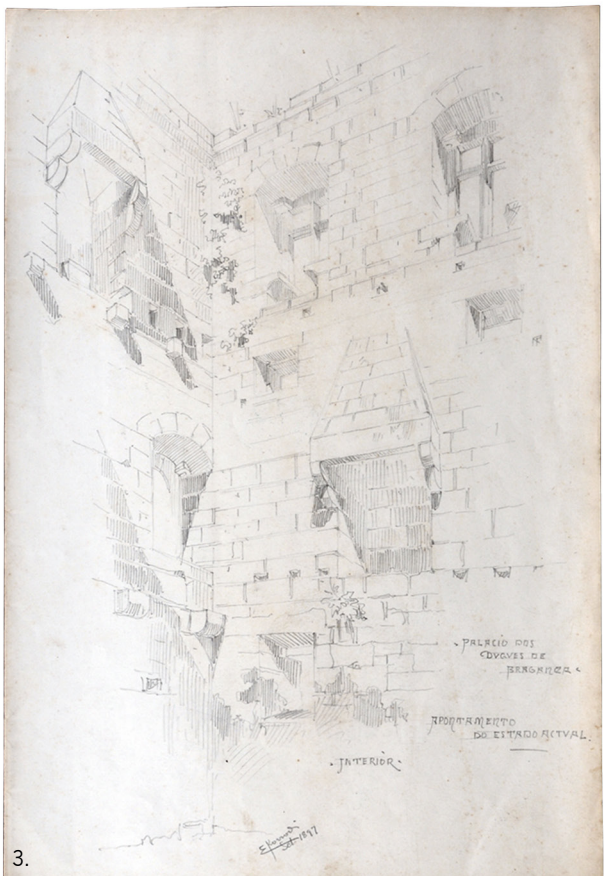
Fig. 42: “Palácio dos Duques de Braganza, em Guimarães. Estudos de Reconstrucção”, Ernesto Korrodi, 1897. 1. Capa; 2. “Fachada”; 3. “Primeiro Pavimento. Escala 1:200”; 4. “Fachada Interior (Corte Transversal pelo Pateo). Escala 1:100”; 5. “Corte Longitudinal pelo Corpo Lateral Oeste. Escala 1:100. Corte Transversal pelo Corpo Central do Palacio. Escala 1:100”; 6. “Corte Transversal pelo Eixo do Corpo Central”. Fonte: MAS.



1.



2.



3.

Fig. 43: "Palácio dos Duques de Braganza, em Guimarães. Estudos de Reconstrucção", Ernesto Korrodi, 1897. 1. "Palácio dos Duques de Braganza. Pateo Interior (Estado Actual)"; 2. "Palacio dos Duques de Braganza. Apontamento do Estado Actual Interior"; 3. "Palacio dos Duques de Braganza. Apontamento do Estado Actual Interior". Fonte: MAS.

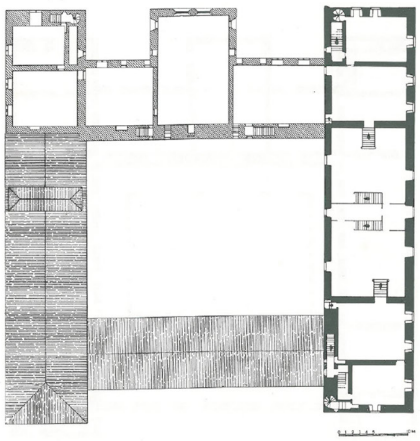
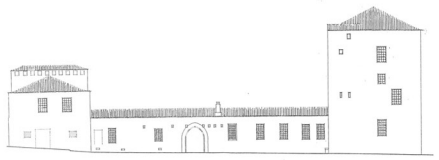
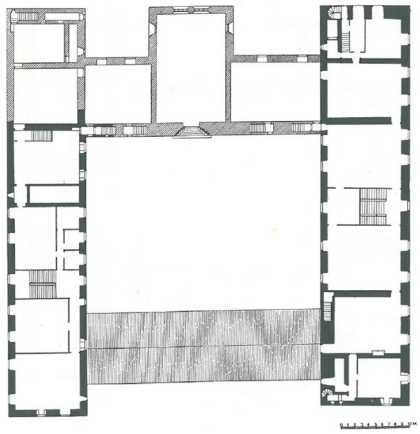


Fig. 6 — Paço dos Duques de Bragança — Guimarães — Planta do segundo andar antes das obras.

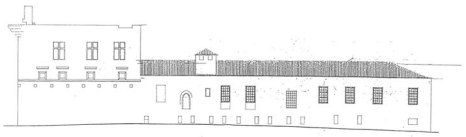
3.



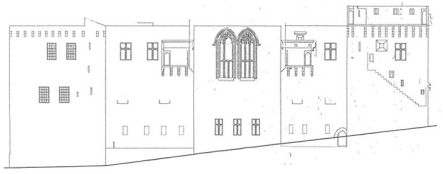
4.



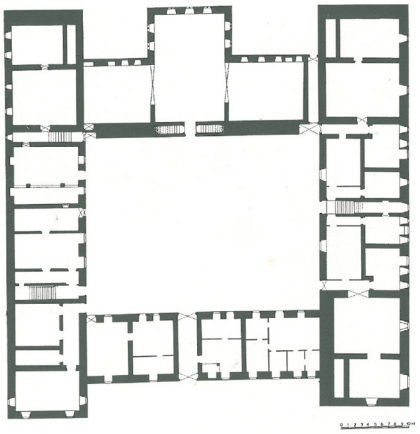
2.



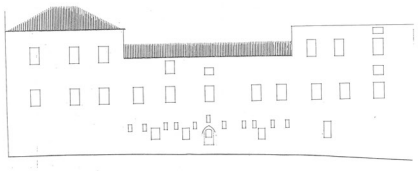
5.



6.



1.



7.

Fig. 44: Plantas e alçados do levantamento realizado pela DGEMN do antigo Paço dos Duques em c.1936. 1. Planta do rés-do-chão ; 2. Planta do 1.º andar; 3. Planta do 2.º andar; 4. Alçado Poente (principal); 5. Alçado Norte (esquerdo); 6. Alçado Nascente (posterior); 7. Alçado Sul (direito). Fonte: SIPA.

- I -

a família de Bragança e Guimarães

"Para além de Guimarães despede-se o Minho de horizontes abertos e colinas onduladas, serram-se os montes. Foram estas rotas linhas de conquista, de invasão, de razia; de produção e de trânsito de mercadorias; caminhos da arte, de mestres-construtores e de artífices; corredores de comunicação entre o Alto Douro, a sede da diocese primaz de Braga e o interior transmontano, e de estreita relação de afinidade com as terras adjacentes de Montelongo e de Basto" [248].

A escolha de Guimarães para residência do Conde de Borgonha, D. Henrique, associada ao controverso nascimento de D. Afonso Henriques nesta vila, contribuem para a difusão de Guimarães como berço da nação, um ideal recuperado no século XX pelo Estado Novo e profundamente disseminado, num aforismo que perdura até hoje. Nas palavras de José Ferrão Afonso et al. (2013), Guimarães adquiriu uma *"espessura mitológica sem par em Portugal, o que contribuirá, igualmente, para a criação de uma imagem de cidade muito forte"* [249]. A própria situação geográfica de Guimarães concorreu para o seu lugar de relevo no contexto do Entre-Douro-e-Minho, uma posição desde cedo compreendida e reconhecida. A morfologia urbana da vila, estabelecida na Idade Média, ter-se-á aliado necessariamente com os seus dois elementos caracterizadores: o mosteiro – situado aproximadamente onde hoje se localiza a Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira – e o Castelo, em função dos quais os povoados se organizaram. Surge assim a vila Baixa, junto ao complexo monástico, e a vila Alta ou do Castelo, que se desenvolve, aliás como o nome indica, à cota alta e em redor do Castelo. Esta separação do espaço urbano em duas vilas perdurará durante vários séculos. No início de *Quatrocentos*, D. João I ordena a reunificação de Guimarães através da demolição da muralha que dividia as vilas Alta e Baixa. Apesar da vila Alta ter perdido a sua autonomia e ter passado a integrar a vila Baixa, a divisão simbólica de Guimarães perpetuou-se.

É ainda durante o reinado de D. João I que a vila de Guimarães é novamente distinguida com favores régios. Torna-se um destino de peregrinação real[250] e uma vila particularmente importante no panorama português, cada vez mais consolidado geografica e socialmente, em torno da Dinastia de Avis. Importa contextualizar, sumariamente, a continuada significância histórica de Guimarães de modo a melhor compreender a sua importante associação à Casa de Bragança.

A relação da Casa de Barcelos – entendida como Casa de Bragança apenas a partir de 1442[251] – com Gui-

248. Afonso, José Ferrão et al. "Guimarães: ad radicem montis Latito". *Monumentos* 33 (2013): 6.

249. *Ibidem*, p. 6.

250. O Rei D. João I chega a Guimarães, ainda em 1386, logo após a vitória sobre Castela, e segue até à Igreja de Santa Maria da Oliveira. "E El-Rey partio pee terra pera Santa Maria de Guimaraaes, a que prometera dhijr. E nesta tornada moreo Alvaro Pereira, marichal da hoste, e deu el-Rey aquell offiçio a Alvaro Gomçallvez Camello, priol do Spitall.". Cf. Lopes, Fernão. *Crónica del Rei Dom João I da Boa Memória*, ed.: John Entwistle e Anselmo Braamcamp Freire, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1977, p. 180.

251. Como exposto em capítulo anterior.

marães inicia-se nos alvores do século XV. Agraciado com extensas doações aquando do seu casamento com D. Brites Pereira, filha do Condestável D. Nuno Álvares Pereira, em 1401, D. Afonso recebeu nos anos seguintes várias outras ofertas de seu pai, D. João I, que em muito contribuíram para a ampliação do seu património[252]. No correr do século XV, são várias as notícias da relação cada vez mais próxima entre esta família e a vila de Guimarães, potenciada por sucessivas doações e concessão de títulos nobiliárquicos [Tabela 1].

1449	Doação de D. Afonso V a D. Afonso de Bragança da vila de Guimarães, com jurisdição civil e crime e mero e misto império. Fonte: ANTT, MIST., L3, fl. 110V.
1460	Doação de D. Afonso V a D. Fernando I dos Castelos de Guimarães, Melgaço, Castro Laboreiro e Piconha. Fonte: Sousa, D. António Caetano de. "Tomo III" em *Provas...*,. doc n.º57, p. 563.
1461	Elevação de D. Fernando II a Conde de Guimarães. Fonte: Pina, Rui de. *Crónica de D. Afonso V,* p. 794.
1464	Doação de D. Afonso V a D. Fernando I dos Padroados da Igreja de Santa Maria da Oliveira, e demais igrejas e mosteiros da vila. Fonte: Sousa, D. António Caetano de. "Tomo III" em *Provas...,* doc n.º72, p. 605.
1475	Elevação de D. Fernando II, 3º Duque de Bragança, a Duque de Guimarães. Fonte: Pina, Rui de. *Crónica de D. Afonso V,* p. 794.

Tabela 1: Levantamento de doações régias e títulos concedidos aos membros da Casa de Bragança em relação a Guimarães.

A presença da família de Bragança em Guimarães foi relativamente constante até o final abrupto do ducado de D. Fernando II (1478-1483). Posteriormente, e com a fixação de D. Jaime em Vila Viçosa (c.1501), as notícias sobre Guimarães escasseiam até se tornarem virtualmente inexistentes durante os ducados de D. Teodósio I (1532-1563), D. João I (1563-1583) e D. Teodósio II (1583-1630). Ao que tudo indica, a ascensão do Duque de Bragança D. João II a Rei de Portugal em 1640 não alterou particularmente a relação da sua Casa com a vila de Guimarães. Cada vez mais distantes do antigo paço, que assim se terá descurado, foi por instância da Câmara vimaranense que pontuais obras de consolidação foram executadas de modo a preservar, dentro do possível, o edifício então tido como a *"(...) obra mais notavel que nesta villa vesita toda pessoa grande que vem a ella e faltando ficava esta villa sem esta mayor honra (...)"* [253].

Contudo, a forte relação dos Bragança com Guimarães traduz-se ainda durante o século XV – período da fundação e consolidação desta Casa – pela sua ação mecenática e construtiva que se estendeu visivelmente para lá do paço ducal. A D. Afonso e D. Constança são atribuídas obras na Igreja de S. Francisco [Fig. 45.1], iniciada por D. João I em 1400[254]. O brasão de armas da Casa de Bragança terá sido aposto no fecho da abóboda da capela-mor e a cabeceira datará de c.1461[255], ano em que D. Constança veste o

252. Em 1409, D. Afonso recebe "(...) o lugar de Fão de juro e herdade, com todas suas rendas, direitos, e jurisdições, mero e mixto Império; declarando, que, não embargava, que a dita jurisdição fosse de Guimarães, e do seu termo ao Julgado de Faria." Cf. Sousa, D. António Caetano de. "Tomo VI" em *História Genealógica da Casa Real Portuguesa.* Lisboa: QuidNovi/ Público, Academia Portuguesa de História, 2007, p. 15. Vários autores (Cunha, 1990; Silva, 1995; Brito, 2003) entendem que é a partir deste momento que Guimarães fica sob domínio da Casa de Barcelos.

253. "Assento feito com a nobreza e povo sobre a pedra dos Passos desta villa", AMAP, Atas de vereação. p. 126-128v. doc. 213, 1666. Transcrição de Maria José Meireles.

254. Na esteira das várias intervenções de cariz militar encetadas por D. Dinis em Guimarães, em 1325 terá sido ordenada a demolição do Convento de S. Francisco por se encontrar demasiado próximo da muralha, o que poderia revelar-se prejudicial à defesa da vila. Cf. http://www.monumentos.gov.pt/ (consultado a 22-12-2020).

255. Dias, Pedro. *A Arquitectura Gótica em Portugal.* Lisboa: Editorial Estampa, 1994, p. 132.

hábito franciscano. A grande proximidade entre D. Constança e a Ordem de S. Francisco revela-se ainda pela sua vontade expressa em ser sepultada nesta igreja – o cronista seiscentista da ordem franciscana, Frei Manuel Esperança, dedica aliás à Duquesa de Bragança um capítulo na sua obra[256]. As intervenções dos Duques de Bragança a favor dos frades franciscanos interligam-se também com questões de carácter urbanístico. A par da construção da Torre dos Cães na muralha da vila durante o reinado de D. João I, os duques terão patrocinado o abastecimento de água ao convento de S. Francisco através da construção de uma arca [Fig. 45.2], localizada junto a esta torre e encimada pelo brasão dos Bragança[257]. Não é conhecida a data da destruição deste equipamento, mas, tendo em consideração que é incluído no retrato exaustivo da cidade realizado por Pe. Torquato Peixoto de Azevedo (1692), mas não no estudo do Pe. António Ferreira Caldas (1881), supomos que o seu desaparecimento se situará neste intervalo temporal. A par destas intervenções, é também atribuída a D. Constança de Noronha – provavelmente após a morte do marido em 1461 – a fundação de um oratório junto à muralha de Guimarães de nome Santa Vera Cruz[258] [Fig. 45.3]. No nosso entendimento, é provável que este oratório ocupasse sensivelmente o mesmo lugar da atual Capela de Santa Cruz[259] localizada, igualmente, junto à cerca defensiva, muito próxima do paço ducal e de um outro equipamento patrocinado por D. Constança, a Fonte da Duquesa[260] [Fig. 45.4]. A par das obras encetadas por D. Constança – e, provavelmente, em paralelo com a continuação do grande estaleiro do Paço dos Duques –, também D. Fernando II, futuro 3.º Duque de Bragança, terá patrocinado intervenções em vários edifícios da vila ainda antes da sua ascensão a chefe da Casa de Bragança. Como referido anteriormente, D. Fernando II é elevado a Conde de Guimarães em 1461 e a Duque de Guimarães em 1475, ainda em vida de seu pai D. Fernando I, 2.º Duque de Bragança (1403-1478). A proximidade de D. Fernando II à vila parece confirmada pelas sucessivas doações que lhe são efetuadas por D. Afonso V do Castelo e Alcaidaria (1460), do Padroado da Igreja de Santa Maria da Oliveira, das restantes igrejas e mosteiros de Guimarães (1464); o facto do próprio casamento em segundas núpcias de D. Fernando II com D. Isabel de Viseu em 1472 ter tido lugar no paço ducal – D. António Caetano de Sousa transcreve um documento que o demonstra[261] – e da redação do seu cartulário[262] em 1479 ter sido feita, igualmente, em Guimarães[263] corrobora a relação próxima que D. Fernando II mantinha com a vila,

256. Esperança, Frei Manuel da. *Op. Cit.*, 1656, p. 179-181.

257. Azevedo, Pe. Torquato Peixoto de. *Memórias Ressuscitadas da Antiga Guimarães.* Porto: Typographia da Revista, 1845, p. 316.

258. Chancelaria de D. Afonso V, L.13, §2, fl. 141.

259. A Capela de Santa Cruz terá sido construída em 1639 (Azevedo, 1692), mas já aparece representada com este mesmo nome na planta quinhentista "De Guimarães". Contudo, a capela desenhada neste mapa não obedece à sua dimensão ou localização atuais. Posto isto, e em subcapítulo subsequente, abordaremos a hipótese de esta ser uma representação tardia do oratório Santa Vera Cruz, provavelmente relacionado com a Capela de Santa Cruz seiscentista.

260. "Sahindo pela porta da Froeira para a ermida de Santa Cruz, se esconde por detraz della a fonte da Duqueza, a qual corre junto da terra; tinha o nome de Duqueza , por nascer á vista de seu palácio, e hoje se intitula a Fonte de Santa Cruz." Cf. Azevedo, Pe. Torquato Peixoto de. *Op. Cit.*, 1845, p. 503.

261. "Saibam quantos este strumento de firmidom e de arras e dote de Cazamento virem que no anno do nacimento de Nosso Senhor Jesu Christo mil quatrocentos setenta e dous annos dezanove dias do mes de Setembro de Guimaraães dentro nos Passos do muito Illustre e mui poderozo Senhor D. Fernando Duque da dita Villa estando elle dito senhor hii e a muito Poderoza Senhora D. Izabel Duqueza da dita Villa (...)". Cf. Sousa, D. António Caetano de. "Tomo III" em *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa.* Lisboa: Regia Officina Sylviana da Academia Real, 1744, doc nº 76, p. 616

262. Cartulário: Do latim "chartulariu", "registo de documentos antigos", refere-se a um registo dos títulos de uma corporação ou igreja. Fonte: https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/cartul%C3%A1rio (consultado a 20-04-2020).

263. Páscoa, Marta. *O Códice 702. Um cartulário de D. Jaime de Bragança.* Lisboa: Fundação Casa de Bragança, 2015 p. 19.

não sendo contudo claro se alguma vez terá habitado o paço[264]. Com base na sistematização apresentada, consideramos que não deve descartar-se a possibilidade de o 3.º Duque de Bragança ter patrocinado intervenções nas várias propriedades que lhe estariam afetas, nomeadamente no Castelo – sob sua alçada a partir de 1460 –, as igrejas e mosteiros – a partir de 1464 – e, finalmente, no Paço dos Duques de Bragança – após o falecimento de seu pai em 1478. Mário Tavares Chicó (1956) estabelece uma relação formal entre as janelas do corpo Nascente do Paço e a arquitectura da Igreja de Nossa Senhora da Oliveira[265], o que pode sugerir a circulação de mestres e canteiros entre os vários estaleiros afetos à Casa de Bragança[266] em Guimarães. Refletindo sobre esta circulação, não será de descurar, ainda, as obras de ampliação do modesto Paço dos Condes de Barcelos atribuídas ao Duque D. Fernando (II)[267] e que decorreriam sensivelmente até ao ano da sua morte (1483). Será que a construção do Paço do Alcaide no Castelo de Guimarães [Fig. 45.5] – situada por Mário Jorge Barroca (1996) no século XV[268] – poderia também ser atribuída, pelo menos em parte, à ação mecenática do Duque D. Fernando II? Tendo em consideração os vários estaleiros que decorreriam simultaneamente em Guimarães e a comprovada proximidade de D. Fernando II à ainda sede do ducado dos Bragança, é de facto plausível que o 1.º Duque de Guimarães e 3.º Duque de Bragança, tivesse ordenado e continuado algumas, senão a totalidade, das obras iniciadas pelos seus antecessores.

Nesse sentido, importa sublinhar que a relação da Casa de Bragança com Guimarães durante o século XV ultrapassa a construção do Paço dos Duques, associando-se a uma extensa obra mecenática de cariz arquitectónico – com especial enfoque na Igreja de S. Francisco e, possivelmente, na Capela de Santa Cruz, Igreja de Nossa Senhora da Oliveira e Paço do Alcaide – mas também urbanístico, através da construção da Fonte da Duquesa no burgo de Santa Cruz e da arca, junto da Torre dos Cães, que garantiriam o abastecimento de água. É interessante retomar o tema da construção do paço ducal – numa situação topográfica de domínio sobre a vila – que decorria a par com as melhorias urbanas financiadas pela Casa de Bragança, numa ação concertada de afirmação do controlo senhorial que exerciam sobre a vila, a par do papel de protetor que naturalmente assumiriam.

Como percebemos a partir da análise comparada das intervenções associadas à Casa de Bragança durante este período [Fig. 45], a sua ação mecenática estendeu-se um pouco por toda a vila intramuros e, por conseguinte, consideramos igualmente pertinente assinalar a atenção despendida com os arrabaldes, nomeadamente no burgo de Santa Cruz, perto do Paço dos Duques e da vila Alta, e nas imediações do Convento de S. Francisco, à cota baixa e junto à ribeira de Couros.

---

264. Tendo em conta que a Duquesa de Bragança D. Constança vive no paço ducal em Guimarães até à sua morte, em 1480, e que o Duque D. Fernando II virá a falecer apenas três anos depois, consideramos pouco provável que este tenha alguma vez habitado em permanência na vila de Guimarães.

265. "A obra de João Garcia de Toledo na Senhora da Oliveira e as amplas janelas maineladas do Paço dos Duques, de Guimarães, são por isso casos especias (...)". Cf. Chicó, Mário Tavares. *A Arquitectura Gótica em Portugal.* Lisboa: Livros Horizonte, 2005, p. 96. Publicado originalmente em 1956.

266. Brito, Maria Mónica. *Op. Cit.*, 2003, p. 34-35.

267. Barroca, Mário Jorge. *Op. Cit.*, 1998, p. 78.

268. Barroca, Mário Jorge. "O Castelo de Guimarães". *Patrimonia: Identidade*, Ciências Sociais e Fruição Cultural 1 (1996): 17-28.

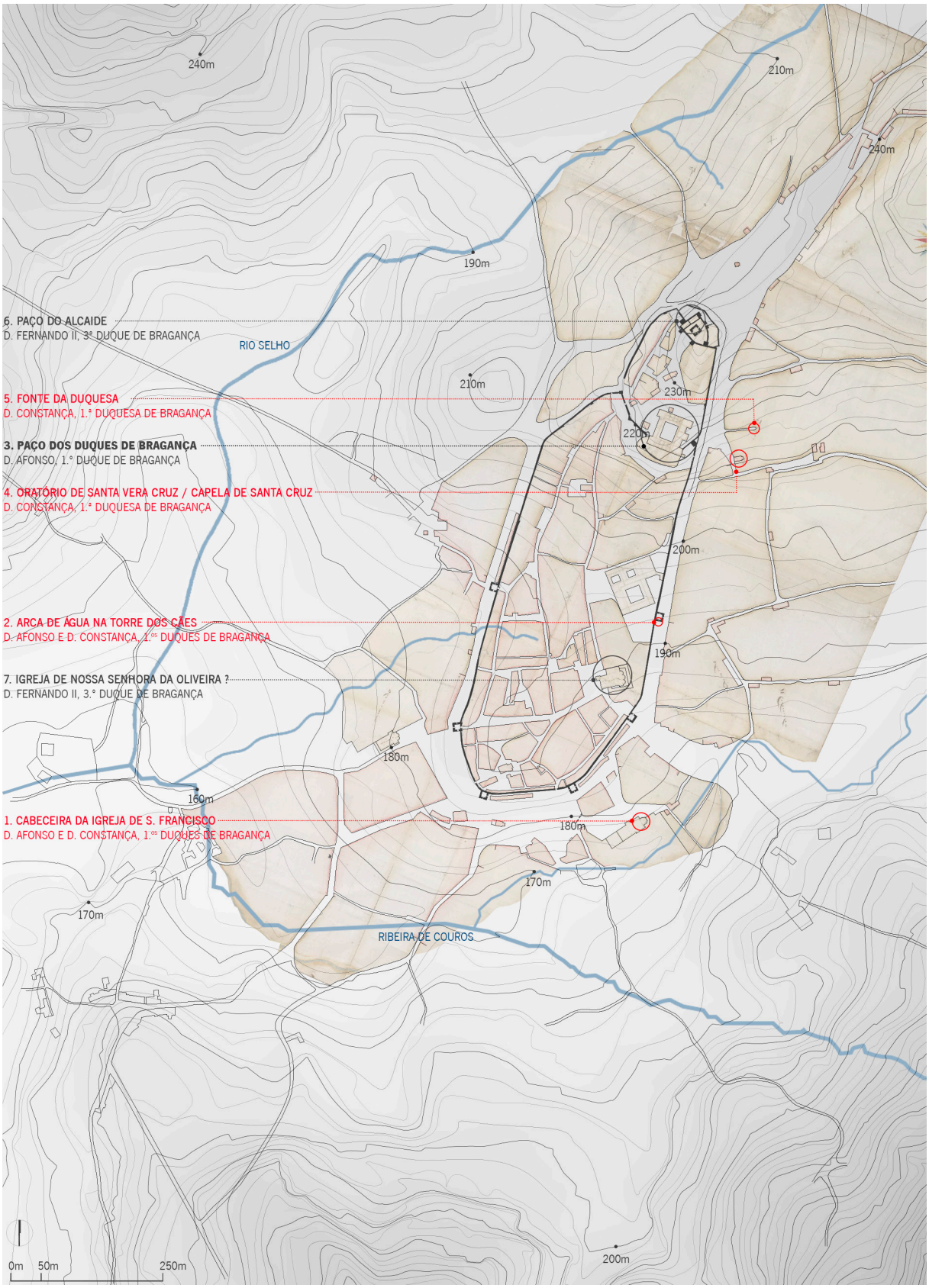


Fig. 45: Localização das obras atribuídas à Casa de Bragança durante o século XV e a sua relação com a morfologia urbana sobre planta de Guimarães (s.a., c.1562-70; Cardoso, 1922) e levantamento topográfico municipal (CMG, 2003) com representação do sistema defensivo (s.a., c.1562-70). 1, 2, 3. Atribuídas a D. Afonso e D. Constança (c.1420-1461); 4, 5. Atribuídas a D. Constança (c.1461-1480); 6, 7. Possivelmente relacionadas com D. Fernando II (1478-1483). ILG, 2020.

A viragem de século trouxe várias mudanças no paradigma da Casa de Bragança. Com a fixação de D.Jaime em Vila Viçosa e o início da construção do novo Paço dos Duques (c.1501), as propriedades no Entre-Douro-e-Minho passam a ocupar um plano claramente secundário, em detrimento de uma deslocação para Sul. Não estando completamente fora da órbita de D. Jaime – sendo que a continuada relevância do ducado de Guimarães para a Casa de Bragança é conhecida[269] – as ações que terá patrocinado na vila são escassas. A par da provável continuação das obras no Paço dos Duques[270], é conhecida apenas a cedência que faz do Mosteiro de Santa Marinha da Costa, na encosta de Guimarães, à Ordem de S. Jerónimo em 1526[271]. É relevante atentar que D. Jaime seria um homem profundamente religioso e se, enquanto jovem adulto, era particularmente próximo dos franciscanos, no final da sua vida seria mais afeto aos jerónimos[272].

A morte de D. Jaime em 1532 deixa por resolver uma aliança de suma importância, que passaria então a ser responsabilidade do Duque D. Teodósio I: o casamento de D. Isabel de Bragança, filha de D. Jaime e da sua primeira esposa, D. Leonor, com o Infante D. Duarte (I), o filho mais novo do Rei D. Manuel e irmão de D. João III. Marta Páscoa (2015) analisa em detalhe a vida do 4.º Duque de Bragança e expõe claramente a vontade de D. Jaime em casar D. Isabel condignamente sem, contudo, arruinar a sua Casa[273]. Apesar de, no início do reinado de D. João III – cuja relação com o Duque de Bragança seria muito diferente da que D. Jaime teria gozado com D. Manuel –, terem sido colocado novos embaraços ao consórcio, os esposórios de D. Isabel de Bragança com o Infante D. Duarte (I) são celebrados com grande pompa no paço ducal em Vila Viçosa em 1536. No entanto, o que D. Jaime tentou afincadamente evitar acabou por acontecer, e D. Teodósio acordou em doar à sua irmã o ducado de Guimarães – com a vila, seus direitos, rendas, senhorios, jurisdições, o castelo e a alcaidaria – como dote de casamento. Guimarães abandona a esfera de influência da Casa de Bragança em meados do século XVI retornando, porém, à posse do Duque de Bragança após a morte de D. Duarte (II) – filho de D. Isabel e D. Duarte (I) – sem herdeiros em 1576. Do período em que os Duques de Guimarães terão vivido nesta vila (1536-1576), é conhecida a visita do Infante D. Luís, irmão de D. Duarte, e sua hospedagem no paço em 1548.

"Ficou na salla grande dos Paços, aonde seou, e nella tinha jantado, aquelle mesmo dia, aonde todos os homens fidalgos e honrados da villa lhe mandarão sos presentes, que muito agradeçeo; e depois de sear, se pos en huma janella, e olhando para a villa (...), disse o dito Infante para todos as seguintes palavras. - Se quem te deó te vira, não te dera" [274].

---

269. Páscoa, Marta. *Op. Cit.*, 2015, p. 47-48.

270. Vários autores (Azevedo, 1942; Vieira da Silva, 1995) atribuem a D. Jaime o coroamento do paço com merlões.

271. Azevedo, Pe. Torquato Peixoto de. *Op. Cit.*, pp.356-357. Os motivos que levaram D. Jaime a ceder o Mosteiro à Ordem de S. Jerónimo expulsando, por conseguinte, os frades agostinhos que o habitavam, são expostos em artigo da *Revista de Guimarães*, 1910, "Memoria das notícias pertencentes a este Mosteiro de Santa Marinha da Costa tiradas do seu cartorio pelo R.mo P. M. D.or Fr. Christovão da Crus, Monje de S. Jeronimo, Lente de Prima, e Vice Reitor da Universidade de Coimbra".

272. A afinidade de D. Jaime pela Ordem de S. Jerónimo é comprovada pela vontade expressa em testamento da sua intenção em edificar um novo mosteiro para esta ordem em Bencatel. Cf. Páscoa, Marta. *Op. Cit.*, 2015, p. 31.

273. "(...) que eu não havia de dar a minha filha cousa que me ouvesse de desfazer nem destruir, porque eu lhe disse logo, que eu queria ainda môr bem a mim que a meus filhos, e após mim a minha casa mais que a elles (...). Cf. *Ibidem*, p. 47.

274. Craesbeeck, Francisco Xavier da Serra. *Memórias ressuscitadas da província de Entre-Douro-e-Minho no ano 1726*. Ponte de Lima: Carvalhos de Basto, 1992, p. 135-136.

Importa também referir que D. João III enviou para Guimarães D. Duarte (1521-1543), seu filho natural, e D. António (1531-1595) – posteriormente, Prior do Crato e uma figura de relevo durante a crise de sucessão de 1580 –, filho natural de seu irmão, o Infante D. Luís, de modo a seguirem estudos no Colégio de S. Jerónimo, fundado por si no Mosteiro de Santa Marinha da Costa. A importância do mosteiro que traz até Guimarães vários estudiosos e filhos da mais alta hierarquia portuguesa – restaurada na sequência da intervenção de D. Jaime, que viu a expulsão dos frades agostinhos, tidos como pouco piedosos, e entregou o Mosteiro à Ordem de S. Jerónimo[275] – é comprovada com a concessão de um alvará por D. João III, em 1541, no qual se prevê a atribuição dos graus de licenciado, bacharel e doutor em artes, pelo Colégio na Costa, equiparados aos da Universidade de Coimbra[276]. Apesar da atenção da Casa de Bragança – e da corte – se ter voltado gradualmente para a região do Alentejo, a importância da vila continua a ser reconhecida ao mais alto nível durante o século XVI.

Ainda de Quinhentos, conhecemos a seguinte indicação de Gaspar Estaço: *"E seu filho natural Dom Affonso Conde de Ourem, e de Barcellos, e depois primeiro Duque de Bragança, genro de Dom Nuno Alvares Pereira, fez aquelle sumptuoso edifício,* ***que hoje esta meyo arruinado,*** *que chamaõ Paços do Duque"* [277]. Apesar de a sabermos situada no século XVI, visto que Gaspar Estaço vem a falecer em 1574, não conseguimos precisar em que ano terá verificado o estado de ruína do paço ducal.

Após o regresso de Guimarães à esfera de influência da Casa de Bragança – já no século XVII – o Pe. António Ferreira Caldas (1881) apresenta a possibilidade do casamento do Duque D. Teodósio II (1568-1630) com D. Ana de Velasco em 1603 se ter realizado neste paço e transcreve uma suposta descrição da festa[278]. No entanto, consideramos pouco provável que a cerimónia se tenha realizado nesta vila, dado o gradual afastamento da Casa Ducal de Guimarães, e tendo em conta que o paço em Vila Viçosa, a sede dos Duques de Bragança desde o início da centúria anterior, seria, neste período, muito mais grandioso e enobrecido do que o paço vimaranense – que então poderia já encontrar-se em processo de decadência, fruto do desinteresse progressivo por parte da Casa de Bragança. Uma eventual situação de abandono desta moradia torna-se ainda mais plausível quando consideramos que, em 1611, as freiras clarissas pediram autorização ao rei D. Filipe II para utilizarem "*pedra do muro que estava junto dos Paços"* [279] nas obras do seu mosteiro.

A restauração da independência e a ascensão do Duque de Bragança D. João II ao trono português, sob o nome de D. João IV, viu aprofundar o afastamento da agora Casa Real de Guimarães, e o consequente abandono do seu paço. A comprová-lo, é autorizada aos frades capuchos a utilização da pedra deste edi-

275. "Convento da Costa". *Revista de Guimarães* 27 (jan.-mar. 1910): 30-43.

276. "Convento da Costa". *Revista de Guimarães* 27 (jul.-dez. 1910): 156.

277. Estaço, Gaspar. *Várias antiguidades de Portugal. E dado novamente à luz por Luiz de Moraes, mercador de livros, morador á Praça da Palha, e á sua custa impresso.* Lisboa: Na Offic. Dos Herd, de Antonio Pedrozo Galraõ, 1754. (https://archive.org/stream/variasantiguidad01esta?ref=ol, consultado em 22-04-2022), p. 213-214, com sublinhado nosso.

278. Caldas, Pe. António José Ferreira. *Guimarães. Apontamentos para a sua História.* Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães/ Sociedade Martins Sarmento, 1996, p. 414-418.

279. Azevedo, Rogério de. *Op. Cit.*, 1942, p. 111-112.

fício nas obras do Convento de Santo António de tal forma que só restassem os muros exteriores[280]. E tal destruição só foi evitada porque em 1666 a Câmara apresenta um requerimento para que se contrariasse a provisão real concedida aos capuchos, de forma a que se preservasse o edifício do Paço dos Duques[281]. Esta pronta reação ao desmantelamento do paço é especialmente interessante, porque revela a importância simbólica que o edifício mantinha na sociedade local, apesar da sua decadência física. Corroborando-o, várias ações encetadas pela Câmara de Guimarães nos anos seguintes parecem demonstrar um cuidado e uma vontade de preservar o edifício. Nesse sentido, são ordenadas vistorias e autos de levantamento[282], tendo a Câmara inclusivamente contratado um mestre pedreiro, de modo a garantir o fecho das portas e vãos. Ainda assim, o paço terá sido alvo de vários desmontes parciais e Rogério de Azevedo (1942) aponta para o facto de, posteriormente à Restauração da Independência, várias igrejas terem sido edificadas utilizando, provavelmente, a pedra das muralhas e do próprio Paço – sendo que os frades capuchos podem ter sido quem mais dela usufrui, dada a inclinação da Casa de Bragança pela Província da Piedade, referida igualmente por este autor[283].

Pelo menos parte do antigo palácio terá sido utilizado como armazém da Casa das Rainhas durante os séculos que seguiram a Restauração da Independência – uma vontade utilitarista começou, gradualmente, a sobrepor-se ao valor histórico e arquitectónico do paço ducal e, em 1790, é pela primeira vez sugerido o seu aquartelamento[284]. Este entendimento do edifício – simultaneamente em profundo estado de abandono e com uma ocupação parcial prosaica e pragmática – perdurou até finais do primeiro quartel do século XX, quando o Estado Novo o redescobriu como possível instrumento político particularmente impactante à afirmação de uma retórica nacionalista, consolidada através da extensa ação da DGEMN [Fig. 46]. De modo a melhor compreender e contextualizar, a trajetória deste edifício desde o século XV e a sua consequente evolução arquitetónica, alicerçada nas diversas funções que albergou, apresentamos uma breve síntese da história do Paço dos Duques em Guimarães [Tabela 2], onde se cruzam momentos chave da conformação e consolidação da família de Bragança com os registos históricos associados ao palácio. Uma leitura sistemática da cronologia associada ao Paço dos Duques permite um entendimento mais claro do seu extenso processo de transformação.

280. *Ibidem*, p. 112-113.

281. "Assento feito com a nobreza e povo sobre a pedra dos Passos desta villa", 1666. AMAP, Atas de vereação. p. 126-128v. doc. 213, 1666. Transcrição de Maria José Meireles.

282. Conforme registos documentais que integram o arquivo da Colegiada de Guimarães, foi executada uma vistoria do edifício em 1666 e um auto de medição em 1762 por ordem da Câmara.

283. O autor refere que é provável que algumas das igrejas fundadas em Guimarães neste período tenham recorrido à pedra paçã, nomeadamente a Igreja e Hospital de S. Dâmaso (1641), a Capela das Chagas de Cristo (1678), o Convento de Santa Rosa de Religiosos de S. Domingos (1680), o Mosteiro de Santa Isabel (1681), entre outros. Cf. Azevedo, Rogério de. *Op. Cit.*, 1942, p. 113-114.

284. Foi José Diogo Mascarenhas, Corregedor de Guimarães, quem primeiro sugeriu a remodelação do Paço com vista ao seu aquartelamento. Cf. Brito, Maria Mónica. *Op. Cit.*, 2003, p. 43.

	século XV
c.1409	Viagem de D. Afonso pela Europa a caminho de Jerusalém.
1415	Tomada de Ceuta.
1420	Casamento de D. Afonso e de D. Constança de Noronha. Início provável da construção do paço.
1424	Presença do vedor das obras do Conde de Barcelos em Guimarães.
1428	Primeiro documento público assinado por D. Afonso neste paço. Data provável do início da sua ocupação.
1442	Elevação dos Condes de Barcelos a Duques de Bragança. Visita de D. Pedro e de D. Afonso V a Guimarães.
1461	Falecimento do Duque D. Afonso e início do ducado de D. Fernando I.
1461-78	A presença de vãos de mitra no torreão direito e no piso superior à capela sugere uma nova intervenção, provavelmente a par com a do paço em Barcelos, situada durante o ducado de D. Fernando I.
1461-80	D. Constança utiliza o Paço como hospital e hospício para os pobres.
1462	D. Afonso V pernoita em Guimarães.
1462	São lavradas no paço as escrituras de casamento de D. João, filho do Duque D. Fernando, com D. Isabel de Noronha, sobrinha de D. Constança.
1472	Casamento de D. Fernando (II) com D. Isabel de Viseu no paço em Guimarães.
1475	D. Afonso V pernoita em Guimarães. (Ter-se-á hospedado no paço?)
1478	Falecimento do Duque D. Fernando I e início do ducado de D. Fernando II.
1479	Cartulário de D. Fernando II redigido em Guimarães na presença do Duque.
1480	Falecimento de D. Constança em Guimarães.
1483	Execução do Duque D. Fernando II em Évora e dissolução da Casa de Bragança. A família sobrevivente é exilada em Castela.
1490	D. João II terá contratado um carpinteiro para as obras do seu paço em Guimarães.
1496	Regresso de D. Jaime a Portugal e restituição de todas as posses e privilégios da Casa de Bragança.
	século XVI
1531	São reportados os primeiros danos na pedra da barbacã do Castelo.
1531	Primeiro registo escrito que, na cerca velha do Castelo, se encontram os paços do Duque.
1500-32	A descoberta de um merlão, atribuído ao período do ducado de D. Jaime, coloca em hipótese a sua intervenção no paço.
1532	Falecimento do Duque D. Jaime e início do ducado de D. Teodósio I.
1536	Doação da vila e ducado de Guimarães a D. Isabel de Bragança e ao Infante D. Duarte, por D. Teodósio I.
1540	Falecimento do Duque de Guimarães D. Duarte e início do ducado de seu filho, D. Duarte II.
1548	O Infante D. Luís hospeda-se no paço.
1563	Falecimento do Duque D. Teodósio I e início do ducado de D. João I.
1574?	O cónego Gaspar Estaço refere-se ao Paço dos Duques como estando parcialmente arruinado.
1576	Falecimento do Duque D. Duarte II sem descendência e retorno do ducado de Guimarães á Casa de Bragança.
1583	Falecimento do Duque D. João I e início do ducado de D. Teodósio II.
	século XVII
1611	As freiras clarissas pedem autorização para utilizarem pedra da cerca do paço nas obras do seu mosteiro.
1630	Falecimento do Duque D. Teodósio II e início do ducado de D. João II.
1640	Ascensão do Duque D. João II a Rei de Portugal e início da Dinastia de Bragança.
1640	O antigo paço ducal é propriedade da Casa das Rainhas e parte do edifício passa a ser utilizado como armazém e celeiro.
1662	Os frades capuchos começam a retirar pedra do paço para a reutilizar em outros edifícios.

1666	Requerimento feito à Câmara de Guimarães para que fosse contrariada a provisão real que autorizava os frades capuchos a utilizarem pedra das paredes interiores do Paço para a construção do Convento de Santo António dos Capuchos. Como consequência, a Câmara ordena uma vistoria para avaliação das obras necessárias para a conservação do antigo paço ducal.
1672	A Câmara terá encomendado a um mestre de pedraria que fechasse com pedra e cal as portas e janelas de modo a selar o edifício.
c.1682	Data provável para a execução das obras de adaptação do paço em celeiro da Casa das Rainhas.
	século XVIII
1706	O antigo palácio estaria por terminar.
1762	Executado um auto de medição do Paço e terrenos confrontantes.
1790	José Diogo Mascarenhas, Corregedor de Guimarães, sugere pela primeira vez a remodelação do paço com vista ao seu aquartelamento.
	século XIX
1807	Presença de vários regimentos militares em quartéis provisórios dispersos pela vila de Guimarães.
1816	Realizada a primeira planta que retrata o estado do edifício à data. Início provável das obras de aquartelamento.
1819	Data provável do fim das obras no paço.
1823	O Regimento de Infantaria n.º15 já estaria a ocupar o Paço da Rainha, também denominado "novo quartel".
1834	Extinção das ordens religiosas e, consequentemente, da Casa das Rainhas. O armazém que se encontrava no paço passa a integrar o quartel.
1867-70	Novo ciclo de intervenções no âmbito do aquartelamento do paço.
1881	O Paço dos Duques é considerado "Monumento Histórico de Segunda Classe" pela Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes.
1897	O projecto de Ernesto Korrodi prevê o restauro integral do antigo Palácio dos Duques de Bragança.
	século XX
1910	Implantação da República. Classificação do Paço dos Duques como Monumento Nacional.
1933	Durante uma visita a Guimarães, Salazar compromete-se com o restauro do paço ducal. É assinado o "Auto de entrega" do edifício e do Castelo pelo Ministério da Guerra ao Ministério da Educação Nacional.
1935	O Depósito do Regimento de Infantaria n.º 8 abandona o antigo palácio.
1936	Apresentação do projecto de restauro da DGEMN, assinado pelo arq. Rogério de Azevedo.
1938	Início dos trabalhos mais urgentes de limpeza e consolidação do edifício.
1940	Rogério de Azevedo abandona a DGEMN e a direção de obra. É substituído pelo arq. Joaquim Areal.
1945	Joaquim Areal abandona a direção de obra e é substituído pelo arq. Humberto Reis.
1946	Início do processo de expropriações em áreas próximas à atual praça da Mumadona, na sequência do projecto de arranjos exteriores do *Monte Latito*, assinado pelo arq. Luís Benavente.
1947	Humberto Reis abandona a direção de obra e é substituído pelo arq. Alberto Silva Bessa.
1951	"Estudo do Arranjo da Zona de Protecção do Castelo, Igreja de S. Miguel e Paço dos Duques de Bragança, em Guimarães", projetado pelo arq. Alberto Silva Bessa, o arq. paisagista Ilídio de Araújo e o eng. Fernando Bonito.
1959	Inauguração do Museu do Paço dos Duques de Bragança em Guimarães.
1963	Ainda decorriam, neste ano, concursos para obras complementares no edifício do Paço dos Duques e que incidiam sobre elementos do restauro já deteriorados.

Tabela 2: Breve síntese da história do paço ducal em Guimarães com cruzamento da cronologia da Casa de Bragança.

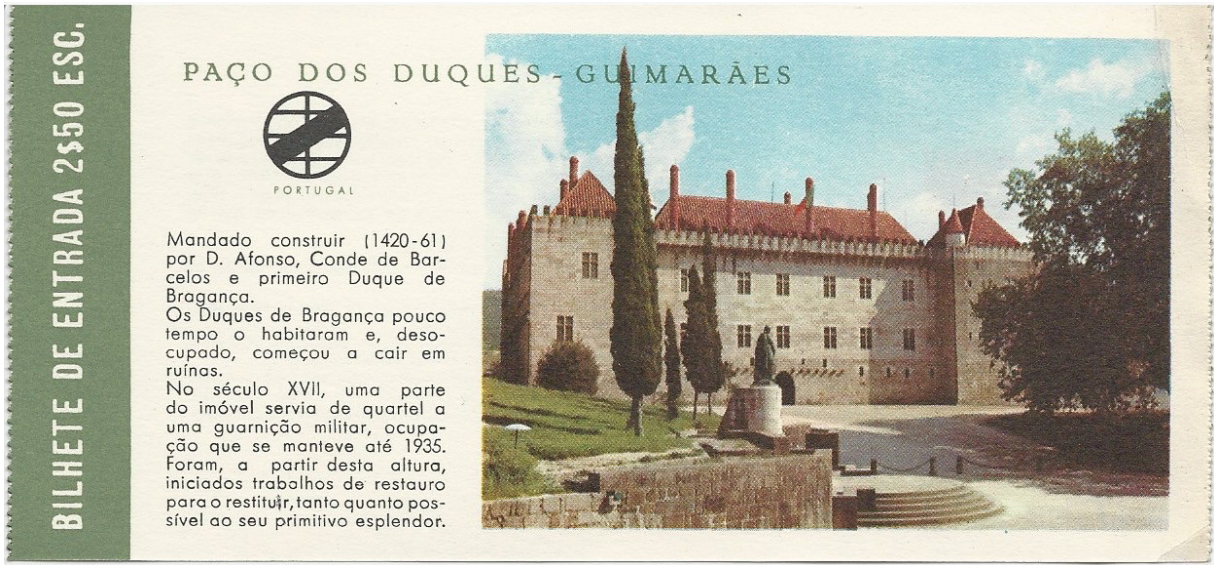


Fig. 46: Bilhete de entrada no Museu do Paço dos Duques de Bragança, 1972.

2.2.1
a pertinência de uma construção *ex novo*

A construção do Paço dos Condes de Barcelos, na sede do condado, é situada por Mário Jorge Barroca (1998) em c.1410 sendo que, à época, a vila de Chaves seria ainda a morada principal de D. Afonso e sua primeira esposa, D. Beatriz. Assim, no início do século XV, os Condes de Barcelos seriam senhores de duas casas relativamente próximas na região do Entre-Douro-e-Minho – Chaves e Barcelos. É ainda durante este período que se supõe que Guimarães passa a integrar o património da Casa de Barcelos.
D. Afonso seria viúvo há mais de uma décuada quando, em 1420, é acordado o seu enlace em segundas núpcias com D. Constança de Noronha. As premissas estabelecidas neste contrato de casamento têm vindo a ser associadas à construção do Paço dos Duques em Guimarães – que se pensa ter sido iniciada nos anos sucedâneos (c.1420-1422) – por vários autores, desde Rogério de Azevedo (1942) até estudiosos contemporâneos, como José Custódio Vieira da Silva (1995), Mónica Brito (2003), Isabel Maria Fernandes (2010).

Importa ressalvar alguns documentos transcritos por João Lopes de Faria[285] nos alvores do século passado e referidos, pela primeira vez, por Mónica Brito (2003), que situam em Guimarães, no início do século XV, vários vassalos do Conde de Barcelos[286]. Porém, por não indicar as fontes primárias a partir de onde terá feito as transcrições, é necessária alguma contenção quando estudados os documentos de João Lopes de Faria. A título de exemplo, é apresentada a indicação que entre 1402 e 1412, Affonso Annes, o "Carpinteiro do Conde", estaria em Guimarães. Tendo em consideração a presença de um carpinteiro afeto ao Conde de Barcelos em Guimarães, Mónica Brito levanta a possibilidade de a construção do paço ter sido iniciada antes do segundo casamento de D. Afonso e de, quando este de facto se concretiza, existir já uma estrutura prévia que poderia ter sido o início de uma nova concepção arquitectónica[287] e residência provisória. No entanto, convém relembrar mais uma vez que o espólio de João Lopes de Faria, apesar de incontornável para as investigações contemporâneas sobre Guimarães, consiste em transcrições manuscritas de documentos originais que não são muitas vezes referenciados. Logo, é necessária cautela na análise dos seus dados, pois estas provas indiretas resultam do olhar de quem estuda os originais e não são isentas de divergência de interpretações ou omissões. Retomando o tema do carpinteiro do Conde,

285. Estudioso vimaranense, João Lopes de Faria (1860-1944) transcreveu, ao longo da sua vida, milhares de documentos sobre a história de Guimarães. Aquando do seu falecimento, legou todos os seus manuscritos em testamento à SMS. O Fundo João Lopes de Faria (FJLF) revela-se uma fonte preciosa de informações várias que em muito auxiliam este estudo.
286. "Casas dos Duques" Cota: W, fl. 190-190v; "Funcionários do Duque", Cota: W, fl. 150; fl. 151. Fundo João Lopes de Faria, SMS. Em "Anexos".
287. Brito, Maria Mónica. *Op. Cit.*, 2003, p. 27.

sabemos pela Chancelaria de D. João II que a 20 de dezembro de 1490, Afonso Annes, carpinteiro, trabalhava dos Paços de Guimarães[288]. Assim, e como atenta o Professor Mário Jorge Barroca, poderemos estar perante uma confusão entre Era e *Anno Domini* aquando da transcrição do documento original, o que influi naturalmente na interpretação contemporânea que fazemos dos registos de João Lopes de Faria. Como desconhecemos a fonte primária, não é possível verificar a fiabilidade desta informação que coloca um carpinteiro em Guimarães no início do século XV. Nesse sentido, não nos parece plausível a hipótese avançada por Mónica Brito (2003) de que as obras do Paço terão iniciado ainda antes do segundo casamento de D. Afonso. Contudo, por apresentarem uma possível composição da Casa de Barcelos, estes documentos são relevantes para o estudo que desenvolvemos e, tendo em consideração que têm vindo a ser referidos por vários autores[289], assumimos que os manuscritos de João Lopes de Faria poderão acrescentar novas perspetivas à investigação. Atentamos por hora nos vassalos inventariados em "Casa dos Duques" e "Funcionários do Duque" [290]. Na esteira da análise de Mónica Brito, a sistematização destes personagens permite um estudo da dimensão da Casa de Barcelos e de Bragança, em Guimarães, ao longo dos séculos XV e XVI [Tabela 3] – considerando que poderão existir alguns desfasamentos de datas.

	1400-1410
1402	Affonso Annes, carpinteiro do Conde
	1410-1420
1410	Afonso Gomes, criado do Conde
1411	Lourenço Affonso, criado do Conde
	Diego Gil, criado do Conde
1412	Joham Esteues, criado do Conde
	Affonso Annes, carpinteiro do Conde
1414	Alvaro Gomes, criado do Conde
	Fernam Mũz Cerveira, contador do Duque e Juiz Ordinário
	1420-1430
1421	Gonçalo Fernandes, criado do Conde e genro de Mestre Matheus, casado com Leonor Matheus, irmão de Alvaro de Chaves
1424	Pero Novo, criado do conde D. Affonso
	Johane Steuez, veedor das obras do Conde de Barcellos
	Gonçalo de Freitas, sapateiro do Conde D. Affonso
1425	Alvaro Gonçalves, criado do Conde
1426	Pero Affonso, criado do Conde
	Luis Vasques, criado do Conde
	Martim João, criado do Conde
	Lourenço Affonso, camareiro-mor do Conde de Barcellos, casado com Ignez Pereira Affonso

288. Chanc. D. João II, Livro 9, fl. 8.

289. A título de exemplo, indicamos dois estudos que recorrem a estes documentos em mais do que uma ocasião: Meireles, Maria José. *Op. Cit.*, 2000; Fernandes, Isabel Maria; Oliveira, António José. "Ofícios e mesteres vimaranenses nos séculos XV e XVI". *Revista de Guimarães* 113/114 (2004): 43-209.

290. "Casas dos Duques" Cota: W, fl. 190-190v; "Funcionários do Duque", Cota: W, fl. 150; fl. 151. Fundo João Lopes de Faria, SMS.

1429	Martim Affonso, carniceiro do Conde
	1430-1440
1431	Luiz Aluares, criado do conde D. Afonso
	Lopo Vasques, criado do Conde
	Joham Feytor, capellão do Conde
1432	Alvaro Affonso, criado do Conde
	Bertolomeu Affonso, criado do conde D. Afonso
1433	João Alvares, criado do Conde
1434	Bertholomeu Affonso, criado do conde de Barcellos, vereador e "por a Ordenação Ouvidor em logo dos juízes d'esta villa"
1437	Nicolau Rodrigues, criado do conde D. Afonso
	Affonso Vasques, criado do Conde de Barcellos
	Lopo Esteves, criado do Conde de Barcellos dito "Crespim, porteiro que foi da Infanta D. Isabel"
	1440-1450
1440	Lopo Esteves, creado do Conde de Barcellos dito "Crespim, porteiro que foi da Infanta D. Isabel"
1447	Luiz Aluares, criado do Duque de Bragança
1449	Lopo d'Amorim, escudeiro do Duque
	1450-1460
1451	Bertholomeu Affonso, escudeiro e vassalo d'el rei
1456	Álvaro Annes, criado do Duque de Bragança
	Vasco Annes, criado do Duque de Bragança
	Vasco Gil, escudeiro do Duque e irmão de Alvaro Gil, cónego da Costa
	João de Chaves, escudeiro
1457	Fernandalfonso Farom, escudeiro
	Nicolau Vieira, escudeiro
	Luis Alvares, escudeiro
1458	João de Évora, escudeiro
	João Vasques, escudeiro, vassalo d'el rei, tabelião pelo Duque
1459	Dr. Pero Esteves, cavaleiro da casa do Duque e desembargador das terras do Duque
	(sem nome), escudeiro do Dr. Pero Esteves
	Gomes Martins, escudeiro do Duque
	Joham de Guimarães, moço de estribeira do Duque de Bragança
	Gonçalo Annes, moço da estribeira do Duque de Bragança
	Martim Affonso, carniceiro que foi do Duque
	Fernandalverez, monteiro da Duquesa
	1460-1470
1461	Dr. Pero Esteves, cavaleiro da casa do Duque e desembargador das suas terras
1463	Martim Alvares, capelão da Duquesa D. Constança
1464	João de Sousa, público tabelião pelo conde D. Fernando do Paço
	Fernam Gomes, cavaleiro da casa do conde D. Fernando
	Ayres Pinto, cavaleiro da casa do conde de Guimarãe
1465	Ayres Pinto, cavaleiro da casa do conde de Guimarães
1468	Garcia Coelho, criado do "Duque eu Deus haja"

1469	Vasco Annes, abade de Ceruos, capelão da mesma Duquesa [D. Constança]
	1470-1480
1472	Ayres Pinto, vedor da casa do Duque D. Fernando
	João Alvares, secretário
	Fernão Dalves, tesoureiro
	Fernão Pereira, camareiro-mor
	Aires Pinto, capelão e mestre escola
	Luiz de Madureira, licenciado e desembargador
	Affonso Pereira, fidalgo da casa do Duque D. Fernando
	Diogo Ferreira, fidalgo da casa do Duque D. Fernando
1474	João Alvares, juiz ordinário, escudeiro, criado do Condestável [1]
	João do Valle, escudeiro do Duque
1476	Joham Alvarez de Pencello, escudeiro do Condestável
	Rodrigo Affonso, criado do Duque de Guimarães
1477	Bastiam de Ferreira, criado do Duque da vila de Guimarães
1478	Fernão Carvalhaes, escudeiro da marquesa de Montemor
	1480-1490
1481	Fernão Vaz, almoxarife do Duque em Guimarães
	João Affonso, bacharel, cavaleiro da casa do Duque e vedor da sua fazenda"
	Diogo Peixoto, guarda do senhor Filipe [2]
	Fernam Rodrigues "camareiro d'aquelle dito Senhor" [D. Filipe]
	Fernam de Freitas, "escudeiro d'aquelle dito Senhor" [D. Filipe]
	1490-1500
1492	Bracayda, creada e donzela que foi da duquesa velha [D. Constança]
	1500-1510
1506	Fernão de Freitas, escudeiro da casa do Duque e seu chanceler em suas terras de Entre o Douro, Minho e Beira, casado com Beatriz da Costa
	1510-1520
1517	Affonso Rodrigues do Amaral, cavaleiro da casa do Duque, casado com Filippa de Freitas, morador na rua das Ferrarias, chanceler na sua correição de Entre o Douro e Minho
	1540-1550
1542	Diogo Barbosa, moço da guarda roupa do duque
	1560-1570
1567	Gonçalo Fernandes, abade de Pencello e capelão da Infanta D. Isabel [3] e morava nesta vila

Tabela 3: Transcrição do levantamento dos vassalos da Casa do Conde de Barcelos/ Duque de Bragança em Guimarães. Cf. "Casas dos Duques" Cota: W, fl. 190-190v; "Funcionários do Duque", Cota: W, fl. 150; fl. 151. Fundo João Lopes de Faria, SMS.

1. Nesta data, o Condestável de Portugal era D. João (n.1430-f.1484), filho segundo do duque D. Fernando (I). Em 1478, D. Afonso V concede-lhe o marquesado de Montemor-o-Novo. Casa por volta de 1462 com D. Isabel de Noronha, sobrinha da duquesa D. Constança, no Paço dos Duques em Guimarães. Como atestam as escrituras de casamento lavradas no dito paço, a duquesa reforçou o dote de casamento de sua sobrinha com dinheiro adquirido através das rendas que detinha sobre Guimarães. Cf. ANTT, Chancelaria de D Afonso V, L.31, fl. 66 com confirmação régia de 1 de julho de 1469, citado por Cunha, Mafalda Soares da. *Op. Cit.*, 1990, p. 40.

2. D. Filipe de Bragança (1475-1483) foi o primeiro filho do duque D. Fernando (II) e herdeiro aparente do ducado. Contudo, como viria a falecer ainda jovem, a chefia da Casa de Bragança passa para seu irmão, D. Jaime.

3. Refere-se a D. Isabel de Bragança (1511-1576), filha do duque D. Jaime, casada com o Infante D. Duarte em 1536 e, portanto, Infanta de Portugal por casamento. A referência ao seu capelão particular, que seria inclusive morador em Guimarães, em 1567, parece indicar que a duquesa terá permanecido na vila mesmo após a morte de seu marido em 1540.

Claramente proeminente em *Quatrocentos*, a Casa de Bragança entra em estado de declínio após a execução do duque D. Fernando II em 1483. A diminuição sucessiva do número de criados em Guimarães aponta para um distanciamento já comprovado dos duques em relação ao seu paço vimaranense que terá durado, pelo menos, até ao casamento de D. Isabel e o Infante D. Duarte (1536), após o qual foram elevados a Duques de Guimarães e terão passado a residir na vila.

Retomando o século XV, a partir da segunda década, o número funcionários do Conde D. Afonso aumenta substancialmente, o que poderá estar relacionado com a sua presença na vila, suportando a hipótese do seu palácio estar, à época, em construção – uma comitiva de dimensão considerável dá nota do poder eminente da Casa de Barcelos, mas também da necessidade de assegurar a existência de uma estrutura física em Guimarães capaz de suportar uma intensa vida cortesã, alinhada com a posição da Casa de Barcelos. Uma breve sistematização da vassalagem afeta a D. Afonso e a D. Constança em Guimarães – inicialmente recolhida e publicada por Mónica Brito (2003) e complementada no desenvolvimento da presente investigação – permite compreender um aumento significativo até à década de 1450, quando estariam dezessete pessoas ao serviço do Duque. É possível que o crescente número de criados tenha estado relacionado com a contínua valorização da posição de D. Afonso na corte que recebe, em 1440, o cargo de Fronteiro-Mor do Entre-Douro-e-Minho[291] do regente D. Pedro sendo elevado, dois anos depois, a Duque de Bragança. É assim estabelecido o terceiro ducado do reino, visto que D. Afonso foi precedido apenas pelos Duques de Coimbra e Viseu, seus irmãos e infantes, D. Pedro e D. Henrique, o que comprova uma vez mais a sua importância e lugar sobranceiro na alta sociedade portuguesa.

Com a chegada do século XV – o início da grande empresa africana e a crescente normalização das viagens e interações culturais subsequentes – ocorreram alterações profundas e estruturais na forma como o espaço doméstico era, não só habitado, mas também pensado – principalmente em relação ao seu significado como veículo de representação social e política. Novas preocupações, tanto arquitetónicas como decorativas, de conforto, comodidade e luxo surgiram no panorama da arquitectura senhorial. Vieira da Silva (1997) entende que "*a respectiva casa de morada precisava agora de mostrar, no aparato da sua afirmação arquitectónica, a importância social do seu possuidor"* [292]. Nesse sentido, e considerando que nos encontrávamos nos alvores de *Quatrocentos*, a construção de raiz de um sumptuoso palácio, sem rival entre as habitações da alta nobreza em Portugal, concorre para a sedimentação da posição social de D. Afonso, então elevado a Duque de Bragança. Assim, a hipótese levantada por Mónica Brito (2003) de a construção do Paço dos Duques ter sido iniciada antes de 1420 será pouco provável, visto que a análise da sua planta do piso térreo, que integra a cartografia "De Guimarães" (c.1562-70), remete claramente

291. Sousa, D. António Caetano de. "Tomo IV" em *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Lisboa: QuidNovi/ Público, Academia Portuguesa da História, 2007, p. 53.

292. Silva, José Custódio Vieira da. *A morada privilegiada - O paço, O fascínio do fim*. Lisboa: Livros Horizonte, 1997, p. 24

para um projecto de raiz, idealizado e com afinidades arquitetónicas aos seus congéneres europeus[293]. Depreendemos, assim, que a edificação do paço terá sido suportada pelo conhecimento adquirido nas múltiplas viagens empreendidas pelo Conde de Barcelos nos alvores de *Quatrocentos*, durante as quais terá contactado com várias realidades espaciais e domésticas, muito diferentes das que se viviam à época em Portugal. A sua passagem por palácios ingleses, franceses e catalães[294] terá certamente influenciado as noções de vivência e de conforto de D. Afonso – essas novas concepções do habitar terão servido um papel decisivo nas casas senhoriais que o Conde de Barcelos viria a construir e a modificar.

Após a morte de D. Afonso, é curioso notar que os vassalos inventariados por João Lopes de Faria estariam maioritariamente afetos à Duquesa D. Constança, que terá permanecido no paço em Guimarães até à data da sua morte, em 1480, e a D. Fernando (II). Com a sua elevação a Conde (1461) e, em seguida, a Duque de Guimarães (1475) – ambos os títulos concedidos em vida de seu pai, D. Fernando (I), 2.º Duque de Bragança – aumentam os vassalos de sua Casa, que desempenham funções tanto de índole privada como da gestão do seu património. Mesmo após assumir a chefia da Casa de Bragança (1478), continuam a existir em Guimarães homens da sua confiança, senão atentemos nas referências ao guarda, escudeiro e camareiro de D. Filipe, o primogénito de D. Fernando (II). Estaria D. Filipe a ser criado em Guimarães ou a presença destes vassalos prender-se-ia com uma estadia pontual na vila? Dada a afinidade do Duque de Bragança, seu pai, por Guimarães, é de considerar a hipótese da família pousar com alguma frequência neste paço.

Expostas as condicionantes que pensamos estar associadas ao início da edificação do paço ducal em Guimarães, a decisão do Conde de Barcelos em construir uma nova morada ter-se-á, ainda, prendido a outros motivos. Não descurando o facto do avultado dote de casamento de D. Constança – a cargo de El-Rei D. João I, sendo seu pai, o Conde de Gijón e Noronha, já falecido – se ter traduzido, pelo menos parcialmente, em rendas que o Conde de Barcelos teria em Guimarães[295], entendemos, na esteira de Vieira da Silva (1995), que a pertinência de uma construção *ex novo* terá estado intrinsecamente associada à vontade de D. Afonso em superar a sua situação de filho natural do rei D. João I. Recorrendo à arquitectura como ferramenta de afirmação e consolidação do seu poder – construindo uma moradia que rivaliza e, eventualmente, supera, em dimensão e magnificência, as dos seus meios-irmãos e de seu pai –, a escolha de Guimarães para situar a sua nova moradia estará, muito provavelmente, relacionada com a inequívoca importância histórica e simbólica da vila.

---

293. De atentar na semelhança formal e funcional do paço vimaranense e o paço real em Perpignan, França. Cf. Silva, José Custódio Vieira. *Op. Cit.*, 1995, p. 140.

294. Nas suas viagens, D. Afonso terá visitado Inglaterra (1405), Castela, Aragão, Navarra, Catalunha, algumas regiões no Sul de França e na península italiana, enquanto a caminho de Jerusalém (1410), e ainda Ceuta (1415). Cf. Azevedo, Rogério de. *Op. Cit.*, 1942, p. 71-72.

295. Sousa, D. António Caetano de. "Tomo III" em *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Lisboa: Regia Officina Sylviana da Academia Real, 1744, doc. n.º9, p. 460-462.

2.2.2
o enquadramento territorial e a escolha do lugar

Apresentados os motivos que terão justificado uma construção *ex novo* em Guimarães, avançamos com o estudo sobre a escolha do lugar para a implantação do paço ducal e sobre os princípios que a terão influenciado. Como tal, importa caracterizar, ainda que sumariamente, a morfologia urbana da vila. Recorremos à cartografia "De Guimarães" (c.1562-70) como base para esta análise, por se tratar da mais antiga representação da cidade e por ser também o único registo gráfico que se enquadra no espetro temporal desta investigação. Quer por esse facto, quer porque nesta carta se representa – em planta e alçado – de forma clara e sem hesitações, o paço ducal, torna-se essencial uma reflexão sobre a planta que considere e avalie o seu rigor e fiabilidade métrica, mas também a acuidade do conjunto de indicações altimétricas incluídas nos perfis, elevados e rebatíveis, que se encontram aplicados ao desenho e que o ajudam a documentar. Pela sua extraordinária raridade e aparente rigor, a "De Guimarães" carece, ainda, de estudo aprofundado por parte de especialistas em cartografia.

Na sequência da crise dinástica (1383-1385) – durante a qual o alcaide de Guimarães tomou partido por Castela – D. João I, tendo conquistado o trono português, determinou a perda de autonomia da antiga vila Alta de Guimarães[296], o que se traduziu na unificação administrativa das duas vilas que, originalmente, compunham o burgo medieval (a vila Alta, ou do Castelo, e a vila Baixa, ou de Santa Maria). Esta consolidação do território vimaranense supunha a destruição do tramo de muralha dionísia que separava as duas vilas. No entanto, a planta "De Guimarães" revela que a vontade do rei não terá sido cumprida de imediato e que a hipótese veiculada pela DGEMN que o desmantelamento da cerca estaria associado à construção do Paço dos Duques em 1420[297], não seria correta por esta ainda se encontrar representada no mapa quinhentista.

Da observação do desenho da cerca e da implantação do paço ducal em "De Guimarães", depreende-se que o edifício terá sido construído sobre a muralha da antiga vila Alta, sobranceiro ao burgo medievo. No nosso entendimento, esta implantação obedece a uma clara estratégia de afirmação territorial ao optar por orientar a fachada principal do Paço dos Duques (Sudoeste) sobre o casario da vila de Santa Maria, garantindo que o palácio seria visível a partir de vários pontos de Guimarães, e exercendo um claro domínio, não só sobre a vila Baixa, mas também sobre as vias de aproximação – uma estratégia que veio a

296. Barroca, Mário Jorge e Paulo B. Lourenço. *O Castelo de Guimarães*. Braga: Reitoria da Universidade do Minho, 2013, p. 11.
297. Fernandes, Mário Gonçalves. *Op. Cit.*, 2007, p. 8.

verificar-se comum a vários dos paços construídos pela família de Bragança[298].

A opção de construir o palácio nas imediações do Castelo, quando em Portugal se vivia um período de paz e prosperidade social e económica, é particularmente relevante. Dada a relação próxima do palácio ao próprio sistema defensivo da vila, é pertinente referir que, pese embora o facto da primeira modernização da muralha se ter situado durante os reinados de D. Afonso III ou de D. Dinis, terá sido já no tempo de D. João I que foram construídas as suas novas torres e portas – encimadas com o seu brasão[299] –, bem como a barbacã de Santa Bárbara, no castelo, tida como a *"derradeira intervenção de vulto"* [300]. Aliadas às intervenções de cariz militar, também a elevação da igreja de Nossa Senhora da Oliveira a Capela Real, e respetivas obras patrocinadas pelo rei da Boa Memória, sublinham a afinidade régia com Guimarães.

Quando D. Afonso de Barcelos escolhe construir um novo palácio no burgo, a preponderância geográfica da antiga vila Alta e a proximidade ao castelo terão, certamente, influenciado a sua escolha do lugar. De facto, a representatividade do paço surge sempre em associação ao castelo, como se formassem um conjunto de poder militar e senhorial. A sua implantação numa cota imediatamente abaixo da do castelo permite esta leitura de conjunto a partir de vários locais da cidade. Dando conta dessa proeminência, as primeiras fotografias de Guimarães, que datam do século XIX, olham a cidade quase sempre a partir de lugares similares, onde a relação topográfica entre as vilas Alta e Baixa é particularmente representativa e a presença do castelo e do paço, em conjunto, é permanente.

De modo a aprofundar um trabalho que se quer minucioso – e porque procuramos comprovar a fiabilidade da representação do piso térreo do paço ducal – apresentamos uma análise que incide sobre a acuidade e rigor da "De Guimarães", mas também sobre a sua importância a nível urbanístico, estudando a organização e distribuição dos espaços da vila, desde o quarteirão ao edifício, singular e excepcional[301]. Utilizamos essa carta, devidamente cruzada com registos iconográficos atuais, para melhor compreender os princípios que influenciaram, ou regeram, o enquadramento territorial do Paço dos Duques, bem como para entender as forças de domínio e afirmação territorial que o paço estabelece com a vila, relações matriciais da cidade que ainda hoje são reconhecíveis.

298. A presente investigação aborda as semelhanças formais, matriciais e territoriais entre vários paços construídos pelos Bragança nos séculos XV e XVI, com especial enfoque nos paços ducais de Guimarães (c.1420) e de Lisboa (c.1500).

299. Craesbeeck, Francisco Xavier da Serra. *Op. Cit.*, 1992, p. 91.

300. Barroca, Mário Jorge e Paulo B. Lourenço. *Op. Cit.,* 2013, p. 12.

301. A investigação sobre a "De Guimarães" teve início em 2017, no Centro de Estudos da Escola de Arquitectura da Universidade do Minho, sob orientação da Professora Maria Manuel Oliveira, com consultoria da Doutora Isabel Maria Fernandes, diretora do Paço dos Duques, e apoio da Câmara Municipal de Guimarães.

A cartografia "De Guimarães" integra – juntamente com outras onze representações planimétricas de Portugal continental e insular – o atlas factício "Mappas do reino de Portugal e suas conquistas collegidos por Diogo Barbosa Machado", organizado pelo Abade de Sever, Diogo Barbosa Machado[302]. Este mapa fora levado para o Brasil, aquando da deslocação da Coroa para o Rio de Janeiro em 1807, juntamente com as plantas de Vila do Conde, Sesimbra, das ilhas da Madeira, Santa Maria, Terceira, São Jorge, Graciosa, Pico, Faial e ainda do ilhéu de Vila Franca e de Ponta Delgada, em São Miguel. Localizada e divulgada por Maria Dulce Faria em 2005, esta carta encontra-se na Fundação Biblioteca Nacional do Brasil desde a sua criação, no início do século XIX[303]. Carecendo de autor e data, são apontados vários intervalos para a sua execução. Em estudo recente, Mário Jorge Barroca (2014) situa a "De Guimarães" entre 1562 e 1569, período inicialmente avançado por Mário Gonçalves Fernandes (2007), mas contestado por José Ferrão Afonso, Marta Oliveira e Sílvia Ramos (2013), cuja análise a remete para uma baliza temporal anterior[304].

A partir de uma primeira observação, destaca-se de imediato o aparente pormenor e rigor com que a planta vimaranense foi desenhada. A escala gráfica utilizada – sensivelmente 1:1100 – foi por nós apurada através da sobreposição da planta ao levantamento cartográfico fornecido pela Câmara Municipal de Guimarães (2003), devidamente cruzado com a georreferenciação disponível em http://sig.cm-guimaraes.pt (2009) e comparada com os dois petipés de 100 braças incluídos no mapa. Contudo, esta cartografia é muito pormenorizada e inclui elementos de menor dimensão – tais como cruzeiros, padrões, fontes e até da árvore da Oliveira, na praça da vila – de grande relevância para a leitura e interpretação completa do espaço urbano coevo. A atenção ao detalhe, que revela a intencionalidade em retratar de forma fidedigna Guimarães, verifica-se também na expressão gráfica do desenho, onde o recurso a traçados e cores complementares indicam uma diferenciação entre os espaços representados: nomeadamente, o traço contínuo e vermelho, que delimita os quarteirões com arestas mais definidas – e cujo levantamento será mais rigoroso[305] – é diferente do traçado do contorno da muralha, dos edifícios representados em planta de piso térreo, das escadas, bem como de outros elementos isolados, enquanto que o ponteado acompanha os limites mais indefinidos dos quarteirões da vila e arrabaldes. De notar ainda que, apesar da cartografia parecer ter sido executada em grande parte à mão levantada, as plantas de piso térreo do

302. Diogo Barbosa Machado (1682-1772) foi um presbítero secular católico, escritor e, mais notoriamente, um ávido bibliógrafo. Foi um dos membros fundadores da Real Academia da História, estabelecida em 1720 e, em 1728, é nomeado Abade de Sever, título pelo qual ficaria conhecido. Dedica-se à escrita e recebe a encomenda da redação das crónicas dos reinados de D. Sebastião, do Cardeal D. Henrique e dos reis filipinos. Em paralelo, continua a alimentar a sua extensa coleção bibliográfica, composta por obras de variadíssimas naturezas. A destruição da Real Biblioteca durante o terramoto de 1755 impulsionou ainda mais os seus trabalhos de colecionador – em 1770, já idoso, Diogo Barbosa Machado cede em doação a sua biblioteca pessoal para a reconstituição do espólio da Real Biblioteca. Retirado de http://bndigital.bn.gov.br/projectos/200anos/diogoBarbosa.html (consultado a 01-06-2020).

303. Em 1807, a família real desloca temporariamente a corte para o Rio de Janeiro, fazendo-se acompanhar por uma extensa comitiva e levando consigo, para sua salvaguarda, grande parte do espólio da Real Biblioteca em Lisboa. Esta coleção, composta por cerca de 60 000 exemplares, não terá regressado completa a Portugal permanecendo, até hoje, uma importantíssima parte do arquivo histórico português no Rio de Janeiro. Cf. Graça, Inês Lourenço e Maria Manuel Oliveira. "A planta 'De Guimarães': Uma representação da vila quinhentista" em *Livro de Atas da conferência PNUM 2018: A Produção do Território. Formas, Processos, Desígnios*, coord. Teresa Cálix, 995-1004. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2019, p. 995-996.

304. Afonso, José Ferrão et al. *Op. Cit.*, (2013): 11.

305. Testado através da sobreposição da planta com o levantamento cartográfico atual (CMG, 2003).

Castelo, do Paço dos Duques, da Igreja de Nossa Senhora da Oliveira e dos Conventos de Santa Clara, S. Francisco e S. Domingos obedecem a um traçado geométrico e preciso, que indica o recurso a instrumentos de desenho. O aparente rigor da planta é confirmado pelas múltiplas indicações das projeções de sobrados e varandas através da representação das suas estruturas em corte horizontal, a nível térreo. O mapa é ainda pontuado por um denso sistema de anotações que informam os elementos arquitectónicos e defensivos da vila, desde as ruas e praças intramuros, bem como dos espaços públicos essenciais à vivência urbana nos arrabaldes; de equipamentos utilitários como fontes e pontes e ainda das várias capelas, igrejas, conventos – incluindo a identificação do edifício do hospital e a toponímia das portas da vila e duas torres da muralha – informação que, confirmando-se a sua acuidade, é de crucial importância para o estudo contemporâneo da Guimarães quinhentista.

A excecionalidade desta representação é ainda mais notável quando estudada em conjunto com os perfis elevados e rebatíveis que a atravessam. Apesar de serem quatro secções autónomas – que identificamos como A, B, C e D [Fig. 47; Fig. 48; Fig. 49] – aparentemente, A, B e C organizam-se num perfil único e o facto de obedecerem a direções ligeiramente diferentes [Fig. 47] prender-se-á com a intenção de representar em verdadeira grandeza, e não em escorço, os dois alçados do paço e do castelo. O perfil D é sensivelmente perpendicular à secção ABC, representando em corte a elevação topográfica do Castelo que percorre as linhas de festo e indica as cotas mais altas da vila. Estes perfis cruzam-se, aliás, a Nascente da "Colina Sagrada", a zona mais elevada da vila [Fig. 49]. Interessa ainda atentar nas indicações altimétricas incluídas tanto em secção como em planta, nomeadamente a referência à altura da cerca (60 p.≈19,80 m; 42 p.≈13,90 m) e da Torre de Menagem (115 p.≈38 m) do castelo, bem como outras anotações de altimetria pontuais, que, verificadas através da análise comparativa com levantamentos atuais, atestam a sua exatidão.

Talvez mais surpreendente ainda serão os comentários associados ao paço: "ESTA este chão mais alto q o toural 140 p", em secção, e ao Largo do Toural: "Esta este chão mais baxo q o tabolro dos paços 140 p. E mais alto q ho de S. Lazaro 140 p." em planta. Através destas anotações, às quais, de novo, reconhecemos grande rigor métrico, percebemos que o autor, ou o encomendador, identificou três locais importantes de Guimarães associados a três cotas distintas: o Paço dos Duques, mais elevado, o Largo do Toural – o limite sudoeste da vila muralhada, entre a torre de S. Domingos e a porta da Torre Velha e a grande praça exterior ao burgo, de conformação medieval, onde se realizavam atividades de índole comercial – e a capela de S. Lázaro, que marca uma das entradas em Guimarães, a partir da estrada que segue para Vila do Conde e que conduz, exatamente, ao Largo do Toural – terá sido inclusivamente por esta via que o Rei D. João I faz a sua entrada na vila, aquando da peregrinação de 1386[306]. No entanto, o local mais alto da vila corresponde, naturalmente, ao morro do castelo. Porque se terá então optado por

306. Guimarães, Alfredo. *Guimarães - Guia de Turismo*. Porto: Câmara Municipal de Guimarães, 1940, p. 52.

estabelecer, no Paço dos Duques, uma das referências topográficas da vila? A resposta a esta questão poderá estar assente na leitura da planta, que perfaz um reconhecimento topográfico de Guimarães, enquadrando-a dentro das fronteiras que interessariam definir como seu território, balizando a vila Baixa nos seus limites urbanos[307], o que parece confirmar, ainda, a importância estratégica da implantação do paço na sua relação com o burgo, um raciocínio que retomaremos.

307. Graça, Inês Lourenço e Maria Manuel Oliveira. *Op. Cit.*, 2019, p. 999.

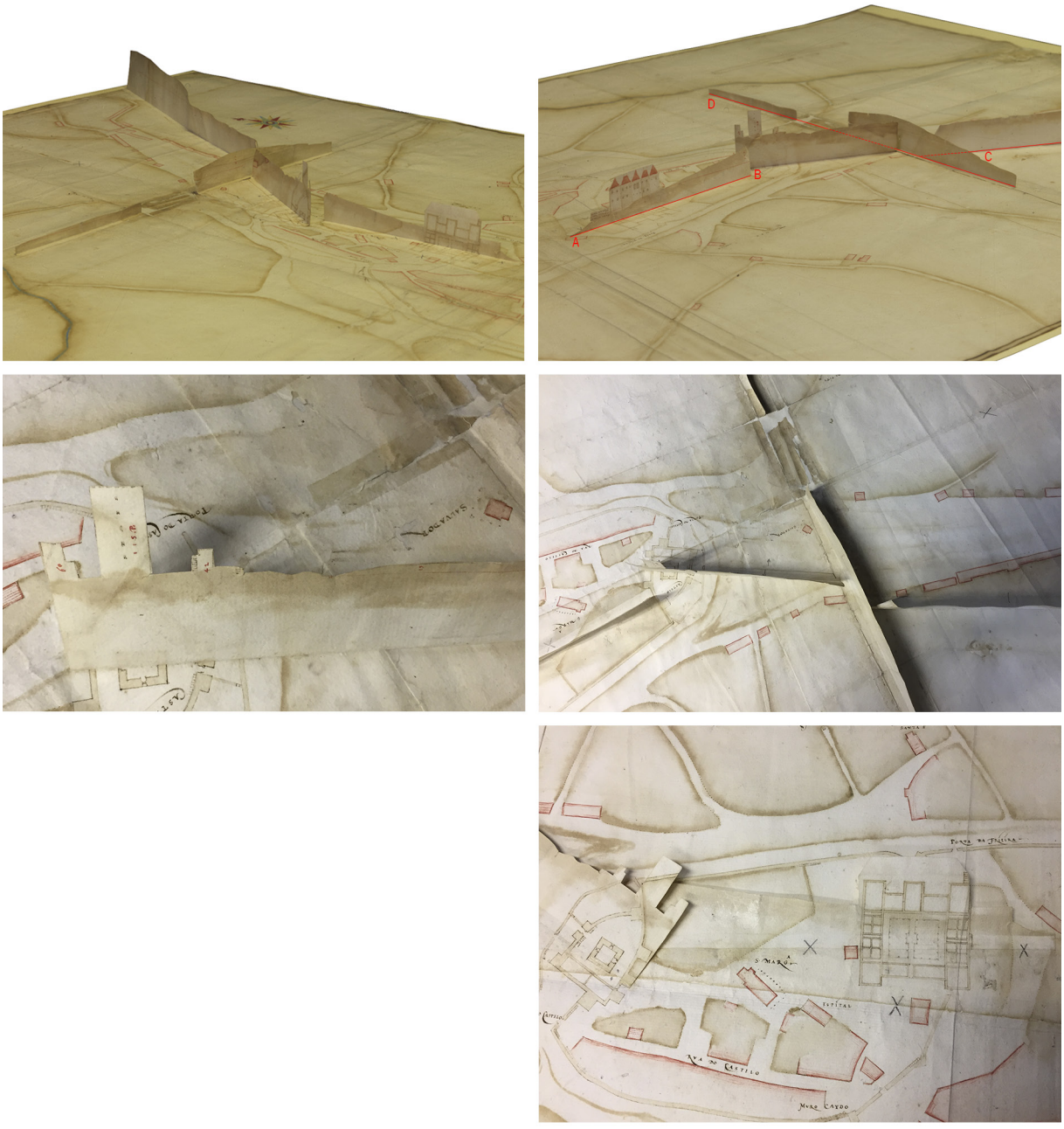


Fig. 47: Fotografias da planta "De Guimarães" (s.a., c.1562-70). Em Coleção Diogo Barbosa Machado da Fundação Biblioteca Nacional, Acervo da FBN, Rio de Janeiro (Brasil). Fonte: MMO|CE-EAUM, 2016 e Casa de Sarmento, 2019. De notar que, quando rebatidos, estes perfis integram completamente a planta e, quando elevados, representam os mesmos dois edifícios em alçado ou corte.

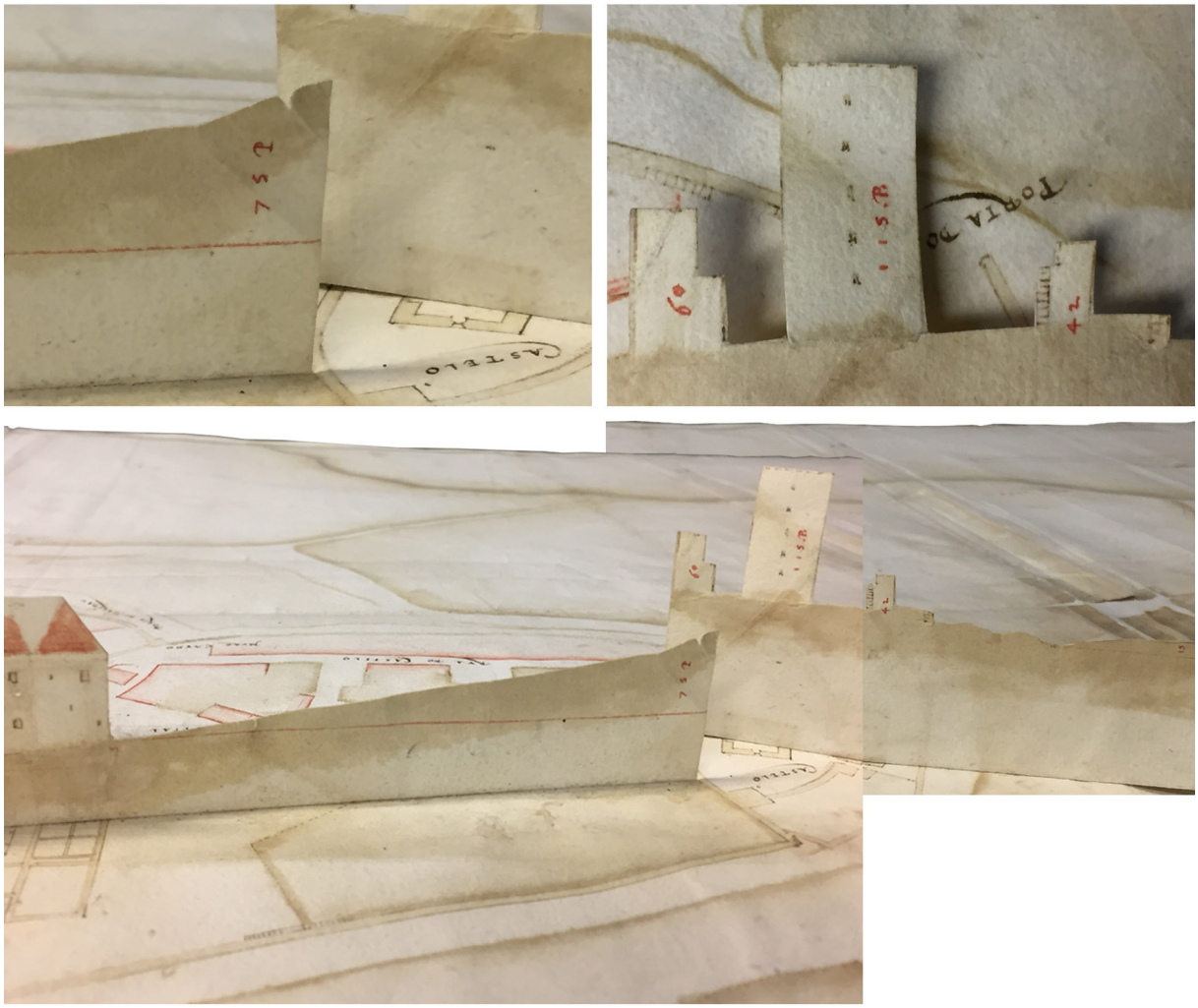
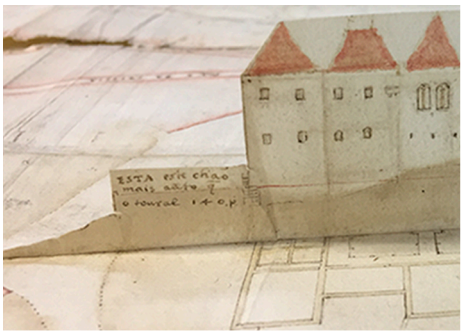
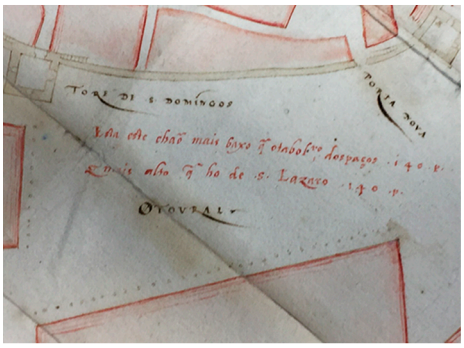


Fig. 48: Fotografias da planta “De Guimarães” (s.a., c.1562-70). Em Coleção Diogo Barbosa Machado da Fundação Biblioteca Nacional, Acervo da FBN, Rio de Janeiro (Brasil). Fonte: MMO|CE-EAUM, 2016. Apresentação de algumas das cotas (p. e. 75p., 60, 115p., 42) incluídas nos alçados do paço e castelo.



"ESTA este chão mais alto q o toural 140.p"



"Esta este chão mais baxo q o tabolro dos paços 140 p. E mais alto q ho de S. Lazaro 140 p."

Fotografias da planta "De Guimarães", autor desconhecido, c.1569. Em Coleção Diogo Barbosa Machado da Fundação Biblioteca Nacional, Acervo da FBN, Rio de Janeiro (Brasil). Fonte: MMO|CE-EAUM, 2016.

Fig. 49: Recortes das fotografias da "De Guimarães" (s.a., c.1562-70) incluindo as indicações topográficas associadas ao Paço dos Duques e ao Largo do Toural. Perfil P1, que resulta do prolongamento das secções quinhentistas A e B, com localização do paço e castelo, bem como indicação das cotas principais da vila. Montagem dos perfis elevados e rebatíveis A, B, C, D incluídos em "De Guimarães" (s.a., c.1562-70) e localizados em planta na página seguinte. ILG, 2020.

No seguimento desta linha de investigação[308] – e recorrendo ao levantamento cartográfico de Guimarães (CMG, 2003) – testamos o rigor métrico e altimétrico da planta quinhentista [Fig. 49; Fig. 50]. Através de uma operação de redesenho, na qual se sobrepôs as condicionantes geomorfológicas do espaço, tais como a topografia (representada através de curvas de nível de 2,50 m), o rio Selho ou a ribeira de Couros (cujos desenhos se baseiam na "De Guimarães", devidamente cruzados com o levantamento rigoroso topográfico), à própria cartografia da vila, tornou-se evidente a extraordinária acuidade métrica da planta, confirmada pela análise comparada das plantas quinhentista [Fig. 50] e atual [Fig. 51], sublinhando a importância da "De Guimarães" para o estudo da história da morfologia urbana vimaranense.

Apesar do crescimento da cidade nos séculos recentes, é de notar que a morfologia urbana do antigo burgo medieval se mantém praticamente inalterada. Pese embora o facto de a vila Alta ter sido profundamente alterada pelas extensas obras de reordenamento do espaço público encetadas pela DGEMN no século XX – através das quais se libertaram os três monumentos que compõem a então denominada "Colina Sagrada", o castelo, o paço e a igreja de S. Miguel, das construções urbanas e residenciais que os circundavam, envolvendo-os por uma zona verde de dimensões generosas no topo do *Monte Latito* – uma apologética encenação própria à política de restauro dessa época –, é ainda possível ler claramente os limites da Guimarães quinhentista. O sistema defensivo, desde cedo obsoleto pela localização geográfica da vila e pelo clima de paz em que viveu a partir do século XV[309], foi gradualmente desaparecendo. Atualmente, resta uma parte da muralha e a Torre da Alfândega, no Largo do Toural – bem como tramos isolados da antiga cerca, absorvidos por construções recentes.

A exatidão que caracteriza a planta está igualmente presente nos perfis. É pertinente referir que estes se encontram perfeitamente articulados entre si e que as indicações altimétricas referidas em planta se verificam em secção, e vice-versa. O perfil P1, estabelecido através do prolongamento das secções A e B, atravessa a vila desde a sua cota mais baixa (170 m) – associada à ribeira de Couros – até ao ponto mais elevado (300 m), a Noroeste do Castelo, atravessando as vilas Baixa e Alta [Fig. 49; Fig. 50]. Retomando as indicações escritas na planta, o Paço dos Duques distaria 140 pés do Toural e a capela de S. Lázaro, por sua vez, localizar-se-ia 140 pés mais abaixo. Convertendo estas indicações de pés para metros[310] e comparando-as com a topografia atual de Guimarães, verifica-se que o palácio ducal, implantado na cota aproximada de 222,50 m está, de facto, cerca de 45,50 m (140 p.≈46,20 m) acima do Largo do Toural, cuja cota predominante é 180 m. No entanto, a capela de S. Lázaro situa-se perto dos 160 m, e não a 140 pés (≈46,20 m) do Toural – se esta indicação estivesse metricamente correta, S. Lázaro localizar-se-ia perto da cota 133,80m. Assim, a distância correta até à zona da capela é de cerca de 20m, e não de 46,20m, como indicado. Visto que esta é a única discrepância altimétrica que encontramos neste mapa

308. Foram produzidos e publicados pela autora, em coautoria com Maria Manuel Oliveira, dois artigos científicos sobre a planta "De Guimarães".

309. Fernandes, Mário Gonçalves. *Op. Cit.*, 2007.

310. 1 pé corresponde a aproximadamente 0,33 m. Cf. Marques, A. H. de Oliveira. "Pesos e Medidas" em *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, 67-72. Porto: Livraria Figueirinhas, 1992.

e tendo estudado as outras cotas associadas ao documento e a sua transposição para a atualidade, consideramos possível que se tenha tratado de um erro isolado.

A "De Guimarães" é uma fonte incontornável para o estudo da história e morfologia urbana da vila, mas também dos seus edifícios. Na falta de documentos escritos ou desenhados de época, os relatos de historiadores locais sempre auxiliaram a construção contemporânea da história de Guimarães. O aparecimento da planta quinhentista, e sua consequente valorização como fonte primária para a análise do passado da vila, veio esclarecer algumas das afirmações encontradas nas obras do Pe. Torquato Peixoto de Azevedo (1692) e do Pe. António Ferreira Caldas (1881). Num plano mais aproximado, a representação da planta de piso térreo de seis edifícios notáveis (Castelo, Paço dos Duques, Igreja de Nossa Senhora da Oliveira, Conventos de Santa Clara, S. Francisco e S. Domingos) permitiu grandes avanços nos seus estudos histórico e arquitectónico, tanto isoladamente como de uma forma concertada. A escolha de representar, com grande detalhe e rigor, a igreja da Colegiada e os três conventos da vila, a par do Castelo e do paço ducal, concorrem certamente para adensar a questão em torno do seu autor e encomendador. Alguns historiadores contemporâneos têm vindo a debruçar-se sobre estas plantas de pormenor com novas abordagens e olhares renovados, nomeadamente Mário Gonçalves Fernandes (2007), José Ferrão Afonso et al. (2013) ou ainda Isabel Maria Fernandes (2016).



Fig. 50: Localização dos perfis A, B, C, D incluídos em "De Guimarães" (s.a., c.1562-70) com indicação do Castelo e Paço dos Duques, e respetivas cotas, sobre planta da Guimarães quinhentista (s.a., c.1562-70; Cardoso, 1922) e levantamento topográfico municipal (CMG, 2003), com representação do sistema defensivo (s.a., c.1562-70). Indicação do perfil P1 (apresentado na página anterior) que resulta do prolongamento dos perfis quinhentistas A e B. ILG, 2020.



Fig. 51: Sobreposição dos quarteirões recortados, soltos e desagregados, da planta "De Guimarães" (s.a., c.1562-70) ao levantamento topográfico e cartográfico atual da cidade (CMG, 2003), com referência às linhas de água e indicação do Castelo e elementos do sistema defensivo – a Torre da Alfândega e o tramo de muralha que resiste até à atualidade. ILG, 2020.

Contribuindo para a sua importância como instrumento fundamental ao estudo de Guimarães, a cartografia inclui ainda alguns edifícios e equipamentos cuja mera representação, em meados de *Quinhentos* é, por si só, novidade, visto que permite atualizar a datação avançada pelos registos escritos, que situavam a sua construção em datas posteriores [Fig. 52]. É o caso das capelas urbanas de S. Tiago e de S. Crispim, cuja não inclusão na planta carece de análise, mas também de três capelas situadas nos arrabaldes da vila, Santa Luzia, S. Lázaro e Santa Cruz. Neste sentido, olhamos as informações veiculadas pelos Pe. Torquato Peixoto de Azevedo (1692) e Pe. António Ferreira Caldas (1881), reconhecidos redatores da história local, cujos registos escritos têm sido genericamente aceites e incluídos em estudos contemporâneos por serem das mais antigas reflexões sobre a vila de Guimarães. Contudo, urge considerar as várias novidades introduzidas pela planta quinhentista que são, por vezes, contraditórias a estes registos, tal como procuramos expor nestas linhas. Assim, e segundo os registos do Pe. Caldas – que reporta tanto a documentos históricos canónicos, como "Memórias Ressuscitadas (...)" ou "História Genealógica (...)", como a fontes locais – a capela de S. Tiago, situada na antiga Praça do Peixe, terá começado a desmoronar-se a partir de 1559 e, em 1607, terá caído "desfeita em ruínas"[311] sendo que, com os seus escombros, se construiria uma nova capela da mesma invocação, mais tarde igualmente desaparecida. No entanto, esta capela não é representada em "De Guimarães", levantando uma questão: teria a capela já desaparecido aquando da execução da cartografia, ou tratar-se-á de uma omissão – intencional ou não – do seu desenho? No seguimento deste raciocínio, damos nota que também a capela de S. Crispim – localizada na atual rua da Rainha D. Maria II – não foi identificada na planta quinhentista, apesar de o registo oitocentista do Pe. Caldas a dizer instituída em 1315[312]. Interessa atentar nesta omissão de duas das capelas mais antigas da vila, numa cartografia que se apresenta metódica, minuciosa e comprovadamente rigorosa. Considerando que todas as capelas dos arrabaldes estão representadas, pensamos poder tratar-se de uma opção do autor, ou do encomendador, em não fazer representar ou mesmo identificar as capelas intramuros que estariam integradas na massa construída, visto que S. Miguel do Castelo (ou Santa Margarida, como foi conhecida durante um período – sendo que este é, inclusivamente, o nome registado em "De Guimarães"), localizada entre o Castelo e o Paço dos Duques, se encontra representada. A inclusão desta última na carta quinhentista poderá relacionar-se com a sua continuada importância histórica, mas também com o facto de se tratar de um edifício isolado – ao contrário das duas capelas anteriormente mencionadas – cuja omissão resultaria numa grave incorreção da organização espacial da vila Alta.

Atentemos agora em algumas outras das novidades introduzidas pela "De Guimarães". Os historiadores locais que escreveram sobre Guimarães em séculos passados entenderam que as capelas de Santa Luzia e de S. Lázaro datariam de 1600, ano que está gravado na torre sineira da primeira capela e na padieira da porta da segunda. Já a capela de Santa Cruz, situada junto ao Paço dos Duques, teria sido edificada

311. Caldas, Pe. António José Ferreira. *Op. Cit.*, 1996, p. 354.
312. *Ibidem*, p. 354.

por volta de 1639[313], ano imediatamente anterior ao inscrito no cruzeiro situado no seu adro, que lê "O cónego Arrochela o pôs. Ano de 1640". No entanto, estas três capelas surgem representadas em "De Guimarães" que, ao ter sido executada no terceiro quartel do século XVI, indicia que a origem de Santa Luzia e de S. Lázaro será mais recuada do que inicialmente se suporia. Estas serão, portanto, capelas construídas no século XVI, ou em período anterior, que poderão ter tido algum tipo de intervenção no início de *Setecentos* que justificou a inscrição do ano de 1600. Mas se o desenho e a orientação destas duas capelas coincidem com a sua conformação atual, o mesmo não acontece quando analisamos a capela de Santa Cruz, igualmente incluída na cartografia.

Situada junto à cerca da antiga vila Alta e muito perto do paço ducal, esta capela obedece, na representação, a uma orientação Nascente-Poente. Porém, o edifício que existe atualmente está orientado a Nordeste-Sudoeste, não seguindo a orientação tida como convencional no período pré-concílio de Trento e em clara contradição com o seu desenho na planta quinhentista. O registo seiscentista do Pe. Torquato Peixoto de Azevedo informa *"tem a porta principal para Poente, coberta de alpendrada sobre columnas de pedra"* [314] e que o cruzeiro aí colocado pelo Cónego de Arrochela em 1640 estaria em frente à entrada. O Pe. António Carvalho Costa, que assina a "Corografia Portuguesa" (1706), corrobora esta data, afirmando ainda que foi *"bem fabricada pelos seus Confrades, a quem são concedidos grandes privilégios & indulgencias"* [315]. Quando comparada esta descrição com a implantação atual da capela existe uma clara discrepância em relação à orientação da porta de entrada pois esta está, atualmente, voltada a Sul [Fig. 53]. Não nos parece que se trate de um erro de representação, até porque esta não é a única capela desarticulada da história escrita e da sua condição atual.

313. Caldas, Pe. António José Ferreira. *Op. Cit.*, 1996, p. 357.

314. Azevedo, Pe. Torquato Peixoto de. *Op. Cit.*, 1845, p. 333.

315. Costa, Pe. António Carvalho. *Corographia Portugueza e Descripçam Topographica do Famoso Reyno de Portugal com as Notícias das Fundações das Cidades, Villas e Lugares, que contem, Varões Ilustres, Genealogias das Familias Nobres, fundações dos Conventos Catálogos dos Bispos, Antiguidades Maravilhas da Natureza, Edificios e Outras Curiosas Observações.* Lisboa: Officina de Valentim da Costa Deslandes Impressor de Sua Majestade a Sua Custa Impressão, 1706, p. 74.

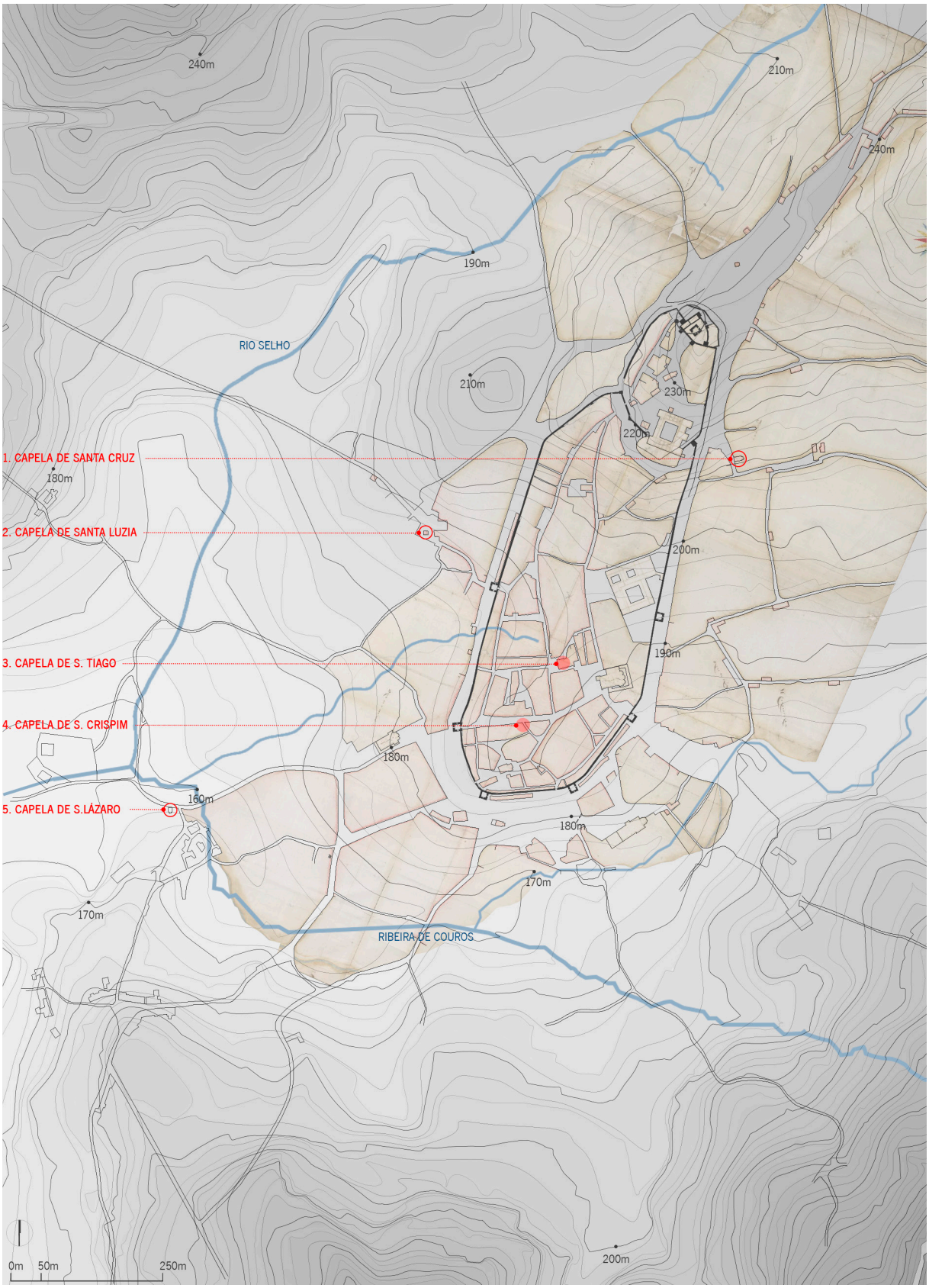


Fig. 52: Localização das capelas e sua relação com a morfologia urbana sobre planta de Guimarães (s.a., c.1562-70; Cardoso, 1922) e levantamento topográfico municipal (CMG, 2003) com representação do sistema defensivo (s.a., c.1562-70). 1. Capela de Santa Cruz; 2. Capela de Santa Luzia; 3. Capela de S. Tiago; 4. Capela de S. Crispim; 5. Capela de S. Lázaro. ILG, 2020.

A igreja de Santa Cruz poderá, eventualmente, ser o resultado de um desmonte do edifício antigo ou tratar-se de facto de uma outra capela, construída de raiz no século XVII. No entanto, parece-nos provável que Santa Cruz seja, de facto, uma capela com origens bastante recuadas – retomando o raciocínio em torno do oratório de Santa Vera Cruz, localizado precisamente nos arrabaldes da vila, junto ao paço, que terá sido fundado por D. Constança em meados de *Quinhentos* – que foi desmontada e reconstruída nos anos 30/40 do século XVII, integrando, possivelmente, o rol de obras realizadas aquando da Restauração da Independência[316].

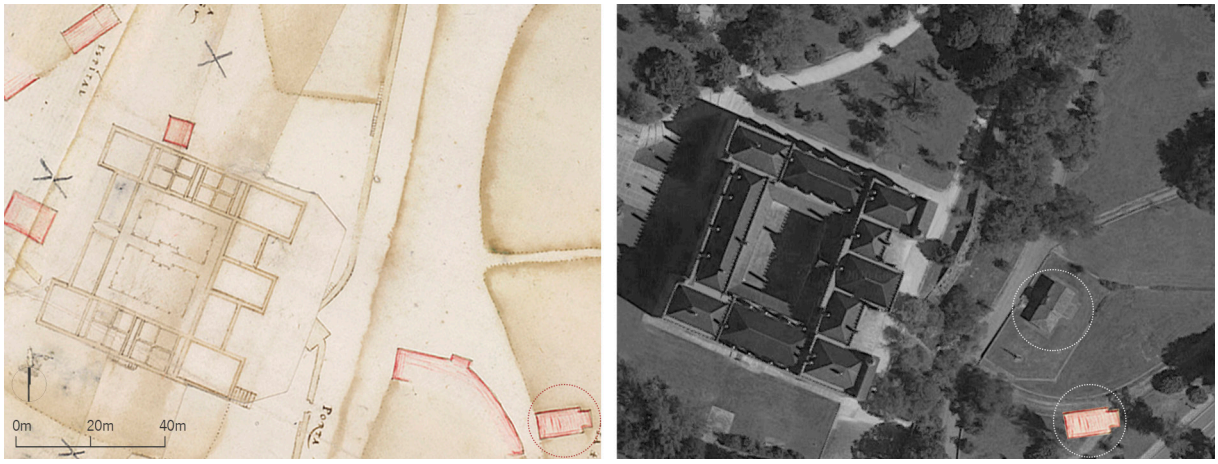


Fig. 53: Localização da capela de Santa Cruz na planta "De Guimarães" (s.a., c.1562-70) à esquerda e em vista aérea à direita (GoogleMaps, 2020).

Testado o redesenho da "De Guimarães" e a sua sobreposição ao levantamento atual da cidade (CMG, 2003), apresentamos de seguida um exercício em maqueta – executado à escala 1:5000 – que permitiu visualizar tridimensionalmente o estudo das relações territoriais e matriciais entre diversos pontos da vila, mas também com a paisagem próxima e mais distante [Fig. 54]. Através da depuração gráfica dos elementos que interessavam representar investigamos a relação da rede viária com o território. Assim, o negativo deste mapa representa os quarteirões (a massa construída), enquanto o positivo revela as ruas, praças e caminhos. Os princípios que terão orientado a implantação da vila – na proximidade do vale, entre os rios Selho e Couros, e de forma a garantir que o Castelo se localizasse em terreno proeminente e elevado – tornam-se evidentes quando olhamos Guimarães através de maqueta. A adaptação da cartografia quinhentista em modelo tridimensional coloca em evidência a localização claramente estratégica do Paço dos Duques, não só em relação à vila Baixa e ao castelo, mas também em relação ao território envolvente e aos acessos a Guimarães – revelando uma perspetiva inovadora e que até ao momento não tem sido particularmente considerada.

316. Azevedo, Rogério de. *Op. Cit.*, 1942, p. 113-114.

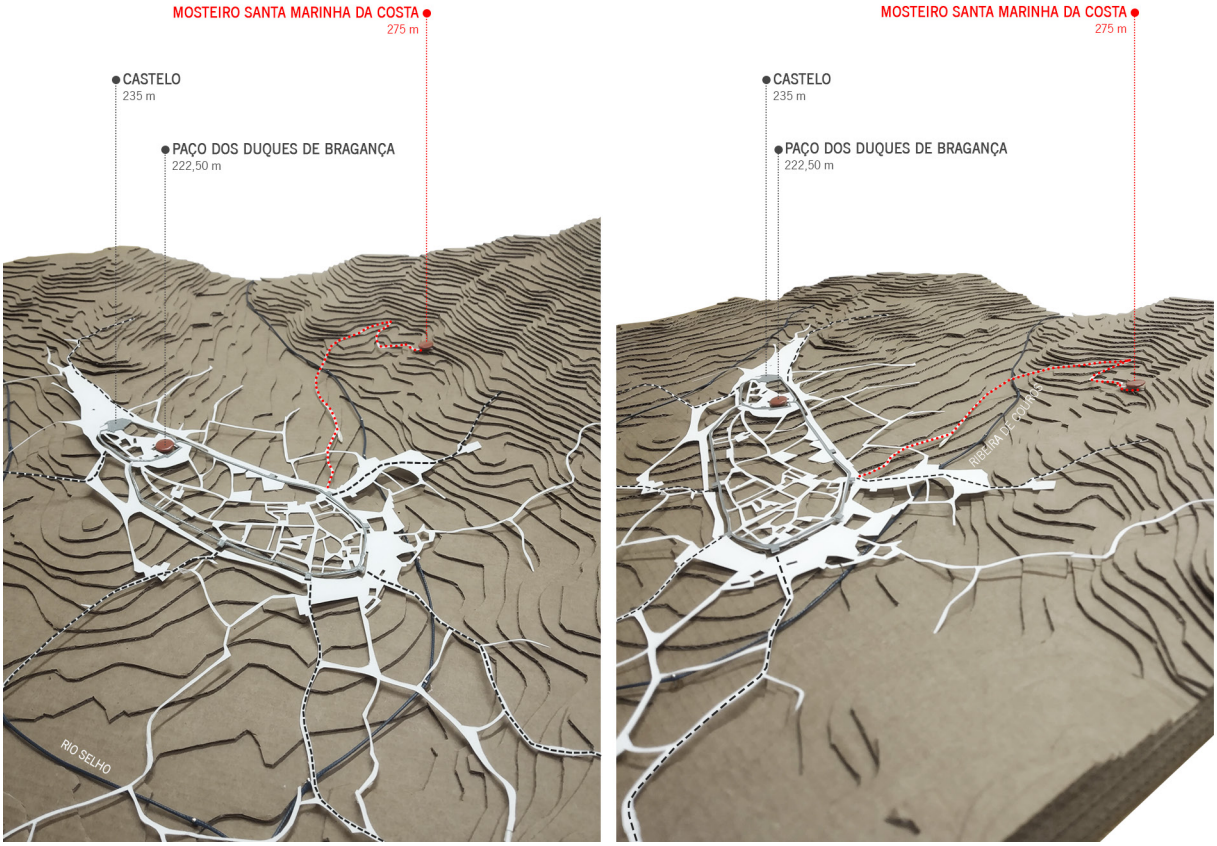


Fig. 54: Fotografias do modelo tridimensional executado à escala 1:5000 da vila de Guimarães no século XVI, incluindo o sistema defensivo, a cinzento, e os espaços de circulação, a branco. Indicação da relação entre o Mosteiro de Santa Marinha da Costa (275 m) e a "Colina Sagrada": o Castelo (235 m) e o Paço dos Duques (222,50 m), bem como indicação dos acessos à vila (a preto). ILG, 2020.

Iniciamos o estudo da contextualização territorial do paço vimaranense por um olhar atento aos locais altaneiros da antiga vila, pontuados por um conjunto de elementos notáveis e excepcionais. Através da sobreposição do recorte da planta quinhentista ao respetivo suporte topográfico, a relação visual estabelecida entre o Mosteiro Santa Marinha da Costa e Guimarães torna-se mais percetível, visto que as diferenças de cotas entre a Costa (275 m) – que marcava o lugar mais alto da vila até à construção do Santuário da Penha (1947) –, o Castelo (235 m) e o Paço dos Duques (222,50 m), são mais facilmente compreendidas, principalmente quando consideramos que a vila se vai desenvolvendo a cotas inferiores, em direção à ribeira de Couros. Apesar de a igreja primitiva ter origens suevas[317], a fundação deste Mosteiro terá sido contemporânea à conformação do burgo, com origens no século X. Como referido[318], Santa Marinha da Costa integra a esfera da Casa de Bragança a partir de *Quinhentos*: durante o ducado de D. Jaime, os frades agostinhos são expulsos do Mosteiro e o Duque entrega-o à ordem de S. Jerónimo, que permanecerá na Costa até 1834. Ainda em meados do século XVI, e já sob alçada dos jerónimos, o Mosteiro começa a receber mais religiosos e a ser sucessivamente ampliado, acolhendo, inclusivamente, os filhos ilegítimos de D. João III e de seu irmão, o infante D. Luís, para aqui receberem instrução. Por volta de 1540, enquanto era Duque de Guimarães D. Duarte (filho do Infante D. Duarte e de D. Isabel de Bragança), no Mosteiro operava um Colégio equiparado à Universidade de Coimbra e viviam aqui outros dois netos de D. Manuel I, o que conferia a Guimarães – e a Santa Marinha da Costa em particular – uma notabilidade acrescida.

"Té Guimarães neste Mosteiro hũa alegre, & fermósa vista principalmete depois do seu dormitorio novo, q se obrou no anno de 1671 cõ toda a grãdeza, & não he menos agradavel, & aprazível aos olhos o verde & frondoso arvoredo de sua coutada, q tudo se manifesta àquelle povo, sem que haja cousa, q lhe sirva de embaraço à vista" [319].

Retomando o seu enquadramento territorial, o mosteiro recortado na encosta do monte de Santa Catarina goza ainda hoje de uma vista privilegiada sobre Guimarães. De facto, a paisagem que se vê a partir da varanda de S. Jerónimo é ainda muito semelhante à aguarela que Auguste Roquemont[320] assinou em *Oitocentos*, mas também a fotografias da DGEMN realizadas nos anos 60 do século passado. Esta constatação é determinante para o estudo contemporâneo da morfologia urbana de Guimarães suportado pelo mapa quinhentista. Recorrendo, uma vez mais, à sobreposição da "De Guimarães" à cartografia municipal, ensaiamos a localização do Mosteiro de Santa Marinha da Costa – cujo desenho quinhentista foi

317. Real, Manuel Luís. "Santa Marinha da Costa. Notícia histórica, Pousada de Santa Marinha da Costa". *Boletim da DGEMN*, n.º 130, 1985; http://www.monumentos.gov.pt/site/app_pagesuser/sipa.aspx?id=5679 (consultado a 30-06-2020).

318. Em "I. a família de Bragança e Guimarães".

319. Costa, Pe. António Carvalho. *Op. Cit.*, 1706, p. 74.

320. "Vista de Guimarães". Vista panorâmica da cidade de Guimarães nos começos do século XIX, atribuída a Augusto Roquemont, s.d. Coleção de Arte da Sociedade Martins Sarmento, Guimarães.

retirado do estudo de reconstituição do edifício[321] elaborado pelo arquiteto Fernando Távora (1985) – e a sua relação territorial com o conjunto composto pelo paço e pelo castelo [Fig. 55]. O isolamento do mosteiro e o domínio territorial que exercia sobre Guimarães são evidentes, principalmente quando considerado que seria visível desde vários pontos do território, quer a partir da própria vila quer dos seus caminhos de acesso. Estudamos esta relação recorrendo ao perfil longitudinal P2 e transversal P3, identificados em planta [Fig. 55; Fig. 56]. Através do desenho, a análise torna-se mais clara e objetiva: se no perfil P2, e com a representação dos três edifícios, se percebe que estes se assumem como marco territorial, o perfil P3 explicita o eixo visual que se estabelece entre o Mosteiro de Santa Marinha da Costa e o conjunto Paço dos Duques-Castelo. As fotografias de início do século XX [Fig. 56.2; Fig. 56.3] comprovam a grande visibilidade de que os três edifícios gozavam em Guimarães, obedecendo a uma composição sublinhada pelo plano de urbanização da cidade, assinado pelos arquitetos Maria José Marques da Silva e David Moreira da Silva em 1949, e que ainda é percetível na atualidade.

Quando consideramos que, à época da execução da cartografia quinhentista, estes três edifícios estariam afetos à Casa de Bragança, a referência ao enquadramento territorial de Santa Marinha da Costa é especialmente pertinente para a análise da "De Guimarães" e, nomeadamente, dos perfis que representam os alçados do paço e do castelo. Analisados os desenhos em separado da planta – mas em constante articulação com o perfil P4, a secção topográfica que representam – [Fig. 57.1] e comparados com fotografias recentes que representam estes mesmos alçados, é claro que o local a partir de onde se veem representam os alçados posteriores do Paço dos Duques e castelo é a encosta do monte de Santa Catarina. Durante o processo de sistematização do arquivo fotográfico da DGEMN relativo à intervenção no paço vimaranense, encontramos uma fotografia que muito interessa ao raciocínio que desenvolvemos. Nesta imagem [Fig. 57.2], vemos a fachada posterior do paço ducal e do castelo em grande destaque, sobranceiros a uma paisagem que seria ainda, provavelmente, muito semelhante à sua realidade mais recuada. Não está indicado o local a partir de onde esta fotografia terá sido tirada, mas, pelo seu enquadramento, pensamos que poderá tratar-se de Santa Marinha da Costa pois, em visita recente ao mosteiro, constatamos que, quem de lá olha a cidade, vê claramente as fachadas do paço ducal e do Castelo [Fig. 57.3], mesmo considerando a expansão recente da malha urbana de Guimarães.

321. "Pousada de Santa Marinha da Costa, levantamento do edificado, s.d., duas escalas". Cf. Bandeirinha, José António ed. "1972-89 Pousada de Santa Marinha da Costa" em *Fernando Távora Modernidade Permanente*. Porto: Casa da Arquitectura, 2012, p. 345.

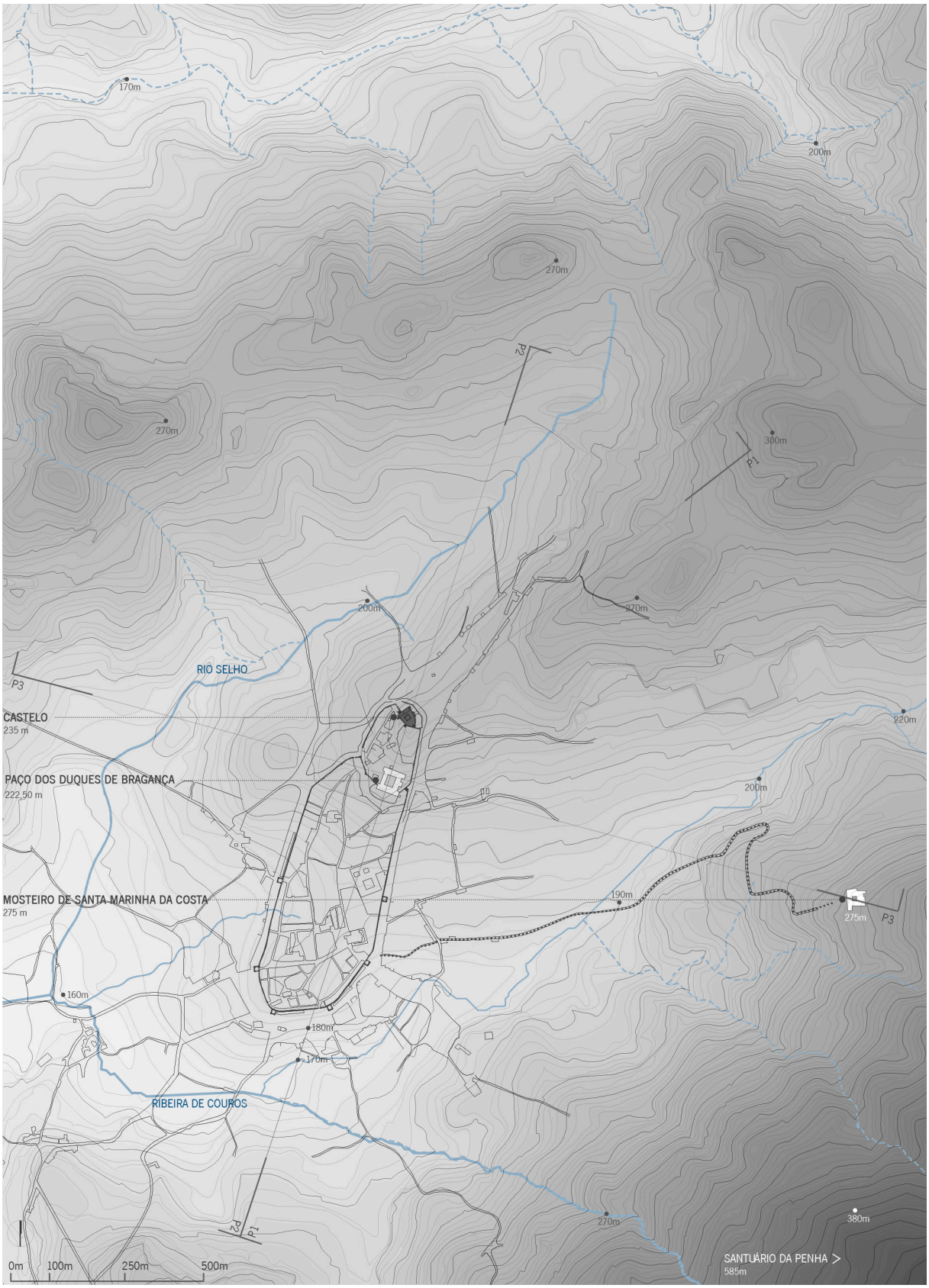
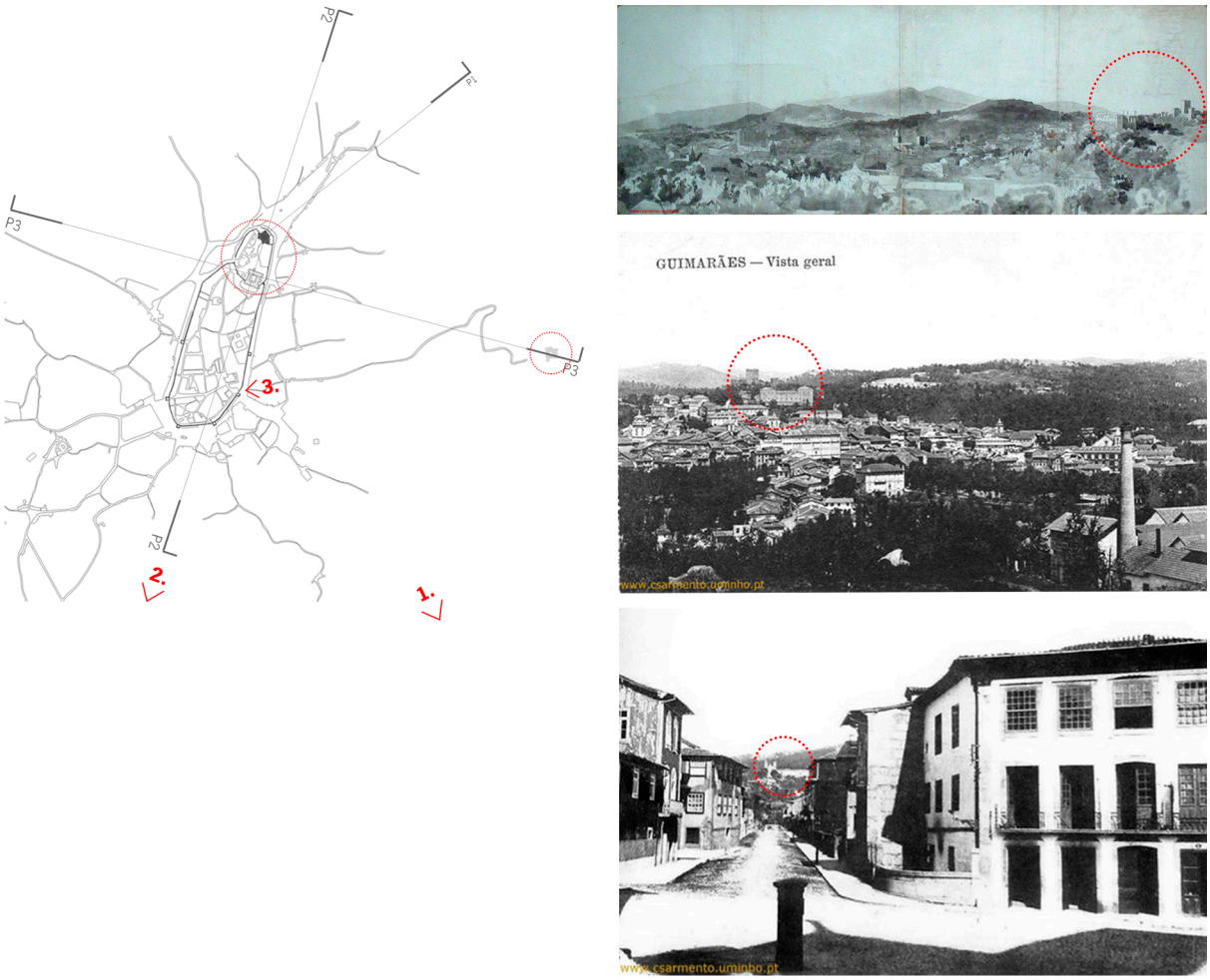


Fig. 55: Posicionamento do Paço dos Duques (222,50 m) em função do Castelo (235 m) e do Mosteiro de Santa Marinha da Costa (275 m) e estudo das relações territoriais entre os edifícios através do perfil longitudinal P2 e perfil transversal P3, sobre planta de Guimarães (s.a., c.1562-70; Cardoso, 1922) e cartografia municipal (CMG, 2003) com representação do sistema defensivo (s.a., c.1562-70) e indicação do caminho de acesso à Costa. ILG, 2020.



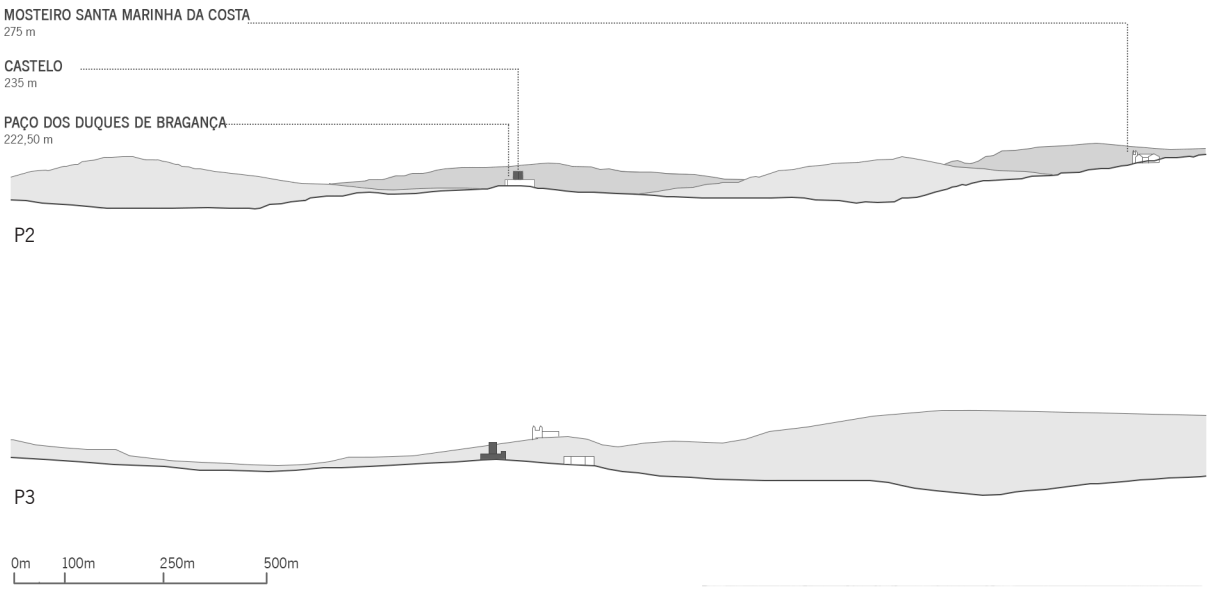
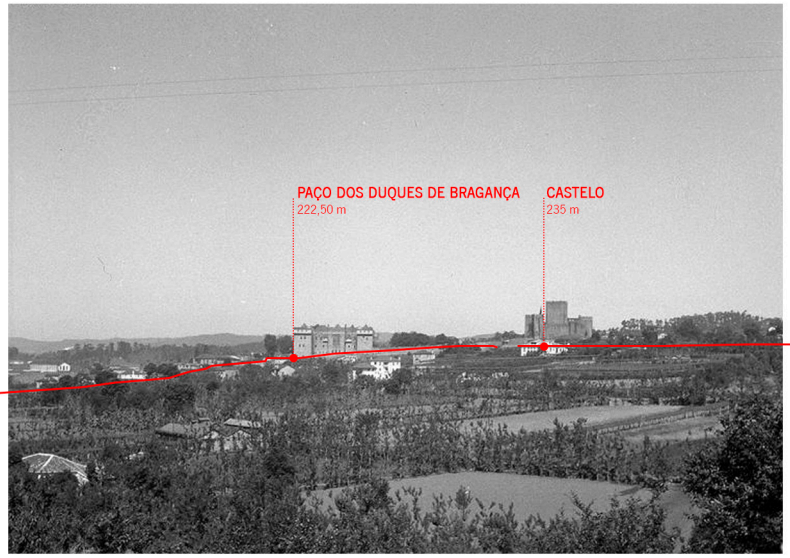


Fig. 56: Estudo das relações territoriais entre o Paço dos Duques (222,50 m), o Castelo (235 m) e o Mosteiro de Santa Marinha da Costa (275 m), através dos perfis P2 e P3 (indicados em planta na Fig. 19) e com recurso às vistas da cidade – 1: Roquemont, c.1800; 2-3: s.a., c.1900 –, que integram o Arquivo da Casa de Sarmento. Em esquema no canto superior esquerdo, indicamos os sítios a partir dos quais estas representações terão sido executadas. ILG, 2020.



1.



2.



3.

Fig. 57: 1. Perfis com representação do Paço e do Castelo que integram a planta "De Guimarães" (s.a., c.1562-70); 2. Vista de Guimarães (SIPA, 1953) com indicação dos perfis retirados da "De Guimarães" (s.a., c.1562-70); 3. Vista de Guimarães a partir do Mosteiro de Santa Marinha da Costa (ILG, 2019) com indicação dos perfis retirados da "De Guimarães" (s.a., c.1562-70). ILG, 2019.

Aproximamos o edifício do Paço dos Duques de Bragança e retomamos os princípios que terão orientado o seu enquadramento territorial. Como mencionado, a construção de uma nova moradia senhorial terá estado associada à vontade do Conde D. Afonso em superar a sua condição de filho ilegítimo de D. João I, reafirmando o poder e a distinção da Casa de Barcelos no panorama nacional. Com este propósito em mente, a escolha de um lugar adequado para a implantação deste novo palácio, que se pretendia moderno e magnificente, era fundamental. Seria essencial assegurar que, a partir do paço, se gozaria de grande visibilidade sobre a vila e territórios circundantes, garantindo que o palácio surgiria destacado e eminentemente reconhecido a partir de vários pontos de vista. No nosso entendimento, reforçar a presença de D. Afonso através da arquitectura como símbolo de um extenso domínio territorial na vila que será, anos volvidos, sede do seu ducado, terá sido um determinante na implantação.

O local escolhido para a construção do palácio foi o *Monte Latito*, uma elevação caracterizada geologicamente pelos seus afloramentos graníticos sobre os quais já tinha sido construído o Castelo de Guimarães. Implantado numa cota aproximada de 222,50 m acima do nível do mar, o Paço dos Duques surge a meia encosta, entre o reduto militar (235 m) e o casario da vila de Guimarães. Interessa considerar que D. Afonso opta por construir o seu palácio na vila Alta numa época em que esta já teria perdido a sua autonomia em relação à vila Baixa e a sua relevância defensiva estaria a desvanecer, procurando antes garantir a sua afirmação simbólica. O paço é construído sobre a cerca que ainda separava as vilas, que, como nota Rogério de Azevedo, *"ao ligarem as duas vilas esta muralha deixou de exercer função importante e, portanto, ficaria apenas como muro"* [322]. Assim, o paço ducal é construído sobre uma muralha[323] que, embora já não cumprisse propósitos de defesa ou de separação de duas realidades outrora autónomas, permaneceria um elemento emblemático, caracterizador da morfologia urbana da vila e que não foi, como equacionado até à descoberta do mapa quinhentista, desmontado na sequência da decisão de D. João I. Temos a convicção que a escolha do *Monte Latito* se poderá ter relacionado não só com a sua situação topográfica, claramente vantajosa, mas também com a sua proximidade a um elemento de grande valor simbólico, o Castelo, enquanto último reduto defensivo ao qual o paço se aliava – estabelecia-se assim como expressão de domínio administrativo e senhorial do Conde de Barcelos, associando as demonstrações arquitetónicas do poder militar (Castelo) e político (Paço dos Duques) sob um mesmo senhor, e erguendo em pedra a imagem da transição entre os tempos de guerra e os tempos de paz. Lembrando que o tramo de muralha que separava as duas vilas ainda existiria à época da sua construção, a implantação do Paço dos Duques foi plenamente estratégica ao criar uma expressiva cortina de pedra que substituía a

322. Azevedo, Rogério de. *Op. Cit.*, 1942, p. 112.

323. À época do projecto de restauro, é avançada a hipótese de a cerca primitiva ter sido arrasada aquando da construção do paço ducal. Contudo, a planta "De Guimarães" dá a conhecer o traçado da muralha de ambas vilas e percebemos que, não só o muro primitivo não foi demolido como terá sido integrado na nova cerca da vila Baixa, com recurso a pequenos torreões que garantiam a articulação do pano de muralha.

muralha e, simultaneamente, era olhada e olhava sobre a vila, numa relação indissociável com o Castelo e com todo o seu significado retórico, já revelado por diversas vezes.

A par do paço ducal, analisamos sucintamente a situação topográfica do Paço dos Reis de Maiorca, em Perpignan – palácio francês de origem maiorquina que será o exemplar arquitetonicamente mais próximo do paço vimaranense[324]. No seguimento de estudos assinados por Vieira da Silva (1995) e Isabel Maria Fernandes (2016), recorreremos a publicações de Pousthomis (2014) e Tréton (2014) sobre a sua estrutura e organização funcional que contribuirão, indubitavelmente, para a análise que desenvolveremos sobre a distribuição programática do Paço dos Duques em Guimarães como residência senhorial[325]. Apesar de ainda não ter sido estudada em profundidade, a proximidade formal entre os edifícios foi identificada e referida pelos autores mencionados. No entanto, a similitude entre as duas implantações não tem vindo a ser considerada, apesar de entendermos possível traçar paralelismos entre Perpignan e Guimarães também na perspetiva do seu contexto territorial. Situados nas elevações das respetivas vilas – o "Puig del Rey", em Perpignan, e o *Monte Latito*, em Guimarães – e em reduto militar, sobranceiros ao casario, ambos os palácios são construções *ex novo*. Orientam uma fachada – que corresponde à ala onde se localizariam os aposentos do rei e do duque, respetivamente – à vila, numa clara demonstração de domínio e poder. De facto, a relação que procuram com a vila é bastante semelhante, diferindo num único aspeto: o paço real situa-se a Sul de Perpignan e, portanto, orienta sobre a vila a sua fachada Norte, enquanto o paço ducal se situa para Norte, voltando o seu alçado Sul a Guimarães. Desta diferença resulta uma organização territorial em espelho, facilmente explicada pela diferente localização das vilas em função das suas elevações. Nesse sentido, podemos afirmar que o princípio seria o mesmo, o de garantir que o palácio tivesse a maior visibilidade possível e que o senhor do paço, rei ou duque, tivesse absoluta predominância sobre a vila. Atentemos nas plantas de implantação do Paço em Perpignan [Fig. 58.1] e do paço em Guimarães [Fig. 58.2], redesenhadas e trabalhadas com a mesma linguagem gráfica e escala, de forma a facilitar a leitura de afinidades e ruturas. Quando analisadas em conjunto, tornam-se evidentes as semelhanças a nível de implantação, dimensão e relação com o território próximo e distante.

324. Silva, José Custódio Vieira. *Op. Cit.*, 1995, p. 144.
325. A organização funcional será estudada em "2.2.3.1 o período de residência senhorial".



Fig. 58: Estudo comparativo entre as implantações dos paços em Perpignan e Guimarães com orientação a Norte. 1. Planta de implantação do paço real maiorquino, redesenhada a partir de cartografias (Rousselot, 1691; Moithey, 1760) e vista aérea (GoogleMaps, 2021) – as muralhas representadas serão posteriores ao paço, sendo que desconhecemos a relação do palácio com a cerca medieval; 2 Planta de implantação do paço ducal vimaranense, com indicação de linhas de água, sistemas defensivos, plantas de piso térreo dos dois palácios e eixos compositivos. ILG, 2020.

Identificadas as semelhanças entre ambas as implantações, procuramos entender em que medida é que o traçado e orientação do paço em Perpignan poderá ter influenciado o desenho do Paço dos Duques em Guimarães. Para tal, recorremos novamente ao desenho como ferramenta de interpretação e, através da sobreposição das duas plantas [Fig. 59], começamos a delinear algumas hipóteses de interpretação.
Como referido, a organização da planta do piso térreo nos dois palácios é bastante semelhante. É possível que o modelo de Perpignan tenha sido replicado em Guimarães: um quadrilátero, com aproximadamente a mesma dimensão, organizado em quatro corpos horizontais com torreões nos cunhais, e simétrico segundo o eixo entrada-capela, sendo que o corpo Sul (onde, em ambos os palácios, se situariam os espaços de representação) é mais largo que o corpo Norte. Contudo, não se trata de uma cópia exata. A sobreposição das plantas de implantação ajuda a clarificar algumas das opções tomadas a nível arquitectónico e de organização funcional, mas também territorial, nomeadamente a clara orientação do Paço dos Duques sobre a vila Baixa, em detrimento de garantir a orientação canónica dos espaços de culto sobre o eixo Poente-Nascente. Em Portugal, a capela palatina era um privilégio reservado quase exclusivamente ao rei até inícios do século XVI[326], e a única excepção conhecida é o paço vimaranense. Sendo que a capela se situa no interior do paço – ao contrário do que acontece, por exemplo, no Paço do Infante D. Pedro em Tentúgal, o único exemplo que conhecemos de um outro palácio coetâneo e senhorial com capela palatina[327] –, o edifício deveria estar orientado a Nascente, de acordo com a orientação canónica dos espaços de culto edificados no período pré-concílio de Trento, tal como acontece no Paço dos Reis de Maiorca, em Perpignan. No entanto, o paço ducal foi objeto de uma ligeira torção em relação ao eixo Poente-Nascente e foi implantado de forma a garantir que a fachada Sul estivesse orientada sobre a vila, que se desenvolvia à cota baixa, e exatamente sobre a linha de festo, o que amplifica a sua presença sobre Guimarães. A orientação do eixo entrada-capela, fundamental no entendimento da simetria e racionalidade da composição, não parece determinar a orientação do paço – o simbolismo associado à representação e ao domínio da envolvente são preponderantes.

A semelhança entre as implantações dos paços maiorquino e vimaranense é indiscutível. No entanto, se a implantação do edifício obedecesse ao eixo Poente-Nascente sem considerar a realidade na qual se vai inserir, a intencionalidade urbanística claramente assumida pelo Paço dos Duques não seria tão evidente e a sua relação visual com a vila Baixa ficaria seriamente comprometida. Desta forma, o torreão que liga as fachadas Poente e Sul estaria deslocado da muralha, como testado em imagem [Fig. 60], o que tornaria o paço num edifício muito pouco integrado na vila Alta, a nível urbanístico, e com uma área de entrada no palácio – que se quer ampla e de grande visibilidade – pequena e angulosa.

326. Silva, José Custódio Vieira. *Op. Cit.*, 1995, p. 128.
327. Outros palácios com capelas privadas existirão, como, por exemplo, o Paço de Belas. Contudo, apesar de este palácio ser contemporâneo ao paço ducal vimaranense, a capela resultou de uma intervenção posterior a 1442 e ordenada já por D. Beatriz, Duquesa de Viseu e filha do Infante D. João e de D. Isabel de Barcelos, a quem a quinta tinha sido doada por D. João I em 1412. Cf. http://www.monumentos.gov.pt/ (consultado a 03-11-2020).

Exposto o nosso raciocínio, entendemos que assegurar a leitura do edifício como a representação plena do poder do Conde de Barcelos terá sido uma decisão preponderante no desenho e na implantação do Paço dos Duques, que teria fortes repercussões na projeção urbana do edifício. No nosso entendimento, procurou-se a perfeita articulação do paço ducal com o casario e com a muralha, orientando sobre Guimarães a sua impactante e austera fachada principal – a fachada Sul, numa acção cenográfica da composição urbana – no sentido longitudinal e de crescimento da vila, e alinhando o seu espaço de culto – a capela, no corpo Nascente – com o eixo transversal e com o Mosteiro de Santa de Marinha da Costa [Fig. 61], buscando uma relação territorial mais alargada. Com esta orientação, está assegurada a grande presença e visibilidade do Paço dos Duques em Guimarães, sendo que, se considerarmos ainda que no século XV a massa urbana teria uma cércea relativamente baixa, o paço seria visto desde alguns dos principais acessos à vila – como as portas da cidade no Largo do Toural, através das quais se chegava vindo de Vila do Conde, Porto, Santo Tirso e Amarante. Torna-se, portanto, necessário equacionar o grande alcance do paço também para lá dos limites murados, assinalando a chegada à vila do Conde de Barcelos a todos os que a visitam.

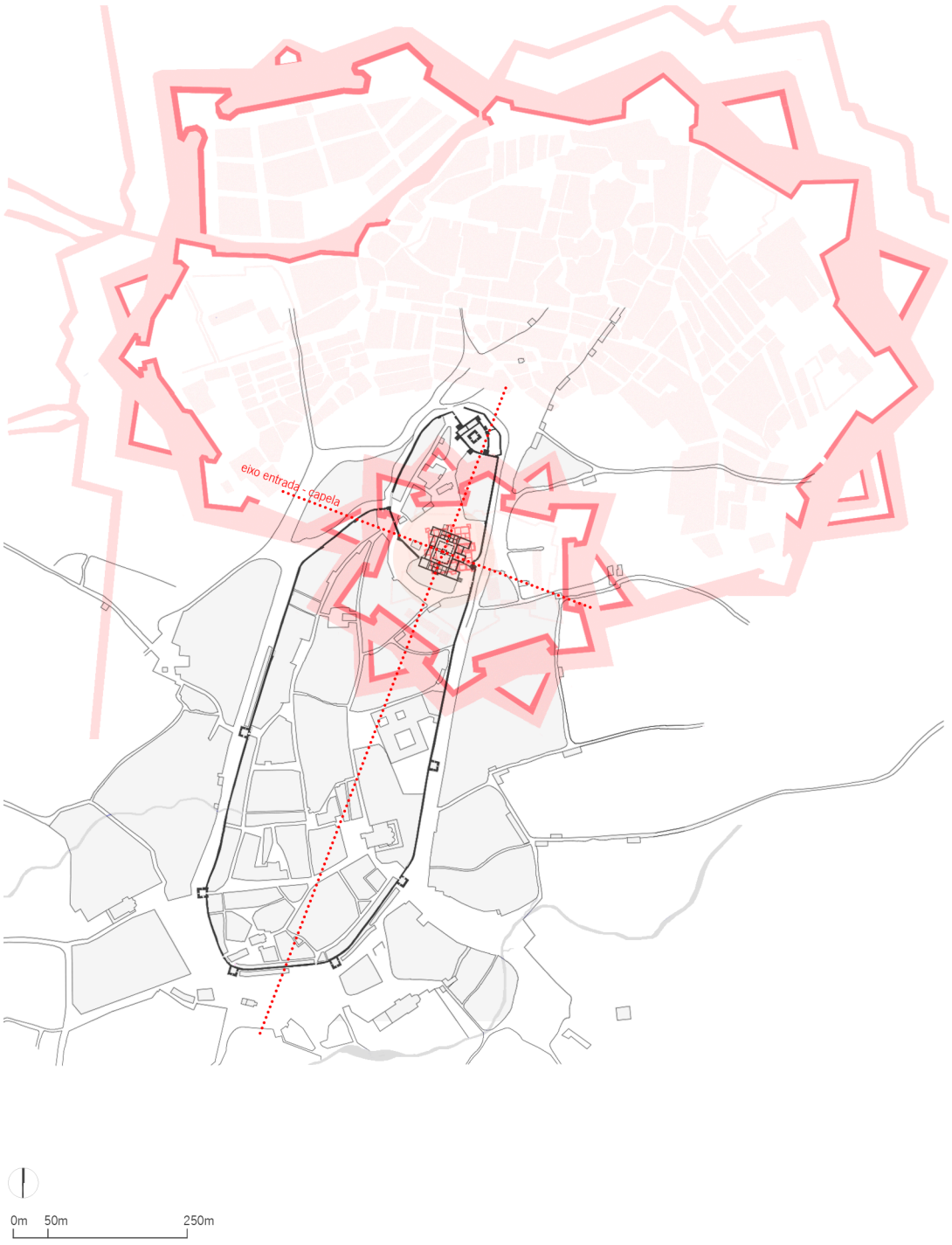


Fig. 59: Sobreposição das plantas de implantação atuais do Paço dos Reis de Maiorca (vermelho) e do Paço dos Duques de Bragança em Guimarães (preto), com indicação dos dois eixos do Paço dos Duques. ILG, 2020.

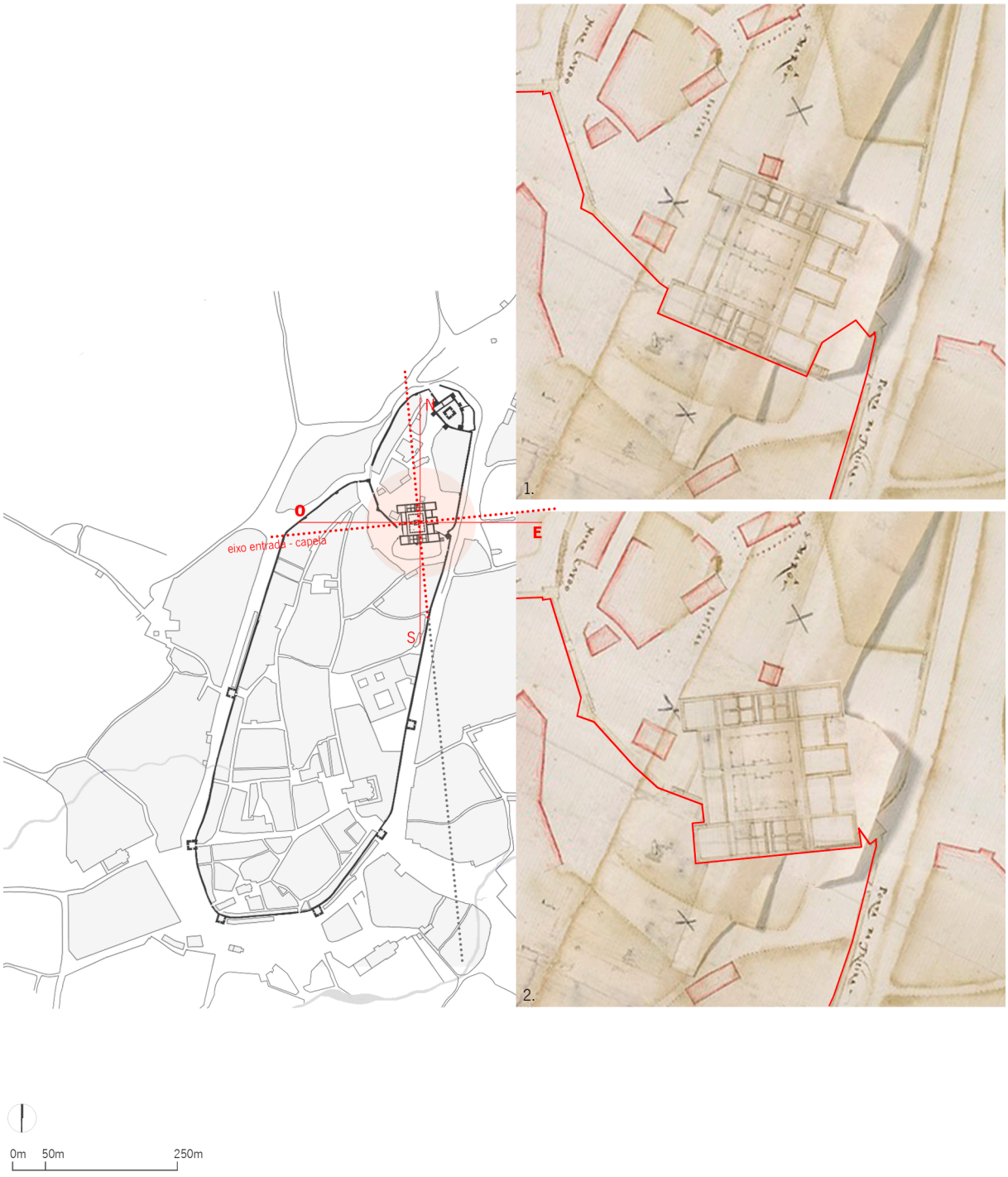


Fig. 60: 1. Estudo da relação do paço e do seu terreiro com a vila, sobre planta (s.a., c.1562-70; Cardoso, 1922) e cartografia municipal (CMG, 2003), incluindo desenho do paço ducal e jardim segundo a orientação canónica para espaços de culto. 1. Terreiro de entrada no paço ducal e relação com a muralha em "De Guimarães", com delimitação da cerca; 2. Terreiro da entrada no paço ducal e relação com a muralha se o paço obedecesse à orientação canónica, testada no mapa 1. ILG, 2020.

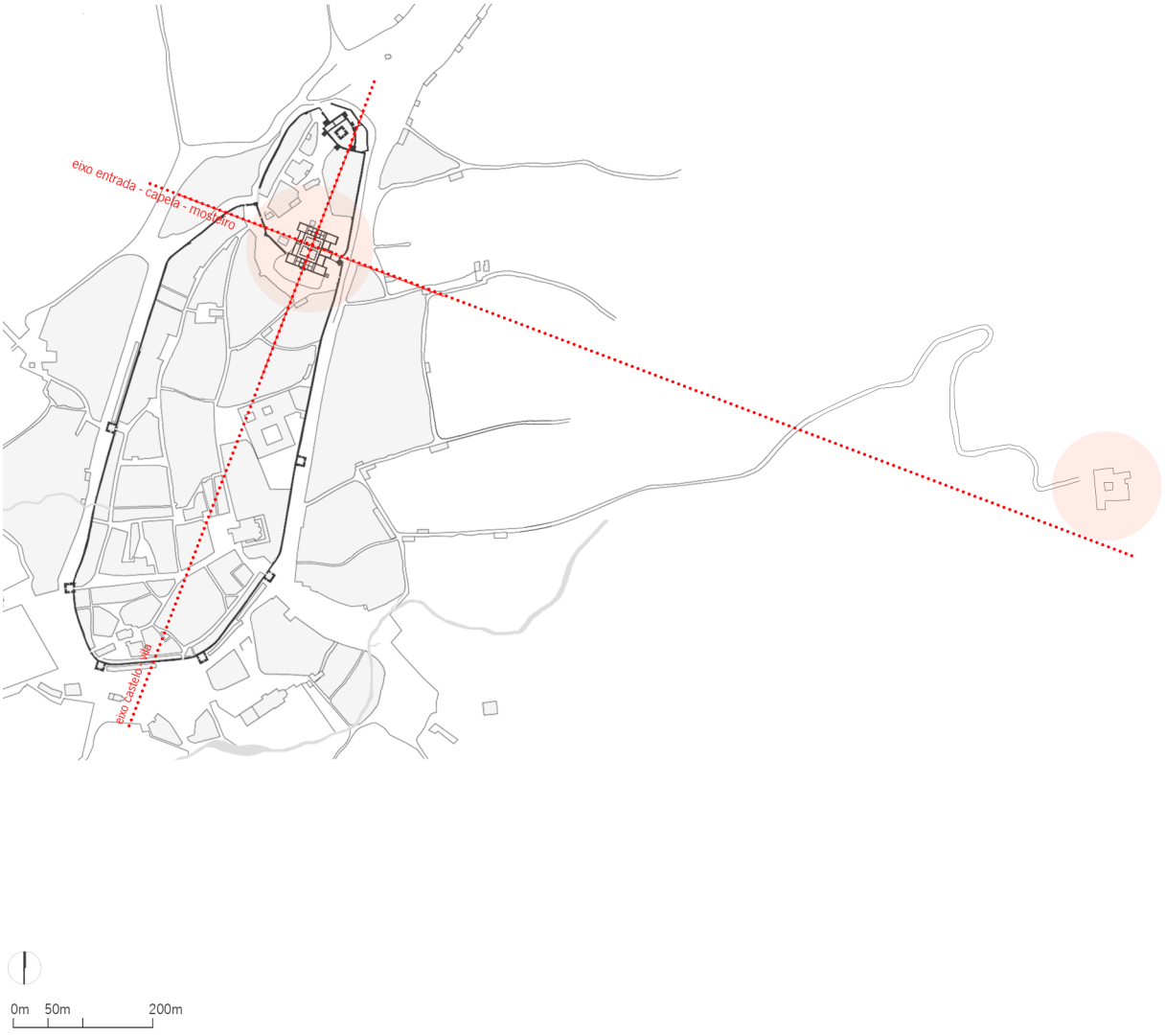


Fig. 61: Estudo da relação do paço com a vila, sobre planta da vila (s.a., c.1562-70; Cardoso, 1922) e cartografia municipal (CMG, 2003), incluindo o Mosteiro de Santa Marinha da Costa e o eixo visual que o relaciona com o paço. ILG, 2020.

Neste sentido, apresentamos um último tópico que nos parece de toda a relevância para o estudo do enquadramento territorial do Paço do Duques de Bragança – a chegada à vila. Mais uma vez, a maqueta construída a partir da planta quinhentista foi particularmente importante quando considerada a relação que o paço ducal e o castelo estabelecem com os primeiros momentos de aproximação a Guimarães. Em relação aos vários acessos à vila, a sua identificação foi possível através dos registos escritos de Pe. António Carvalho Costa (1706) e do estudo de Mário Cardoso (1922), recorrendo à planta[328] que este último publica com o seu artigo, e que serviu de base para o redesenho que temos apresentado da vila quinhentista [Fig. 62]. Para Noroeste seguia-se o caminho para a Póvoa de Lanhoso; Chaves estaria para Nordeste, pelo acesso que se transformou na estrada para Fafe e que é, ainda hoje, um importante eixo urbano. Quem chegasse a Guimarães por uma destas duas vias seria certamente confrontado com a imponência do Castelo em primeiro plano, seguido de perto pelo Paço dos Duques. Chegados à antiga muralha, e tendo em consideração a topografia, a vila desenrolar-se-ia em direção ao Sul – destes locais, desfrutar-se-ia com certeza de uma ampla visão sobre Guimarães. Braga situa-se para Poente e a estrada que a ligava a Guimarães terminava numa das principais portas da cidade (a porta de Santa Luzia). Esta chegada é especialmente assinalada pelo claro desafogo que existe no interior da vila, logo após a passagem da muralha, e que muito diferencia esta zona do casario denso das proximidades. Os acessos a Vila do Conde e ao Porto/Santo Tirso atravessariam o Largo do Toural, desenhando vias ainda hoje legíveis na malha urbana. Destes pontos de vista, entre o Sul e o Poente, são conhecidas algumas representações de Guimarães [Fig. 63]. Na direção de Vila do Conde[329] encontrava-se ainda a capela e o padrão de S. Lázaro, uma das entradas históricas da vila, e por onde D. João I terá passado quando em peregrinação à Nossa Senhora da Oliveira.

"(...) no Rocio de S. Lazaro (...) Deste Rocio para a parte dentre o Vendaval, & Poente se continua a estrada que vay daquella Villa para a de Villa de Conde" [330].

Por sua vez, o caminho para Amarante situar-se-ia para Sudeste, atravessando do Campo da Feira. O acesso ao Mosteiro de Santa Marinha da Costa – localizado a Nascente da vila, na encosta do monte de Santa Catarina – iniciar-se-ia também perto da Feira, e atravessando o já referido burgo de Santa Cruz.

"O Burgo de Santa Cruz, que por ficar junto da Capella deste nome, della tomou o seu, tem a sua serventia para dentro da Villa pela porta da Frieira. A rua do Fato, que fica entre o Nascente, & o Sul tem a sua sahida para o Mosteiro de S. Marinha da Costa, & a serventia para a Villa pela rua Carrapatosa, & desta topa na rua da Pupa atè sahir ao Campo da Feira" [331].

328. Cardoso, Mário. "Evocação". *Revista de Guimarães* 32 (1922): 415-421.
329. De relembrar que, à semelhança de Guimarães, Vila do Conde integrava os domínios dos Duques de Guimarães.
330. Costa, Pe. António Carvalho. *Op. Cit.*, 1706, p. 57-58.
331. *Ibidem*, p.55.

Todos estes acessos se tornaram importantes eixos urbanos que acompanharam o desenvolvimento de Guimarães ao longo dos séculos. Nos nossos dias, o Paço dos Duques continua a gozar de grande visibilidade desde vários pontos da cidade [Fig. 63] – incluindo do monte de Santa Catarina –, mas também desde os caminhos de chegada a Guimarães. A escolha da encosta do *Monte Latito* para a localização do paço ducal terá obedecido a questões estratégicas de afirmação e consolidação de uma imagem de poder e de domínio sobre a vila, e determinou uma proeminência sobre Guimarães que nunca se perdeu. A própria implantação do palácio – criteriosamente orientado sobre a vila – foi um factor-chave na leitura que ainda hoje fazemos do Paço dos Duques, bem como da sua relação quase omnipresente com a cidade, percetível a várias escalas. Poderemos considerar este gesto como fundador de uma memória coletiva vimaranense que sedimentou o Paço dos Duques na identidade própria da vila.

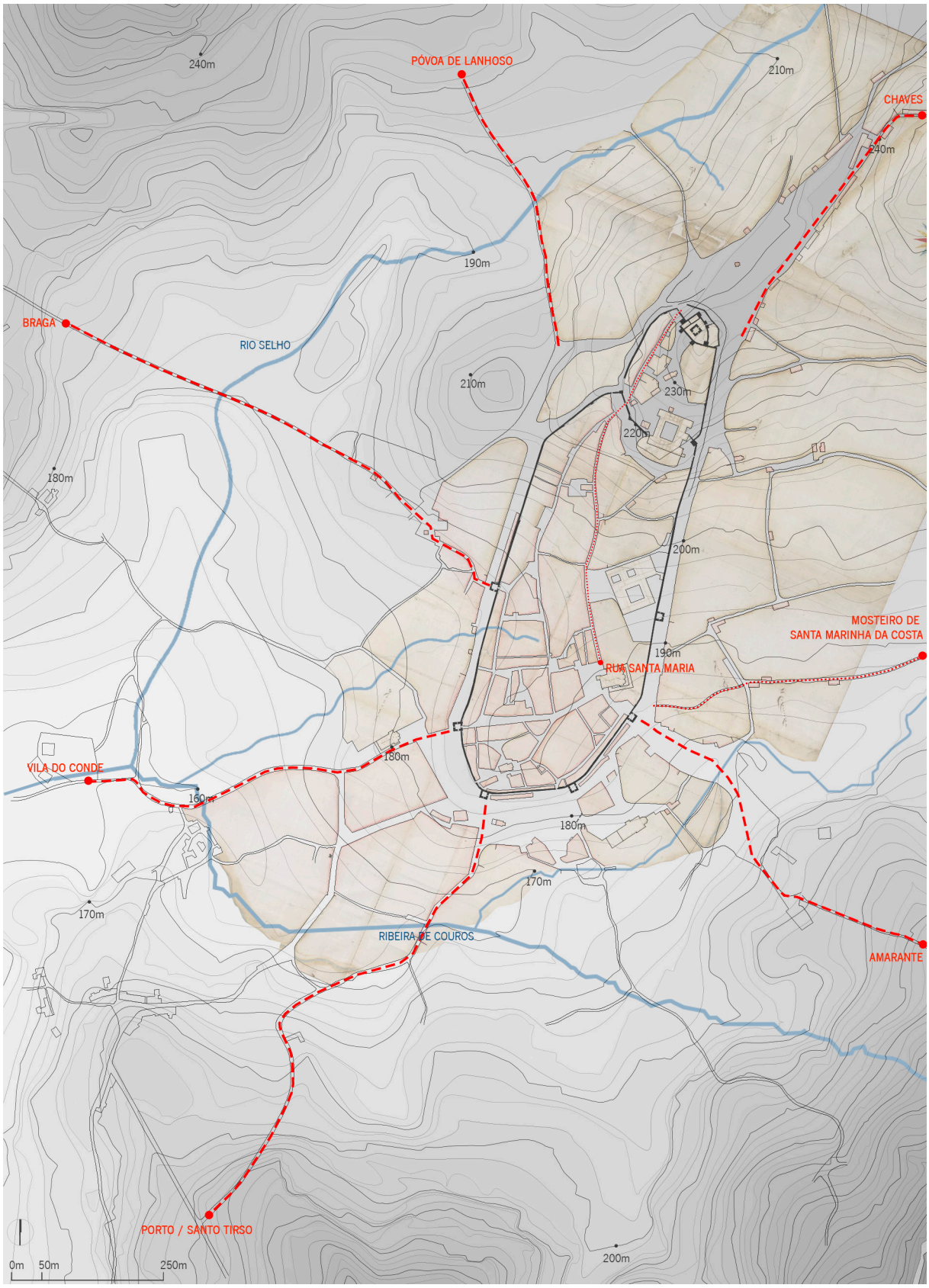


Fig. 62: Indicação das vias de acesso a Guimarães (Cardoso, 1922) em relação ao sistema defensivo, portas e torre sobre planta da vila (s.a., c.1562-70; Cardoso, 1922) e cartografia municipal (CMG, 2003) com representação do sistema defensivo (s.a., c.1562-70). De ressalvar a continuidade da Rua de Santa Maria desde a praça da Oliveira até à vila Alta, conseguida através da abertura de uma porta na muralha da vila, garantindo o atravessamento total de ambas as vilas. ILG, 2020.



Fig. 63: Vistas do Paço dos Duques a partir de dois acessos a Guimarães. 1. "Cidade e caminho de ligação a Urgeses" (*Minho Pitoresco*, 1886); 2. "Vista geral" (s.a, c.1960); 3. "A cidade de Guimarães" (*Archivo Pittoresco*, 1864); 4. "Vista a partir do Monte do Cavalinho" (s.a, 1912); 5. Vista atual a partir do Palácio Vila Flor (ILG, 2017).

2.2.3
a evolução arquitetónica

"Neste districto para a parte do Nascente, ***mandou o Sr. D. Affonso Duque de Bragança fundar um palacio, na magestade sem segundo, e o primeiro na architectura****, feito em quadra, com tao insigne arte, que deixa suspenso o discurso, e a vista embaraçada na repartição de sua fabrica: não se chegou a aperfeiçoar de todo por se acabar primeiro a vida de seu fundador"* [332].

Expostos os pressupostos que, no nosso entendimento, poderão ter influenciado a construção do Paço dos Duques de Bragança em Guimarães e as razões que apoiaram a escolha do lugar de implantação, debruçamo-nos agora sobre o edifício e a sua génese arquitetónica. Na esteira dos vários estudos históricos já publicados, ensaiamos a análise de uma possível evolução arquitetónica considerando as fontes iconográficas entretanto descobertas e recorrendo a ferramentas de desenho e de redesenho que permitem uma nova leitura dos documentos escritos, nomeadamente através da espacialização dos seus dados. A análise cruzada de documentos escritos e desenhados, a par de uma extensa ação de redesenho dos vários registos gráficos do paço (desde c.1562-70 até 2003), permitiu-nos testar uma metodologia que, à semelhança do conceito de "engenharia inversa"[333], poderemos designar "análise arquitetónica inversa"[334] e que será explicitada em momento próprio. Esta forma de olhar os documentos que informam a história do Paço dos Duques foi essencial na investigação que desenvolvemos, e muito contribui para uma compreensão mais abrangente.

A análise da evolução arquitetónica do paço apresentar-se-á da seguinte forma: após a explicitação da metodologia, seguem-se quatro subcapítulos que se associam aos grandes ciclos construtivos que caracterizam a sua história, nomeadamente: a sua construção como residência senhorial (c.1420-c.1576) da Casa de Bragança; o longo período de abandono (c.1576-c.1816) – durante o qual apenas uma parte terá sido utilizada pela Casa das Rainhas –; a sua adaptação a quartel (c.1816-1935); e, por último, o reconhecimento do seu valor patrimonial através de extensas obras de restauro (1936-1960) que culminaram na sua transformação em museu de artes decorativas e residência oficial do Presidente da República no Norte do país, funções que ainda hoje detém.

Esta estrutura analítica corresponde a quatro períodos encadeados numa linha temporal contínua e dis-

---

332. Azevedo, Pe. Torquato Peixoto de. *Op. Cit.,* 1845, p. 155, com sublinhado nosso.

333. O conceito "reverse engineering" tem vindo a ser utilizado em indústria e meio académico há largas décadas, e define-se como: "to disassemble and examine or analyze in detail (a product or device) to discover the concepts involved in manufacture usually in order to produce something similar". https://www.merriam-webster.com/ (consultado a 10-11-2021).

334. Por "análise arquitetónica inversa" entendemos uma metodologia que, à semelhança do conceito de "engenharia inversa", permite a desconstrução dos elementos gráficos e iconográficos de um edifício na tentativa de estruturar a sua evolução arquitetónica através do conhecimento já estabilizado e que sabemos ser fidedigno. Nesse sentido, partindo dos dados mais atuais de que dispomos, vamos retirando informação que entendemos extemporânea ao tempo em estudo, procurando chegar à génese original do edifício por via da subtração de elementos que sabemos serem posteriores.

tribuídos pelos seis séculos de existência do paço ducal: fase 1: séculos XV-XVI; fase 2: séculos XVI-XVIII; fase 3: séculos XIX-XX; fase 4: séculos XX. A par de uma análise cronológica e sequencial, é fundamental considerar a influência decisiva que os diversos programas, a que o Paço dos Duques foi sendo adaptado, tiveram na evolução arquitetónica e construtiva do edifício.

Pensado e construído como símbolo de poder, ao seu abandono rapidamente se lhe sobrepôs um carácter meramente utilitarista, culminando numa profunda descaracterização da primitiva casa senhorial. A sua conformação, organização e distribuição funcional original são, ainda hoje, uma incógnita que a história da arquitectura não conseguiu responder em definitivo. Com o estudo da evolução arquitetónica do Paço dos Duques desde a sua edificação até à inauguração do Museu (c.1420-1960) pretendemos contribuir para uma maior aproximação ao conhecimento deste paço quatrocentista, apresentando hipóteses fundamentadas que informem as suas diferentes fases construtivas. Esperamos ainda que a presente investigação ajude a despoletar novas linhas de investigação e contribua para desmistificar alguns conceitos pré-estabelecidos sobre este palácio, profundamente sedimentados na memória coletiva dos portugueses.

Com o objetivo de estudar a evolução arquitetónica do Paço dos Duques na sua *longue dureé* e de testar uma possível estrutura funcional do paço quatrocentista e quinhentista, foi fundamental uma maior aproximação aos registos gráficos que conhecemos e que documentaram as várias fases construtivas e os ciclos de ocupação do edifício. Existem várias plantas, alguns alçados e perfis do paço que datam, sobretudo, dos séculos XIX e XX. Do período entre c.1420 e 1815, conhecemos apenas a planta de piso térreo e o alçado Nascente que integram "De Guimarães" (c.1562-70) e que, apesar de ser a representação mais antiga do Paço dos Duques, representa um edifício que já teria sido construído há cerca de 150 anos.

Considerando a extensa cronologia do Paço dos Duques e a multiplicidade de fontes primárias a analisar, optamos por um esquema que permitisse um olhar cruzado sobre os vários desenhos, organizados por época e por tipo – plantas: piso 0, piso 1, piso 2; alçados: Nascente, Poente, Sul, Norte; perfis: longitudinais, transversais. A recolha e organização de todos os registos gráficos que conhecemos, editados e reduzidos a uma mesma escala, resultou numa "linha do tempo *figurada*"[335] [Fig. 64] e permitiu encetar uma extensa ação de redesenho que buscou, sobretudo, a depuração da informação através da sistematização da linguagem formal. Para efeitos do estudo da evolução arquitetónica, consideramos os desenhos de levantamento – sabendo que poderiam incluir também ideias de projecto que não chegaram a concretizar-se – nomeadamente as plantas de c.1562-70, 1816, c.1816-19, 1870, 1881, 1914 e c.1936, os alçados e perfis dos levantamentos de Luís Ignácio Barros de Lima (c.1816-19) e da DGEMN (1914, c.1936). Optamos por utilizar sempre o mesmo desenho base – o levantamento realizado pelo Gabinete de Estudos FASE (2003) – por ser o registo temporalmente mais próximo que temos disponível e por ser também a única base em desenho vetorial (CAD), o que permite, naturalmente, uma aproximação ao objeto de estudo mais rigorosa e fidedigna. O recurso à mesma planta base no redesenho de todas planimetrias permitiu manter uma linguagem comum entre todos os desenhos, mas também melhor articular algumas das incompatibilidades de representação e de escala que naturalmente existem. Desta forma, atualizamos a primeira "linha do tempo" e acrescentamos estes novos desenhos ao registo gráfico do Paço dos Duques de Bragança [Fig. 65].

A par da organização sistemática das várias representações do paço, desenvolvemos também a análise ao espólio fotográfico legado pela DGEMN, que procedeu a um extenso registo fotográfico do edifício e da sua envolvente próxima aquando das obras de restauro. Este espólio está disponível nos arquivos digitais do SIPA e engloba perto de 500 fotografias que datam desde o início da intervenção (1936) até à inauguração do Museu (1960). Inclui, ainda, alguns registos mais isolados de anos posteriores, sendo que a fotografia mais recente é já do ano 2000. Contudo, a maioria das fotografias carece de legenda e de da-

335. Por "linha do tempo "figurada"" entendemos a organização de todos os registos gráficos e iconográficos relevantes à investigação segundo uma linha cronológica, permitindo uma leitura transversal e continuada da evolução do edifício.

tação, e é apenas possível localizá-las nos grandes intervalos temporais do "antes", "durante" e "depois" da intervenção. Nesse sentido, procedemos a uma inventariação tipificada das fotografias DGEMN, à qual acrescentamos também os registos fotográficos que integram as fototecas da Associação Muralha e da SMS (incluídos nestas imagens com um filtro sépia) e que retratam o final do século XIX e início do século XX, organizados por vista – vista geral; alçados exteriores Poente, Norte, Nascente, Sul; alçados interiores Poente, Norte, Nascente, Sul – e por período – anterior à intervenção, c.1870-c.1936 [Fig. 66]; durante a intervenção, c.1939-1959 [Fig. 67]; após a intervenção, a partir de c.1959 [Fig. 68].

A esta forma de ordenar os registos recolhidos demos o nome de "Loto"[336], pelo imaginário gráfico associado e por permitir uma leitura com dupla significação, simultaneamente de cheios e vazios (registo e ausência), e por permitir ainda reconhecer e consolidar a importância dos aspetos sobre os quais não existia informação e que mereceriam especial atenção na pesquisa reconstitutiva. Assim, através da mesma "prancha", percebemos quais as alas do antigo palácio que foram mais e menos representadas, nestes três períodos da intervenção. A título de exemplo, de notar que os alçados exterior e interior Nascente (corpo da capela) são constantemente fotografados, e a vários níveis de proximidade, incluindo imagens de conjunto, mas também de vãos isolados e de alguns pormenores. Por outro lado, do alçado interior Poente (corpo da entrada), não encontramos nenhuma fotografia anterior à intervenção.

336. Esta metodologia foi pela primeira vez utilizada no âmbito da investigação ao Paço dos Duques de Bragança desenvolvida no Centro de Estudos da Escola de Arquitectura, Arte e Design da Universidade do Minho entre 2016 e 2018, sob supervisão da arquiteta Maria Manuel Oliveira.

c.1562-70
autor desconhecido

1816
autor desconhecido

c.1816-19
Luís Ignácio Barros de Lima

c.1870
Pedro Avellar Machado

c.1870
Pedro Avellar Machado

c.1870
Pedro Avellar Machado

1881
José Fortunato de Castro

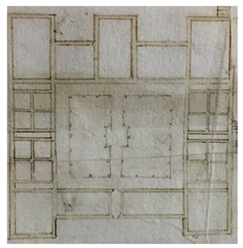
SÉCULO XV - XVI

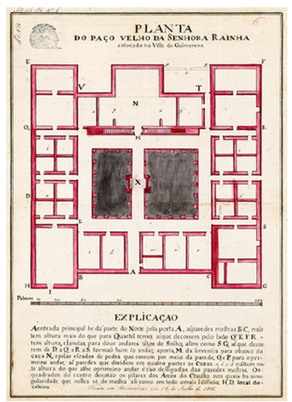
SÉCULO XVII - XVIII

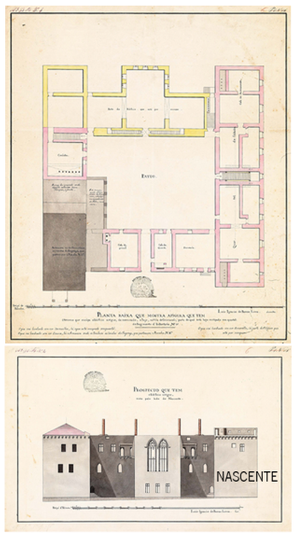
SÉCULO XIX

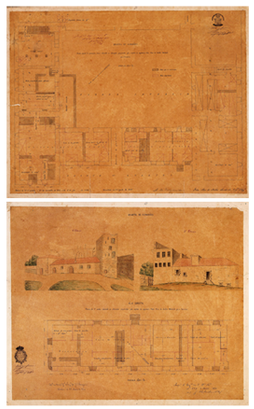
PLANTAS PISO 0 - PISO 1 - PISO 2

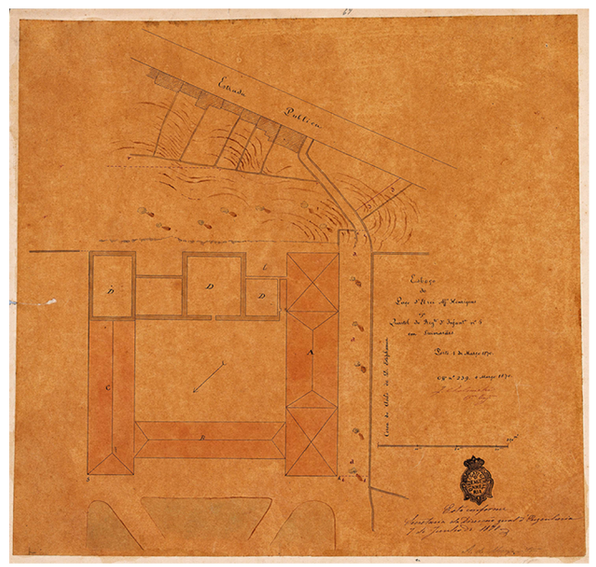
PERFIS LONGITUDINAIS - TRANSVERSAIS | **ALÇADOS** NASCENTE - POENTE - SUL - NORTE

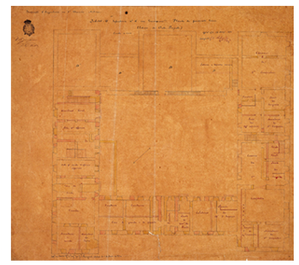














- **1762**
autor desconhecido
Auto de Medição



- **1813**
John Synge

"The Palace of the Braganza Family at Guimaraens"



"Inside the Palace the Braganza"

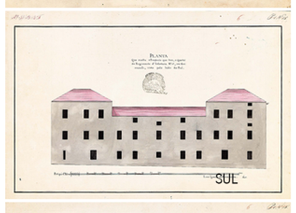




Fig. 64: Linha do tempo "figurada", incluindo todos os elementos gráficos relativos ao Paço dos Duques em Guimarães organizados segundo uma "linha do tempo". ILG, 2018.

1897
Ernesto Korrodi

1914
autor desconhecido

c.1935
autor desconhecido

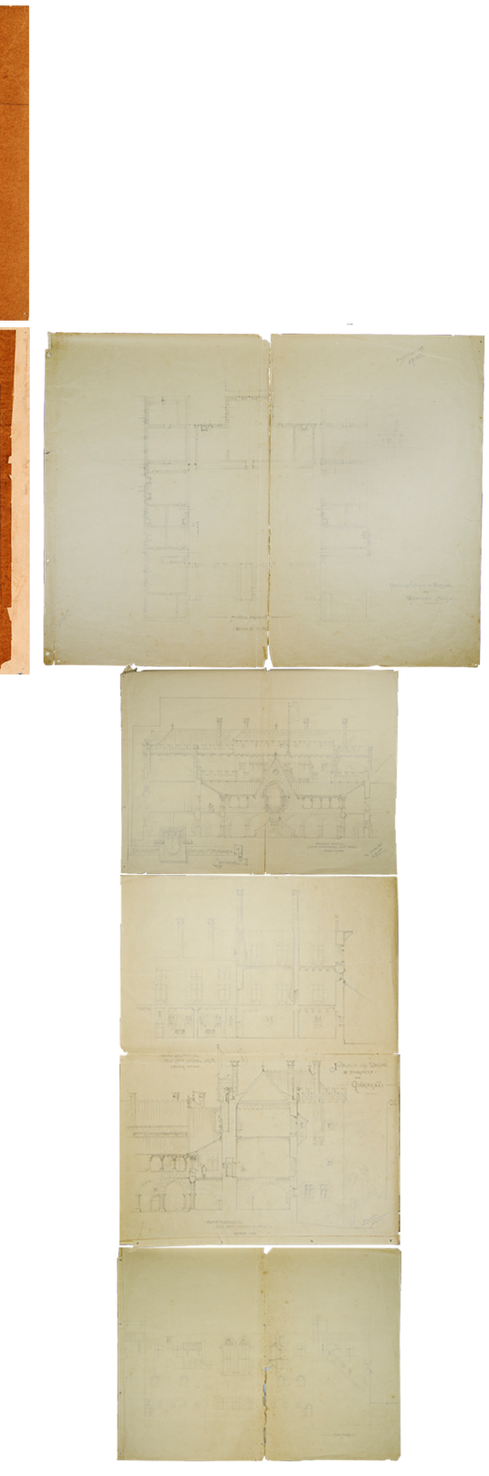
1936
Rogério de Azevedo (DGEMN)

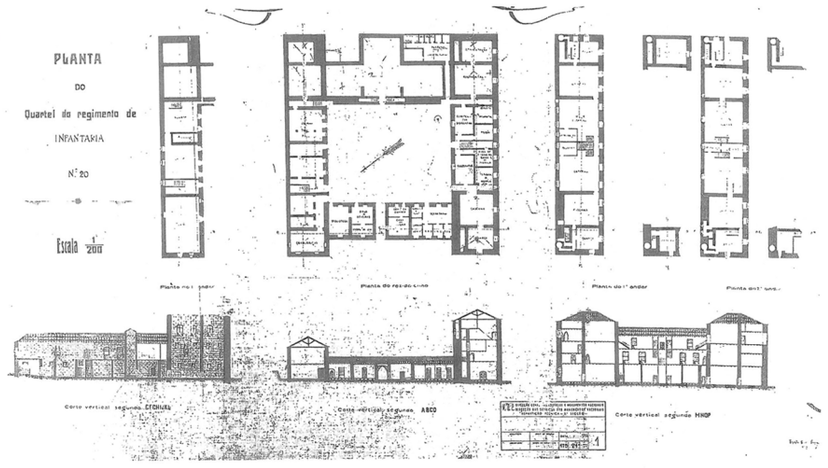
1956
DGEMN

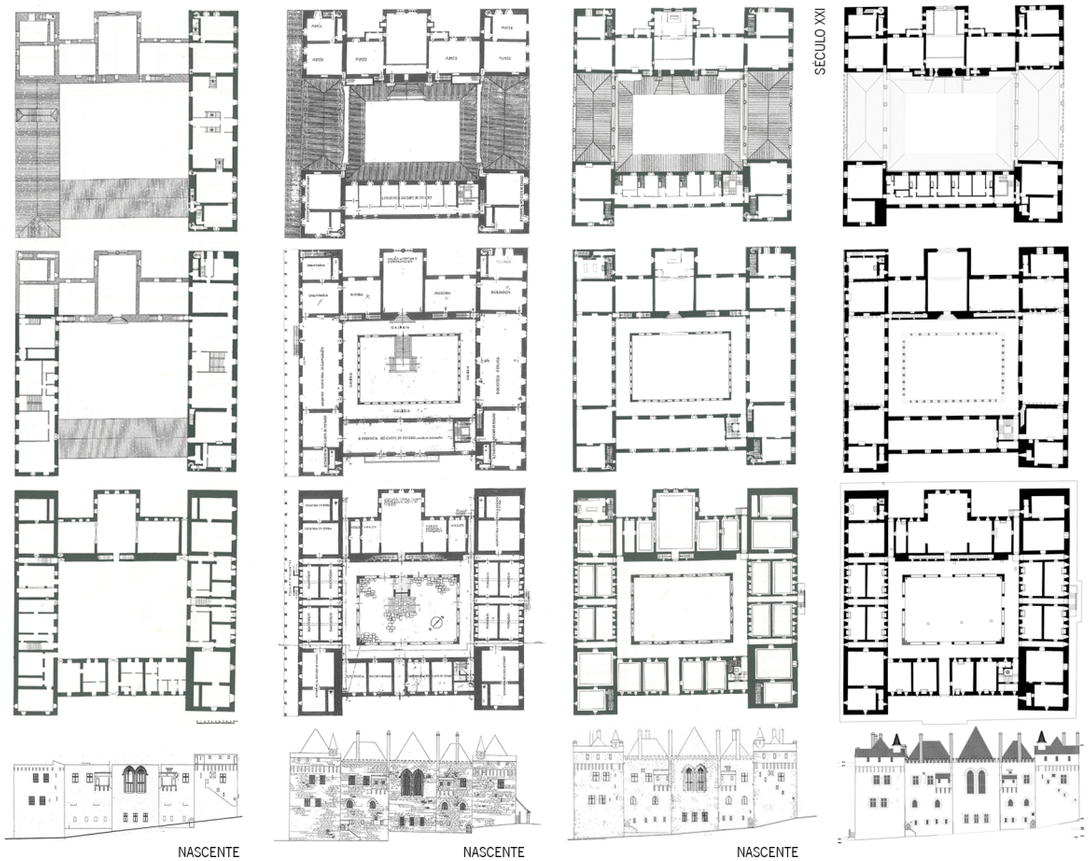
2003
FASE - Estudos e Projectos

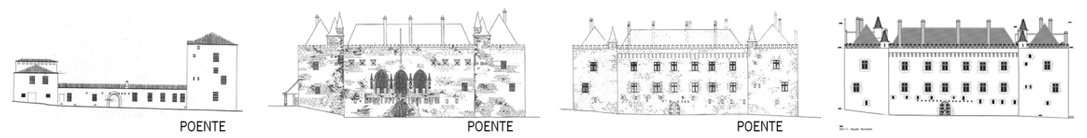
SÉCULO XX

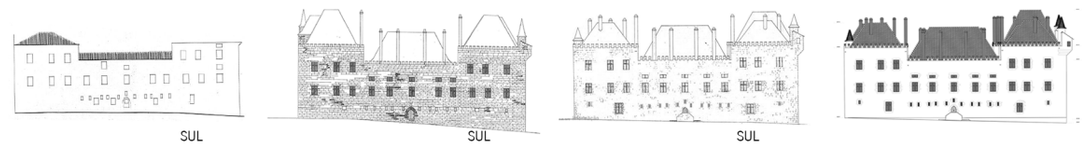
SÉCULO XXI



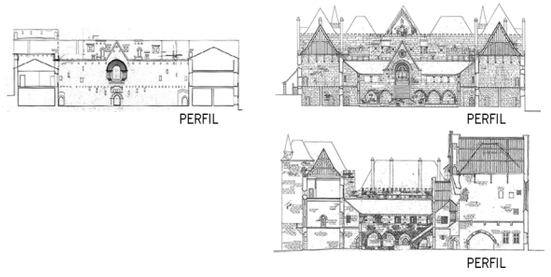












c.1562-70
autor desconhecido

1816
autor desconhecido

c.1816-19
Luís Ignácio Barros de Lima

c.1870
Pedro Avellar Machado

c.1870
Pedro Avellar Machado

c.1870
Pedro Avellar Machado

1881
José Fortunato de Castro

SÉCULO XV - XVI

SÉCULO XVII - XVIII

SÉCULO XIX

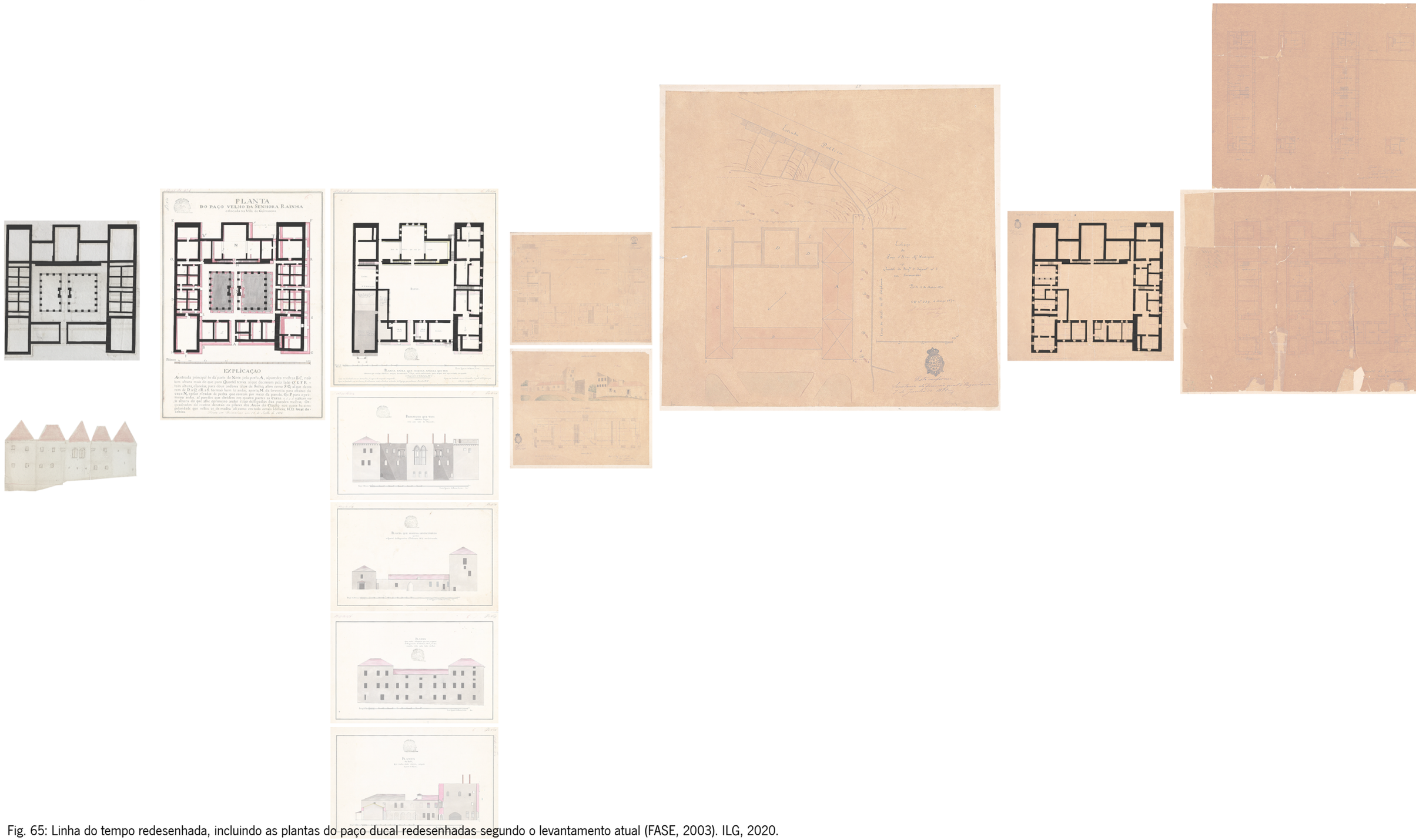


Fig. 65: Linha do tempo redesenhada, incluindo as plantas do paço ducal redesenhadas segundo o levantamento atual (FASE, 2003). ILG, 2020.

1897
Ernesto Korrodi

1914
autor desconhecido

c.1935
autor desconhecido

1936
Rogério de Azevedo (DGEMN)

1956
DGEMN

2003
FASE - Estudos e Projectos

SÉCULO XX

SÉCULO XXI





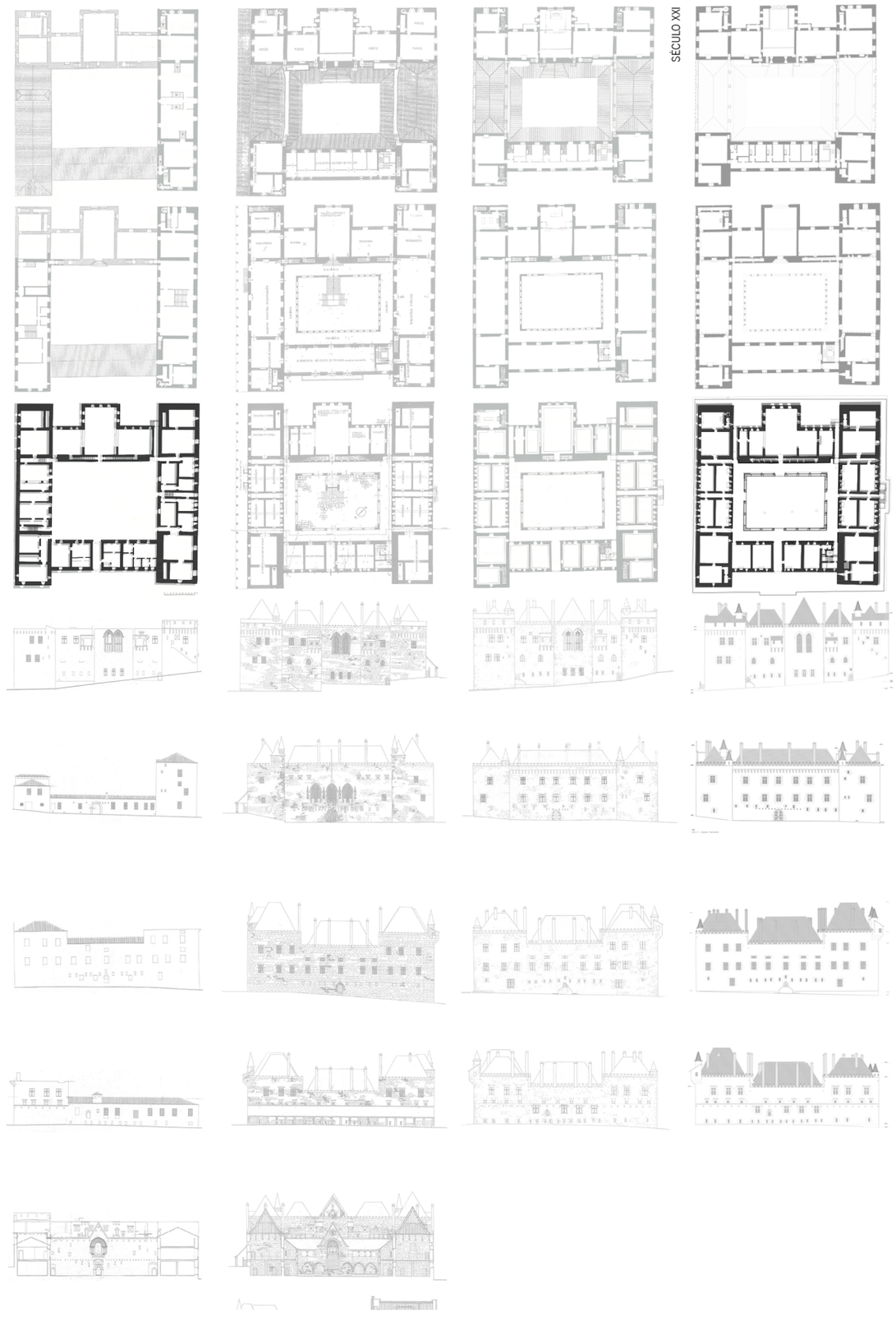




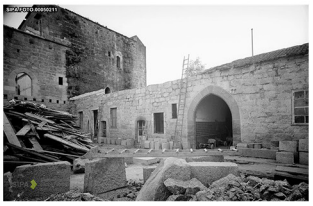
Fig. 66: Loto: análise interpretativa das fotografias do Paço dos Duques antes da intervenção DGEMN (c.1870-c.1936). Fontes: SIPA, Associação Muralha, SMS. ILG, 2018.

EXT. SUL





ALÇADO INT. POENTE



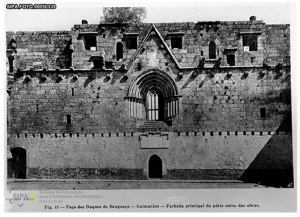
ALÇADO INT. NORTE



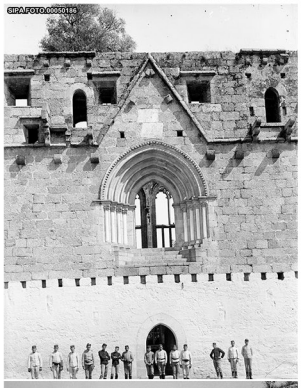


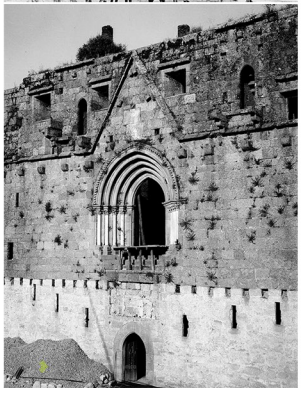
ALÇADO INT. NASCENTE











ALÇADO INT. SUL





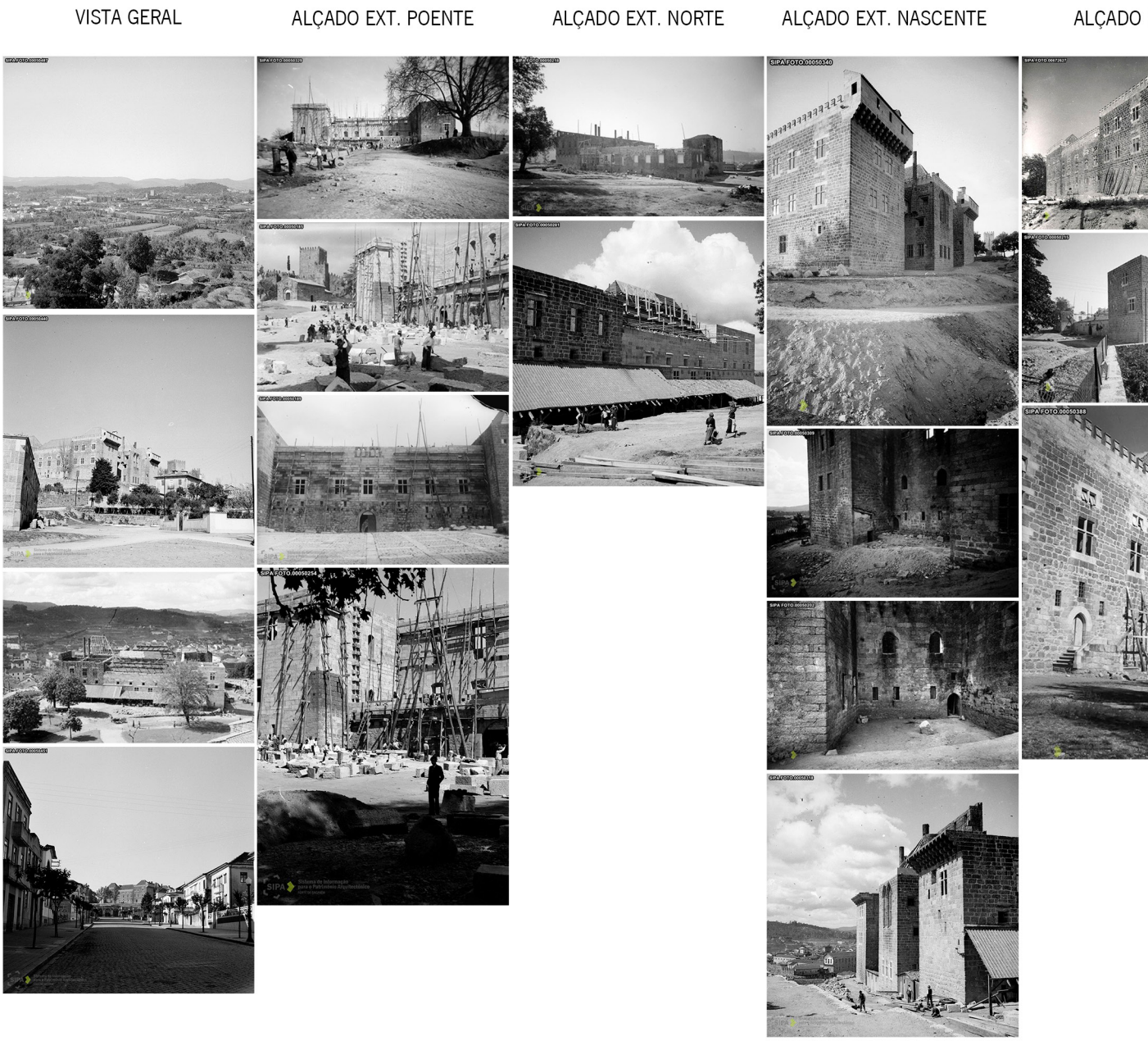


Fig. 67: Loto: análise interpretativa das fotografias do Paço dos Duques durante a intervenção DGEMN (c.1937-c.1959). Fontes: SIPA, Associação Muralha, SMS. ILG, 2018.

EXT. SUL ALÇADO INT. POENTE ALÇADO INT. NORTE ALÇADO INT. NASCENTE ALÇADO INT. SUL

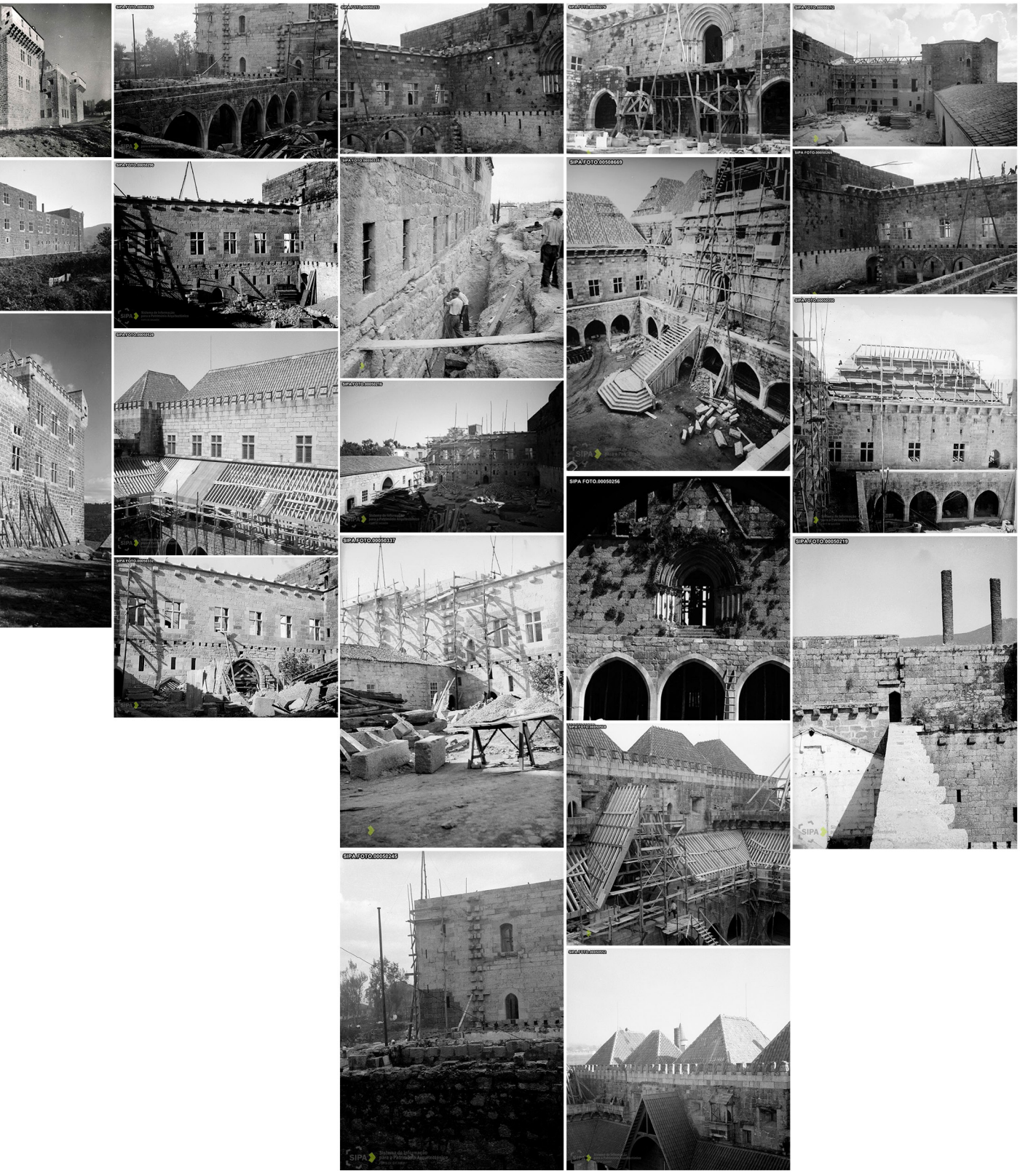




Fig. 68: Loto: análise interpretativa das fotografias do Paço dos Duques após a intervenção DGEMN (a partir de c.1960). Fontes: SIPA, Associação Muralha, SMS. ILG, 2018.

EXT. SUL





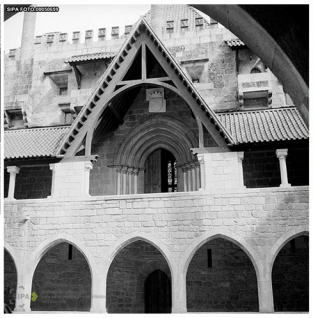
ALÇADO INT. POENTE



ALÇADO INT. NORTE



ALÇADO INT. NASCENTE



ALÇADO INT. SUL



A análise em "Loto" permite-nos compreender de forma expedita o que não sabemos e interpretar o que conhecemos a partir desse desconhecimento. Esta sistematização possibilita uma maior consciência da riqueza individual de algumas das fotografias que compõem o espólio e que muito acrescentam à investigação que desenvolvemos – como, aliás, veremos de seguida – por incidirem em ângulos compositivos cuja leitura e interpretação são difíceis em desenho e acrescentarem uma nova camada de informação, mais fina e pormenorizada. A recolha e organização destes vários espólios permitiu discernir sobre a sua evolução arquitetónica, bem como uma compreensão mais incisiva de todo o processo de restauro do Paço dos Duques e das profundas alterações de que foi alvo, estudadas individualmente, alçado a alçado, e em conjunto.

Realizada a esquematização do espólio fotográfico da DGEMN, a análise às fotografias que se seguiu foi mais orientada. Os registos referentes aos alçados interiores Norte, Sul e Nascente anteriores à intervenção (c.1936) foram extremamente relevantes para uma melhor compreensão da evolução arquitetónica do Paço dos Duques. O alçado Poente, não tendo sido fotografado isoladamente, surge em algumas imagens com um ângulo bastante acentuado, o que dificulta a sua leitura. Contudo, existem três fotografias dos três alçados interiores Norte [Fig. 69.1], Sul [Fig. 69.2], e Nascente [Fig. 69.3], que são preciosas fontes de informação. Recorrendo ao levantamento arquitectónico DGEMN deste período [Fig. 44] foram traçadas as linhas de corte que corresponderiam a cada alçado e sobrepostas às fotografias, previamente adaptadas à mesma escala. Quando recortadas e ordenadas as imagens, foi possível relacionar mais eficazmente os alçados que compõem o pátio interior – organizados num alçado desenrolado [Fig. 69.4] –, permitindo dessa forma um entendimento mais imediato da matriz tipológica dos vãos e das relações altimétricas entre pisos. As diferenças óbvias de volumetria entre alçados são, apesar de tudo, mais evidentes quando estudados os alçados exteriores. Nos alçados interiores, por outro lado, a existência de uma cota comum – a do pátio – permite uma compreensão mais imediata do espaço; em alçado desenrolado, são imediatamente visíveis as relações compositivas entre os diferentes corpos.

Interessa ainda referir que a análise aos registos fotográficos permitiu também densificar o levantamento arquitectónico de c.1936. Em algumas fotografias percebemos a existência de certos elementos estruturais, decorativos, e até de vãos, que não se encontram representados em desenho, mas que, ao estarem fotografados, se torna possível o seu desenho e integração em alçados e perfis. Por essa razão, entendemos ser fundamental identificá-los e incluí-los em todos os desenhos que desenvolvemos. Assim, sabemos que existiriam oito cachorros em parte do alçado exterior Norte [Fig. 70.1], sete cachorros sobre a entrada, no alçado exterior Poente [Fig. 70.3], e em todo o comprimento do alçado interior Sul [Fig. 70.2; Fig. 70.3]. Tanto no corpo Norte como no corpo Sul, existiria uma porta a nível do segundo piso, alinhada com as paredes exteriores que conformavam o pátio [Fig. 71.1], o que indica um eventual acesso exterior, de ronda. Ainda no corpo Norte, identificamos sete cachorros na sua parede Nascente [Fig. 71.1] que provavelmente suportavam parte da cobertura – revelando assim um novo dado sobre a volumetria original desta ala. De

referir também os elementos de suporte e arranques de paredes dos dois balcões no alçado Nascente, à direita [Fig. 71.3] e à esquerda [Fig. 71.2] do corpo da capela, bem como a estrutura das duas lareiras da capela, as únicas cujo corpo é exterior às paredes do paço.

A identificação de todos estes elementos contribuiu para um entendimento mais profundo e integrado da estrutura palatina no período que antecedeu o seu restauro, sendo que permitiu clarificar alguns aspetos mais nebulosos da conformação específica do palácio quatrocentista.

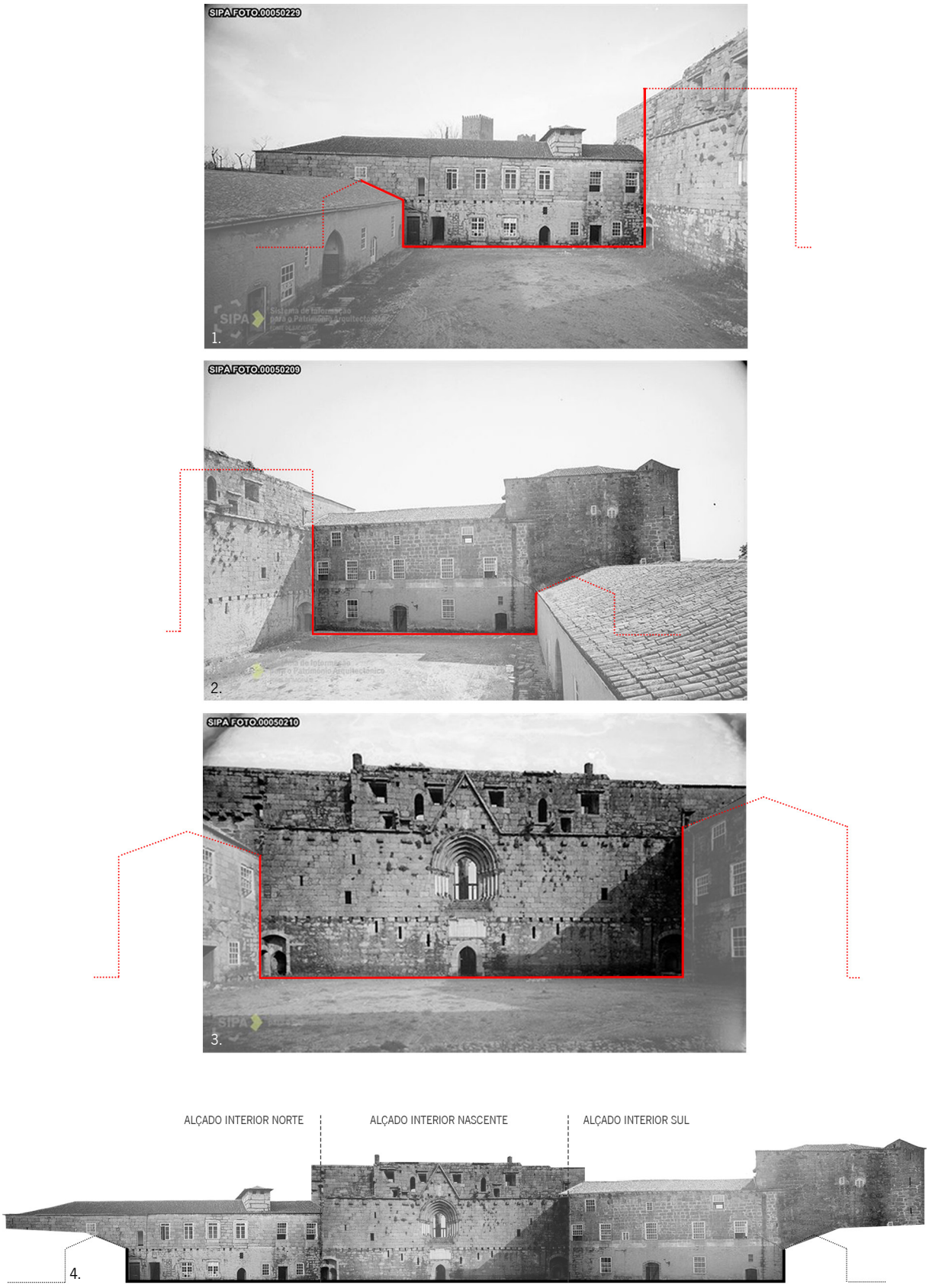
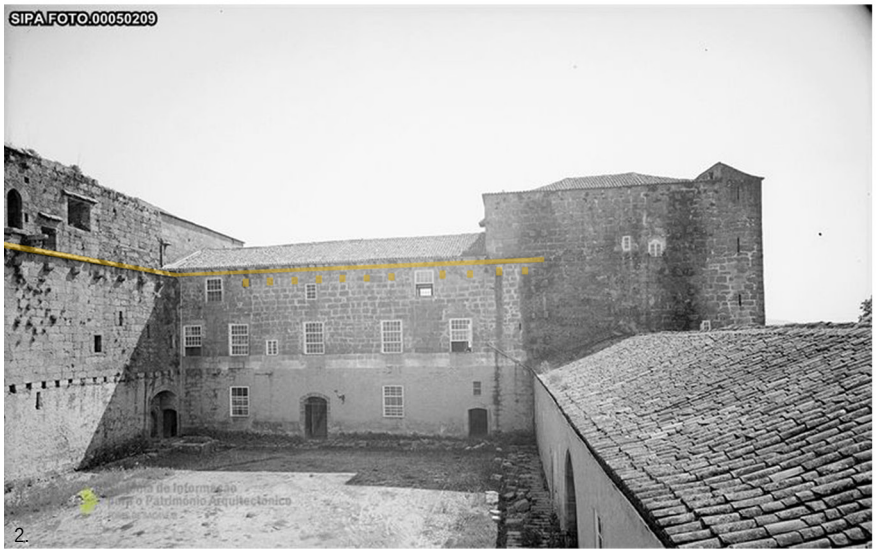


Fig. 69: Alçados interiores do pátio do Paço dos Duques (c.1936). 1. Alçado interior Norte com sobreposição da linha de corte a vermelho; 2. Alçado interior Sul com sobreposição da linha de corte a vermelho; 3. Alçado interior Nascente com sobreposição da linha de corte indicada a vermelho; 4. Montagem do alçado desenrolado do pátio a partir das fotografias analisadas. Fonte: SIPA. ILG, 2020.





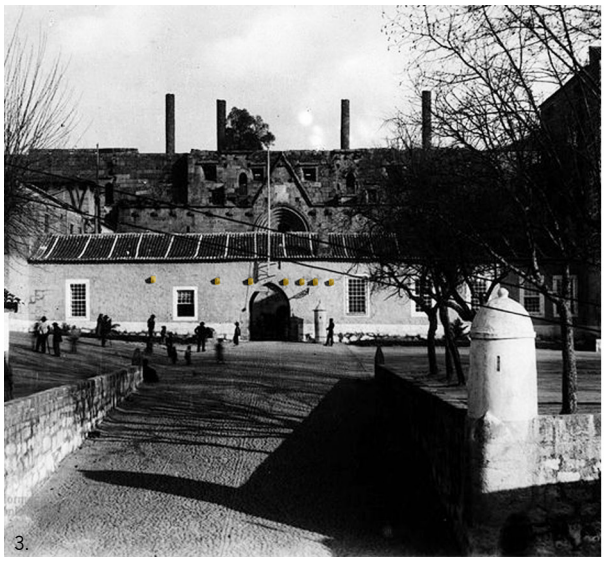




Fig. 70: Fotografias do Paço dos Duques no início do processo de restauro (c.1936), com indicação, a amarelo, de elementos construtivos fundamentais à leitura do edifício e que não estão incluídos no levantamento arquitectónico. 1. Alçado exterior Norte; 2. Alçado interior Sul; 3,4. Alçado exterior Poente. Fonte: SIPA. ILG, 2020.

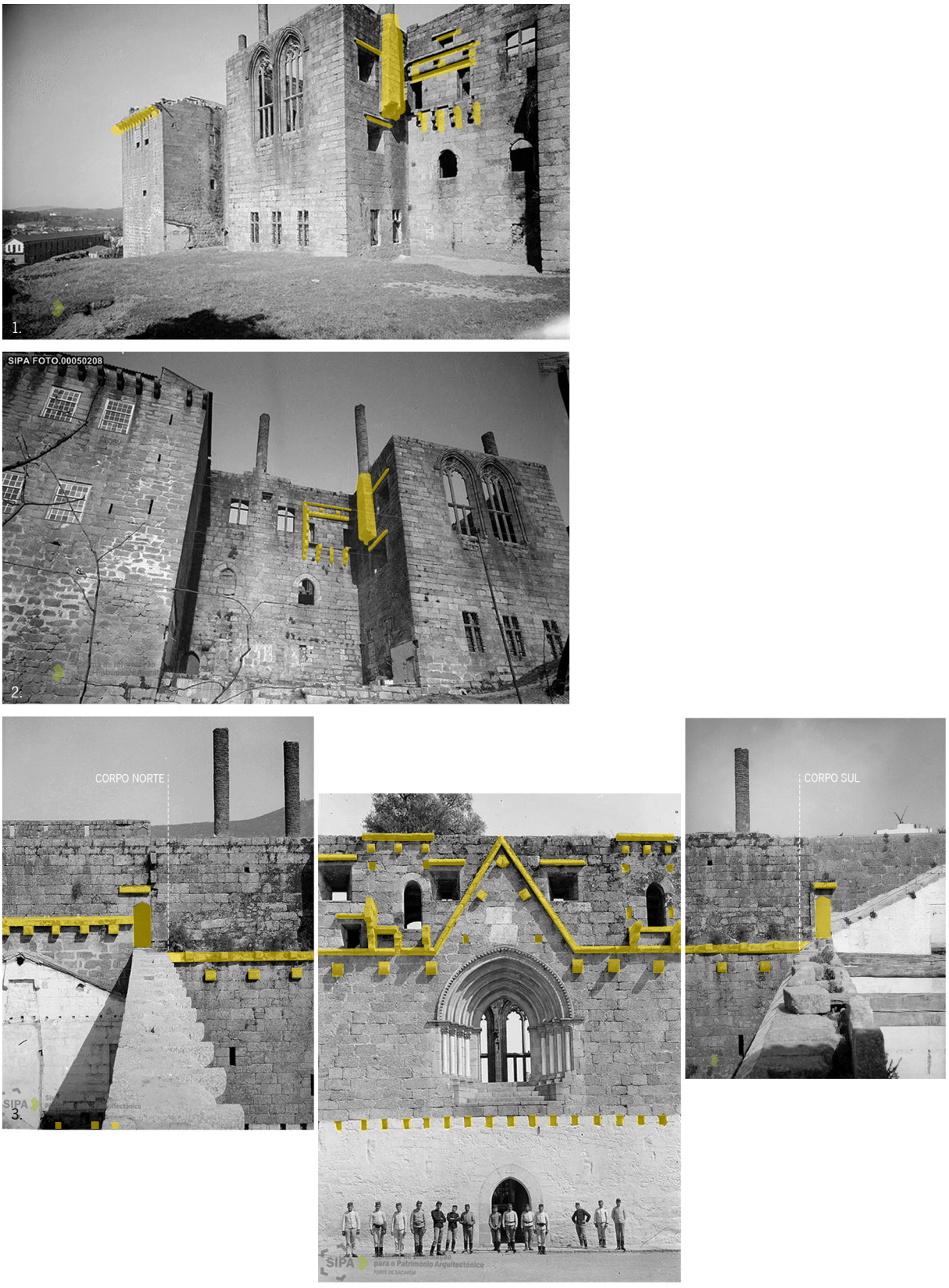


Fig. 71: Fotografias do Paço dos Duques no início do processo de restauro (c.1936), com indicação, a amarelo, de elementos construtivos fundamentais à leitura do edifício e que não estão incluídos no levantamento arquitectónico. 1,2. Alçado exterior Nascente; 3. Alçado interior Nascente. Fonte: SIPA. ILG, 2020.

Tomando em linha de conta as novidades anteriormente descritas, retomamos o levantamento da DGEMN [Fig. 44] e redesenhamos os quatro alçados exteriores de forma a incluir os elementos agora identificados. A par do redesenho, editamos as fotografias dos alçados interiores que compõem a Figura 69 e desenhamos também estes três alçados – interior Norte [Fig. 72.5], interior Nascente [Fig. 72.6] e interior Sul [Fig. 72.7] –, cruzando a informação obtida pela análise fotográfica com uma base rigorosa e vetorial estabelecida a partir dos alçados exteriores redesenhados [Fig. 72.1; Fig. 72.2; Fig. 72.3; Fig. 72.4]. O desenho do alçado interior Poente [Fig. 72.8] foi trabalhado do mesmo modo – através do cruzamento de plantas, alçados exteriores e fotografias – mas, ao contrário dos restantes, a inexistência de imagens de conjunto anteriores à intervenção impossibilitou o redesenho a partir da fotografia. Por conseguinte, este alçado resulta antes da análise visual e interpretativa das novidades acrescentadas pelos registos fotográficos sobre uma base traçada exclusivamente a partir do levantamento arquitectónico. Desenhados os quatro alçados interiores e analisando-os em conjunto com o restante levantamento arquitectónico, a composição do edifício no período que antecedeu a intervenção da DGMN ganha contornos mais claros e definidos.

A compatibilização do levantamento arquitectónico DGEMN (c.1936), juntamente com os alçados interiores, com os registos gráficos anteriores (s.a, c.1816; Barros de Lima, c.1816-19; s.a., 1914) – redesenhados sob a base mais rigorosa a que temos acesso (FASE, 2003) –, possibilitou a construção de um desenho axonométrico do Paço dos Duques no início do século XX [Fig. 73]. Considerando que este desenho foi executado com base no levantamento arquitectónico e complementado pelos registos fotográficos, estamos seguros de se tratar de uma aproximação rigorosa ao paço no período final do aquartelamento militar, o que permitirá a realização de um processo de desconstrução – ou "análise arquitetónica inversa" –, através do qual testamos uma possível distribuição original do palácio através da subtração dos elementos arquitectónicos que sabemos serem mais recentes. Assim, a partir do cruzamento dos elementos que informam a conformação do paço em c.1936 com o seu levantamento mais recente (FASE, 2003), construímos um modelo tridimensional que serviu de base às várias axonometrias, desenhadas a partir de distintos pontos de vista. Após alguns testes perspéticos, optamos por representar o Paço dos Duques sempre a partir dos mesmos dois ângulos – Norte-Nascente [Fig. 73.1] e Sul-Poente [Fig. 73.2] – por serem aqueles que permitem a melhor compreensão de toda a estrutura, incluindo do seu pátio interior.

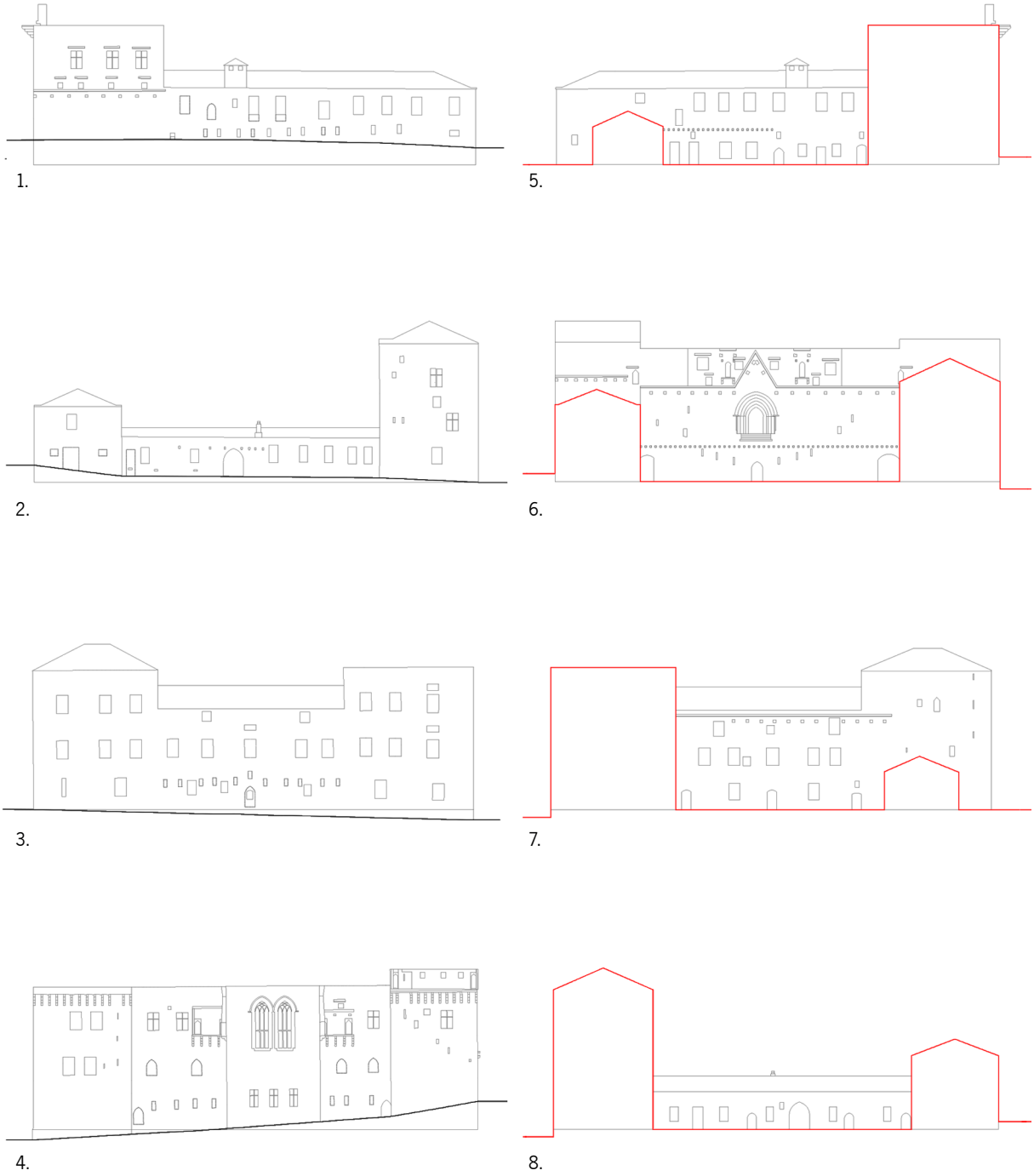
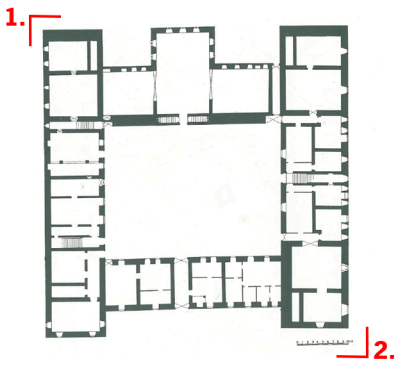


Fig. 72: Redesenho dos alçados exteriores e desenho dos alçados interiores do antigo Paço dos Duques a partir de fotografias DGEMN (c.1936). 1. Alçado exterior Norte; 2. Alçado exterior Poente; 3. Alçado exterior Sul; 4. Alçado exterior Nascente; 5. Alçado interior Norte; 6. Alçado interior Nascente; 7. Alçado interior Sul; 8. Alçado interior Poente. Fonte: SIPA. ILG, 2020.



"Paço dos Duques de Bragança - Guimarães - Planta do piso térreo antes das obras". DGEMN, c.1936.

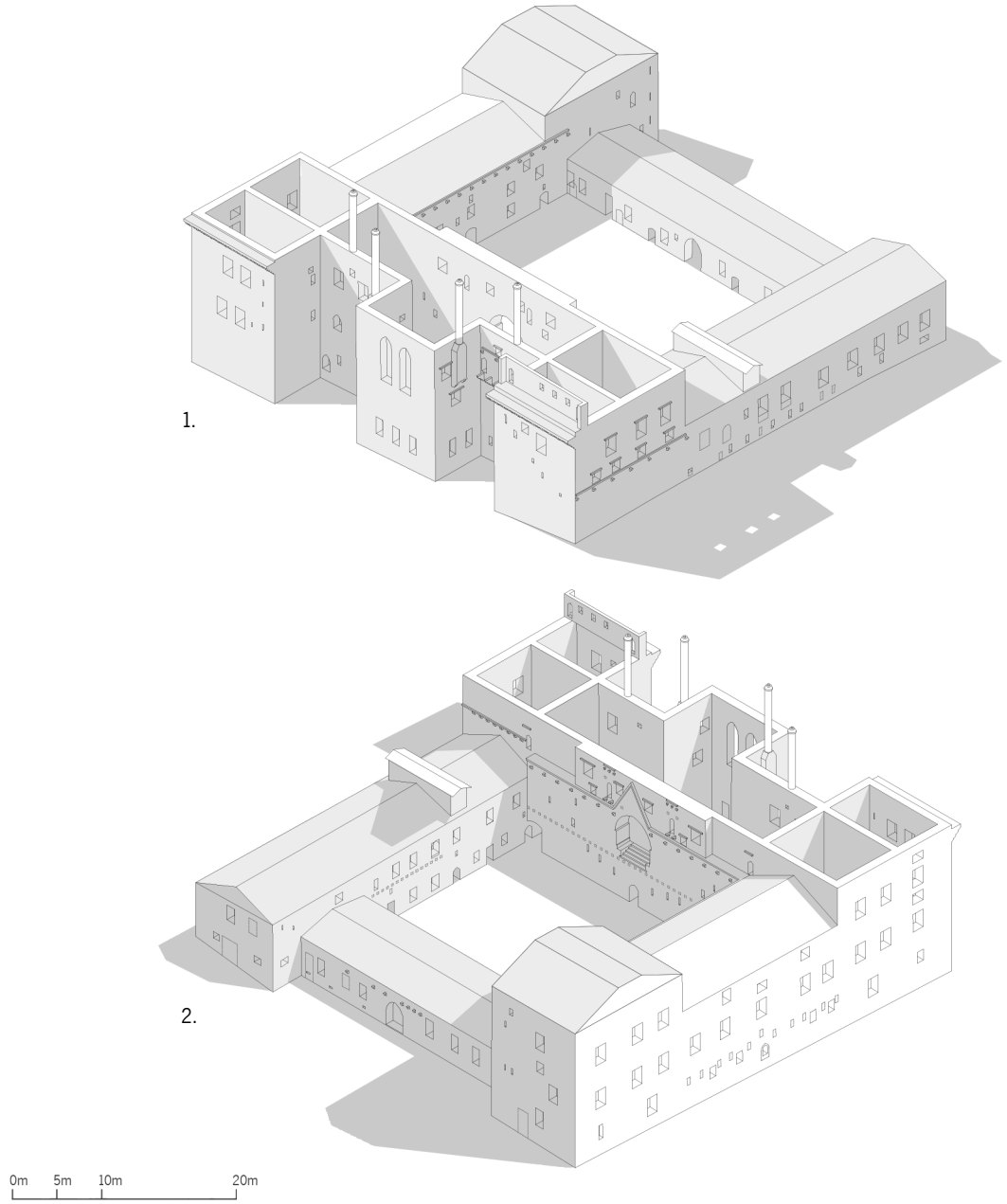


Fig. 73: Axonometria do Paço dos Duques a partir do levantamento gráfico e fotográfico DGEMN (c.1936). 1. Ângulo Norte--Nascente; 2. Ângulo Sul-Poente. ILG, 2021.

Considerando o redesenho de todos os outros elementos gráficos que integram a "linha do tempo" [Fig. 65] e tomando como base a axonometria de c.1936, aplicamos a metodologia da "análise arquitetónica inversa" no estudo da morfologia do paço em 1914, 1870, c.1816-19 e 1816. Retirando a cada axonometria os elementos que sabemos terem sido acrescentados numa fase construtiva posterior (uma análise conseguida através dos sucessivos desenhos de levantamento), chegamos a uma aproximação muito verosímil do aspeto geral do Paço dos Duques em cada um destes momentos, que consideramos chave na sua evolução.

Todas estas representações – com a excepção de 1816 – se enquadram no período de aquartelamento militar. Sobre a época de residência senhorial (c.1420-c.1576) e seu posterior abandono (c.1576-c.1816), conhecemos muito poucos dados. De forma a deslindar a conformação original do Paço dos Duques, foi necessário desenvolver um estudo de desconstrução da volumetria que conhecíamos em pormenor (c.1936), retirando os elementos que sabemos terem sido construídos desde o início do aquartelamento. Aliando a planta redesenhada de 1816 [Fig. 35] com a axonometria desconstruída, avançamos com uma hipótese de desenho do Paço dos Duques no período imediatamente anterior às obras do Exército – uma fase em que o edifício seria apenas parcialmente ocupado pelo armazém da Casa das Rainhas.

Todas as aproximações à volumetria do paço nos séculos anteriores serão mais especulativas, por carecerem de desenhos das épocas em questão – com a excepção da "De Guimarães" (c.1562-70). Ainda assim, consideramos essencial fazer acompanhar a análise histórica à evolução arquitetónica do paço ducal de um registo gráfico, contínuo e sistemático, que espelhe tanto as nossas dúvidas como o conhecimento adquirido ao longo da investigação e o pensamento analítico que orientou este processo.

A par do estudo histórico-arquitectónico de cada um dos quatro períodos referidos testamos aproximações à volumetria e composição do edifício, aliando as diferentes fases construtivas com os consecutivos ciclos de ocupação – residência senhorial, armazém da Casa das Rainhas, quartel, museu e residência do Presidente da República no Norte – que o Paço dos Duques de Bragança albergou ao longo dos séculos.

2.2.3.1
o período de residência senhorial

A edificação do Paço dos Duques de Bragança terá sido iniciada por volta de 1420-1422 – intervalo inicialmente proposto por Alfredo Guimarães (1940) e sucessivamente reiterado[337] – sob indicação de D. Afonso, Conde de Barcelos. A sua morte em 1461 colocou um travão à construção, que terá sido eventualmente retomada por D. Fernando (II), Conde de Guimarães e logo elevado a Duque, antes mesmo de herdar a chefia da Casa de Bragança em 1472. Esta suposta retoma não foi, até ao momento, corroborada por provas escritas, iconográficas ou arqueológicas. Contudo, a continuação da obra vimaranense pelo 3.º Duque de Bragança, bem como o seu envolvimento nas obras em Barcelos tem vindo a ser defendida por vários autores, como Barroca (1998), Vieira da Silva (1995) e Mónica Brito (2003), uma tese fundamentada pela proximidade de D. Fernando à vila[338], bem como pelas semelhanças formais a elementos construtivos presentes no paço ducal em Barcelos. Certo é que a Duquesa D. Constança permaneceu no paço mesmo após enviuvar, tendo inclusivamente adaptado parte do palácio a hospício, ou albergue dos pobres, função que manteve até à sua morte em 1480. Os fatídicos eventos de 1483 originaram a dissolução da Casa de Bragança. Pouco é conhecido sobre o estado em que terá ficado o extenso património apropriado pela coroa no rescaldo da execução de D. Fernando (II) e, em particular, o paço ducal – sabe-se apenas que, em 1490, D. João II terá contratado um carpinteiro para o paço de Guimarães[339], presumivelmente de modo a garantir, se não a continuidade da obra, pelo menos a manutenção da sua estrutura. A restituição da casa brigantina em 1496 a D. Jaime, então elevado a 4.º Duque de Bragança, marcou o início de um novo ciclo de intervenções arquitetónicas de cariz religioso[340] e civil que pontuaram o país. No entanto, desconhecemos, uma vez mais, evidências concretas que suportem a hipótese de uma intervenção do duque no paço vimaranense. D. António Caetano de Sousa (1749) refere apenas que D. Jaime *"(...) fez reparar as Fortalezas, Castellos, e Palacios dos seus Estados, que com a fatalidade da morte de seu pay passaraõ alguns a diversos domínios, e foraõ tratados com descuido de quem lhes desfrutava a fazenda,* ***e naõ só os reedificou, mas augmentou"*** [341]. Esta indicação dá nota de intervenções encetadas pelo novo duque não só em Guimarães, mas também em outras vilas e cidades afetas à Casa de Bragança – tais como Barcelos, Vila Viçosa e até mesmo Lisboa.

337. Alguns destes autores são Rogério de Azevedo (1942), José Custódio Vieira da Silva (1995), Mónica Brito (2003), Isabel Maria Fernandes (2016).
338. Como demonstrado em "- I - a família de Bragança e Guimarães".
339. Referência a documento de 20 de dezembro de 1490 sobre Afonso Anes, carpinteiro dos Paços de Guimarães. Cf. Chanc. D. João II, Livro 9, fl. 8.
340. Marta Páscoa refere as várias igrejas e mosteiros fundados por incumbência de D. Jaime nos seus estados. Cf. Páscoa, Marta. *Op. Cit.*, 2015.
341. Sousa, D. António Caetano de. "Tomo V" em *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Lisboa: QuidNovi/ Público, Academia Portuguesa da História, 2007, p. 560, com sublinhado nosso.

A cronologia de eventos que apresentamos é baseada em interpretações dos documentos conhecidos que referem o paço ducal, sendo que estes são, por norma, escassos. O conhecimento estabilizado por autores como Rogério de Azevedo (1942) e José Custódio Vieira da Silva (1995) auxilia a construção de uma narrativa em torno da evolução arquitetónica do edifício, mas é, como os próprios indicam, uma narrativa pejada de dúvidas e de questionamentos. A construção de um novo paço em Vila Viçosa (1501) indica a transição definitiva da sede da Casa de Bragança para o Alentejo, num processo iniciado por D. Fernando (I) em 1461 que ditou o abandono do palácio vimaranense. Considerando as diversas intervenções atribuídas a D. Jaime – que, apesar de tudo, se creem pontuais – e da sua expressa vontade em não abdicar do ducado de Guimarães sob peso de amputar o seu legado[342], a clara transferência de poder que ocorreu aquando da sedimentação da Casa de Bragança no Alentejo terá votado o paço ducal vimaranense a um estado de abandono parcial logo no século XVI. Contrariando os esforços de D. Jaime no sentido de evitar essa fragmentação, o ducado de Guimarães viria a integrar o dote de casamento de D. Isabel de Bragança em 1536. A morte prematura de seu marido, o Infante D. Duarte, em 1540, antecipa a elevação do seu filho mais novo, D. Duarte (II), a Duque de Guimarães. No entanto, como este viria a falecer sem herdeiros em 1576, o ducado reverte a favor de sua irmã, D. Catarina, casada com o primo de ambos, D. João, 6.º Duque de Bragança. O paço ducal passa então a integrar novamente a casa brigantina. Supõe-se que, durante o período em que o ducado de Guimarães saiu da esfera dos Bragança (1536-76), o paço terá sido pontualmente habitado – alguns registos apontam nesse sentido sem, todavia, existirem provas definitivas.

Podemos considerar que o Paço dos Duques terá tido dois ciclos de ocupação durante o período em que foi residência senhorial: desde a sua construção em c.1420 até 1480 foi morada permanente de D. Constança, Duquesa de Bragança (e de D. Afonso, até à sua morte), tendo sido entre 1536 e 1576 casa dos Duques de Guimarães, apesar de não ser certo que alguma vez tenham aqui habitado em contínuo. No nosso entendimento, estes ciclos de ocupação poderão ter estado associados a diferentes etapas na construção do paço, que pode ter sido edificado pelos primeiros Duques de Bragança, mas adaptado posteriormente, precisamente para assumir a linguagem dos novos Duques de Guimarães e assinalar o início de um novo ducado.

Tal como referido, a construção do Paço dos Duques terá sido iniciada por D. Afonso e D. Constança por ocasião do seu casamento. Uma obra desta dimensão e magnitude terá certamente demorado várias décadas, e não é certo que tenha chegado a ser concluída em vida do primeiro Duque (f.1461) ou Duquesa (f.1480), nem mesmo que tenha vindo a ser terminada. Sendo que não sabemos qual o estado do estaleiro aquando do falecimento de D. Afonso, certo é que o paço já asseguraria condições de habitabilidade, pois são conhecidos vários documentos aqui assinados em anos anteriores, o que indica que este já estaria

342. "(...) eu respondi [...] que eu não havia de dar a minha filha cousa que me ouvesse de desfazer nem destrui (...). Cf. Páscoa, Marta. *Op. Cit.*, 2015, p. 47.

ocupado. Considerando que os Condes de Barcelos teriam à sua disposição outras casas senhoriais relativamente próximas – nomeadamente em Barcelos e Chaves –, supomos que o paço vimaranense seria detentor do conforto necessário, mesmo não estando concluído. Se o paço terá ficado desabitado após a morte de D. Constança (1480) – visto que a sede do ducado já se situava no Alentejo desde 1461 –, as obras terão provavelmente continuado até à execução de D. Fernando (II) três anos depois. É possível que, quando os trabalhos são retomados no início do ducado de D. Jaime (1496), o "projecto" original e idealizado por D. Afonso não tenha sido continuado. Convém ainda relembrar que, por esta altura, a construção do Paço dos Duques já teria sido iniciada há mais de 70 anos e que o "projecto" ou desenho poderia já estar desaparecido, ou não ser do conhecimento de D. Jaime. É ainda importante considerar que a transição do século XV para o XVI foi particularmente favorável no que concerne a arquitectura senhorial, numa altura em que o Império estava em claro crescimento e em que os nobres e os recém-estabelecidos burgueses viam as suas fortunas aumentar. A reintegração da Casa de Bragança consolidou a posição de D. Jaime na corte de D. Manuel I, e a da Casa de Bragança na sociedade portuguesa. Dar continuidade às obras da primeira residência dos Bragança, a par de todas as intervenções que patrocinou no seu legado, deve também ser encarado como uma demonstração de riqueza e de poder por parte do novo Duque. Nesta conjuntura, seria natural que D. Jaime optasse por construir *ao moderno*, distanciando-se de um "projecto" ou ideia de projecto iniciado por D. Afonso. A suportar esta hipótese, retomamos o testemunho de Rogério de Azevedo (1942), que atenta para um merlão [Fig. 74] – um claro exemplo de um elemento decorativo manuelino – que estaria a ser utilizado como ombreira de um postigo, descoberto aquando das escavações que antecederam a preparação de obra, e cujas características formais o situam indubitavelmente no início do século XVI[343].

Neste período, poucos seriam os edifícios ameados visto que o uso do merlão era um sinal senhorio. Em Guimarães, para além da muralha e do Castelo, apenas no Paço dos Duques poderíamos encontrar estes elementos que, no período manuelino, já teriam perdido todo o carácter defensivo e seriam meramente decorativos. No entanto, não existem evidências que a totalidade do perímetro do palácio fosse ameado, tal como a DGMEN o construiu. O facto de ter sido aparentemente descoberto apenas um merlão durante todo o período de escavações coloca a hipótese de terem sido colocados apenas alguns elementos e só numa parte do edifico, que se pretenderia, porventura, dignificar. Apesar de comprovar a intervenção de D. Jaime no estaleiro vimaranense, esta descoberta não nos permite conhecer toda a sua extensão.

343. Silva, José Custódio Vieira. *Op. Cit.*, 1995, p. 138.

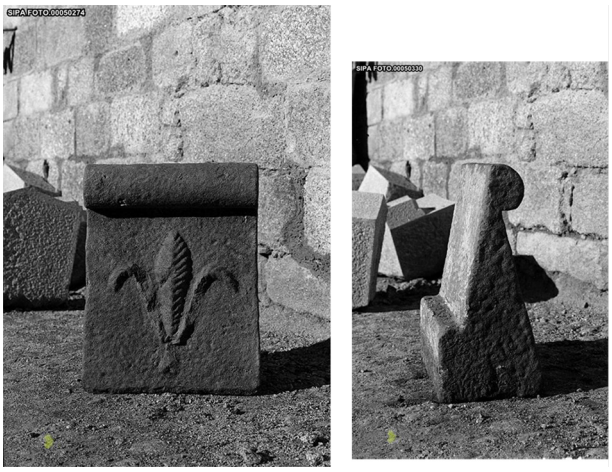


Fig. 74: Fotografias do merlão encontrado no Paço dos Duques. Fonte: SIPA, c.1936.

Das décadas seguintes, época em que o paço ducal integra as propriedades dos Duques de Guimarães, D. Isabel e D. Duarte, não sabemos de qualquer novidade introduzida. No entanto, de relembrar que é precisamente deste período que data "De Guimarães" (c.1562-70)[344] que, como já realçado, integra as primeiras representações conhecidas do Paço dos Duques, a planta de piso térreo e o alçado Nascente. Com esta investigação, procuramos ler a "De Guimarães" a partir de uma escala próxima, na tentativa de clarificar a evolução arquitetónica do paço ducal. Com base no raciocínio exposto, consideramos que poderão ter existido duas fases construtivas distintas: uma primeira fase, a que nos iremos referir como **Tempo I** (c.1420-1483), em que a construção terá sido idealizada por D. Afonso e continuada por D. Fernando (II), e um segundo período de construção, o **Tempo II** (1496-1576), eventualmente iniciado por D. Jaime e que terá sido continuado durante os ducados de D. Duarte (I) e de D. Duarte (II). A partir desta premissa, a "De Guimarães" – desenho comprovadamente rigoroso e cujo traçado observa um elevado nível de detalhe – não seria um retrato fiel à sua conformação original quatrocentista, mas representaria antes o Paço dos Duques durante este segundo ciclo de intervenções. Considerando que, ao tempo da execução desta cartografia, a vila estaria sob alçada dos Duques de Guimarães – e que seriam, provavelmente, os seus encomendadores –, a pormenorização do paço ducal vimaranense, quer em planta quer em alçado, parece encontrar ainda mais justificação, visto que esta seria sede dos novos duques.

Partindo da premissa que a construção se desenrolou em dois tempos, levantam-se novas questões, nomeadamente se a representação quinhentista do paço ducal recai sobre um edifício que já estaria concluído, pelo menos parcialmente, ou se será um desenho de projecto, que representa um desígnio que ainda não teria sido concretizado. Esta segunda hipótese assenta no facto de, neste mapa, não es-

344. Do mesmo autor e intervalo temporal será também a planta "De Vila do Conde" (c.1562-66) (Barroca, 2014, p. 434) que, à época e tal como Guimarães, integrava os domínios desta mesma Casa. Nos anos 60 do século XVI, D. Isabel era já viúva e o ducado teria migrado para seu filho, D. Duarte (II). Poderiam as duas cartografias estar associadas a um mesmo encomendador – porventura, alguém da Casa de Guimarães? É uma questão pertinente, já colocada e discutida (Afonso et al, 2013, p. 113), mas de difícil resposta e que não cabe no âmbito do presente trabalho.

tarem unicamente representados edifícios concluídos, mas também estruturas em projecto – um reflexo da premeditada integração urbana da proposta a edificar, que atesta um pensamento inequivocamente moderno. Do Paço dos Duques, a cartografia incluiu a planta de piso térreo e alçado Nascente, mas representa igualmente o piso térreo do Castelo, Convento de Santa Clara, Igreja de Nossa Senhora da Oliveira, Mosteiro de S. Francisco e de S. Domingos. Contudo, nem todas corresponderão a levantamentos do existente e algumas plantas, como é o caso do Convento de Santa Clara e do Mosteiro de S. Francisco, apresentam estruturas que ainda não teriam sido construídas[345].

Assim, a hipótese de se tratar de uma representação do paço ducal em projecto estaria em conformidade com outras plantas incluídas no mapa e o paço não seria o único nessa situação. Porém, não nos parece que o desenho quinhentista do Paço dos Duques de Bragança seja projecto, visto que tanto as aguarelas[346] de 1813, assinadas por John Synge, como o levantamento[347] de 1816, efetuado pelo Exército, revelarem que a estrutura palatina que sobreviveu até ao século XIX seria muito semelhante – senão quase idêntica – à que encontramos representada em "De Guimarães". Com base na análise comparada das duas plantas [Fig. 75] podemos concluir que o edifício terá sido provavelmente terminado a nível do piso térreo até c.1570, período da execução da cartografia quinhentista e durante o ducado dos Duques de Guimarães. Dos pisos superiores não existem registos gráficos anteriores à intervenção do exército, mas, considerando que a vivência senhorial seria sempre feita no piso nobre ou superior – visto que o térreo estaria normalmente reservado a áreas de serviços – é quase certo que os pisos 1 e 2 teriam sido construídos, pelo menos parcialmente, e provavelmente ainda no tempo de D. Afonso e D. Constança, os duques que durante mais tempo habitaram o paço.

Retomando o piso térreo e as suas duas representações, de sublinhar a extraordinária coincidência de ambas as plantas de *Quinhentos* e *Oitocentos*, o que comprova o rigor da "De Guimarães". Pese embora algumas questões de proporção, como a dimensão do corpo direito (identificado posteriormente como sendo a ala do Duque[348]) notavelmente mais largo que o corpo da esquerda (que seria, por oposição, a ala da Duquesa), o facto do corpo de entrada ser de facto mais largo do que a sua representação quinhentista e da porta de entrada que, não sendo perfeitamente centrada com o corpo da capela, surge representada dessa forma na cartografia, as plantas são extraordinariamente semelhantes e metricamente rigorosas. Estas ligeiras diferenças são facilmente compreendidas quando enquadramos a questão da escala: enquanto a cartografia quinhentista representa a totalidade da vila muralhada, recorrendo necessariamente a uma escala territorial, o levantamento do Exército desenha apenas o edifício, com muito maior proximi-

345. Afonso, José Ferrão et al. *Op. Cit.* (2013): 113.

346. Alçado Nascente: "The Palace of the Braganza Family at Guimaraens", John Synge, 1813; Aguarela do interior do patio: "Inside the Palace of Braganza" Folha 19, John Synge, 1813. Em "Book of paintings made in Portugal", Department: Manuscripts & Archives Research Library, Trinity College Dublin (Irlanda). [Fig. 41].

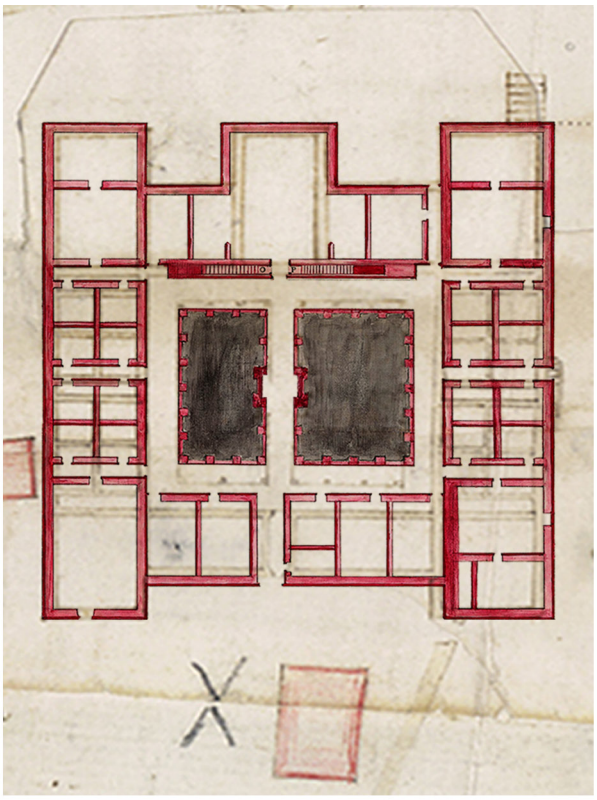
347. "Planta do Paço Velho da Senhora Rainha" Cota 2015-2-17A-25, autor desconhecido, 1816. Gabinete de Estudos Arqueológicos de Engenharia Militar, Lisboa (Portugal). [Fig. 35].

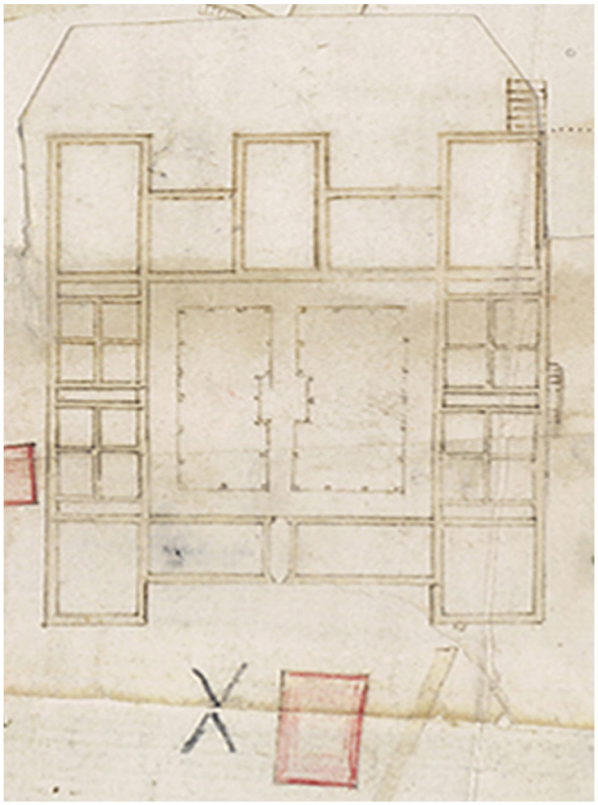
348. Fernandes, Isabel Maria. *Op. Cit.*, 2016, p. 546.

dade. Por outro lado, podemos também considerar que, se a primeira poderá retratar o edifício idealizado – que poderia ainda não estar totalmente concluído, pelo menos a nível dos pisos 1 e 2 –, a segunda planta, por sua vez, corresponde a um levantamento fidedigno da estrutura construída.

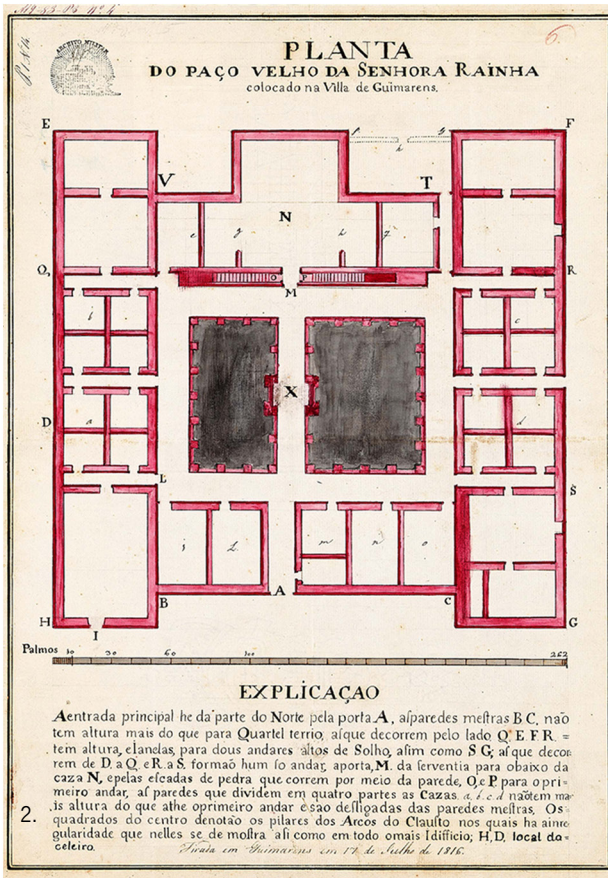
Comprovadamente rigorosa, a representação do paço ducal que integra a cartografia quinhentista é extremamente importante à investigação que desenvolvemos. A planta representa o palácio em meados do século XVI, provavelmente durante a segunda fase construtiva. Sabemos, portanto, que, nos cerca de 250 anos que separam as duas plantas agora analisadas, não terão existido alterações significativas na conformação do piso térreo, mas apenas a compartimentação de alguns espaços. No entanto, a informação veiculada pelas fontes escritas é que o paço terá ficado incompleto[349]. Considerando que esses registos são posteriores à "De Guimarães", entendemos que é provável que, se a construção do Paço dos Duques não chegou a ser concluída na totalidade, terá ficado em estado bastante avançado.

349. Pe. António Costa Carvalho (1706), D. António Caetano de Sousa (1739), Pe. António Ferreira Caldas (1881) e Albano Bellino (1900).





1.



2.

Fig. 75: Sobreposição das plantas (1.) "De Guimarães" (s.a, c.1562-70) e (2.) "Planta do Paço Velho (...)" (s.a, 1816). Apesar de extraordinariamente semelhantes na sua composição, de notar as diferenças na largura do corpo direito – maior na planta oitocentista do que na quinhentista – e do corpo da entrada, também este mais largo do que inicialmente representado. ILG, 2020.

Recordamos que, em 1611, as freiras clarissas e depois, em 1666, os frades capuchos, obtiveram provisões régias para a remoção de pedra na barbacã do Castelo e do próprio paço ducal[350]. Estas intervenções causaram certamente grande dano à estrutura que já estaria abandonada há algumas décadas. No entanto, não conhecemos em que estado estaria o Paço dos Duques no final do período em que foi residência senhorial para lá do que surge representado em "De Guimarães". Será possível que, num dado momento, o palácio tenha sido concluído? E que, votado ao abandono pela Casa de Bragança, o desmonte do aparelho por parte das clarissas e dos capuchos em *Seiscentos* tenha acelerado a sua degradação, contribuindo para uma eventual transfiguração do seu aspeto original?

No entanto, se a planta quinhentista corresponde a uma planta térrea do edifício durante o Tempo II (1496-1576), qual seria o desenho original do paço? Terá D. Jaime, ou mais provavelmente, os Duques de Guimarães, patrocinado obras de grande dimensão ou antes intervenções mais pontuais, mas que contribuíam para a construção de uma nova retórica? Seria o edifício marcadamente diferente no Tempo I? Para procurar responder a estas questões e estabelecer a matriz compositiva original do paço ducal, focamos o primeiro tempo construtivo, durante a vida do Duque D. Afonso. Nesse sentido, atentemos na problemática do estaleiro, mais precisamente de quem o dirigiu.

as influências europeias no paço ducal

A personagem do mestre de obras do Paço dos Duques é ainda relativamente desconhecida e pouco se sabe sobre ele. Alfredo Guimarães (1940) aponta o "Mestre Antom", originário da Normandia[351], como mestre de obras do Paço dos Duques[352] sem, contudo, fundamentar esta afirmação, que viria a ser contestada logo em 1942[353]. Apesar das devidas reservas quanto ao seu autor, José Custódio Vieira da Silva (1995) – na esteira de estudos assinados por Rogério de Azevedo (1942), Ilídio Araújo (1962), Carlos de Azevedo (1969) e José Henrique Pais da Silva (1973) – aponta para as fascinantes semelhanças entre o Paço dos Duques e o Paço dos Reis de Maiorca, em Perpignan[354], defendendo uma clara influência francesa no Paço dos Duques em Guimarães. Como veremos, dada a proximidade formal e compositiva ao paço maiorquino, parece-nos clara a influência das arquitecturas francesa e, principalmente, catalã, no projecto do Paço dos Duques em Guimarães. No entanto, até à publicação de Vieira da Silva em 1995, eram várias as opiniões quanto às referências arquitetónicas do paço e flutuavam um pouco por toda a Europa. Enquanto Rogério de Azevedo se apoiara no desenho do *cortile* para defender uma afinidade com

350. Sobre as Clarissas, a informação foi publicada por Azevedo (1942), que a terá sabido por Alfredo Guimarães. Cf. Azevedo, Rogério de. *Op. Cit.*, 1942, p. 111-112; sobre os Capuchos, relembramos o documento "Assento feito com a nobreza e povo sobre a pedra dos Passos desta villa", AMAP, Atas de vereação. p. 126-128v. doc. 213, 1666. Transcrição de Maria José Meireles.

351. A referência a um mestre normando de seu nome Antom tem vindo a ser amplamente difundida, mas, de facto, não conhecemos qualquer registo que suporte esta especulação. Para todos os efeitos, o mestre de obras do Paço dos Duques permanece completamente desconhecido.

352. Guimarães, Alfredo. *Op. Cit.*, 1940. p. 82.

353. Azevedo, Rogério de. *Op. Cit.*, 1942, p. 86-92.

354. Silva, José Custódio Vieira. *Op. Cit.*, 1995, p. 144.

a arquitectura italiana[355] – embora o estilo seja o gótico francês, como explica, – no entendimento de Ilídio Araújo, o paço estaria mais próximo da construção flamenga[356]. Por sua vez, Pais da Silva argumentara a integração da arquitectura do paço ducal num *saber construir* português[357] – uma ideia já formulada por Rogério de Azevedo em 1942, que escreve:

"O estilo já havia criado as suas raízes no nosso clima (...). Apenas o plano é audacioso e nas proporções avantajadas ultrapassou o que no País se fizera até então para Palácios, mergulhados ainda os senhores no barbarismo dos séculos transactos em que para a casa ser Palácio bastava só que nela morasse o senhor" [358].

As claras influências europeias no desenho do paço ducal poderão não estar relacionadas apenas com a cultura arquitetónica do mestre de obras, mas também com a experiência e conhecimento do mandatário da construção, principalmente quando consideramos que de D. Afonso seria um nobre particularmente culto e viajado no seio da alta nobreza portuguesa, que sabemos atento a manifestações artísticas e arquitetónicas locais[359]. De facto, a par de várias incursões pela Europa, o Conde de Barcelos participou ainda da tomada de Ceuta juntamente com seu pai e meios-irmãos – os Infantes D. Duarte, D. Pedro e D. Henrique – em 1415[360]. Da conquista da cidade resultaram inúmeros despojos: são conhecidos relatos do assalto ao Castelo de Çalla bem Çalla (Zurara, 1449) – mais tarde Çalabemçala (Acenheiro, 1535) e, atualmente, Zalabenzala (SIPA, 2020) – bem como às tercenas e a outros palácios da cidade[361]. De todo este espólio, o Conde de Barcelos terá *"[tomado] o forro da camara do ouro do paço de Çalabemçala, e a maõdou levar a Barcelos, aõde a tem em seus Paços; e asim muitas colunas dos Paços de Çalabemçala Senhor de Cepta, e hũa meza de marmore mui grãde e groça e riqua, e está agora por altar alem de Barcelos na Ygreja de Samta Maria de Famqueira"* [362]. O referido altar ainda estará na Ermida de Nossa Senhora da Franqueira, mas das colunas pouco é conhecido – apenas que seriam 12, de jaspe, e que terão sido colocadas no paço barcelense de D. Afonso apesar de, no século XVII, já estarem em parte incerta[363]. Contudo existe uma hipótese que carece de análise: a de as colunas desaparecidas de Barcelos terem sido levadas para o paço de Guimarães. Com a morte de D. Beatriz, o casamento com D. Constança e o início da construção do novo Paço dos Duques, as atenções de D. Afonso voltaram-se indubitavelmente para a vila vimaranense. Logo, parece-nos natural que o Conde de Barcelos tenha optado por engrandecer este

355. Azevedo, Rogério de. *Op. Cit.*, 1942, p. 57.

356. Araújo, Ilídio Alves de. *Arte paisagista e arte dos jardins em Portugal.* Lisboa: Direção Geral dos Serviços de Urbanização, 1962. Citado por Brito, Maria Mónica, *Op. Cit.*, 2003, p. 30.

357. Silva, Jorge Henrique Pais da. *Paço dos Duques em Guimarães.* Lisboa: Secretaria da Informação e Turismol , 1973. Citado por Brito, Maria Mónica, *Op. Cit.*, 2003, p. 30.

358. Azevedo, Rogério de. Op. Cit, 1942, p. 95-96.

359. "Que o traçado deve ter sido feito por mestre nacional ou, quando muito, navarro ou aragonês, sobre indicações do próprio Conde D. Afonso, instruído nas suas viagens do que vira na Catalunha (...)". Cf. *Ibidem*, p. 124.

360. Zurara, Gomes Eanes de. *Crónica de tomada de Ceuta por el Rei D. João I*, org. Francisco Maria Esteves Pereira. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1915, p. 91-92.

361. Acenheiro, Christovão Rodrigues. "Chronicas dos Senhores Reis de Portugal". Em *Collecção de inéditos da Historia Portugueza*, Tomo V. Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1824, p. 230.

362. *Ibidem*, p. 231.

363. Sampayo, António de Villas Boas e. T*ratado da Nobreza hereditária, & politica.* Lisboa: Officina de Francisco Villela, 1676, p. 94-95.

palácio, já de si ambicioso e sumptuoso na arquitectura. As colunas vindas de Ceuta poderão ornamentar, ainda hoje, o portal de entrada da capela paçã – uma possibilidade que requer um estudo interdisciplinar aprofundado, que não desenvolvemos por se afastar do âmbito desta investigação. Porém, interessa referir que, do mesmo palácio marroquino, D. João I terá trazido um segundo conjunto de 12 colunas de jaspe que doou ao Mosteiro de Santa Catarina da Carnota, em Alenquer. Se tanto estas como as colunas trazidas por D. Afonso de Barcelos são de jaspe e vêm do mesmo palácio, é possível que sejam semelhantes. Nesse sentido, procurámos localizar o conjunto joanino, tentando identificar as colunas de D. Afonso – e traçar eventuais paralelismos com as oito colunas do portal da capela do paço ducal vimaranense.

Voltámo-nos para o Mosteiro de Santa Catarina da Carnota e para as colunas vindas de Ceuta, *"sobre as quaes se armaram os arcos do Claustro"* [364]. Em meados do século XIX, a antiga estrutura conventual foi comprada pelo recém-instituído Conde da Carnota, John Smith Athelstane, que a adaptou a moradia própria. Visto que desconhecíamos o paradeiro das colunas, procuramos conhecer a história da Casa da Carnota, com a expectativa de encontrar alguma referência ao conjunto de Ceuta. Foi durante esta pesquisa que conhecemos o trabalho de Guilherme Henriques (1873) sobre a vila de Alenquer, no qual dedica um capítulo à Quinta da Carnota, e onde encontramos nova referência às colunas do claustro do antigo mosteiro. Metade das colunas terão sido movidas para o jazigo da família da Casa de Carnota[365] – que se situa, atualmente, no cemitério do Alto de São João, em Lisboa [Fig. 76] – enquanto as restantes permaneceram na quinta. Não podemos deixar de referir as semelhanças entre estas colunas e as da capela do paço vimaranense, mas esta hipótese carece naturalmente de um estudo desenvolvido a par com outras áreas científicas. A confirmar-se, poderíamos estar perante a corroboração de que as colunas trazidas por D. Afonso não desapareceram, mas migraram para o Paço dos Duques em Guimarães – o que situaria a construção do corpo tardoz, orientado a Nordeste, ainda em vida de D. Afonso (1377-1461), tal como supúnhamos.

364. *Ibidem*, p. 94-95.

365. "Ao tempo da extinção das ordens monásticas, em 1834, estas colunas, com outras de pedra trivial, ainda sustentavam os arcos do pavimento térreo do claustro; mas já bastante danificadas pelo tempo. Hoje, as seis que estavam mais bem conservadas estão no jazigo da Casa da Carnota (...) quatro estão no centro do recinto que corresponde ao antigo claustro, e as outras duas estão quebradas." Cf. http://quintadacarnota.blogspot.com (consultado a 17-11-2020), trabalho baseado na publicação de Guilherme Henriques (1873).

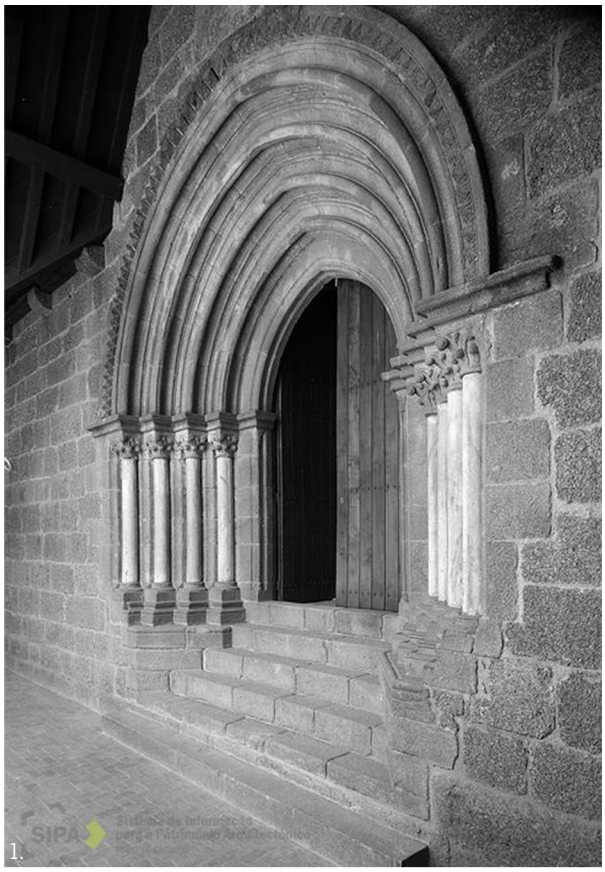






Fig. 76: As colunas trazidas de Ceuta por D. Afonso e D. João I. 1. Portal de entrada da capela do Paço dos Duques em Guimarães; 2,3. Jazigo da Casa da Carnota com as seis colunas originárias do Mosteiro de Santa Catarina da Carnota.

De modo a melhor enquadrar as influências arquitetónicas do Paço dos Duques, retomamos as viagens europeias do Conde de Barcelos. Desde 1405 – ano em que acompanha sua irmã, D. Beatriz, até Inglaterra[366], onde esta viria a casar-se com o Conde de Arundel – D. Afonso terá viajado um pouco por toda a Europa. Antes da conquista de Ceuta, terá obtido autorização régia para uma deslocação à longínqua Jerusalém, que Montalvão Machado (1963) situa por volta de 1409[367]. No âmbito dessa viagem, terá visitado Castela, Aragão, Navarra, Catalunha, e algumas regiões no Sul de França e na península italiana[368]. Como já referido, o Paço dos Duques de Bragança tem vindo a ser associado por diversos autores a diferentes arquitecturas europeias, desde italiana, catalã, francesa e até flamenga, mas apenas José Custódio Vieira da Silva (1995) apresentou um palácio cuja semelhança ao paço vimaranense é verdadeiramente notável. Falamos do Paço dos Reis de Maiorca, em Perpignan, denominação que remonta às origens maiorquinas do palácio, mas pelo qual ficou conhecido apenas após o profundo restauro de que foi objeto no século XX. Perpignan é hoje uma cidade situada no Sul de França, mas as suas afiliações históricas alternaram entre o reino de Maiorca (1276-1344), o reino de Aragão e o principado da Catalunha (1344-1659), antes de integrar definitivamente o império francês (1659). Apesar de não conhecermos documentos que o refiram expressamente, é provável que D. Afonso tenha passado por esta localidade aquando da sua longa viagem a Jerusalém, tendo em conta que terá necessariamente atravessado o reino de Aragão a caminho da região francesa da Provença [Fig. 77]. Se entendermos 1409 como data aproximada do início da viagem, é provável que, relativamente pouco tempo depois, D. Afonso estivesse a atravessar esta região do Mediterrâneo. Visto que, em 1415, toma parte da conquista de Ceuta, o intervalo possível para a passagem do Conde de Barcelos por Perpignan é c.1409-1415.

No início do século XV, Perpignan já integrava os domínios aragoneses há pelo menos cinquenta anos. Por esta altura, o paço real – construído entre de 1274 e 1300[369] por D. Jaume II, Rei de Maiorca – já teria sido intervencionado pelos seus novos senhores, muito embora estas intervenções tivessem sido de pequena envergadura e associadas com as novas premissas defensivas que se estabeleciam, ou com a adaptação estética do palácio à coroa aragonesa[370]. Neste período, não terão sido contempladas alterações de maior à arquitectura do edifício – o pensamento arquitectónico que orientou o projecto, a estrutura, racionalidade e simetria da planta, tiveram a sua origem e execução ainda durante o reinado maiorquino. Contudo, visto

366. Sousa, D. António Caetano de. "Tomo II" em *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Lisboa: QuidNovi/ Público, Academia Portuguesa de História, 2007, p. 40.

367. Machado, José Timóteo Montalvão. "D. Afonso, 8.º Conde de Barcelos, fundador da Casa de Bragança (Conferência)". *Revista de Guimarães*, 73 (1963): 326-327. O Professor Mário Jorge Barroca, a quem muito agradecemos, chamou a nossa atenção para o facto dos salvo-condutos que se conservam no Arquivo da Casa de Bragança revelarem que a viagem decorreu entre 1409 e 1410.

368. Azevedo, Rogério de. *Op. Cit.*, 1942, p. 71-72.

369. Desconhece-se o período exato da construção do edifício, mas em 1274 já estaria em construção e a empresa terá durado perto de 25 anos. Cf. Tréton, Rodrigue. "Du palais à la forteresse, les mutations du château royal de Perpignan (XIIIe-XVe s.)" em *Un palais dans la ville*, dir. Olivier Passarrius e Aymat Catafau, 23-42. Canet: Éditions Trabucaire, 2014, p. 25.

370. *Ibidem*, p. 32-40.

que Perpignan permaneceu durante mais de três séculos sob domínio da coroa aragonesa, seguida pelo principado da Catalunha e, posteriormente, sob alçada do império Habsburgo, a arquitectura catalã teve seguramente grandes repercussões na composição do palácio. A transferência de mestres de obras entre Barcelona e Perpignan[371], uma prática instituída pelos sucessivos monarcas aragoneses, parece indiciar uma clara afinidade ao gótico catalão. A circulação de artífices verificou-se tanto na construção como na pintura, considerando que foram encomendadas várias obras a mestres catalães para adornarem o palácio em Perpignan, uma residência real importante no seio da coroa aragonesa.

No intervalo temporal em que D. Afonso terá eventualmente visitado Perpignan (c.1409-14 15), o palácio já estaria concluído, mas a ser objeto de algumas remodelações interiores, nomeadamente na sala do trono, a "sala branca" onde, na viragem de 1408 para 1409, o antipapa Bento XIII presidiu ao Concílio de Perpignan, convocado no âmbito do Grande Cisma do Ocidente[372]. Assim, supomos que o Conde de Barcelos terá conhecido um edifício imponente e, principalmente, pensado de forma a obedecer a um programa claro de demonstração de poder e de domínio territorial, a ser pontualmente adaptado ao gótico catalão. Sobre os motivos que terão instigado D. Jaume II à construção de um novo palácio em Perpignan, lemos:

"Le château est né de la volonté d'un prince qui souhaitait ainsi exprimer la légitimité de sa nouvelle dynastie, face au peuple et surtout à la puissante couronne (...)" [373].

É curioso notar que a citação poderia referir-se ao Paço dos Duques de Bragança em Guimarães, construído sob princípios análogos. Para além de terem por base motivações similares, as semelhanças formais, quer a nível de relação com o território envolvente, quer a nível compositivo e formal, são verdadeiramente notáveis [Fig. 78].

371. O autor identifica alguns dos mestres de obras catalães transferidos para esta região que estariam encarregues das obras de manutenção, bem como de pontuais adaptações das salas palacianas. Cf. *Ibidem*, p. 32-40.

372. *Ibidem*, p. 35.

373. Tradução livre: "O castelo nasceu da vontade de um príncipe que pretendia assim expressar a legitimidade da sua nova dinastia perante o povo e, sobretudo, face à poderosa coroa (...)." Cf. Malherbe, Hermeline. "Les mystères du Palais des rois de Majorque dévoilés" em *Un palais dans la ville*, dir. Olivier Passarrius e Aymat Catafau. Canet: Éditions Trabucaire, 2014, p. 9.

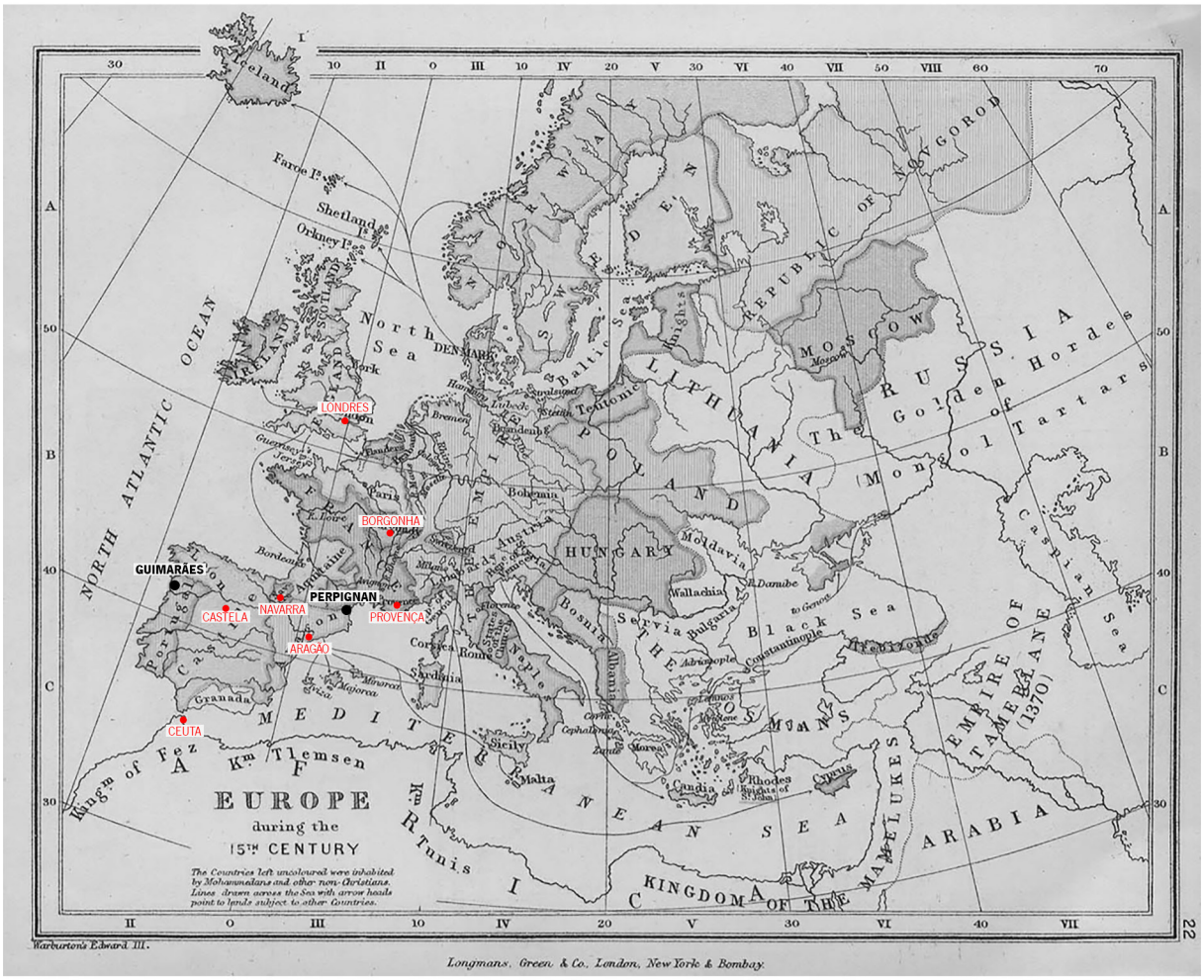


Fig. 77: Localização de Guimarães e Perpignan no mapa da Europa quinhentista. A vermelho, indicação das regiões visitadas por D. Afonso entre 1406 e 1415. Fonte: http://www.emersonkent.com/map_archive/europe_15th_century.htm (consultado a 11-11-2020).

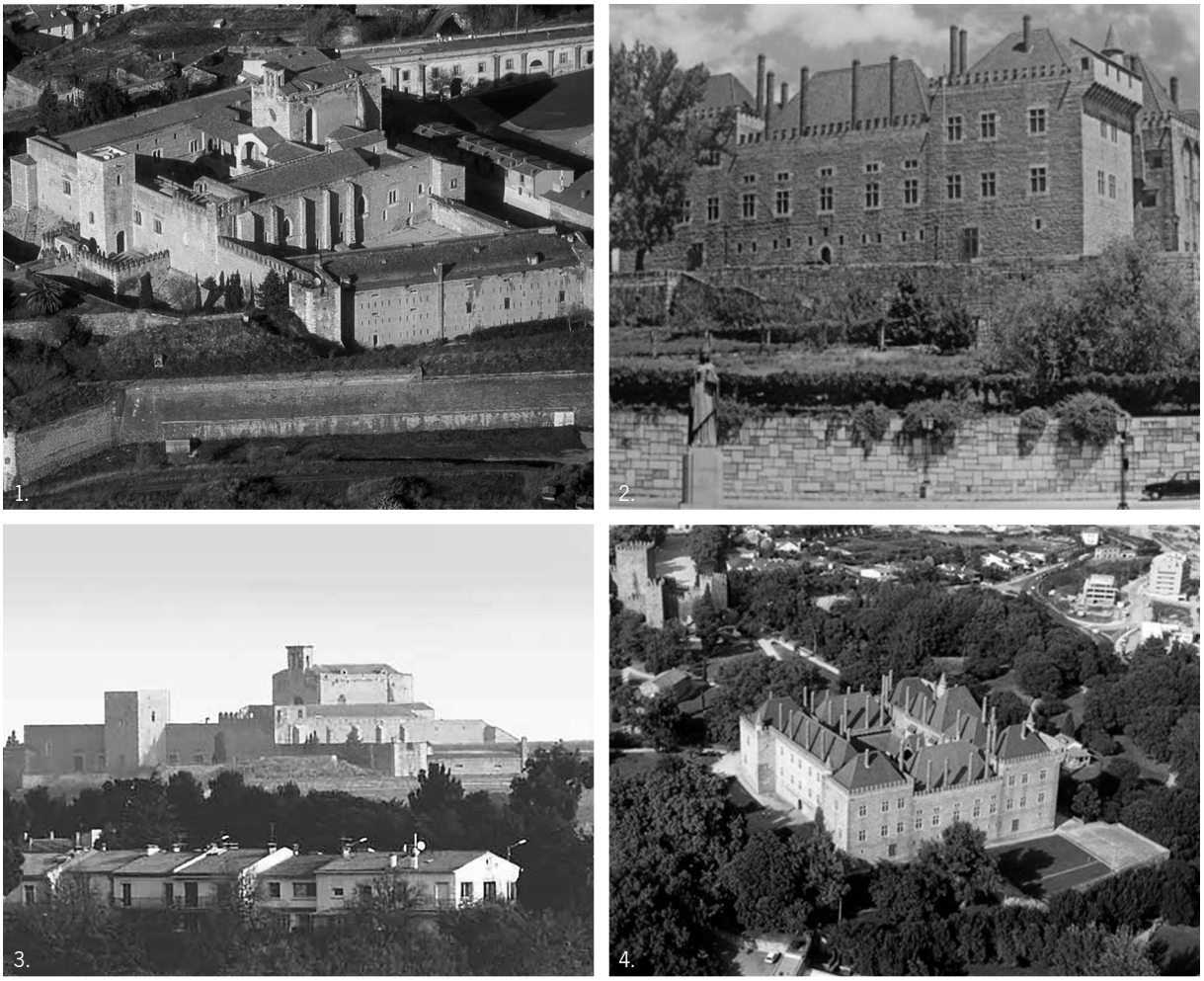


Fig. 78: Fotografias do enquadramento territorial do Paço dos Reis de Maiorca, em Perpignan (1, 3) e do Paço dos Duques de Bragança, em Guimarães (2, 4). Fontes: 1, 3. "Un palais dans la ville", p. 12; 26, 2014. 2,4. SIPA, s.d.

Como referido por Vieira da Silva (1995), é muito provável que este tenha sido o modelo que inspirou o paço vimaranense de D. Afonso. Atentamos novamente na questão da implantação, considerando que a fortaleza que rodeia o palácio em Perpignan [Fig. 78.2] será uma construção posterior à do próprio edifício[374]. Ambos os palácios se localizam a cota elevada e sobranceiros ao casario que compunha a vila, situada num nível mais baixo. Gozavam de manifesto domínio territorial e as suas presenças eram imponentes, tanto sobre a vila como sobre os seus acessos. Eram edifícios majestosos, construídos para verem, mas, principalmente, para serem vistos, demonstrando o poder do seu senhor – uma proeminência que não se desvaneceu com o tempo. Chegado a Perpignan vindo de um país onde não se conheciam palácios semelhantes – relembramos que, apesar de D. João I ter patrocinado a construção ou remodelação de várias propriedades régias, entre as quais os paços de Leira e Sintra[375], na transição entre os séculos XIV e XV, estas seriam sempre de dimensões muito inferiores ao paço maiorquino – é apenas natural que D. Afonso tenha ficado impressionado com a grandiosidade e escala deste palácio.

dimensionamento geral do paço

Para além de situações topográficas e implantações territoriais análogas[376], existem semelhanças compositivas notáveis. Desde a dimensão – o paço em Perpignan inscreve-se num retângulo com cerca de 58 x 54 varas e o paço em Guimarães num quadrado com aproximadamente 54 varas – ao próprio desenho da planta de piso térreo, os paços são surpreendentemente próximos [Fig. 79.1].

O Paço dos Duques em Guimarães é organizado por quatro corpos, interligados por torreões localizados nos cunhais do edifício, e por um único pátio central, cuja dimensão é de 31 x 23 varas (≈34,2 x 25,4 m). O volume da capela corresponde a um quinto torreão, situado no centro do corpo Nascente. O edifício desenvolver-se-ia provavelmente a dois níveis nos três corpos horizontais Norte, Poente e Sul, enquanto torreões e ala Nascente teriam três pisos e os torreões de cunhal tornariam a composição simétrica. De sublinhar que recorremos à planta quinhentista do paço vimaranense por ser a sua mais antiga representação, mesmo sabendo que provavelmente não corresponderá ao seu desenho original quatrocentista na totalidade. No entanto, mesmo considerando este hiato temporal, as semelhanças são notáveis. Ambos os palácios se organizam em torno do eixo central entrada-capela [Fig. 79.2; Fig. 79.3] e em três níveis (piso térreo, primeiro piso ou piso nobre e segundo piso). A racionalidade e simetria dos espaços é evidente. Perpendicularmente ao corpo da capela (Nascente) desenvolvem-se os aposentos régios ou ducais, respetivamente, e o centro da composição é organizado por um pátio – que difere entre um espaço funcional,

374. A cidadela de Perpignan teve vários ciclos construtivos, nomeadamente o período francês (1462-1493), o período espanhol (1493-1642) e uma última fase, quando Perpignan integra definitivamente os domínios franceses na segunda metade do século XVII. Cf. Bayrou, Lucien. "La citadelle de Perpignan, genèse et évolution (1465-1642)" em *Un palais dans la ville*, dir. Olivier Passarrius e Aymat Catafau, 421-446. Canet: Éditions Trabucaire, 2014.

375. Silva, José Custódio Vieira. *Op. Cit.*, 1995, p. 120.

376. A implantação territorial dos palácios é, de facto, semelhante, mas não idêntica. Para além do paço maiorquino obedecer à orientação canónica Nascente-Poente que orientava a localização dos espaços de culto – ao contrário do que acontece em Guimarães – a relação do edifício com as respetivas vilas é significativamente diferente na medida em que o Paço dos Duques tem a sua fachada Sul, onde se localizariam os espaços de representação, orientada sobre a vila, enquanto que, em Perpignan, apesar da "sala grande" também se situar no corpo Sul, é a fachada Norte que está orientada à vila, como exposto em "2.2.2 o enquadramento territorial e a escolha do lugar".

amplo e simples em Perpignan, para uma conformação mais complexa e intrincada em Guimarães. Os espaços de representação formal, como a "aula"[377], localizam-se, em ambos os palácios, no piso nobre do corpo Sul, desfrutando de vistas desafogadas e de um absoluto domínio territorial. A propósito das suas semelhanças, retomamos a explicação de Pousthomis (2014) sobre o paço maiorquino, mas que é igualmente verdade para o palácio em Guimarães:

*"**La rationalité de ce plan, où la symétrie houe un rôle majeur**, est la base d'un programme architectural palatial particulièrement élaboré dans lequel da défense militaire est secondaire. Il ne s'agit pas ici d'une forteresse mais d'un palais royal dont le programme architectural semple totalement tourné vers la manifestation du pouvoir, de l'autorité et de la religion"* [378].

Também o programa arquitectónico do paço vimaranense seria orientado para a representação e manifestação de poder senhorial. Devido à sua dimensão e características, é um edifício único no panorama da arquitectura senhorial quatrocentista portuguesa e, nesse sentido, não é possível estabelecer comparações diretas com palácios coetâneos nacionais. Considerando que o paço real em Perpignan é o exemplar mais próximo do paço ducal a vários níveis – e na falta de documentação específica do Paço dos Duques – suportamos o estudo da sua distribuição programática com comparações pontuais entre os dois edifícios, tendo sempre em consideração as particularidades da construção portuguesa e o programa funcional genérico de uma casa senhorial no século XV. Nesse sentido, retomamos as palavras de Rogério de Azevedo, que tão bem sintetizam a grandiosidade do Paço dos Duques de Bragança em relação aos restantes palácios portugueses:

"(...) o plano é audacioso e nas proporções avantajadas ultrapassou o que no País se fizera até então para Palácios, mergulhados ainda os senhores no barbarismo dos séculos transactos em que para a casa ser Palácio bastava só que nela morasse o senhor" [379].

377. Aula: "A corte de hum Principe. Os cortesãos, os que assistem no Paço, ou que o frequentão". Fonte: Bluteau, Raphael. "Tomo I" em *Vocabulario (...).* 1712-28, p. 675.

378. Tradução livre: "A racionalidade da planta, na qual a simetria desempenha um papel importante, é a base de um programa arquitectónico palaciano particularmente elaborado, no qual a defesa militar é secundária. Não se trata de uma fortaleza, mas de um palácio real cujo programa arquitectónico parece ser totalmente orientado para a manifestação de poder, autoridade e religião." Cf. Pousthomis, Bernard. "Le Palais des rois de Majorque: apports récents de l'archéologie du bâti" em *Un palais dans la ville*, dir. Olivier Passarrius e Aymat Catafau, 43-114. Canet: Éditions Trabucaire, 2014, p. 48, com sublinhado nosso.

379. Azevedo, Rogério de. *Op. Cit.*, 1942, p. 96.

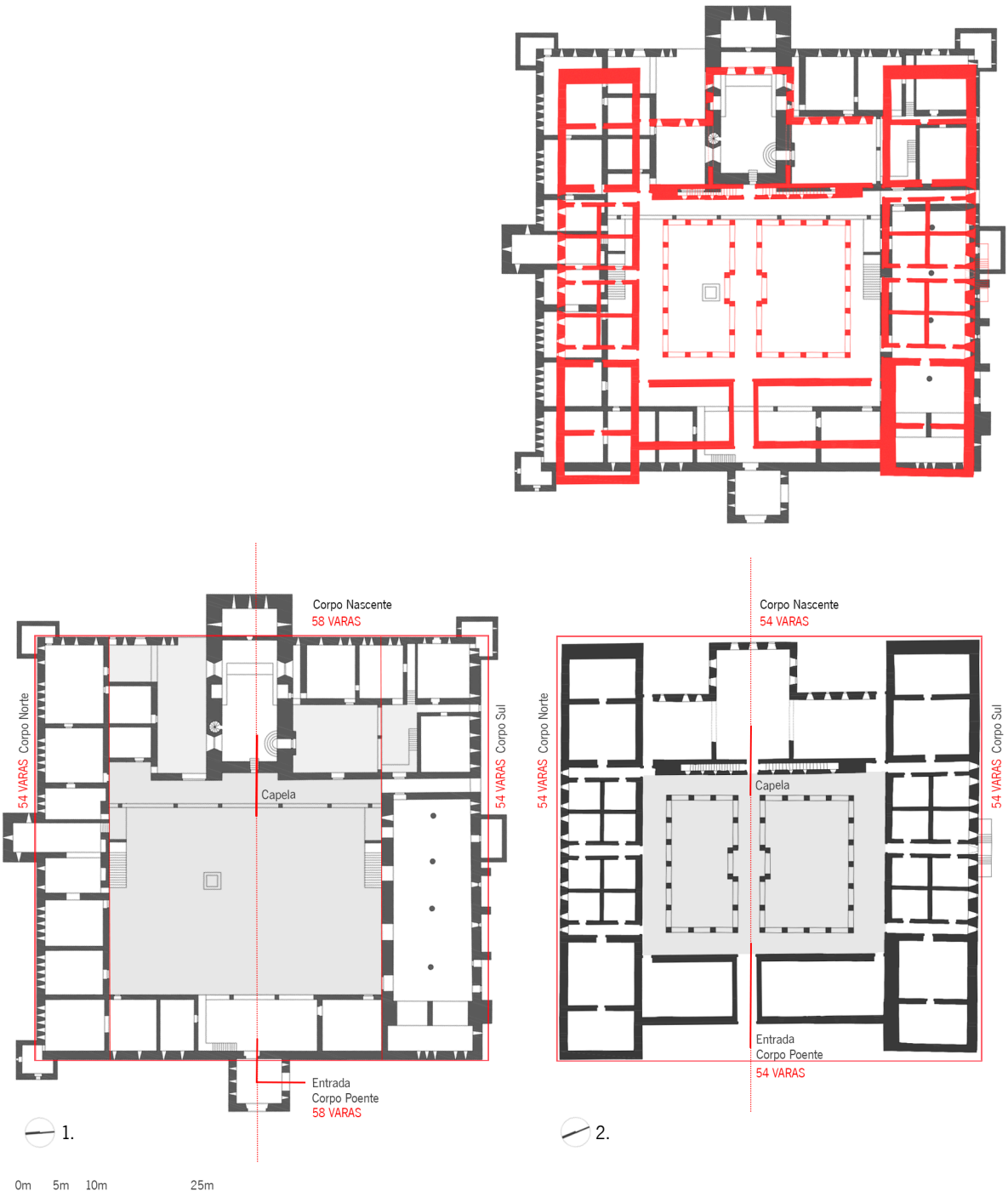


Fig. 79: Comparação entre as plantas de piso térreo do Paço dos Reis de Maiorca (1.) e do Paço dos Duques de Bragança (2.), com indicação dos eixos compositivos entrada-capela e dos pátios, a cinzento. De salientar que, ao contrário do Paço dos Duques, o paço real em Perpignan conta com dois pátios de uso privado do rei e da rainha, respetivamente. ILG, 2021.

Tomando em linha de conta as evidentes similitudes entre os dois palácios, apoiamo-nos no paço real em Perpignan para investigar a conformação original quatrocentista do paço vimaranense, quer a nível da estrutura espacial dos pisos 0, 1 e 2, mas também no que concerne à sua organização e distribuição funcional. Apoiamos a nossa análise na única fonte primária que conhecemos: o próprio edifício. Pese embora o facto das intervenções do Exército, no século XIX, e da DGEMN, no século XX, terem sido extremamente profundas e, porventura, descaracterizadoras – se bem que não em igual medida –, o estudo *in situ* do palácio ducal é absolutamente fundamental para a compreensão do edifício e revela, ainda hoje, indícios relevantes para o entendimento da sua organização e distribuição funcional original.

O paço senhorial seria composto por áreas sociais e privadas – reservadas ao senhor da casa, à sua família e a alguns convidados –, e por áreas de serviços onde, como o nome indica, se situariam todos os espaços de apoio à vida quotidiana, mas por onde os nobres não circulariam. As **zonas sociais** situar-se-iam sempre no piso nobre ou superior – nunca a nível do piso térreo – e caracterizar-se-iam normalmente pela existência de uma "aula" ou "sala grande", onde o senhor do paço receberia os seus convidados, concedia audiências e realizaria banquetes, a par das câmaras privadas da família e, no caso de paços reais – ou, excecionalmente, no paço ducal em Guimarães –, a capela palatina. A "sala grande" seria, como o nome indica, um espaço de dimensões consideráveis, normalmente situado no local do palácio com maior visibilidade, com grandes janelas ou até mesmo uma varanda corrida. Próxima à "aula" situar-se-ia o acesso às câmaras privadas dos senhores da casa, hierarquizadas segundo diferentes os níveis de privacidade que as caracterizavam. O primeiro espaço – e maior – seria a sala, seguida da antecâmara, da câmara de dormir, trascâmara ou guarda-roupa e, por último, o oratório – que poderia eventualmente resumir-se a um móvel, e não a um espaço propriamente dito. A "câmara de dormir" seria a divisão central e articuladora desta sequência, e verdadeiramente indispensável a qualquer casa senhorial, independentemente da sua escala. Por fim, de acesso ainda mais reservado estaria, provavelmente, a privada, situada após o oratório ou, caso este não existisse, do guarda-roupa. De referir que, em paços reais ou de alta nobreza, poderia existir uma duplicação da sequência de câmaras privadas para o casal – como vimos ser o caso do Paço dos Duques em Guimarães – ou até mesmo dos espaços sociais como a "aula", para ambos rei e rainha ou duque e duquesa.

O piso térreo do palácio seria normalmente destinado a **áreas de serviços** sendo que, em alguns palácios, estes espaços poderiam desmultiplicar-se em sobrelojas ou em palheiros, construções exteriores ao edifício principal e de carácter meramente utilitário, que foram caindo em desuso. Organizar-se-iam em três grupos que corresponderiam a diferentes áreas de atuação. Associadas à cozinha estariam as salas de preparação de alimentos, mas também a ucharia ou despensa, a casa da lenha, o forno, a casa das maças, e também zonas de apoio à preparação da refeição, como o manteiro ou a copa. Outras depen-

dências seriam as lojas que, situadas perto da cozinha, incluíam espaços de conservação de alimentos, tais como a adega, o lagar, a atafona ou o celeiro, mas também algumas oficinas para pequenos reparos ou guarida de aves. As lojas eram espaços plurais e multifuncionais, podendo ser adaptadas para albergar criados. Por último, de referir também as estrebarias para guarida não só de cavalos, mas também de mulas, burros e bois, os palheiros, onde se guardaria a palha para os animais, e a casa dos moços de estrebaria onde, como o nome indica, dormiriam os criados responsáveis por estes animais.
À semelhança do interior do palácio, também a sua envolvente estaria organizada segundo programas adequados tanto ao recreio das senhoras como espaços de carácter funcional. Dependendo, naturalmente, das suas dimensões, o paço senhorial poderia incluir horta, pomar, olival, e também jardins de ervas aromáticas.

Resumido o programa funcional da casa senhorial tipo no século XV, resta-nos transpor esta análise para o Paço dos Duques em Guimarães. À semelhança de Perpignan, o corpo direito do paço vimaranense, orientado a Sul e com 12 varas (13,20 m), é ligeiramente mais largo que o corpo esquerdo e Norte, de 11 varas (12,10 m). Esta diferença não será casuística, mas antes o resultado de um movimento intencional através do qual se pretendia aumentar os aposentos do Duque (na ala Sul) face aos da Duquesa (na ala Norte). Os corpos Nascente e Poente também são de dimensões diferentes – enquanto a ala da capela (Nascente) terá uma largura de 11 varas (12,10 m), a do corpo da entrada (Poente) será de apenas 9 varas (9,90 m). Uma vez mais, esta diferença poderá estar associada à importância do programa localizado em cada um dos corpos, procurando dignificar alguns espaços em detrimento de outros.
Analisando o piso térreo – representado nas plantas mais antigas do paço ducal (c.1562-70 e 1816) – o seu desenho planimétrico parece sugerir uma estruturação em espelho a partir do eixo central entrada--capela e uma distribuição horizontal a partir do pátio. Os corpos Norte e Sul apresentam uma estrutura idêntica – ambas alas são tripartidas, com salas nos extremos (torreões) e ao centro – enquanto os corpos Poente e Nascente têm configurações bastante diferentes. Como referido, os acessos são feitos a partir do pátio central: as alas laterais são organizadas por três corredores cada, cujas portas se localizam nas extremidades e ao centro do pátio, bem como as alas Poente e Nascente, que também teriam três portas cada, situadas nas extremidades e ao centro do pátio, numa composição regular e simétrica. De referir apenas que, no corpo Poente[380], uma das portas corresponde à da entrada, o que resulta num atravessamento coberto entre interior e exterior. Por outro lado, o corpo Norte não tem um acesso direto para o exterior a este nível, compreensível na medida em que estaria quase todo enterrado. A cota de soleira (222,50 m) corresponde à entrada do edifício e, visto que o declive do terreno se acentua em direção ao Castelo, apenas o alçado interior Norte estaria totalmente desimpedido – como é, aliás, percetível no

380. Apesar de na planta oitocentista estarem representadas seis portas no corpo Poente – que dariam acesso às várias divisões a partir do pátio –, entendemos que estas não corresponderiam à conformação original desta ala, na medida em que supomos que a compartimentação deste corpo terá sido posterior à sua utilização como residência senhorial.

excerto da Figura 72, com indicação das alturas dos pisos do Paço dos Duques a partir do piso 0 – o que tornaria os espaços a este nível escuros e provavelmente húmidos. Porém, esta situação acontece apenas no corpo Norte e estará relacionada exclusivamente com as condicionantes topográficas.

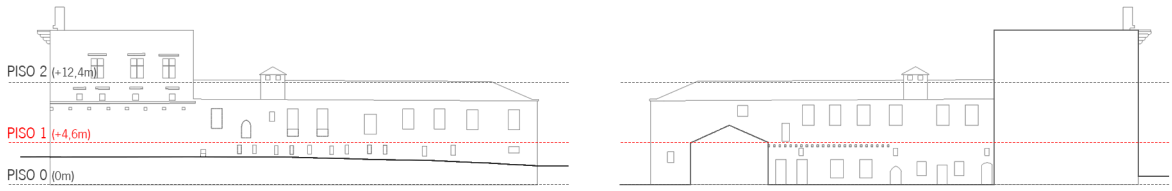


Fig. 72 (excerto): Redesenho do alçado exterior (1.) e desenho do alçado interior (2.) Norte do antigo Paço dos Duques a partir de fotografias DGEMN (c.1936) com indicação dos pisos 0, 1 e 2 e respetivas alturas. ILG, 2020.

Antes de avançarmos para uma proposta de distribuição funcional, atentemos nas dimensões das salas do piso térreo. Para além do seu pé direito (≈4,60 m) ser substancialmente inferior ao do piso nobre (≈7,80 m), as áreas dos compartimentos são relativamente reduzidas. Nos corpos Norte e Sul, as salas que integram os torreões observam uma organização e dimensão constante nos vários pisos, mas os espaços do corpo central diferem consideravelmente. A nível do piso térreo, estes compartimentos levantam várias questões em relação ao seu uso pois, efetivamente, em ambas alas existem duas grandes salas centrais – de área semelhante às dos torreões – que estão divididas em quatro compartimentos mais pequenos (≈18 m^2 no corpo Norte e 21 m^2 no corpo Sul), cada um com entrada própria a partir de corredores situados entre os espaços centrais, e não comunicantes entre si. A legenda de "Planta do Paço Velho da Senhora Rainha" (1816) refere que *"(...) as Cazas a b c d [que correspondem a estas salas] não tem mais altura do que athe oprimeiro andar e são desligadas das paredes mestras (...)"*. Também a sua representação na "De Guimarães" (c.1562-70) parece indicar que as paredes que dividem estes espaços seriam autónomas em relação aos panos de parede exterior. Tanto no corpo Norte como no Sul, estas salas seriam iluminadas e ventiladas por frestas, como indicado em alçado. Nesta época, aberturas a nível do piso térreo não seriam comuns por razões de segurança, mas, neste caso, as frestas estão bastante altas e situam-se junto ao teto das salas. No entanto, considerando que o corpo Norte está parcialmente enterrado, as aberturas neste alçado estão quase ao nível do solo (como se vê no excerto da Figura 72). Nesse sentido, coloca-se a seguinte questão: estaremos perante uma situação em que as necessidades da vida palaciana se sobrepuseram a questões de segurança?

É provável que, de facto, se tenha optado por garantir a iluminação e ventilação destes espaços, principalmente quando consideramos que a construção do palácio não se orientou por princípios defensivos. Devido ao seu tamanho exíguo, à fraca iluminação e ventilação, bem como à sua localização no piso térreo, pensamos que estas dezesseis salas poderiam estar afetas ao albergue dos criados e serventes dos Duques, mas também aos cavaleiros que seguramente acompanhariam D. Afonso – como

aconteceria, aliás, no paço em Perpignan[381].

O programa das restantes divisões térreas é mais nubloso, mas traçamos algumas hipóteses. Visto que o corpo Norte seria supervisionado pela Duquesa e que existiria um acesso direto aos jardins a partir do piso nobre, é possível que as salas nas extremidades desta ala fossem utilizadas como apoio à cozinha – celeiro, adega, lagar, atafona, manteiro, copa, entre outros – ou até mesmo cozinha. No entanto, não podemos desconsiderar a possibilidade desta se situar em estrutura anexa ao paço, o que garantiria maior salubridade e a proteção do edifício principal em caso de incêndio[382]. Esta tipologia de espaços – como palheiros ou sobrelojas – destinados a serviços e construídos em torno do palácio seriam relativamente comuns em casas senhoriais, mas foram desaparecendo gradualmente. Tendo em conta a dimensão do paço vimaranense e o facto de se tratar de uma construção *ex novo*, planeada e que terá seguido um modelo preestabelecido, entendemos que os espaços dedicados a serviços se situariam todos no interior do palácio, ao nível do piso térreo – o que parece ser corroborado pela inexistência de vestígios ou registos de estruturas exteriores ao palácio. Assim, numa primeira análise, se atribuirmos as salas da ala Norte à preparação e conservação de alimentos, e à guarida de criados, a ala Sul estaria reservada também a criados, e às lojas, oficinas ou guarnições.

Ao contrário destas duas alas, os corpos Poente e Nascente apresentam configurações bastante diferentes ao nível do piso térreo. Sobre o corpo da entrada (Poente) pouco sabemos. Na planta quinhentista existiriam apenas duas salas, de áreas generosas (98 m^2 e 133 m^2), de cada lado da entrada. Por outro lado, no desenho de levantamento anterior à intervenção do exército (1816), ambas salas estão compartimentadas, o que indica que, durante o período que separa as duas plantas, algumas intervenções terão sido realizadas. Visto ser a Nascente que, nos pisos superiores, se localizavam capela e aposentos ducais, seria a ala do edifício mais ornamentada e decorada – de referir o imponente gablete sobre a entrada da capela, construído seguramente para ser visto logo após a entrada no pátio. Não é possível precisar quais as funções das salas térreas deste corpo, mas considerando que se situariam por baixo da capela, a eixo da entrada, e que não teriam paredes interiores[383] – o que transformava este espaço numa única sala de grande dimensão (≈340 m^2) e seguramente imponente –, estariam provavelmente relacionadas com matérias de representação e, ou de cobrança. No nosso entendimento, o paço ducal não teria duas capelas (capela baixa e capela alta), contrariamente ao paço real em Perpignan, mas antes um grande espaço por baixo da capela paçã a ser utilizado para efeitos de administração. De referir que, à época, a Casa

381. "Ceci pourrait malgré tout indiquer que, si une partie de la famille royale y résidait, certains de ces locaux inférieurs ont pu, à plus forte raison, servir au logement de la domesticité du château, de la garde rapprochée, voire de chevaliers". Cf. Pousthomis, Bernard. *Op. Cit.*, 2014, p. 48.

382. No paço real de Perpignan, o local da cozinha não está determinado. Existe a possibilidade de se localizar na ala Norte, junto aos jardins e espaços de apoio – e por baixo de uma eventual sala de jantar do Rei – ou em edifício anexo, mas também é colocada a hipótese de ter existido uma cozinha principal situada no corpo Sul, mais perto da "aula", que seria também o salão de banquetes, de acordo com o que seria comum em palácios de grandes senhores. Cf. *Ibidem*, p. 48.

383. Segundo a planta "De Guimarães", o piso térreo Nascente seria organizado por três salas. Contudo, sabemos que as paredes que dividem os espaços seriam, na verdade, arcos. Estes serão os mesmos arcos que ainda existem atualmente e que, apesar de não estarem identificados como tal na planta, sabemos por representações posteriores ao século XVI que são originais.

de Bragança faria uma gestão de bens centralizada em Guimarães, a sede do ducado. Esta sala é, para além de ampla, um espaço nobilitado, protegido e com muita luz natural de Nascente, condições ideais para a função de *"scriptorium"* [384], mesmo considerando que, neste período, são parcas as referências documentais a compartimentos direcionados para a elaboração e guarida de documentação em paços senhoriais ou até mesmo reais[385] que, a existir, seriam por norma espaços modestos. A hipótese que aqui avançamos representa, assim, um avanço muito interessante na evolução deste programa específico dentro da casa senhorial.

circulação

Analisados os compartimentos do paço no piso térreo, olhemos a distribuição vertical, antes de focarmos a organização funcional do piso nobre. Foi precisamente durante o estudo da circulação interna que surgiu uma hipótese que entendemos carecer de discussão. Referimo-nos ao pátio e à estrutura em arcaria representada em "De Guimarães": seria esta uma construção de origem quatrocentista ou uma intervenção posterior, do tempo de D. Jaime ou ainda dos Duques de Guimarães (1536-1576)?

Assinalámos anteriormente a possibilidade de terem existido dois períodos construtivos durante a época em que o Paço dos Duques foi residência senhorial – uma primeira fase começada por D. Afonso em c.1420 – Tempo I –, e uma segunda, já a cargo de seu bisneto, D. Jaime, a partir de 1496, ou dos Duques de Guimarães, em 1536 – Tempo II. A representação do pátio em "De Guimarães" coloca, de forma evidente, este tema em discussão. Neste sentido, perguntamos se a construção da estrutura do pátio terá sido da responsabilidade de D. Jaime (ou, mais provavelmente, dos Duques de Guimarães que o seguiram), o que implicaria que, ao tempo do primeiro Duque de Bragança, a disposição do pátio seria diferente – uma possibilidade pertinente que deve ser considerada, por vários motivos.

Para melhor explorar esta hipótese com base em exemplo comprovadamente próximo, retomamos o paço real em Perpignan onde o acesso à capela e ao piso nobre poderia ser feito ou por escadas intramuros – como no paço vimaranense, e que seriam provavelmente de natureza mais privada e secundária – ou por um dos dois conjuntos de escadas de tiro que ligavam o pátio a uma galeria única e adjacente ao alçado interior Nascente [Fig. 80.3]. Entendemos que uma solução semelhante pode ter sido adotada por D. Afonso no Paço dos Duques em Guimarães [Fig. 80.1], e baseamos esta suposição na análise de alguns elementos arquitectónicos, nomeadamente do gablete que encima a capela, cuja escala indica que terá sido construído para ser visto após a entrada no pátio [Fig. 80.4]. Contudo, com uma estrutura como a que surge desenhada em "De Guimarães" [Fig. 80.2; Fig. 80.5; Fig. 80.6] – que inclui uma passagem central ao nível do piso nobre – tal não seria possível. Do ponto de vista funcional, não encontramos justificação

384. *Scriptorium*: "Escritura – O escrever. A acção de formar as letras". Fonte: Bluteau, Raphael. "Tomo III" em *Vocabulario (...)*. 1712-28, p. 228.

385. Hélder Carita (2014) refere o paço de D. Pedro de Coimbra (1424-1466), em Avis, construído enquanto era Condestável de Portugal. Cf. Carita, Hélder. "Do *scriptorium* ao gabinete e à casa da livraria. Espaços da escrita nos interiores da casa nobre em Portugal" em *Casas Senhoriais Rio – Lisboa e seus interiores*, org. Marize Malta e Isabel Mendonça, 25-49. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014, p. 27.

para a existência de galerias a nível do piso nobre – com a excepção da fachada interior Nascente – na medida em que desconhecemos vestígios ou registos da existência de portas de acesso a uma galeria que percorresse o perímetro interior do pátio, e a própria distribuição dos espaços não parece apontar nesse sentido, como veremos. Se considerarmos que, à semelhança da galeria, as escadas poderão ter sido construídas em madeira, o seu desaparecimento seria facilmente explicado. É importante referir que todas as escadas do paço que resistiram até aos dias de hoje são intramuros e em granito – quer sejam as de acesso à capela, as helicoidais nos aposentos do Duque, ou as escadas de tiro, situadas quer no torreão Sudoeste, quer nos aposentos da Duquesa – e talvez por isso mesmo não tenham sido desmontadas; qualquer outra solução estaria mais condicionada ao tempo e às vontades. Por último, a própria função do pátio como zona de chegada do Duque, dos seus cavaleiros ou visitantes, e até mesmo de pátio de armas – espaço fundamental na estrutura senhorial quatrocentista – teria ficado seriamente comprometida com a construção da arcaria.

Nesse sentido, conjeturamos que, numa primeira fase, o pátio seria amplo e que o acesso vertical ao piso nobre seria resolvido precisamente por escadas exteriores e provavelmente em madeira. Só mais tarde, eventualmente no tempo dos Duques de Guimarães, se terá construído a estrutura representada em "De Guimarães" que, apesar de um ponto de vista estritamente funcional não ter criado novas soluções, conferiu ao palácio um desenho moderno e contribuiu para enfatizar a relação da capela com o espaço situado sobre a entrada, no corpo Poente. Contudo, uma questão extremamente importante permanece em aberto: onde se localizaria a escada (ou escadas) de acesso ao piso nobre de carácter público nesta segunda fase do paço? As escadas que se situariam no pátio teriam forçosamente desaparecido e as únicas que fazem a ligação entre o piso térreo e o nobre são as escadas intramuros da capela – todas as outras que referimos começam apenas no piso nobre. É certo que uma outra ligação vertical teria de existir, mas o desenho do pátio não deixa espaço para muitas localizações possíveis. Se analisarmos a sua planta com a arcaria, a única hipótese aparentemente viável seria se as escadas se situassem numa divisão, dentro do edifício, e não no pátio. No entanto, a planta do piso nobre – desenhada a partir do cruzamento da planta do piso térreo (c.1562-70) com os levantamentos posteriores – não parece ter lugar para uma escada interior que não interferisse com o uso dos espaços. Ou seja, se consideramos a hipótese de ter existido, no século XV, uma ou mais escadas nos corredores de distribuição do piso térreo – o mesmo local em que estão representadas nos levantamentos efetuados pelo exército (c.1816-19, 1870, 1888, 1914) –, estas influenciariam a organização dos espaços superiores que, por sua vez, ao serem interrompidos, teriam o seu carácter de "sala grande" ininterrupta seriamente comprometido. Nesse sentido, retomamos a intervenção de Rogério de Azevedo no século XX que, a braços com a mesma questão, situou os acessos verticais no interior do corpo Poente, de forma a não interferir com a distribuição programática do piso nobre. É certo que desconhecemos quase por completo a organização do corpo Poente e não temos

indicação que foram encontrados quaisquer vestígios duma estrutura neste local[386]. Convém sublinhar que esta é a ala do paço menos fotografada e documentada durante a intervenção da DGEMN, pelo que se torna particularmente desafiante testar uma reconstituição. No entanto, não podemos deixar de colocar a hipótese de terem existido umas escadas no interior do corpo Poente, construídas provavelmente em madeira, de forma a assegurar o acesso mais público ao piso nobre, mas a falta de vestígios não nos permite elaborar mais esta possibilidade.

Com base na linha de raciocínio exposta, testamos em desenho os esquemas de distribuição horizontal e vertical nas duas fases do paço ducal a nível dos pisos 0, 1 e 2, recorrendo ao redesenho do que consideramos serem os elementos mais antigos (que partiu da análise comparada das várias representações do edifício ao longo do tempo), sobreposta ao levantamento da DGEMN (c.1936) que procura preencher os vazios para os quais não temos, por agora, resposta. Uma solução de galeria exterior, semelhante à executada em Perpignan, terá sido provavelmente utilizada durante o Tempo I [Fig. 81.1; Fig. 81.2; Fig. 81.3]. A escada central exterior garantia acesso direto apenas à galeria que antecedia a capela; toda a restante circulação entre pisos 0 e 1 seria, obrigatoriamente, realizada pelas escadas intramuros da capela ou, mais provavelmente, por uma escada interior secundária, construída provavelmente em madeira e, entretanto, desaparecida. O acesso ao piso 2 seria ainda mais privado e estaria reservado apenas aos duques, através dos dois conjuntos de escadas situados nos seus aposentos particulares. Numa segunda fase, o Tempo II, esta solução deu lugar a um desenho mais complexo. Foi construída uma estrutura composta por 36 arcos organizados segundo um retângulo com uma passagem central, mais desafogada no centro da composição [Fig. 81.4; Fig. 81.5; Fig. 81.6]. Esta estrutura seria rematada por galerias cobertas a nível do piso nobre em lodos os lados e, novamente, ao centro, assegurando uma relação direta entre a entrada da capela e o corpo Poente, enquanto o acesso vertical seria necessariamente interior, como vimos.

386. "A ala da frente NE. Da qual existe apenas o rés-do-chão, por a cantaria das suas paredes haver sido demolida pelos frades capuchos para a construção do seu convento (...) **não acusa vestígios de escadaria**. Esta parte do edifício, que até há pouco foi arrumação de achegas para as obras, está a ser revolvida para pesquisas." Cf. Azevedo, Rogério de. *Relatório acerca das obras do Paços dos Duques*. Porto: DGEMN, 1938, p. 3, com sublinhado nosso.

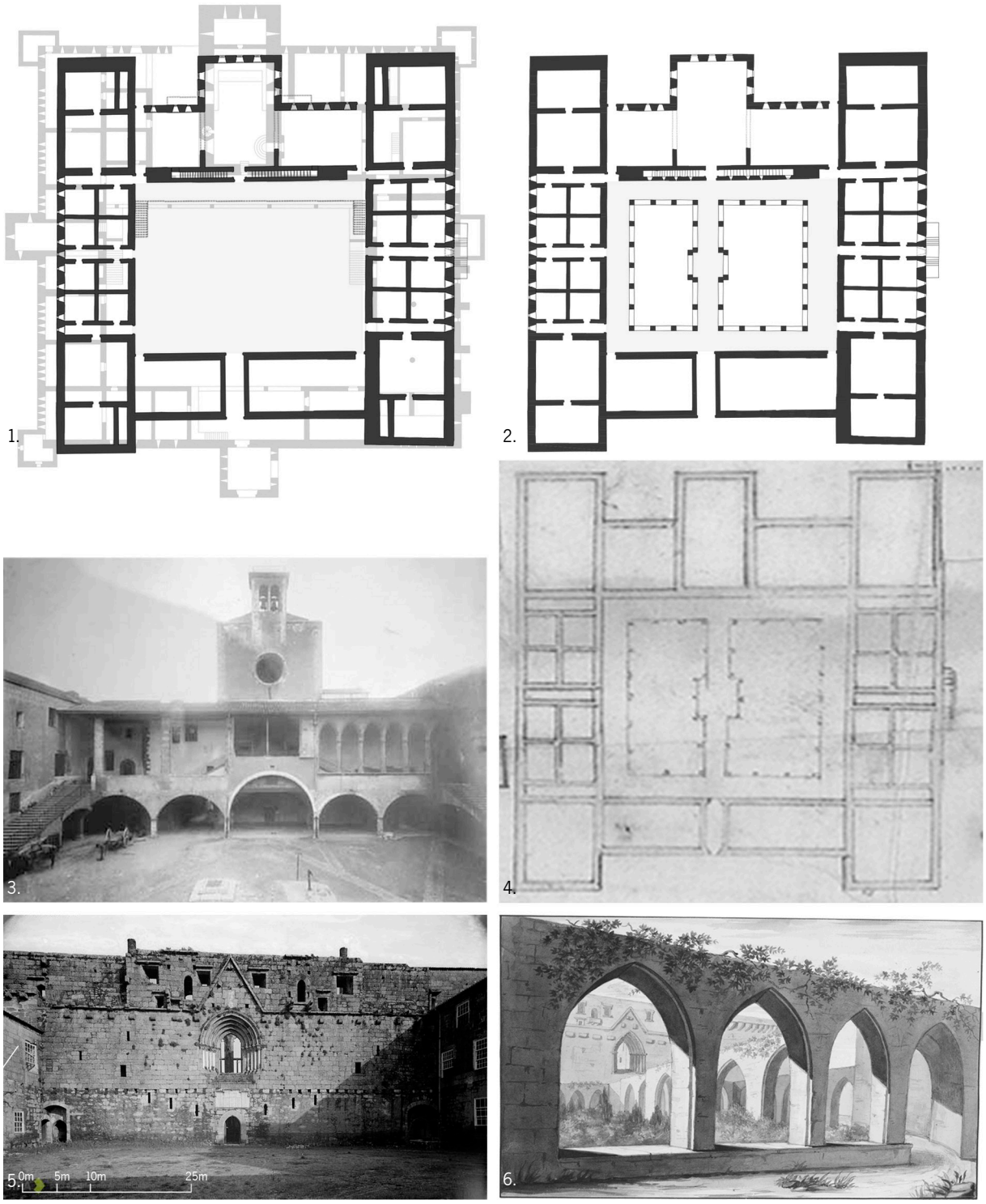


Fig. 80: Hipóteses de conformação do pátio. 1. Planta de piso térreo do paço ducal com proposta de pátio, sobre planta do paço real em Perpignan (ILG, 2021); 2. Planta de piso térreo do Paço Ducal redesenhada segundo "De Guimarães"; 3. Pátio em Perpignan (Mieusement, 1888); 4. Excerto da planta "De Guimarães" (s.a., c.1562-70); 5. Pátio em Guimarães sem arcada (DGEMN, c.1936); 6. Vista do pátio com arcada (Synge, 1813).



Fig. 81: Hipótese de esquemas de distribuição horizontal e vertical nos Tempos I (1,2,3) e II (4,5,6). 1,4. Planta do piso 0; 2,5. Planta do piso 2; 3,6. Planta do Piso 3. Circulação horizontal indicada a mancha e distribuição vertical em seta vermelha em plantas redesenhadas segundo hipótese fundamentada e sobrepostas ao levantamento DGEMN (c.1936). ILG, 2021.

Em relação à organização funcional dos pisos superiores (1 e 2), várias questões permanecem em aberto, principalmente considerando que desconhecemos a conformação destes pisos para lá do que sobreviveu até aos dias de hoje, pois a maioria dos registos gráficos incidem exclusivamente sobre o piso térreo. Se a localização da capela, da "aula" e dos aposentos privados dos duques não ofereceu grandes dúvidas, o mesmo não aconteceu com as restantes divisões do palácio. Uma vez mais, a falta de documentos específicos ao Paço dos Duques dificultou a análise à sua orgânica funcional e orientou o nosso estudo para o campo das hipóteses. Contudo, conseguimos tirar algumas ilações da organização do paço ducal em função das áreas afetas à duquesa (ala Norte) e ao duque (ala Sul), bem como através de comparações com a organização funcional dos Paço dos Reis de Maiorca.

Considerando que, no piso térreo, se situariam maioritariamente serviços, o piso nobre estaria inteiramente reservado à vida privada e social dos duques[387]. Na organização dos seus espaços particulares, podemos reconhecer a estrutura ideal de uma residência senhorial tal como descrita por D. Duarte[388] em 1438, na qual identificava cinco espaços sequenciais com diferentes graus de privacidade: sala, antecâmara, câmara de dormir, trascâmara ou guarda-roupa e oratório. Os aposentos particulares da Duquesa situavam-se no torreão Nordeste, à esquerda da capela palatina e, à semelhança dos aposentos do Duque – situados à direita da capela –, também estariam distribuídos por dois pisos, interligados por uma escada intramuros de carácter privado, comprovando a hierarquização dos espaços em função do seu nível de privacidade. Atendendo ao facto do palácio se organizar em espelho, o acesso aos espaços da duquesa e do duque seria idêntico: chegados ao piso nobre pelas escadas intramuros adossadas à fachada sobre o pátio, poderia entrar-se na sala, junto à capela – e a partir da qual se acederia à antecâmara – ou então seguiria diretamente para a "sala grande" ou "aula", na ala Sul, ou para o espaço equivalente no corpo Norte, onde também existiria uma porta de acesso à antecâmara (ambos os percursos estão identificados a vermelho na Figura 82). De referir que o desenho intricado do encontro das portas – que permitem o acesso aos vários espaços a partir das escadas [Fig. 82.3; Fig. 82.4] – é semelhante tanto no piso nobre [Fig. 82.1] como no térreo [Fig. 82.2], onde também se observa o cuidado com que foi pensado o remate do alçado interior Nascente com os alçados interiores Norte e Sul. Atendendo a uma configuração tão específica, a única entrada no edifício a partir da galeria exterior no piso nobre seria necessariamente o acesso à capela. Também aqui se identificam sinais claros de distinção e separação entre os duques – e, eventualmente, o seu séquito mais próximo – e os restantes habitantes da casa ou até convidados. A capela teria a sua entrada pelo grande portal situado na galeria exterior do piso nobre. Um portal trabalhado, com arquivoltas apontadas e assentes em colunelos, cujos fustes em jaspe poderão ter sido trazidos de um palácio marroquino por D. Afonso aquando da conquista de Ceuta – uma possibilidade previamente

387. Como referido em "2.1. Arquitectura Senhorial na esfera da Casa de Bragança", a propósito da organização funcional do paço senhorial.
388. D. Duarte. *Op. Cit.*, 1999, p. 294.

apresentada e contextualizada[389].

Cada conjunto de aposentos ducais organizava-se em dois pisos, interligados por escadas de acesso reservado – uma escada de tiro, na ala da duquesa, e outra helicoidal, no torreão do duque. No segundo e último andar do palácio, existiriam apenas as câmaras mais privadas do duque e da duquesa, que estariam, por sua vez, interligadas apenas pela galeria do coro alto da capela no piso 2. Estes espaços seriam amplos e confortáveis, com grandes janelas que garantiam iluminação e ventilação, e estariam equipados com várias lareiras[390]. Também nos parece que aqui se situariam provavelmente as latrinas, ou "privadas", que seriam, uma vez mais, do uso exclusivo dos Duques de Bragança. Uma destas câmaras poderia também ser o oratório que, tendo sido situado por D. Duarte no final da sequência anteriormente enunciada, seria um compartimento pequeno e reservado, mas com múltiplas funções. Como referido por Hélder Carita (2014), existia *"um hábito de polifuncionalidade, inerente às vivências interiores medievais"*[391]. Neste sentido, o mesmo autor retoma um documento quinhentista que, a propósito do paço real em Sintra, refere "A casynha de rezar que tem o mijatorio" e "a casa de rezar onde antes estaua a priuada"[392]. Considerando que os palácios se poderiam organizar em mais do que dois pisos (como seria o caso, por exemplo, de Leiria), interessa relembrar que a estrutura apresentada por D. Duarte não deve ser lida como uma sequência horizontal distribuída num só nível, mas antes como uma descrição mais abrangente do espaço doméstico que se adaptaria necessariamente à conformação do palácio, tivesse este sido construído em altura ou não. Assim, entendemos que as câmaras mais privadas dos duques – como o oratório, guarda-roupa, e mesmo as privadas – se situariam no segundo piso, enquanto os aposentos de maiores dimensões e onde alguns convidados eram recebidos – a sala, antecâmara e câmara de dormir – se localizariam no piso nobre. De referir ainda a existência de alguns vestígios arquitectónicos, cuja análise contribui para situar as câmaras privadas dos duques, nomeadamente uma lareira com duas aberturas, situada entre a antecâmara [Fig. 83.1] e a câmara de dormir do Duque [Fig. 83.2], e que permitiria o aquecimento da câmara privada de D. Afonso sem ser necessária a entrada do criado, o que garantia maior privacidade e recato; algumas frestas situadas na parede mestra que separaria a "aula" dos aposentos do Duque [Fig. 83.3] e que permitiriam, pela sua orientação, que o Duque olhasse sobre a sua sala da privacidade e proteção dos seus aposentos particulares; e, por último, uma abertura situada nos aposentos da Duquesa e que, à semelhança das frestas anteriormente referidas, também permitia o controlo da "sala grande" do corpo Norte a partir da câmara privada da Duquesa [Fig. 83.4]. A par destes elementos pontuais, o paço estaria ainda equipado com um sistema de esgotos e várias lareiras que aqueciam todo o palácio – como, aliás, o parece demonstrar o número elevado de chaminés que pontuariam

389. Como explicitado anteriormente, a propósito das viagens de D. Afonso de Bragança.

390. Relembramos que as únicas chaminés que sobreviveram até ao período do restauro da DGEMN foram precisamente as quatro chaminés associadas às lareiras do corpo Nascente.

391. http://acasasenhorial.org/acs/index.php/pt/glossario/315-oratorio (consultado a 19-04-2021).

392. "Documento 1. Medição das Casas de Cintra". Citado por Conde de Sabugosa. *Op. Cit.*, 1903, p. 219.

a composição[393]. Apesar de não ter sido o primeiro palácio no qual se introduziram estas comodidades[394], os Duques de Bragança gozariam neste seu paço de níveis de conforto difíceis de igualar à época. A propósito da comodidade do paço ducal, retomamos a seguinte descrição de Rogério de Azevedo (1939) que sintetiza a qualidade e carácter dos espaços:

"A sugestão que se possa ter da vida abastada naqueles tempos, é-nos dada neste Palácio onde nada foi esquecido, dentro dos limites possíveis de então e que olhando à época seriam verdadeiros achados: o aquecimento perfeitamente distribuído, a condução das águas pluviais com rêde completa embevida nas paredes e com escape nas latrinas, os exgôtos, a facilidade de transmissão de ordens com porta-vozes fixos – arremedo arcaico do telefone – os alpendres acolhedores, a Capela ampla e graciosa com as suas tríplices tribunas cada qual com seu fogão, os seus vitrais coloridos e figurados, os seus acessos privativos para evitar confusões e todos poderem recolhidamente receber os confortos espirituais, desde os amos aos servidores; as tapeçarias ricas (...) serviam para encobrir e decorar a frialdade nua dos silhares de granito; a livraria, os ornatos que enfeitavam os salões desde os tectos mudejeres policromados até às várias antiguidades espalhadas pelas arcas e moveis ricos de castanho e carvalho, trasidas pelo Conde dos seus variados excursos pelo estrangeiro, em suma 'casa de cousas raras a que hoje chamam Museu' conforme a definição preciosa do autor da História genealógica D. António Caetano de Sousa." [395]

393 "(...) mais de quinhentos portais entre grandes e pequenos he mais de setenta chaminés pelos meyos das paredes muitas com trompas de grande altura (...)". Cf. Cardoso, Pe. Luís. *Diccionario geografico, ou noticia historica de todas as cidades, villas, lugares, e aldeas, rios, ribeiras, e serras dos Reynos de Portugal, e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontraõ, assim antigas, como modernas (...)*. Lisboa: na Regia Officina Sylviana, e da Academia Real, 1747-1751, fls. 763-773. ANTT, Cota: hg-2542-v_2. Rogério de Azevedo refere também, a propósito dos trabalhos de reconstrução realizados "3° - Abertura das frestas primitivas que ladeavam os fogões de aquecimento **disseminados por todas as salas** em profusão.", o que indica que existiriam, de facto, bastantes chaminés no palácio. Cf. Azevedo, Rogério de. *Op. Cit.*, 1938, p. 24, com sublinhado nosso.

394. "O conforto torna-se notório na colocação de lareiras em cinco dos aposentos (...). A existência de latrinas nas duas torres que ladeiam a varanda da fachada principal constitui ainda outro indício da melhoria das condições de vida, conjugando-se, aliás, com informações idênticas relativas ao paço de Sintra na mesma época". Cf. Silva, José Custódio Vieira. *Op. Cit.*, 1995, p. 121.

395. Azevedo, Rogério de. *Memória Histórica, Descritiva e Justificativa.* Porto: DGEMN, 1939, p. 11-12.

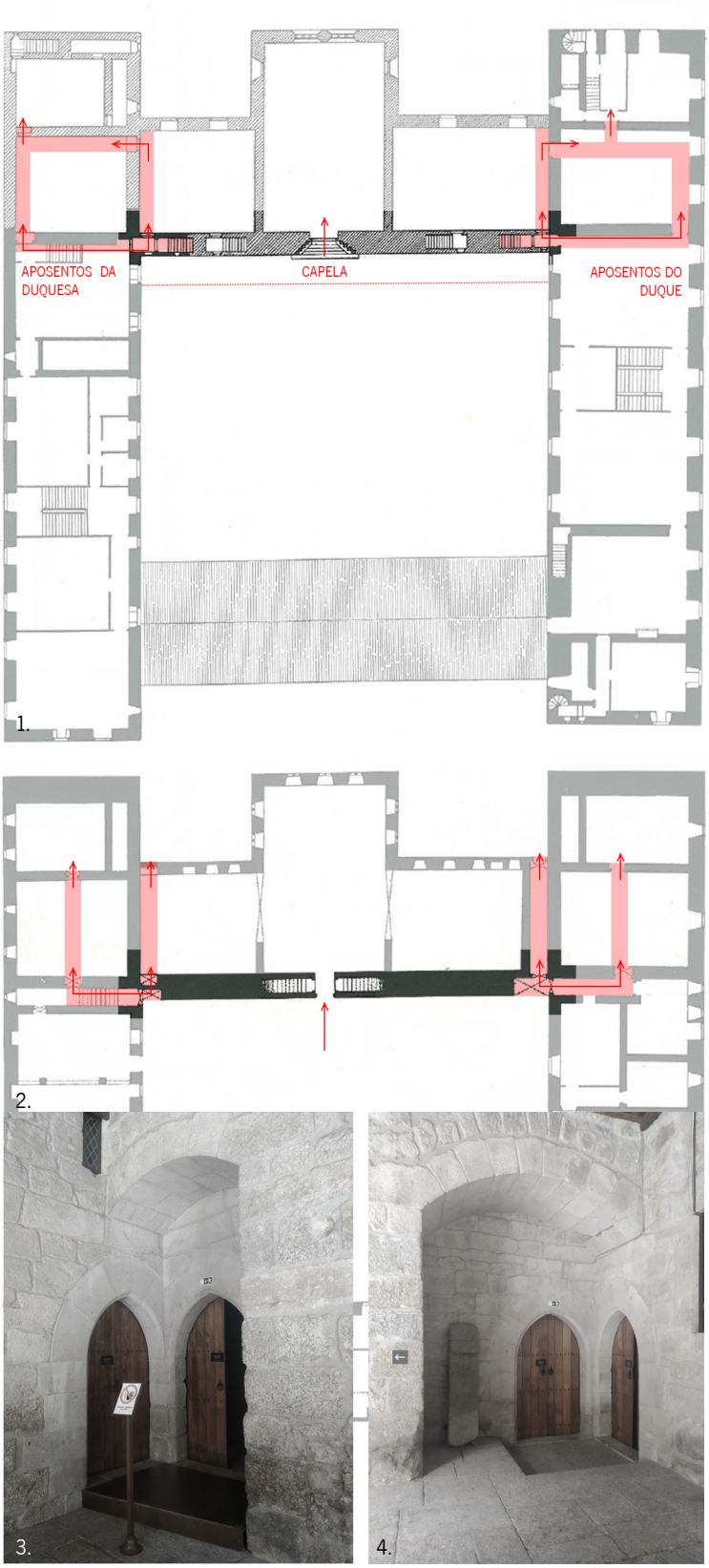


Fig. 82: 1. Planta do piso 1 (DGEMN, c.1936), com indicação do acesso à "sala grande" e aos aposentos privados do duque e da duquesa. 2. Planta do piso 0 (DGEMN, c.1936), com indicação da distribuição a partir das portas identificadas nas fotografias 3,4: Fotografias dos dois remates do piso 0 (ILG, 2021).



Fig. 83: Alguns dos sinais que indicam o nível de conforto e luxo no Paço dos Duques. 1,3,4. Ala Sul, aposentos do Duque; 2. Ala Norte, aposentos da Duquesa. ILG, 2021.

Como referido, os apartamentos privados do Duque situar-se-iam no cunhal Poente-Norte e os da Duquesa no extremo oposto, no cunhal Nascente-Norte, a nível dos pisos 1 e 2. A própria distribuição do paço no piso nobre da ala Nascente parece sugerir uma duplicação dos espaços privados do casal: ambos aposentos seriam acedidos pelas escadas de tiro intramuros – situadas na parede entre o pátio e a capela –, desenvolver-se-iam em dois níveis, e em espelho. O único ponto de contacto entre os aposentos seria através da galeria do coro alto da capela, por onde Duque e Duquesa poderiam circular com privacidade, sacralizando a união.

A identificação das câmaras privadas dos duques permite avançar com algumas conjeturas para a localização de outros espaços do palácio. Como referido, a "aula" situar-se-ia provavelmente no piso nobre do corpo Sul, junto das câmaras do Duque, e com grandes janelas de cruz orientadas sobre a vila – a referência de Craesbeeck à passagem do Infante D. Luís pelo paço vimaranense em 1548[396] parece confirmar esta hipótese. Este seria um espaço de dimensões generosas (260 m^2) e com um pé direito interior considerável (≈7,80 m), o que contribuiria seguramente para a imagem de uma grande sala, monumental e avassaladora. A par da capela, a "aula" seria provavelmente a divisão mais ornamentada e luxuosa de todo o palácio, considerando que seria o espaço de representação por excelência, onde as dignidades que procuravam o Duque de Bragança seriam recebidas. A função da sala de escala monumental situada por baixo da capela, ornamentada, de acesso protegido e em sombra – por se encontrar sob a galeria de acesso à capela – e com muita luz natural, permanece um mistério. No entanto, entendemos que, por todas as características que enunciamos, poderia tratar-se do "*scriptorium*", despacho ou espaço equivalente, destinado a questões de cobrança e administração das propriedades do duque. Os registos indicam que D. Fernando, 3.º Duque de Bragança e 1.º Conde de Guimarães, mandou redigir e assinar vários documentos nesta vila[397], pelo que a presença de escrivães ao seu serviço seria essencial.

Relativamente à capela, e mesmo considerando que o desenho do portal da capela palatina [Fig. 84.2] seria relativamente usual no período tardo-gótico, podemos ainda assim estabelecer comparações mais diretas com portais de outras obras da esfera de D. Afonso [Fig. 84.3; Fig. 84.4], ou até mesmo com o portal da igreja de Nossa Senhora da Oliveira [Fig. 84.1] – mandada edificar por D. João I e elevada a Colegiada por D. Afonso. Interiormente, a capela do paço organiza-se em dois níveis: o da nave no piso nobre, onde os convidados assistiriam ao serviço, e um segundo nível onde, sobre o altar, se situariam as tribunas do Duque (à direita) e da Duquesa (à esquerda) – cujo acesso seria feito apenas pelos aposentos privados do segundo piso – e, sobre a entrada, o coro alto, que se desdobrava em corredor de ligação entre as câmaras do Duque e Duquesa. Nesse sentido, é evidente que os duques se mantinham afastados da restante audiência durante os serviços religiosos, em local recolhido, privilegiado, e aquecido com

396. A referência que o Infante terá ceado na sala onde terá também recebido os presentes enviados pelas dignidades da vila, e que nessa mesma sala se terá aproximado de uma janela a partir da qual se veria a vila, sugere que a "aula" ou "sala grande" do Paço dos Duques se localizaria no corpo Sul. Cf. Craesbeeck, Francisco Xavier da Serra. *Op. Cit.*, 1992, p. 135-136.

397. Páscoa, Marta. *Op. Cit.*, 2015 p. 19.

recurso às lareiras existentes em cada uma das tribunas[398], sublinhando o conforto destes espaços.

Se a identificação dos espaços do corpo Nascente estará estabilizada – dentro do possível, considerando as limitações já referidas –, o mesmo não acontece com o restante edifício. No entanto, avançamos com uma distribuição programática dos espaços que conhecemos e que sabemos terem existido através de um estudo alicerçado no edifício e na sua leitura *in situ,* mesmo tendo em consideração o seu avançado estado de ruína e as profundas intervenções de que foi objeto, e apresentamos hipóteses fundamentadas de eventuais localizações para o restante programa do paço ducal.

Entendendo o piso nobre do corpo Sul como o espaço reservado ao Duque – onde se concentrariam os espaços com função de representação –, o corpo Norte estaria, por contraponto, sob supervisão da Duquesa. A cozinha e respetivas dependências, tais como celeiro, adega, lagar, entre outras, poderiam situar-se no nível térreo da ala Norte, em contacto direto com o pátio interior, mas próximo também do pomar ou horta que se localizariam eventualmente nas imediações do paço – consideramos a localização da cozinha no interior do corpo Norte a Hipótese 1 [Fig. 85.1]. De facto, a existência de uma porta coberta por um extenso alpendre na fachada Norte indicia um acesso direto, provavelmente secundário e de carácter utilitário, entre o piso nobre do edifício e o exterior. Contudo, não conhecemos vestígios de chaminés ou fornos que localizem a cozinha, nem tão pouco surgem indicados nas representações mais antigas do paço. A localização da cozinha no piso térreo, sem contacto direto com o exterior nem indicação de local para extração de fumo é pouco verosímil. Dado o avançado estado de ruína do palácio, é possível que esses vestígios tenham desaparecido. Existem, no entanto, outras hipóteses de localização da cozinha que considerámos.

398. Estas lareiras estão identificadas nas Figuras 71.2 e 71.3.

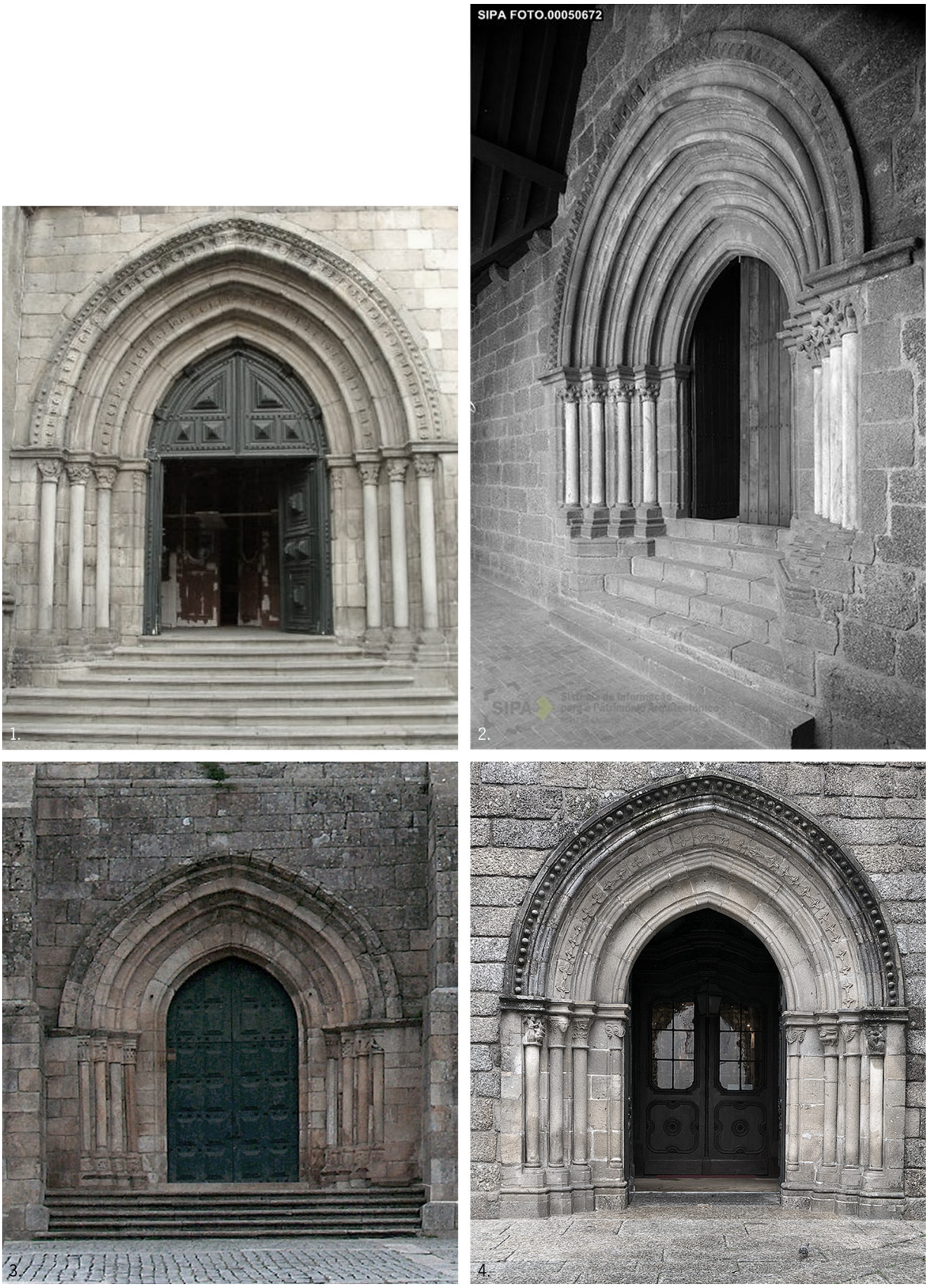


Fig. 84: Comparação entre os portais de igrejas associadas a Guimarães e aos Duques de Bragança. 1. Igreja de Nossa Senhora da Oliveira, Guimarães (ILG, 2019); 2. Capela do Paço dos Duques de Bragança, Guimarães (SIPA, 1956); 3. Igreja de Santa Maria Maior, Barcelos (ILG, 2019); 4. Igreja de S. Francisco, Guimarães (ILG, 2019).

Se a "aula" se situava no piso nobre do corpo Sul, qual a função das salas do torreão Sudoeste, que estariam – à semelhança dos aposentos do Duque – em contacto direto com aquele que seria o espaço de recepção, por excelência, do Paço dos Duques? Sabemos que, neste mesmo local no paço maiorquino, se situaria provavelmente uma cozinha[399]. Nesse caso, as salas imediatamente por cima da cozinha (piso nobre do torreão Sudoeste) serviriam de apoio à refeição e garantiam a articulação com a "aula" que, por sua vez, seria também salão de banquetes. Esta solução – Hipótese 2 [Fig. 85.2] – poderia também ter sido adotada em Guimarães – visto que a "aula" seria também porventura o salão de banquetes[400] – tornando a existência de uma cozinha nas suas proximidades perfeitamente plausível. No entanto, com ambas as hipóteses se coloca o mesmo problema: como seria feito o acesso entre piso térreo e nobre? As refeições seriam preparadas no piso 0 – no corpo Norte, sob supervisão da Duquesa, ou no cunhal Sudeste – mas o salão de banquetes e as câmaras privadas dos duques situavam-se naturalmente no piso 1. A única solução que se afigura possível seria a existência de umas escadas de serviço, provavelmente em madeira, perto da cozinha, de forma a que a ligação entre pisos fosse direta. Caso não existissem, não havia um acesso direto entre a cozinha – um espaço de serviço que, se situado no interior do palácio estaria recolhido e fora do circuito principal dos duques – salão de banquetes e "aula".

Estudamos uma terceira possibilidade, a da cozinha se situar em edifício anexo, como seria comum em alguns palácios quatrocentistas portugueses – nomeadamente, no palácio real de Sintra. No seguimento desta hipótese, convocamos de novo a planta "De Guimarães": junto ao palácio está desenhado o que supomos ser um pequeno edifício, considerando que a sua representação e cor avermelhada é semelhante à da restante massa urbana. No nosso entendimento, a existência de um volume tão próximo do palácio só pode ser explicada se o seu propósito estivesse relacionado com o funcionamento do próprio Paço dos Duques. Pensamos que este edifício poderia ser uma cozinha exterior – Hipótese 3 [Fig. 85.3] – que, do ponto de vista da segurança e da funcionalidade, seria sem dúvida uma solução mais eficiente porque, ao afastar-se do edifício principal, diminui significativamente o risco de incêndio se alastrar até ao paço. De um ponto de vista mais pragmático, a proximidade ao pomar, horta, olival[401] e restante jardim é relevante, a propósito do qual retomamos a descrição seiscentista de Frei Manuel da Esperança sobre o paço ducal e o jardim da Duquesa:

"Pelo que sua casa mais era hospital de miseráveis, do que Paço de Senhora, & Duqueza. Mas pera dar

399. Pousthomis, Bernard. *Op. Cit.*, 2014, p. 48.

400. Relembramos a referência à visita do Infante D. Luís em 1548, durante a qual terá ceado na sala onde terá também recebido os presentes enviados pelas dignidades da vila, e que nessa mesma sala se terá aproximado de uma janela a partir da qual se veria a vila, sugere que a "aula" se localizaria no corpo Sul e se desdobraria em salão de banquetes, como seria de resto usual nos palácios da nobreza. Cf. Craesbeeck, Francisco Xavier da Serra. *Op. Cit.*, 1992, p. 135-136.

401. Situado entre o paço e a igreja de São Miguel no documento de 1771. "Tem sendo medido este Palácio e Paços pela parte do norte (...). Confronta desta parte com olival e igreja de São Miguel da Castelo (...)". Cf. "Sentença cível de apelação do Pe. António Machado, Abade de São Miguel do Castelo, da vila de Guimarães. Contra o Doutor Procurador do Tombo da Rainha Fidelíssima Nossa Senhora", 1771. AMAP. Colegiada de Guimarães, maço 28, doc. n.º 49. Transcrição de Maria José Meireles.

algum disfarce â virtude de curar as suas enfermidades, que Deos lhe comunicava, viaua de lavatórios, & cozimẽtos d'hũa herua, a qual nascia no terreiro do mesmo paço, & ainda se chama, herva da Duqueza Santa." [402]

De relembrar ainda que, na "sala grande" no corpo Norte existiria uma porta de acesso direto para a horta e pomar, coberta por um alpendre[403] relativamente extenso, que facilitaria o acesso entre cozinha e paço. Como exposto anteriormente [excerto da Figura 72], a situação topográfica do paço em relação à pendente da colina faria com que parte do piso térreo da ala Norte estivesse enterrado. Logo, a "sala grande" desta ala estaria apenas ligeiramente acima da cota de soleira, fazendo com que a relação entre cozinha, exterior – jardins, hortas e pomares – e sala fosse fácil e direta. Com base neste raciocínio, supomos que a localização da cozinha em edifício anexo será, porventura, a mais provável.

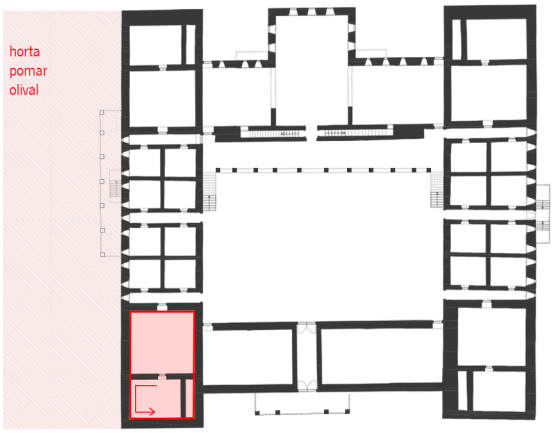
Situada sob os armazéns, celeiros e adegas, de fácil acesso tanto à cozinha como aos jardins e sob supervisão da Duquesa (em Perpignan, a "aula" e salão de banquetes estariam próximos dos aposentos privados da Rainha), faria todo o sentido que a "sala grande" do corpo Norte fosse o salão de banquetes. Contudo, e como exposto anteriormente, a análise à referência da passagem de D. Luís por Guimarães aponta para outra direção e parece situá-lo na "aula". Assim, desconhecemos a função que esta sala de dimensões generosas (222 m^2) pudesse desempenhar na organização do palácio. Seria – à semelhança dos Paços Reais em Évora – uma outra sala de representação e recepção[404]? No palácio maiorquino, o espaço equivalente – ou seja, a sala que se situaria no corpo Norte do paço – seria designado por "Salle des Timbres" ou Sala do Conselho[405] mas, como vimos, neste caso a ala Norte estaria orientada à vila de Perpignan e em grande proximidade com os aposentos do Rei, precisamente o oposto do que acontece em Guimarães. Mais uma questão que fica em aberto e para a qual, por agora, não encontramos resposta.

402. Esperança, Frei Manuel da. *Op. Cit.,* 1656, p. 180.

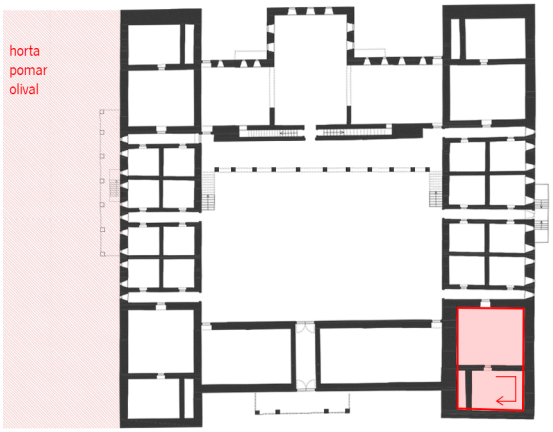
403. "Tem sendo medido este Palácio e Paços pela parte do norte (...). Confronta desta parte com olival e igreja de São Miguel do Castelo, tem por esta banda um alpendre assentado em oito pilares de pedra, para cuja parte tem umas portas fronhas, com suas escadas de pedra...". Cf. *Op. Cit.*, 1762. AMAP, Colegiada de Guimarães, maço 28, doc. nº 49. Transcrição de Maria José Meireles.

404. A propósito dos paços régios de Évora, Vieira da Silva refere que "Além dos aposentos para o rei, a rainha e o príncipe, dispunha, pelo menos, de duas salas de grande aparato (...)". Cf. Silva, José Custódio Vieira. *Op. Cit.*, 1995, p. 131.

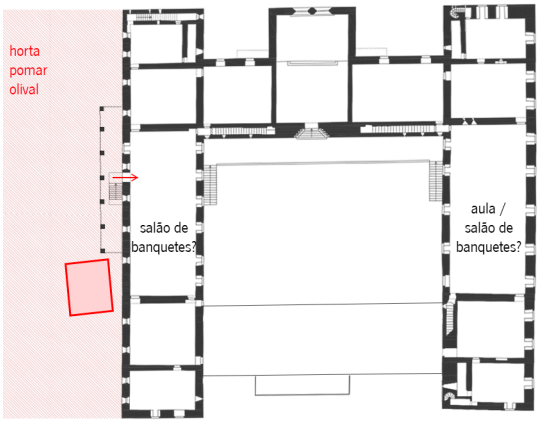
405. Pousthomis, Bernard. *Op. Cit.*, 2014, p. 47.



1. Hipótese 1: Cozinha no corpo Norte.



2. Hipótese 2: Cozinha no corpo Sul.



3. Hipótese 3: Cozinha exterior.

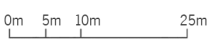


Fig. 85: Hipóteses de localização da cozinha. Plantas do Paço dos Duques no Tempo I (c.1420) redesenhadas segundo hipótese fundamentada e com base no levantamento DGEMN (c.1936). ILG, 2022.

Resta-nos abordar um último grande tema em relação à organização funcional do paço ducal: qual seria o desenho, conformação e função das salas – ou sala – situadas no piso nobre do corpo Poente? Esta será talvez a ala de mais difícil análise, considerando a sua profunda descaracterização. Antes da intervenção da DGEMN, este corpo teria apenas um piso térreo e nenhum dos registos estudados, gráfico ou escrito, menciona a existência de um piso superior. Contudo, sabemos que os palácios se desenvolveriam sempre em, pelo menos, dois níveis, o que levanta a questão: será que o Paço dos Duques não chegou a ser a concluído e, por conseguinte, o piso nobre da ala Poente ficou por levantar, ou será que foi construído, mas desmontado nos anos seguintes?

A porta principal no paço situa-se sensivelmente a eixo do corpo Poente e a sua dimensão permitiria a entrada a cavalo no pátio do palácio – considerando que, numa primeira fase, este seria relativamente desimpedido. Existem ainda alguns cachorros, que suportariam um eventual alpendre sobre a entrada, protegendo e dignificando o momento de chegada ao paço ducal. A simetria que orienta toda a composição sugere a existência de duas portas de acesso ao pátio situadas nos extremos do corpo Poente, à semelhança da ala Nascente – uma hipótese suportada pela análise comparada dos vários levantamentos executados pelo Exército (c.1819-c.1914). No entanto, não conhecemos mais vestígios que ajudem a clarificar conformação, desenho ou função deste corpo e, portanto, apoiamo-nos em comparações com palácios coetâneos ao vimaranense.

A extraordinária semelhança entre o paço ducal em Guimarães e o paço real em Perpignan leva-nos a procurar respostas para algumas das nossas questões no paço maiorquino, nomeadamente a nível da organização do piso nobre. Em Perpignan, o espaço sobre a entrada do paço era uma *loggia*, com aberturas para o pátio interior [Fig. 86.2]. Relembramos também que D. Afonso terá sido educado no paço real em Leiria, palácio que, como referido, foi construído de raiz por D. João I e que se caracteriza, ainda hoje, pela sua imponente *loggia* vista à distância [Fig. 86.1]. Nesse sentido, perguntamos se não é de equacionar que o Duque de Bragança tenha procurado replicar o modelo catalão também na questão da *loggia* sobre a entrada, considerando que, além do mais, o paço de seu pai no qual foi criado inclui um espaço semelhante, também voltado aos acessos e não propriamente à vila em si. Ainda à semelhança de Leiria, a *loggia* vimaranense seria eventualmente um espaço de lazer, contemplação e controlo dos acessos à vila. Este seria, essencialmente, um outro espaço de receção e de aparato, articulado com as salas grandes dos corpos Norte e Sul que desempenhariam funções semelhantes. Também o paço real em Évora – iniciado por D. João I, mas construído maioritariamente durante o reinado de D. Afonso V – contava com pelo menos duas salas de grandes dimensões e uma varanda. Retomamos as referências incluídas na publicação de José Custódio Vieira da Silva (1995), que referem: *"Frente a esta sala (de acordo com o cronista Garcia Resende) dispunha-se uma varanda: 'em quanto (D. João II) comeo (na sala) não pareceo pessoa algua em toda a varanda' e 'vindo el Rey hum dia da Missa da capella Deuora pella varanda, (...) e em chegando a*

salla'" [406]. Estas passagens sugerem que varanda, "sala grande" ou salão de banquetes, e capela seriam próximas e articuladas. Apoiados na análise destes modelos comprovadamente próximos ao paço ducal vimaranense, colocamos a hipótese de também D. Afonso ter construído uma *loggia* no corpo da entrada que contribuía certamente para dignificar ainda mais o palácio [Fig. 86.3]. De referir ainda que, na adaptação que patrocina do castelo de Porto de Mós na década de 1450, D. Afonso de Ourém também constrói uma *loggia* orientada à paisagem [Fig. 86.4], uma ação semelhante aos exemplos enumerados e numa clara demonstração de poder. Não fará todo o sentido equacionar a existência de *loggia* em Guimarães – hipótese já colocada por Mário Jorge Barroca (2002; 2014)[407] e secundada por Isabel Maria Fernandes[408] –, construída por D. Afonso em c.1420, mas que tenha sido eventualmente demolida ou desmontada?

Exposta a nossa análise, avançamos com uma possível organização funcional dos pisos 0, 1 e 2 [Fig. 87] durante o período em que terá sido residência senhorial (c.1420-1576), considerando o esquema da distribuição horizontal e vertical que temos vindo explicar e o programa acima enumerado. Trata-se de uma hipótese fundamentada pelo estudo integrado dos registos iconográficos disponíveis, a par de bibliografia específica e, principalmente, por vestígios legíveis *in situ*. Considerando que não conhecemos plantas anteriores a c.1562-70 – e mesmo deste período, existe apenas planta de piso térreo – recorremos às plantas do levantamento do Exército (c.1936) como base operativa sobre a qual desenhamos e organizamos a hipótese funcional que apresentamos.

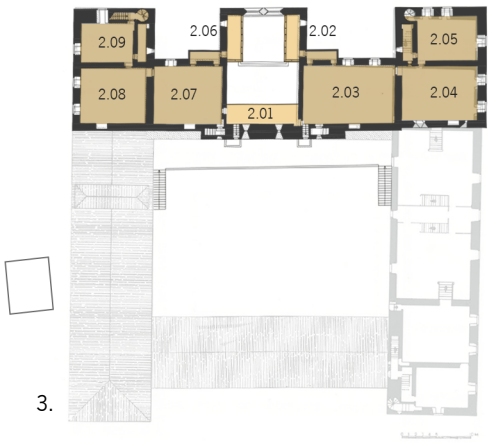
406. Silva, José Custódio Vieira. *Op. Cit.*, 1995, p. 131.

407. Barroca, Mário Jorge e Carlos Alberto Ferreira de Almeida. "O Gótico" em *História da Arte em Portugal*, ed. Carlos Alberto Almeida et al. Lisboa: Editorial Presença, 2002, p. 116. Esta hipótese foi posteriormente apresentada pelo Professor Mário Barroca no colóquio "O quotidiano no Paço", organizado pela Doutora Isabel Maria Fernandes em 2014.

408. Isabel Maria Fernandes (2016) refere a possibilidade de ter existido, a nível do primeiro piso, uma varanda/*loggia* o que, do ponto de vista funcional, justificaria o passadiço central que vemos na planta quinhentista "De Guimarães" e que terá sido eventualmente construído depois do tempo do 1.º Duque de Bragança. No entanto, a autora não considera a existência de duas fases construtivas diferentes e assume que a estrutura do pátio também terá sido planeada por D. Afonso. Cf. Fernandes, Isabel Maria. *Op. Cit.*, 2016, p. 543.

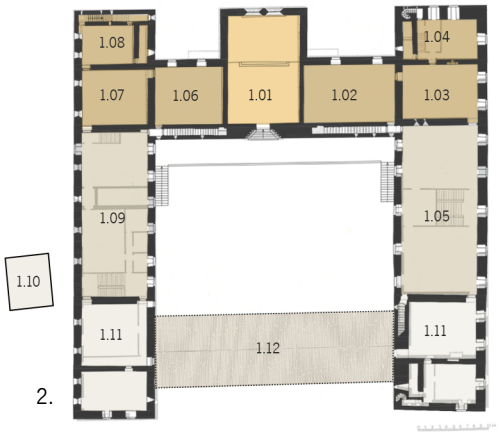


Fig. 86: Exemplos de *loggiae*. 1. *Loggia* no paço de Leiria, c.1400 (SIPA, s.d); 2. *Loggia* do paço em Perpignan, c.1300 (s.a, s.d); 3. Hipótese da *loggia* em Guimarães através de montagem fotográfica (ILG|CE-EAUM, 2017); 4. *Loggia* no paço em Porto de Mós, c.1450 (SIPA, s.d.).



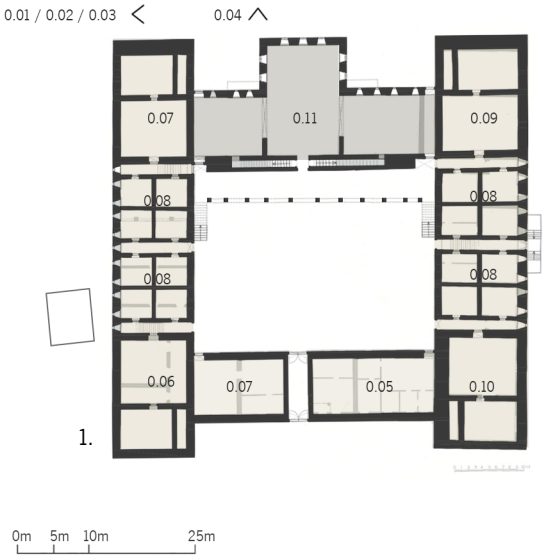
Legenda do piso 2:

2.01. Coro-alto/ Passagem
2.02. Tribuna do Duque
2.03. Aposentos do Duque: Sala
2.04. Aposentos do Duque: Antecâmara
2.05. Aposentos do Duque: Guarda-roupa
2.06. Tribuna da Duquesa
2.07. Aposentos da Duquesa: Sala
2.08. Aposentos da Duquesa: Antecâmara
2.09. Aposentos da Duquesa: Guarda-roupa



Legenda do piso 1:

1.01. Capela
1.02. Aposentos do Duque: Sala
1.03. Aposentos do Duque: Antecâmara
1.04. Aposentos do Duque: Câmara de dormir
1.05. Aula/ Salão de Banquetes
1.06. Aposentos da Duquesa: Sala
1.07. Aposentos do Duque: Antecâmara
1.08. Aposentos do Duque: Câmara de dormir
1.09. Sala grande/ Salão de Banquetes
1.10. Cozinha
1.11. Apoio à cozinha: copa, manteiro, ucharia
1.12. Loggia



Legenda do piso 0:

0.01. Olival
0.02. Horta
0.03. Pomar
0.04. Jardim da Duquesa
0.05. Estrabarias
0.06. Apoio à cozinha: casa da lenha, forno
0.07. Lojas: adega, celeiro, azeite, atafona, guarida de aves
0.08. Casas dos criados/ cavaleiros
0.09. Oficinas
0.10. Guarnições
0.11. Scriptorium/ sala dos escrivões

Capela
Aposentos Ducais
Salas de Receção
Despacho ou scriptorium
Serviços

Fig. 87: Hipótese de esquemas funcionais no Tempo I (c.1420) em plantas redesenhadas, segundo hipótese fundamentada, e sobrepostas ao levantamento DGEMN (c.1936). 1. Planta do piso 0; 2. Planta do piso 1; 3. Planta do piso 2. ILG, 2022.

Estudada uma eventual organização funcional do paço ducal, ensaiamos a espacialização do palácio durante o Tempo I (c.1420) e Tempo II (c.1570). Como base operativa de trabalho, recorremos ao modelo tridimensional, construído sobre o levantamento da DGEMN dos anos 30 e apresentado anteriormente [Fig. 44], no qual inserimos as alterações que a planta e alçado incluídos em "De Guimarães" (c.1562-70) sugerem. No entanto, o modelo permanecia bastante incompleto, considerando toda a informação que desconhecemos sobre este período. Olhamos então ao edificio no seu estado atual, transpondo o levantamento mais recente (FASE, 2003) para um modelo axonométrico, de modo a permitir uma depuração de elementos que sabemos, por recurso aos vários levantamentos do Exército (c.1816-c.1914), serem contemporâneos, voltando a recorrer à metodologia da "análise arquitetónica inversa". Neste momento, já foi possível utilizar o programa funcional que estabelecemos como ferramenta para a definição destes espaços, e o paço ducal começou a ganhar forma e consistência.
Atualizamos plantas e cortes respeitantes ao Tempo I [Fig. 88] e Tempo II [Fig. 90] recorrendo, uma vez mais, ao levantamento da DGEMN e aos desenhos preparados por nós na sequência da análise do levantamento fotográfico [Fig. 72], que estabelecem uma base rigorosa para a construção do modelo axonométrico de ambos os tempos [Fig. 89; Fig. 91].

Pese embora tudo o que ainda desconhecemos sobre o paço ducal no período em que foi morada dos Duques de Bragança e de Guimarães, a investigação desenvolvida permitiu elaborar uma aproximação fundamentada à organização espacial do edifício, conhecimento fundamental à sua análise mais alargada.

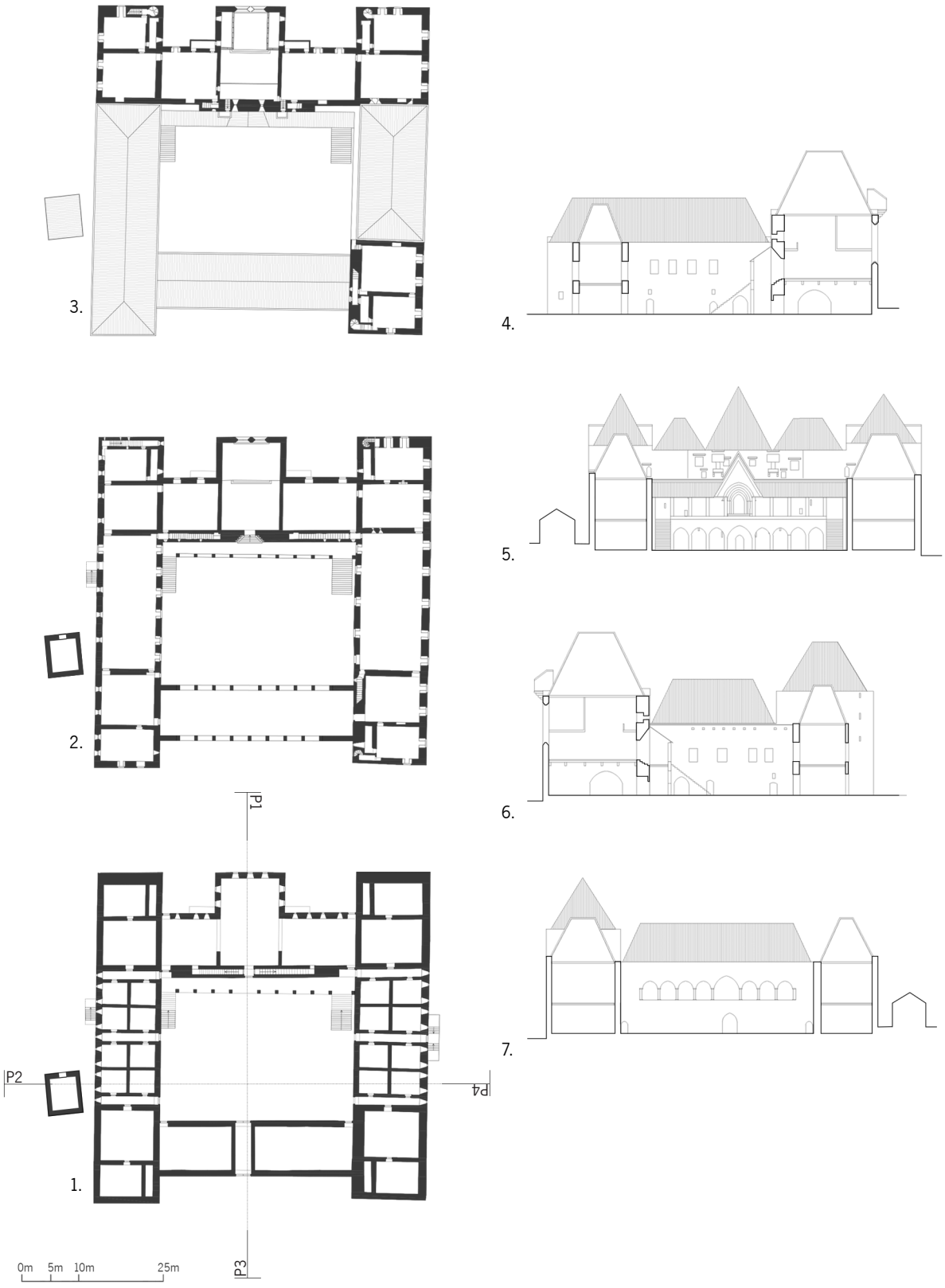
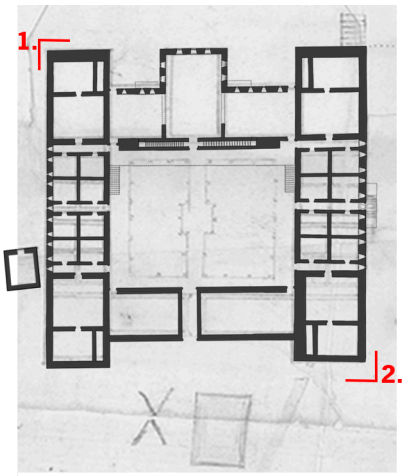


Fig. 88: Hipótese: plantas e cortes do Paço dos Duques no Tempo I, construídos a partir da planta "De Guimarães" (c.1562-70) e do levantamento DGEMN (c.1936). 1. Planta do piso 0; 2. Planta do piso 1; 3. Planta do piso 2; 4. Perfil transversal P1; 5. Perfil longitudinal P2; 6. Perfil transversal P3; 7. Perfil longitudinal P4. ILG, 2022.



Planta do piso térreo do Paço dos Duques de Bragança, construída a partir da cartografia "De Guimarães" (s.a., c.1562-70) e do levantamento DGEMN (c.1936)

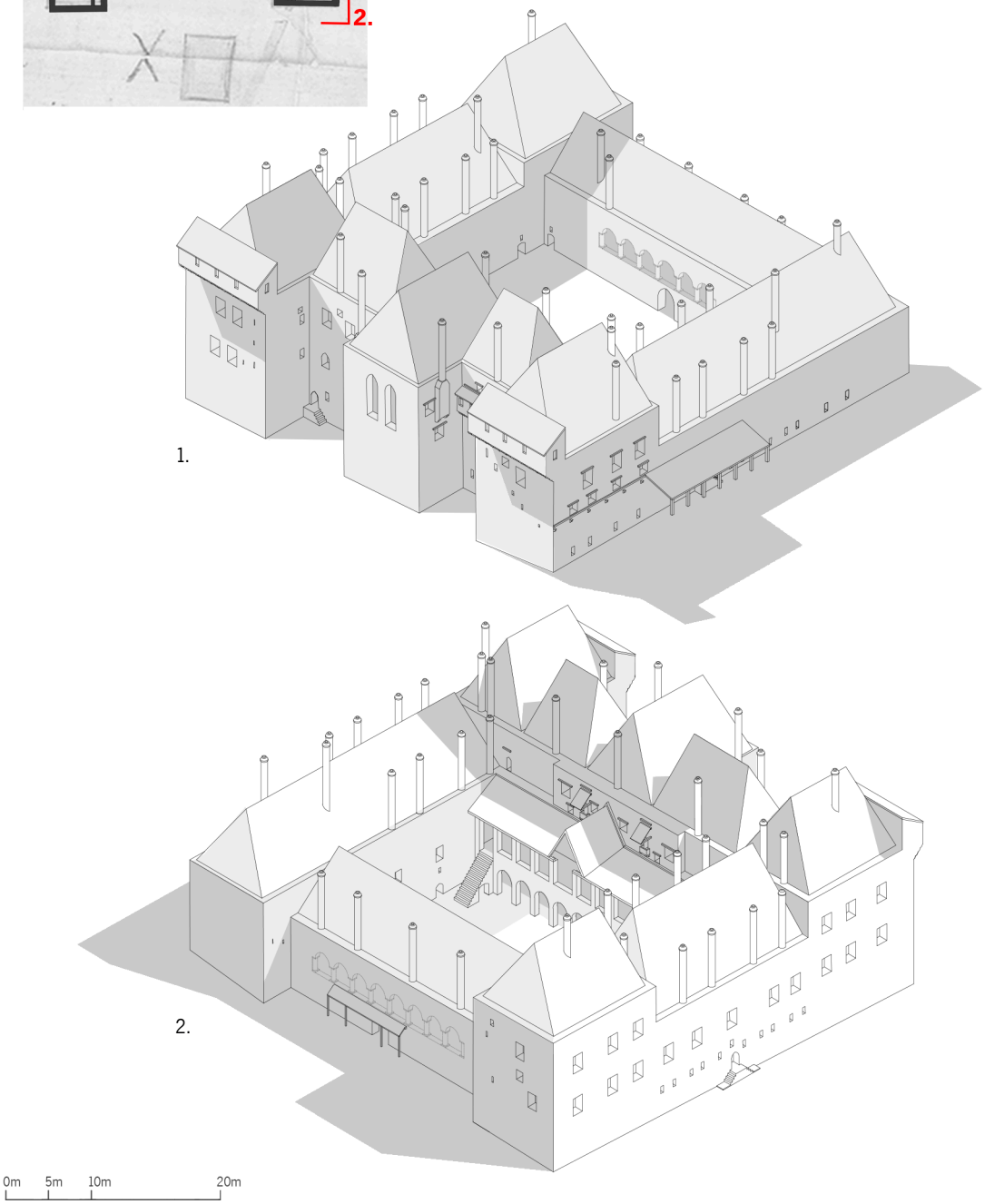


Fig. 89: Hipótese: axonometria do Paço dos Duques no Tempo I, construída das plantas redesenhadas que exploram a primeira fase construtiva do paço ducal. 1. Ângulo Norte-Nascente; 2. Ângulo Sul-Poente. ILG, 2022.

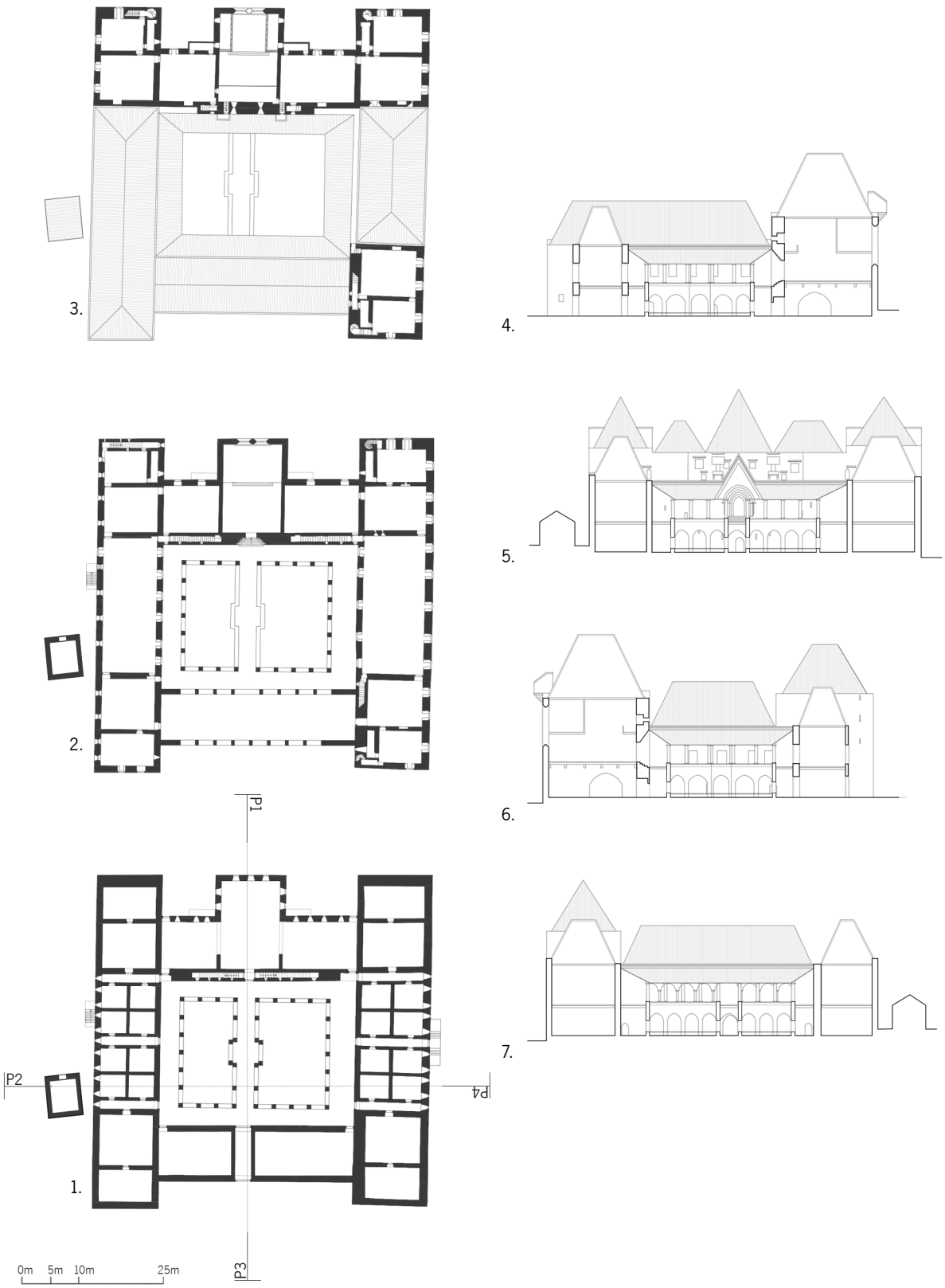
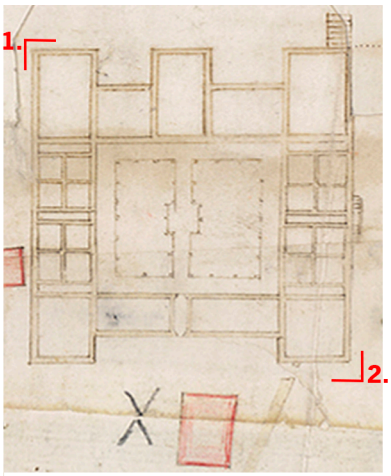
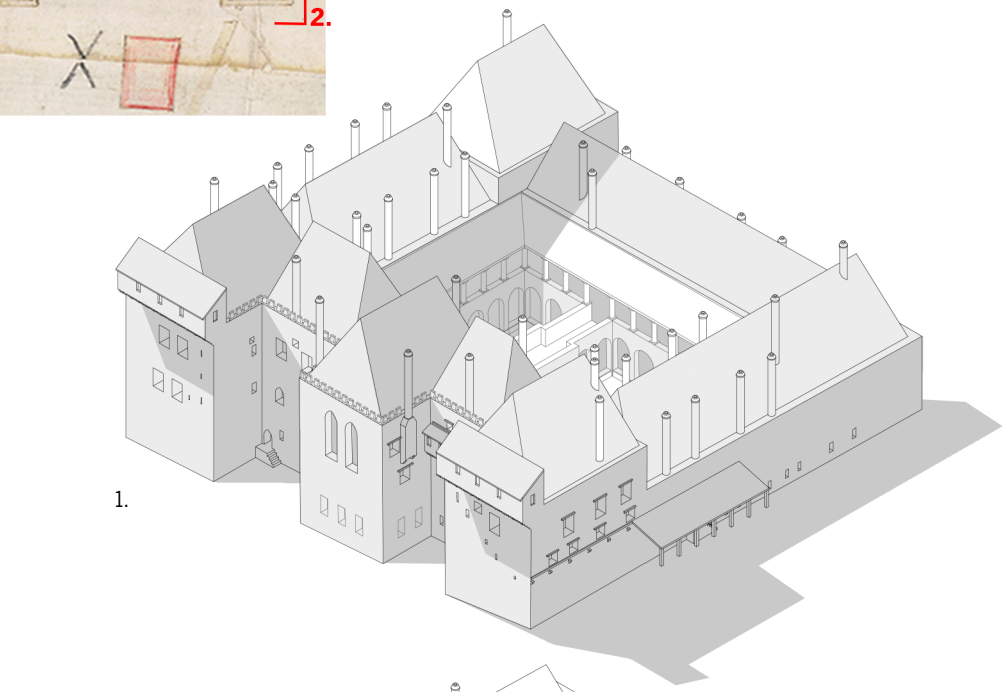


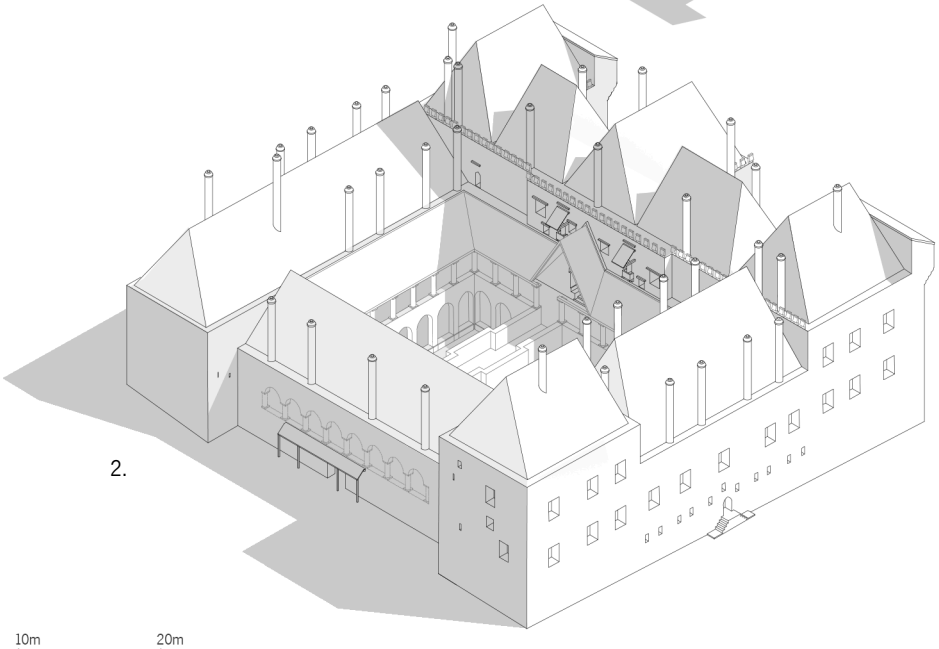
Fig. 90: Hipótese: plantas e cortes do Paço dos Duques no Tempo II, construídos a partir da planta "De Guimarães" (c.1562-70, do levantamento DGEMN (c.1936) e das plantas redesenhadas que exploram a primeira fase do paço ducal. 1. Planta do piso 0; 2. Planta do piso 1; 3. Planta do piso 2; 4. Perfil transversal P1; 5. Perfil longitudinal P2; 6. Perfil transversal P3; 7. Perfil longitudinal P4. ILG, 2022. ILG, 2022.



Planta do piso térreo do Paço dos Duques de Bragança retirada da cartografia "De Guimarães" (s.a., c.1562-70).



1.



2.

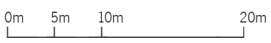


Fig. 91: Hipótese: axonometria do Paço dos Duques no Tempo II, construída a partir das plantas redesenhadas que exploram a segunda fase construtiva do paço ducal 1. Ângulo Norte-Nascente; 2. Ângulo Sul-Poente. ILG, 2022.

2.2.3.2
o período de abandono

A mudança da sede do ducado para Vila Viçosa no início do século XVI marcou o início de um período de afastamento da Casa de Bragança em relação ao seu paço em Guimarães. A transição do ducado de Guimarães para D. Isabel e D. Duarte em 1536 parece indiciar um renovado interesse dos duques pelo Paço, mas a morte sem herdeiros de seu filho, D. Duarte II (1576), a transferência do ducado vimaranense para a irmã, D. Catarina, e sua consequente reintegração nos domínios da Casa de Bragança (por D. Catarina estar casada com D. João, Duque de Bragança) terão votado o palácio a um longo ciclo de abandono. Ainda no século XVI, o Paço dos Duques em Guimarães – outrora a principal residência – é remetido para segundo plano face às propriedades da Casa de Bragança a Sul do Tejo.

Pouco é conhecido do período durante o qual o paço esteve desabitado. Em 1611, as freiras do Convento de Santa Clara terão enviado uma petição ao Rei Filipe II a solicitar o uso da *"pedra do muro que está junto dos Paços"* [409], ao que o rei terá respondido que a mesma pertencia ao Duque de Bragança (à época, D. Teodósio II). Se não podemos confirmar que as clarissas procederam ao desmonte do muro nesta data, certo é que, em 1666, os frades capuchos já teriam retirado pedra do palácio ducal para a utilizar nas obras do Convento de Santo Agostinho que estava a ser construído – uma ação que despoletou grande consternação no povo de Guimarães, que solicitou nesta data o seu embargo. A intervenção dos capuchos – que afirmaram ter recebido o aval da Coroa – terá resultado numa profunda descaracterização do paço, *"(...) deixando as paredes de fora somente he tapando as portas de pedra he cal ficase so hũa que os mais religiosos terião fechada com chave que terião hem seu poder (...)"* [410].O enorme desagrado que esta ação provocou no povo de Guimarães transparece no documento elaborado em janeiro de 1666, no qual o Paço dos Duques é considerado *"[a] obra mais notavel que nesta villa vesita toda pessoa grande que vem a ella e faltando ficava esta villa sem esta mayor honra"* [411]. Considerando a existência de registos que comprovam o desagrado generalizado dos habitantes da vila pela descaracterizaçãodo palácio ducal supomos que, se a *loggia* existisse, o seu desmonte teria causado grande consternação e certamente estaria registado. Não deixa de ser curioso, e verdadeiramente notável, que ainda em *Seiscentos* – antes do renovado entendimento de património característico do século XIX – tenha sido atribuída ao palácio ducal tamanha importância histórica, uma opinião transversal à sociedade vimaranense, comprovada,

409. Notícia publicada por Azevedo (1942), que a terá recebido de Alfredo Guimarães. Cf. Azevedo, Rogério de. *Op. Cit.*, 1942, p. 111-112.
410. "Assento feito com a nobreza e povo sobre a pedra dos Passos desta villa", 1666. AMAP, Atas de vereação. p. 126-128v. doc. 213, 1666. Transcrição de Maria José Meireles.
411. *Ibidem*.

aliás, pelo facto de este documento ser o resultado de uma ação conjunta encetada por Câmara, nobreza e povo da vila. Na sequência da intervenção danosa dos capuchos, a Câmara encomendou um "Auto de vistoria, e avaliação dos Passos desta Villa de Guimarães" em fevereiro desse mesmo ano. Nesse documento – transcrito e publicado por Rogério de Azevedo (1942) – lê-se que grande parte da nobreza da vila, juntamente com dois mestres de pedraria e um arquiteto, encetaram uma "Vistoria nos passos desta Villa he avaliação para do que se achasse auizar a Sua Magestade para o dito Senhor por esta Via ser legitimamente enformado da Calidade he grandeza da obra" [412]. Desta afirmação depreendemos que os signatários do documento entendiam que, fosse o rei devidamente informado da magnificência do seu palácio, não permitiria o desmonte de que este estava a ser alvo. Nesta data, a vistoria concluiu que o interior do paço seria construído em pedra e cal e que existiriam mais de quinhentos portais e setenta chaminés – números claramente exagerados, mas que dão conta da dimensão do paço. Mais acrescenta que, retirando a alvenaria de pedra (precisamente a ação iniciada pelos capuchos e travada pela Câmara), o palácio ficaria em risco de ruir mas que, no estado em que se encontrava, não necessitaria mais do que *"madeiras e telhas para se redeficar"* [413]. Desconhecemos se as medidas apresentadas pela Câmara surtiram o efeito desejado na preservação do edifício. Certo é que a sua adaptação para fins utilitaristas já teria sido iniciada quando, após a Restauração da Independência, uma parte do antigo Paço dos Duques foi adaptado a celeiro e armazém afeto à Casa das Rainhas – tal como o comprova a "Sentença cível de apelação do Pe. António Machado, Abade de São Miguel do Castelo, da vila de Guimarães. Contra o Doutor Procurador do Tombo da Rainha Fidelíssima Nossa Senhora"[414], de 1771, e a planta levantada por Luís Ignácio de Barros Lima em c.1816-19[415] [Fig. 36.1]. Este primeiro documento inclui ainda um auto de medição[416] do Paço dos Duques e áreas circundantes (executado em 1762) bastante completo e pormenorizado. Com base no cruzamento da planta do piso térreo mais atual do paço (FASE, 2003), do redesenho do mapa "De Guimarães" (c.1562-70) – atualizado segundo a "Planta da Cidade de Guimarães", assinada pelo Engenheiro Manoel de Almeida Ribeiro (1863-67) – ensaiamos a espacialização deste registo escrito setecentista [Fig. 92]. Nesse sentido, importa explicitar a metodologia utilizada no redesenho da planta do Paço dos Duques.

Considerando a multiplicidade de registos gráficos, que reportam principalmente aos séculos XIX e XX, foi necessário utilizar um método de análise que permitisse a depuração desses elementos com base em denominadores comuns. Assim, de modo a conseguir uma aproximação fidedigna ao edifício, recor-

412. Este documento integra o Livro 1 do Registo da Câmara Municipal de Guimarães. Cf. Azevedo, Rogério de. *Op. Cit.*, 1942, p. 114-115.

413. Este documento integra o Livro 1 do Registo da Câmara Municipal de Guimarães. Cf. *Ibidem*, p. 114-115.

414. "Sentença cível de apelação do Pe. António Machado, Abade de São Miguel do Castelo, da vila de Guimarães. Contra o Doutor Procurador do Tombo da Rainha Fidelíssima Nossa Senhora", 1771. AMAP. Colegiada de Guimarães, maço 28, doc. n.º 49. Transcrição de Maria José Meireles.

415. Fig.36.1: "Planta baixa que mostra a figura que tem o terreno que occûpa o Edificio antíguo, de nominado, o Paço, na Villa de Guimarães; parte do qual está hoje occûpado em quartel: do Regimento d'Infantaria, N°15", Luís Ignácio de Barros Lima, c.1816-19. GEAEM, Cota 2004-2-17A-25.

416. Incluído em "Anexos".

remos ao levantamento mais recente, e metricamente rigoroso, disponível, elaborado pelo gabinete FASE – Estudos e Projectos SA (2003), à planta "De Guimarães" (c.1562-70), aos levantamentos iniciais do Exército (1816, c.1816-19), ao projecto do Capitão Engenheiro Pedro Avellar Machado (copiado em 1870), ao mapa da cidade (1863), e ainda ao levantamento da DGMEN pré-intervenção (c.1936) como filtros que possibilitam uma leitura concertada e mais próxima à época que se pretende retratar. Reduzindo o conjunto de desenhos indicados a escala adequada e utilizando a mesma expressão gráfica, foi possível sistematizar as plantas que retratam os vários ciclos construtivos do Paço dos Duques, gradualmente subtraindo informação aos desenhos mais recentes e mais rigorosos, caminhando em direção à estrutura que pensamos ter sido a original – a metodologia a que chamamos "análise arquitetónica inversa". Este processo foi particularmente útil na espacialização do referido auto de medição, pois permitiu estruturar uma possível planta de piso térreo do paço e terrenos adjacentes, numa época em que o edifício estaria parcialmente abandonado e sobre o qual não existem quaisquer outros registos. De seguida, expomos a nossa interpretação do registo setecentista, que procura ser uma hipótese fundamentada da organização espacial do antigo Paço dos Duques durante os séculos XVII e XVIII – um período que terá permanecido, até agora, pouco ou nada estudado.

Em meados de *Setecentos*, "*o Paço era destelhado e sem cobertura, aonde não assistia pessoa alguma, como ainda se achava exceto naquela parte que servia de celeiro"* [417]. De modo a cumprir com este propósito, o almoxarife[418] terá mandado telhar as salas nas quais se recolhiam as rendas por volta de 1682[419] – data a partir da qual se terá passado a utilizar o antigo paço ducal com este propósito. Este documento é relativamente parco em descrições do interior do palácio, mas aborda com bastante pormenor a sua envolvente imediata, identificando as confrontações e a distância aproximada a que estas se encontram – dados relevantes para melhor entendermos quais seriam os pontos de referência da vila em função do paço. São também incluídas indicações pontuais do estado da muralha – que ainda não teria sido totalmente demolida[420], mas cujos tramos pontuais já teriam sido desmontados de forma a fornecer pedra aparelhada às obras que se levantavam nas proximidades, nomeadamente o Convento de Santa Clara (1559), o Convento de Santo António dos Capuchos (1664) e o Convento do Carmo (1685) – e da porta da Freiria ou de Santa Cruz, localizada junto ao corpo Nascente do Paço dos Duques, que ainda seria utilizada como acesso à igreja da mesma denominação, vindo a ser fechada anos mais tarde. Sobre o edi-

417. "Sentença cível de apelação do Pe. António Machado, Abade de São Miguel do Castelo, da vila de Guimarães. Contra o Doutor Procurador do Tombo da Rainha Fidelíssima Nossa Senhora", 1771. AMAP. Colegiada de Guimarães, maço 28, doc. n.º 49. Transcrição de Maria José Meireles.

418. Almoxarife: Aquele que cobra os direitos reais de vários géneros, como vinhos, azeites, etc. Fonte: Bluteau, Raphael. Tomo I em *Vocabulario (...).* 1712-28, p. 276.

419. O documento refere estes compartimentos não teriam sido alvo de melhoramentos há menos de 80 anos, dado o seu bom estado de conservação. Sabendo que o auto de medição foi executado em 1762, concluímos que a intervenção no antigo paço ducal terá ocorrido por volta de 1682.

420. Caldas, Pe. António José Ferreira. *Op. Cit.,* 1996, p. 428-430.

fício, refere a existência de quatro lojas[421] – duas grandes e duas pequenas –, localizadas provavelmente no corpo Poente – considerando que são indicadas duas entradas para as lojas precisamente nesta ala –, que seriam utilizadas para armazenar *"vinho e mais despejos"* [422]. Refere ainda *"três salas cobertas de telha que atualmente servem de celeiro e uma cozinha sobradada com umas janelas para a parte de dentro do palácio"* [423] que, apesar de não estarem situadas no edifício, pensamos que ocupariam o primeiro piso do corpo Norte, por ser aqui que se localizaria a entrada no celeiro. Com base nestas indicações, supomos que apenas as alas Poente e Norte teriam sido cobertas – e, provavelmente, em data recente. O acesso ao celeiro seria feito por uma porta que, apesar de não estar indicada nas primeiras plantas do Paço (1816, c.1816-19), se localizaria precisamente sob o alpendre do corpo Norte [Fig. 93] – como é, aliás, representada no projecto do Exército de 1870 – e cujos vestígios ainda são visíveis [Fig. 94]. Este alpendre faria todo o sentido situar-se junto ao celeiro pois protegia a ligação entre edifícios dos rigores atmosféricos[424]. De retomar ainda a referência textual às *"escadas de pedra"* junto desta porta, estrutura que, apesar de ter desaparecido, era fundamental em garantir a entrada naquele espaço, tendo em conta a acentuada diferença de cotas entre o exterior e interior (2,20 m) já analisada. O facto de a referência às escadas datar de meados do século XVIII reforça a ideia de que esta porta ainda seria utilizada durante o período em que o paço foi adaptado a celeiro da Casa das Rainhas (c.1682-1834), sendo eventualmente entaipada apenas quando o Exército passou a ocupar a totalidade do antigo paço ducal. Outra hipótese que importa considerar é a de a Casa das Rainhas ter cedido ao Exército compartimentos que estariam sob sua alçada ainda antes da sua extinção – o que parece ser comprovado pelo levantamento de Luís Ignácio Barros de Lima (c.1816-19), no qual apenas uma parte do corpo Norte é identificado como afeto àquela instituição.

421. Loja de casa nobre: Especie de pateo cuberto, que serve de entrada, em que entrão as bestas, & assistem os lacayos, era fora das portas da casa. Fonte: Bluteau, Raphael. "Tomo I" em *Vocabulario (...)*. 1712-28, p. 176.

422. "Sentença cível de apelação do Pe. António Machado, Abade de São Miguel do Castelo, da vila de Guimarães. Contra o Doutor Procurador do Tombo da Rainha Fidelíssima Nossa Senhora", 1771. AMAP. Colegiada de Guimarães, maço 28, doc. n.º 49. Transcrição de Maria José Meireles.

423. *Ibidem.*

424. Azevedo, Rogério de. *Op. Cit.*, 1942, p. 120.



Fig. 92: Espacialização do auto de medição do Paço dos Duques de Bragança (1762) com indicação das entradas no edifício, sobre planta "De Guimarães" (s.a., c.1562-70), mapa da cidade (Ribeiro, 1863) e cartografia municipal (CMG, 2003) com representação do sistema defensivo (s.a., c.1562-70). ILG, 2020.

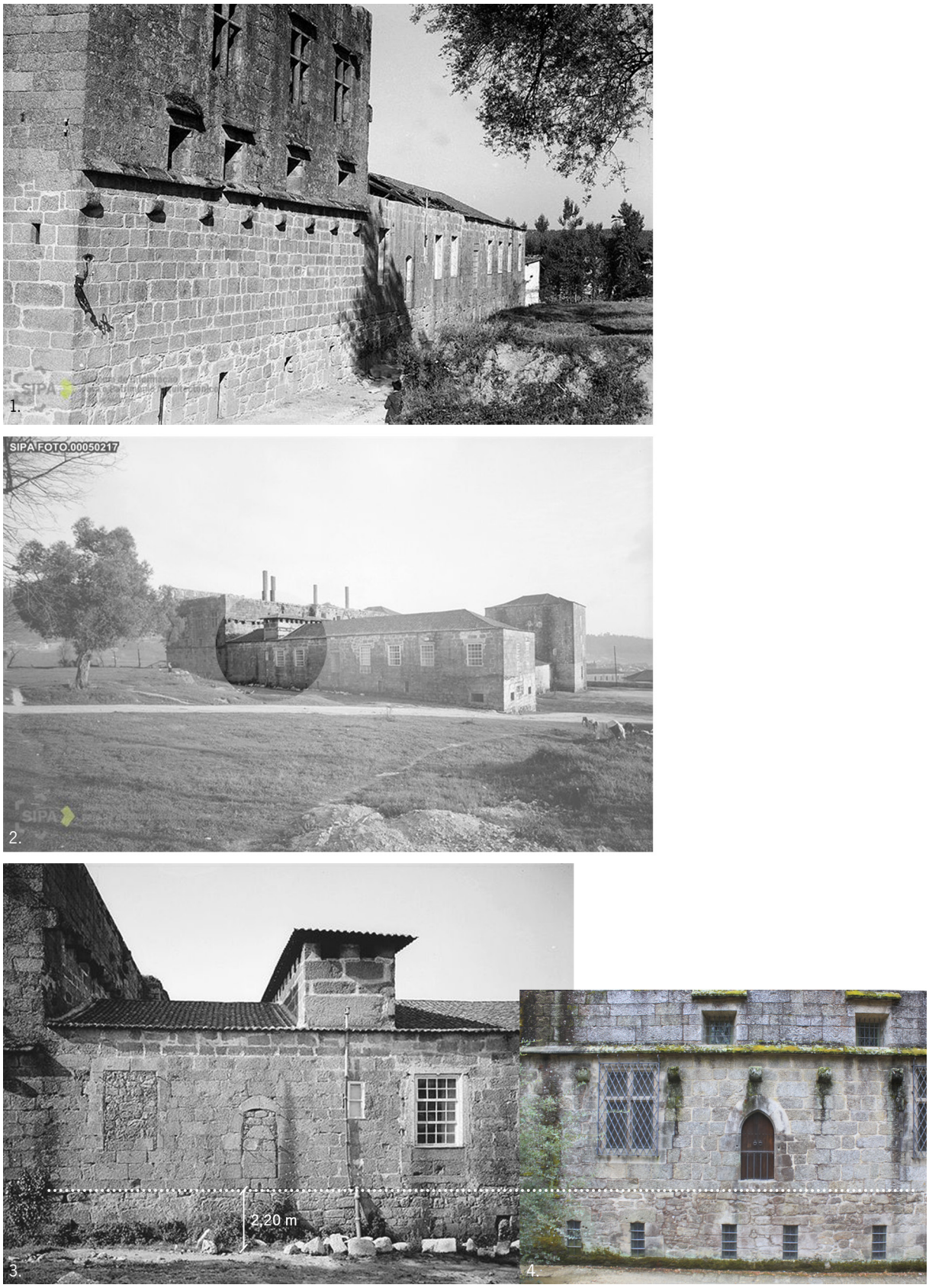


Fig. 93: Fotografias do corpo Norte com aproximação na localização da porta (já entaipada) que pensamos ter sido a entrada para o celeiro. Note-se a diferença de cotas (≈2,20 m) entre a padieira da porta e o exterior, compatível com a indicação das "escadas de pedra" incluída no documento de 1762. Fontes: 1,2,3. SIPA, c.1936; 4. ILG, 2018.





Fig. 94: Fotografias do corpo Poente (entrada) e do torreão do corpo Sul antes e durante o processo de restauro. Note-se as entregas da estrutura que suportaria a cobertura do pátio, bem como o arranque de uma parede e uma porta em arco quebrado (desentaipada durante os trabalhos) a nível do terceiro piso no torreão Sul. Fonte: SIPA, c.1936.

Os registos escritos sistematizados nos séculos XVIII e XIX dão conta de um palácio em abandono, que não teria chegado a ser terminado – uma ideia sucessivamente replicada pelo Pe. Torquato Peixoto de Azevedo (1692), Pe. António Costa Carvalho (1706), D. António Caetano de Sousa (1739), Pe. António Ferreira Caldas (1881) e Albano Bellino (1900). Os levantamentos arquitectónicos[425] efetuados por engenheiros militares em meados do século XIX representam uma estrutura aparentemente incompleta e apenas parcialmente ocupada e reportam ao estado em que o antigo paço ducal se encontrava aquando do início do aquartelamento.

No entanto, em nenhum momento se torna claro se a estrutura terá sofrido intervenções particularmente danosas – nomeadamente pelos frades capuchos, ainda no século XVII, como defendido por autores como Rogério de Azevedo (1942), Vieira da Silva (1995) ou ainda Mónica Brito (2013) – ou se a construção terá ficado simplesmente inacabada. Neste sentido, convém sublinhar que todas as descrições conhecidas do Paço dos Duques são posteriores às intervenções das clarissas e dos capuchos, pelo que não nos podemos suportar apenas nestes registos para defender, ou não, que o paço terá ficado por concluir. Contudo, podemos argumentar o desmonte da fachada Poente (o corpo mais próximo do Convento de Santo António) para o uso da pedra – hipótese alicerçada na existência de vãos e arranques de paredes nos pisos superiores [Fig. 94] aliada ao facto de existir sempre um piso nobre em residências senhoriais – mas que parece pouco provável visto que seria mais simples e expedito o recurso ao aparelho das paredes interiores do antigo paço ducal. Tem sido defendido que a ação dos capuchos terá danificado gravemente a estrutura palatina, mas, considerando a planta executada em 1816, a configuração interna do paço a nível do piso térreo é ainda bastante semelhante à desenhada em c.1562-70 [Fig. 75]. Apenas nos registos de c.1816-19 é já representado um piso térreo com bastantes alterações – desde logo, com o pátio interior parcialmente demolido – o que parece indicar que, apesar do longo período em que o antigo Paço dos Duques esteve remetido ao abandono, foi apenas quando o carácter utilitarista se sobrepôs ao seu valor histórico que a verdadeira ruína terá começado[426].

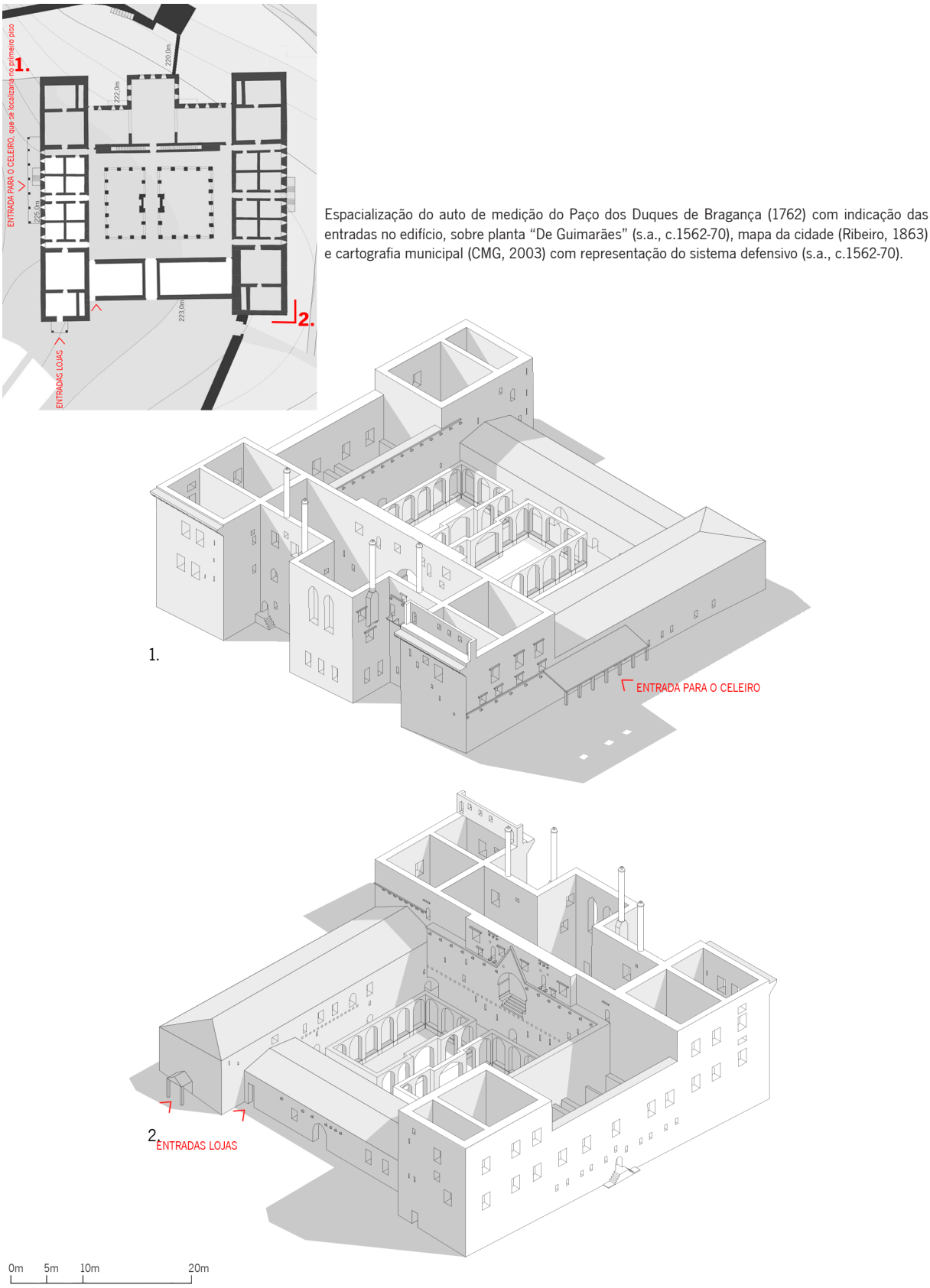
A dúvida sobre se o primeiro piso do corpo Poente terá chegado a ser construído permanece, mas devemos considerar que a organização funcional de um palácio senhorial obrigaria sempre à existência de um piso nobre e de uma entrada nobilitada. O próprio desenho do pátio, incluído na planta quinhentista e na aguarela oitocentista de Synge, sugere a existência de uma passagem axial entre a capela e o corpo da entrada. Mas que espaço seria este, situado sobre a entrada do palácio e em frente à capela, e qual seria a sua função? Apresentamos a hipótese de se tratar de uma *loggia*, mas terá chegado a ser construído e depois demolido, possivelmente para aproveitamento de pedra, já no século XVII? Ou será que não foi executada de todo, e que o piso nobre do paço ducal se distribuía sobre os corpos Norte, Sul e Nascente?

425. Nomeadamente, o levantamento arquitectónico assinado por Luís Ignácio de Barros Lima (c.1816-19), que incluiu representações de três fachadas, um corte transversal e planta de piso térreo [Fig. 36], corrobora o estado de degradação do palácio.

426. Fernandes, Isabel Maria. *Op. Cit.*, 2016, p. 543.

Certo é que, em 1762, não existiria piso nobre no corpo Poente, que estaria reduzido ao piso térreo.

De forma a melhor investigar estas hipóteses, desenvolvemos um desenho axonométrico do Paço dos Duques com a informação do auto de medição de 1762, cruzada com as plantas de c.1569-72, 1816 e com os levantamentos de c.1816-19 e c.1936 [Fig. 95]. Esta representação pretende explorar uma possível configuração do antigo palácio, sendo que são mais as dúvidas do que as certezas no que ao Paço dos Duques no século XVIII se refere. No entanto, considerando que o alçado Nascente (posterior) se manteve inalterado desde a sua primeira representação em meados de *Quinhentos* e que alguns dos vãos indicados nas respetivas plantas surgem também representados nos alçados de c.1816-19 e c.1936 – vãos estes cuja dimensão e desenho são visivelmente diferentes dos restantes –, optamos por incluí-los nesta representação do paço oitocentista.



Espacialização do auto de medição do Paço dos Duques de Bragança (1762) com indicação das entradas no edifício, sobre planta "De Guimarães" (s.a., c.1562-70), mapa da cidade (Ribeiro, 1863) e cartografia municipal (CMG, 2003) com representação do sistema defensivo (s.a., c.1562-70).

Fig. 95: Axonometria do Paço dos Duques a partir da espacialização do auto de medição de 1762. 1. Ângulo Norte-Nascente; 2. Ângulo Sul-Poente. ILG, 2021.

2.2.3.3
o período de aquartelamento militar

O aquartelamento marca o início de um novo ciclo construtivo que se caracterizará por uma multiplicidade de intervenções ao longo do século XIX. A ideia de adaptar o antigo paço ducal a quartel militar é avançada ainda em 1790 pelo então Corregedor de Guimarães[427], que considerava que a conservação do edifício deveria passar pela sua utilização. No entanto, terá sido a ameaça das invasões francesas (1807-10) que impulsionou a transferência e fixação de tropas em Guimarães. Segundo os registos de Pe. António Caldas (1881), em 1807 já se encontravam vários regimentos de infantaria dispersos por edifícios da vila que terão sido adaptados a quartéis provisórios[428]. Porém, dada a condição deteriorada destes espaços, equacionou-se a secularização do Convento do Carmo com vista ao seu aquartelamento – a simples ideia de expropriar as carmelitas ainda antes da extinção das ordens religiosas (ocorrida em 1834) é particularmente relevante na medida em que enquadra o entendimento utilitarista dos edifícios que predominava à época. Esta vontade acabou por não se verificar e, em 1816, é desenhada a "Planta do Paço Velho da Senhora Rainha" [Fig. 35] que, como referido, será um levantamento do edifico tal como se encontrava, sem contemplar ainda quaisquer intervenções. Contudo, e conforme a sua legenda, a adaptação do antigo paço a quartel[429] já estaria a ser considerada.

Alguns anos antes, em 1813, John Synge passou pela Península Ibérica durante uma das suas viagens pela Europa. Em Portugal – a par de muitas outras cidades e vilas – terá estado em Guimarães e Barcelos, onde desenhou os dois antigos paços da Casa de Bragança[430]. Do paço vimaranense conhecemos duas aguarelas – uma representação do corpo posterior da capela [Fig. 41.1] e uma vista do pátio interior [Fig. 41.2]. Esta segunda imagem revela-se particularmente importante por incluir a estrutura central do pátio e a arcaria que o conforma, com atenção nas suas proporções – nomeadamente dos muretes, pilares e arcos quebrados. Sabemos também que estes elementos eram relativamente grosseiros, maciços e que careciam de qualquer decoração ou ligeireza de desenho. O estudo destas aguarelas possibilita um maior entendimento do estado do antigo Paço dos Duques ainda antes da ocupação do Exército, juntando-se ao auto de medição do século anterior como as duas únicas fontes de informação para este período. Esta aguarela contribui ainda para o esclarecimento dos vestígios de uma estrutura central no pátio e aproximadamente quadrangular, encontrados por Rogério de Azevedo na sequência de algumas escavações que

427. Brito, Maria Mónica. *Op. Cit.*, 2003, p. 43.

428. Caldas, Pe. António José Ferreira. *Op. Cit.*, 1996, p. 248-258.

429. "[...] A entrada principal he da parte do Norte pela porta A, as paredes mestras B C, **não tem altura mais do que para Quartel terrio** [...]" Cf. "Planta do Paço Velho da Senhora Rainha", autor desconhecido, 1816. GEAEM, Cota 2015-2-17A-25, com sublinhado nosso.

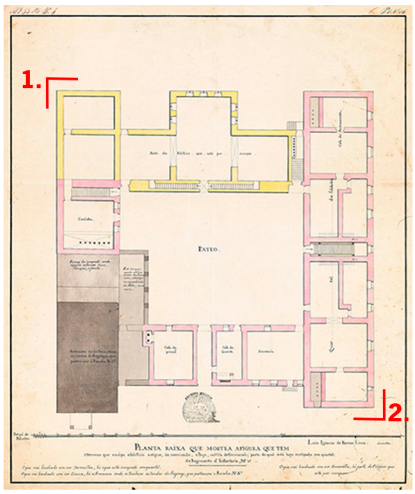
430. Estes desenhos foram recentemente descobertos em Dublin e publicados pela primeira vez pela Doutora Isabel Maria Fernandes em 2016.

antecederam a intervenção da DGEMN, e que serão referidos adiante. Assim, sabemos que, no início do século XIX, a estrutura do pátio já só se ergueria ao nível do piso térreo e que o corpo Nascente (posterior) estaria destelhado – como, de resto, já teria ficado claro pelas descrições setecentistas.

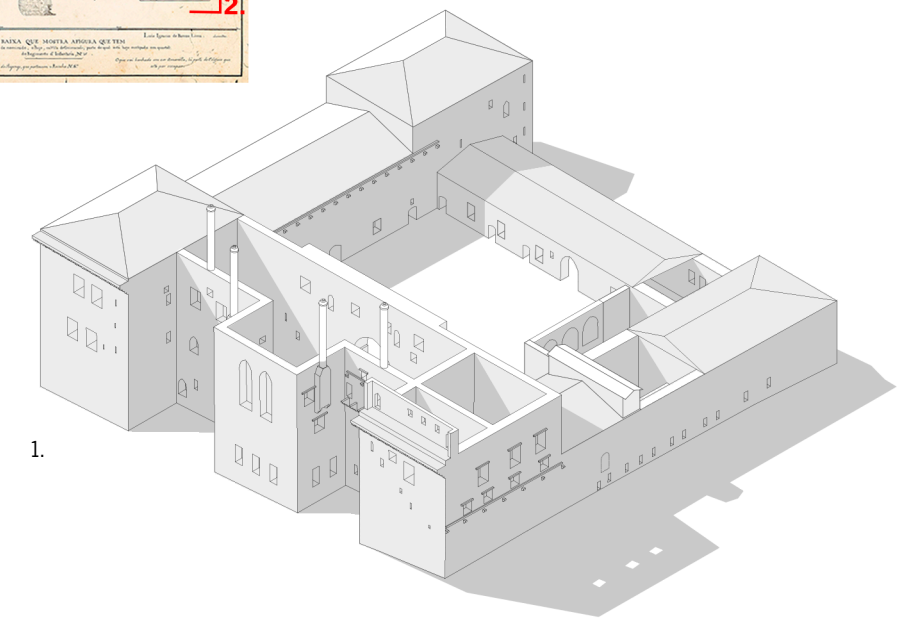
Nos anos seguintes foram executados vários desenhos gerais do antigo paço ducal, então referido como "Quartel do Regimento n.º 15": planta de piso térreo, três alçados e um perfil transversal [Fig. 36] e alguns registos mais aproximados de projectos pensados para os corpos posterior e de entrada [Fig. 37], que não terão sido construídos. Este conjunto está assinado por Luís Ignácio Barros de Lima, mas carece de datação. Considerando que, quando comparado com a planta de 1816, apresenta o piso térreo bastante alterado – com apenas uma pequena parte da arcaria do pátio interior, já com os seus arcos entaipados (sendo que nas plantas copiadas em 1870 este tramo já não existiria de todo), referindo também a ocupação de parte do edifício pela Casa das Rainhas quando comparado com a planta de 1816 – a sua execução deverá situar-se entre c.1816-34. Contudo, a nota de Pe. António Caldas (1881) que, em janeiro de 1819, as obras no novo quartel já estariam concluídas[431] permite afinar esta baliza temporal para c.1816-19. Pouco tempo após a Revolução Liberal (1820), os militares já se encontravam definitivamente instalados no antigo palácio[432].

O redesenho deste levantamento, agora efetuado e analisado em conjunto com registos gráficos posteriores (s.a., 1914; DGMEN, c.1936; FASE, 2003), permitiu a construção de nova axonometria – muito próxima da que procura retratar o edifício oitocentista – mas que colocou em evidência a volumetria do edifício no início do século XIX [Fig. 96]. Através da planta, do perfil e, sobretudo, dos três alçados que compõem o levantamento de Barros de Lima, foi possível testar novamente a configuração do Paço dos Duques, desta vez com mais informação disponível, e recorrendo às fontes indicadas para complementar o desenho. Embora ainda com bastantes dúvidas – principalmente no que concerne o alçado Norte, o alçado interior Sul e o alçado interior Poente, por não constarem neste levantamento –, optamos por representar os vãos incluídos em planta, segundo o seu desenho em c.1936, e por indicar aquelas aberturas que, apesar de não integrarem o levantamento oitocentista, mas serem considerados em registos posteriores, supomos que já existissem à época.

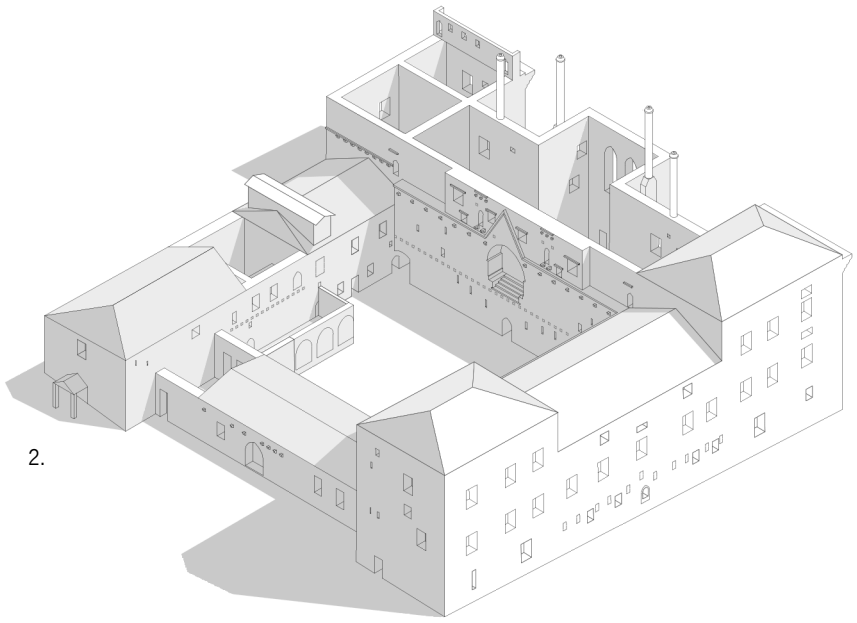
431. Caldas, Pe. António José Ferreira. *Op. Cit.*, 1996, p. 248-258.
432. Brito, Maria Mónica. *Op. Cit.*, 2003, p. 46.



"Planta baixa que mostra a figura que tem o terreno que occûpa o Edificio antíguo, de nominado, o Paço, na Villa de Guimarães; parte do qual está hoje occûpado em quartel: do Regimento d'Infantaria, N.° 15" Cota 2004-2-17A-25. Luís Ignácio Barros de Lima, c.1816-19.



1.



2.

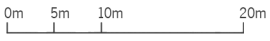


Fig. 96: Axonometria do Paço dos Duques a partir do levantamento assinado por Barros de Lima (c.1816-19). 1. Ângulo Norte-Nascente; 2. Ângulo Sul-Poente. ILG, 2021.

Nas décadas de 60 e 70 do século XIX, o quartel militar de Guimarães sofre novas intervenções. Algumas destas obras são registadas no "Relatório de Demonstração das Obras de Fortificação e Edifícios Militares executadas sob a Direcção de Fiscalização do Corpo de Engenharia" (1867-1868). Neste documento é mencionada, a par de intervenções de pequena escala, a **abertura de 42 janelas** – que terá tido, naturalmente, um grande impacto nas fachadas do edifício – sem, contudo, identificarem exatamente onde é que estas terão sido abertas. No entanto, através de operações de redesenho, foi possível situar alguns destes vãos com segurança. Recorrendo às axonometrias dos levantamentos de c.1816-19 [Fig. 96] e de c.1936 [Fig. 73], conseguimos identificar 39 das 42 novas janelas que terão sido abertas neste intervalo [Fig. 97] e ainda algumas frestas de menor dimensão, igualmente indicadas em desenho.

A par destas intervenções pontuais, são também elaborados novos projectos de aquartelamento pelo Capitão de Engenharia Pedro Avelllar Machado [Fig. 38.1; Fig. 38.2]. Os registos gráficos aos quais hoje temos acesso são, maioritariamente, cópias efetuadas pelo Tenente de 2.ª Classe J. E. Penaguião sob direção do Coronel J. Chelmichi, desenhadas em 1870, período pelo qual as obras se terão prolongado[433]. Ainda deste ano são também o "Quartel d'Infantaria n.º 6 em Guimarães" [Fig. 38.3] – planta parcial do piso térreo com indicações de amarelos e vermelhos que, apesar não estarem legendadas, definem o que seria demolido (amarelo) e o que seria construído (vermelho) –, o "Esboço do Paço d'Elrei Affº Henriques oje Quartel do Regto d'Infantª n.º 6 em Guimarães" [Fig. 38.4] – uma planta de coberturas que indica quais os corpos telhados e as confrontações do quartel –, e o "Ante-Projecto do Qel de Guimarães. Esboceto da fachada d'entrada" [Fig.38.5] – um projecto pensado claramente ao gosto romântico e que alteraria por completo a génese arquitetónica do edifício – todos copiados, uma vez mais, por J. E. Penaguião. Estes registos reportam quase sempre a desígnios que não chegaram a concretizar-se, parcial ou totalmente. A maioria apresenta uma mescla entre projecto e levantamento arquitectónico sobrepondo, por vezes, as alterações projetadas ao levantamento da preexistência, incluindo desenhos rigorosos e esboços numa mesma folha e com legendas que são, por vezes, pouco explicativas, o que gera evidente dificuldade de leitura. Assim, é necessária uma interpretação cuidadosa, suportada e comparada com outros registos, quer gráficos quer escritos, que ajudem a clarificar as questões mais dúbias.

433. *Ibidem*, p. 74.

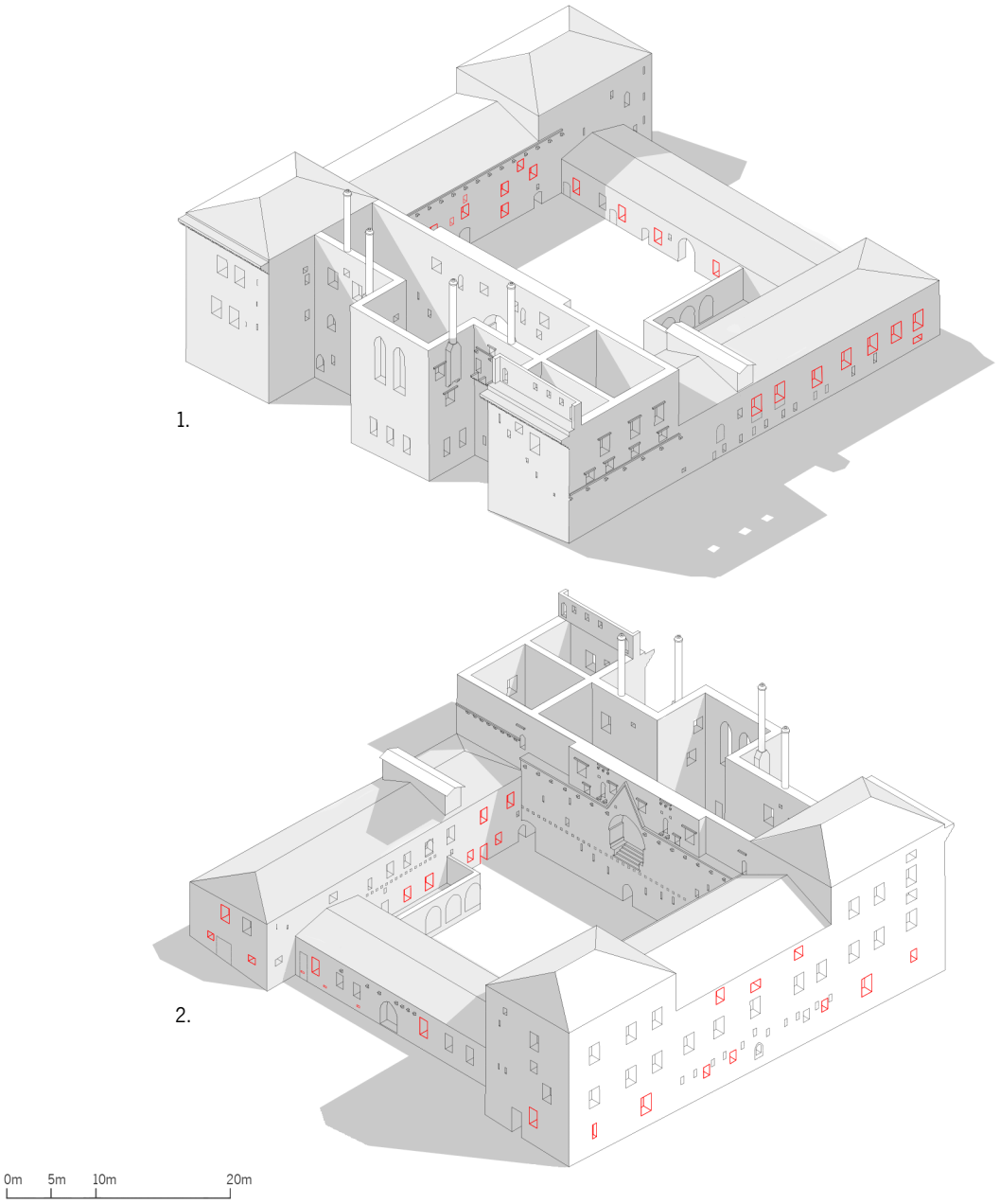


Fig. 97: Identificação dos vãos abertos, no Paço dos Duques entre c.1816-19 e c.1936 a vermelho em axonometria do edifico, desenhada a partir do levantamento gráfico e fotográfico DGEMN (c.1936), cruzado com o levantamento assinado por Barros de Lima (c.1816-19). 1. Ângulo Norte-Nascente; 2. Ângulo Sul-Poente. ILG, 2021.

Um novo projecto é apresentado por José Fortunato de Castro em 1881 [Fig. 39], ano em que o Paço dos Duques é considerado "Monumento Histórico de Segunda Classe" pela Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes, classificação que antecedeu a de Monumento Nacional em 23 de junho de 1910. Trata-se de mais um projecto de aquartelamento do antigo paço, mas é especialmente relevante por incluir plantas dos três pisos, 0, 1 e 2. Os pisos superiores são raramente representados – até este projecto, apenas parte do corpo posterior (capela) tinha sido desenhado em projecto de c.1816-19 [Fig. 37.4; Fig. 37.5; Fig. 37.6] e, por esta altura, entre 1870 e 1890, é certo que a configuração do paço já teria sofrido bastantes alterações.

Perto da viragem de século, mais concretamente em 1897, Ernesto Korrodi apresenta um estudo de reconstrução para o antigo Paço dos Duques, o primeiro projecto que prevê um restauro integral e revivalista da estrutura. Para melhor compreendermos o projecto que poderá ter tido um papel instigador em Alfredo Guimarães, torna-se relevante um breve enquadramento das novas políticas de restauro praticadas em *Oitocentos*, bem como uma curta nota sobre Ernesto Korrodi[434].

No século XIX observou-se um renovado entendimento de património, suportado, em parte, pelas tendências revivalistas que se difundiam por toda a Europa. Também em Portugal, o gosto romântico, muito promovido pelo neogótico, difundiu-se rapidamente e os apelos ao restauro de edifícios marcantes da nossa história coletiva multiplicaram-se. Almeida Garrett e Alexandre Herculano incitavam à defesa da história, da arte e da arquitectura. Com uma presença vincada neste debate, Herculano exortava a salvaguarda *"dos admiráveis monumentos de arte que a Idade Média legara aos tempos modernos"* [435]. Esta ideia de monumento histórico que carece de reconhecimento e preservação é continuamente defendida e difundida. Em 1875, o Marquês de Sousa Holstein[436] – na qualidade de vogal de uma comissão instaurada pelo governo nesse mesmo ano com o objetivo de encetar numa reforma no ensino das artes em Portugal e na organização de um Museu Nacional e de um Serviço de Monumentos Históricos e de Arqueologia – escrevia no seu relatório:

"Um paiz não é só rico dos seus caminhos de ferro, das suas estradas, dos seus bancos; no seu activo devem ainda entrar os monumentos que produziu o genio do homem e, entre estes occupam eminente logar as creações artísticas. Possuí-las é sem dúvida uma glória; mas conservá-las é indubitavelmente um dever" [437].

---

434. Ernesto Korrodi (n.1870-f.1944) foi um professor e arquiteto suíço, naturalizado português. Tendo estudado em Zurique, é em Braga que inicia a sua carreira ao ser admitido na Escola Emídio Navarro como Professor de Desenho, onde permanece até 1894, altura em que é transferido para a Escola Industrial Domingos Sequeira, em Leiria. É nesta cidade que abre um gabinete de arquitectura e engenharia civil, em parceria com o engenheiro José Theriaga. Foi autor de mais de quatrocentos projectos por todo o país e recebeu, em mais do que uma ocasião, o prémio Valmor de arquitectura. Baseado em informação disponível em Costa, Lucília Verdelho. *Ernesto Korrodi 1889-1944: Arquitectura, Ensino e Restauro do Património*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997; http://www.mosteiroalcobaca.gov.pt/ [consultado a 23-12-2020].

435. Herculano, Alexandre. "Monumentos Pátreos" em *Opúsculos*. Lisboa: Bertrand e Carvalho, 1880, p. 8.

436. Sobre o contributo do Marquês de Sousa Holstein para a conservação do património artístico português, ver: Xavier, Hugo. *O Marquês de Sousa Holstein e a Formação da Galeria Nacional de Pintura da Academia de Belas Artes de Lisboa*. Casal de Cambra: Caleidoscópio e Direção-Geral do Património Cultural, 2018, ISBN: 978-989-658-525-9.

437. *Observações sobre o actual estado do ensino das Artes em Portugal, a Organisação dos Museus e o Serviço dos Monumentos Historicos e da Archeologia*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1875, p. 54. Cota: ba-1982-2-v.

No advento das linhas de pensamento que se desenvolviam em torno das recém-estabelecidas teorias do restauro[438], Ernesto Korrodi apresentou, entre 1895 e 1901, quatro projectos[439] para a reconstrução de três antigos palácios da Casa de Bragança e para o Castelo de Leiria. Terá sido durante o período em que viveu em Braga que desenvolveu o "Palácio dos Duques de Bragança, em Guimarães. Estudos de Reconstrução" [Fig. 42; Fig. 43], que posteriormente doou ao MAS na pessoa do seu diretor, Alfredo Guimarães. Por esta altura, o Exército ainda ocupava o antigo palácio e não conhecemos indícios de que procurava mudar de instalações. Por esse motivo, pensamos que o projecto de Korrodi terá sido executado exclusivamente por decisão do próprio, e não por alguma encomenda ou vontade institucional de pensar a "reconstrução" do Paço dos Duques com vista à sua musealização. Lucília Verdelho da Costa (1997), na sua análise cuidada da vida e obra do arquiteto indica que, aquando da publicação de "Estudos de Reconstrução sobre o Castelo de Leiria" (1898), Korrodi se refere à falta de registos gráficos imprescindíveis para o estudo dos monumentos – muitos dos quais arruinados – por parte daquela geração e das vindouras[440]. Estudar e documentar estas estruturas, como no caso de "Castello de Porto de Moz: Perspetivas, Plantas e Alçados, Apontamentos", terá sido um motivo importante para a ação de Korrodi, e talvez o catalisador dos vários projectos que conhecemos. Na verdade, estes seus desenhos são dos poucos registos gráficos rigorosos que conhecemos dos paços em Porto de Mós, Guimarães, Leiria e Barcelos na viragem para o século XX e representam uma fonte preciosa de informação relativa à sua condição pré-intervenção da DGEMN.

Retomando o paço ducal em Guimarães e ainda durante o período de aquartelamento, mas já do século XX, conhecemos também "Planta do Quartel do regimento de Infantaria n.º 20" [Fig. 40], um levantamento que incluiu, para além das plantas dos pisos térreo, 1 e 2, dois perfis longitudinais e um terceiro transversal. Não está assinado nem visivelmente datado, mas encontra-se registado nos arquivos SIPA como sendo de 1914. Trata-se da última representação do antigo Paço dos Duques quando ainda estava ocupado pelo Exército e apresenta algumas novidades na configuração do espaço interior em relação ao desenho de 1881, bem como informações importantes de alçado, incluídas nos perfis. Assim, este é mais um importante elemento no estudo da evolução arquitetónica do paço ducal, principalmente por se situar temporalmente imediatamente antes do início da intervenção da DGEMN.

438. Durante o século XIX, várias teorias do restauro começaram a ser difundidas pelos meios artísticos e arquitectónicos: o restauro arqueológico (Raffaele Stern e Giuseppe Valadier); o restauro estilístico (Eugène Viollet-le Duc); o anti-restauro (John Ruskin e William Morris); o restauro Histórico (Luca Beltrami) e o restauro Moderno (Camillo Boito). De todos estes movimentos, Ernesto Korrodi terá estado mais próximo das ideias de Viollet-le Duc, como o sugerem os vários projectos de reconstrução que apresentou na viragem de século.

439. "Castello de Porto de Moz: Perspetivas, Plantas e Alçados, Apontamentos", 1895, ADL, Cota: -1/IV/ 19/B/4; "Palácio dos Duques de Bragança, em Guimarães. Estudos de Reconstrução", 1897, MAS; "Biblioteca e Museu Municipal de Barcelos", 1901, ADL, Cota: -1/IV/ 12/D/1.

440. Costa, Lucília Verdelho. *Op. Cit.*, 1997, p. 155.

2.2.3.4
o período de restauro DGEMN

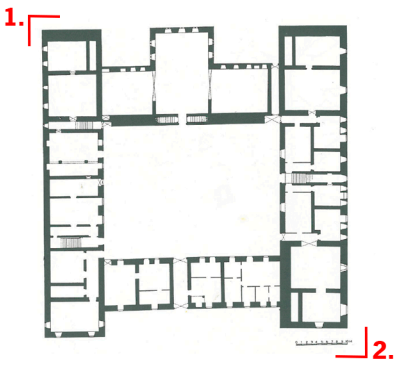
A turbulência política que marcou as primeiras décadas do século XX teve enormes repercussões no entendimento e na valorização do património construído que se traduziram em ações empreendidas na generalidade dos monumentos nacionais. Nos anos 30, o antigo Paço dos Duques em Guimarães foi um dos edifícios mais profundamente intervencionado pela recém-criada Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN). Este projecto foi procurado e promovido por Alfredo Guimarães que conseguiu, ainda em 1933[441], o compromisso de Salazar com o restauro do antigo palácio, que viria a ser cedido ao Ministério da Educação Nacional em dezembro de 1935 para ser dado início à empreitada. No entanto, o programa a instalar no paço foi alvo de uma constante e intensa discussão. Se, numa primeira fase, se considerou a sua adaptação a serviços culturais como biblioteca, arquivo e museu municipal[442] – sendo que terá sido com este propósito que o projecto de restauro foi comissariado ao arquiteto diretor da Secção do Porto da DGEMN, Rogério de Azevedo, no início de 1937 – ainda no mesmo ano se concluía que esse mesmo programa não se enquadrava com as características do edifício e que esta adaptação seria morosa, dispendiosa e descaracterizadora do Paço dos Duques[443].

Ainda antes do início das obras, a DGEMN realizou um detalhado levantamento arquitectónico [Fig. 44] e fotográfico do edifício. A compatibilização do levantamento arquitectónico DGEMN com os quatro alçados interiores desenhados por nós e ainda com registos gráficos do período do aquartelamento (s.a, c.1816; Barros de Lima, c.1816-19; s.a., 1914) – redesenhados sobre o levantamento FASE (2003) – possibilitou a construção de novas axonometrias, mais completas do que as anteriores, e que representam o edifício antes [Fig. 98] e depois do restauro [Fig. 99]. Tendo em conta que estes desenhos foram executados com base nos levantamentos arquitectónico e fotográfico, estamos confiantes que se trata de aproximações rigorosas ao Paço dos Duques, permitindo a realização de um processo de desconstrução, através do qual se testa uma possível conformação original do antigo palácio através da subtração dos elementos arquitectónicos que sabemos serem mais recentes.

441. Brito, Maria Mónica. *Op. Cit.*, 2003, p. 103.

442. Definido por despacho do Ministério da Educação Nacional em 1936. Cf. "Ordem de Serviço n.º 03453" 21-05-1936, SIPA.

443."Relatório acerca das Obras do Paço dos Duques em Guimarães" em DGEMN, *Paço dos Duques de Bragança. Braga. 1936-1956 (Processo Administrativo)*, vol. 266. Cf. Brito, Maria Mónica. *Op. Cit.*, 2003, p. 104.



"Paço dos Duques de Bragança - Guimarães - Planta do piso térreo antes das obras", DGEMN, c.1936.

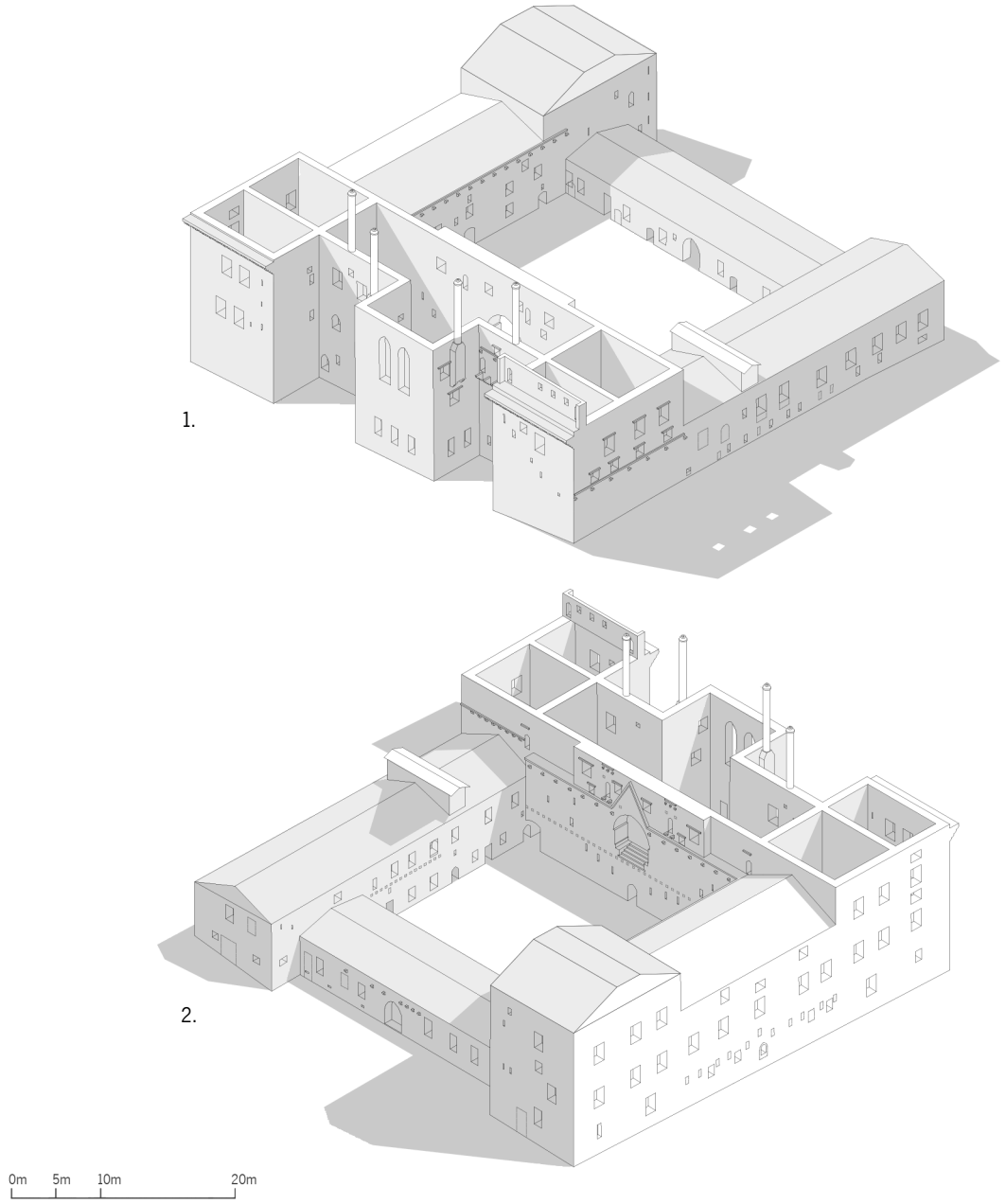
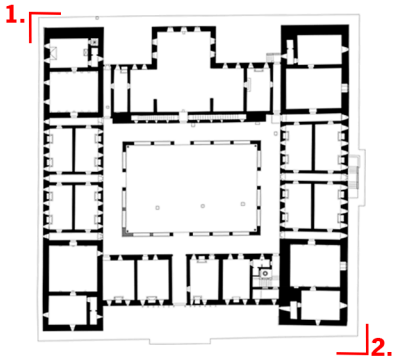


Fig. 98: Axonometria do Paço dos Duques a partir do levantamento DGEMN (c.1936). 1. Ângulo Norte-Nascente; 2. Ângulo Sul-Poente. ILG, 2021.



"Paço dos Duques de Bragança - Planta do piso térreo", Gabinete de Estuos FASE, 2003.

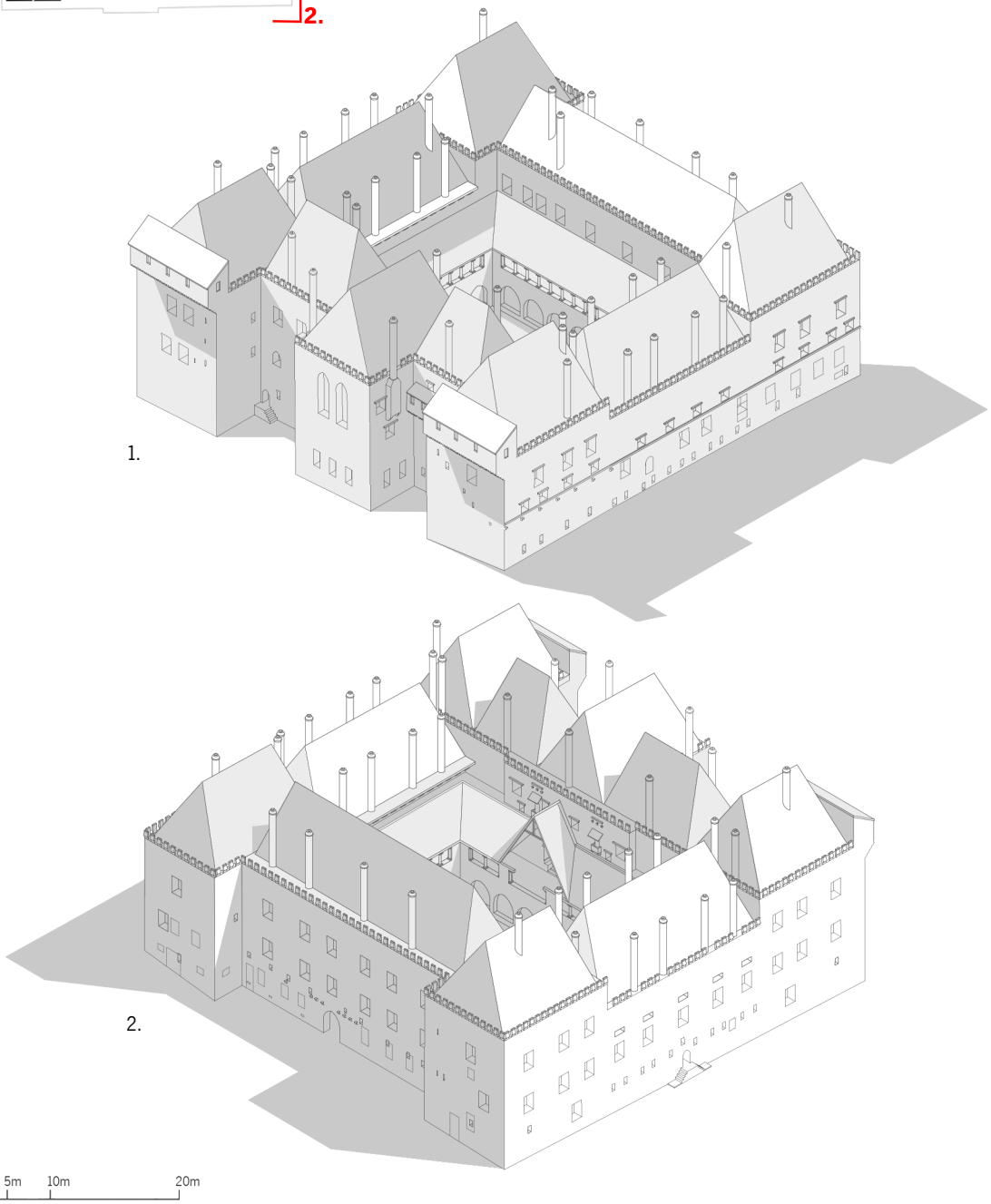


Fig. 99: Axonometria do Paço dos Duques, a partir do levantamento Fase – Gabinetes de Estudos S.A. (2003). 1. Ângulo Norte-Nascente; 2. Ângulo Sul-Poente. ILG, 2021.

Estabelecida uma eventual configuração do Paço dos Duques à época da sua cedência ao Ministério da Educação Nacional, debruçamo-nos sobre o projecto de arquitectura que orientou a intervenção da DGEMN. De forma a deslindar os diversos programas a que o paço ducal esteve associado durante o seu longo período de restauro, revelou-se essencial a análise da comunicação entre as diversas instituições envolvidas, tais como os Monumentos Nacionais, o Ministério da Educação Nacional, das Obras Públicas e das Finanças, a Câmara Municipal de Guimarães, entre outras, através dos documentos que integram o processo administrativo do Paço dos Duques arquivado no SIPA[444].

Em 1938, enquanto a direção da DGEMN não avançava com uma decisão final, Alfredo Guimarães continuava a defender afincadamente o projecto original de aqui instalar equipamentos culturais, entre os quais o MAS, que dirigia. Dois anos volvidos desde o início do processo de restauro e ainda sem programa definido, tornava-se cada vez mais evidente que o Paço dos Duques não estaria concluído a tempo das "Comemorações do VIII Centenário da Fundação da Nacionalidade" em 1940. No entanto, e enquanto ainda se debatia o programa a instalar no novo edifício, as obras de reconstrução decorriam com normalidade. Uma das hipóteses programáticas inicialmente avançadas – a de instalar a Câmara Municipal no antigo paço[445] – era de novo discutida. Contudo, esta proposta não seria particularmente interessante nem à DGEMN nem ao próprio arquiteto, que discordava abertamente deste plano[446]. Por esta altura, o Ministro da Educação enviava um parecer[447] ao Presidente do Conselho e ao Ministro das Obras Públicas no qual referia que, tal como a descrição que D. António Caetano de Sousa fazia do antigo palácio de D. Afonso – *"huma casa de coisas raras"* [448] – o paço, restaurado no âmbito de um evento tão simbólico como as Comemorações do Duplo Centenário, deveria dar lugar não a serviços públicos, mas sim a um museu, no seguimento do espírito erudito do 1.º Duque de Bragança.

"(...) a admirável obra de restauro a fazer no edifício seja completada na aplicação deste por tal modo que aquelas palavras possam ser nele insculpidas, como testemunho da fidelidade do Estado Novo as intenções do fundador do Paço (...)" [449].

Porém, nenhuma solução parecia definitiva e, em 1953, – já Rogério de Azevedo tinha abandonado a direção da obra há vários anos – discute-se novamente a afetação do Paço dos Duques a museu,

444. Muito agradecemos à Doutora Isabel Maria Fernandes a pronta disponibilização dos registos textuais e gráficos relativos ao Paço dos Duques de Bragança, indispensável à investigação que desenvolvemos. Incluímos em "Anexos" os documentos nos quais suportamos esta análise.

445. "Tinha o Director do Museu Regional Alberto Sampaio o desígnio, patrocinado por esta Secretaría de Estado, de transferir para o Paço as suas instalações, mas acomodadas até agora no velho edifício da Colegiada; mas a Câmara Municipal de Guimarães, logo que viu desocupado o Paço dos Duques, começou a empregar diligências para nêle instalar o quartel da Guarda Nacional Republicana e por ventura algumas repartições do Município." Cf. "Proposta de Instalação dos Serviços culturais da Cidade de Guimarães no Paço dos Duques de Bragança", MI-114/43 PT584. (29-11-1937), SIPA.

446. Rogério de Azevedo encaminha para o Diretor dos Monumentos Nacionais o documento respeitante às "Divisões necessárias à instalação da Camara Municipal e seus Serviços nos Paços dos Duques de Bragança" que recebe do Presidente do município, em conjunto com uma breve carta na qual expõe os seus argumentos contra a instalação dos serviços municipalizados no antigo paço em abril de 1939.

447. "Carta de João Pereira Dias, Diretor Geral do Ensino Superior e das Belas Artes ao Diretor Geral da Fazenda Pública, em 14 de abril de 1939".

448. "Era o Duque D. Affonso ornado de admiráveis partes (...) Foy inclinado às boas letras, occupando-se na lição dos livros ainda na mayor idade. Fez estimação dos Eruditos, e grande apreço das memórias, e cousas antigas. Teve livraria, que adornou de várias antiguidades, e muitas trouxe quando andou fora do Reyno, formando assim huma Casa de coisas raras, aque hoje chamão Museo". Cf. Sousa, D. António Caetano de. "Tomo VI" em *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Lisboa: QuidNovi/ Público, Academia Portuguesa de História, 2007, p. 84.

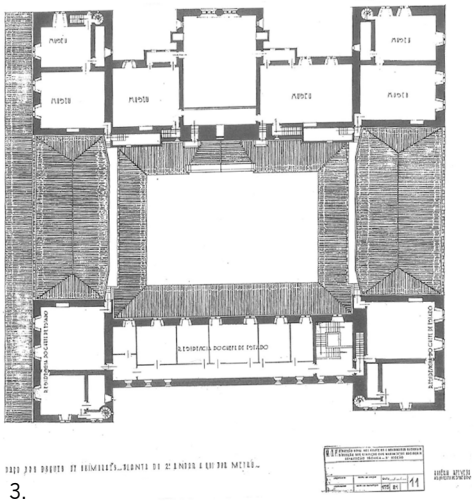
449. "Carta de João Pereira Dias, Director Geral do Ensino Superior e das Belas Artes ao Director Geral da Fazenda Pública, em 14 de Abril de 1939". Citado por Brito, Maria Mónica. *Op. Cit.*, 2003, p. 106.

biblioteca e arquivo municipais, referindo ainda *"(...) porventura, uma residência para Sua Exª o Chefe de Estado"* [450]. Para melhor compreendermos este longo e tumultuoso processo de restauro, é importante sublinhar que, por esta altura, já teriam passado 16 anos desde o início da requalificação do antigo palácio, durante os quais o estaleiro não parou, apesar de sucessivas mudanças na direção de obra, e em que o projecto de arquitectura sofreu constantes alterações, quer por carecer de um programa definido, quer por pesadas limitações orçamentais.

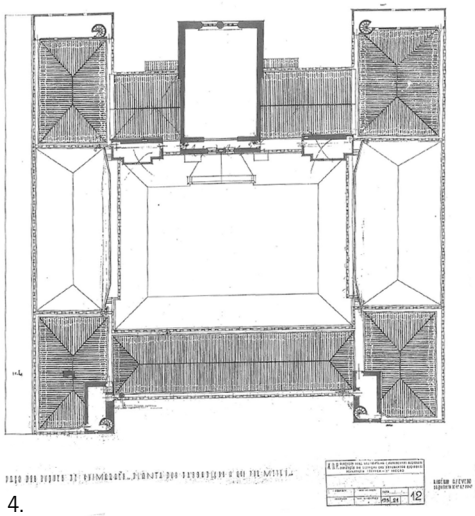
A problemática do programa foi um dos temas mais complexos desta obra, e apenas nos anos 50 ficou estabelecido que o antigo paço seria adaptado a Museu de Artes Decorativas (com espólio próprio, adquirido também durante este período) e Residência Oficial do Presidente da República no Norte. Os constantes avanços e recuos em torno desta questão tiveram consequências óbvias no projecto de arquitectura. O desenho proposto por Rogério de Azevedo em 1939 foi alterado, como é, de resto, percetível. Os arquitetos diretores de obra que o sucederam – Joaquim Areal (1940-1945), Humberto Reis (1945-1947) e Alberto Silva Bessa (1947-1959) – apresentaram várias modificações ao projecto original, mas, apesar de todas as alterações, consideramos que o âmago da proposta inicial terá sido mantido, na medida em que as maiores diferenças entre o projecto original e o que foi construído se prenderam essencialmente com dois pontos: a escadaria no pátio central e a composição do alçado da entrada. De forma a melhor expor esta situação, apresentamos as plantas [Fig. 100], os alçados e perfis [Fig. 101] que integraram o projecto de Rogério de Azevedo. Não podemos deixar de atentar nos janelões, desenhados à semelhança dos da capela, que projeta para o alçado frontal [Fig. 101.1], uma solução intrinsecamente diferente da que foi construída e mais em linha com a morfologia do palácio. Refere Rogério de Azevedo que: *"presumi que devia procurar o mais possível integrar-me no espírito do edifício sem esquecer a sua utilização e por isso nada mais seria preciso do que procurar motivos ou elementos que estivessem disseminados pelas fachadas e reunir na fachada principal elementos da fachada posterior dando-lhes proporção dentro da nova função que se lhe exigia"* [451].

450. Cópia de um documento da "Direcção Geral da Fazenda Pública – N.º 13281" dirigido a "Exmº Senhor Chefe de Gabinete de Sua Exª o Ministro das Obras Públicas", datado de 21 de setembro de 1953.

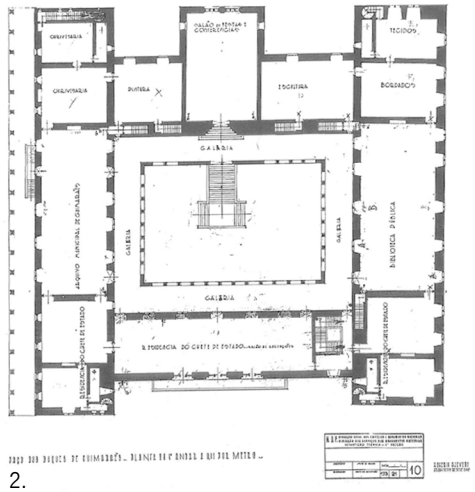
451. Azevedo, Rogério de. *Op. Cit.*, 1939, p. 4.



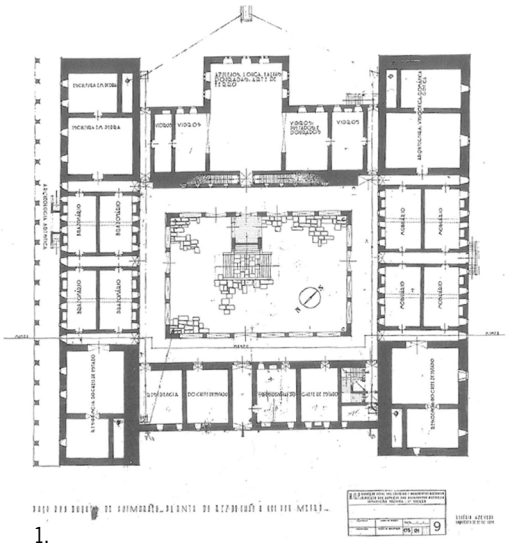
3.



4.



2.



1.

Fig. 100: Plantas do projecto de restauro apresentado por Rogério de Azevedo para o antigo Paço dos Duques, 1939. 1: "Planta do rez-do-chão"; 2. "Planta do 1.º andar"; 3. "Planta do 2.º andar"; 4. "Planta dos passadiços". Fonte: SIPA.

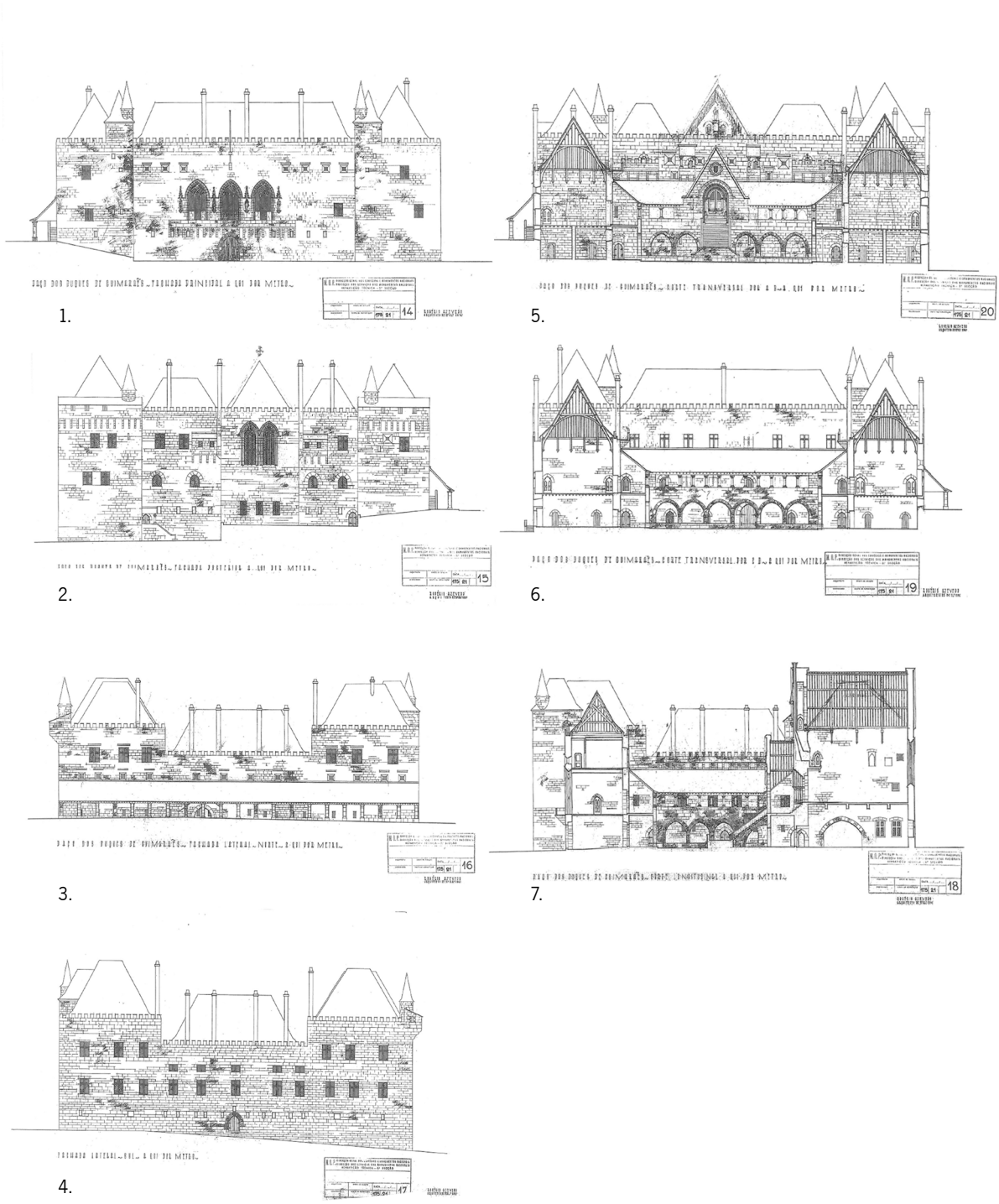


Fig. 101: Alçados e perfis do projecto de restauro apresentado por Rogério de Azevedo para o antigo Paço dos Duques, 1939. 1. “Fachada Principal”; 2. “Fachada posterior”; 3. Fachada Lateral Norte”; 4. “Fachada Lateral Sul”; 5. “Corte Transversal por A B”; 6. “Corte Transversal por C D”; 7. “Corte Longitudinal”. Fonte: SIPA.

De destacar ainda as semelhanças entre o projecto de Rogério de Azevedo e os "Estudos de Reconstrução" assinado por Ernesto Korrodi em 1897, nomeadamente na solução para o acesso à capela [Fig. 102]. Apesar de desconhecermos documentos que o corroborem – e do arquiteto nunca o referir nos seus textos –, supomos que Rogério de Azevedo terá conhecido e estudado os desenhos de Korrodi, até porque, neste altura, eles já estariam nas mãos de Alfredo Guimarães[452] que, como sabemos, muito terá assistido Rogério de Azevedo no estudo histórico do edifício[453]. Nesse sentido, supomos que o diretor do MAS, e grande impulsionador deste restauro, tenha mostrado a Rogério de Azevedo os estudos de reconstrução que lhe tinham sido oferecidos por Korrodi anos antes, visto que seria natural que colocasse à disposição do arquiteto toda a informação que possuía. Seria igualmente natural que Rogério de Azevedo estudasse os desenhos de Korrodi e que, porventura, encontrasse soluções semelhantes. Não conhecemos o método de trabalho e o processo criativo de Korrodi, logo não temos como saber se encontrou vestígios *in situ* que fundamentaram esta opção ou se baseou o seu desenho em palácios coevos recorrendo a analogias mais ou menos diretas.

O projecto de Rogério de Azevedo, por outro lado, está fundamentado e todo o processo de restauro foi cuidadosamente documentado. É precisamente através destes relatórios (1938; 1939) e memórias descritivas (1939; 1942) que percebemos hoje que a questão da escada central de acesso à capela – solução adotada por ambos os arquitetos que primeiro se dedicaram a pensar o restauro do Paço dos Duques – se tornou num dos maiores pontos de tensão e de discórdia entre Rogério de Azevedo e os seus superiores, culminando no seu afastamento da DGEMN. A questão da escadaria manteve-se, durante um longo período, como tema controverso e sobre ele, anos mais tarde, Fernando Távora (1999) tecia as seguintes considerações:

"[a escadaria] foi feita e, depois desmontada (...). A escadaria existiu: era uma escada que ligava directamente à capela, (...) essa escada foi projectada pelo Rogério de Azevedo e quando a começaram a construir apareceram as fundações de uma outra; apesar da existência das fundações o Baltazar [de Castro] mandou demolir a escada; de forma que o paço tem actualmente uma escada vulgaríssima, lateral, de entrada. As pessoas entram pelo eixo, convencidas que encontram do lado de lá a escada [...] peça fundamental nestes edifícios na Idade Média (...)" [454].

Consciente que esta questão era polémica e de difícil resolução, Rogério de Azevedo apresenta em 1939 um documento intitulado "Descrição das variantes 'A' e 'B' do Paço dos Duques de Bragança, em Guimarães" no qual apresenta e justifica duas hipóteses para o acesso à capela – uma das quais através de uma escada adossada a um dos alçados interiores – e pede *"para serem apreciadas pelo douto Conse-*

452. A obra foi doada por Ernesto Korrodi ao MAS em 22 de Junho de 1936, como confirma a cópia da carta dirigida por Alfredo Guimarães ao arquiteto, na qual lhe agradece a doação do Estudo, e guardada no Livro de Correspondência n.º 3 do Museu.

453. Rogério de Azevedo refere várias vezes nas suas publicações (1939, 1939, 1942) o auxílio de Alfredo Guimarães na construção da história do edifício.

454. Távora, Fernando. *Ao volante, pela cidade: dez entrevistas de arquitectura* (Manuel Graça Dias) Colecção Arquitectura. Lisboa: Relógio d'Água, 1999, p. 159.

lho Superior de Belas-Artes"[455]. O arquiteto argumenta as similitudes a palácio europeus, que incluíam invariavelmente um acesso vertical entre piso térreo e nobre através do pátio, e refere que não há, no paço vimaranense, vestígios de quaisquer escadas interiores que tenham sido demolidas. Mais explica que *"a justificação da escada compreende-se pela facilidade de acesso do páteo para todos os andares e sobretudo se se atender à utilização da fábrica para museu, biblioteca, arquivo e residência do Chefe de Estado."* [456]. A construção da escada foi aprovada, mas a solução construída não foi a apresentada neste documento. Foi desenhada e levantada uma escadaria monumental ao centro do pátio, condizente com alicerces que terão sido encontrados durante a preparação de obra[457] [Fig. 103].

Todo este processo esteve envolto em constante polémica por se acreditar ser uma reconstituição ideal não fundamentada e terá inclusivamente contribuído para o agudizar da tensão entre Rogério de Azevedo e Baltazar Castro[458], culminando na sua saída da DGEMN. No entanto, atualmente dispomos de novos dados que podem clarificar alguns pressupostos desta intervenção nomeadamente, a cartografia "De Guimarães" (c.1562-70) que inclui uma representação do piso térreo do paço ducal e do alçado Nascente, extremamente relevantes para a investigação que desenvolvemos. No que concerne a questão da existência ou não de uma escada no pátio, a "De Guimarães", a par da aguarela de Synge (1813) e da planta levantada pelo Exército (1816), revela a existência de uma estrutura no pátio dividida sensivelmente ao meio – no eixo Capela-entrada – por um atravessamento que alarga no centro da composição. A sobreposição da planta de Rogério de Azevedo com a escadaria central à representação quinhentista não deixa margem para dúvidas que os alicerces que o arquiteto terá encontrado durante a preparação de obra – e que utilizou para justificar a proposta da escada – são vestígios não de uma escada, como supôs, mas sim desta estrutura porticada [Fig. 104].

455. Azevedo, Rogério de. *Descrição das variantes 'A' e 'B' do Paço dos Duques de Bragança, em Guimarães.* Porto: DGEMN, 1939, p. 1.
456. *Ibidem*, p. 2.
457. Azevedo, Rogério de. *Op. Cit.*, 1962, p. 30.
458. Brito, Maria Mónica. *Op. Cit.*, 2003, p. 147-148.

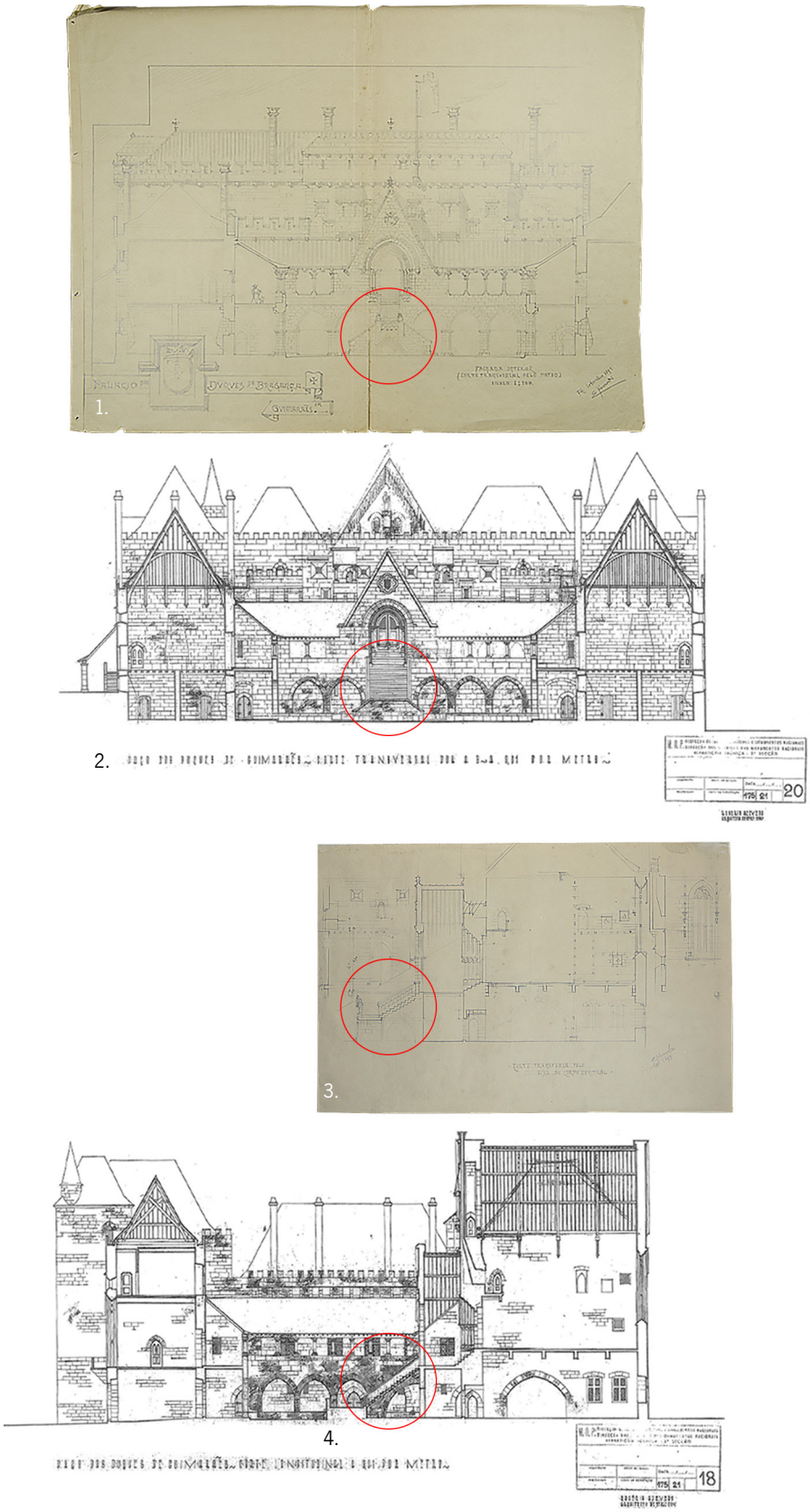


Fig. 102: Escadaria de acesso à capela evidenciada em dois perfis – à mesma escala – dos projectos de Ernesto Korrodi (1897) e Rogério de Azevedo (1939). 1, 2. Perfis transversais; 3, 4. Perfis longitudinais. Fontes: SIPA, MAS.



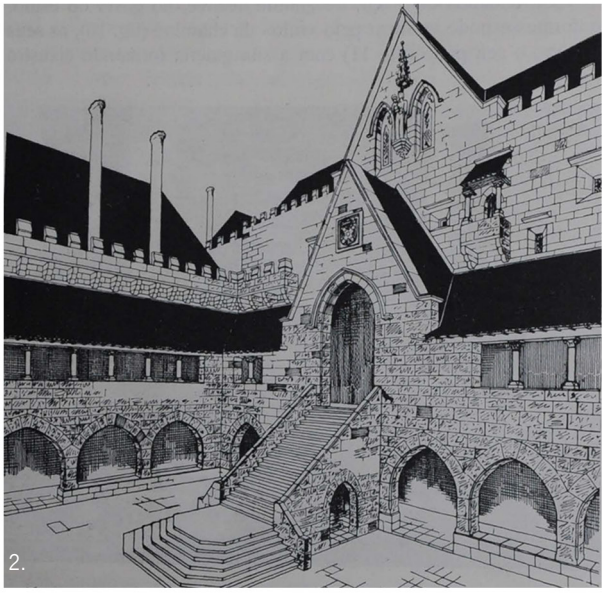
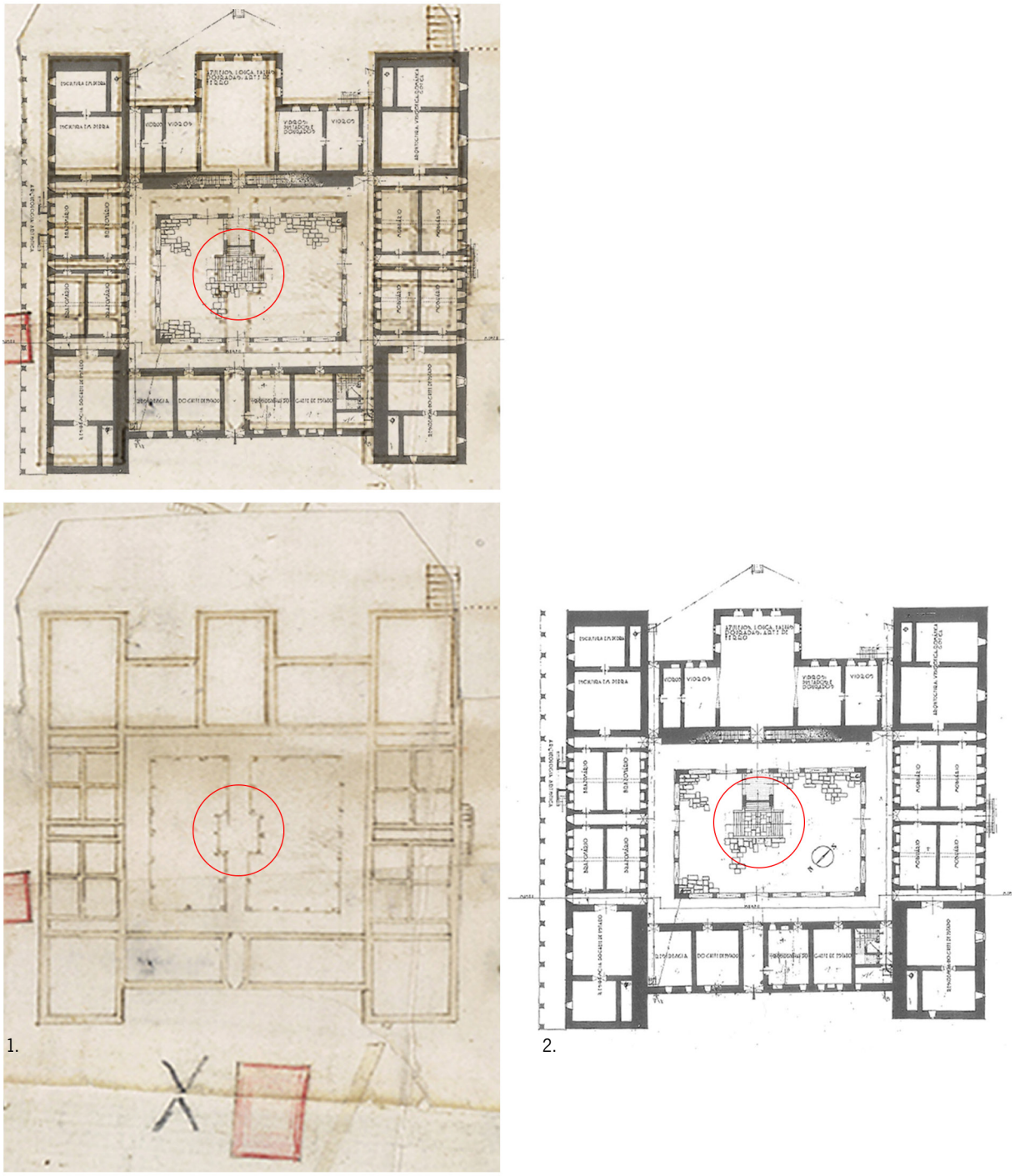


Fig. 103: Escadaria de acesso à capela projetada e construída. 1. Fotografia do pátio (DGEMN, s.d); 2. Perspetiva desenhada do pátio (Azevedo, 1942).



1.

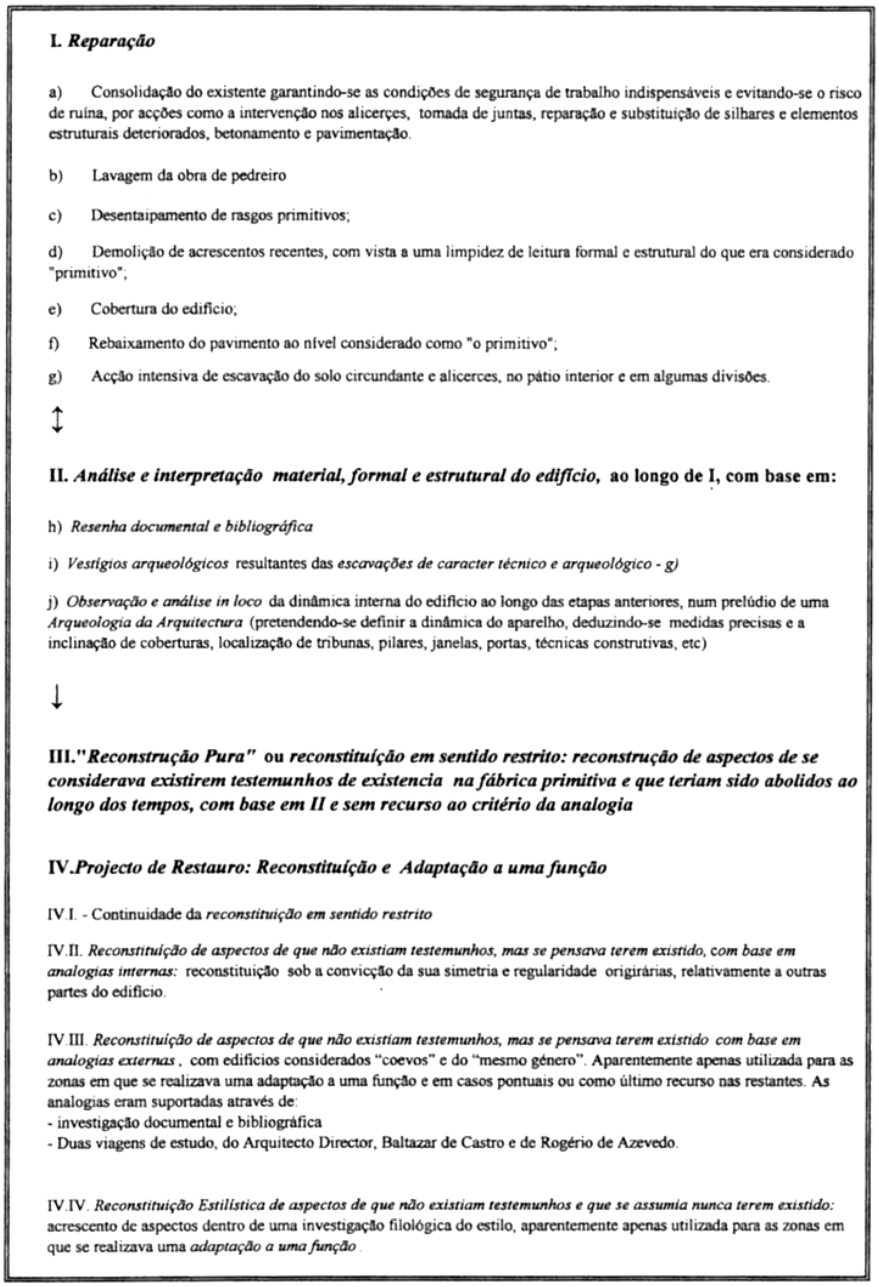
2.

Fig. 104: Sobreposição das plantas (1.) "De Guimarães" (s.a, c.1562-70) e (2.) "Planta do rez-do-chão" (Azevedo, 1939) com evidência na estrutura central quinhentista, cujas fundações o arquiteto terá encontrado e que entendeu serem respeitantes a uma escadaria central. ILG|CE-EAUM, 2018.

Mas voltemos ainda ao início do processo, de forma a enquadrar brevemente a ação da DGEMN. Cedido o edifício do Paço dos Duques ao Ministério da Educação Nacional, as primeiras intervenções iniciam-se logo em 1936 com Rogério de Azevedo e, tal como em muitas das obras da DGEMN, ainda antes de qualquer projecto ou estudo arquitectónico estar ensaiado. Assim, entre os anos de 1936 e 1939, estava previsto em caderno de encargos o início de uma reparação geral da estrutura, que incluía a lavagem do aparelho de granito; escavações e prospeções no paço e áreas circundantes (com a excepção do pátio central, por se considerar que necessitaria de uma intervenção mais cuidadosa); a demolição de acrescentos, paredes divisórias de construção recente e telhados; a substituição de cantaria danificada e de algumas das janelas, bem como a construção de novas aberturas, segundo o sistema de cruz presente em alguns dos vãos do paço. Foram construídas paredes interiores no seguimento dos vestígios encontrados e, logo em 1938, estava prevista a construção da arcaria do pátio interior. Infelizmente, não conhecemos registos escritos, gráficos ou fotográficos das "escavações" realizadas no pátio – sabemos apenas que Rogério de Azevedo se refere a estas prospeções para suportar algumas das suas propostas arquitetónicas. Em 1938, o arquiteto apresenta o primeiro "Relatório acerca das obras do Paços dos Duques", onde incluiu um primeiro estudo histórico do edifício, desenvolvido sob a orientação informal de Alfredo Guimarães, e dá nota do estado geral da obra. O projecto de arquitectura só é apresentado no ano seguinte, numa altura em que já o segundo piso da ala Norte (ou esquerda) e as galerias de acesso à Capela estariam em construção.

Em síntese, entre 1936-39 foram realizadas intervenções que Rogério de Azevedo caracterizou como *"reconstrução pura das muitas partes arruinadas, sem adaptações ou fantasias"* [459] que pouco ou nada influenciariam o programa e respetivo projecto de arquitectónico, que era desenvolvido paralelamente à obra. Mónica Brito (2003) apresenta uma sistematização de todas os trabalhos realizados neste primeiro período do restauro [Fig. 105] com dados retirados de "Paço dos Duques de Bragança. Braga. (1936-56) - Processo Administrativo, vol. 266", especialmente pertinente para melhor entendermos a dimensão das obras realizadas ainda antes de projecto e programa estarem fixados.

459. Azevedo, Rogério de. *Op. Cit.*, p. 2.



I. *Reparação*

a) Consolidação do existente garantindo-se as condições de segurança de trabalho indispensáveis e evitando-se o risco de ruína, por acções como a intervenção nos alicerces, tomada de juntas, reparação e substituição de silhares e elementos estruturais deteriorados, betonamento e pavimentação.

b) Lavagem da obra de pedreiro

c) Desentaipamento de rasgos primitivos;

d) Demolição de acrescentos recentes, com vista a uma limpidez de leitura formal e estrutural do que era considerado "primitivo";

e) Cobertura do edifício;

f) Rebaixamento do pavimento ao nível considerado como "o primitivo";

g) Acção intensiva de escavação do solo circundante e alicerces, no pátio interior e em algumas divisões.

↕

II. *Análise e interpretação material, formal e estrutural do edifício,* ao longo de I, com base em:

h) *Resenha documental e bibliográfica*

i) *Vestígios arqueológicos* resultantes das *escavações de caracter técnico e arqueológico - g)*

j) *Observação e análise in loco* da dinâmica interna do edifício ao longo das etapas anteriores, num prelúdio de uma *Arqueologia da Arquitectura* (pretendendo-se definir a dinâmica do aparelho, deduzindo-se medidas precisas e a inclinação de coberturas, localização de tribunas, pilares, janelas, portas, técnicas construtivas, etc)

↓

III."*Reconstrução Pura"* ou *reconstituição em sentido restrito: reconstrução de aspectos de se considerava existirem testemunhos de existencia na fábrica primitiva e que teriam sido abolidos ao longo dos tempos, com base em II e sem recurso ao critério da analogia*

IV.*Projecto de Restauro: Reconstituição e Adaptação a uma função*

IV.I. - Continuidade da *reconstituição em sentido restrito*

IV.II. *Reconstituição de aspectos de que não existiam testemunhos, mas se pensava terem existido, com base em analogias internas:* reconstituição sob a convicção da sua simetria e regularidade origirárias, relativamente a outras partes do edifício.

IV.III. *Reconstituição de aspectos de que não existiam testemunhos, mas se pensava terem existido com base em analogias externas*, com edifícios considerados "coevos" e do "mesmo género". Aparentemente apenas utilizada para as zonas em que se realizava uma adaptação a uma função e em casos pontuais ou como último recurso nas restantes. As analogias eram suportadas através de:
- investigação documental e bibliográfica
- Duas viagens de estudo, do Arquitecto Director, Baltazar de Castro e de Rogério de Azevedo.

IV.IV. *Reconstituição Estilística de aspectos de que não existiam testemunhos e que se assumia nunca terem existido:* acrescento de aspectos dentro de uma investigação filológica do estilo, aparentemente apenas utilizada para as zonas em que se realizava uma *adaptação a uma função*.

Fig. 105: Esquematização dos trabalhos realizados durante a primeira fase do restauro (1936-1939). Fonte: Brito, Maria Mónica. "Paço dos Duques de Bragança em Guimarães: Metamorfose da Imagem na Época Contemporânea". Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa, 2003, p. 121.

Contudo, à luz do entendimento contemporâneo de "restauro" e das boas práticas na intervenção em património, os trabalhos executados no paço durante este período inicial são considerados bastante mais invasivos atualmente do que eram à época, nomeadamente, a construção de elementos por analogia com outras partes do edifício e a redistribuição e reordenação dos vãos na fachada Sul, que procuraram imprimir à composição uma simetria que não existia e que, provavelmente, nunca existiu. A intervenção no Paço dos Duques esteve sempre envolta em polémica, mesmo antes de começar. Corria o ano de 1934 e já o arquiteto Marques da Silva, mentor de Rogério de Azevedo na Escola de Belas Artes do Porto, escrevia:

"(...) completar o que se não conhece, inventando, é atentar contra a arte, contra a verdade histórica (...). Desnaturá-las para ficarem muito compostas e completas, fazendo-se novo onde nada existia ou existia diferentemente é um crime. E sem dúvida, para se conseguir a adaptação do Paço dos Duques, ter-se-ia de construir mais de novo do que existe de antigo" [460].

Com o decorrer das obras e do estudo histórico-arquitectónico, o arquiteto defendia afincadamente as semelhanças do Paço dos Duques com a arquitectura senhorial francesa, nomeadamente das regiões de Périgod e do Loire. No entanto, após uma viagem realizada no verão de 1939 para estudar palácios que pensava congéneres ao vimaranense, Rogério de Azevedo viria a mudar a sua opinião e a defender a influência italiana, o que terá tido repercussões imediatas nas soluções arquitetónicas que apresenta nesse mesmo ano. Um projecto maturado, pensado e assente num cuidadoso estudo histórico e levantamento de vestígios *in situ*, mas fruto de uma época em que as teorias de se encontravam em profunda revisão. Rogério de Azevedo era assumidamente apologista da vertente Viollet-le-Duc[461] (1814-1879), referindo-se várias vezes ao *Dictionnaire raisonné de l'architecture française du XI^e au XVI^e siècle* (1854-1868) para justificar algumas das suas opções. No entanto, e apesar do projecto construído incorporar alterações posteriores e não coincidir na totalidade com a solução proposta por Rogério de Azevedo, o seu nome ficou sempre associado ao Paço dos Duques como autor principal do seu restauro. Mas, como refere Mónica Brito (2003), o papel ativo de Alfredo Guimarães na construção da história do palácio não deve ser esquecido: *"(...) a imagem que os restauradores da primeira fase de intervenção quiseram imprimir ao Palácio, é baseada num suporte teórico construído em co-autoria"* [462], afirmação com a qual não podemos deixar de concordar.

Apesar de incluirmos um breve contexto, não cumpre com os objetivos desta investigação analisar especificamente os trabalhos de restauro desenvolvidos[463], nem tão pouco aprofundar o enquadramento

460. Artigo publicado pelo Arq. Marques da Silva no *Jornal Noticias de Guimarães*, em 1934.

461. Refere Mónica Brito que: "A sua filiação em Viollet-le-Duc (1814-1879) foi abertamente divulgada nos seus escritos, embora pensemos que, na prática, consciente ou inconscientemente, Rogério de Azevedo tivesse uma posição metodológica intermédia entre aquele que moldou o espírito restauracionista europeu muito para alem do seculo XX, servindo especialmente uma filosofia nacionalista do restauro, e a filosofia do Restauro Histórico, que foi preconizada pelo italiano Lucca Beltrami (1854-1933)." Cf. Brito, Maria Mónica. *Op. Cit.*, 2003, p. 157.

462. *Ibidem*, p. 126.

463. A este propósito, ver os trabalhos de Maria João Neto (1995; 1997) e Mónica Brito (2003).

histórico-artístico para a intervenção à luz das teorias de restauro vigentes na época. Interessa-nos, antes, perceber a evolução arquitetónica do paço ducal como um todo, analisando os seus vários ciclos de ocupação e intervenções. Assim, tal como os restauradores, procuramos perceber a conformação original do palácio através da análise histórica, mas também do próprio edifício. E é precisamente recorrendo a fontes primárias entretanto descobertas bem como a novas ferramentas de análise, que conseguimos justificar a proposta de Rogério de Azevedo. É extraordinária a semelhança entre a representação quinhentista do alçado posterior em "De Guimarães" e a fachada Nascente do edifício atual, que resultou precisamente do projecto apresentado por Rogério de Azevedo [Fig. 106].



Fig. 106: Sobreposição do alçado Nascente em (1.) "De Guimarães" (s.a, c.1562-70) e no (2.) projecto de Rogério de Azevedo (1939), com evidência nas extraordinárias semelhanças no desenho e proporção dos telhados. ILG|CE-EAUM, 2019.

A exatidão notável que pontua os desenhos do arquiteto resulta seguramente de uma análise cuidadosa e informada da ruína devidamente articulada com um rigoroso estudo histórico do paço ducal, mas também de edifícios coevos. Curiosamente, de entre os vários palácios franceses que menciona, Rogério de Azevedo nunca se volta para o Paço dos Reis de Maiorca em Perpignan, e é José Custódio Vieira da Silva em 1995 quem primeiro refere as semelhanças entre os paços maiorquino e vimaranense. A este propósito, podemos apenas referir que Perpignan não seria muito estudado ou divulgado, e esteve sob alçada do Exército durante longas décadas como, aliás, o Paço dos Duques, e o seu restauro só se iniciou muito tardiamente na década de 1950, quando o Exército libertou finalmente o edifício. Finda a Segunda Guerra Mundial e ocupação alemã de França, o Departamento Monumentos Históricos foi encarregue de iniciar alguns trabalhos de preservação da estrutura, que tinha sofrido danos consideráveis durante a guerra. As principais obras deste departamento ocorreram entre 1956-1957 e só em 1958 é que abriu as portas ao

público como museu[464]. Ou seja, existe um desfasamento de quase duas décadas entre as cronologias das intervenções em Perpignan e Guimarães, o que poderá explicar a razão desta similitude ter passado tanto tempo despercebida.

Retomando o levantamento *in situ*, o arquiteto indica em "Memória Descritiva" (1939) os elementos em que se baseou para a reconstrução de partes específicas do palácio, sublinhando que procurou sempre no próprio edifício por todos indícios que ajudassem na definição da obra. Refere que, entre a alvenaria que entaipava janelas e portas, ou até mesmo no lajeado de alguns espaços, foram sendo encontradas várias aduelas, posteriormente reconstituídas num arco [Fig. 107.1] que foi replicado para constituir a galeria do pátio [Fig. 107.2]. Quando comparamos a arcada construída por Rogério de Azevedo – que não dispôs de qualquer informação para além da recolhida no próprio edifício – com a aguarela oitocentista de Synge [Fig. 107.3], as semelhanças no desenho e composição do arco são indiscutíveis.
Em relação aos telhados, o arquiteto projectou a inclinação dos telhados, que seriam *"nórdicos"* [465], com base nos rufos das chaminés [Fig. 108.1]. Desenvolveu um estudo metódico, que incluiu a visita a palácios coevos franceses e catalães, cujos telhados fotografou profusamente, acabando por adotar uma estrutura semelhante em Guimarães[466] [Fig. 108.3; Fig. 108.4]. Mas a ação de Rogério de Azevedo foi sendo profundamente criticada, principalmente por Alfredo Pimenta (1942) – reconhecido historiador e, à época, diretor do Arquivo Municipal de Guimarães –, quer na metodologia utilizada para a construção da história do edifício, quer até mesmo em critérios da própria intervenção, chegando a escrever que *"certos especialistas ou técnicos não deviam jamais ultrapassar as fronteiras apertadas e fixas das suas especialidades. Porque se, nestas, são ou podem ser profundos e sabedores, uma vez postos a discretear fora dessas fronteiras, são superficiais e andam errados"* [467]. Curiosamente, uma das questões levantadas por Alfredo Pimenta prende-se precisamente com os telhados:

"Diz-se que na sua estrutura arquitectónica entram elementos de origem estrangeira e de carácter regional. Em que proporções? (...) ***Quem garante que eram do tipo nórdico os telhados dos Paço?*** *Os rufos das chaminés são o que basta? 0 facto de haver outros Palácios com tais telhados impõe a existência destes nos Paços de Guimarães?" São todos esses Palácios da mesma origem, e obedecem a mesma traça?"* [468].

A resposta de Rogério de Azevedo não tardou e, sob a forma de nova publicação impressa nesse mesmo

---

464. Poisson, Olivier. "La restauration du Palais des rois de Majorque, 1943-160", em *Un palais dans la ville*, dir. Olivier Passarrius e Aymat Catafau, 523-540. Canet: Éditions Trabucaire, 2014, p. 523.

465. Azevedo, Rogério de. *Op. Cit.,* 1942, p. 103.

466. A este propósito, refere Mónica Brito que: "A intencionalidade artística de Rogério de Azevedo ao criar um ambiente áulico na Capela, o seu estudo para os madeiramentos deste espaço e das asnas dos telhados, bem como desenhos de ferragens que eram inspiradas nas gravuras do "Dictionnaire" de Viollet-le-Duc, viriam a vingar mais tarde, e o arquivo do seu material gráfico, os seus desenhos e perspectivas, assim como o trabalho que publicou em 1942, revelando mais algumas das ideias que presidiram ao seu trabalho, viriam a ser consultados e por vezes decalcados, por indicação do Ministro das Obras Publicas, a partir da década de 1950." Cf. Brito, Maria Mónica, *Op. Cit.*, 2003, p. 260-261.

467. Pimenta, Alfredo. *A propósito do Paço dos Duques.* Guimarães: Arquivo Municipal de Guimarães, 1942, p. 7.

468. *Ibidem*, p. 21-22, com sublinhado nosso.

ano – "Despropósito a propósito do Paço dos Duques de Guimarães (Epístola ao Sr. Dr. Alfredo Pimenta)" e que veio acentuar ainda mais as claras divergências entre historiador e arquiteto – sublinhou que:

"Eu revelo, e que me perdoem se é inconfidência. ***Eu, excelentíssimo doutor!*** *Eu posso e devo dizer isto: foi a telha, senhor doutor; não a telha, especialmente incomensurável, de V. Ex.ª, mas a autêntica telha do Paço dos Duques que eu (com sorte que a de Cuvier) consegui reconstituir, com paciência beneditina, do meio de centenas de fragmentos! Essa telha, senhor doutor, por motivo técnico especial, não podia ter outro declive."* [469]

Atualmente, graças à representação do paço em "De Guimarães", sabemos como seriam os telhados no século XVI e quantos arcos compunham a quadra do pátio – informação a que Rogério de Azevedo não teve acesso. E, no entanto, a proposta do arquiteto tanto para os telhados como para o pátio – salvo as diferenças entre a escadaria e passagem já explicadas – são extraordinariamente próximas ao desenho quinhentista. Entendemos, portanto, que a ação de Rogério de Azevedo merece ser reavaliada e, em certos aspetos, **revalidada**. Obviamente que influenciado pelos cânones vigentes na época e pelo pendor da própria instituição que integrava, um trabalho exímio e digno de reconhecimento. Desenvolveu um profundo trabalho histórico de reconstituição do edifício através dos poucos vestígios que terá encontrado no local e testou uma aproximação – que sabemos hoje ser bastante fidedigna – a uma conformação original quatrocentista, à época muito dificultada pela falta de registos gráficos ou escritos.

469. Azevedo, Rogério de. *Despropósito a propósito do Paço dos Duques de Guimarães (Epístola ao Sr. Dr. Alfredo Pimenta).* Porto: Livraria Fernando Machado & Cª, Lda., 1942, p. 41, com sublinhado nosso.

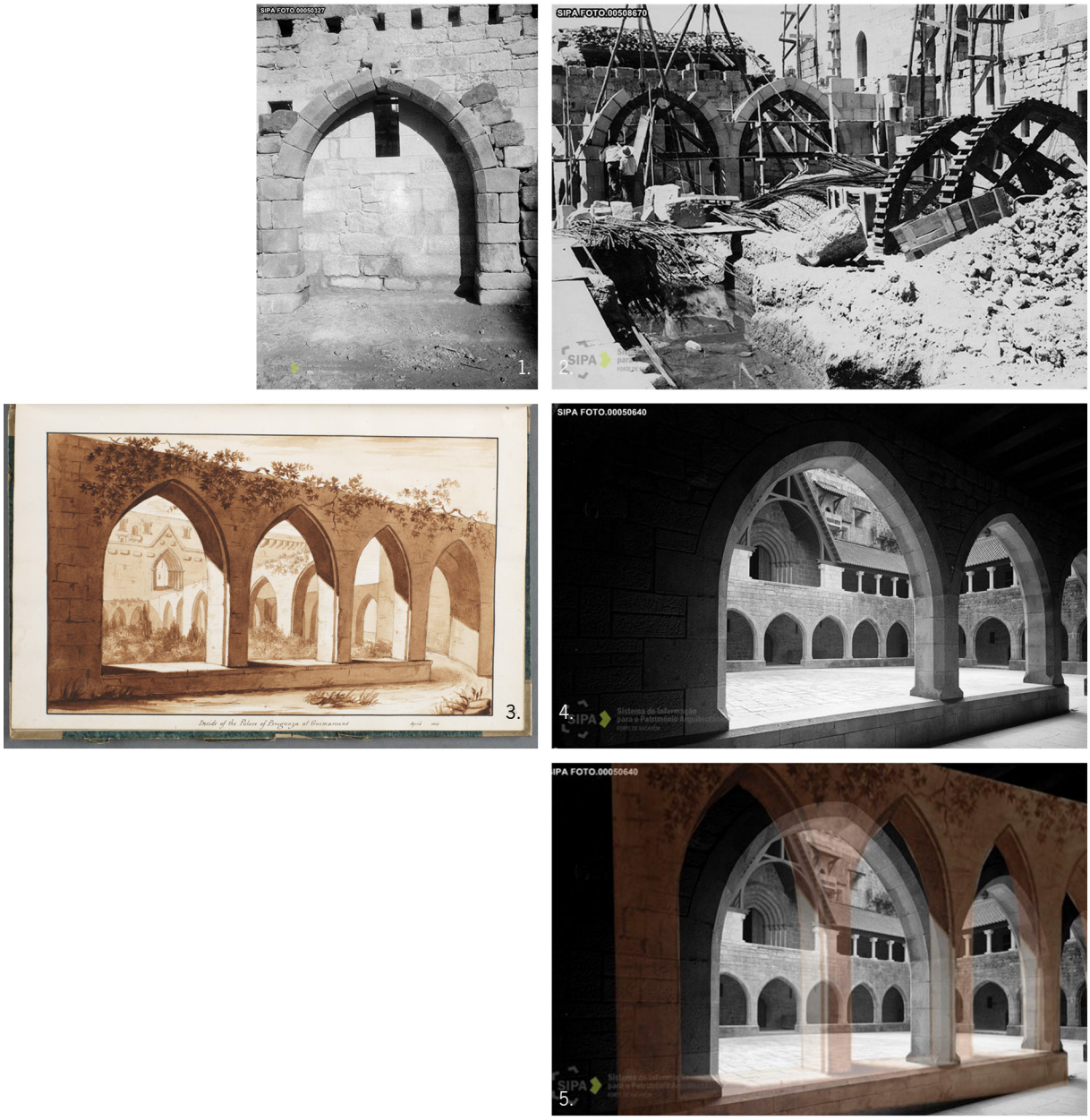
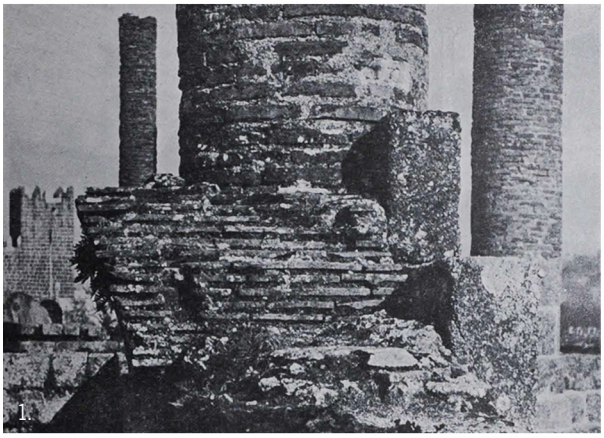


Fig. 107: Reconstituição do pátio. 1. Arco reconstruído com aduelas encontradas no edifício (DGEMN, s.d); 2. Replicação dos arcos do claustro segundo o primeiro modelo (DGEMN, s.d); 3. "Inside of the Palace of Braganza" (Synge, 1813); 4. Pátio reconstruído (DGEMN, sd.); 5. Sobreposição da aguarela de Synge com foto do pátio reconstruído (DGEMN, s.d). ILG|CE-EAUM, 2018.





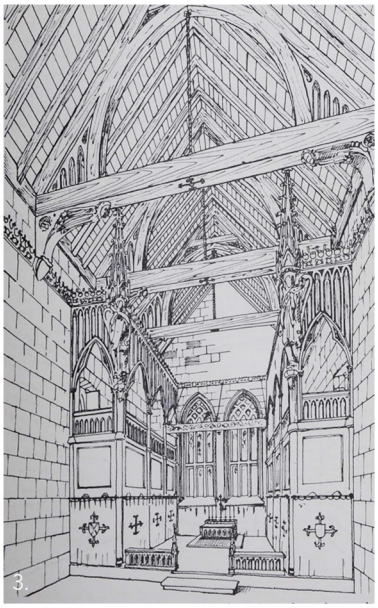
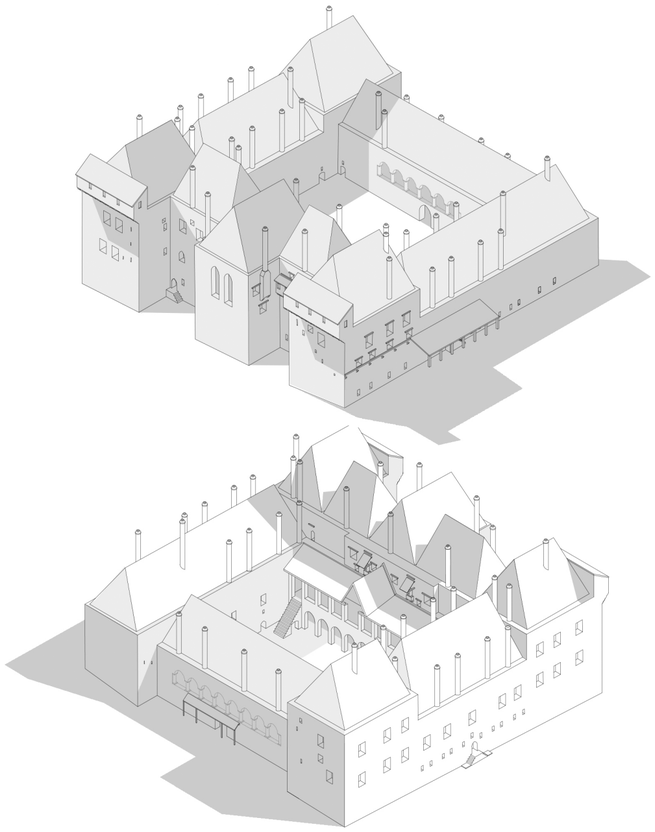
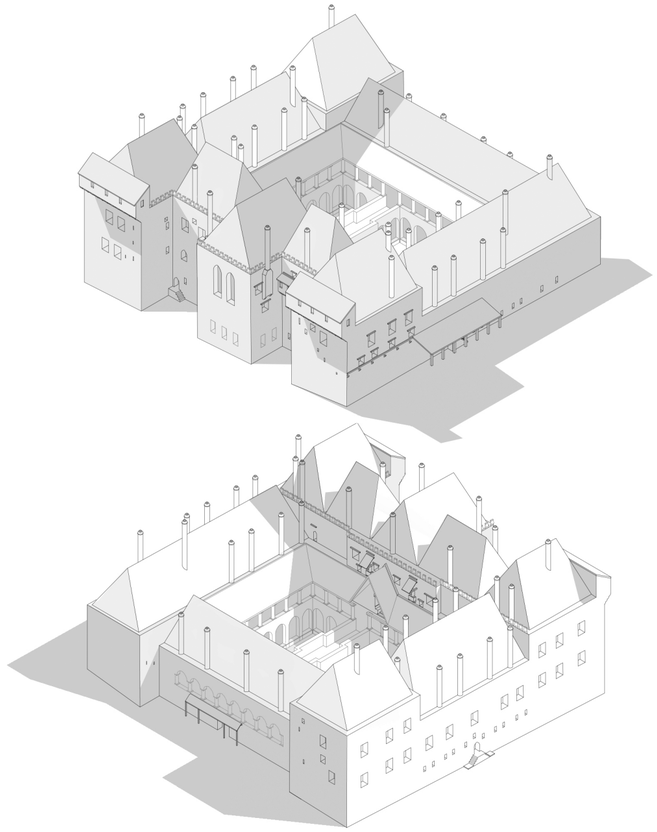


Fig. 108: Reconstituição dos telhados. 1. Rufos das chaminés (DGEMN, s.d); 2. Construção dos telhados (DGEMN, 1958); 3. Perpetiva desenhada da reconstituição da capela (Azevedo, 1942, p. 63).

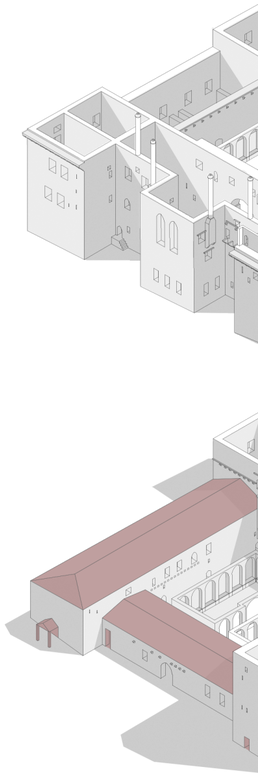
Fig. 109 (próx. página): Imagem síntese. Hipótese de evolução construtiva do Paço dos Duques de Bragança entre a sua fundação e a atualidade (c.1420-2003), com base nas axonometrias construídas a partir da investigação desenvolvida ILG, 2022.



1. Hipótese de axonometria: o paço em 1420.



2. Hipótese de axonometria: o paço em 1570.



3. Hipótese de axonometria: o paço em 1762.



Construção

1420: início da construção do paço para residência senhorial

1576: o paço fica em abandono

1682: parte do edifício é adaptada a celeiro da Casa das Rainhas e o restante permanece vazio.

século XV - 1400

c.1409: Viagem de D. Afonso de Barcelos, pela Europa a caminho de Jerusalém; 1415: Tomada de Ceuta com a participação do Conde de Barcelos; 1420: Casamento de D. Afonso e de D. Constança de Noronha e início provável da construção do paço; 1424: Presença do vedor das obras do Conde de Barcelos em Guimarães; 1428: Primeiro documento público assinado por D. Afonso neste Paço. Data provável do início da sua ocupação; 1442: Elevação dos Condes de Barcelos a Duques de Bragança. Visita a Guimarães de D. Pedro e de D. Afonso V; 1461: Falecimento de D. Afonso e início do ducado de D. Fernando (I); 1461-78: A presença de vãos de mitra no torreão direito e no piso superior à capela sugere uma nova intervenção, provavelmente a par com a do paço em Barcelos, situada durante o ducado de D. Fernando (I); 1461-80: D. Constança utiliza o Paço como hospital e hospício para os pobres; 1462: D. Afonso V pernoita em Guimarães; 1462: Lavradas no Paço as escrituras de casamento de D. João de Bragança e D. Isabel de Noronha; 1472: Casamento de D. Fernando (II) com D. Isabel de Viseu no Paço em Guimarães; 1475: D. Afonso V pernoita em Guimarães. (Ter-se-á hospedado no paço?); 1478: Falecimento do Duque D. Fernando (I) e início do ducado de D. Fernando (II); 1479: Cartulário de D. Fernando II redigido em Guimarães na presença do Duque; 1480: Falecimento de D. Constança em Guimarães; 1483: Execução de D. Fernando (II) em Évora e dissolução da Casa de Bragança. A família sobrevivente é exilada em Castela; 1490: D. João II terá contratado um carpinteiro para as obras do seu paço em Guimarães; 1496: Regresso de D. Jaime a Portugal e restituição de todas as posses e privilégios da Casa de Bragança.

século XVI - 1500

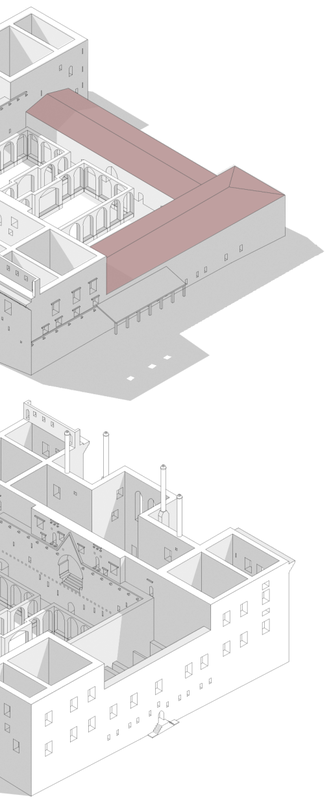
1531: São reportados os primeiros danos na pedra da barbacã do castelo da vila; 1531: Primeiro registo escrito que, na cerca velha do castelo, se encontram os Paços do Duque; 1500-32: A descoberta de um merlão, atribuído ao período do ducado de D. Jaime, coloca em hipótese a sua intervenção no paço; 1532: Falecimento de D. Jaime e início do ducado de D. Teodósio I; 1536: Doação da vila e ducado de Guimarães a D. Isabel de Bragança e ao Infante D. Duarte, por D. Teodósio I; 1540: Falecimento do Duque de Guimarães, D. Duarte, e início do ducado de seu filho, D. Duarte II; 1548: O Infante D. Luís hospeda-se no Paço; 1563: Falecimento de D. Teodósio I e início do ducado de D. João I; 1576: Falecimento de D. Duarte II sem descendência e retorno do ducado de Guimarães á Casa de Bragança; 1583: Falecimento de D. João I e início do ducado de D. Teodósio II.

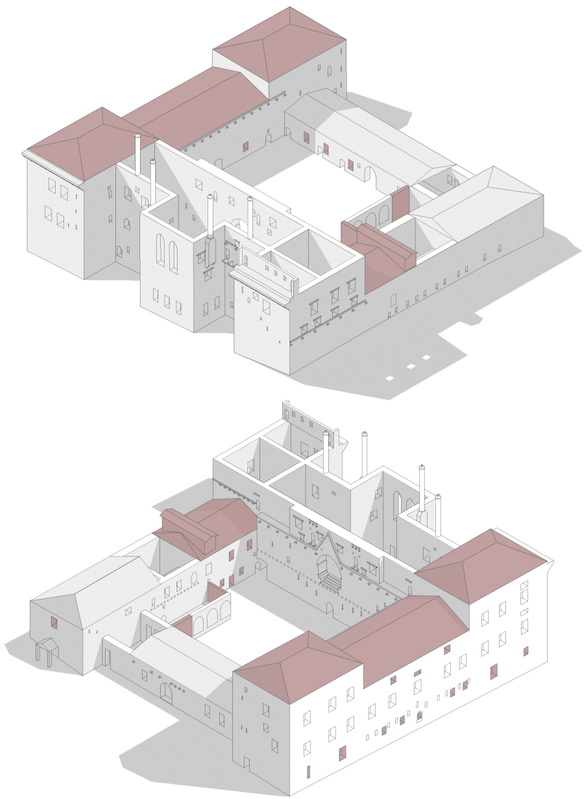
século XVII - 1600

1611: As freiras clarissas pedem autorização para utilizarem pedra da cerca do paço nas obras do seu mosteiro; 1630: Falecimento de D. Teodósio II e início do ducado de D. João II; 1640: Ascensão de D. João II a Rei de Portugal e início da Dinastia de Bragança; 1640: O antigo Paço dos Duques é propriedade da Casa das Rainhas e parte do edifício passa a ser utlizada como armazém e celeiro; 1662: Os frades capuchos começam a retirar pedra do paço para a reutilizar em outros edifícios; 1666: Requerimento feito à Câmara de Guimarães para que fosse contrariada a provisão real que autorizava os frades capuchos a utilizarem pedra das paredes interiores do paço para a construção do Convento de Santo António dos Capuchos. Como consequência, a Câmara ordena uma vistoria para avaliação das obras necessárias para a conservação do antigo paço ducal: 1672: A Câmara terá encomendado a um mestre de pedraria que fechasse com pedra e cal as portas e janelas de modo a selar o edifício; c.1682: Data provável para a execução das obras de adaptação do paço em celeiro da Casa das Rainhas.

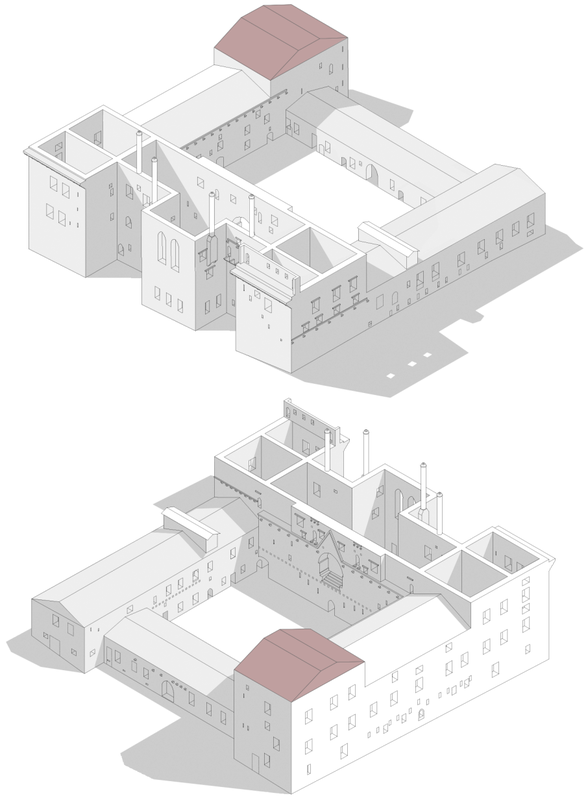
século XVIII - 1700

1706: O antigo palácio estaria por terminar; 1762: Executado um Mascarenhas, Corregedor de Guimarães, sugere pela primeira vez

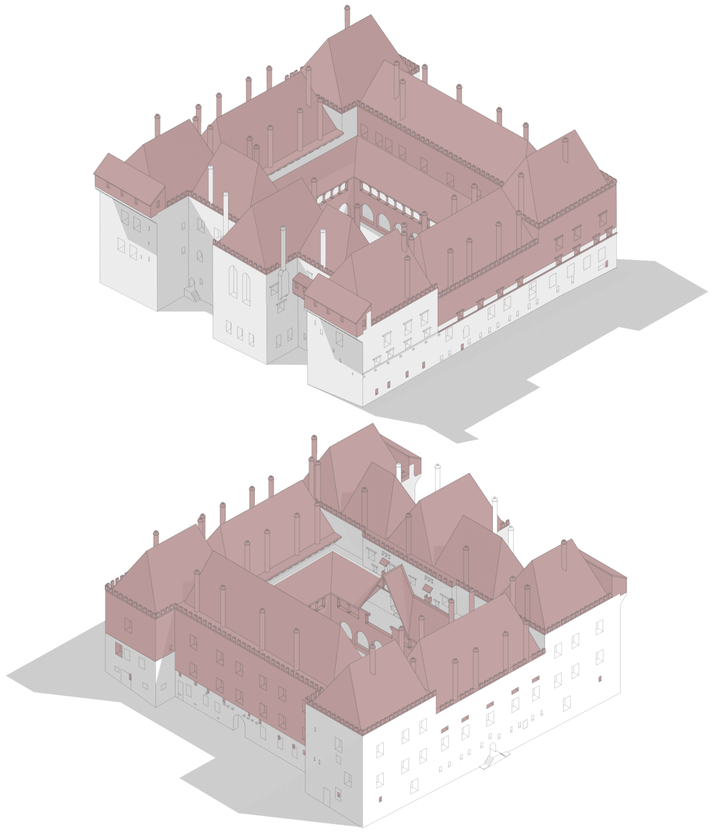




4. Hipótese de axonometria: o paço em 1819



5. Hipótese de axonometria: o paço em 1935.



6. Axonometria: o paço em 2003..

1816: parte do edifício é adaptada a quartel militar. 1834: fim da ocupação da Casa das Rainhas e integração do espaço de ceeiro no quartel. 1935: fim da aquartelamento, início das obras de restauro. 1960: inaurguração do museu e residência do Presidente da República no Norte.

auto de medição do paço e terrenos confrontantes; 1790: José Diogo
a remodelação do paço com vista ao seu aquartelamento.

século XIX - 1800

1807: Presença de vários regimentos militares em quartéis provisórios dispersos pela vila de Guimarães.; 1816: Início provável das obras de aquartelamento; 1819: Data provável do fim das obras no paço; 1823: O Regimento de Infantaria n.°15 já estaria a ocupar o Paço da Rainha, também denominado "novo quartel"; 1834: Extinção das ordens religiosas e, consequentemente, da Casa das Rainhas. O armazém que se encontrava no paço passa a integrar o quartel; 1867-70: São executados por vários Engenheiros Militares alguns projetos para alterações no quartel; 1881: O Paço dos Duques é considerado "Monumento Histórico de Segunda Classe" pela Real Associação dos Architectos Civis e Archeólogos Portuguezes; 1881: Novo projeto de engenheiros miltares a executar no antigo palácio ducal; 1897: Primeiro projeto de restauro e reconstrução do paço, apresentado por Ernesto Korrodi.

século XX - 1900

1910: Implantação da República. Classificação do Paço dos Duques como Monumento Nacional; 1933: Durante uma visita a Guimarães, Salazar compromete-se com o restauro do Paço Ducal. É assinado o "Auto de entrega" do edifício e do Castelo pelo Ministério da Guerra ao Ministério da Educação Nacional; 1935: O Depósito do Regimento de Infantaria n.°8 abandona o antigo palácio; 1936: Apresentação do projeto de restauro do Paço dos Duques por Rogério de Azevedo; 1938: Início dos trabalhos mais urgentes de limpeza e consolidação do edifício; 1940: Rogério de Azevedo abandona a DGEMN e a direção de obra. É substituído pelo arq. Joaquim Areal; 1945: Joaquim Areal abandona a direção de obra e é substituído pelo arq. Humberto Reis; 1946: Início do processo de expropriações em áreas próximas à atual praça da Mumadona, na sequência do projeto de arranjos exteriores do Monte Latito, assinado pelo arq. Luís Benavente; 1947: Humberto Reis abandona a direção de obra e é substituído pelo arq. Alberto Silva Bessa; 1951: "Estudo do Arranjo da Zona de Protecção do Castelo, Igreja de S. Miguel e Paço dos Duques de Bragança, em Guimarães", projetado pelo arq. Alberto Silva Bessa, o arq. paisagista Ilídio de Araújo e o eng. Fernando Bonito; 1959: Inauguração do Museu do Paço dos Duques de Bragança em Guimarães; 1963: Ainda decorriam, neste ano, concursos para obras complementares no edifício do Paço dos Duques e que incidiam sobre elementos do restauro já deteriorados.

século XXI - 2000

2.3
O Paço dos Duques de Bragança em Lisboa (c.1500--2019), uma hipótese para a sua leitura

preâmbulo

Pouco estudado pela história da arte e da arquitectura, o Paço dos Duques de Bragança em Lisboa caiu em esquecimento após os trágicos acontecimentos de 1755, tendo a sua memória sido recuperada por Júlio de Castilho em final de *Oitocentos* e estudada, mais tarde, por Augusto Vieira da Silva já em meados do século XX. De facto, desde 1943 que não conhecemos estudos de fundo sobre este palácio de origem quinhentista. Como tal, tornou-se essencial o desenvolvimento de uma investigação que, com um olhar renovado, atualizasse o conhecimento sedimentado pelos olisipógrafos mencionados através do cruzamento das áreas específicas da história, da arquitectura e do urbanismo. A metodologia adotada integra a análise dos trabalhos publicados sobre o paço durante o século XX recorrendo, sempre que necessário, a obras de referência da História portuguesa e da cidade de Lisboa; à cartografia atual de Lisboa, às iconografias da cidade e ao estudo *in situ* do palácio, verificando a existência de eventuais reminiscências no local. As hipóteses que levantamos assentam numa base sólida proveniente do confronto destas várias fontes e do seu tratamento interpretativo, retomando o redesenho como ferramenta essencial para as operações de análise e de síntese.

O paço ducal em Lisboa terá sido edificado na intersecção das atuais ruas António Maria Cardoso e dos Duques de Bragança com a rua Vítor Cordon, na freguesia da Encarnação. Estaria implantado a meia cota, junto ao Convento de S. Francisco – hoje Faculdade de Belas Artes de Lisboa – num pequeno promontório, a partir do qual existiriam vistas desafogadas sobre a foz do rio Tejo. Augusto Vieira da Silva (1942) refere que, pelo lado sul, a colina *"ainda se conservava íngreme e alcantilada à época do terramoto de 1755"* [470]. O Paço foi um dos muitos edifícios profundamente danificados com o cataclismo – como aliás o atestam as plantas de levantamento da cidade após o terramoto[471] – sendo eventualmente demolido já no século XIX, dando lugar a novos edifícios comerciais arrendados pela primeira vez em 1861[472].

470. Silva, Augusto Vieira da. "Os Paços dos Duques de Bragança em Lisboa: Reconstituição topográfica dum trecho da Lisboa desaparecida". *Olisipo* 20 (1942): 194.

471. A título de exemplo, ver "Planta de Lisboa arruinada pelo terramoto de 1755 e com o novo plano de reconstrucção dos Architectos Eugénio dos Santos de Cravalho e Carlos Mardel", 1909. ANTT, Cota CC-1373-2-A (planta original apresentada em 1758).

472. Silva, Augusto Vieira da. *Op. Cit.* (1943): 22.

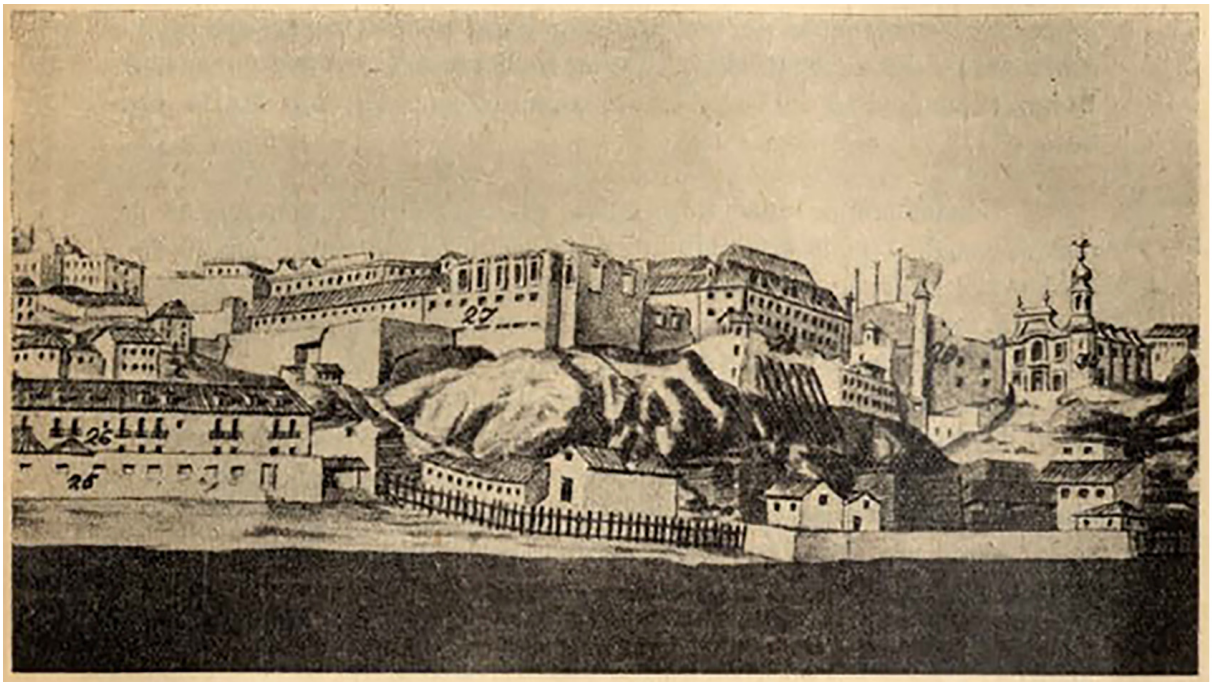


Fig. 110: "Vista dos Paços do Duque de Bragança e das ruínas do palácio do Marquês de Valença. À direita vê-se a desaparecida igreja dos Mártires e as ruínas do convento de S. Francisco. Extracto de uma vista aguarelada, de autor desconhecido, que representa o panorama de Lisboa tirado do Tejo, pouco depois do terramoto de 1755. Do Museu das Janelas Verdes." Fonte: Augusto Vieira da Silva (1942, p. 199).

Os vários autores que, com maior ou menor incidência, se debruçaram sobre este paço, assumiram que dele não restavam quaisquer indícios. No entanto, o estudo recente de uma equipa de arqueológos (Neto et al., 2015) relativamente ao tramo da cerca fernandina que se localizaria junto ao antigo edifício do Tesouro, atual Rua Vítor Cordon n.os 41-45 – que integraria o conjunto arquitectónico do palácio dos Duques de Bragança e que abordaremos em capítulo subsequente –, sugere que o piso térreo do atual edifício datará de antes do terramoto. Também em publicação recente, apresentada no âmbito do Encontro Nacional Betão Estrutural, uma equipa de engenheiros civis (Travassos et al., 2010) aborda a condição estrutural do Paço dos Duques – atuais nos 42-44 da Rua Vítor Cordon –, referindo que este engloba atualmente um conjunto de três edifícios, um dos quais integralmente novo e dois, adjacentes, que apesar de profundamente intervencionados mantêm paredes perimetrais e estruturas primitivas no interior dos pisos 0 e 1, tais como *"arcos, abóbodas, pavimentos de madeira e cisternas"* [473].

O cruzamento dos estudos desenvolvidos por equipas de diferentes áreas disciplinares com uma rigorosa análise arquitetónica e histórica às fontes escritas e desenhadas de que dispomos – datadas desde meados de *Quatrocentos* até à atualidade – permite-nos desenvolver uma linha de investigação, que se pretende transdisciplinar, sobre o paço ducal em Lisboa e que se manteve, até agora, por explorar.

473. Travassos, Nuno et al. "Edifício Paço do Duque em Lisboa". Apresentado em *BE2010 – Encontro Nacional Betão Estrutural*, Lisboa, 2010, p.2.

fontes escritas e revisão da literatura

Tratando-se de um edifício relativamente desconhecido, foi ainda pouco estudado. Conhecemos apenas as análises de Júlio de Castilho (1884-90)[474] e Augusto Vieira da Silva (1942;1943), ambos reconhecidos olisipógrafos, e breves referências à residência ducal publicadas posteriormente por Mário Jorge Barroca (1998) e Hélder Carita (2014)[475]. Mais recentemente, Maria de Fátima Reis (2018) publicou um artigo que, sistematizando a análise histórica de Vieira da Silva (1942; 1943), se debruça sobre a segunda vida do palácio dos Duques de Bragança como sede da Academia Real da História Portuguesa a partir de 1720. Sobre o estado do paço ducal nos anos pós-terramoto, Rosário Gordalina (2008) publica alguma correspondência, até então inédita, trocada entre o arquiteto Tenente-Coronel Carlos Mardel[476] e a Junta da Sereníssima Casa de Bragança acerca das obras necessárias para a consolidação da ruína. Por datarem do rescaldo do terramoto e incêndio e por conterem descrições claras, auxiliadas por medidas, do estado em que o edifício se encontrava, estes documentos revelam-se fundamentais para o estudo da evolução arquitetónica do paço.

Outras publicações de grande importância para a construção da história do Paço dos Duques são os estudos de referência da história de Lisboa, tais como a obra coordenada por Irisalva Moita (1994), ou ainda as publicações referentes às intervenções manuelinas de Hélder Carita (1999; 2012), Nuno Senos (2002) ou Carlos Caetano (2004), que em muito auxiliam a compreensão da organização espacial e da evolução urbanística da cidade durante os séculos XV e XVI.

Na procura constante pelo primeiro registo da existência de uma propriedade afeta aos Duques de Bragança em Lisboa – fundamental para a organização de uma cronologia –, recorremos a fontes documentais quinhentistas e seiscentistas como as Chancelarias de D. João I (1384-1433) e de D. Duarte (1433-1438)[477], o "Sumario em que breuemente se contem alguas cousas assi ecclesiasticas como seculares que ha na cidade de Lisboa" de Cristóvão Rodrigues de Oliveira (1551) – no qual são enumeradas as várias

474. Os sete primeiros tomos de "Lisboa Antiga. Bairros Orientais", de Júlio de Castilho (n.1840-f.1919) foram publicados pela Imprensa da Universidade de Coimbra entre 1884 e 1890. Aquando da morte do autor, os manuscritos foram comprados pela Câmara Municipal de Lisboa que, em 1933, decide reediá-los. No decorrer desta investigação, consultamos a 2.ª edição, publicada entre 1934-1938, com anotações de Augusto Vieira da Silva.

475. Hélder Carita integrou o projecto de investigação "A Casa Senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro (séc. XVII, XVIII e XIX). Anatomia dos interiores" (2010-2014), PTCD/EAT-HAT/11229-2009, na qualidade de investigador principal, do qual resultaram várias publicações de interesse para a investigação que desenvolvemos.

476. Carlos Mardel (n.1695-f.1763) foi um engenheiro militar de nacionalidade húngara que se estabeleceu em Portugal em 1733 depois de anos de formação entre Inglaterra e França. Após integrar a Real Casa das Obras e do Almoxarifado do Sal de Setúbal, onde desempenhou o cargo de arquiteto das Águas Livres, é nomeado em 1747, por D. João V, arquiteto das obras dos Paços Reais da Ribeira de Lisboa, da vila de Sintra, Almeirim e Salvaterra de Magos, do Mosteiro da Batalha, da província do Alentejo e de outras zonas do reino que não dispusessem ainda de mestre de obras. A partir de 1749 é também o arquiteto das Ordens Militares de S. Tiago e S. Bento de Avis. Em conjunto com Eugénio dos Santos, assina o novo plano para a Baixa de Lisboa após o terramoto de 1755. Em 1760, assume a direção da Casa do Risco das Reais Obras Públicas de Lisboa. Entre outros projectos, foi ainda responsável pela construção do Palácio do Marquês de Pombal em Oeiras. Retirado de http://www.acasasenhorial.org/ (consultado a 10-02-2020).

477. Foram consultadas as chancelarias transcritas, organizadas e publicadas pelo Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa entre 1998 e 2006.

ruas, travessas e becos da cidade organizadas por freguesias –, o "Livro primeiro do tombo das propriedades foreiras à Câmara desta muy insigne cidade de Lisboa" (1573)[478] e ainda a obras como a de Frei Manuel da Esperança (1656), ou Frei Manuel de Monforte (1751) sobre a história da Ordem de S. Francisco. No entanto, obras publicadas já nos séculos XVIII e XIX, como as de José Soares da Silva (1734), Tomás José de Aquino (1788), Ignacio Paulino de Moraes (1804) e Francisco Sousa Viterbo (1899)[479], provaram ser de igual importância a este estudo, não esquecendo o lugar de destaque que a *História Genealógica da Casa Real Portuguesa* e respetivas *Provas*, da autoria de D. António Caetano de Sousa (1735-1749)[480] ocupam no desenvolvimento desta investigação. Também publicações de autores contemporâneos, como Margarida Calado (2001), Marta Oliveira (2001; 2004; 2011), Paulo Pereira (2005; 2008), Luísa Trindade (2013; 2015; 2017), Marta Páscoa (2015), Walter Rossa (2015) ou Jéssica Hallett e Nuno Senos (2018) revelaram-se importantíssimas leituras ao oferecerem olhares renovados e outras interpretações sobre o conhecimento estabilizado.

Uma abordagem transdisciplinar como a que esta investigação se propõe desenvolver apoia-se necessariamente no cruzamento da bibliografia específica ao tema, como os estudos de referência na História da Arquitectura Civil, publicados por Carlos Alberto Ferreira de Almeida, José Custódio Vieira da Silva, Mário Jorge Barroca, Saúl Gomes, entre outros, referidos em capítulo anterior. Revela-se assim fundamental para esta pesquisa o recurso sistemático e em simultâneo a publicações contemporâneas ao paço ducal, mas também a atuais e assinadas por autores especialistas nas áreas científicas da arqueologia, arquitectura, engenharia, história e urbanismo, pois só através do seu estudo integrado se reunirão as condições necessárias ao desenvolvimento de uma reflexão crítica, propositiva e de grande profundidade de campo.

478. No decurso da investigação, foi consultada a publicação da Câmara Municipal de Lisboa de 1950-1952.
479. A edição original data de 1899, mas, para efeitos da presente investigação, consultamos a reedição de 1988.
480. A versão consultada foi editada pela QuidNovi/ Público - Academia Portuguesa de História em 2007.

fontes iconográficas e estado da arte

Iniciamos uma breve apresentação das várias vistas e plantas de Lisboa que acompanharam o crescimento da cidade entre os séculos XV e XVIII. Importa referir que estas representações devem ser analisadas considerando tanto o seu autor como o encomendador, com um olhar crítico e analítico do período e do contexto sociogeográfico em que foram realizadas. Assim, o processo de instrumentalização do desenho deve ser valorizado (Trindade, 2013). A imagem era tida não apenas como uma ferramenta meramente utilitária na construção de cidade, mas também de carácter efetivamente simbólico e representativo do construído.

"O desenhar de uma vista ou paisagem é sempre o resultado de um sem-número de escolhas, algumas de relevo e por isso assumidas, outras ínfimas e amiúde inconscientes, por vezes apenas da responsabilidade do autor, por vezes veiculadas ou impostas por outros" [481].

Que reportem exclusivamente ao edifício do paço ducal em Lisboa, não conhecemos iconografias. Sabemos apenas da existência de uma planta, "Casas de Sua Senhoria", divulgada por Vieira da Silva (1943) e apresentada por este autor como uma representação do piso nobre do Paço dos Duques no final do século XVI. Este documento não se encontra assinado ou datado e manteve-se inédito até à referida publicação. De mencionar ainda o projecto de Giuseppe Cinatti[482] e Achille Rambois[483] para o sítio do antigo palácio ducal (1858), do qual conhecemos o desenho das fachadas [Fig. 111].

Voltamo-nos então para as representações da cidade, pois através da sua imagética é possível tentar localizar, situar e estudar a conformação do palácio dos Bragança. Da Lisboa quatrocentista não se conhecem iconografias que a retratem. A primeira representação conhecida da cidade data do início do século XVI: uma iluminura que ilustra a "Crónica de D. Afonso Henriques" (c.1520)[484] por Duarte Galvão [Fig. 112], da autoria de António d'Holanda, e que revela uma vista panorâmica do termo de Lisboa à época. A expressão gráfica desta iluminura é, aliás, muito semelhante à que ilustra a folha 8 de "Genealogia dos Reis de Portugal" (c.1530-1534) [Fig. 113] – cujo desenho também de António d'Holanda terá sido iluminado por

481. Trindade, Luísa. "Desenho: Discurso e Instrumento" em *Patrimónios de Influência Portuguesa: modos de olhar*, org. Walter Rossa, Margarida Calafate Ribeiro, 401-452. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015, p. 406.

482. Giuseppe Cinatti (1808-1879) foi um arquiteto e cenógrafo de origem italiana que chegou a Lisboa em 1836. Até 1879 pintou – juntamente com Achille Rambois de quem se tornou colaborador e amigo inseparável – cenários para vários teatros, tendo ficado célebres as cenas para "Roberto il diavolo" (1838), "Macbeth" (1849) e "Il profeta" (1850). Dada escassez nacional de profissionais nessas áreas, Cinatti desenvolveu também uma considerável atividade como pintor de interiores e arquiteto. Retirado de http://purl.pt/104/1/iconografia/025.html (consultado a 08-03-2022).

483. Achilles Rambois (1810-1883) foi cenógrafo, decorador de interiores e arquiteto. Aluno do célebre cenógrafo Alessandro Sanquirico, foi contratado para o Teatro de São Carlos aquando da sua abertura depois da Guerra Civil (1834). A partir de 1836 passou a trabalhar em colaboração com Giuseppe Cinatti e só se aposentou após a morte deste em 1879. Retirado de http://purl.pt/104/1/iconografia/025.html (consultado a 13-02-2020).

484. Garcia, José Manuel. "A crónica de D. Afonso Henriques e a sua imagem de Lisboa no contexto da cronística e da iluminura manuelina" em *Crónica de el-Rei D. Afonso Henriques por Duarte Galvão. Crónicas de D. Sancho I a D. Afonso IV por Rui de Pina*, coord. José António Proença, Maria Cristina Gonçalves, 13-23. Cascais: Museu Condes de Castro Guimarães, 2019.

Simão de Bening –, embora esta segunda representação nos pareça mais detalhada. Em ambas as iconografias o aglomerado urbano é denso e compacto, sendo que à Sé e ao Convento do Carmo é dado maior relevo, ao serem representados fora de escala e coloridos a ocre, enfatizando a sua relevância no contexto citadino. O ponto de vista é sensivelmente o mesmo em ambas as iluminuras, com particular enfoque na topografia acidentada da cidade. A praça do Rossio é sensivelmente o centro geométrico da composição e o Terreiro do Paço, representado igualmente em maior escala, ocupa um lugar de destaque como novo centro urbano à cota baixa, catalisador das dinâmicas procuradas na era manuelina.

Do período que antecedeu a União Ibérica (1580-1640) existe um conjunto significativo de pinturas e gravuras que nos ajudam a construir uma imagem da cidade. É conhecida a vista panorâmica, de autor incógnito, que se encontra na Biblioteca da Universidade de Leiden (c.1570), e ainda os desenhos de Francisco d'Holanda em "Da fabrica que falece à cidade de Lisboa" (1571) –, obra notável não apenas pelos esboços que nela se incluem, mas pelos comentários tecidos sobre a cidade. Por sua vez, Georg Braun apresenta Lisboa por duas vezes nas obras que coordenou: a primeira gravura, "Lisbona", integra o volume "Civitates orbis terrarum", publicado em 1572 [Fig. 114], e apresenta a cidade da sua vista mais comum, a partir do Tejo, tendo sido provavelmente realizada com referência a um desenho que dataria ainda do reinado de D. Manuel I, tornando-a na representação conhecida mais antiga de Lisboa[485], posteriormente, publica "Olisipo quae nunc Lisboa (...)", uma vista mais detalhada do tipo "voo de pássaro", que integra "Urbium praecipiarum mundi theatrum quintum", de 1598[486] [Fig. 115]. Nos anos que antecedem a dinastia filipina, Simão de Miranda, em "Ulibone Pars" (1575) [Fig. 116], representa uma urbe densa num desenho que é pontuado por edifícios em diferentes escalas cuja maior relevância se manifesta por uma manipulação propositada e intencional da sua dimensão, associando-os a pequenas legendas que os identificam.

Do período da dinastia filipina, conhecemos várias imagens de Lisboa – a já referida gravura publicada por Braun, ou a recentemente descoberta pintura "Joyeuse Entrée" (1613)[487] de autor desconhecido –, mas que pouco acrescentam à representação já estabelecida do espaço urbano. Ligeiramente mais tardia e fundamental para a compreensão da morfologia da cidade é também a "Planta da cidade de Lisboa (...)" (1650), de João Nunes Tinoco[488] [Fig. 117], a sua mais antiga fixação planimétrica. Além de toda a informação que apresenta acerca da estrutura do tecido urbano pré-terramoto, inclui ainda um tramo da cerca fernandina e a nomenclatura de várias ruas, travessas e lugares – uma nota quase sempre remetida para legenda mas de extrema importância para esta investigação, quando estudada a localização do

485. A execução do desenho que terá servido como base para esta gravura é situada entre 1511 e 1513-1517. De acordo com a análise do autor, esta será a mais antiga representação da cidade. Cf. Senos, Nuno. *O Paço da Ribeira: 1501-1581*. Lisboa: Editora Notícias, 2002, p. 65.

486. Vários autores (Senos, 2002; Garcia, 2014) têm vindo a defender que, apesar de publicada em 1598, esta representação datará de 1566-1567 ou ter-se-á baseado numa planta executada neste período que terá, entretanto, desaparecido (Vieira da Silva, 1950), pois nela não se encontram representados edifícios construídos depois desta data.

487. Gehlert, Andreas. "The Weilburg painting showing the Lisbon entry of 1619 in its historical and pictorial context". *Revista de História da Arte* 11 (2014): 69-85.

488. Não se conhece o paradeiro da planta original, mas existem cópias litografadas de 1853 e 1884. A planta que utilizamos na investigação é precisamente a litografia de 1853, disponibilizada na ANTT.

Paço em função da evolução da toponímia das suas vias adjacentes. Ainda no século XVII, no conjunto de representações que resultaram do périplo europeu de Cósimo de Médici, existe uma *veduta* dedicada a Lisboa, também ela particularmente relevante no nosso estudo – "Lixboa" (1668-69) de Pier Maria Baldi [Fig. 118].

As representações da Lisboa pós-terramoto evidenciam o grau de destruição da cidade, com particular incidência na zona da Baixa. Do século XVIII, mas também ainda do século XIX, as imagens que conhecemos representam tendencialmente a ruína. Uma eventual identificação do paço ducal nas várias gravuras, desenhos e pinturas que pontuaram esta época torna-se difícil e demasiado especulativa. A título de exemplo desta afinidade, apresentamos a gravura "Destruction de Lisbone" (s.d.)[489]. No entanto, e apesar de distorções de escala ou representação ocasionais, as várias plantas de levantamento e projecto realizadas aquando dos trabalhos de reconstrução de Lisboa apresentam-se como fontes iconográficas fidedignas. Desse conjunto, recorreremos à "Planta de Lisboa: arruinada pelo terremoto de 1755 e com o novo plano de reconstrução dos architectos Eugenio dos Santos de Carvalho e Carlos Mardel" (1758)[490] [Fig. 119], ao "Livro das plantas das Freguesias de Lisboa" (1756-1768), do Sargento-mor José Monteiro de Carvalho [Fig. 120] e ainda à "Carta Topográfica da Cidade de Lisboa (...)" (c.1808-1832) de Duarte José Fava.

489. Esta gravura integra a extensa Coleção Júlio de Castilho doada à Torre do Tombo, onde se encontram várias iconografias da cidade de Lisboa por ele colecionadas. A gravura apresentada não identifica autor nem data de execução, está apenas identificado o local de impressão: Paris, chez Charpentier au Coq. (ANTT, Coleção Castilho, pt. 17, doc. 42).

490. A planta original foi apresentada em 1758. Contudo, no decorrer da investigação, consultamos a reprodução disponível na ANTT de 1909.

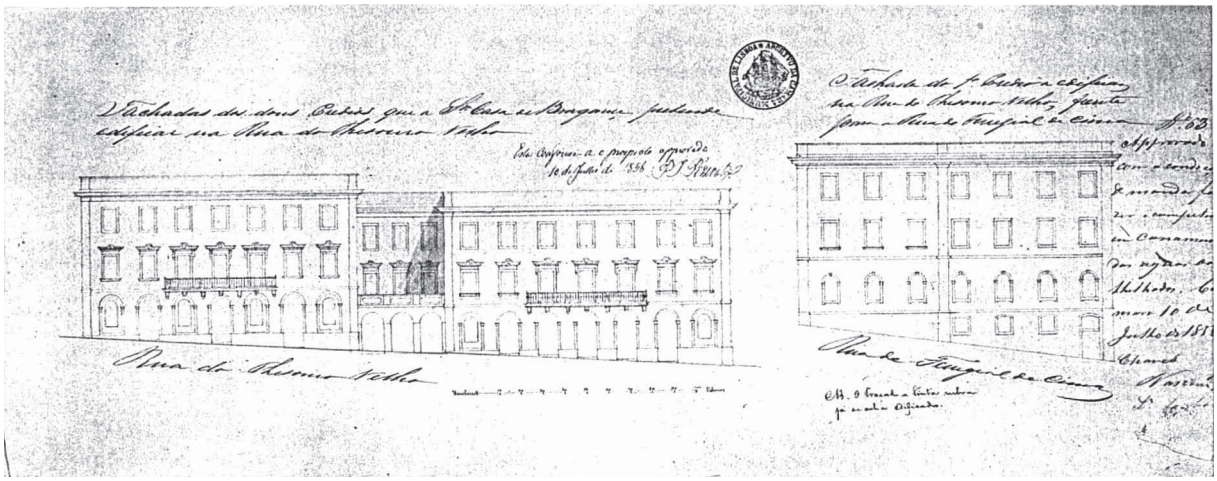


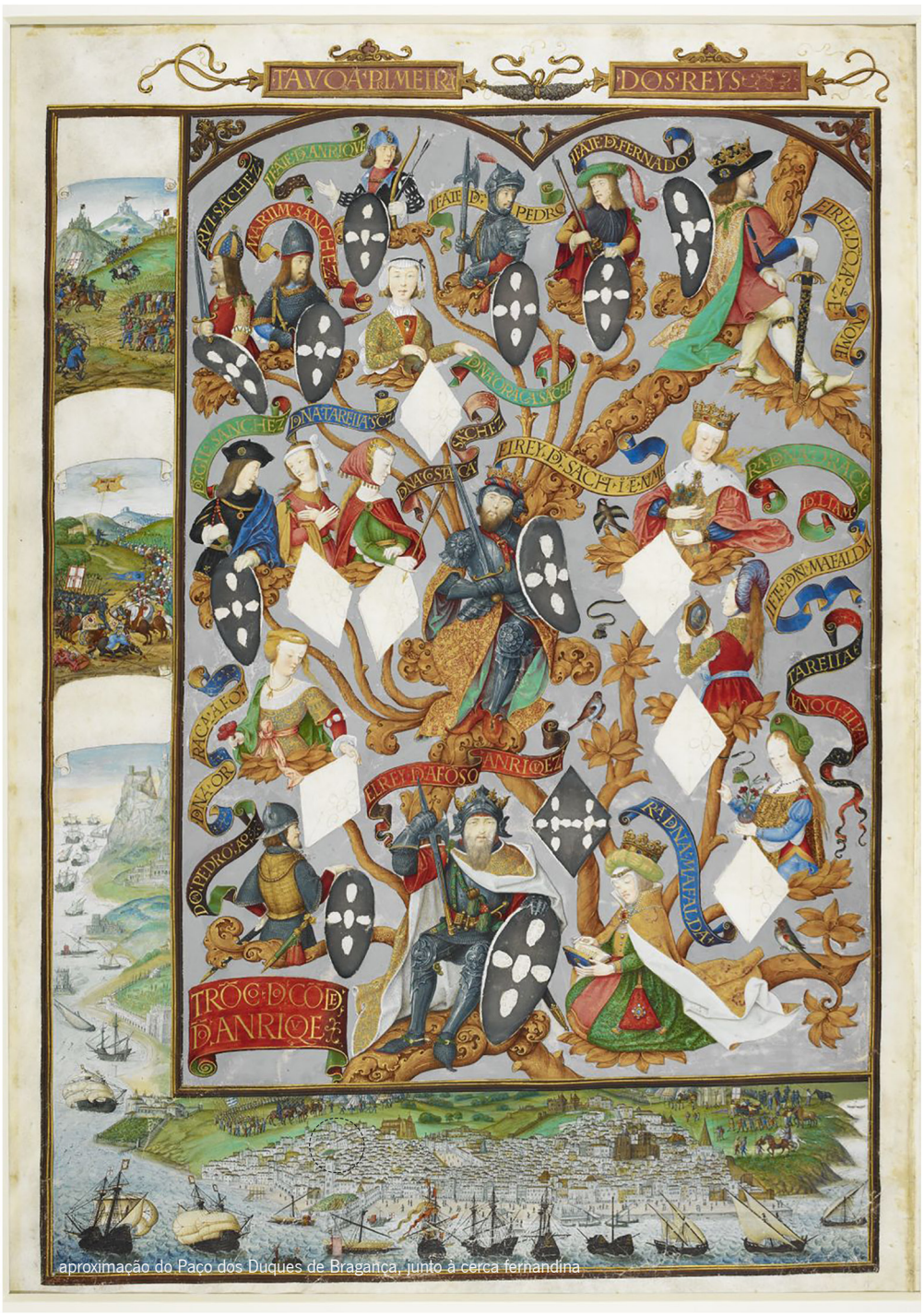
Fig. 111: "Fachadas dos dois prédios que a Sª Casa de Bragança pretende edificar na Rua do Tesouro Velho – Fachada do 1º Prédio a edificar, na Rua do Tesouro Velho, frente para a Rua do Ferragial de Cima", de Giuseppe Cinatti e Achille Rambois (s.d). ACML – Arco do Cego: alçado 657.





aproximação do Paço dos Duques de Bragança, junto à cerca fernandina

Fig. 112: Vista de Lisboa, António d'Holanda, c.1520. Em "Crónica de D. Afonso Henriques", de Duarte Galvão. Casa-Museu Conde Castro Guimarães, Cascais (Portugal).




aproximação do Paço dos Duques de Bragança, junto à cerca fernandina

Fig. 113: Vista de Lisboa, António d'Holanda e Simão de Bening, 1530-1534. Em "Genealogia dos Reis de Portugal", fl. 8. British Museum, Londres (Inglaterra).





aproximação do Paço dos Duques de Bragança, junto à cerca fernandina e do convento de S. Francisco

Fig. 114: "Lisbona". Em "Civitates orbis terrarum", editado por Georg Braun, publicado em 1572. (data provável da execução do desenho entre 1511-1517).





aproximação do Paço dos Duques de Bragança, junto à cerca fernandina e do convento de S. Francisco

Fig. 115: "Olissippo quae nunc Lisboa". Em "Urbium praecipiarum mundi theatrum quintum", editado por Georg Braun, publicado em 1598 (data provável da execução do desenho entre 1566-1567).



Fig. 116: "Ulibone Pars", Simão de Miranda, 1575. Archivio di Stato di Torino (Itália). Em cima, a imagem completa e, em baixo, aproximação do Convento de S. Francisco e de "C. de Sua Senhoria" – o paço ducal.

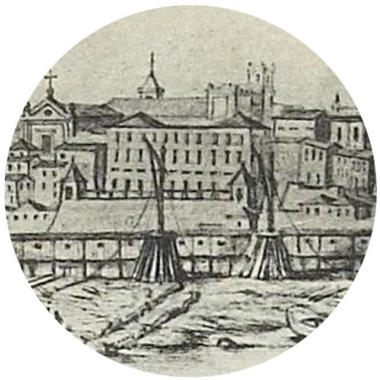




aproximação da cerca do Convento de S. Francisco, onde se situaria o Paço dos Duques de Bragança

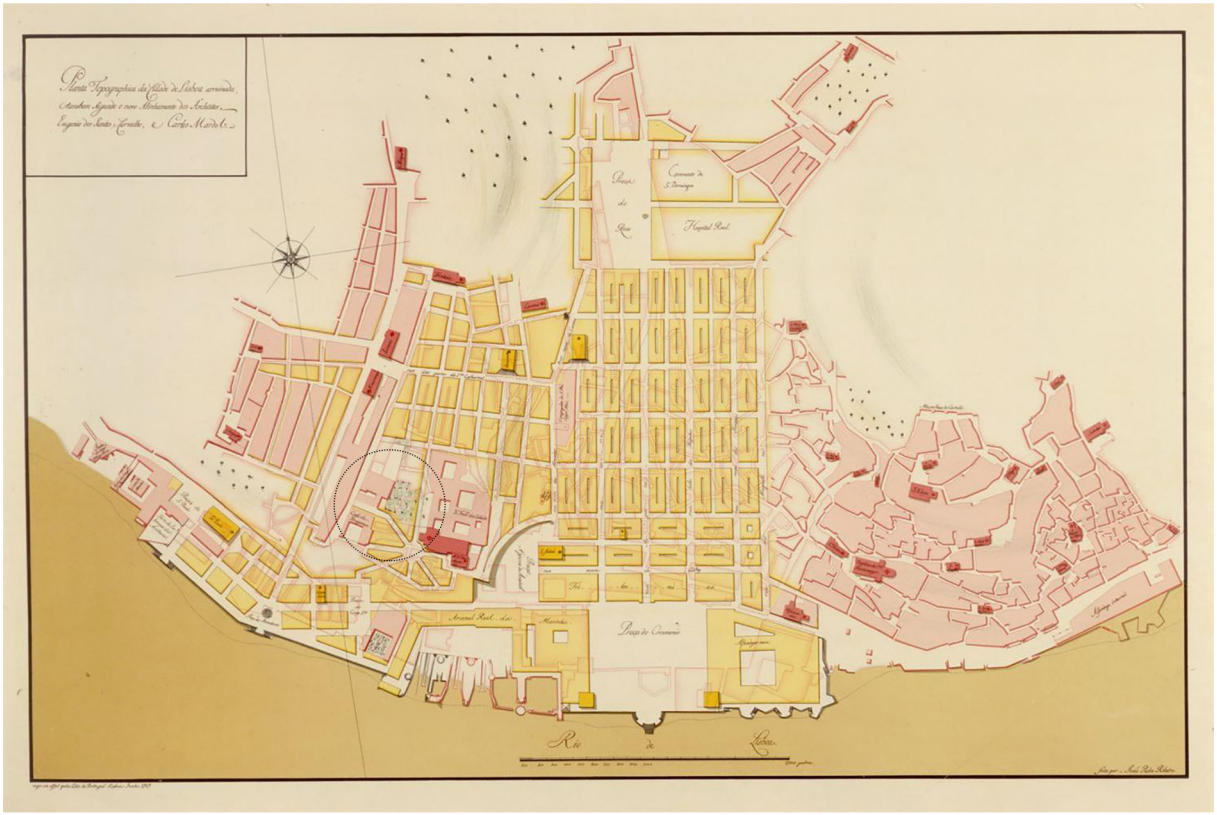
Fig. 117: "Planta da cidade de Lisboa em q se mostrão os muros de vermelho com todas as ruas e praças da cidade dos muros a dentro co as declarações postas em seu lugar", João Nunes Tinoco, 1650. ANTT, Cota cc-1081-a.





aproximação do Paço dos Duques de Bragança

Fig. 118 “Lixboa”, Pier Maria Baldi, 1668-69. Fonte: Sanchez Rivero, Angel; Sanchez Rivero Angela Mariutti. V*iaje de Cosme de Médicis por España y Portugal* (1668-1669), Centro de Estudios Sucesores de Rivadeneyra, Madrid: Fototipia Hauser y Menet, 1933. 1. Imagem completa; 2. Aproximação do paço ducal.





aproximação da "Casa de Sua Majestade", junto ao convento de S. Francisco

Fig. 119: "Planta de Lisboa: arruinada pelo terremoto de 1755 e com o novo plano de reconstrução dos architectos Eugenio dos Santos de Carvalho e Carlos Mardel", Eugénio dos Santos e Carlos Mardel, 1909. ANTT, Cota: cc-1373-2-a.

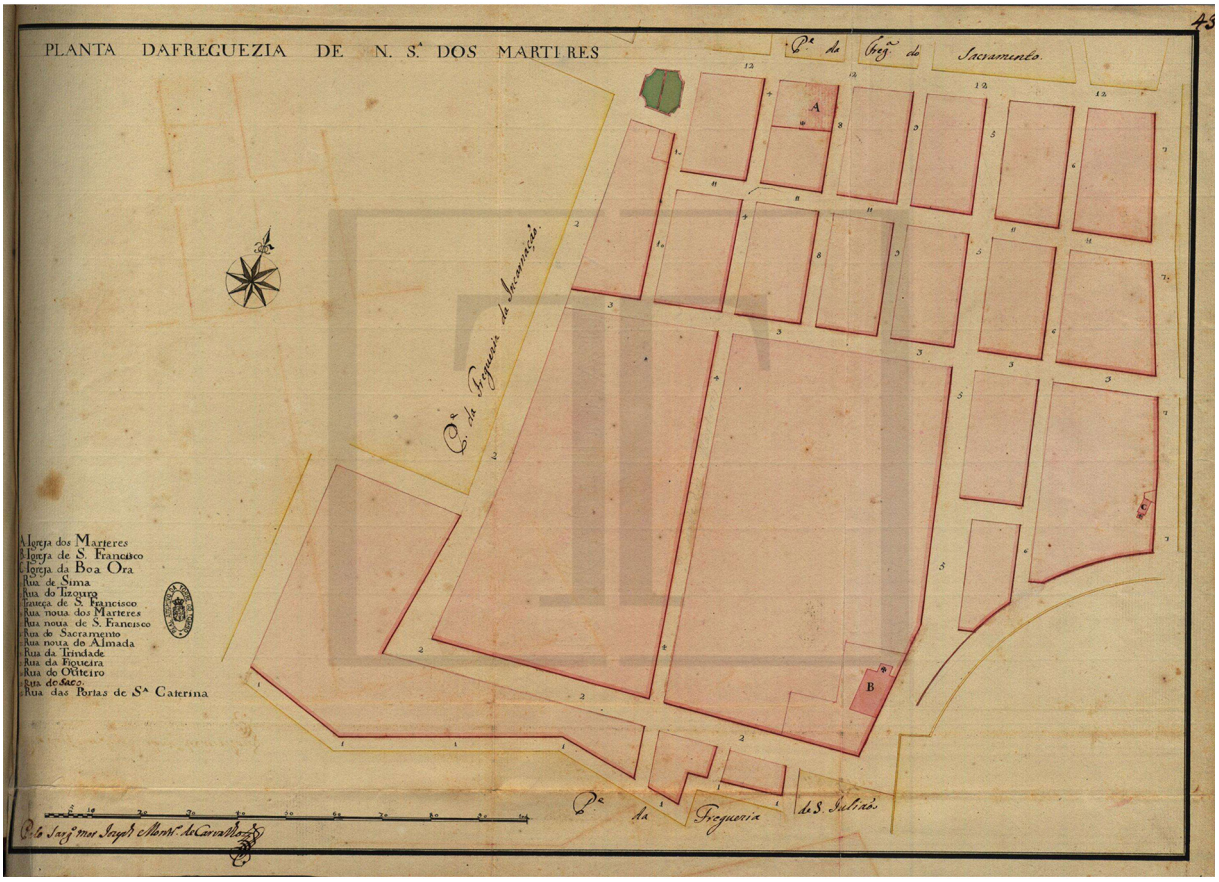


Fig. 120: "Planta da Freguezia de N. Sª dos Martires". "Livro das plantas das Freguesias de Lisboa" (1756-1768), do Sargento-mor José Monteiro de Carvalho. ANTT, Cota: PT/TT/CF/153, f. 42.

- I -

a família de Bragança na Lisboa de *Quatrocentos* e *Quinhentos*

Abordada a Casa de Bragança em capítulo anterior, olhamos agora a relação que esta família estabelece com a cidade de Lisboa. Em "Linhagens, Parentesco e Poder" (1990)[491], Mafalda Soares da Cunha faz uma recolha exaustiva dos escambos, doações régias e particulares associadas aos vários membros da Casa de Bragança entre 1384 – ano em que D. Nuno Álvares Pereira é, pela primeira vez, agraciado com doações régias – e 1478, ano da morte de D. Fernando I, 2.º Duque de Bragança. Da análise destes dados retiramos informações muito relevantes para o nosso estudo. Sabemos que em 1413 D. João I doa a seu filho, D. Afonso, Conde de Barcelos, duas casas pequenas em Lisboa junto aos seus paços[492] e ainda que, em 1422, Nuno Álvares Pereira faz várias doações aos seus herdeiros e netos, D. Afonso, Conde de Ourém, D. Fernando, Conde de Arraiolos, e D. Isabel[493]. Nestas partilhas, a D. Afonso de Ourém – herdeiro presumível dos bens do Conde de Barcelos, na sua condição de primogénito – são doados os paços da cidade com casarios e pertenças, em Lisboa[494]. Na esteira de Augusto Vieira da Silva (1942), assumimos que o Condestável terá doado ao neto os seus próprios paços em Lisboa. Na década seguinte D. João I doa ao mesmo Conde de Ourém *"Bens que uns clérigos tem comprado"* [495] em Lisboa. Mas com a morte prematura em 1460 de D. Afonso de Ourém, os seus bens reverteram a favor de seu pai, D. Afonso, à época já agraciado com o ducado de Bragança (1442). Subsequentemente, é D. Fernando de Arraiolos, filho segundo de D. Afonso, quem herdará todos os títulos e posses do Duque de Bragança, tornando-se chefe da Casa de Bragança, parq que, a partir de 1461, todas as propriedades da família em Lisboa ficassem sob alçada da mesma pessoa.

Durante os ducados de D. Fernando I (1461-1478) e D. Fernando II (1478-1483) não conhecemos notícias do Paço em Lisboa. Sabemos apenas que D. Fernando II escambou com o irmão, D. Álvaro, *"casas com quintais e enxidos"* em *"Lisboa, junto da Igreja de Santiago"* [496] em 1479.

Após a condenação por traição, e consequente execução de D. Fernando II em 1483, a Casa de Bragança é dissolvida, os seus bens apropriados pela Coroa, e os membros sobreviventes da família exilados em Castela. Com o início do reinado de D. Manuel I (1495-1521), D. Jaime regressa do exílio em 1496 e vê-lhe restituídos todos os bens e títulos da Casa, na sua condição de recém estabelecido Duque de Bragança. Do período relativo ao ducado de D. Jaime (1496-1532) não conhecemos mais documentos relativos ao

491. Cunha, Mafalda Soares da. *Op. Cit.*, Apêndice.
492. *Chancelaria de D. João I*, Livro III (3), doc. 1039.
493. Como analisado em "1.1.1. Da construção da Casa de Bragança".
494. *Chancelaria de D. Duarte*, Livro I (1), doc. 31.
495. *Chancelaria de D. Duarte*, Livro I, (1) doc. 39.
496. ANTT, AF V, 1, 2, 3, fls. 102V-103. Citado por Cunha, Mafalda Soares da. *Op. Cit.*, 1990, Apêndice.

Paço dos Duques em Lisboa. Contudo, Marta Páscoa (2015) refere em publicação recente documentação sobre a vida de D. Jaime disponibilizando, inclusive, transcrições inéditas[497]. Avança, ainda, com novas interpretações para textos já conhecidos, oferecendo uma outra perspetiva da vida e percurso do 4.º Duque de Bragança. O seu testamento, originalmente publicado por D. António Caetano de Sousa[498], é bastante revelador no que toca ao estado de alguns dos seus vários palácios, nomeadamente o paço ducal em Lisboa, informação que interessa particularmente a este estudo. Datado de 21 de dezembro de 1532, o dia anterior à morte do Duque, o documento não chega a ser por ele assinado[499]. Esta datação tem sido geralmente aceite pelos historiadores, mas a recente investigação de Marta Páscoa (2015) apresenta vários argumentos que a contradizem[500] e sugere um eventual período para a redação do testamento balizado entre 1526 e 1527.

Em resultado da investigação que desenvolvemos, pensamos que terá sido aquando do seu regresso a Portugal (c.1500) que D. Jaime construiu o seu paço em Lisboa[501] tendo, inclusive, solicitado autorização régia em 1527 para abrir portas na cerca fernandina para sua serventia, mandando:

"(...) ***fazer duas portas na travessa entre as suas casas e o muro da cidade*** *que está da parte do seu miradoiro (...), que as pudesse mandar fechar de noite e de dia quando na cidade estivesse, contando que desse serventia ao povo por dentro das suas casas enquanto as portas da travessa estivessem fechadas, e que, enquanto (êle, Duque) na cidade não estivesse, estivessem (as portas) sempre abertas, para livremente se servir por elas quem quizesse"* [502].

Esta é a primeira notícia que conhecemos do Postigo do Duque de Bragança[503], que permitirá o acesso direto à então rua do Duque – atual rua António Maria Cardoso –, para onde a fachada principal do paço estaria voltada, fachada onde se localizaria, provavelmente, a entrada para o palácio (tema que desenvolveremos mais adiante).

O Paço dos Duques de Bragança foi, ao que tudo indica, uma morada de manifesta e prolongada importância. Diz-nos Júlio de Castilho (1884-1890) que D. João III habitava este paço quando o imperador da Etiópia visitou Portugal em 1522, tornando a aí pernoitar em 1538[504], reforçando a ideia de que estamos

497. Páscoa, Marta. *O códice 702: um cartulário de D. Jaime de Bragança.* Lisboa: Fundação da Casa de Bragança, 2015; , Marta. *D. Jaime de Bragança. Contributos para uma biografia.* Lisboa: Fundação da Casa de Bragança, 2015.

498. Sousa, D. António Caetano de. "Tomo IV" em *Provas da História Genealógica da Casa Real Portugueza.* Lisboa: Regia Officina Sylviana, e da Academia Real, 1745, doc. n.º 128, p. 83-87.

499. "E por que s. s. o naõ pode asinar mandou amim Ruy Vas Pinto que o assinasse a vinte e hum dias de Dezembro de mil e quinhentos e trinta c dous annos." Cf. *Ibidem.*

500. Marta Páscoa (2015) não contesta o facto de D. Jaime já não conseguir assinar o testamento, visto que virá a falecer no dia seguinte, mas refere que o documento não parece ter sido escrito por um homem tão perto da morte. Assim, desenvolve uma análise da sintaxe das frases, apontando vários momentos em que D. Jaime se refere à sua morte como um evento distante, referindo mesmo a eventualidade da duquesa sua esposa falecer antes dele. Não podemos deixar de concordar com a análise de Marta Páscoa, pois parece-nos lógica e devidamente fundamentada. Assim, balizamos a execução do testamento de D. Jaime entre 1526 e 1527.

501. Baseamos esta suposição no facto de D. Jaime ter comprado em 1500 e 1502 terrenos aos franciscanos. Cf. Esperança, Manuel da. *Op. Cit.*, 1656, p. 186-187.

502. "Memórias da Casa de Bragança", Tomo IV, 1778. Cf. Silva, Augusto Vieira da. *Op. Cit.* (1943): 10, com sublinhado nosso.

503. Sobre o Postigo do Duque de Bragança, Vieira da Sila (1949) indica que se situava no extremo sul da antiga rua do Duque, ou rua que vai da Porta de Sta. Catarina para Cata-que-farás, e que seria uma das portas da cidade, ligando duas zonas importantes, e urbanizadas durante o reinado de D. Manuel: o bairro de Sta. Catarina a norte e Cata-que-farás a sul. Aberto no segundo quartel do século XVI a pedido de D. Jaime, o seu encerramento foi proposto em 1625 e 1650, em caso de guerra. Foi eventualmente absorvido pelo edifico do paço ducal e em 1750 já seria pouco visível. Cf. *Ibidem.*

504. Castilho, Júlio. "Vol. VIII" em *Lisboa Antiga. Bairros Orientais.* Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1937, p. 74-75.

perante um palácio de comprovada significância. Corroborando essa importância, vários são os relatos que, já como Duque de Bragança, D. Teodósio I celebrou neste seu paço, em 1542, a sua festa de casamento com D. Isabel de Lencastre. O paço ducal volta a ser palco da celebração do contrato de casamento entre o Duque D. Teodósio e a sua segunda esposa, D. Brites de Lencastre, em 1559[505] e, no trágico ano de 1578[506], hospeda-se aqui o Cardeal D. Henrique quando chega a Lisboa, antes da sua coroação como sucessor d'El Rei D. Sebastião. O palácio terá mesmo acolhido uma reunião dos apoiantes do Duque de Bragança D. João II (1604-1656) a 26 de novembro[507], cinco dias antes da Restauração da Independência (01-12-1640), quando o Duque de Bragança é aclamado Rei de Portugal.

No decorrer do seu percurso, o paço ducal sofre várias intervenções, sendo que as obras de maior impacto ocorreram ao tempo do reinado de D. João III (1521-1557) – durante os ducados de D. Jaime e de D. Teodósio I – e mais tarde, com o rei D. João V (1706-1750). Em 1708[508] deflagrou um incêndio de grandes proporções que terá destruído grande parte do palácio e que despoletou a profunda intervenção realizada por D. João V em 1712[509], e a partir de 1720[510] passou a albergar, numa das suas salas, a Academia Real de História Portuguesa, criada nesse mesmo ano por decreto real. Contudo, volta a ficar gravemente debilitado com os acontecimentos de 1755. As plantas da cidade executadas no rescaldo do terramoto retratam um palácio arruinado, cuja fisionomia se altera conforme a mão que a desenha. Júlio de Castilho (1884-90) e, mais tarde, Augusto Vieira da Silva (1943) escrevem sobre a prolongada ocupação das ruínas do edifício por indigentes que lá construíram barracas e sobre os vários destinos que lhes foram conferidos[511] até ao início das obras de regularização do quarteirão. O projecto para os novos prédios de rendimento que ocupariam o lugar do antigo palácio dos Bragança foi apresentado em 1858 e, em 1861, esses prédios estariam já alugados[512].

Em relação ao edifício do Tesouro – referido por Augusto Vieira da Silva (1942) como tendo sido construído a sul do paço e sobre o seu jardim, de modo a albergar, como o nome indica, o tesouro da Casa de Bragança[513] – não encontramos descrições textuais ou imagens que auxiliem a sua eventual reconstituição ou até mesmo datação. Vieira da Silva (1942) avança com um desenho de perímetro exterior do Tesouro, integrando-o na propriedade da Casa de Bragança, e refere ainda a existência de uma passagem entre este edifício e o palácio[514]. Esta via corresponderia à atual rua Vítor Cordon e seria encerrada junto à rua

505. Sousa, D. António Caetano de. "Tomo IV" em *Provas da História Genealógica da Casa Real Portugueza*. Lisboa: Regia Officina Sylviana da Academia Real, 1745, doc. n.º 160, p. 177-182.
506. Castilho, Júlio. *Op. Cit.*, 1937, p. 85.
507. *Ibidem*, p. 90.
508. *Ibidem*, p. 88.
509. *Ibidem*, p.91.
510. A conferência inaugural da recém-fundada Academia Real da História Portuguesa foi celebrada no dia 8 de dezembro de 1720. Cf. *Ibidem*, p. 91.
511. Vieira da Silva (1943) enumera, a partir de um documento de 1789, as várias entidades, coletivas e singulares, que ocuparam o antigo paço ducal durante o período pós-terramoto.
512. Silva, Augusto Vieira da. *Op. Cit.*, (1943): 22.
513. *Ibidem*, p. 199-200.
514. *Ibidem*, p. 195.

do Tesouro Velho – atual rua António Maria Cardoso –, por um atravessamento em arco. No nosso entendimento, é possível que a fachada poente, orientada precisamente sobre a via que garantiria o acesso principal, integrasse tanto o paço como o edifício do Tesouro, criando uma composição de fachada regrada e única.

Com o terramoto de 1755, tanto o palácio como o edifício do Tesouro ficaram profundamente danificados, mas documentos publicados por Rosário Gordalina (2008) referem a vontade da Junta da Casa de Bragança em verificar se o palácio estaria em condições para receber a Tesouraria e, mais tarde, também o Tribunal. Com efeito, o arquiteto Carlos Mardel visita o edifício e conclui que existem dependências que, depois de consolidadas poderiam ser utilizadas em segurança pois as paredes estruturais, abóbadas e escadarias estariam ainda em boas condições[515]. Pela descrição do edifício apresentada pelo arquiteto, depreendemos que se tratará provavelmente do Tesouro: *"(...) o perlongo do Palácio defronte do mar (...)"*[516]. Apesar de não existir distinção – por se integrarem os dois no conjunto urbano do paço ducal –, este edifício será mais recente que o paço. Voltamos a ter notícias suas em 1845, quando surge pela primeira vez publicitada a "Hospedaria Braganza", o futuro "Hotel Bragança"[517] [Fig. 121] mas desconhecemos outra informação sobre os seus espaços interiores. Após a implantação da República, o hotel encerra e o edifício fica devoluto até ser de novo alugado, agora para sede das Companhias Reunidas Gás e Electricidade, que aqui permanece até 1966. Durante os anos 80 do século XX, a Universidade Livre funciona no antigo Tesouro do Paço dos Duques, mas o edifício é novamente remetido ao abandono até ser comprado, em 2016, pela Corporgest – Companhia Portuguesa de Gestão e Desenvolvimento Imobiliário, SA, que o transforma em habitação coletiva[518].

Até à data da elaboração desta tese, considerava-se que não existiriam atualmente vestígios do antigo palácio ducal, pois os autores que se debruçaram sobre o paço pressupunham que as suas ruínas teriam sido demolidas no século XIX. Conhecíamos apenas a indicação dada por Vieira da Silva (1943) que o piso térreo do palácio teria subsistido e que, portanto, teria sido provisoriamente coberto[519], e a documentação publicada por Rosário Gordalina (2008) já referida. No entanto, no âmbito da presente investigação procurou-se verificar a efetiva situação do antigo palácio ducal e, através de uma visita ao edifício em julho de 2019, confirmamos que algumas preexistências ainda se mantêm, tanto no edifício do antigo Tesouro [Fig. 122] como no paço ducal – atualmente ocupado, a nível do rés-do-chão, por uma galeria de arte e um

515. "(...) ordenou Vossa Majestade que se cobrisse o perlongo do Palácio defronte do mar com um madeiramento interno coberto de telha vã par as chuvas não destruírem as abobedas das casas térreas e armazéns que ficaram boas, e sãs do terramoto (...). Cf. DGARQ/TT – Ministério do Reino: Consultas da Sereníssima Casa de Bragança, Mç. 521, Cx. 649, Consulta 5. Novembro. 1756. Citado por Gordalina, Maria do Rosário. "Sobre os Duques de Bragança e a Astronomia e ainda da Antiga Armaria que se conservava no castelo de Vila Viçosa (alguns documentos inéditos)". *Callipole - Revista de Cultura* 16 (2008): 232-233.

516. *Ibidem*, p. 232-233.

517. Tido como um dos melhores hotéis de Lisboa, foi inclusivamente lugar de reuniões semanais do grupo de intelectuais "Os Vencidos da Vida" entre 1877 e 1894. Cf. https://restosdecoleccao.blogspot.com/2018/01/braganza-hotel.html (consultado a 11-02-2020).

518. Algumas imagens dos atuais apartamentos estão disponíveis em https://coporgest.com/empreendimento/duques-de-braganca-premium-apartments/ (consultado a 11-02-2020).

519. "Os paços ducais foram mais arruinados pelo fogo do que pelos abalos do terremoto, conquanto êste também lhes tenha produzido algumas avarias. As galerias de cima abriram tais fendas que foi necessário apeá-las, e só resistiram os quartos baixos, que o rei D. José mandou telhar e madeirar provisoriamente." Cf. Silva, Vieira da. *Op. Cit.*, (1943): 20.

antiquário, entre outros [Fig. 123]. Também este edifício foi recentemente alvo de um profundo processo de transformação em habitação coletiva, muito contestado aliás pela sociedade civil[520].

Na tentativa de melhor compreender, e contextualizar, a trajetória deste edifício e sua consequente evolução espacial, apresentamos uma breve síntese da história do Paço dos Duques numa cronologia [Tabela 4], onde cruzamos vários eventos que aqui ocorreram com momentos chave do percurso da família de Bragança e da história da cidade de Lisboa. Esta sistematização permite uma maior perceção daquela que foi provavelmente a época de ouro do paço ducal, o século XVI. E é precisamente neste período que encontramos um maior número de referências ao edifício.

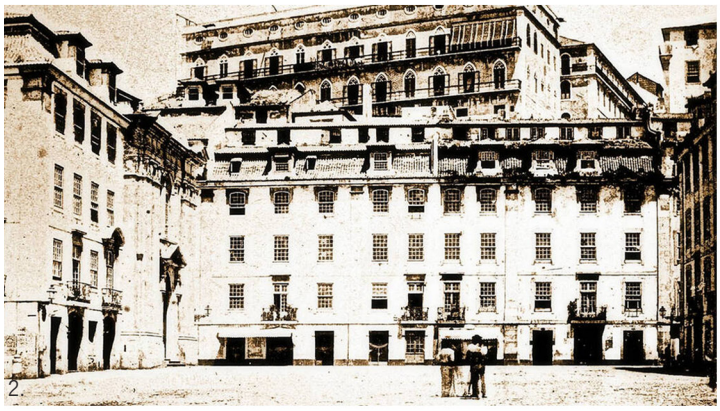
520. O edifício do paço ducal foi alugado pela Fundação Casa de Bragança à PIDE/ DGS, que aí se sediou até à Revolução dos Cravos em 1974. Dada a sua densidade histórica, a sua compra e profunda remodelação nos anos transatos provocou alguma consternação social, surgindo inclusive em 2005 um movimento cívico de salvaguarda da memória, o "Movimento Não Apaguem a Memória". Cf. http://memoriasdopresente.blogspot.com/ (consultado a 11-02-2020).

	século XVI
1500	D. Jaime compra terrenos aos frades franciscanos.
1502	D. Jaime compra novos terrenos aos frades franciscanos para ampliação da sua horta.
1522	El-Rei D. João III pernoitava no Paço dos Duques de Bragança aquando da visita a Portugal do Imperador da Etiópia.
1527	Autorização concedida por El-Rei D. Manuel I a D. Jaime para a abertura do Postigo do Duque.
1532	Falecimento do Duque D. Jaime e início do ducado de D. Teodósio I.
1538	D. João III hospeda-se novamente no paço ducal.
1542	Celebração das bodas de casamento do Duque D. Teodósio I com D. Isabel de Lencastre no paço.
1559	Celebração das escrituras de casamento entre o Duque D. Teodósio I e D. Brites de Lencastre, sua segunda esposa.
1532	Falecimento do Duque D. Teodósio e início do ducado de D. João I.
1578	O Cardeal D. Henrique pernoita no paço antes da sua coroação.
1583	Falecimento do Duque D. João I e início do ducado de D. Teodósio II.
	século XVII
1630	Falecimento do Duque D. Teodósio II e início do ducado de D. João II.
1640	Encontro no paço dos conspiradores da parte de D. João II, Duque de Bragança. Ascensão do Duque D. João II a Rei de Portugal e início da Dinastia de Bragança.
	século XVIII
1708	Incêndio de grandes proporções nas imediações do paço.
1712	Início das grandes obras de restauro e ampliação efetuadas pelo Rei D. João V no paço ducal. Período provável em que se deu a construção do edifício do Tesouro.
1720	Conferência inaugural da Academia Real de História na sua sede no Paço dos Duques de Bragança.
1755	Terramoto e incêndio em Lisboa.
1756	Carlos Mardel verifica que o palácio possui ainda espaços em relativo bom estado e tem, portanto, condições para albergar os cofres da Tesouraria e o Tribunal.
1757	Construção de um observatório astronómico na varanda do antigo palácio por ordem de D. José I.
1758	É pedido ao rei D. José I que decida sobre o acabamento e destino das obras entretanto executadas no paço, de modo a garantir as acomodações necessárias para o bom funcionamento do Tribunal.
1763	A varanda da fachada sul encontra-se arruinada e a necessitar de obras urgentes.
	século XIX
1837	Despejo dos moradores das barracas que se encontravam nas imediações do paço ducal.
1841	Novo incêndio de grandes proporções nas imediações do antigo palácio.
1845	A "Hospedaria Braganza" já se encontra em funcionamento no edifício do antigo Tesouro Velho.
1858	Apresentação do projecto de Giuseppe Cinatti e Achille Rambois para o sítio do antigo palácio, adaptando-o a edifícios de rendimento.
1861-62	Início do aluguer dos novos prédios construídos.
	século XX
1911	Encerramento do "Hotel Bragança".
1915	Adaptação do antigo Hotel a sede das Companhias Reunidas Gás e Electricidade (SCRGE)
1966	Término do aluguer da SCRGE. O antigo Tesouro fica devoluto durante perto de duas décadas.
	século XXI
2016	O imóvel do antigo Tesouro foi comprado pela Corporgest - Companhia Portuguesa de Gestão e Desenvolvimento Imobiliário, S.A.

Tabela 4: Breve síntese da história do paço ducal em Lisboa.



1.



2.



3.



4.

Fig. 121: Hotel Bragança, antigo edifício do Tesouro da Casa de Bragança. 1. "Panorama de Lisboa visto do Hotel Bragança", (s.a, 1902); 2. "Largo do Corpo Santo", (Symonds, 1856); 3. "Braganza Hotel – séc. XIX" (s.a, s.d); 4. "Hotel Braganza" (Maufroy de Seixas, s.d); 5. "Braganza Hotel, visto do Cais do Sodré" (s.a, s.d). Fontes: AFCML; https://paixaoporlisboa.blogs.sapo.pt/; https://www.postais-antigos.com/ (consultados em 30-03-2022).



Fig. 122: Antigo edifício do Tesouro do Paço dos Duques de Bragança. 1. Aspeto exterior (ILG, 2019); 2,3,4. Fotografias das abóbodas em tijolo do piso térreo (ILG, 2019).



Fig. 123: Antigo edifício do Paço dos Duques de Bragança. 1. Aspeto exterior (Jornal Expresso, 2016); 2. Aspeto exterior (ILG. 2019); 3,4,5: Fotografias do piso térreo do "Antiquário do Chiado" (ILG, 2019).

Como vimos em capítulo anterior[521], o Paço dos Duques em Lisboa é um edifício fundamental à investigação que desenvolvemos, uma vez que pertenceu à família de Bragança desde o século XVI – período em análise – e se insere na linhagem dos paços da família de Bragança cujas articulações e influência recíprocas nos propomos investigar. No nosso entendimento, a sua análise permitirá a aproximação a um modelo de palácio senhorial que encontra ressonâncias nos paços em Guimarães e, porventura, Vila Viçosa, as grandes construções *ex novo* iniciadas pela família de Bragança durante os séculos XV e XVI, respetivamente.

O seu estudo e evolução foram aqui ensaiados através da recolha crítica da informação disponível nas Chancelarias Régias e nas publicações setecentistas e oitocentistas mencionadas que, de seguida, sistematizaremos, testando a sua transposição para conhecimento espacializado, com recurso ao redesenho como ferramenta operacional para uma proposição fundamentada.

Através da análise dos dados fornecidos por Mafalda Soares da Cunha (1990), sabemos que nos alvores da dinastia de Avis, um grande número de doações régias foram feitas a D. Nuno Álvares Pereira, D. Afonso de Barcelos e seus herdeiros. Identificamos quatro doações relativas a propriedades urbanas em Lisboa [Tabela 5].

1413	Doação de D. João I a D. Afonso de Barcelos de duas casas pequenas em Lisboa, junto "com os seus paaços". Fonte: Chanc. D. João I, Livro III (3), doc. 1039.
1422	Doação de D. Nuno Álvares Pereira a D. Afonso de Ourém de paços da Cidade com casarios e pertenças em Lisboa. Fonte: Chanc. D. Duarte, Livro I (1), doc. 31.
1433	"em os seus reguengos da nossa cidade de lixboa alguus clérigos teem beens que compram e outros de capeellas de que el rrey meu senhor cuja alma deus aia fazia doaçam a alguuas pessoas leigas" (o documento intitula-se "Doação de beens ao conde d ourrem no reguengo de Sacavem". Fonte: Chanc. D. Duarte, Livro I, tomo 1, doc. 39.
1479	Duque de Bragança [D. Fernando II] doa a D. Álvaro "Casas com quintais e enxidos" em "Lisboa, junto da Igreja de Santiago". Fonte: ANTT, AF. V, 1.32, FLS 102V-103, citado por Cunha, Mafalda Soares da. *Op. Cit.,* Apêndice.

Tabela 5: Levantamento de doações régias e particulares a membros da Casa de Bragança em Lisboa.

Embora não conseguindo afirmar inequivocamente que estas doações dizem respeito ao Paço dos Duques de Bragança em Lisboa, consideramos, em defesa dessa hipótese, a doação de duas casas pequenas em Lisboa, feita em 1413 a D. Afonso, conde de Barcelos. A carta de doação indica que D. Afonso pediu a D. João I que lhe fossem doadas duas casas pequenas que pertenceriam ao rei e que confrontariam os seus paços[522]. Apesar do documento não incluir referências à sua localização, João Simões (2017) situa o

521. Nomeadamente, em "2.1. Arquitectura Senhorial na esfera da Casa de Bragança".

522. "Dom Joham etc A quantos esta carta virem fazemos saber que dom afomso conde de barcellos <meu filho> nos disse que Junto com os seus paaços que estam na cidade de lixboa estam duas casas nossas pequenas que partem ambas de hũa parte com os dictos paaços e doutra com outras casas nossas e doutra parte com Rua pubrica E que porquanto lhe as dictas casas eram compridoiras que nos pedia que lhe fizéssemos dellas mercee e doaçam (...)". Cf. Dias, João Alves. *Chancelarias Portuguesas: D. João I, vol. III, tomo 3, 1410-1418,* org. João Alves Dias. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2006, p. 133-134.

paço ducal junto à igreja de S. Cristóvão[523] e numa breve resenha histórica do edifício identifica três momentos em que os dois primeiros Duques de Bragança terão habitado este edifício: D. Afonso em 1450 e D. Fernando I em 1473 e 1474. Em 1512[524], terá sido vendido por D. Jaime, abandonando assim a esfera dos Bragança.

Como referido, um outro documento[525] indica que, em 1422, Nuno Álvares Pereira doou a D. Afonso de Ourém os seus paços em Lisboa. Sendo que este documento não localiza o paço na cidade, Augusto Vieira da Silva (1942) levanta a hipótese de a doação do Condestável ter estado na origem do Paço dos Duques de Bragança em Mártires – a morada sobre a qual desenvolvemos este capítulo. Poderia este palácio ter resultado de uma ampliação do antigo paço do Condestável? Esta hipótese foi, de maneira genérica, replicada sucessivamente pelos vários investigadores que abordaram o Paço dos Duques em Lisboa. No entanto, é o próprio Vieira da Silva (1949) quem refere a existência do paço do Conde de Ourém[526] no Rossio, junto ao Paço dos Estaus. Milton Pacheco (2016)[527], em artigo relativo a este edifício, refere o paço do Conde de Ourém e localiza-o igualmente no Rossio. De entre os documentos que apresenta, destacamos uma carta que integra a Chancelaria de D. Afonso V (1449) – diploma no qual o rei determina a construção do Paço dos Estaus – e a publicação setecentista de Tomás José de Aquino (1788)[528].

"Nós ElRei fazemos saber a bos Vereadores, Procurador, e homens bons da nossa mui nobre, e mui leal cidade de Lisboa, que nas Cortes, que em essa Cidade fizemos, foi acordado segundo sabees, que nos bairros dos Senhores acerca paaços que em essa Cidade tivessem, fossem feitos Estàos, em que os seus podessem por pousar por seus dinheiros, e por quanto o ***Conde de Ourem*** *mei primo* ***hi tem seus paaços*** *como sabees, porem vos mandamos que logo mandees fazer os ditos Estaos no dito seu bairro o mais* ***acerca dos seus paaços*** *que bem poderdes em tal guisa, que os seus abastadamente em elle possão pouzar"* [529].

Assim, o paço do Conde de Ourém doado pelo Condestável situar-se-ia seguramente no Largo do Rossio, e não em Mártires. Anos mais tarde, D. Afonso recebe ainda, em doação régia de 1433, "*bens que uns clérigos tem comprado"* em Lisboa e, visto que não conhecemos a sua localização, é possível que tenham participado nas obras de ampliação do paço do Conde de Ourém no Rossio. Nesse sentido, entendemos

523. A compra dos paços deverá ter sido feita pelo Conde de Barcelos diretamente aos administradores do morgado do antigo proprietário. Segundo Simões, a escolha do paço terá estado relacionada com o facto de esta ter sido a morada ancestral dos Condes de Barcelos em Lisboa no período que antecedeu a crise dinástica e a passagem do condado para D. Nuno Álvares Pereira. Cf. Simões, João Miguel Ferreira Antunes. "As casas régias construídas sobre a quinta do conde de Barcelos no arrabalde de Santa Maria do Alcamim, à Achada, atual Bairro de São Cristóvão. Dinâmicas sociais e urbanas nos séculos XIV a XVI". *Cadernos do Arquivo Municipal de Lisboa* 8 (2017): 102.

524. ANTT, Livro 13.º de Estremadura, f. 51 [23-12-1512]. Citado por *Ibidem*, p. 97-98.

525. Chanc. D. Duarte, Livro I (1), doc. 31.

526. Silva, Augusto Vieira da. *A Cerca Fernandina de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa,1987, p. 100. (1.ª edição de 1948).

527. Pacheco, Milton Pedro Dias. "O Paço dos Estaus de Lisboa. A génese fundacional de Quatrocentos". Em *Lisboa Medieval. Gentes, Espaços e Poderes*, coord. João Luís Inglês Fontes, Luís Filipe Oliveira, Catarina Tente, Mário Farelo, Miguel Gomes Martins, 313-352. Lisboa: IEM – Instituto de Estudos Medievais, 2016.

528. "(...) esta Arcada erão os celebrados Estáos, edificados no governo do Infante D. Pedro, na menoridade do Senhor Rey D. Affonso V, e acerca dos Paços do Conde de Ourem (que havião sido do Condestavel D. Nuno Alvares Pereira) para livrarem, ou aliviarem os moradores de Lisboa das aposentadorias." Cf. Aquino, Tomás José de. *Carta que se escrevia a certo amigo, com a declaração da palavra Estáo*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1788. ANTT, Cota: I-6550-9-v.

529. Castro, João Bautista de. *Mappa de Portugal, tomo III, 5.ª parte*, p. 527-528. Citado por Pacheco, Milton Pedro Dias. *Op. Cit.*, p. 333, com sublinhado nosso.

que tanto as doações de 1422 como as de 1433 estarão, provavelmente, ligadas a este paço sito no Rossio, e não ao edifício que analisamos, junto ao convento de S. Francisco, na freguesia de Mártires.

Por fim, analisando o documento de 1479 – em que D. Fernando II escamba com seu irmão D. Álvaro "Casas com quintais e enxidos" em "Lisboa, junto da Igreja de Santiago" – descartamo-la também da cronologia em causa pois sabemos, através do testamento de D. Jaime (1526-1527), que o paço se localizaria na freguesia de Mártires e não junto à igreja de Santiago[530].

Seguindo esta linha de raciocínio, podemos assumir que coexistiram, durante o século XV, três paços pertencentes à família de Bragança em Lisboa: um primeiro palácio junto à igreja de S. Cristóvão, que terá pertencido a D. Afonso de Barcelos; o paço no Rossio, propriedade de D. Afonso de Ourém; e as casas junto à igreja de Santiago, escambadas com D. Álvaro no último quartel de *Quatrocentos* [Fig. 124]. No entanto, nenhuma destas moradias reporta ao Paço dos Duques de Bragança na freguesia de Mártires, o objeto desta investigação. Sobre este edifício não encontramos, até à data, registos escritos que o localizem temporalmente em *Quatrocentos*, silêncio que nos permite inferir da sua inexistência à época, e argumentar a sua posterior edificação.

530. Sobre a localização dos paços da família de Bragança em Lisboa, ver a Figura 124.



Fig. 124: Indicação da localização possível dos paços da Casa de Bragança junto à Igreja de S. Cristóvão (1.) e à Igreja de Santiago (2.) e no Rossio (3.) sobre planta de Lisboa (Tinoco, 1650).

Corroborando esta hipótese, José Soares da Silva (1734) apresenta dois documentos relativos a propriedades urbanas que entraram na esfera dos Bragança em meados do século XV que não associamos aos paços acima mencionados [Tabela 6]. Ambos os registos referem doações feitas a D. Afonso de Barcelos, à época já Duque de Bragança, de propriedades em Lisboa. Do Infante D. Pedro, D. Afonso recebe, entre outros bens, os seus paços lisboetas que, até à data, não conseguimos situar na cidade. Interessante ainda é a doação de 1448 que dois antigos criados de D. Inês, mãe de D. Afonso, fazem ao Duque de Bragança – duas casas na rua da Comendadeira[531]. Através desta doação, associamos os Duques de Bragança, pela primeira vez, à freguesia de Mártires. No entanto, a primeira notícia que temos da existência de um Paço dos Duques junto ao convento de S. Francisco, na freguesia de Mártires, data de 1500.

1448	Doação de D. Nuno Alvares e Gallianna Gonçalves a D. Afonso, Duque de Bragança de "duas cazas de fundo asima que nôs havemos na ditta Cidâde na Rua da Comendadeira Feguezzia dos Martires". Documento n.º 8.
1450	D. Afonso de Barcelos confirma que recebeu em doação do Conde D. Pedro "Paços e Cazas, e assentamento com seos Pardieiros, e Attafona". Documento n. º7.

Tabela 6: Levantamento de doações particulares em Lisboa. Fonte: Silva, José Soares da. "Tomo IV" em *Collecçam dos documentos, com que se authorizam as Memorias para a vida del Rey D. João o I.* Lisboa: Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1734, p. 104-108.

Feito um levantamento dos registos recolhidos por Soares da Silva (1734) e Mafalda Soares da Cunha (1990), procuramos completar esta cronologia. Retomando Júlio de Castilho (1884-1890) e Vieira da Silva (1942) verificamos as fontes primárias que suportaram as considerações que teceram sobre a história do Paço dos Duques, analisando posteriormente alguns documentos que os autores não mencionam, mas que nos pareceram pertinentes para o estudo que desenvolvemos. Recorremos, ainda, a publicações recentes que incluem transcrições de manuscritos do Arquivo da Casa de Bragança, nomeadamente de Rosário Gordalina (2008), Marta Páscoa (2015) e Jéssica Hallett e Nuno Senos (2018). Desta forma, organizamos um quadro de referências que nos permite uma leitura cronológica de todos os registos que encontramos acerca do paço ducal sito em Mártires desde os alvores do século XVI até aos anos imediatamente após o terramoto de 1755. [Tabela 7].

1500	"Mas daz proua evidente a doação do primeiro pedaço da nossa horta, que no anno de 1500 a 21 de Julho foi cortado pera o Duque D. Jaimes, porque se declara nella, que nesta terra entrada o quintal do sacristão, asi como está todo cercado sobre si, e chega a o adro do dito mosteiro, que està ante a porta, e parte com a horta do dito mosteiro." Fonte: Esperança, Manuel da. *Op. Cit.*, 1656, p. 19.
1502	"Toda a horta, chamada hoje do Duque, se dismẽbrou da nossa cerca nos annos de 1500 & 1502 à instancia do Serenissimo Duque de Bragança, D. Jaimes, o qual o soube agradecer muito bẽ." Fonte: Esperança, Manuel da. *Op. Cit.*, 1656, p. 186-187.

531. Em "2.2.2. enquadramento territorial e a escolha do lugar" debruçamo-nos sobre a estrutura viária e vicinal da freguesia de Mártires, analisando a evolução da toponímia das ruas e lugares, o que nos permite localizar fisicamente a rua da Comendadeira, nomeadamente, na Lisboa de *Quinhentos.*

1527	"E assy aparto tambẽ na ditta terça as **minhas casas de Lixboa** que estam na freguesia das Martẽs, com a cordoaria onde eu agora vivo quãdo laa estou, cõ todos seus pomares, e quitaes, e eyrados, e pertenças." Fonte: Ford, J. D. M.; Moffatt, L. G. (ed.). *Letters of the court of John III King of Portugal*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1933. Citado por Páscoa, Marta. *Op. Cit*. 2015, p. 68.
1527	"(...) foi autorizado ao Duque de Bragança mandar fazer duas portas na travessa entre as suas casas e o muro da cidade que está da parte do seu miradoiro (...)" Fonte: *Memórias da Casa de Bragança*, tomo IV, 1778. Citado por Silva, Augusto Vieira da. *Op. Cit.* (1943): 10.
1563	"(...) que eu tomo em minha tersa todas as bemfeitorias destas casas em Villa Vissosa, e assim as das casas de Evora, a as **bemfeitorias das casas de Lixboa**, e as casas de Almeirim com as suas bemfeitorias". Fonte: Sousa, D. António Caetano de. "Tomo IV" em *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*, doc. n.º 175, p. 237-252.
1564-65	"item declarou mais per bem da segunda carta que veo sobre **avalljação e declaração das bemfeytoryas** que se fezerão nas casas que lhe foy mostrada disse que as tais bemfeytoryas que sabia que eram feytas são as segujmtes (...)". Em "Inventário do Paço Ducal de Lisboa", Arquivo Histórico da Casa de Bragança, Cota: BDM II, Reservados Ms 17, 1-t-3. Fonte: Hallett, Jessica; Senos, Nuno (eds.). "Documentos", Vol. 2. *De Todas as Partes do Mundo: o Património do 5.º Duque de Bragança, D. Teodósio I*. Lisboa: Tinta-da-China, 2018, p. 359-368.
1756	"(...) No mesmo perlongo mencionado, se acha a mais boa acomodação para o Tribunal e mais suas oficinas, casa dos despachos, secretarias e casas para os cofres, que se pode desejar, no lugar (...) se acham as paredes tão boas, e sãs, como se fossem agora fabricadas (...)" Fonte: Consulta de 5. Novembro. 1756, DGARQ/TT – Ministério do Reino: Consultas da Casa de Bragança, Mç. 521, Cx. 649. Citado por Gordalina, Maria do Rosário. *Op. Cit.* (2008): 232-233.
1757	"(...) casa de madeira, ferragem, um mastro que fez por ordem do Tenente Coronel Carlos Mardel Arquitecto do dito Estado, se pôs na varanda do Palácio do Estado Sereníssimo para se observarem os atros, e se recolherem instrumentos matemáticos (...)". Fonte: Consulta de 12. Dezembro. 1757, DGARQ/TT – Ministério do Reino: Consultas da Casa de Bragança, Mç. 521, Cx. 649. Citado por Gordalina, Maria do Rosário. *Op. Cit.* (2008): 234.
1758	"(...) no Palácio do Paço do Duque havia mutas casas já reparadas do dano que lhes causara o terremoto para que o mesmo Senhor se dignasse declarar o modo porque se devia acabar de reparar segundo o fim (...)". Fonte: Consulta de 10. Julho. 1758, DGARQ/TT – Ministério do Reino: Consultas da Casa de Bragança, Mç. 521, Cx. 649. Citado por Gordalina, Maria do Rosário. *Op. Cit.* (2008): 234-236.
1763	"(...) a ribanceira sobre em que se acha plantada a frontaria do mesmo Palácio pela parte do sul, a qual pelo exame que nela fizemos a achámos arruinada e demolida, sem embargo de ser pedraria em cento e vinte palmos de comprido, e na altura de cento e dez, (...)". Fonte: Consulta de 31. Janeiro. 1763, DGARQ/TT – Ministério do Reino: Consultas da Casa de Bragança, Mç. 521, Cx. 649. Citado por Gordalina, Maria do Rosário. *Op. Cit.* (2008): 236-237.
1763	"(...) tem recolhidos instrumentos matemáticos, e relógios de Vossa Magestade e outros trates que pertencem ao real Serviço, e Palacio; dizendo que, as ditas casas se acham em termos de se perderem por falta de conserto, porque entram as águas pela parede pegada ao monte (...)". Fonte: Consulta de 9. Dezembro. 1763, DGARQ/TT – Ministério do Reino: Consultas da Casa de Bragança, Mç. 521, Cx. 649. Citado por Gordalina, Maria do Rosário. *Op. Cit.* (2008): 237-238.

Tabela 7: Levantamento de várias fontes documentais que incluem registos sobre o paço ducal em Lisboa.

Uma primeira análise permite-nos constatar que os escassos registos encontrados referem apenas a compra de terrenos da cerca franciscana por D. Jaime, em 1500. Sabemos que, dois anos mais tarde, volta a comprar terrenos aos monges franciscanos para ampliação da sua horta. Estes documentos situam o Duque de Bragança precisamente na freguesia de Mártires. Terá então sido o Duque D. Jaime o impulsionador da construção deste paço ducal? É o seu próprio testamento que o parece confirmar (1526-1527), ao referir a existência de um paço ducal em Mártires que seria a morada do Duque de Bragança em Lisboa. No entanto, é o episódio da morte do 5.º Duque de Bragança, D. Teodósio I, que gerará os documentos

mais relevantes para o nosso estudo, nomeadamente o seu testamento[532] (que menciona a execução de obras de beneficiação nos paços de Vila Viçosa, Évora e Lisboa durante o seu ducado) e o designado "Inventário de D. Teodósio I"[533], realizado entre 1564 e 1565. Este documento, um levantamento do património móvel da Casa de Bragança em Lisboa – como alcatifas, armas, jóias e roupagem – inclui também a "Avaljação das benfeytoryas" realizadas no Paço dos Duques de Bragança em Lisboa, um registo que ocupa claramente um lugar de destaque na nossa investigação. A par com a avaliação das benfeitorias realizadas no paço ducal em Vila Viçosa[534], publicado no mesmo livro, trata-se da mais antiga caracterização de espaços domésticos datada deste período. Estes documentos revelam-se uma riquíssima fonte de informação do ponto de vista arquitectónico, porque permitem uma hipótese de espacialização e consequente desenho do paço, contribuindo para a construção de uma proposta de organização funcional. Vieira da Silva (1943) afirma que foi no período entre 1532 e 1563 que o paço foi objeto da primeira grande campanha de obras, afirmação suportada pelo testamento de D. Teodósio, onde são referidas as benfeitorias que aqui realizou.

Em 1755, o terramoto e incêndio de 1 de novembro terão afetado em grande escala o palácio ducal. Desconhecendo-se o estado em que teria ficado a ruína e procurando esclarecer esta circunstância, a presente investigação encontrou na publicação por Rosário Gordalina (2008) documentos inéditos, as "Consultas da Casa de Bragança", que integram a série "Expediente da Casa de Bragança" no ANTT, ultrapassando a ideia corrente de que todo o paço se terá perdido com o terramoto. Tal como já mencionado, através de um levantamento da ruína realizado pelo Tenente-Coronel Carlos Mardel com o propósito de perceber se estaria em condições para albergar os cofres da Tesouraria, percebemos que pelo menos parte do edifício sobreviveu. Analisadas as "Consultas" acima mencionadas, verificamos que vários elementos do palácio se conservaram em relativo bom estado, nomeadamente o piso térreo abobadado, a escadaria em pedra, e até mesmo algumas janelas, tendo sido realizadas pequenas intervenções de consolidação do edifício, garantindo as condições necessárias para a sua utilização – uma indicação substancialmente diferente dos registos que dão conta de um edifício totalmente arruinado.

Em suma, o estudo comparado destes vários documentos, situados num espetro temporal alargado, permite-nos conhecer e caracterizar as várias fases do Paço dos Duques em Lisboa, compreendendo o seu lugar distendido no tempo, e fundamentando uma análise ao edifício e à sua evolução arquitetónica mais concertada, segura e incisiva.

---

532. Sousa, D. António Caetano de. "Tomo IV" em *Provas da História Genealógica da Casa Real Portugueza.* Lisboa: Regia Officina Sylviana, e da Academia Real, 1745, doc. nº175, p. 237-252.

533. Este terá sido o ponto de partida do extenso projecto de investigação "De todas as partes do Mundo. O património do 5.º Duque de Bragança D. Teodósio", coordenado por Jessica Hallett e Nuno Senos. Desta investigação resultou a publicação de um livro com o mesmo nome e que comtempla ainda um Volume 2 – disponibilizado online – intitulado "Documentos". Neste se inclui, entre outros documentos transcritos, a "Cópia do Inventário feito em Lisboa da fazenda que se achou pertencer ao senhor Dom Theodozio, Duque de Bragança, cazado com a senhora Dona Brites de Lancastre" Cota: BDM II, Reservados Ms 17, 1-t-3.

534. "Avallijação das bem feytoryas que fez o duque que deus tem nestas casas de Villa Vicosa depois que casou com a senhora duquesa dona Brytyz que foy em setembro de mjll e quinhentos sesemta e três as quais as bem feytoryas são de pedrarya e alvenarya". Cota: DDM II, Reservados Ms 17, 1-t-2. Cf. Hallett, Jessica; Senos, Nuno (eds.). *Op. Cit.*, 2018, p. 343-358.

2.3.1
a pertinência de uma construção *ex novo*

O primeiro documento no qual encontramos indicação a este paço data, como referido anteriormente, de 1500 e refere-se à compra de terrenos aos frades franciscanos para ampliação da "horta do Duque"[535]. Tendo por base esta informação, desenvolvemos a hipótese de ter sido o Duque D. Jaime o mandatário da construção deste paço no início do século XVI e, de modo a melhor contextualizar este pressuposto, debruçamo-nos sobre o percurso do 4.º Duque de Bragança, na tentativa de estabelecer os motivos que o levaram a construir um paço de raiz em Lisboa, onde a Casa de Bragança já teria morada[536].

Na sequência da condenação e execução sumária do 3.º Duque de Bragança, D. Fernando II, em 1483, a Casa de Bragança é extinta e os seus bens são apropriados pela Coroa. A ascensão de D. Manuel I ao trono em 1495 suscitou grandes mudanças na conjuntura política do reino. O novo rei tinha uma postura muito diferente da de D. João II em relação à alta nobreza e, logo em 1496, restituiu os antigos privilégios à Casa de Bragança, fazendo regressar de Castela os seus herdeiros sobreviventes. D. Jaime, elevado a 4.º Duque de Bragança, regressa a Portugal na Páscoa de 1496 com o seu irmão, D. Dinis, e vê-lhe confirmados privilégios antigos e realizadas novas doações. Dada a importância da Casa Ducal no seio da nobreza portuguesa, D. Jaime é jurado herdeiro e sucessor de D. Manuel I em 1498, uma época em que o rei não tinha descendência, e novamente entre 1500 e 1502, depois do falecimento prematuro de seu filho, D. Miguel da Paz. Desta forma, ao senhor de uma Casa proscrita é concedida a maior das honras, sedimentando o lugar de D. Jaime perto de D. Manuel e no centro da esfera do poder na viragem de século.

O nome do 4.º Duque de Bragança é indissociável de Vila Viçosa, sede do ducado desde 1478 por incumbência de D. Fernando I, 2.º Duque de Bragança, que habitou o paço da alcáçova no castelo da vila. A alcáçova seria então a morada dos Duques de Bragança, e terá sido aqui que D. Jaime nasceu. No entanto, após o seu regresso a Portugal, logo em 1501 D. Jaime inicia a construção de um novo paço no reguengo da vila, onde passará a viver, e destina o antigo paço da alcáçova à duquesa viúva, sua mãe.

De facto, a edificação de um paço *ex novo* no reguengo de Vila Viçosa é condizente com o raciocínio que estabelecemos, pois vai de encontro à intenção de D. Jaime de reforçar a renovação de gerações através da retórica arquitetónica, e assim enfatizando o papel preponderante da Casa de Bragança nos destinos do reino. A construção do paço ducal em Lisboa inserir-se-á nesta estratégia de afirmação simbólica e territorial, tradutora do poder da sua Casa.

---

535. "Mas daz proua evidente a doação do primeiro pedaço da nossa horta, que no anno de 1500 a 21 de Julho foi cortado pera o Duque D. Jaimes (...)". Cf. Esperança, Manuel da. *Op. Cit.*, 1656, p. 19.

536. Referimos o paço junto à igreja de S. Cristóvão comprado por D. Afonso de Barcelos e que D. Jaime optou por vender em 1512.

Neste contexto, consideramos igualmente importante referir as profundas intervenções urbanísticas desenvolvidas nos alvores do reinado de D. Manuel I, entre 1498 e 1499, não descurando o papel certamente instigador que o início da empresa do paço real da Ribeira em 1500[537] – e consequente deslocação do poder régio da alcáçova do castelo de S. Jorge para as margens do Tejo – teve na sociedade lisboeta. O plano de reordenamento da capital de 1498-1499, de acordo com a nomenclatura introduzida por Hélder Carita (1999), alterou em muito a dinâmica da cidade. Através de intervenções pontuais em locais chave conjugadas com uma reconfiguração atenta e orientada da malha urbana da zona ribeirinha, numa estratégia impulsionada por um entendimento de espaço urbano em função da empresa marítima de D. Manuel I, procurava-se estabelecer uma nova imagem de Lisboa como capital de um Império emergente.

"(...) nos primeiros anos do reinado de D. Manuel é iniciado em Lisboa um vasto conjunto de acções de carácter arquitectónico e urbano com profundas implicações na construção duma ***nova estrutura e imagem para a cidade****"* [538].

Num ambiente de profunda mudança, com intervenções decisivas na própria concepção de cidade, a pertinência da construção de um paço ducal da Casa de Bragança pela mão de D. Jaime em Lisboa explica-se através da conjugação dos factores de índole política e territorial que caracterizaram o período da viragem do século XV para XVI. A criação de uma nova dinâmica social e a construção do paço real da Ribeira por D. Manuel terão incentivado D. Jaime a também construir uma nova moradia na capital do reino em lugar proeminente e estrategicamente colocado [Fig. 125; Fig. 126], de acordo com a relevância de Lisboa como ponto de contacto com o mundo, que então se simplificava através da via marítima.
No entanto, e como referido previamente, pertenceriam já à Casa de Bragança várias moradas em Lisboa. Desses três paços conhecemos o destino das casas junto à igreja de Santiago, que ficaram na posse de D. Álvaro, tio do Duque D. Jaime, ainda no século XV; não sabemos a partir de que altura é que o paço de D. Afonso de Ourém, no Rossio, terá ficado devoluto, mas podemos afirmar que em pleno século XVI, esta zona da cidade já não teria a preponderância do passado; e, por último, o paço junto à igreja de Cristóvão – que terá sido morada de D. Afonso de Barcelos – foi vendido por D. Jaime em 1512. Assim, das três moradas brigantinas, no período em anaálise porventura apenas o paço de D. Afonso de Ourém se mantinha na posse da Casa de Bragança. A presente investigação debruça-se sobre a hipótese do Duque D. Jaime ter sido o mandatário da construção de um novo paço ducal em Lisboa nos alvores do século XVI. À luz da conjuntura política e social própria da época e tendo em consideração a posição favorecida de D. Jaime na corte de D. Manuel, entendemos que se justifica a construção de um novo palácio urbano que testemunhasse claramente o poder do Duque e da recém reestabelecida Casa de Bragança, procurando uma implantação inequívoca na sua afirmação urbana e condizente com o estatuto de segunda família do reino.

537. "Segundo Damião de Góis, as obras do Paço da Ribeira iniciaram-se em 1500 pelo baluarte do dito paço, reforçando esta interdependência com o Tejo.". Cf. Carita, Hélder. *Op. Cit.*, 1999, p. 60.
538. *Ibidem*, p. 53, com sublinhado nosso.

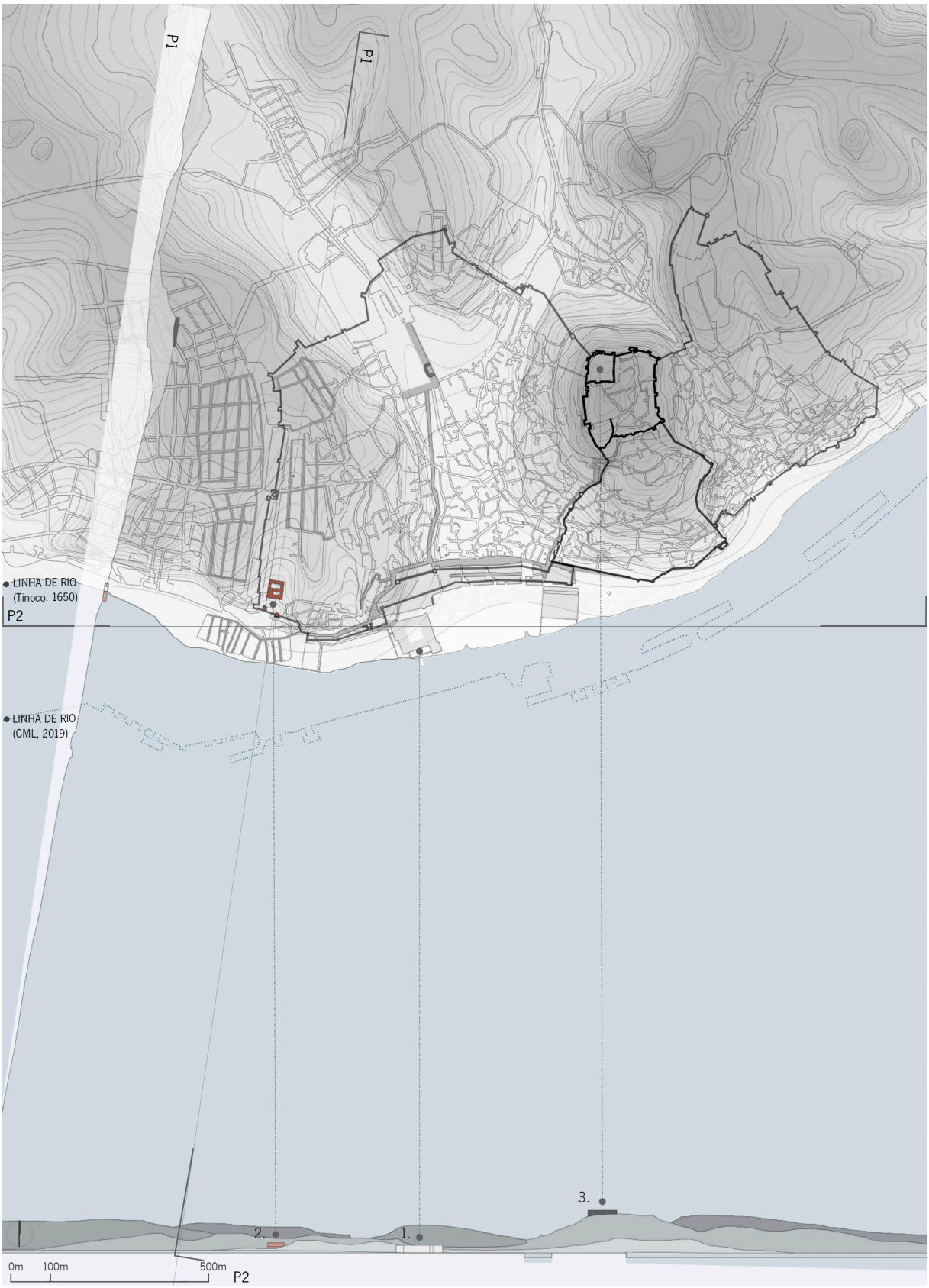


Fig. 125: Localização do 1. Paço real da Ribeira – cota baixa 0 m; 2. Paço dos Duques de Bragança – cota intermédia 30 m; 3. Paço Real da Alcáçova – cota alta 95 m, sobre planta de Lisboa (Tinoco, 1650) e cartografia municipal (CML, 2008) com representação das cercas moura e fernandina (Marques, 1990, p. 55). Indicação em perfil longitudinal P1 e transversal P2 das relações topográficas e territoriais entre os três paços. ILG, 2020.



Fig. 126: Localização do 1. Paço Real da Ribeira; 2. Paço dos Duques de Bragança; 3. Paço Real da Alcáçova, sobre “Vista de Lisboa” (António d’Holanda, c.1520).

2.3.2
o enquadramento territorial e a escolha do lugar

Perante a ausência de documentos, procuramos analisar o primeiro questionamento que se coloca perante a construção de um edifício *ex novo:* a escolha do lugar. Esta é uma das três linhas condutoras da investigação transversais ao estudo de todos os paços de origem brigantina – a par de "a pertinência de uma construção *ex novo*" e "a evolução arquitetónica".

Torna-se, portanto, fundamental conhecer o sítio de Mártires à época. Para contextualizar o local junto ao Convento de S. Francisco que viria a acolher o paço ducal, desenvolvemos uma breve caracterização dos arrabaldes da cidade no seguimento da implementação de novas políticas urbanísticas quatrocentistas. As quintas e grandes propriedades que, até ao início do século XV, pontuavam o extremo poente de Lisboa junto à cerca fernandina foram sendo gradualmente urbanizadas, dando lugar a novos bairros que seguem um plano de crescimento deliberado. Deste modo, torna-se pertinente considerar as estratégias régias que garantiram a expansão da cidade, com especial enfoque na sua zona ocidental, objeto de vários processos de urbanização em *Quatrocentos* e na viragem para o século XVI, tanto dentro como fora de muros.

a expansão da zona ocidental de Lisboa

A subida ao trono de D. João I, em 1385, criou um clima de paz após os tumultuosos anos da crise dinástica. Com o início do século XV surgiram novas dinâmicas fomentadas pela crescente urbanização da zona ocidental de Lisboa, integrada recentemente na cidade através da ampliação da muralha durante o reinado de D. Fernando. A cerca fernandina – construída quase integralmente durante os anos de 1373-1375 – aumenta a área da cidade, adensando a rede viária e introduzindo pontos de entrada que criam novas centralidades. Com a abertura das portas de Santa Catarina no tramo ocidental da muralha, estabelece-se um novo eixo de ligação entre este acesso e o centro da cidade, a oriente. A estabilização da rua Direita das Portas de Santa Catarina, que interliga as portas da cidade e o Largo do Rossio, impulsiona o processo de urbanização desta área de Lisboa que em 1410 já teria sido iniciado[539], numa ação concertada entre D. João I e o Senado da Câmara, comprovando o interesse régio em desenvolver urbanisticamente esta zona. Surge assim a Vila Nova das Portas de Santa Catarina que foi, segundo Hélder Carita (1999), provavelmente a primeira operação de grande escala no urbanismo lisboeta [Fig. 127].

539. *Ibidem*, p. 39.

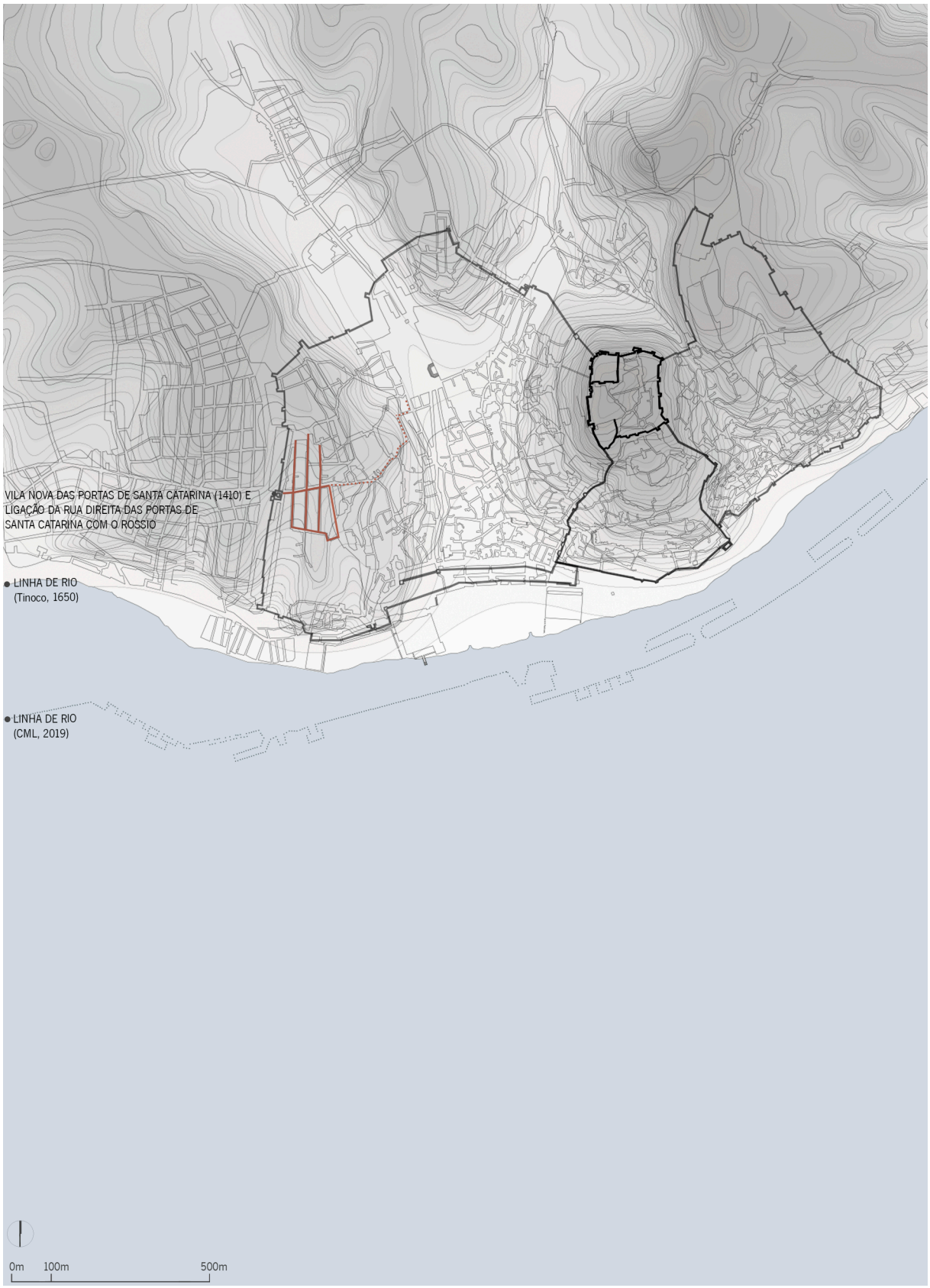


Fig. 127: Início do processo de urbanização da zona ocidental da cidade de Lisboa no reinado de D. João I sobre planta de Lisboa (Tinoco, 1650) e cartografia municipal (CML, 2008) com representação das cercas moura, a preto, e fernandina, a cinzento (Marques, 1990, p.55), a partir da descrição de Hélder Carita (1999, p.40). ILG, 2020.

Mas é durante o reinado de D. Manuel I que decorrem as mais profundas reformas urbanas.

Refere Marta Oliveira que: *"A ordenação de estruturas urbanas em função de factores de escala e de dimensão constitui um indicador complementar para a avaliação de decisões e intervenções, a nível da fundação de vilas novas, como do lançamento de programas de extensão urbana e de edificação"* [540]. Nesse sentido, o conjunto arquitectónico da Ribeira[541] é entendido como o elemento central e gerador de uma nova identidade da cidade, que se quer em constante articulação com o rio Tejo, assumindo um decisivo papel não só territorial como simbólico. A par da reconfiguração da zona ribeirinha de Lisboa, o programa de reordenamento da capital de 1498-1499 prevê ainda a realização de intervenções em elementos estruturantes da cidade, concorrendo para a implementação de uma estratégia de intervenção no espaço urbano que acompanha as margens do Tejo [Fig. 129]. A execução das obras que integravam o plano de reordenamento – como arruamentos, cais portuários, portas da cidade, chafarizes, edifícios camarários – estariam à responsabilidade do Senado da Câmara de Lisboa, concertadas, no entanto, com as obras que decorriam, em simultâneo, por iniciativa régia – o paço real, as Tercenas[542], a Casa de Ceuta, a Casa da Índia ou ainda o Armazém da Índia, a cargo da Fazenda Real[543]. Estas intervenções não devem ser lidas como casuísticas, mas sim como ações coordenadas e catalisadoras de uma reestruturação da cidade em função do Tejo, a partir de então, inquestionavelmente, a grande porta de entrada na cidade, projetando Lisboa como capital do emergente Império Português. Concorrendo para a determinação do Terreiro do Paço como novo centro da cidade, sede da corte e administração régia, a abertura da rua Nova d'el Rei, assim denominada desde 1502[544], vem estabelecer uma ligação direta entre o então "Roçio a par São Domingos" e o novo paço real da Ribeira.

Posteriormente, a partir de 1513, são construídos uma série de novos edifícios de carácter iminentemente comercial e administrativo em Lisboa, mas também em Belém, nomeadamente o Mosteiro dos Jerónimos (em construção desde c.1502) e a Torre de São Vicente a Par de Belém (1514). Segundo Hélder Carita (1999), a construção concertada deste conjunto de equipamentos, associada à implementação de nova legislação e de novos impostos, integra um segundo programa de renovação de Lisboa que, ao não se prender com o desenvolvimento do espaço urbano, mas antes com a construção de edifícios de representação, procura a criação de uma imagem renovada de capital do Império [Fig. 128; Fig. 129].

---

540. Oliveira, Marta; Cálix, Teresa. "O desenho da cidade: contribuição para o seu estudo". Em C*olóquio Internacional Universo Urbanístico Português 1415-1822-Actas*, coord. Renata Araújo, Hélder Carita e Walter Rossa, 79-98. Lisboa, Portugal: Comissão para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001, p. 81.

541. O projecto do conjunto arquitectónico da Ribeira desenvolve-se em íntima relação com o plano de reordenamento de Lisboa, iniciado em 1498. De índole predominantemente comercial e de administração régia, seria composto, numa primeira fase, por quatro grandes conjuntos arquitectónicos que organizavam o desenho urbano do Terreiro do Paço estabelecendo uma grande frente urbana – cerca de 172 m – orientada ao rio Tejo. O programa que albergava era extenso: o mercado das carnes e das frutas, padarias, bem como várias lojas e boticas, cuidadosamente planeadas e desenhadas, de modo a garantir a integridade e simetria do conjunto. Incluía ainda o Paço da Ribeira, morada régia até 1755. Cf. Carita, Hélder. *Op. Cit.*, 2012, p. 13-35.

542. Tercenas: edifícios para a construção de barcos e fundição de canhões. Fonte: Carita, Hélder. *Lisboa Manuelina*, 1999, p. 54.

543. Carita, Hélder. *Op. Cit.*, 1999, p. 53.

544. *Ibidem*, p. 76.

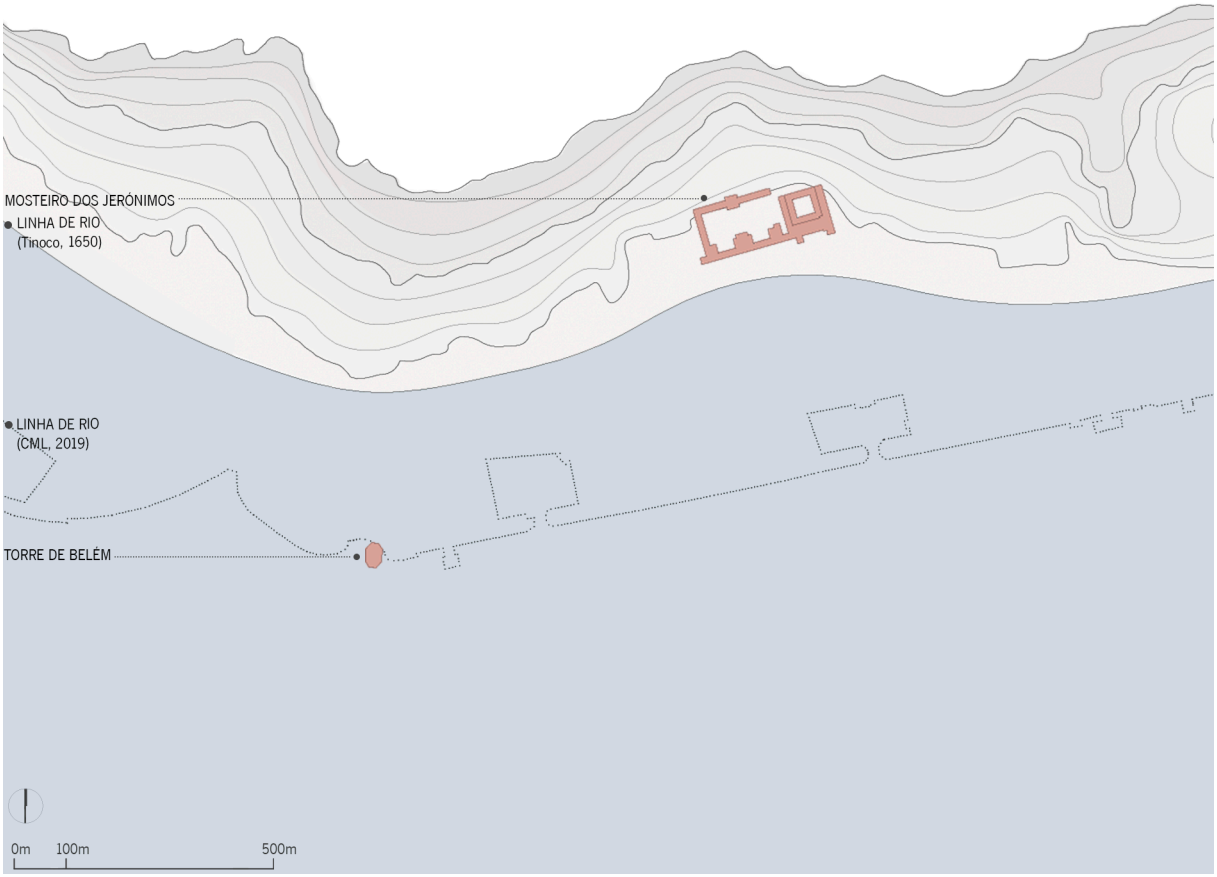


Fig. 128: Reformas urbanas realizadas na zona de Belém, em Lisboa, no âmbito do plano de reordenamento da capital de 1515, nomeadamente o Mosteiro dos Jerónimos e a Torre de Belém, sobre cartografia atual (CML, 2008) e identificação da linha de rio (Tinoco, 1650). ILG, 2020.

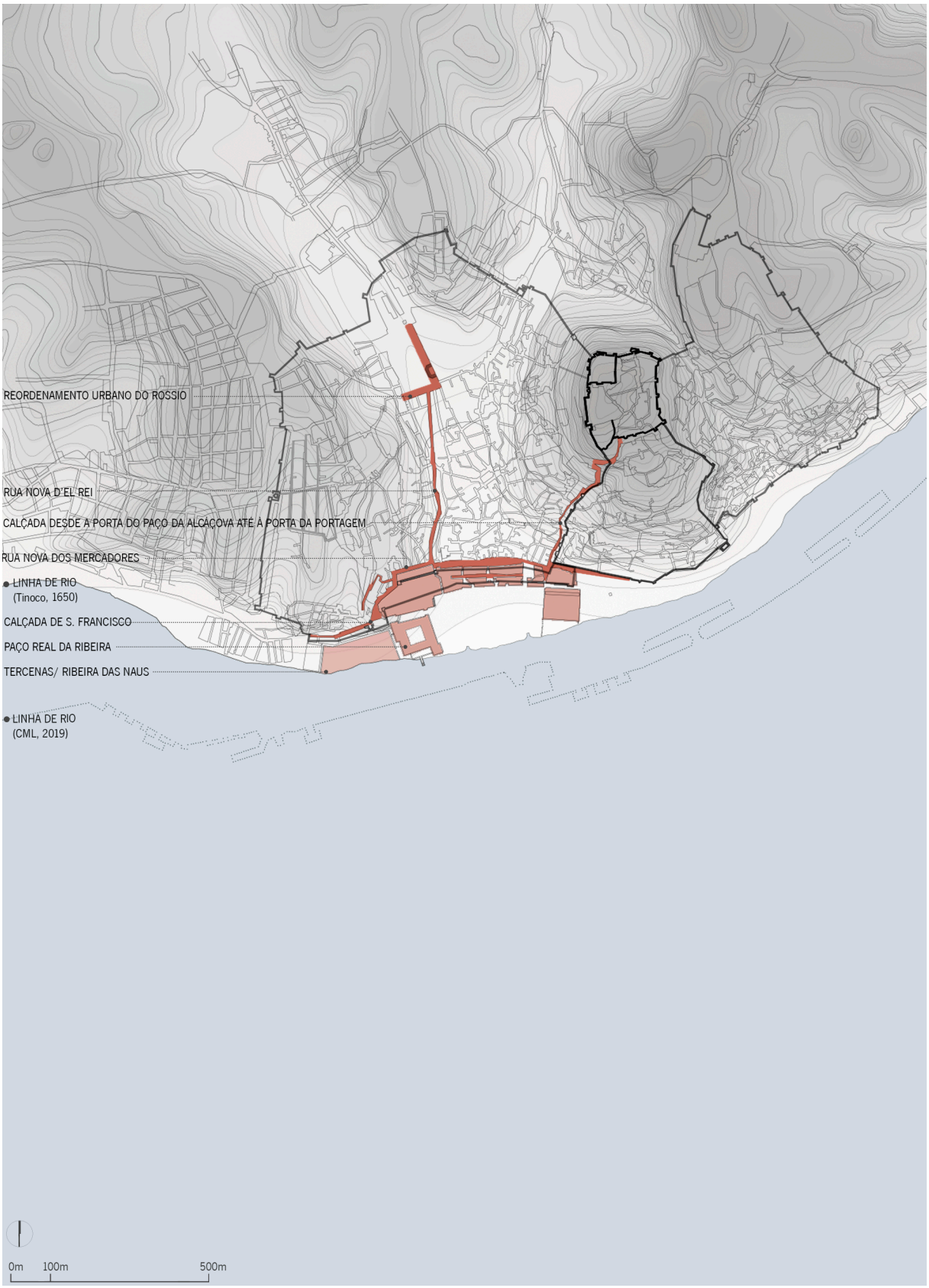


Fig. 129: Reformas urbanas realizadas em Lisboa no âmbito do plano de reordenamento da capital de 1498-99 sobre planta de Lisboa (Tinoco, 1650) e cartografia municipal (CML, 2008) com representação das cercas moura, a preto, e fernandina, a cinzento, (Marques, 1990, p. 55), a partir da descrição de Hélder Carita (1999, p. 72;76). ILG, 2020.

As operações urbanísticas intramuros da Lisboa quinhentista desenvolvem-se sobre tecido urbano consolidado e cujos limites estariam estabilizados desde finais do século XIV, com a construção da cerca fernandina[545]. Nesse sentido, o século XVI não traz uma rutura com o legado medieval, mas uma expansão da cidade assente na atualização dos seus princípios de organização. Desde a construção de estaleiros no local da futura Ribeira das Naus durante o reinado de D. Fernando, que se observa a tendência de crescimento da cidade para ocidente – em direção a Belém – e sobre as margens do Tejo. Esta expansão no sentido horizontal e à cota baixa, aliada à transferência do centro administrativo do alto da colina de S. Jorge para a zona ribeirinha e à crescente urbanização da colina de São Roque, concorreu para estabelecer um novo paradigma estrutural na cidade dividida em Alta e Baixa: a Baixa reflete o poder comercial, administrativo e político da capital, enquanto a Alta se remete a um cariz marcadamente residencial. Assim, a partir de 1498 e a par das reformas encetadas pelo Senado da Câmara de Lisboa e pela Fazenda Real, outras operações urbanísticas de iniciativa privada começaram a ser desenvolvidas na cidade [Fig. 130].

Logo nos anos de 1501-02, D. Manuel faz um conjunto de doações a importantes quadros do Estado de alguns terrenos situados a ocidente da Ribeira das Naus, junto à rua Direita de Cata-que-farás, extramuros, e paralelos às margens do Tejo. Estes lugares dão lugar a um loteamento destinado à alta burguesia mercantil, que se organiza nos quarteirões de Cata-que-farás [Fig. 130.1]. A escolha de situar neste local as principais figuras do seu governo – por oposição à encosta de S. Jorge onde, tradicionalmente, se encontrava a nobreza – acompanha a tendência de desenvolvimento da cidade para ocidente e em direção ao rio, reunindo, oportunamente, o seu círculo de aliados mais próximo no auxílio à empresa marítima e concorrendo, indubitavelmente, para a centralização do poder. Neste contexto, de sublinhar a progressiva importância da ligação da cidade ao Tejo e o impacto que teve no crescimento de Lisboa. A pequena vila de Belém, situada a ocidente da cidade, viu a sua relevância aumentar significativamente com o início dos descobrimentos e do comércio marítimo, tornando-se porta de chegada do reino. A construção do Mosteiro dos Jerónimos e, posteriormente, da Torre de Belém vêm corroborar esta vontade de D. Manuel em estabelecer uma imagem de força e poder na entrada em Lisboa, capital do Império Português.
A Vila Nova de Andrade [Fig. 130.2] – mais tarde conhecida como Bairro Alto de São Roque e, atualmente, apenas como Bairro Alto – situada a ocidente e já fora de muros, começou a ser urbanizada precisamente em 1498 após a compra de propriedades para esse efeito. Perante a crescente necessidade de habitação, em 1500 D. Manuel assina um decreto no qual ordena o derrube de todos os olivais dentro de muros[546]. Não estando explícito no documento que a finalidade da desmatação de terrenos seria a construção de casas, este é tido como o propósito de tão drástica ação que vem sobrepor a vontade do Rei e as neces-

545. Moita, Irisalva. "Lisboa no século XVI. A cidade e o ambiente". Em *O Livro de Lisboa*, coord. Irisalva Moita, 139-168. Lisboa: Livros Horizonte, 1994, p. 139.
546. Carita, Hélder. *Op. Cit.*, 1999, p. 85.

sidades dos habitantes de Lisboa aos interesses de instituições ou particulares. É com base neste decreto que se iniciam os aforamentos[547] da Vila Nova do Olival ou da Oliveira [Fig. 130.3] em 1501, nos antigos terrenos do Convento da Trindade e, posteriormente do Convento do Carmo. Por fim, de referir que Vila Nova de Andrade é alvo de novo plano de expansão [Fig. 130.4] a partir de 1513 e a par do segundo plano de reordenamento da capital ordenado por D. Manuel.

Do ponto de vista estratégico, a expansão manuelina foi extremamente eficaz, mantendo-se alinhada com os propósitos a que D. Manuel se propunha: a criação de um centro urbano que, mantendo a ligação aos anteriores símbolos de poder – Rossio e castelo de S. Jorge –, fosse simultaneamente demonstrativo da vontade de iniciar um novo ciclo; a construção de uma frente ribeirinha extensa e cuidada, que expandiu a cidade de Lisboa e incluía a vila de Belém; o aumento da cidade em direção a ocidente, criando novos bairros habitacionais e fortalecendo a ligação com a zona de Belém. Assim, o desenvolvimento destas ações em simultâneo contribui para uma articulação em grande escala e que reforçava a relação da cidade com o Tejo, via marítima e porta de entrada no reino.

547. Aforamento: do ato ou efeito de aforar; cessão do usufruto de uma propriedade, a longo prazo ou perpétua, mediante o pagamento de determinada renda. Fonte: https://www.infopedia.pt/ (consultado a 05-12-2019).

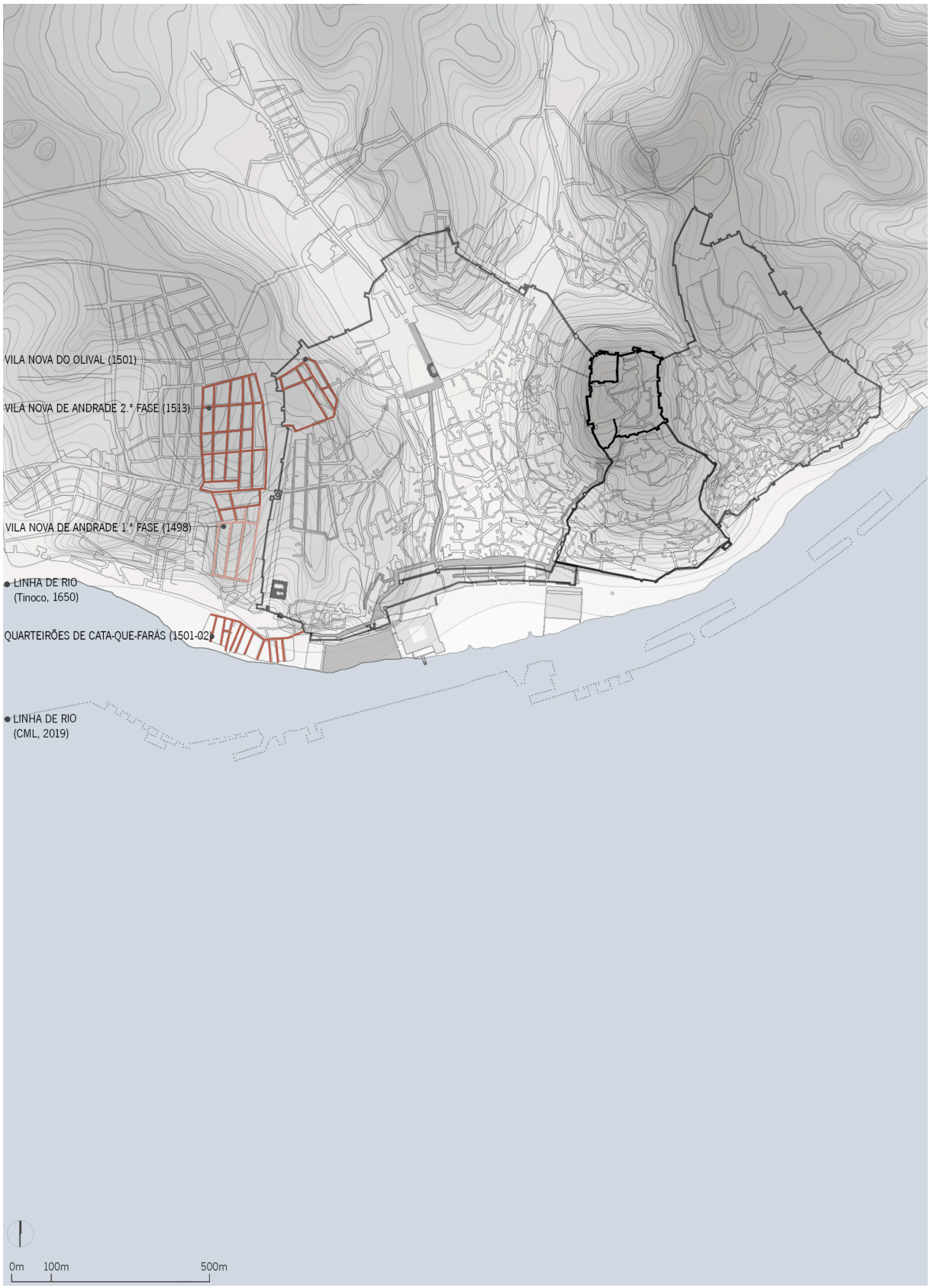


Fig. 130: Processo de urbanização da zona ocidental da cidade de Lisboa no reinado de D. Manuel I, incluindo quarteirões de Cata-que-farás (1.), Vila Nova de Andrade 1.ª fase (2.), Vila Noval do Olival (3.) e Vila Nova de Andrade 2.ª fase (4.), sobre planta de Lisboa (Tinoco, 1650) e cartografia municipal (CML, 2008) com representação das cercas moura, a preto, e fernandina, a cinzento (Marques,1990, p. 55), a partir da descrição de Hélder Carita (1999, p. 92; 94; 102; 103). ILG, 2020.

Após uma sucinta, mas necessária, caracterização e contextualização da zona ocidental de Lisboa no século XV e nos inícios do século XVI, centramos a atenção na encosta do Convento de S. Francisco, onde o paço se localizava, conhecida à época como Monte Fragoso[548], uma zona que, apesar de periférica, distava menos de 900 m da praça do Rossio.

O Paço dos Duques de Bragança foi implantado numa cota intermédia da colina de São Roque – uma das sete colinas de Lisboa[549] – sobre um aglomerado de rocha calcária[550], apresentando-se como um promontório natural. As condicionantes geomorfológicas do lugar seriam certamente interessantes, pois a sua situação topográfica garantia ampla visibilidade e domínio sobre a foz do rio Tejo. A leitura da planta e do perfil topográfico P1 [Fig. 125] evidencia a implantação estratégica do paço, situado no extremo ocidente da cidade, numa zona em clara expansão no início do século XVI. Sobre a importância deste lugar no Monte Fragoso, de referir que Júlio de Castilho (1884-90) menciona a possibilidade de aqui se ter localizado uma *villa* romana[551], justificando-a com um epitáfio divulgado por Frei Apolinário da Conceição (1750) que estaria numa pedra sepulcral localizada na *"parede junto a porta da Sala deste Palacio"* [552], que terá desaparecido durante a ampliação realizada no reinado de D. João V. Contudo, ambos os autores referem que não encontraram nenhum outro indício que aludisse a esta ocupação secular. Reforçando a pertinência da observação de Castilho, em publicação recente, Calado e Ferreira (1991) indicam que, entre os séculos II e V, na freguesia de Mártires terão sido construídas *villae* e vários equipamentos de lazer romanos[553]. No âmbito desta investigação torna-se interessante conjeturar sobre a possibilidade de o paço ducal ter sido construído perto de, ou mesmo sobre, ruínas de *villas* romanas, pois atesta a qualidade espacial – e estratégica – específica deste lugar.

A zona ocidental de Lisboa foi também o local escolhido para a fundação do Convento de S. Francisco da Cidade em 1217, o quarto convento em Lisboa, depois de S. Vicente de Fora, Santos e Chelas. Frei Manuel da Esperança (1656) associa a escolha deste lugar a uma promessa feita por D. Afonso Henriques aquando da conquista da cidade aos mouros, de aqui fundar um convento à semelhança do de S. Vicente de Fora (que se localiza no extremo oposto da cidade). O Monte Fragoso, escolhido para albergar o novo convento, seria – de acordo com a regra franciscana – *"despovoado neste tẽpo, & apartado da cidade"* [554].

548. Esperança, Frei Manuel da. *Op. Cit.*, 1656, p. 186.

549. A associação da cidade de Lisboa às sete colinas surge pela primeira vez no ano de 1620 pela mão de Frei Nicolau de Oliveira em "Livro das Grandezas de Lisboa". O paralelismo traçado entre Lisboa e Roma, também esta estabelecida sobre sete colinas sagradas, reforça a retórica do Império Português como o Quinto Império, apregoada pelo padre António Vieira durante o século XVII. Em trabalho recente, Paulo Pereira (2008) explora a questão de "Lisboa como *Nova Roma*" e a sua eventual relação com as sete colinas. Frei Nicolau de Oliveira identifica as seguintes colinas: Castelo (S. Jorge), S. Vicente de Fora, S. Roque, Santana, Chagas, Santa Catarina e Santo André, todas elas caracterizadas por importantes lugares de culto.

550. Silva, Augusto Vieira da. *Op. Cit.*, (1942): 193.

551. Castilho, Júlio. *Op. Cit.*, 1937, p. 72.

552. Conceição, Frei Apolinário da. *Demonstração Histórica da Primeira e Real Paróquia de Lisboa, de que é Patrona e Titular N. S. dos Martyres*. Lisboa: Officina Inácio Rodrigues, tomo I, 1750, p. 437.

553. Calado, Maria e Vítor Matias Ferreira. *Lisboa. Freguesia dos Mártires*. Lisboa, Contexto, 1991, p. 9.

554. Esperança, Frei Manuel da. *Op. Cit.*, 1656, p. 186.

Contudo, a construção da cerca fernandina no final do século XIV vem integrar este complexo conventual de grandes dimensões na cidade em franco crescimento.

a proximidade de D. Jaime à ordem de S. Francisco

"(...) nos cortarão ***tão largamente o campo pera edifícios, & cerca****, que estendendose depois notavelmente a cidade, sem o cõnvento perder a grande capacidade (...)"* [555].

É precisamente este cronista quem afirma que o local que será a horta de D. Jaime integrou a cerca do convento franciscano até 1500-1502, altura em que o Duque a comprou e passou a integrar as propriedades da Casa de Bragança. Esta informação é de especial relevo à investigação que desenvolvemos por ser a primeira referência conhecida da presença do Duque de Bragança em Mártires e por situá-la tão perto do convento de S. Francisco, que terá inclusivamente pertencido à sua cerca.

A contextualização do Convento de S. Francisco da Cidade é pertinente por vários motivos: a relação de vizinhança com o paço, previamente explorada; a afinidade de D. Jaime, homem profundamente religioso[556], com a ordem franciscana, nomeadamente com os Franciscanos da Observância na variante dos Capuchos; e, ainda, pela profunda intervenção de que a área foi objeto durante o reinado de D. Manuel, mais concretamente a partir de 1517[557].

Após travar conhecimento com os primeiros frades capuchos que chegaram a Portugal, e por muito impressionado ter ficado *"quando vio os dous Capuchos, como quem se maravilhava de ver tal novidade, fez deter a gente, e parou hum pouco, considerando a penitencia, que no exterior ambos mostravam."*[558], D. Jaime patrocinou a fundação ou transferência de conventos nas suas jurisdições para franciscanos observantes [Fig. 131]. Assim, logo em 1500 é fundado o Convento dos Capuchos em Vila Viçosa[559], em 1505 o Convento do Bosque, em Borba[560] e, ainda, o Convento do Bom Jesus da Franqueira em Barcelos[561]. Também em 1505 o Convento de Santa Cita em Tomar é transferido para os franciscanos reformados, igualmente observantes, bem como o Convento de S. Francisco de Chaves, já em 1508. Na sua obra "Crónica da Província da Piedade" (1751), Frei Manuel Monforte refere que, após conhecer os

555. *Ibidem*, p. 186.

556. Sobre este tema, ver Marta Páscoa (2015).

557. Calado, Margarida. *O Convento de S. Francisco da Cidade*. Lisboa: Faculdade de Belas Artes, 2001.

558. Monforte, Frei Manuel de. *Crónica da Província da Piedade, primeira capucha de toda a Ordem e regular observância de nosso seráfico padre S.Francisco, dedicada na primeira impressão ao sereníssimo senhor dom João, principe de Portugal, e duque da real casa de Bragança*. Lisboa: Na officina de Miguel Manescal da Costa, impressor do Santo Officio, 1751, p. 28.

559. Por questões de salubridade, D. Teodósio I muda o convento para um local mais perto da vila em 1547. A terceira e última edificação do convento é realizada sob patrocínio de D. Teodósio II em 1606, dadas as frequentes inundações a que este era sujeito durante o inverno. Este é o convento que subsistiu até à atualidade. Cf. http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=11632 (consultado a 16-01-2020).

560. Em 1548, o primitivo convento é reedificado a mando de D. Teodósio I. É alvo de sucessivas obras de beneficiação durantes os séculos seguintes até ser adquirido por um particular, já no século XIX, que o transforma em quinta de recreio. Cf. http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=2774 (consultado a 16-01-2020].

561. O convento surge de uma doação feita por D. Jaime da Ermida do Bom Jesus da Franqueira, fundada em 1429 – e agraciada aliás com a doação de um altar em colunas de jaspes trazidas de Ceuta por D. Afonso, 1.º Duque de Bragança – à Província da Soledade da Ordem Franciscana. A edificação do complexo conventual só terá sido iniciada em meados de *Quinhentos*, mas deste edifício já pouco ou nada restará, uma vez que foi objeto de uma nova campanha de obras entre 1678 e 1708. Cf. http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/18139744 (consultado a 16-01-2020).

frades capuchos no Terreiro do Paço, D. Jaime os convidou para irem a sua casa, convite este que os frades aceitaram. Após este encontro, ficou firmado o interesse do Duque D. Jaime em patrocinar a ação dos capuchos em Portugal.

Analisemos a indicação deixada pelo Frei Manuel Monforte que, aquando da chegada a Portugal em 1500, os frades capuchos se teriam dirigido aos Paços do Duque D. Jaime[562], em Lisboa. Perante a ausência de uma localização específica, avançamos com um questionamento: é possível que o paço ducal referido se situasse já em Mártires? Nesse caso, o edifício em análise já estaria concluído, e habitado, em 1500. É uma possibilidade que não nos parece provável. Sabemos que, à data, o Duque de Bragança seria ainda proprietário de um paço junto à igreja de S. Cristóvão[563] que teria herdado de seu pai e parece-nos que esta seria a morada de D. Jaime no início do século XVI. Está ainda comprovado que é entre 1500 e 1502 que D. Jaime compra parte da cerca franciscana, em Mártires. Nesse sentido, entendemos que esta compra representa uma vontade expressa do Duque em edificar o seu novo paço ducal junto ao Convento de S. Francisco, ordem pela qual nutria comprovada afinidade e permite situar o início da construção nos alvores de *Quinhentos*.

Em 1517, o Convento de S. Francisco da Cidade é elevado a Sede da Província dos Observantes[564]. No mesmo ano, é iniciada uma profunda intervenção que prevê a ampliação do complexo conventual, ordenada por D. Manuel I, que se estenderá pelo menos até 1569[565]. Nesta empresa terá trabalhado João de Castilho, mestre arquiteto de reconhecida importância no panorama da história da arte e da arquitectura portuguesa. Torna-se, uma vez mais, pertinente contextualizar esta intervenção específica no projecto de grande escala de D. Manuel para a cidade de Lisboa.

562. Monforte, Frei Manuel de. *Op. Cit.*, 1751, p. 28.

563. Como referido previamente, D. Jaime vende este paço em 1512.

564. A partir do século XIV, a Ordem de S. Francisco foi marcada pela sua divisão entre franciscanos observantes – que seguiam a regra de S. Francisco tal como esta tinha sido ordenada – e claustrais – que tiraram partido das várias dispensas papais entretanto concedidas. Em meados do século XV, a clivagem entre observantes e claustrais é acentuada pela extinção da Regular Observância pelo Papa Martinho V. No entanto, em 1517, foi solicitada por D. Manuel I, e concedida pelo Papa Leão X, autorização para transformar conventos claustrais em observantes, de entre os quais se encontrava o convento de S. Francisco da Cidade em Lisboa, que se torna então sede de província enquanto os claustrais se sediaram no Porto. Cf. Calado, Margarida. *Op. Cit.*, 2001, p. 10-11.

565. http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=4020 (consultado a 16-01-2020).



Fig. 131: Conventos fundados ou cedidos aos franciscanos capuchos por D. Jaime entre 1500 e 1508. 1. Convento do Bosque em Borba ; 2. Convento de S. Francisco em Chaves; 3. Convento de Santa Cita em Tomar; 4. Convento dos Capuchos em Vila Viçosa; 5. Convento do Bom Jesus do Monte da Franqueira em Barcelos.

Como referido anteriormente no âmbito das renovações urbanas manuelinas, Hélder Carita (1999) entende que, a partir de 1513, se inicia um novo ciclo de intervenções na cidade, intrinsecamente relacionado com a conjuntura política e económica que se vivia após a descoberta do caminho marítimo para a Índia, aliada à criação de um novo imposto que financiaria as obras públicas. Esta ação coordenada do rei refletiu-se na construção ou intervenção em edifícios de relevo para a cidade, concentrando-se *"na criação de uma imagem de cidade imperial"* [566]. Integram este segundo plano de reordenamento da capital a remodelação urbana da Praça da Ribeira, a construção de um conjunto de edifícios de cariz eminentemente administrativo[567], a Torre de Belém – iniciada em 1515 – e a segunda fase do estaleiro do Mosteiro dos Jerónimos, a cargo de João de Castilho a partir de 1517. Podemos associar a ampliação do conjunto conventual de S. Francisco da Cidade a este plano concertado de renovação dos edifícios notáveis de Lisboa, hipótese corroborada pela presença de João de Castilho? No nosso entendimento, a intervenção neste convento franciscano poderá ter enquadrado o rol de obras públicas de comprovado relevo para a cidade – ao ser inclusive elevado a Sede da Província – iniciadas por D. Manuel na segunda fase do seu reinado.

a implantação do paço ducal

Caracterizado morfologicamente o Monte Fragoso, explorada a relação de proximidade entre D. Jaime e a ordem franciscana, e abordada a intervenção manuelina de que o Convento de S. Francisco da Cidade foi alvo, entendemos ter exposto as razões que poderão ter fundamentado a escolha deste lugar para a edificação do novo Paço dos Duques em Lisboa ou que terão, pelo menos, influenciado a opção de D. Jaime pela encosta da colina de S. Roque. Assim, retomamos o edifício do paço ducal e analisamos a planta de Lisboa levantada por João Nunes Tinoco em 1650 que, apesar de não representar especificamente o paço, é uma fonte primária extremamente relevante para a investigação que desenvolvemos. Quando escalada, redesenhada e sobreposta à cartografia ou vista aérea atual, é percetível a permanência da memória da cerca franciscana no desenho urbano dos quarteirões. Apoiados no redesenho da planta "Casas de Sua Senhoria" (s.d.) e nos estudos de Vieira da Silva (1943) – que avança um possível limite da propriedade afeta à Casa de Bragança antes do terramoto de 1755 –, testamos a localização do paço ducal sobre a planta mais antiga da cidade (Tinoco, 1650) e sobre o levantamento cartográfico atual (CML, 2008), de modo a analisar a relação do edifício com a sua envolvente próxima. [Fig. 132].

566. Carita, Hélder. *Op. Cit.*, 1999, p. 99.
567. Nomeadamente a Alfândega Nova, Armazéns Reais, Casa dos Contos, Paço da Madeira, Tercenas da Porta da Cruz. Cf. *Ibidem*, p. 99.

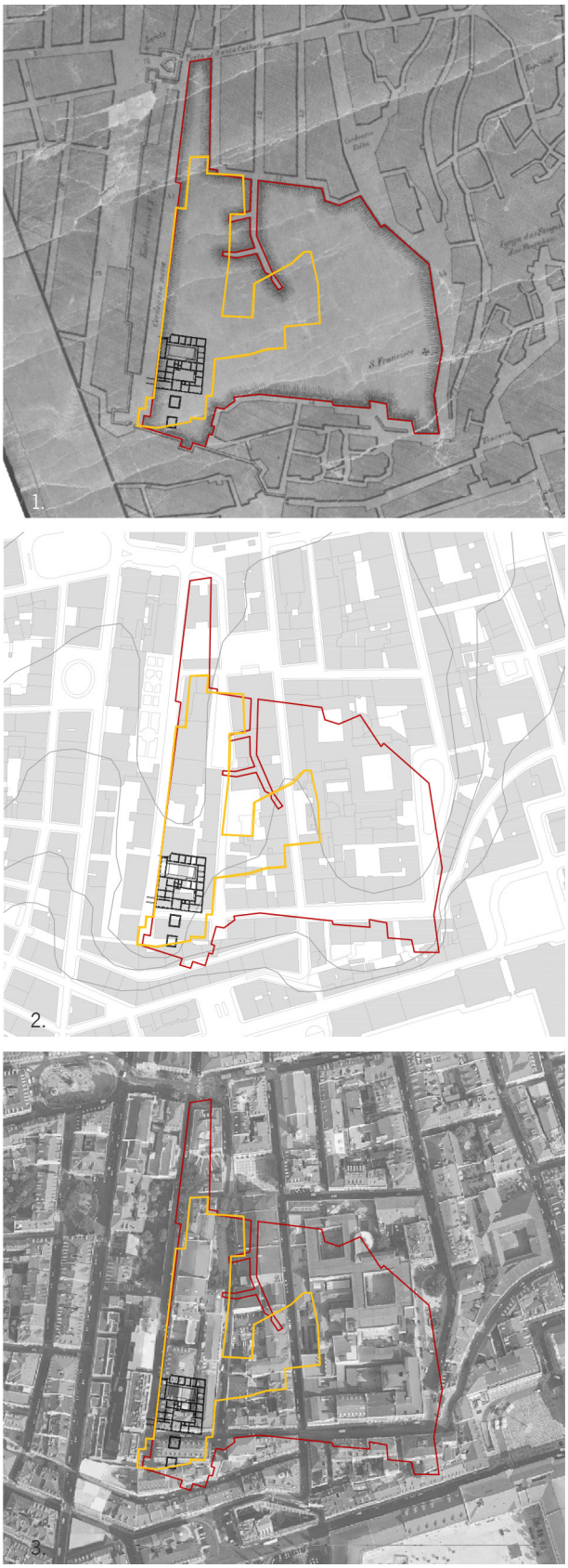


Fig. 132: Esquemas de localização do Paço dos Duques de Bragança em Lisboa com redesenho da planta "Casas de Sua Senhoria" (s.d.) sobre 1. Planta de Lisboa (Tinoco, 1650); 2. Levantamento cartográfico (CML, 2018); 3. Vista aérea (Google-Maps, 2019). ILG, 2020.

Sabemos que, em 1650, o paço original estaria já bastante alterado na sequência da campanha de obras executadas durante os ducados de D. Jaime e de D. Teodósio I, ao tempo do reinado de D. João III (1521-57). A própria cidade de Lisboa estaria também alterada em função das intervenções manuelinas, continuadas por D. João III. Torna-se então relevante o estudo atento das iconografias de Lisboa executadas durante o século XVI, na procura do registo gráfico mais antigo do Paço dos Duques de Bragança em Mártires. Para tal, recorremos às vistas enunciadas previamente, desenvolvendo uma análise rigorosa, com a ressalva de que as representações devem ser lidas considerando o contexto da sua execução e vontades do seu encomendador. Nesse sentido, e em total consonância com a nossa abordagem ao estudo da iconografia, retomamos a reflexão de Luísa Trindade (2015), e fundamental para compreender a importância da análise da iconografia na história da arquitectura:

"Além de património em si, a imagem desenhada ocupa na investigação em Patrimónios um lugar relevante enquanto instrumento, particularmente sensível nas áreas da arquitectura e do urbanismo. Neste sentido, o presente texto propõe-se tratá-la sob dois enfoques: ***a imagem desenhada como fonte de conhecimento****; o desenho como ferramenta de investigação"* [568].

Também Paulo Pereira (2008) sintetiza, de uma forma bastante clara, as opções inerentes ao desenho da cidade realizados durante o século XVI, referindo:

"(...) a cidade passa a ser mostrada como se fosse captada em desenho a partir de um ponto abstracto no meio do rio – ou, quando muito, do ponto de vista prático, a partir do cesto da gávea de uma nau. O que dela se vê é a fachada ribeirinha. Esta fachada é-nos mostrada com uma compactação mais ou menos acentuada, conforme os autores, mas que dá conta de duas características essenciais da cidade: a sua topografia acidentada; e a prevalência das actividades marítimas. (...) Com efeito, a vontade – e a necessidade – em representar a cidade obedece a um sentido de globalização, que se repercute, também, em diversas obras escritas" [569].

568. Trindade, Luísa. *Op. Cit.*, 2015, p. 401, com sublinhado nosso.

569. Pereira, Paulo. "Lisboa. Porta do Mundo". Em *Neue Welten, Die Portuguesiesche Entdeckung bis 16 Jahr-17 Jahr.* Berlin, Deutsches Historisches Museum, 2008, p. 6-7.



Fig. 133: Vista de Lisboa, autor desconhecido, c.1570. Coleção Bodel Nijenhuis, Biblioteca da Universidade de Leida (Holanda).



Analisemos isoladamente as vistas da cidade de Lisboa e as representações que incluem o Paço dos Duques de Bragança para, de seguida, apresentarmos uma cronologia comparada da evolução do paço ducal através das representações da cidade [Fig. 139]. Na iluminura que ilustra a "Crónica de D. Afonso Henriques" atribuída a António D'Holanda (c.1520)[570] reconhece-se o paço junto à cerca fernandina, representado como um edifício grande e apalaçado, quando comparado com a restante mancha urbana, com dois pisos e um jardim a sul [Fig. 134.1]. A expressão gráfica desta iluminura é aliás muito semelhante à que ilustra a folha 8 de "Genealogia dos Reis de Portugal" (c.1530-1534), embora esta segunda representação nos pareça mais detalhada. Aqui, com um olhar mais orientado, vemos o paço junto ao que nos parecem ser dois torreões da muralha, ladeado por duas ruas a poente e nascente, e por um jardim murado a sul, sobranceiro à cidade que se desenvolve à cota baixa. Na Casa são representadas janelas ao nível dos dois pisos, com a particularidade de, no piso nobre, ser dado especial relevo à janela central. Em ambas as gravuras – e à semelhança de outros edifícios nelas representados – o paço é coroado por merlões e orienta a sua fachada maior a nascente, na direção do Convento de S. Francisco da Cidade, colocando em destaque o cunhal sudeste da Casa [Fig. 134.2].

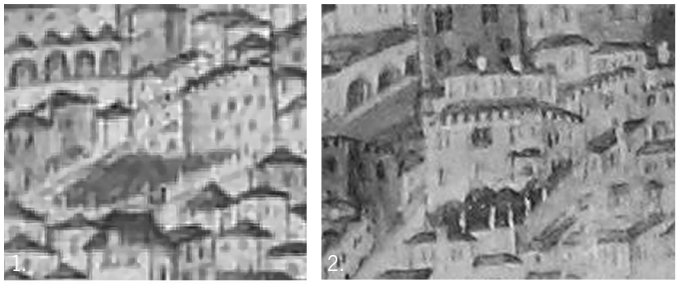


Fig. 134: Representação do Paço dos Duques nas vistas de Lisboa desenhadas por: 1. António d'Holanda (c.1520); 2. António d'Holanda e Simão de Bening (1530-1534).

Interessa-nos, particularmente, analisar a vista publicada por Georg Braun em 1572 pois nela encontramos uma representação do Paço dos Duques de Bragança que se manteve, até agora, por estudar. Nesta gravura é apresentada uma perspetiva da cidade que corresponde a um ponto de vista abstrato[571], algo recorrente nas sucessivas representações de Lisboa. Nela localizamos o paço, um edifício acastelado, junto à muralha, no extremo esquerdo da gravura, perto ainda de um torreão do pano defensivo [Fig. 135]. Tendo em conta alguns erros perspéticos naturais de uma imagem simulada, construída a partir de vários pontos de vista diferentes e dispersos, o Convento de S. Francisco – cujo desenho é bastante semelhante ao publicado por Braun em 1598 – localizar-se-ia igualmente perto da muralha, mas ligeiramente mais a Norte. Junto ao Convento e ao Paço está representada uma rua larga que é, aliás, das poucas vias desenhadas que iremos encontrar, uma vez mais, exatamente neste local no desenho publicado em 1598.

570. Garcia, José Manuel. *Op. Cit.*, 2019.

571. Nuno Senos (2002) explica que a representação de Lisboa a partir do Tejo, o ponto de vista mais comum e presente em praticamente todas as vistas de Lisboa executadas no século XVI, não é fisicamente possível.

Pelas razões acima referidas, apesar da representação carecer de legenda ou apontamentos, podemos afirmar com relativa segurança, que o edifício identificado é o Paço dos Duques de Bragança. Também semelhante à representação de 1598, este desenho apresenta-nos o edifício numa nova perspetiva, que pela sua conformação e semelhança formal despoleta uma comparação imediata com o Paço dos Duques em Guimarães.



Fig. 135: Representação do Paço dos Duques na vista de Lisboa publicada por Georg Braun (1572).

Posteriormente, o desenho de Simão de Miranda "Ulibone Pars" (1575) apresenta, uma vez mais, a cidade a partir do Tejo, identificando – através do desenho em escala diferente associado a legenda – os edifícios de maior destaque, no entendimento do autor ou do encomendador da peça desenhada. Entre eles encontramos o que pensamos ser o paço ducal da Casa de Bragança com a seguinte legenda "C de hu duca" (Casa de um Duque), localizado junto a "S. Francesquo" (S. Francisco) que está, por sua vez, associado ao comentário "oltra diquesta colina e Sud S. Roquo. Tem multo casario" (para lá desta colina está a Sul S. Roque. Tem muito casario). Aqui, a Casa é uma vez mais organizada em dois pisos. A sua fachada maior está orientada a sul, e não a nascente – sobre o Convento de S. Francisco – como tem vindo a ser representada, e nela contam-se cinco janelas. No corpo menor, orientado a nascente, contam-se três janelas, pelo que depreendemos que, uma vez mais, existe intencionalidade nesta representação. Surge também desenhada uma única chaminé no corpo poente, um indício do conforto e distinção que caracterizaria esta ala [Fig. 136].

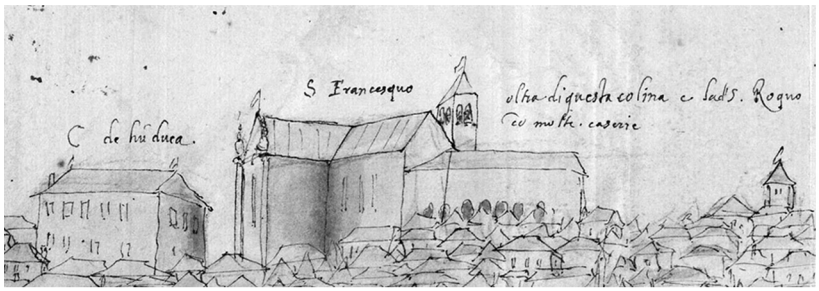


Fig. 136: Representação do Paço dos Duques na vista de Lisboa desenhada por Simão de Miranda (c.1575).

Retomando Braun, mas o seu trabalho em "Olissippo quae nunc Lisboa" (1598), o Convento de S. Francisco e o paço ducal estão legendados, bem como, aliás, mais de uma centena de edifícios de relevantes à cidade [Fig. 137]. Nesta vista "voo de pássaro", o paço surge como uma estrutura retangular com pátio

central – representado pela primeira vez – e encontra-se isolado e ladeado por ruas nas suas quatro frentes. O seu lado maior está voltado para o Convento de S. Francisco enquanto o menor observa a cidade que se desenrola a sul. De referir os cunhais proeminentes do edifício, que podem ser entendidos como o grande momento de afirmação física e simbólica do paço, tanto na sua relação imediata com o exterior como do exterior longínquo para com ele. O paço surge representado com dois pisos – um térreo aparentemente encerrado, com a excepção de uma possível entrada, e um primeiro piso, ou nobre, com várias janelas – balizados por dois torreões nas extremidades ao nível de um terceiro piso – como, aliás, na representação de 1572. Considerando a existência de alguns erros perspéticos no trabalho de Braun[572], podemos assumir que o desenho de certos elementos estaria correto, se não pela sua exatidão formal, pelo facto de terem sido incluídos na gravura, demonstrando uma intencionalidade evidente na sua representação. O paço teria, de resto, um semblante ainda bastante medieval. De notar que aqui encontramos, pela primeira vez, o Postigo do Duque – "Porta Ducis Bragantiae" – que, como sabemos, já se encontraria aberto em 1551[573].

v

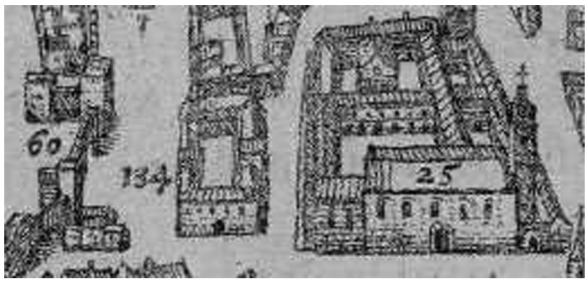


Fig. 137: Representação do Paço dos Duques na vista de Lisboa publicada por Georg Braun (1598).

Dos séculos XVII e XVIII conhecemos várias vistas da cidade nas quais encontramos, por diversas vezes, o Paço dos Duques. Para além das diversas formas de representação que as caracterizam, rapidamente se identifica a grande mudança de estilo que ocorreu no paço – das vistas de *Quinhentos*, para a de Pier Maria Baldi, no terceiro quartel do século XVII e posteriores, o paço da Casa de Bragança vai perdendo, gradualmente, o semblante medieval. De modo a melhor estudar – e enquadrar – as mudanças que ocorreram nas vistas do paço, analisamos a *veduta* de Lisboa da autoria de Pier Maria Baldi (1668-1669): uma panorâmica da cidade na qual localizamos o Paço dos Duques de Bragança. Esta identificação, apesar de inédita, é passível de ser estabelecida através das semelhanças entre o edifício desenhado por Baldi e o paço ducal incluído nas restantes iconografias de Lisboa. Sabendo, contudo, que o paço se encontra fora do sítio – deveria situar-se junto ao Convento de S. Francisco e nunca à direita do paço da Ribeira, como surge aqui representado – consideramos que a vista de Baldi, à semelhança das várias *vedute* que

572. Em Garcia (2014) encontramos um estudo coeso da representação de Braun de Lisboa e seus eventuais erros. A este propósito, também em Oliveira (2019) nos familiarizamos com os desenhos de Braun.

573. Oliveira, Cristóvão Rodrigues de. *Sumario em que breuemente se contem alguas cousas assi ecclesiasticas como seculares que ha na cidade de Lisboa* / [por Cristouão Rodriguez Doliueira]. - Em Lixboa: em casa de Germão Galharde: acharssea em casa de Gil Marinho, liureiro do infante dom Luis no terreiro do Paço onde sua A. mora, depois de 1554, p. 26. ANTT, Cota: res-84-v.

resultaram da viagem de Cósimo de Médici[574], revela uma nova perspetiva da cidade, focando elementos e incluindo pormenores até então desconsiderados [575]. Nesta vista identificamos o paço composto por três pisos e encerrado por dois torreões, com uma fachada sul renovada e claramente moderna [Fig. 138]. O seu alçado é tripartido e conta 11 janelas, o mesmo número de vãos indicados na ala Sul, segundo "Casas de Sua Senhoria" (s.a, s.d).



Fig. 138: Representação do Paço dos Duques na vista de Lisboa desenhada por Pier Maria Baldi (1668-1669).

Interessa particularmente realçar que, pela primeira vez, são representadas duas estruturas do tipo torre ou torreão nos extremos do jardim murado a sul. Estas estruturas encontram-se também desenhadas na planta quinhentista, associadas às legendas "Sobrado[576] da 2.ª torre" – no interior do torreão – e "Eyrado"[577], pelo exterior – mas em posição diferente. De facto, a sua localização em relação ao paço foi alvo de um constante questionamento pois, no nosso entendimento, seria pouco comum que estruturas do tipo torre se situassem tão próximas do edifício principal e uma em frente da outra. Posto isto, consideramos plausível que o seu desenho naquele lugar específico do pergaminho esteja mais relacionado com economia de espaço por parte do desenhador do que com um levantamento rigoroso do construído. Contudo, este pressuposto coloca a questão pertinente da localização *de facto* destas estruturas.

Nesse sentido, e de forma a tentar deslindar uma eventual configuração original dos torreões, cruzamos as várias fontes desenhadas de que dispomos e que datam do mesmo período: o mapa da cidade assinado por João Nunes Tinoco (1650), a *veduta* de Pier Maria Baldi analisada (1668-1669) e a planta "Casas de Sua Senhoria" – sem autor e sem data, mas situada por Vieira da Silva (1943) no final do século XVI. Com base nesta análise, resulta a seguinte pergunta: seria possível que as duas estruturas do tipo torreão se situassem nas reentrâncias da cerca fernandina que delimitavam a cerca do Convento de S. Francisco na zona em que o paço se implantou?

---

574. Esta viagem está a ser estudada num projecto de investigação com a seguinte referência de candidatura: PTDC/ART-DAQ/2337/2020. CosimoTOUR. The European Tour of Cosimo III de' Medici. An insight to the Portuguese landscape, built and cultural environment. A viagem europeia de Cosimo III de Medici. Uma visão da paisagem, ambiente construído e cultural português.

575. "(...) [as *vedute* revelam] características morfológicas do lugar, a partir de um olhar fixo temporalmente, e amplia-se na selecção operada, seja por questões de narrativa seja para expor hierarquias urbanas, definindo um simulacro da experiência visual da cidade." Cf. Cabeleira, João. "A Viagem de Cósimo III de Médicis. Imagem da cidade portuguesa de seiscentos, o caso de Santarém." Em *Os Espaços da Morfologia Urbana*, Atas da 5.ª Conferência Internacional da Rede Lusófona de Morfologia Urbana, ed. Jorge Correia e Miguel Bandeira. N.P: Escola de Arquitectura da Universidade do Minho, Lab2PT Laboratório de Paisagens, Património e Território, 2016, p. 39-49.

576. Sobrado: "O assoalhado de hum dos andares da casa". Fonte: Bluteau, Raphael. *Vocabulario (...)*. Tomo VIII. 1712-1728, p. 692.

577. Eirado: "He o lugar, que sobre o tecto das casas, ou em outra parte dellas fica descoberto para tomar ar". Fonte: Bluteau, Raphael. *Vocabulario (...)*. Tomo III. 1712-1728, p. 19.

Sobrepondo a planta "Casas de Sua Senhoria" (s.a, s.d.), redesenhada e escalada, à planta de Tinoco (1650) e, tendo em consideração que, segundo a vista de Baldi (1668-1669), os torreões se localizavam no limite do terreno do Paço, testamos aquela hipótese [Fig. 140]. Quando escalada a planta, os torreões são, de facto, da mesma dimensão que as reentrâncias desenhadas por Tinoco na cerca fernandina – a estrutura com legenda "Eyrado" obedece a um retângulo 7x8 varas, e a estrutura com legenda "Sobrado 2.ª torre" mede 8x9 varas – e, em vista frontal, apresentam igualmente semelhanças com a *veduta* de Baldi. Com base nesta análise cruzada, sugerimos uma possível localização dos torreões do Paço dos Duques de Bragança.







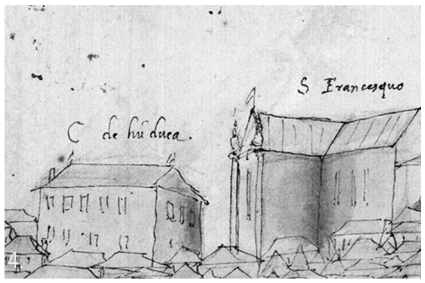
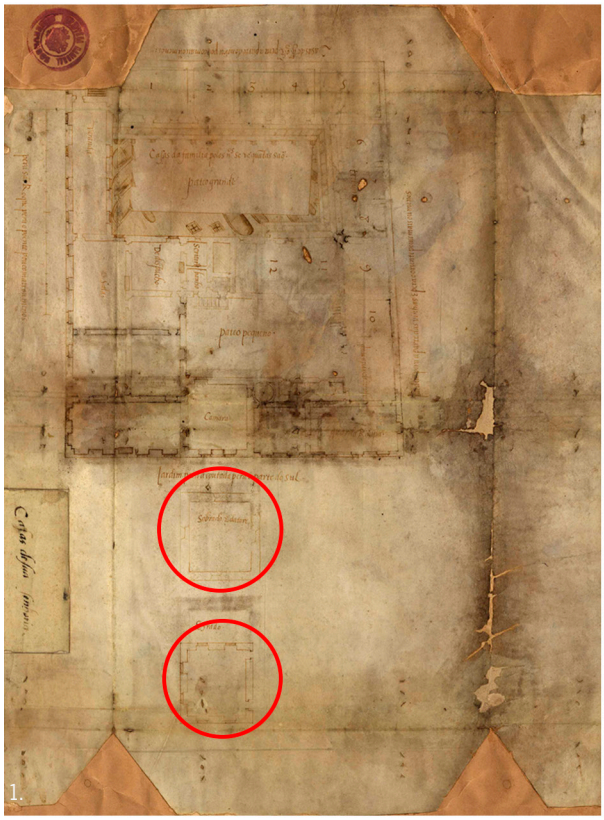
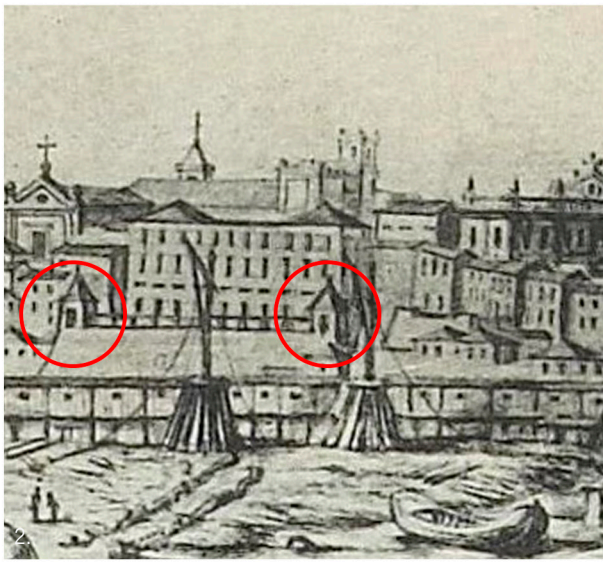


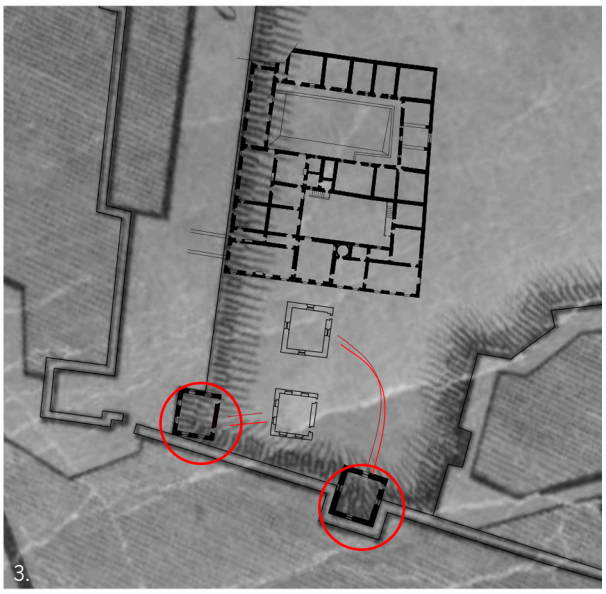




Fig. 139: Cronologia comparada das representações do Paço dos Duques nas vistas de Lisboa de 1. António d'Holanda (c.1520); 2. António d'Holanda e Simão de Bening (1530-1534); 3. Publicação de Georg Braun (1572); 4. Simão de Miranda (c.1575); 5. Publicação de Georg Braun (1598); 6. Pier Maria Baldi (1668-1669).







0 10m 50m

Fig. 140: Hipótese da possível localização original das estruturas tipo torreões identificados a vermelho em 1. Planta "Casas de Sua Senhoria" (s.a., s.d.); 2. "Veduta" (Baldi, 1668-69); 3. Redesenho de "Casas de sua Senhoria" sobreposto a "Planta de Lisboa (...)" (Tinoco, 1650).

Considerando que os torreões surgem representando em vista pela primeira vez no terceiro quartel do século XVII, mas que são também incluídos na planta "Casas de Sua Senhoria", debruçamo-nos sobre uma eventual datação do pergaminho.

Descoberto na então Biblioteca Nacional de Lisboa por Augusto Vieira da Silva, o documento original – que não estaria assinado ou datado – terá sido utilizado como capa de um livro, razão pela qual foi cortado numa das extremidades. Divulgado por Vieira da Silva em artigo de 1943, a planta manteve-se inédita até à sua publicação no século XX, tendo sido ainda pouco estudada. O autor julga tratar-se de uma representação do palácio dos Duques de Bragança em Lisboa antes da grande intervenção que sofreu à época do reinado de D. João III, no século XVI[578]. Esta suposição tem sido geralmente aceite pois, apesar de ainda não comprovada, existem vários indícios que apontam para tal. Quando comparada com as diversas vistas analisadas anteriormente, e à luz das descobertas realizadas no decurso da presente investigação, consideramos que a planta poderá ter sido executada entre 1554 e 1573. Expomos, de seguida, o raciocínio que fundamenta esta suposição.

Através de uma primeira observação, percebemos que o desenho aparenta grande rigor: são utilizados dois tipos de linha, a cheio e pontilhado, e todos os espaços estão legendados. O traçado é bastante regular, homogéneo, e o rigor e minúcia empregues na sua execução demonstra intencionalidade precisa na representação. Às várias fachadas do edifício estão associadas pequenas legendas, onde se explicita a sua orientação: junto à fachada Norte encontra-se a legenda "Casas de G.ar Glz pera a parte do pouco mais ou menos"; à fachada Sul, a legenda "jardim pera a coutada pera a parte do sul"; à fachada Nascente, a legenda "jardim pera a parte das vinhas e pera o oriente pouco mais ou menos" e à fachada Poente, a legenda "pera São Roque pera o Poente pouco mais ou menos". De resto, todos os espaços internos estão legendados, auxiliando a construção de uma possível organização e distribuição funcional do paço. No cunhal sudoeste estão representadas duas paredes divisórias com linha pontilhada, o que, no nosso entendimento, sugere a possibilidade de estarmos perante um projecto de reconfiguração deste espaço. De assinalar ainda a representação perspética do piso térreo, nomeadamente de três alçados interiores voltados ao pátio grande a nível do piso térreo, bem como da galeria que se situava no piso nobre [Fig. 141]. Este desenho é interessantíssimo e muito importante para a nossa investigação, pois apresenta a conformação interna do pátio e contribui para uma maior compreensão da organização espacial do paço, principalmente ao nível do piso térreo, que praticamente desconhecemos.

578. Silva, Vieira da. *Op. Cit.*, (1943): 30.



Fig. 141: Pormenor dos alçados do piso térreo representados em perspetiva no "pateo grande", com sobreposição do seu redesanho. Planta "Casas de Sua Senhoria", autor desconhecido, sem data. ANTT, Iconografia D. 624.

Como referido, a planta inclui uma legenda associada à fachada onde se lê "Casas de G.ar Glz pera a parte do Norte pouco mais ou menos". Sabemos que "G.ar Glz" seria uma abreviatura para Gaspar Gonçalves. Logo, localizando Gaspar Gonçalves, proprietário das "Casas" que confrontariam o paço a Norte, conseguiríamos estabelecer um intervalo temporal mais concreto para a execução da planta.

Fundamental em vários momentos da investigação, o estudo do Tombo de 1573[579] foi, incidentemente, crucial na proposta de datação da planta que apresentamos. Através deste documento conhecemos a existência de umas "casinhas" na Rua da Parreira compradas por Gaspar Gonçalves em 1554 e vendidas por Catarina Fernandes, sua esposa, depois de enviuvar. Sabendo que a planta teria sido desenhada no século XVI, poderia este ser o Gaspar Gonçalves indicado na planta? O Tombo de 1573 refere seis Gaspar Gonçalves[580], dois deles habitantes de Mártires ("Gaspar Gonçalves, 2.º" e "Gaspar Gonçalves, piloto"). De modo a confirmar – ou não – se algum deles seria o Gaspar Gonçalves que interessava ao estudo, analisamos a descrição da localização das casas que comprou em 1554.

"Tem a cidade humas casinhas na Rua de Parreira, hindo da Rua direita das Marteres, por a dita Rua da Parreira dentro, á mão direita, e o chão em que estão feitas foi antigamente travessa, e tem por debaixo huma logea, e por cima della vão dous sobrados (...)" [581].

Estudamos as referências espaciais que compõem esta frase isoladamente: rua da Parreira e rua Direita das Marteres. Encontramos a primeira referência à rua da Parreira no "Summario (...)" de Cristóvão Rodrigues de Oliveira (1551). A análise interpretativa do topónimo "parreira"[582] (parra+eira) remete-nos para o conceito de vinha, ou videira. Recorrendo à planta "Casas de Sua Senhoria", encontramos em legenda que a localização das vinhas do paço seria "(...) pera o oriente pouco mais ou menos". Identificando no mapa de Tinoco (1650) a área onde o paço se localizaria e sobrepondo-lhe a planta "Casas de Sua Senhoria" conseguimos, com certo grau de rigor, localizar as vinhas a nordeste e, provavelmente, em confrontação com a rua da Parreira[583], sendo plausível que a denominação da rua tenha surgido da sua proximidade com as vinhas paças. Em relação à rua Direita das Marteres, a primeira referência surge também na obra de Cristóvão Rodrigues de Oliveira (1551). No Tombo de Lisboa (1573), a toponímia é já rua Direita das Marteres e, na planta de Tinoco (1650) é legendada como rua Nova das Mártires[584]. Esta denominação

579. Tombamento das propriedades foreiras à Câmara de Lisboa efetuado em 1573 que contém uma descrição sucinta dos imóveis, incluindo as suas localizações, confrontações e dimensões e, por vezes, indicando os seus proprietários, anos de compra ou venda. Em 1950, a Câmara Municipal de Lisboa publicou, em dois volumes, o tomo referente às freguesias do Loreto, Madalena, Mártires, Santos, São Nicolau e Sé, disponibilizando uma fonte de informação riquíssima sobre a Lisboa do século XVI.

580. São referidos "Gaspar Gonçalves 1º, Gaspar Gonçalves 2.º, Gaspar Gonçalves cerralheiro, Gaspar Gonçalves piloto, Gaspar Gonçalves sapateiro e Gaspar Gonçalves tabelião de notas". Cf. *Livro primeiro do tombo das propriedades foreiras à Câmara desta muy insigne cidade de Lisboa.* Documentos para a História da Cidade de Lisboa. Volume II. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1950-52, p. 408.

581. Fl. 329 r. "Freguesia das Marteres. Rua da Parreira". Cf. *Ibidem*, p. 11-12.

582. Parreira: armação mais ou menos horizontal em que as videiras se apoiam; videira cujos ramos se estendem formando latada; videira. Fonte: https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/parreira (consultado a 30-10-2019).

583. A toponímia da rua evoluiu e, em 1885, o seu nome foi alterado para rua do Capelo em conformidade com o Edital da Câmara Municipal publicado nesse mesmo ano. Em "Anexos", encontra-se uma relação precisa das alterações do nome da rua em função das fontes primárias consultadas, associada a desenho.

584. A toponímia da rua evoluiu e, em 1885, o seu nome foi alterado para rua Serpa Pinto em conformidade com o Edital da Câmara Municipal publicado nesse mesmo ano. Em "Anexos", encontra-se uma relação precisa das alterações do nome da rua em função das fontes primárias consultadas, associada a desenho.

pode ter origem na relação de proximidade desta via com a ermida de Nossa Senhora dos Mártires, lugar de culto de fundação medieva que manteve a sua importância ao longo dos anos[585].

Retomando a descrição do "Tombo de Lisboa" (1573), as "casinhas" situavam-se "á mão direita" da rua da Parreira para quem aqui chegasse através da rua direita das Marteres. Analisando na planta de Tinoco (1650) a localização destas ruas – que aqui surgem associadas às legendas "T. da Parreirinha" e "Rua nova das Mártires" – percebemos que, de facto, a rua da Parreira perfaz o limite nordeste da cerca franciscana e que as casinhas de Gaspar Gonçalves mencionadas no Tombo se situariam, provavelmente, junto da interseção da rua nova das Mártires e da rua da Parreira [Fig. 142].

Sabendo que a legenda da planta "Casas de Sua Senhoria" associa o lado do paço às "Casas de Gaspar Gonçalves" – e tendo em conta o período de execução da planta avançado por Vieira da Silva (1943), e retomado por Mário Jorge Barroca (1998) e Hélder Carita (2014), o final século XVI –, parece-nos pertinente equacionar que as "Casas" mencionadas na planta seriam as mesmas "Casinhas" de Gaspar Gonçalves referidas no Tombo de 1573.

Assim, balizamos a execução da planta entre 1554, data em que Gaspar Gonçalves compra as casinhas, e 1573, o ano da redação do Tombo estudado. A datação mais afinada da planta – que passaremos a utilizar no decorrer da tese – permite a realização de estudos da ordem da evolução arquitetónica, espacial e funcional mais concertados com a cronologia temporal na qual trabalhamos.

585. Calado, Margarida. *O Convento de S. Francisco da Cidade*. Lisboa: Faculdade de Belas Artes, 2001, p. 108.

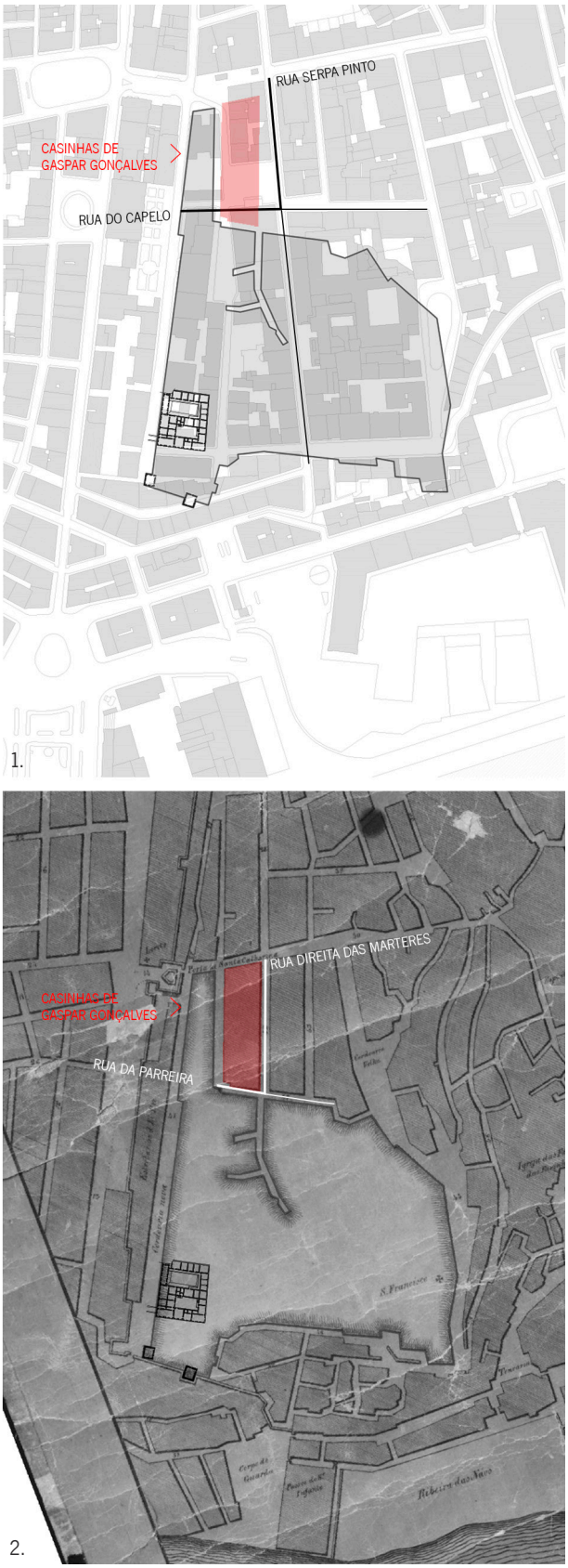


Fig. 142: Hipótese de localização das "casinhas de Gaspar Gonçalves" no lado direito de quem desce a rua Direita das Marteres (atual rua Serpa Pinto) em direção à rua das Parreiras (atual rua do Capelo). 1. Sobre cartografia atual (CML, 2018) com indicação da antiga cerca franciscana e do paço (s.a, c.1554-73); 2. Sobre planta de Lisboa (Tinoco, 1650) com localização do paço (s.a, c.1554-73).

2.3.3
a evolução arquitetónica

Cruzando as fontes escritas e desenhadas recolhidas começamos a trabalhar sobre uma possível evolução arquitetónica do paço ducal em Mártires durante o século XVI, acompanhando os ducados de D. Jaime (1496-1532), D. Teodósio I (1532-1563) e D. João I de Bragança (1563-1583), muito embora conscientes que a escassa documentação encontrada nos permite, apenas, construir suposições e testar hipóteses.
As representações analisadas apresentam, num primeiro momento, um paço organizado em três pisos e com um jardim murado orientado a sul. Contudo, observa-se uma clara mudança no seu desenho pois, se durante o século XVI o paço é representado como um edifício de três andares, de dimensões relativamente modestas e semblante medieval, os séculos XVII e XVIII apresentam um paço transformado em palácio, também com três andares, mas maior e com uma nova fachada, o que indica extensas obras de ampliação. Esta campanha de obras terá correspondido, pensamos, às intervenções ordenadas pelo rei D. João V no início de *Setecentos*. Embora esta investigação concerne ao paço ducal quinhentista e seiscentista, deixando de lado, por agora, o estudo das suas intervenções mais tardias, é essencial referir esta sua clara mudança de feição do paço ducal, pois demonstra que se trata de um edifício relevante para os Bragança mesmo depois de se tornarem Casa reinante, em 1640. De facto, o Paço dos Duques de Bragança em Lisboa só acaba por cair no esquecimento generalizado após o terramoto de 1 de novembro de 1755 que, à semelhança de muitos outros edifícios na baixa, o abalaram profundamente. No entanto, a investigação de Rosário Gordalina (2008) atesta o interesse do rei D. José em garantir a preservação do paço, solicitando, nesse sentido, ao Tenente-Coronel Carlos Mardel a identificação das intervenções que seria necessário realizar de modo a consolidar o edifício e assegurar a sua utilização para outras funções.

A análise iconográfica informa-nos que a construção do paço ducal em Lisboa terá sido faseada, embora não deva ter sido objeto de um plano ou projecto a longo prazo. Será porventura o resultado do somatório das diferentes vontades dos vários Duques, que culminaram num edifício com múltiplas camadas espaciais e temporais, abrindo-se a diversas possibilidades de interpretação crítica. Na leitura que construímos, consideramos que existiria um edifício primitivo de dimensões modestas que foi sendo sucessivamente ampliado. Vários historiadores têm vindo a sugerir que o Paço dos Duques de Bragança se desenvolveria a partir do paço primitivo do Condestável, reforçando o carácter simbólico – e historicamente relevante – do paço ducal dos Bragança em Lisboa[586]. No entanto, como referido, consideramos que o paço de Nuno Álvares Pereira se situaria no Rossio e que terá sido por ele doado a seu neto, o Conde de Ourém D. Afonso[587]. Visto que o edifício em estudo se localizava na freguesia de Mártires, parece-nos de sugerir uma hipótese alternativa à apresentada por Augusto Vieira da Silva. A investigação aprofundada ao edifício,

586. Júlio de Castilho (1937, p. 699; Vieira da Silva (1942, p. 192), Reis (2018, p. 244).
587. Este raciocínio encontra-se ensaiado em "- I - a família de Bragança na Lisboa de *Quatrocentos* e *Quinhentos*".

apoiada nos documentos escritos e iconográficos de que dispomos hoje, passados pouco mais de cinco séculos da sua construção, permitir-nos-á testar um modelo de paço ducal com evidentes reverberações nos palácios da família Bragança em estudo.

Iniciamos a investigação de uma possível evolução arquitetónica do edifício do Paço dos Duques tomando como suporte a planta "Casas de Sua Senhoria" assumindo-a como uma representação quinhentista do Paço dos Duques de Bragança, juntamente com o estudo efetuado por Vieira da Silva (1942; 1943) que temos vindo a referir. No desenvolvimento desta análise, e de modo a preparar um suporte de trabalho rigoroso e objetivo, recorremos ao redesenho[588] como ferramenta operativa para a interpretação da evolução arquitetónica do edifício. [Fig. 143].
Como explicitado em capítulo anterior a propósito da metodologia adotada, optamos por trabalhar com a digitalização da planta recentemente disponibilizada[589] por considerarmos necessário recorrer, sempre que possível, a fontes primárias. Logo no primeiro momento, foi essencial determinar a escala na qual iríamos trabalhar e, apesar de nenhuma medida estar indicada no petipé, sabemos por Mário Jorge Barroca (1992)[590] que no século XVI seria corrente o uso do sistema craveiro, nomeadamente do palmo (0,22 m) e dos seus múltiplos – o côvado (três palmos: 0,66 m) e a vara (cinco palmos: 1,10 m). Visto que balizamos a execução da planta entre 1554 e 1573[591], mostrou-se pertinente assumir que esta estaria desenhada segundo o sistema craveiro. Através da observação da planta original, verificamos que o petipé se encontra dividido em dez tramos iguais, estando ainda o primeiro subdividido em dois que, por sua vez, estão igualmente divididos em cinco partes iguais. Consideramos, portanto, que a medida aqui utilizada terá sido a de duas varas (2,20 m). Assim, o primeiro tramo corresponderia a uma vara dividida em cinco palmos. Adotando a vara como unidade de medida e assumindo a existência de uma margem de erro natural, desenvolvemos estudos métricos e geométricos, numa tentativa de descodificar a possível evolução arquitetónica do edifício. Transpondo o desenho do sistema craveiro para métrico – varas para metros – podemos concluir que a planta se encontra a uma escala aproximada de 1: 200.

No seguimento do raciocínio de Vieira da Silva (1943), entendemos, ainda, que representará muito provavelmente o segundo andar da habitação, o piso nobre, e baseamos esta hipótese em três factos: (a.) a organização geral dos espaços que, legendados, indicam o piso nobre de um palácio urbano, nomeadamente: a "varanda" que, pela sua função de local onde *"se costuma passear e tomar o Sol, o fresco"* [592] só poderia existir num piso superior ao térreo, em estreita relação com a sala, local onde o dono da casa recebe as visitas e onde se dão os banquetes[593]; a tribuna; os espaços administrativos característicos de

588. Como explicitado na abordagem metodológica, incluída em "Introdução".

589. Disponibilizada no âmbito do projecto de investigação "A Casa Senhorial". Em http://acasasenhorial.org/acs/index.php/pt/fontes-documentais/plantas-antigas/204-palacio-dos-duques-de-braganca-em-lisboa (consultado a 20-06-2019).

590 Barroca, Mário Jorge. *Medidas-Padrão medievais portuguesas.* Porto: Revista da Faculdade de Letras, 1992.

591. Esta datação está justificada em "hipótese de datação da planta "Casas de Sua Senhoria".

592. Bluteau, Raphael. *Op. Cit.* 1728, p. 363. ANTT Cota: I-2778-a_0000.

593. Sala: "(...) porque na sala se costuma descançar, & esperar até que venha a pessoa, com que se há de falar, & tambem há salas em Palacios de Principes, em que descanção, & dormem os guardas, como no Palacio dos Reys de Portugal a sala dos Tudescos [no Paço de Vila Viçosa], ou sala se chama assim, porque do seu quarto sahe a ella o senhor da cassa a falar, ou porque em dias de banquetes, & destas algũas vezes se salta e dança na sala." Em Bluteau, Raphael. *Vocabulario (...),* 1720, p. 440.

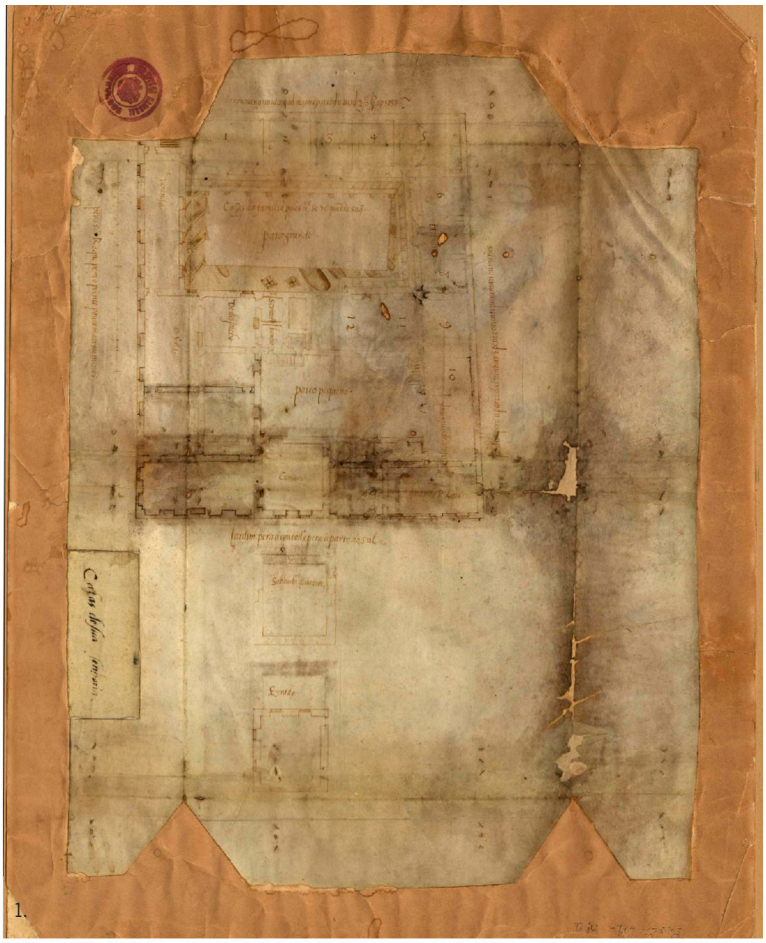
uma casa senhorial como a de Bragança – o *"Scriptorium"* e o "De despacho"[594], bem como a sequência dos espaços de cariz doméstico "ante camara – camara – guarda roupa – casas do guarda roup[a]" que, pela sua natureza privada, localizar-se-iam sempre em piso superior[595]; (b.) a impressionante representação de três dos quatro alçados interiores do "pateo grande" ao nível térreo em perspetiva, bem como da galeria de distribuição do piso nobre que, até ao momento, não tinha sido identificada nem estudada [Fig. 144]. O redesenho interpretativo desta vista devidamente cruzado com o Inventário do paço ducal (1565) permite ensaiar composições do pátio e uma eventual distribuição funcional do nível térreo; (c.) a representação de escadas no "pateo pequeno" que, pelo seu desenho, indica a existência de um piso inferior, ao que está representado.

O início do século XVI foi, de resto, uma época particularmente fértil em construções *ex novo* e intervenções urbanísticas de origem régia – durante os reinados de D. Manuel I (1495-1521) e de D. João III (1521-1557) – mas também ducal, nomeadamente da Casa de Bragança. D. Jaime patrocinou a fundação de vários conventos franciscanos (1500-1508) e, em Vila Viçosa, iniciou a grande empresa do Paço dos Duques (1501), a construção do Convento de Nossa Senhora das Chagas (1514), a adaptação do castelo artilheiro e patrocinou ainda intervenções no paço da alcáçova (1525). Incluímos precisamente neste período o início da edificação do Paço dos Duques em Lisboa (c.1500), uma nova e dignificada morada de um grande Senhor na capital do reino. Ou seja, a par da ação de D. Manuel, D. Jaime começa a construir em simultâneo duas casas *ex novo*, ambos paços situados em território de indiscutível importância simbólica no quadro da estrutura espacial onde o poder régio se expressava.

---

594. Carita (2014) desenvolve considerações acerca destes dois espaços, referindo que "Pelas suas reduzidas proporções e localização no programa distributivo, com entrada privativa, estes espaços mantêm ainda características estritamente funcionais, ligadas ao uso de funcionários da casa ocupados na elaboração e guarda de aforamentos, escrituras e documentação. O espaço mencionado na planta como "De despacho", situado numa zona mais acessível, sugere as funções correntes de secretaria, enquanto o espaço de "scritorio" mais pequeno e privado indicia, por sua vez, uma hierarquia superior e um uso mais restrito e individualizado (...)" Cf. Carita, Hélder. "Do *scriptorium* ao gabinete e à casa da livraria. Espaços da escrita nos interiores da casa nobre em Portugal" Em *Casas Senhoriais Rio – Lisboa e seus interiores,* org. Marize Malta, Isabel M. G. Mendonça, 25-49. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014, p. 28.

595. A propósito da estrutura da casa senhorial, referimos em "2.1. Arquitectura Senhorial na esfera da Casa de Bragança" o programa tipo do paço senhorial e os estudos nos quais baseamos a nossa análise, nomeadamente de José Custódio Vieira da Silva (1995) e Hélder Carita (2016; 2017).



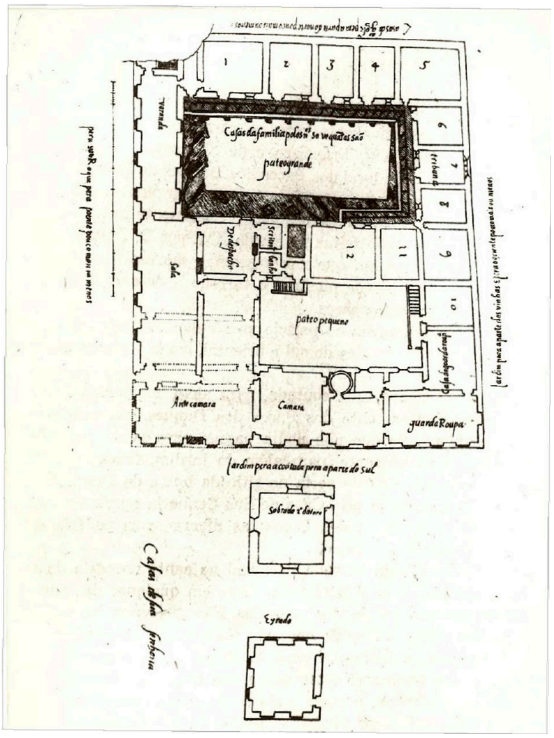


Fig. 143: Planta “Casas de Sua Senhoria” (s.a,1554-73) e o processo de redesenho. 1. Digitalização do pergaminho original; 2. Redesenho de Augusto Vieira da Silva (1943).

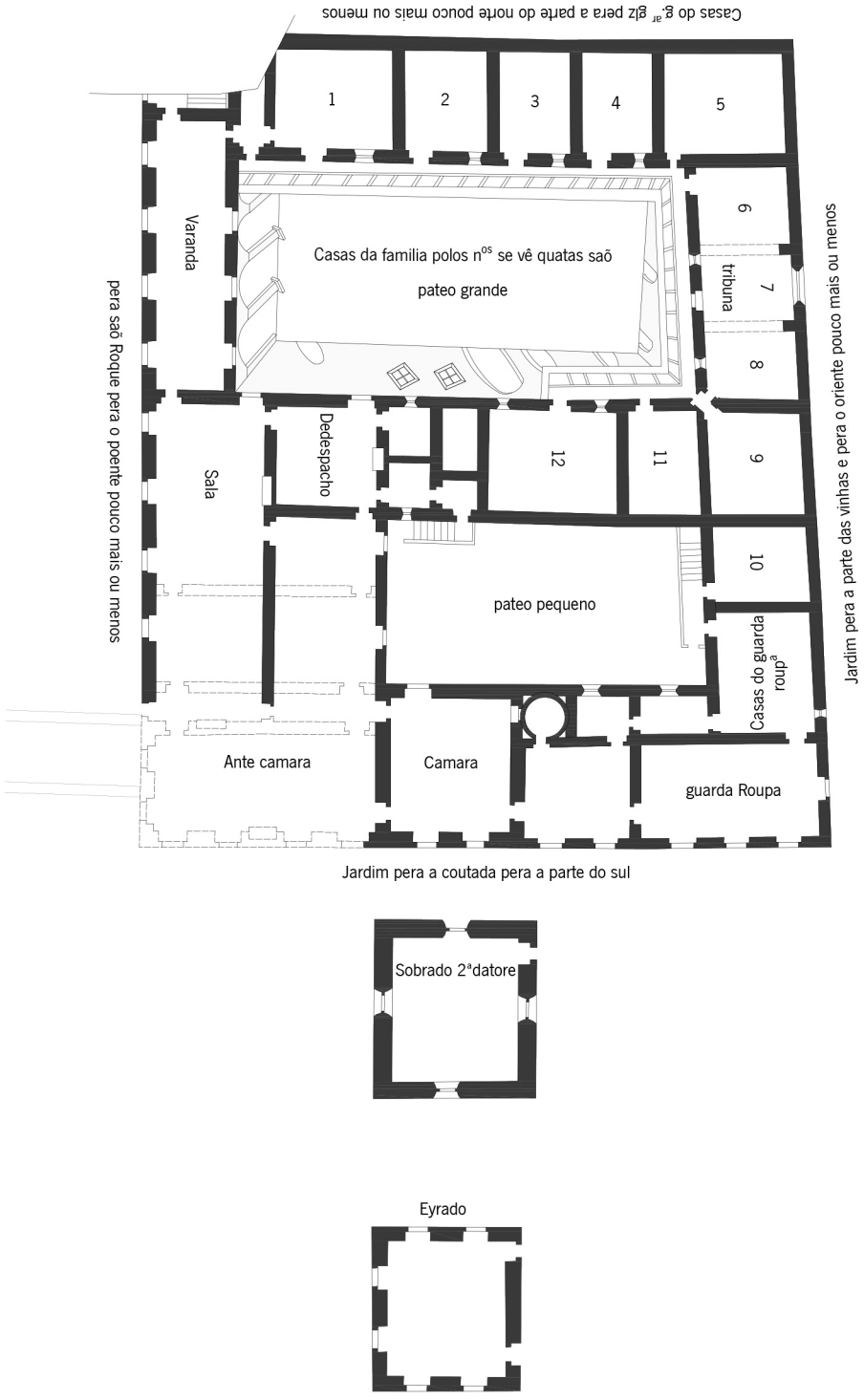


Fig. 144: Redesenho da planta "Casas de Sua Senhoria" (s.a,1554-73), a partir da digitalização do pergaminho original e do redesenho de Vieira da Silva (1943), incluindo a perspetiva do pátio grande e os seus três alçados. ILG, 2020.

Novamente em Lisboa, e ainda das primeiras décadas de *Quinhentos*, datará a abertura do Postigo do Duque que, pelas descrições e vistas da cidade analisadas[596], se localizaria na cerca fernandina junto à rua do Duque, perfazendo a ligação entre a urbe e a zona de Cata-que-farás, a Sul[597]. Augusto Vieira da Silva (1943) refere que em 1527 D. Jaime terá solicitado autorização a D. João III para abertura de duas portas entre *"suas casas e o muro da cidade que está da parte do seu miradoiro"*, e que, em 1551[598] este postigo já estaria aberto. Por "miradoiro" compreendemos o jardim que se situaria a sul do paço e sobre a cerca, pois seria a partir de onde se teriam as melhores vistas sobre o rio. Depreendemos que a sua construção se terá balizado entre 1527 e 1551, mas provavelmente, ainda em vida do 4.º Duque de Bragança (f.1532) considerando que terá sido o próprio a apresentar a solicitação. A planta "Casas de Sua Senhoria" (c.1554-73) inclui também o registo de duas paredes ao nível térreo que garantiriam, eventualmente, uma ligação coberta e resguardada entre a rua do Duque e o paço ducal, hipótese que incluímos no redesenho [Fig. 144]. A existência de uma passagem privada como sugerido pela planta, garantindo o acesso direto e protegido do Duque ao seu palácio, reflete, em termos urbanos, a importância do edifício e, particularmente, do Duque de Bragança no contexto da cidade de Lisboa. A construção do Postigo do Duque é a única intervenção que conseguimos situar comprovadamente – através do raciocínio exposto – na primeira fase da construção do paço, a qual entendemos ter ocorrido durante o ducado de D. Jaime. No entanto, o estudo métrico e geométrico da planta redesenhada permitiu testar outras hipóteses, nomeadamente a de a construção do Paço dos Duques ter sido faseada e quais as suas diferentes etapas construtivas [Fig. 145]. Nesse sentido, abordamos a evolução arquitetónica do paço ducal através do estudo métrico e geométrico de "Casas de Sua Senhoria" (c.1554-73). Sobrepondo à planta, redesenhada e escalada, uma malha de 1 vara, identificamos uma matriz compositiva apoiada no módulo de 4 varas (4,40x4,40 m) que estrutura todo o conjunto. Com base nesta grelha modular propomos um esquema evolutivo organizado em várias fases distintas, identificadas com recurso às figuras geométricas do módulo, do retângulo de proporção áurea e do retângulo raiz de 2, elementos compositivos frequentes na arquitectura contemporânea. Esta proposta assenta no cruzamento de fontes desenhadas e escritas, bem como na análise arquitetónica do edifício a partir da planta quinhentista, e pretende ser uma hipótese de leitura da evolução construtiva do paço ducal. Também a terminologia empregue nas legendas da própria planta é particularmente reveladora quando estudada a organização funcional do edifício, pois auxilia uma construção mais fidedigna do esquema de distribuição dos vários espaços domésticos que caracterizariam a casa senhorial, como apresentado em capítulo anterior.

596. O Postigo do Duque surge representado pela primeira vez na vista "Olissippo quae nunc Lisboa", publicada por Braun em 1598, mas que terá sido provavelmente baseada numa gravura de 1566-67 (Senos, 2002). Posteriormente, é também incluído na planta de Lisboa levantada por João Nunes Tinoco em 1650.

597. Silva, Augusto Vieira da. *Op. Cit.*, 1987 p. 25.

598. Silva, Vieira da. *Op. Cit.*, (1943): 9.



Fig. 145: Proposta de plantas de implantação, sobre redesenho da planta de Lisboa (Tinoco, 1650) e cartografia municipal (CML, 2018), com referências de desenho e localização dos conventos (Carita, 1999, p.76) e toponímia das ruas adjacentes ao perímetro da cerca franciscana (Oliveira, 1551) e indicação do perímetro do conjunto antes de 1755 (Vieira da Silva, 1942). 1. Tempo I (1500-1532); 2. Tempo II (1532-1563). ILG, 2020.

Tomando como base o que entendemos ter sido a planta original do paço ducal, avançamos com algumas hipóteses de análise métrica e geométrica. O perímetro do paço ducal – que corresponderia a um primeiro ciclo de intervenções, a que nos referiremos como Tempo I – inscrever-se-ia num retângulo de 24x28 varas (7x5,5 módulos). As alas Nascente, Poente e Norte organizar-se-iam segundo uma métrica de 6 varas (1,5 módulos) e a ala Sul teria 4 varas de largura – onde se situaria a "camera" do duque, identificada através da legenda, que obedeceria a uma composição de retângulo com proporção áurea [Fig. 146.1]. Por sua vez, o pátio estaria regido por uma métrica de 16x12 varas (4x3 módulos). Como vemos, o "pateo pequeno" seria conformado por dois retângulos com proporção raiz de 2, construído a partir do quadrado de 8 varas de lado (2x2 módulos) [Fig. 146.1].

Entendendo a construção do paço como tendo sido faseada e, num primeiro momento, de dimensões mais modestas, a ala Sul – onde se situavam os aposentos do Duque – seria a mais pequena e estreita. Retomando a sequência de D. Duarte para os espaços privados da casa senhorial[599] e a legenda de "Casas de Sua Senhoria" [Fig. 143.1], identificamos a "Antecamera", "Camera" e "guarda-roupa" na ala Sul, da esquerda para a direita. Podemos inferir por analogia que, apesar de carecer de legenda, a "câmara de dormir" situar-se-ia na divisão entre câmara e guarda-roupa.

No entanto, na planta quinhentista, a ala Sul é a mais larga das quatro. A análise da planta parece sugerir que a ala Sul foi ampliada 4 varas (1 módulo) no sentido Norte do edifício, criando novos espaços interiores cuja função seria, provavelmente, dar apoio às já referidas divisões de carácter privado situadas a Sul. Assim, este corpo tornar-se ia o de maior dimensão em relação ao restante paço, diminuindo necessariamente à área do pátio, conforme hipótese ensaiada em esquema funcional [Fig. 146.2]. A "camera" do Duque é aumentada e passa a ser desenhada por dois retângulos com proporção áurea, enquanto o pátio ficaria reduzido a dois quadrados de 4 módulos. Do ponto de vista da organização funcional, pensamos que este aumento ala poderá ter dado resposta à necessidade de criar espaços de circulação até então inexistentes, bem como de ampliar substancialmente a "camera" do Duque, um dos espaços mais importantes na casa senhorial.

Com base neste raciocínio, sugerimos que o paço foi aumentado ainda durante uma primeira fase construtiva, mas que esta ampliação não interferiu com os seus limites urbanos nem com a imagem que projetava na cidade. Nesse sentido, terá sido uma intervenção de carácter sobretudo funcional. Assim, avançamos com uma planta esquemática do que entendemos ter sido uma primeira fase construtiva do paço ducal em Lisboa, que compreende o ciclo de intervenções realizado no período que decorreu entre a compra de parte da cerca franciscana por D. Jaime (1500) e o ano da sua morte (1532), que designamos por **Tempo I** [Fig. 147].

599. "Prymeira, salla, (...). Segunda, camara de paramento, ou antecâmara, (...). Terceyra, camara de dormyr, (...) . Quarta, trescamara, (...). Quinta, oratorio, (...).". Cf. D. Duarte. *Op. Cit.*, 1999, p. 294.

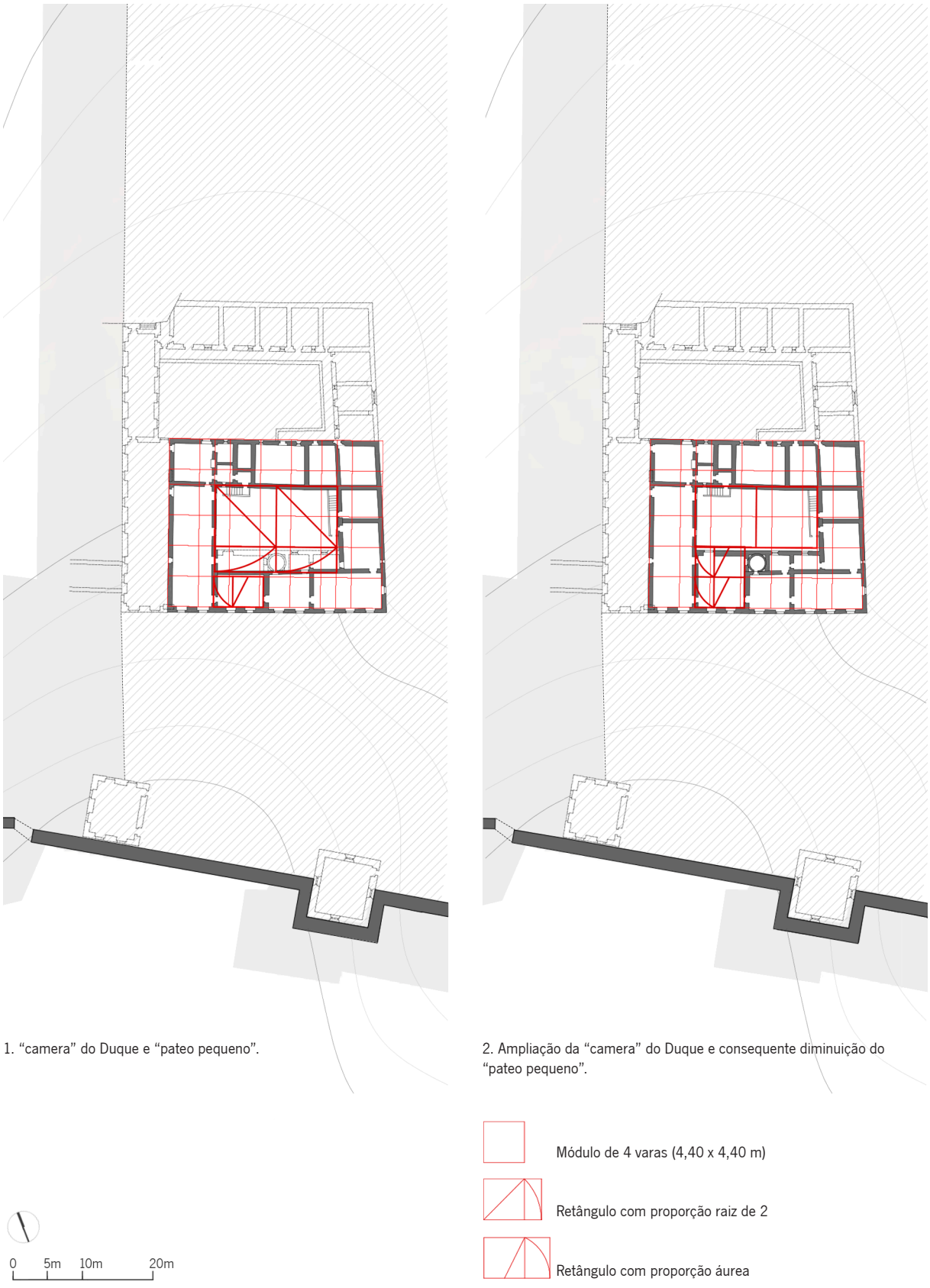


Fig. 146: Estudos métricos e geométricos da “camera” do Duque e do “pateo pequeno” durante o primeiro grande ciclo de intervenções - Tempo I (1500-1532). Sobreposição de uma métrica modular de 4 varas ao redesenho da planta “Casas de Sua Senhoria” (s.a, c.1554-73). ILG, 2020.

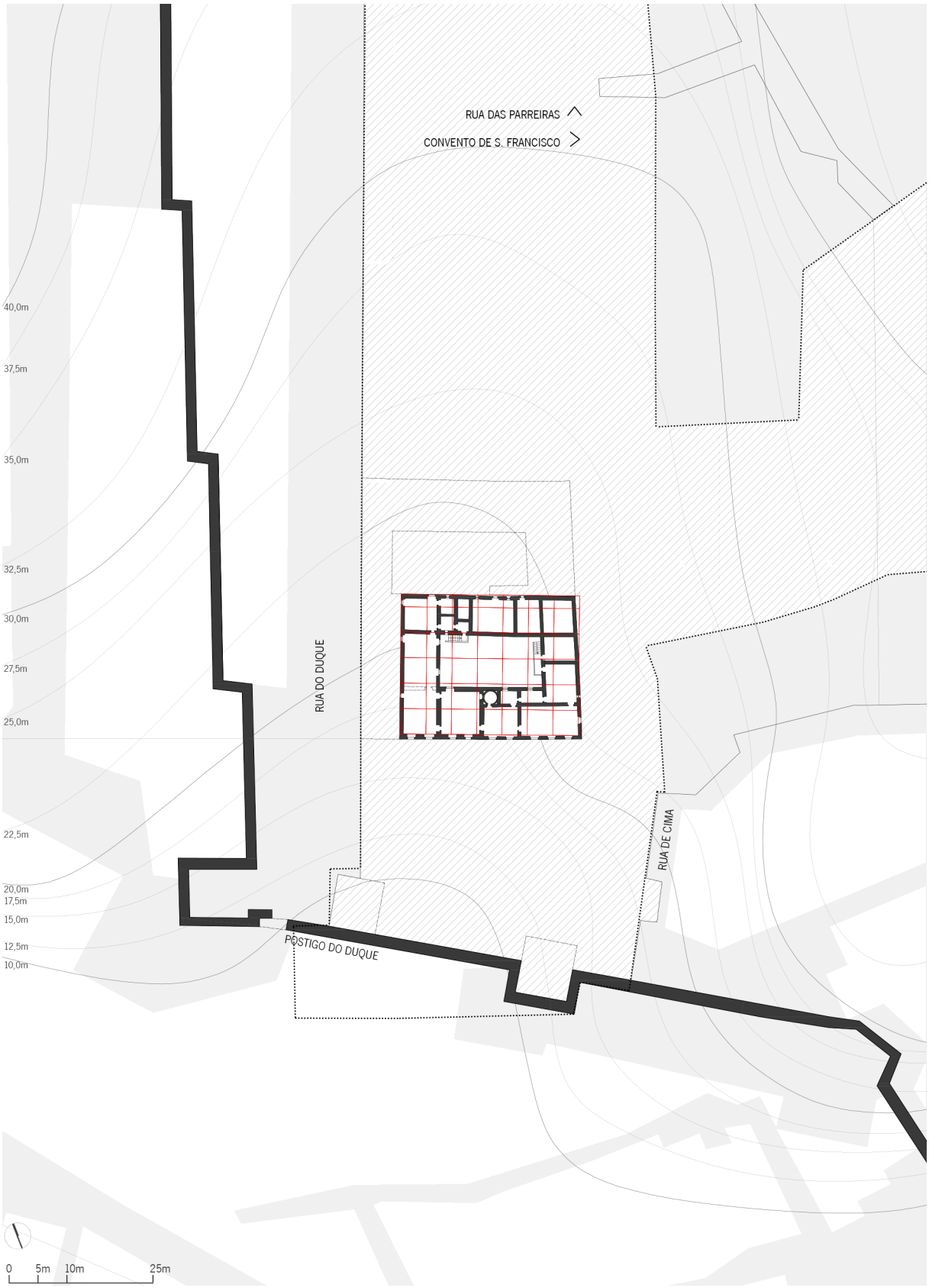


Fig. 147: Proposta de planta do piso nobre no Tempo I (1500-1532) com indicação da malha assente no módulo de 4 varas e delimitação da cerca franciscana. Sobre redesenho da planta de Lisboa (Tinoco, 1650) e cartografia municipal (CML, 2018), com referências à toponímia das ruas adjacentes ao perímetro da cerca conventual franciscana (Oliveira, 1551) e indicação do perímetro do conjunto antes de 1755 (Vieira da Silva, 1942). ILG, 2020.

Sobre a segunda metade do século XVI encontramos vários documentos que auxiliam a construção da organização espacial do paço ducal. Entre eles de referir, nomeadamente, o relato das festas de casamento do Duque de Bragança com a sua primeira esposa, D. Isabel de Lencastre (1513-58), que aqui se realizaram em 1542, tal como publicado por D. António Caetano de Sousa (1735-49).

"Tanto, que o Duque chegou ao seu Paço, se ordenou logo a mesa, que se armou no ***pateo das parreiras, que ficava entre a horta, e o Paço****: era muy comprida de maneira, que tomava toda a parede da horta até quasi junto das casas. Estavaõ as paredes, e tudo o mais ornado de ramos verdes pendentes com frutos, que formavaõ huma agradável vista, com muitas luzes, rico aparador de prata, e tudo com excessiva magnificiencia. (...) muitos Senhores logo se despediraõ, outros entraraõ com o Duque para a* ***camera grande, que cahia sobre o mar****, que estava ornada de excelente tapeçaria, com docel de borcado, e assim todas as de mais (...) e depois de muitas galantarias se despediraõ, e os hospedes, e o Duque se recolheo"* [600].

Esta descrição permite conjeturar sobre uma eventual localização de dispositivos funcionais centrais para a vivência do Paço, tais como o "pateo das parreiras" e a "camera grande". Nesse sentido, também o Inventário do paço ducal (1565) publicado recentemente por Jéssica Hallet e Nuno Senos (2018) se revela uma fonte documental preciosa, pois oferece novos entendimentos do espaço interior e importantes balizas temporais para a sua construção.

As referências textuais apresentadas e a análise arquitetónica da própria planta indicam que terá existido um segundo grande ciclo de intervenções no Paço dos Duques de Bragança, eventualmente organizado em dois momentos distintos. Cronologicamente, é provável que as obras tenham estado a cargo de D. Teodósio, visto que sabemos pela "Avaliação das benfeytoryas" incluída no "Inventário do Paço Ducal" (1565) que o 5.º Duque foi responsável por várias intervenções no paço lisboeta[601]. Nesse sentido, situamos esta segunda fase construtiva – **Tempo II** – no período que correspondeu ao ducado de D. Teodósio I, entre 1532 e 1562. O casamento com D. Isabel é também uma data importante no enquadramento das intervenções no palácio, pois permite afinar a baliza temporal em discussão. Se, em 1542, a "camera grande (...) cahia sobre o mar" – através da leitura da planta de implantação, reconhecemos de imediato a relação privilegiada que esta sala teria com o Tejo e com o mar – entendemos que uma primeira fase de ampliação do edifício estaria já concretizada, a construção da nova ala Poente. E o Inventário do paço ducal diz-nos que grande parte das obras terão sido executadas em vida da duquesa D. Isabel, que faleceu em 1558 e, portanto, após o seu casamento e elevação a Duquesa de Bragança. Ou seja, conseguimos estabelecer dois intervalos para as obras patrocinadas por D. Teodósio: um primeiro, entre 1532 (ano da morte de D. Jaime) e 1542 (ano do casamento de D. Teodósio); e um segundo, entre 1542 e 1558 (ano da morte de D. Isabel). De referir ainda que o novo Duque de Bragança terá dado continuidade ao traba-

600. Sousa, D. António Caetano de. "Tomo VI" em *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Lisboa: QuidNovi/ Público, Academia Portuguesa de História, 2007, p. 46-48, com sublinhado nosso.

601. "item declarou mais per bem da segunda carta veo sobre avalljação e declaração das bemfeytoryas que sabia que eram feytas são as segujmtes/ (...)". Cf. Hallett, Jessica; Senos, Nuno (ed.). *Op. Cit.*, 2018, p. 365.

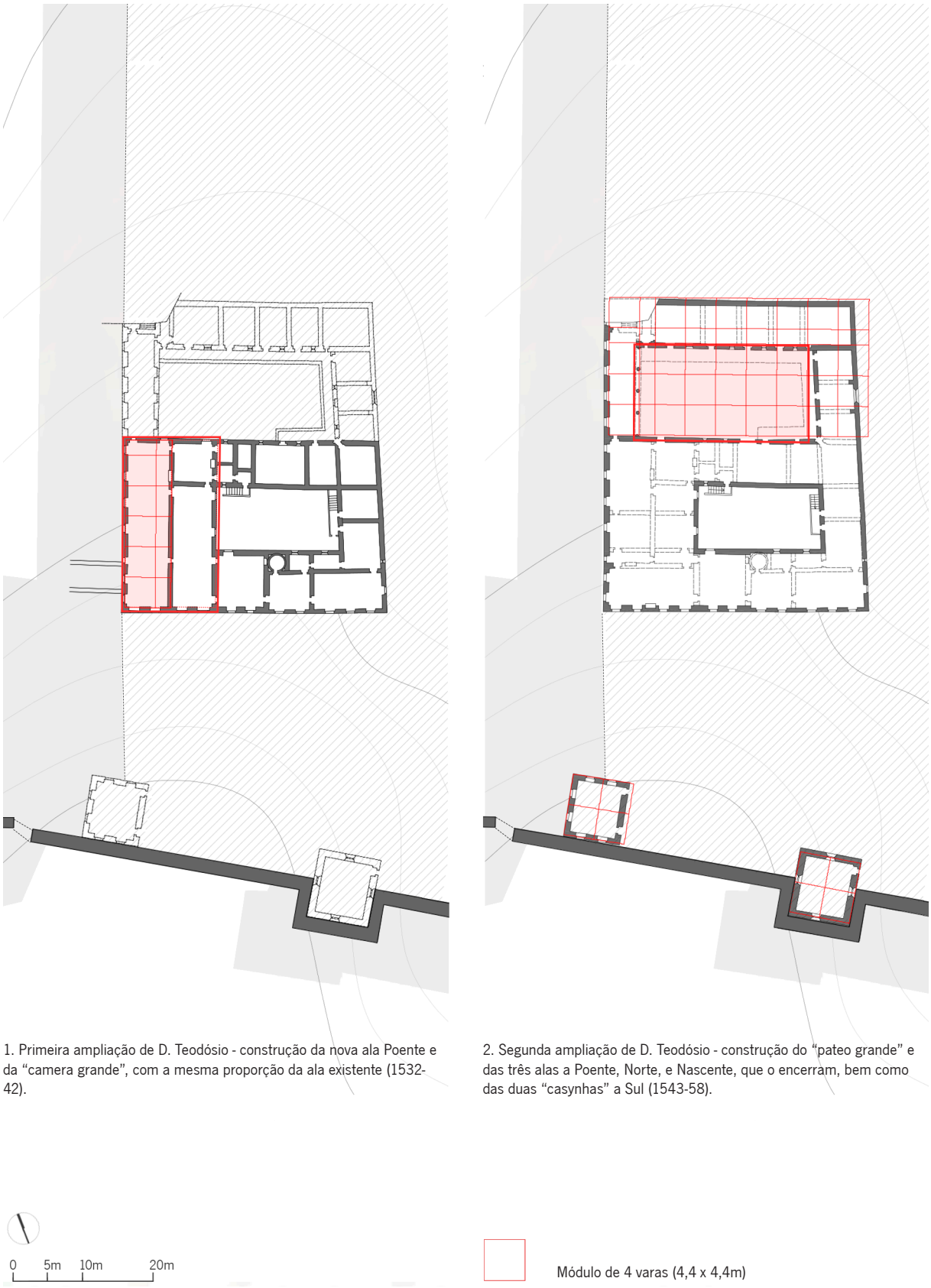
lho iniciado por seu pai tanto no paço em Lisboa como em Vila Viçosa e, nesse sentido, é de assinalar o simbolismo das intervenções teodosianas que, mais que melhoramentos centrados apenas nos edifícios, procuraram a renovação urbanística da envolvente próxima e da imagem que projetam na cidade.

O novo ciclo de intervenções no paço lisboeta terá sido caracterizado, num primeiro momento, pela construção de uma outra ala a Poente [Fig. 148.1] que, para além de representar um renovado espaço de recepção, conferiu ao paço uma nova fachada voltada para a rua do Duque e para o rio. Esta sala, designada como "camera grande", terá sido construída com recurso ao módulo do edifício original e replicando a proporção da sala já existente (22x6 varas), dando lugar a aposentos de cariz semiprivado, mas de maior dimensão (22x12 varas), onde o duque receberia pessoas da sua confiança, mas também se recolheria. Não podemos deixar de sublinhar a importância desta ação, concetual e espacialmente semelhante à abordagem de D. Teodósio no paço em Vila Viçosa. O aumento do edifício no sentido do seu alçado principal, pelo qual se realizaria provavelmente o acesso ao interior do palácio, terá tido certamente fortes reverberações na sua leitura urbana – através da nobilitação da frente –, bem como implicações diretas no carácter simbólico e representativo do Paço dos Duques no *skyline* da cidade. Um outro aspeto importante é a regularidade compositiva da fachada introduzida pelo 6.º Duque de Bragança. Como vemos em "Casas de Sua Senhoria", a ampliação patrocinada por D. Teodósio conferiu uma nova imagem ao edifício através da abertura de vãos com a mesma dimensão (≈1 vara) e o mesmo espaçamento entre eles (≈2,5 varas).
Após a construção da ala Poente (que situamos entre 1532-42), o paço terá sido ampliado para Norte com a construção de três novas alas em torno de um pátio de maiores dimensões que o "pateo pequeno" e que está legendado "pateo grande". Nesse sentido, colocamos a hipótese de ter existido uma segunda ampliação, maior em mais complexa que a anterior e, assumindo como eixo compositivo o alçado Norte, em espelho no sentido interior do terreno [Fig. 148.2]. Do ponto de vista arquitectónico, consideramos possível que este segundo momento tenha resultado de um movimento único cuja intenção fosse ampliar e melhorar a qualidade dos espaços domésticos do palácio, enquanto dignificava o alçado principal orientado sobre a rua do Duque, enfatizando a representação do edifício na cidade
A construção deste novo conjunto, com um pátio centrado junto à preexistência , duplicou sensivelmente a área do edifício. O conjunto arquitectónico do paço ducal passa assim a inscrever-se num retângulo de 40x34 varas – numa altura em que o Duque de Bragança firmava o seu casamento (1542-58), o que poderá ter contribuído para a decisão de ampliar o antigo paço de D. Jaime.
Sobrepondo à planta redesenhada uma métrica assente no módulo de 4 varas, identificamos o retângulo de 22x12 varas – que agora organiza os espaços da "camera grande" – presente também no desenho do "pateo grande" a nível térreo, conferindo harmonia à composição. A distribuição no piso nobre seria assegurada por uma galeria coberta – de 2 varas (meio módulo) de largura – que estaria suspensa em relação ao pátio, de acordo com a perspetiva incluída em "Casas de Sua Senhoria". Traçamos também

uma relação direta entre a proporção do pátio que inclui a galeria com a dimensão do "pateo pequeno" (22x8 varas). Durante este período terão também sido construídas as duas estruturas, até agora não identificadas, que surgem representadas na planta "Casas de Sua Senhoria" junto ao edifício principal[602]. Cronologicamente, enquadramos a sua edificação entre 1542-58, pois o Inventário do Paço Ducal (1565) refere que *"em vida da duquesa dona Isabell [1513-1558] se fezerão duas casynhas que estão na bamda do mar (...)"* [603].

Assim, quando morre D. Teodósio, o paço em Lisboa seria já um edifício maior e mais moderno [Fig. 149], muito diferente daquele que o 6.º Duque de Bragança herdara de seu pai. Sendo um paço urbano e construído para ser segunda morada da Casa de Bragança, a sua dimensão não se compara com a do paço em Vila Viçosa – nem com a do paço em Guimarães –, mas foi construído e ampliado segundo princípios análogos e com o mesmo propósito, o de comprovar a crescente importância e poder da Casa de Bragança.

602. Como referido anteriormente, consideramos que estas não se localizariam exatamente na posição em que se encontram desenhadas, mas sim junto da cerca fernandina.
603. *Ibidem*, p. 365.



1. Primeira ampliação de D. Teodósio - construção da nova ala Poente e da "camera grande", com a mesma proporção da ala existente (1532-42).

2. Segunda ampliação de D. Teodósio - construção do "pateo grande" e das três alas a Poente, Norte, e Nascente, que o encerram, bem como das duas "casynhas" a Sul (1543-58).

Fig. 148: Estudos métricos da construção da "camera grande", a primeira ampliação teodosiana (1.) e do "pateo grande", das três alas Poente, Norte e Nascente, bem como das "casynhas" a Sul, a segunda ampliação de D. Teodósio (2.) durante o segundo grande ciclo de intervenções – Tempo II (1532-1563). Sobreposição de uma métrica modular de 4 varas ao redesenho da planta "Casas de Sua Senhoria" (s.a, c.1554-73). ILG, 2020.

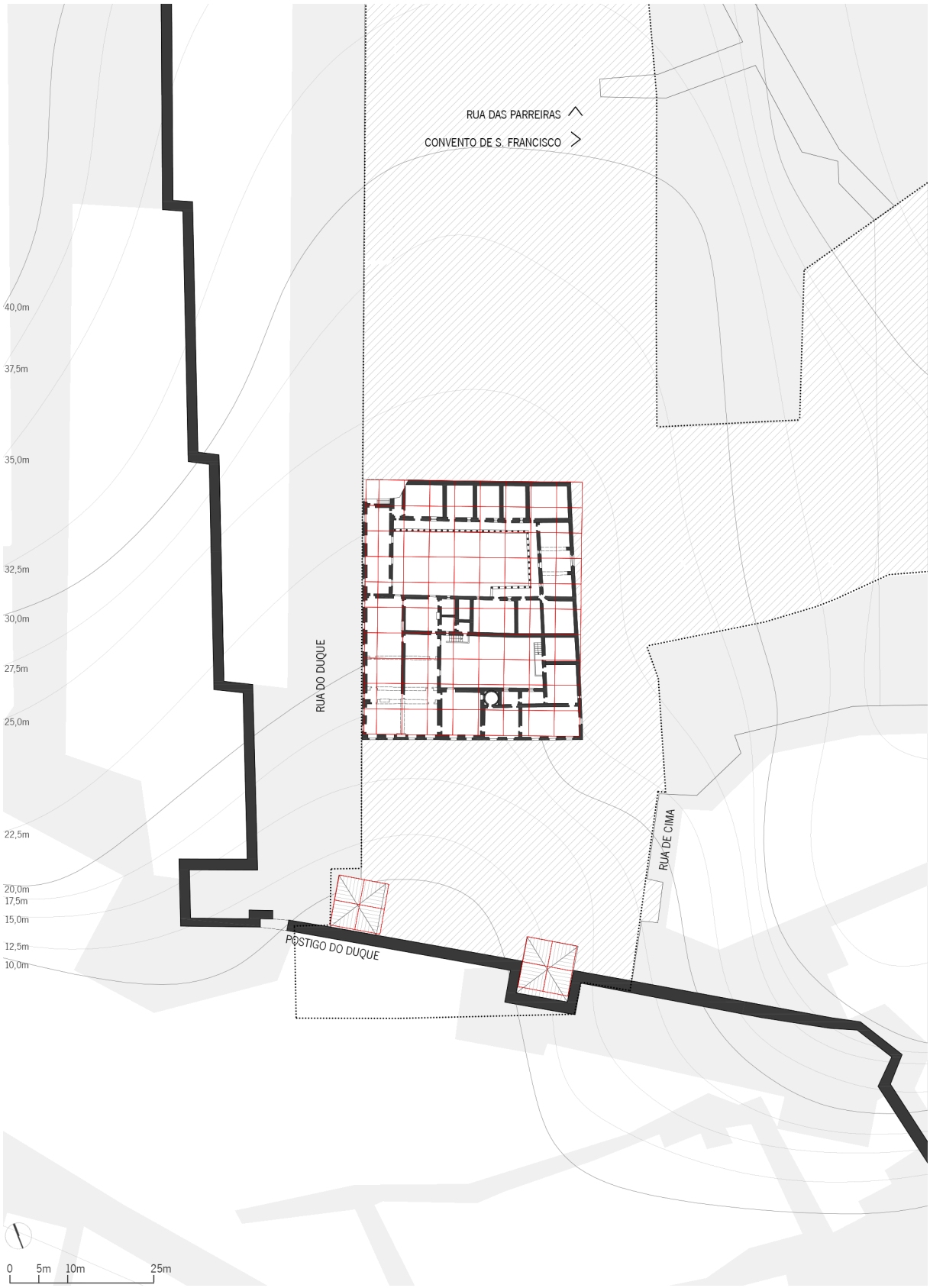


Fig. 149: Proposta de planta do piso nobre do Tempo II (1532-1562) com indicação da malha assente no módulo de 4 varas e delimitação da cerca franciscana. Sobre redesenho da planta de Lisboa (Tinoco, 1650) e cartografia municipal (CML, 2018), com referências à toponímia das ruas adjacentes ao perímetro da cerca conventual franciscana (Oliveira, 1551) e indicação do perímetro do conjunto antes de 1755 (Vieira da Silva, 1942). ILG, 2020.

Em "Avalljação das benfeytoryas", incluída no Inventário do Paço Ducal de Lisboa (1565), estão registadas e contextualizadas temporalmente várias das obras executadas neste paço, clarificando que o maior número de alterações aconteceu ainda em vida da duquesa D. Isabel. Durante os doze anos do primeiro casamento do duque de Bragança (1542-1558) foram construídos ou modificados a nível do piso térreo [Fig. 150], como do piso nobre [Fig. 151], vários compartimentos interiores e espaços exteriores de cariz privado e administrativo, cujo desenho é possível esboçar dado o detalhe das descrições. O estudo cruzado do "Inventário do Paço Ducal de Lisboa" (1565) e da planta "Casas de Sua Senhoria" (c.1554-73) permite avançar hipóteses de distribuição e organização funcional do palácio em meados do século XVI, ao tempo do Duque D. Teodósio I. Por uma questão de sistematicidade analítica e explicativa, optamos por considerar separadamente as transcrições nas quais localizamos programa doméstico até agora por identificar, reportando à legenda das plantas de piso térreo e nobre que assim podemos completar. Seguindo esta metodologia, identificamos no piso térreo os seguintes espaços:

*"Na **orta** se fez hũa parede de lomgo a lomgo da bamda de São Francisco e lhe parece que foy em vyda da duquesa dona Isabell que tem mão na terra da orta ao longo do jogo da bolla e no meo della estaa ho poço / E asy se fez benfeytorya que he a **nora** com seu **tamque** e **canos** e's ofecynas com o poço foy avalljado com as arvores em trezentos trymta e seis mjll e quatrocentos reis (...)"* [604].

Através desta descrição situamos a horta (0.01) a nascente do paço, perto do Convento de S. Francisco, e localizamos também nesta zona o sistema de abastecimento de água (0.02) do palácio, composto pelo poço, a nora[605], o tanque e a respetiva canalização.

*"E asy disse que avia algũas pedras lauradas de pedrarya de portais que estão algũas no **terreyro** e demtro nos **heyrados** e na orta hũa mesa de pedra laurada que também tem pera sy que he do tempo da duquesa dona Isabell que forão avalljadas pelos Jujzes do ofycyo em dezoyto mjll reis (...)"* [606].

Importa ressalvar ainda a identificação do terreiro[607] (0.03) e de eirados[608] (0.04) nas imediações do paço ducal, bem como a referência a uma mesa de pedra que se localizaria na horta e que, para ser nomeada em inventário, deveria ser de valor. Não podemos deixar de equacionar se esta seria a mesma mesa mencionada por D. António Caetano de Sousa (1735-49) na descrição das bodas de casamento de D. Teodósio e D. Isabel[609], o que certamente reportaria à importância desta peça.

---

604. *Ibidem*, p. 365, com sublinhado nosso.

605. Nora: "Máquina aquática composta por roda, cordas e alcatruzes que se move circularmente com calvagadura". Fonte: Bluteau, Rafael. *Vocabulario (...).* Tomo V. 1712-1728, p. 745.

606. Hallett, Jessica; Senos, Nuno (ed.). *Op. Cit.*, 2018, p. 365, com sublinhado nosso.

607. Terreiro: "Pedaço de chão espaçoso com plana superfície". Fonte: Bluteau, Raphael. *Vocabulario (...)*, Tomo VII. 1712-1728, p. 125.

608. Eirado: "He o lugar, que sobre o tecto das casas, ou em outra parte dellas fica descoberto para tomar ar". Fonte: Bluteau, Raphael. *Vocabulario (...).* Tomo III. 1712-1728, p. 19.

609. "Tanto, que o Duque chegou ao seu Paço, se ordenou logo a mesa, que se armou no pateo das parreiras, que ficava entre a horta, e o Paço: era muy comprida de maneira, que tomava toda a parede da horta até quasi junto das casas". Cf. Sousa, D. António Caetano de. "Tomo VI" em *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Lisboa: QuidNovi/ Público, Academia Portuguesa de História, 2007, p. 46.

"E declarou que no entulho que se fez na parede atras se prantarão ***arvores*** *que nelle estam as quais forão avaljadas pelos jujzes do ofycyo em trymta e dous mjll reis (...)"* [610].

Tendo em consideração que uma casa senhorial incluiria, por regra, uma zona de árvores de fruto, consideramos que esta benfeitoria se referiria a um pomar (0.05) que foi plantado junto à horta, a Norte. A localização foi estabelecida através da referência *"na parede atras"*, que supomos delimitar esta zona do jardim.

"E asy declarou que nas casas ao lomgo dellas da banda do norte se fez hũa ***cozinha*** *nova com hũa chamjne mujto grande que nunqua serujo e tem pera sy que se fez em tempo da duquesa dona Isabell e hy logo junto pegado com as* ***parreyras*** *encostada a* ***torre*** *se fez hũa* ***casynha terrea*** *forrada de bordo* ***homde ho duque tynha lyuros e despachava*** *que lhe parece que também foy feyta em vida da duquesa dona Isabell todo foy avalljado pelos Jujzes do ofycyo de carpemtarya e pedrarya em cemto oytenta quatro mjll e quatrocentos reis (...)"* [611].

Depreende-se que a "cozinha nova" (0.06) construída a Norte terá vindo substituir uma outra já existente – provavelmente situada no antigo paço de D. Jaime ou numa estrutura isolada – mas que, por algum motivo, terá tido pouco ou nenhum uso. A referência às "parreyras" (0.07), que se situariam também a Norte do Paço dos Duques e perto da horta e do pomar, vai ao encontro do raciocínio explorado anteriormente em referência à rua das Parreiras e da sua relação com as casas de Gaspar Gonçalves, através das quais conseguimos propor com um intervalo temporal para a execução da planta "Casas de Sua Senhoria" (c. 1554-73)[612]. No entanto, é também referido que, junto às vinhas, existiria uma "torre" (0.08) perto da qual foi construída uma *"casynha terrea (...) homde ho duque tynha lyvros e despachava",* e que corresponderia provavelmente à livraria e despacho do duque (0.09). A indicação de que terá sido forrada a bordo[613] e a avaliação elevada de que foi objeto concorrem para a compreensão da importância deste espaço dentro do ambiente privado do paço ducal. Contudo, importa referir que "Casas de Sua Senhoria" inclui também a legenda de dois espaços no piso nobre denominados de "despacho" e "scriptorio", sobre os quais Hélder Carita (2014) desenvolve algumas considerações[614], atribuindo-lhes um carácter funcional e destinados possivelmente ao uso dos funcionários da Casa. À luz da benfeitoria descrita, é de facto plausível que o Duque D. Teodósio tivesse ao seu dispor um espaço privado e reservado de trabalho, localizado fora do edifício principal que seria frequentado por um elevado número de pessoas e vassalos. Seria, portanto, possível que existissem dois espaços de despacho diferentes, um deles provavelmente de uso exclusivo do

610. Hallett, Jessica; Senos, Nuno (eds.). *Op. Cit.*, 2018, p. 365, com sublinhado nosso.

611 *Ibidem*, p. 365, com sublinhado nosso.

612. Ver "hipótese de datação da planta "Casas de Sua Senhoria".

613. Bordo: "Madeira. Dizem que he uma espécie de carvalho do Norte. (...) As madeiras que vem de fora são Bordos, madeira lustrosa, & durável, & accomodatissima para fabricas ilustres". Fonte: Bluteau, Raphael. *Vocabulario (...).* Tomo II. 1712-1728, p. 159.

614. Hélder Carita (2014) desenvolve considerações acerca destes dois espaços, referindo que "Pelas suas reduzidas proporções e localização no programa distributivo, com entrada privativa, estes espaços mantêm ainda características estritamente funcionais, ligadas ao uso de funcionários da casa ocupados na elaboração e guarda de aforamentos, escrituras e documentação. O espaço mencionado na planta como "De despacho", situado numa zona mais acessível, sugere as funções correntes de secretaria, enquanto o espaço de "scritorio" mais pequeno e privado indicia, por sua vez, uma hierarquia superior e um uso mais restrito e individualizado (...)" Cf. Carita, Hélder. *Op. Cit.*, 2014, p. 28.

Duque, enquanto o outro se situava no piso nobre do paço e teria um carácter mais utilitário.

"E asy declarou que em vida da duquesa dona Isabell se fezerão ***duas casynhas que estão na bamda do mar*** *sobre a travesa que vai per baxo dos arquos ao lomgo do muro hũa serve de púcaros e vydros e outra de oratoryo e a* ***casa dos vydros*** *tem seus cabydos e prateleyras de bordo e a* ***casa d'oratoryo*** *he toda pymtada e dourada forão avalljadas estas bemfeytoryas pelos jujzes dos ofycyos de pymtores e pedreyros e carpymteyros em cemto e omze mjll reis (...)"* [615].

Uma vez mais, a descrição incluída em "Avalljação das benfeytoryas" (1565) corrobora a hipótese que avançamos anteriormente de as duas estruturas representadas em "Casas de Sua Senhoria" (c.1554-73) se localizarem "*na bamda do mar sobre a travesa que vai per baxo dos arquos ao lomgo do muro"*, junto à cerca fernandina[616] que era o muro da cidade. Esta transcrição indica ainda que as casinhas, construídas entre 1542 e 1558, seriam de apenas um piso e identifica-as como obedecendo a duas funções distintas: a "casa dos vydros" (0.10), onde se guardariam vidros e púcaros[617], e a "casa d'oratoryo"[618] (0.11), um espaço diferente do oratório mandado construir pelo duque no edifício principal e, talvez, para uso da duquesa. Uma outra possibilidade seria a de estes dois espaços, exteriores ao edifício principal do paço e situados no limite Sul do jardim, serem "casas de fresco", construídas em local privilegiado, a partir de onde se gozaria certamente de excelentes vistas sobre o Tejo. A "casa de fresco" é, de resto, um programa que começa a surgir na casa senhorial portuguesa no século XVI e um comprovado sinal de abastança. A título de exemplo, a "casa de fresco" da quinta de Brás Afonso de Albuquerque, conhecida como Quinta da Bacalhoa, datará precisamente de c.1540-1550[619]. Coloca-se a questão se estaremos, também em Lisboa, perante um proto-exemplar deste equipamento de lazer construídos em Portugal – o que seria condizente com a ação inovadora da Casa de Bragança.

"E asy declarou que a ***guarda Roupa do aposento de baxo*** *e a* ***salla grande do dito aposento baxo*** *se ladrylharão de Roçado e tem pera sy que foy feyto despois do duque ser casado com a senhora duquesa dona Brytyz (...) E asy dise que avia hũa cop[a] gramde de bordo que esta na* ***sala baxa*** *a quall se fez despois do duque ser casado com ha duquesa dona Brytyz com outra mais pequena que esta na mesma salla que se Renovou no mesmo tempo que forão avalljadas pelos Jujzes do ofycyo em dezoyto mjll reis (...)"* [620].

Já após a celebração das escrituras de casamento com D. Brites (1559), realizada igualmente no paço ducal em Lisboa, é indicado que o "guarda Roupa do aposento de baxo" (0.12) e "Salla grande do dito apo-

615. Hallett, Jessica; Senos, Nuno (eds.). *Op. Cit.*, 2018, p. 365, com sublinhado nosso.

616. A este propósito, ver Figura 130.

617. Púcaro: "Vaso pequeno, normalmente de barro não vidrado, para se beber água ou verter líquidos em vasos maiores; alcatruz de lata; qualquer vaso pequeno com asa". Fonte: http://www.museuvirtualdalusofonia.com/glossario. (consultado a 06-02-2020).

618. Oratório: "Pequena capela onde se pode celebrar a Santa Missa, com a autorização prévia do Papa; espécie de armário com duas portas que tem no seu interior um Cristo crucificado e/ou santos que convidam à oração; este móvel pode ser chamado de armariolum sacrum; o mesmo que oratório doméstico". Fonte: Bluteau, Raphael. *Vocabulario (...).* Tomo VI, 1712-1728, p. 99-100.

619. Flor, Pedro. "A quinta de Brás Afonso de Albuquerque em Azeitão: Arquitectura, escultura e azulejo no Renascimento" em *Património Arquitectónico Civil de Setúbal e Azeitão*, coord. António Cunha Bento et al., 69-86. Setúbal: Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão, 2019, p. 80.

620. Hallett, Jessica; Senos, Nuno (eds.). *Op. Cit.*, 2018, p. 365-366, com sublinhado nosso.

sento baxo" (0.13) – e, portanto, ambos situados no piso térreo – foram ladrilhados com azulejo. A planta "Casas de Sua Senhoria", que representa o piso nobre do palácio, inclui, em legenda, "guarda Roupa" e "Casas do guarda Roupa", junto à câmara do Duque, indiciando uma duplicação de espaços nos dois pisos. Não conseguimos, de forma fidedigna, situar os aposentos baixos em planta. Poderíamos avançar com uma hipótese de localização baseada na organização funcional do piso superior, mas não dispomos da informação necessária para o suportar.

*"Item declarou que na **casa da lenha** estão dous feyxes de lanças que nom se sabe quantas são e com ellas pique das quais se aqueyxou Fernão Barbosa que lhe furtarão seis ou sete as quais lanças tynha o defunto nas ditas casas por armas adjante vão avaljadas/"* [621].

No início do Inventário, na secção relativa a "Ouro e joias", encontramos ainda a indicação de que existiria uma "casa da lenha" que, pelo seu carácter funcional e de serviço só poderia localizar-se no piso térreo. Relativamente ao piso nobre, o "Inventário do Paço Ducal" é mais parco em referências ao programa senhorial. No entanto, visto ser o piso que está representado na planta quinhentista que temos vindo a analisar e que se encontra amplamente legendada, a aproximação à organização funcional que ensaiamos é mais sustentada.

*"E asy declarou mais que na casa que esta pegada na **salla da cruz** da bamda de São Francisco fez o duque hum **oratoryo** ymtado /fl. 17v/ todo e concertou a casa dianteyra delle e a mandou forrar de bordo mujto bem e lhe fez hũa janella Rasa com hũas grades com portais de pedrarya e portas de bordos que também tem pera sy que foy tudo feyto em vida da duquesa dona Isabell forão avalljadas estas benfeytoryas pelos jujzes dos ofycyos de pymtor e carpemtarya e pedrarya em nouemta mjll reis (...)"* [622].

Confrontando estas descrições com "Casas de Sua Senhoria", é possível que a "salla da cruz" (1.01) e o "oratório" (1.02) se situassem junto ao espaço legendado em planta como "tribuna"[623] (1.15), que está orientado sobre o Convento de S. Francisco e que seria um espaço sacralizado, o oratório interno, destinado apenas ao duque e a pessoas da sua confiança. Sustentamos esta hipótese também na referência a uma "janella Rasa" que, pela descrição, seria certamente mais dignificada e embelezada. Nesse sentido, a análise da planta parece corroborar esta hipótese, na medida em que a "tribuna" surge com uma janela de desenho diferenciado em relação às restantes aberturas do Paço.

*"item declarou que na **salla de cyma gramde** estaũao duas arcas de coseletes velhas que elle Jujz podja mandar avalljar as quais armas declararão que erão /fl.12/ velhas (...)"* [624].

Reportando ao início do Inventário e à descrição relativa a "Ouro e joias", encontramos a referência a uma

621. *Ibidem*, p. 363, com sublinhado nosso.

622. *Ibidem*, p. 365, com sublinhado nosso.

623. Tribuna: "Lugar alto, recolhido e separado nas Igrejas onde Principes, Senhoras e pessoas de respeito assistem com menos sogeijão, que no público aos ofícios e mistérios divinos". Fonte: Bluteau, Raphael. *Vocabulario (...)*, Tomo VIII. 1712-1728, p. 280.

624. *Ibidem*, p. 363, com sublinhado nosso.

"salla de cyma grande" (1.03), que identificamos como sendo a mesma que surge legendada em "Casas de Sua Senhoria".

*"E asy declarou mais que as **camaras da bicha** e dos **diamantes** e a casynha que vaj comtra ho mar d'antre ellas ambas se ladrylharão de tyjollo Roçado em vida da duquesa dona Isabell segundo sua lembramça e o mesmo a salla da cruz foy avalljado pelos jujzes do ofycyo da pedrarya em vymte sete mjll e trezemtos reis (...)"* [625].

*"E asy declarou que em vida da duquesa dona Isabell segumdo sua lembramça se poserão quatro pedras de portaes na chamjne que esta na **camara dos dyamantes** e tem mais a dita chamjne hum Respaldo de ferro com as armas do duque tudo foy avalljado pelos Jujzes do ofycyo em seis mil reis (...)"* [626].

Por último, as referências á "camara da bicha"[627] (1.04) e à "camara dos diamantes" (1.05) reforçam a nobreza e distinção associadas a um palácio da Casa de Bragança. A descrição refere apenas "e a casynha que vaj comtra ho mar d'antre ellas ambas", pelo que parece sugerir que estes espaços se situariam nas alas Poente ou Sul. Nesse sentido, retomamos a indicação da *"camera grande, que cahia sobre o mar"*[628], incluída no relato das bodas de casamento de D. Teodósio, e na qual se descreve de forma semelhante a localização da câmara. Assim, pela sua natureza privada e necessidade de segurança, ambas "camara da bicha" e "camara dos diamantes" situar-se-iam certamente no piso nobre e, provavelmente, perto dos aposentos do duque.

Com recurso aos documentos analisados conseguimos traçar um quadro bastante completo de como seria a distribuição e organização funcional do Paço dos Duques de Bragança em Lisboa em meados do século XVI, quer em planta quer em perfil [Fig. 152; Fig. 153]. Os séculos sucedâneos permanecem, contudo, em relativa obscuridade dada a já referida falta de informação. O trajeto deste palácio estará necessariamente interligado com a ascendência da Casa de Bragança a dinastia reinante em 1640 e, a partir desta época, é seguro afirmar que o paço ducal em Lisboa ficou remetido a um plano secundário face aos vários palácios reais que existiam na capital[629]. Comparativamente com os outros palácios da Casa de Bragança, é conhecida a grande afinidade dos duques com o de Vila Viçosa – mesmo durante os ducados de D. João I (1563-1583) e de D. Teodósio II (1583-1630) –, a sede da Casa e um palácio grandioso, objeto de comprovadas ampliações[630] no século XVII, impulsionadas pelo casamento de D.

625. *Ibidem*, p. 365, com sublinhado nosso.

626. *Ibidem*, p. 365, com sublinhado nosso.

627. Bicha: "Espécie de brinco. Antigamente, em Portugal, era uma arrecada do feitio de uma cobrinha em baixo, fechando e entrando a verguinha da arrecada na boca do animalE. Em Bluteau, Rafael, "Vol. II", 1712-1728, p. 119. EBicha é também conhecido como Burilada que consiste numa linha em "zig-zag" feito com o buril com o intuito de testar a liga de prata. Essa amostra seria de seguida aquecida e comparada com 'amostras padrão'". Em http://www.ourivesariaportuguesa.info/glossario.html (consultado a 06-02-2020).

628. Sousa, D. António Caetano de. "Tomo VI" em *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Lisboa: QuidNovi/ Público, Academia Portuguesa de História, 2007, p. 48.

629. "Serviu então o solar brigantino de tesouro, arquivo e guarda-jóias da família de Bragança; de onde à antiga rua do Picadeiro se entrou a dar o nome de rua do Tesouro (depois Tesouro Velho como ainda hoje, 1886, sucede)." Em Castilho, Júlio. *Op. Cit.*, 1937, p. 87-88.

630. Teixeira, José de Monterosso. *Op. Cit.*, (1996): 11.

Teodósio II (n.1568-f.1630).

Regressando a Lisboa, Vieira da Silva (1942) indica que foi construído nos terrenos do Paço o edifício do Tesouro da Casa de Bragança já referido anteriormente. Não é avançado nenhum período temporal para esta edificação, nem tão pouco sabemos se terá ocorrido antes ou depois da Restauração da Independência. A única nota que auxilia a contextualização deste edifício é a legenda na planta de Lisboa (Tinoco, 1650), que refere a antiga rua do Duque (Cristóvão, 1551) como rua do Thesouro Velho. A utilização do topónimo "velho" remete para a ideia de que o Tesouro seria um edifício relativamente antigo e, portanto, construído antes de 1640. Considerando que o tesouro não surge referido no "Inventário do Paço Ducal" (1565), supomos que a sua construção terá acontecido no século que separa o Inventário da planta de Tinoco, porventura, para albergar as referidas câmaras da bicha e dos diamantes? No entanto, a vista de Baldi (1668-69) parece indicar que o semblante geral do palácio já teria sido objeto de grandes intervenções sem, contudo, encontrarmos representado o edifício do Tesouro – apenas as duas "casynhas térreas" a Sul, sobre a muralha.

Colocada a questão de quando terá sido construído o edifício do Tesouro – para a qual, por agora, não encontramos resposta –, optamos por considerar a informação recolhida por Augusto Vieira da Silva. Tomando como suporte a "Planta da região de Lisboa onde estavam situados os Paços dos Duques de Bragança sobreposta, a vermelho, a planta da mesma região anterior ao terramoto de 1755"[631] (1942) publicada por este olisipógrafo e recorrendo a uma operação de redesenho, apresentamos uma proposta de planta de implantação do paço ducal e suas dependências antes de 1755 [Fig. 154], enumerando em legenda as dependências identificadas por Vieira da Silva (1942) através do "Tombo da Cidade de Lisboa" (1755)[632]. A planta desenhada por Vieira da Silva é bastante próxima da de Tinoco (1650) – cartografia que temos vindo a utilizar ao longo da investigação – sem, contudo, ser idêntica. No entanto, as diferenças entre as plantas são ligeiras e reportam maioritariamente ao desenho da muralha e da massa urbana que, pelo intervalo temporal que separa as representações, teriam naturalmente sofrido alterações. Como vemos, o paço aumentou substancialmente em dimensão e programa, e o edifício quinhentista – legendado como "Paço dos Duques de Bragança" – parece ser pouco diferente daquele que temos vindo a estudar, apesar de todas as intervenções seiscentistas e setecentistas de que sabemos ter sido objeto.

631. Silva, Vieira da. *Op. Cit.*, (1942): 195. Em anexo.

632. Vieira da Silva recorreu às descrições e medidas das "Casas de S. Magestade pertencentes ao serviço da Sereníssima Casas de Bragança". Cf. "Bairro do Remolares", *Tombo da Cidade de Lisboa*, 1755, fls. 93-95 (ANTT).

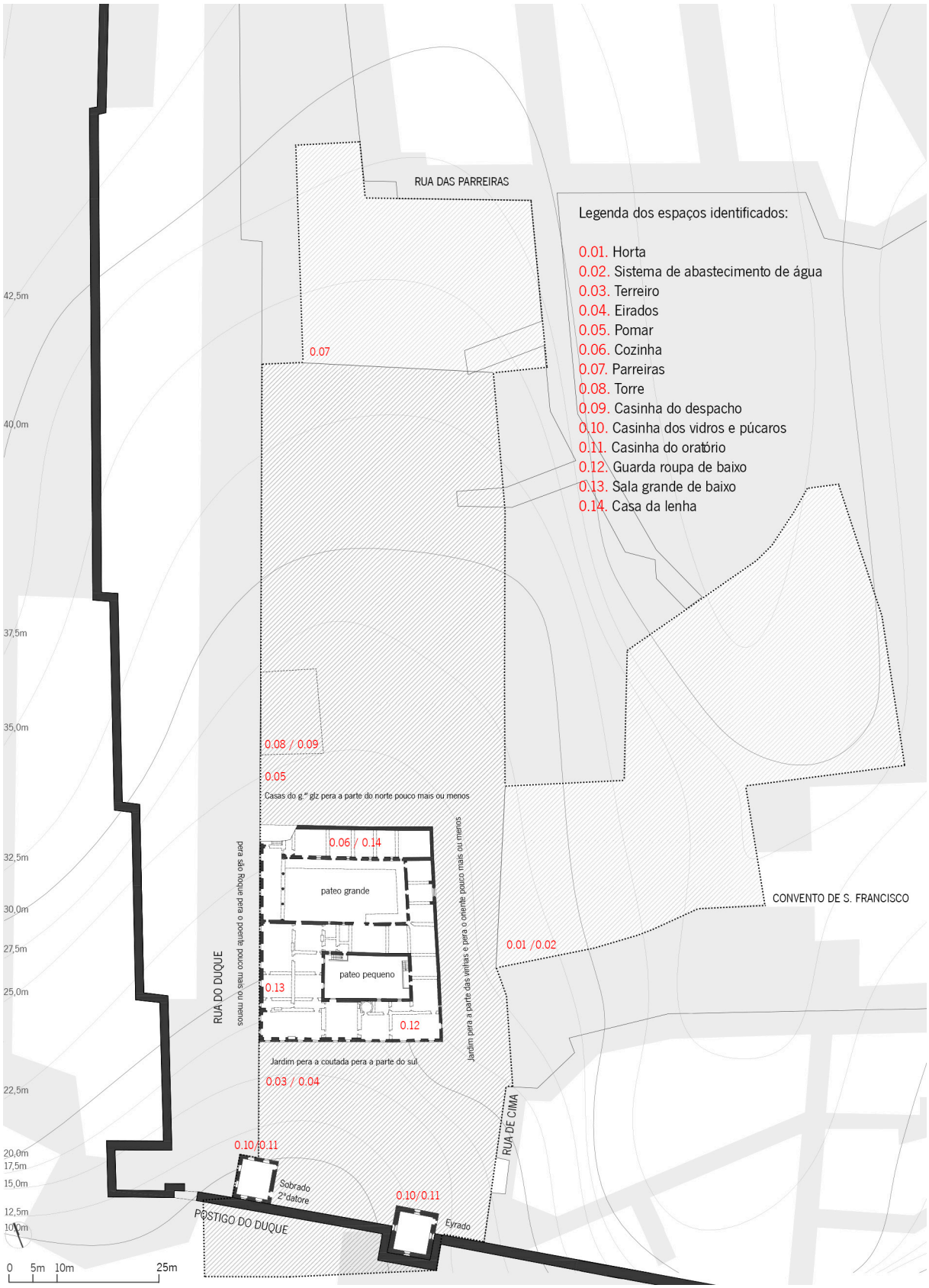


Fig. 150: Proposta de planta do piso térreo do paço ducal, com a legenda incluída em "Casas de Sua Senhoria" (s.a, c.1554-73) e indicações espaciais retiradas do "Inventário" (1565). Sobre redesenho da planta de Lisboa (Tinoco, 1650) e cartografia municipal (CML, 2018) com toponímia das ruas adjacentes ao perímetro da cerca conventual franciscana (Oliveira, 1551) e indicação do perímetro do conjunto antes de 1755 (Vieira da Silva, 1942). ILG, 2020.



Fig. 151: Proposta de planta do piso nobre do paço ducal, com a legenda incluída em "Casas de Sua Senhoria" (s.a, c.1554-73) e indicações espaciais retiradas do "Inventário" (1565). Sobre redesenho da planta de Lisboa (Tinoco, 1650) e cartografia municipal (CML, 2018) com toponímia das ruas adjacentes ao perímetro da cerca conventual franciscana (Oliveira, 1551) e indicação do perímetro do conjunto antes de 1755 (Vieira da Silva, 1942). ILG, 2020.

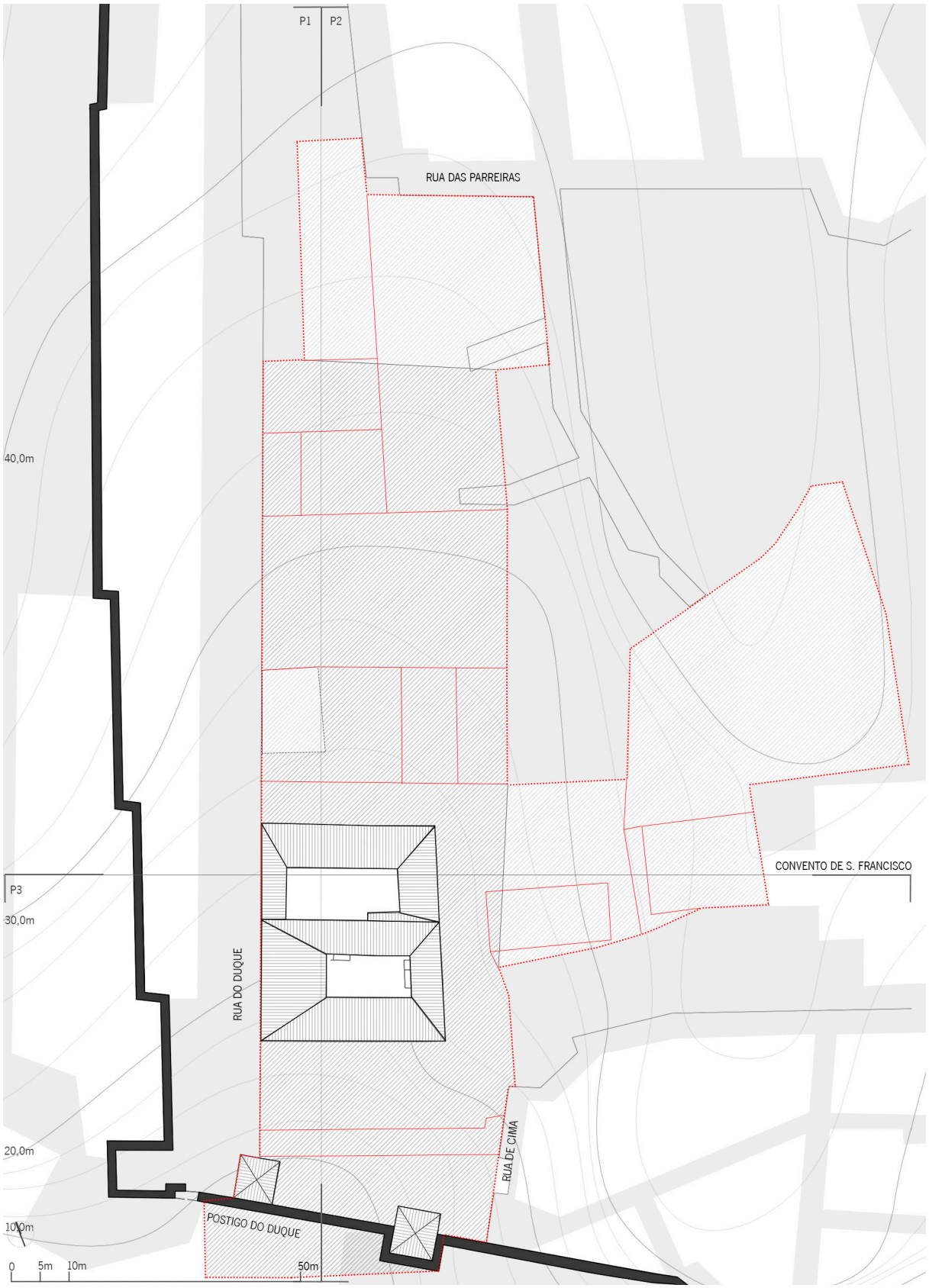


Fig. 152: Proposta de planta de coberturas do paço ducal, com indicações espaciais retiradas do "Inventário" (1565). Sobre redesenho da planta "Casas de Sua Senhoria" (s.a, c.1554-73), da planta de Lisboa (Tinoco, 1650) e cartografia municipal (CML, 2018) com toponímia das ruas adjacentes ao perímetro da cerca conventual franciscana (Oliveira, 1551) e indicação do perímetro do conjunto antes de 1755, bem como da sua divisão (Vieira da Silva, 1942). ILG, 2020.

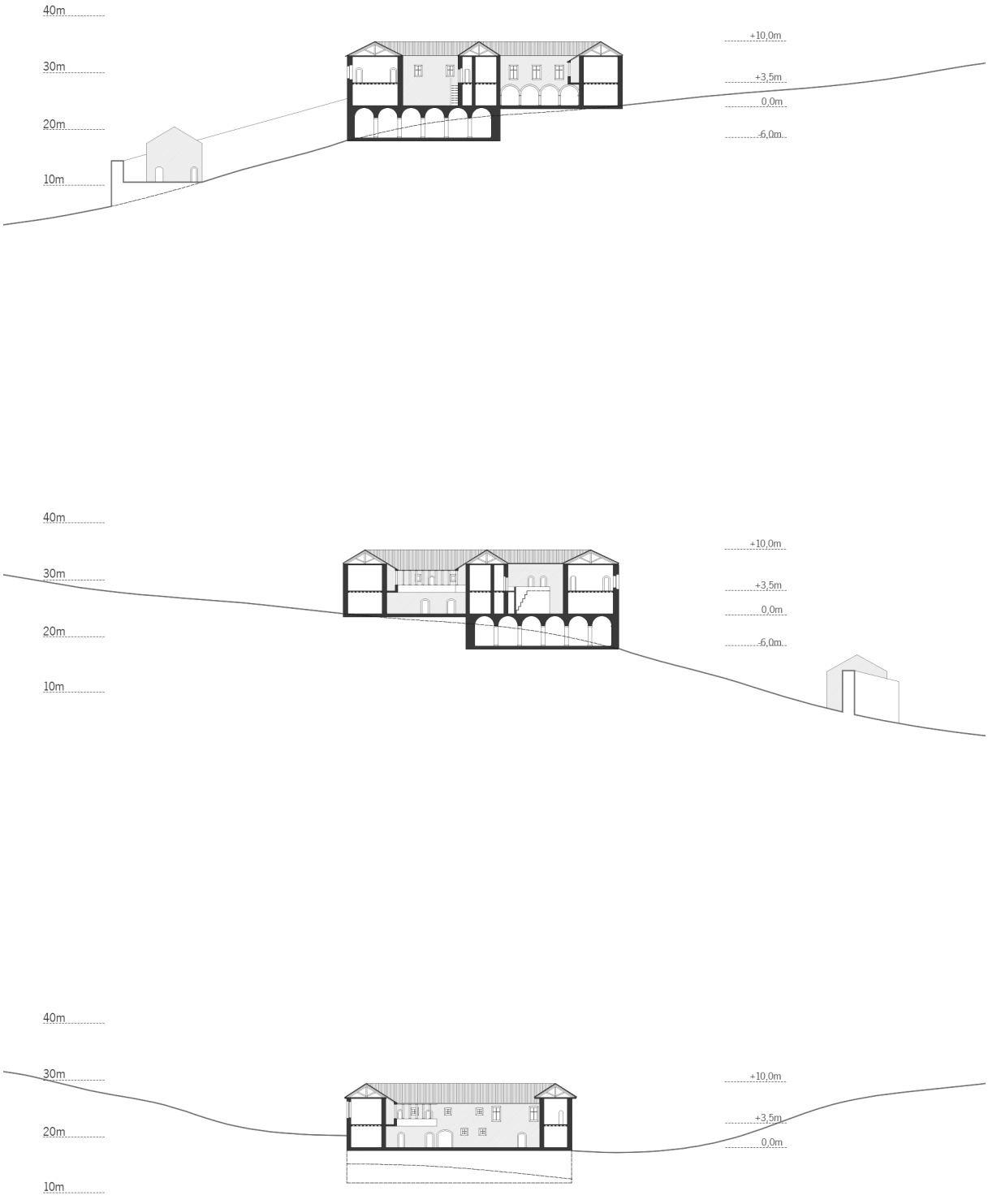


Fig. 153: Proposta de perfis P1, P2 e P3 recorrendo à planta e perspetiva do "pateo grande" da planta quinhentista "Casas de Sua Senhoria", bem como à cartografia municipal (CML, 2018). ILG, 2020.



Fig. 154: Proposta de implantação e organização funcional do conjunto antes do terramoto de 1755. Sobre redesenho de planta de Lisboa (Vieira da Silva, 1942) e cartografia municipal (CML, 2018) com toponímia das ruas adjacentes (Moraes, 1804). ILG, 2020.

Nos anos seguintes ao terramoto, toda a zona do Bairro Alto sofreu profundas remodelações. A "Planta da Freguezia de N. Sª dos Martires" [Fig. 120] que integra o "Livro das plantas das Freguesias de Lisboa" levantadas pelo Sargento-mor José Monteiro de Carvalho (1756-1768) atesta a nova conformação projetada para os quarteirões. Por volta de 1837[633], e após mais de meio século de ocupação ilegal, a Câmara de Lisboa despejou os moradores das barracas construídas nas ruínas do paço e procedeu à regularização urbanística da zona. Neste período, foi aberta a rua dos Duques de Bragança (por ser contígua ao antigo paço, supomos que em propriedade da Casa de Bragança) e foram projetados novos prédios de rendimento[634] a serem construídos sobre o antigo Paço dos Duques.

A Giuseppe Cinatti, arquiteto italiano que trabalhava em colaboração com o cenógrafo e arquiteto Achille Rambois, terá sido encomendado o projecto dos edifícios a situar entre as ruas do Thesouro Velho, do Ferragial de Cima, do Alecrim e o largo do Picadeiro. Refere Joana Cunha Leal (1996) no seu trabalho a propósito de Cinatti, que: *"O risco dos alçados destes dois grandes edifícios da Sereníssima Casa foi aprovado pela Câmara Municipal de Lisboa (...) no dia 10 de Julho de 1858, facto que se pode comprovar a partir da documentação coeva existente no arquivo do Município e no da Casa de Bragança"* [635]. A partir de 1861, a Casa de Bragança efetivou contratos de aluguer com várias entidades distintas como parte de uma nova política de investimento em prédios de rendimento[636]. Mas se em *Oitocentos* ainda seriam destinados a habitação[637], em meados do século XX estariam já alugados à PIDE /DGS (nos n.os 18 a 26; a garagem n.os 30 a 34 e o refeitório n.º 36) e à Embaixada do Brasil (n.os 2 a 10)[638]. Atualmente, os pisos térreos são ocupados por várias lojas e, recentemente, um dos prédios pertencentes à Fundação Casa de Bragança (estabelecida com os bens pessoais da Casa de Bragança na sequência da morte de D. Manuel II em 1932) foi vendido a um particular e transformado em edifício multifamiliar, com vários apartamentos[639]. Uma visita ao local em julho de 2019 – nomeadamente, ao "Antiquário do Chiado", que se localiza na rua Vítor Cordon – permitiu verificar que ainda subsistem, pelo menos ao nível do piso térreo, algumas estruturas pré-terramoto, tais como abóbadas de aresta [Fig. 123]. Não nos é possível, no âmbito desta investigação, auferir em detalhe se o que registamos atualmente no edifício será ou não totalmente de origem quinhentista pois não dispomos dos meios nem do tempo necessários para efetuar tal levantamento. No entanto, estamos em condições de afirmar que, contrariamente à ideia generalizada, ainda existirão alguns indícios do palácio ducal dos Bragança no Bairro Alto. Esta constatação abre um novo e interessante caminho para futuras investigações relativas a estruturas arquitetónicas de origem quinhentista que se julgavam desaparecidas e contribui para o estudo de palácio da Casa de Bragança que tem vindo a ser relegado para segundo plano no panorama da História da Arquitectura, muito embora tenha sido uma construção *ex novo* na capital do reino, e coetânea ao paço ducal em Vila Viçosa.

---

633. *Synopse dos principais actos administrativos da Camara Municipal de Lisboa em 1837.* Lisboa: Camara Municipal de Lisboa 1837, p. 24.
634. Silva, Vieira da. *Op. Cit.*, (1942): 216.
635. Leal, Joana Esteves Cunha. "Giuseppe Cinatti (1808-1879) Percurso e Obra". Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, 1996, p. 184.
636. *Ibidem*, p. 183.
637. Castilho, Júlio. *Op. Cit.*, 1937, p. 104-106.
638. Silva, Vieira da. *Op. Cit.* (1943): 22.
639. A intervenção foi assinada pelos arquitetos José Soalherio, Teresa Castro e Ana Paula Calheiros (OperaProjects) em 2008. Fotografias do edifício estão disponíveis em https://www.opera-projects.com/en/paco-do-duque-buildings. (consultado em 20-03-2020).

Retomando o período imediatamente pós-terramoto, conhecemos as já mencionadas "Consultas"[640] que referem as visitas do Tenente-Coronel Arquiteto Carlos Mardel às ruínas do palácio a pedido da Junta da Casa de Bragança, entre 1756 e 1763, e publicadas por Rosário Gordalina (2008). O primeiro levantamento do estado do edifício realizado pelo arquiteto é particularmente útil pela descrição que apresenta:

"(...) ***os quartos debaixo destas casas que fazem em cada andar cinco casas, não contando as salas exteriores, e escada de pedra que sobe para cima estão inteiramente sãs as paredes em todas estas casas estão tão firmes como se estivessem feitas de novo****, as janelas de pedraria com grades de ferro são boas e não falta mais que vigar soalhar, e madeirar (...) Pelo último despacho (...) me ordenou Vossa Majestade que se cobrisse o perlongo do Palácio defronte do mar com um madeiramento interno coberto de telha vã para as chuvas não destruírem* ***as abobedas das casas térreas e armazéns que ficaram boas, e sãs do terramoto*** *para o que se estão aparelhando as madeiras. (...) No mesmo perlongo mencionado, se acha a mais boa acomodação para o Tribunal e mais suas oficinas, casa dos despachos, secretarias e casas para os cofres, que se pode desejar, no lugar onde assistiu Pedro António Virgolino se acham as paredes tão boas, e sãs, como se fossem agora fabricadas, e não falta mais que vigar, soalhar, e cobrir, fazer as portas e janelas; a escada de pedra está sã, e boa; as janelas de pedraria exteriores estão boas, e parece-me que não podia Vossa Majestade ser mais bem servido (...)"* [641].

Através deste documento, datado do ano imediatamente seguinte ao terramoto, é possível concluir que o edifício vistoriado não estaria num *"estado de quase completa ruína"* [642]. No entanto, é possível que Carlos Mardel não se reportasse exatamente ao edifício do paço ducal – visto referir, em mais do que um momento, o *"perlongo do Palácio defronte do mar"* – mas sim ao edifício do Tesouro que se localizaria à frente do palácio e sobre o mar.

Pouco sabemos sobre a história recuada do Tesouro – desconhecemos quando terá sido construído se albergaria outro programa para além da guarida de parte do tesouro da Casa de Bragança. À semelhança do antigo palácio, terá sido ocupado ilegalmente logo após 1755. Em ano incerto terá começado a ser adaptado a hotel e, em 1845 surge publicitado como "Hospedaria Braganza", o futuro "Hotel Bragança" projetado por Feliciano de Sousa Correia[643] e que aqui funcionou até 1911. Apesar de ser tido como um dos melhores hotéis de Lisboa[644], Júlio de Castilho (1884-90) descreveu-o da seguinte forma, aludindo ao ecletismo que terá pontuado a construção:

"Mas perdão: eu não estou falando do que se vê hoje, neste ano de 1886; isso agora é o edifício massiço

---

640. As cinco "Consultas" publicadas por Rosário Gordalina (2008) encontram-se anexadas a esta tese.

641. Consulta de 5. Novembro. 1756, DGARQ/TT – Ministério do Reino: Consultas da Casa de Bragança, Mç. 521, Cx. 649, citado por Gordalina, Maria do Rosário. *Op. Cit.*, (2008): 225-251, com sublinhado nosso.

642. Castilho, Júlio. *Op. Cit.*, 1937, p. 99.

643. "Conservam-se no Arquivo da Casa de Bragança, os projectos ou desenhos das fachadas do edifício, não datados, e assinados pelo arquitecto Feliciano de Sousa Correia. Em 1851 era êste um dos arquitectos da Inspecção Geral de Obras Públicas do Reino, e desde 1853 e ainda em 1865, primeiro arquitecto da Intendência das Obras Públicas do Distrito de Lisboa. - *Almanak Estatístico de Lisboa para 1851, p. 40, e Almanak Industrial e Commercial de Lisboa para o anno de 1865*, Lisboa, 1865, p. 156." Cf. Silva, Vieira da. *Op. Cit.*, (1943): 23.

644. "Lisbon: Braganza Hotel. This First-Class well-known Family Hotel, lately renovated by the Royal House of Braganza and fitted up by the new Proprietor, Victor. C. Sassetti, highly recommendable for its large, airy and comfortable Apartments, commanding the most extensive and picturesque views of the River Tagus, as well as of Lisbon". Cf. *A handbook for travellers in Portugal: a complete guide for Lisbon, Cintra, Mafra, Evora... with a short account of Madeira, the Azores and the Canary Islands*. Londres: John Murray, 1887, p. 25.

do Hotel de Bragança, com as suas ogivasinhas presunçosas, e a sua platibanda sem caracter. Pois ali onde o vêm, custou cem contos de réis a construir" [645].

Assim, e à semelhança do antigo Paço dos Duques, também o edifício do Tesouro acolheu vários destinos durante o século XX, estando quase sempre alugado a empresas ou transitoriamente devoluto. E, mais uma vez como o vizinho palácio dos Bragança, foi recentemente comprado por uma entidade particular e transformado em habitação multifamiliar[646]. Com esta investigação, procuramos levantar o véu de um edifício que se julgava totalmente desparecido e cujo lugar na ação construtiva da Casa de Bragança tem vindo a ser relegado. Por último, e considerando as várias camadas temporais que sabemos que ainda o compõe, não podemos deixar de nos questionar o que mais um trabalho multidisciplinar e abrangente poderia descortinar.

645. Castilho, Júlio. *Op. Cit.*, 1937, p. 68.

646. Não deixa de ser curioso reparar que ambos os promotores publicitaram a reabilitação dos edifícios e a manutenção dos elementos arquitectónicos notáveis, referindo-se aos novos condomínios como "Paço do Duque Buildings" – no palácio – e "Duques de Bragança Premium Apartments" – no antigo Tesouro – utilizando a história e a associação à antiga família real como meio de valorização e divulgação dos empreendimentos, muito embora ambos os edifícios tenham sido profundamente alterados desde o século XVIII e, até muito recentemente, se considerar que não existiam vestígios das estruturas quinhentistas.

III
CONCLUSÃO:
SÍNTESE CRÍTICA E INTERPRETATIVA

"(...) fui reconhecendo que esta notável figura da nossa História [D. Afonso, 1º Duque de Bragança] não goza em geral do favor dos historiadores: era um homem banal; envejava os seus irmãos, filhos legítimos; não passava dum ambicioso de bens e de grandezas; mostrava-se autoritário e pouco sociável; era mesmo um intriguista, que se comprazia em semear o desamor entre os homens e foi o causador da lamentável Batalha de Alfarrobeira. Nunca acreditei na sólida consistência de tais acusações e, dia a dia, pelo confronto de narrativas, pelo conhecimento dos homens, com suas paixões e seus interesses, pelo raciocínio, mais me tenho convencido de que a História tem sido avara e injusta para com a memória de D. Afonso (...). D. Afonso não era um homem banal. Dotado de rija fibra e de mente esclarecida por mestres, estudos e viagens, prudente na organização dos seus programas e ousado na realização dos seus propósitos, ***D. Afonso pôs em marcha uma obra pública que havia de prestar à Nação os maiores serviços e perdurar através dos séculos"*** [647].

Lembrando as palavras de Montalvão Machado (1963), a memória de D. Afonso de Bragança tem vindo a ser gradualmente revista e as suas intervenções políticas e arquitetónicas revalorizadas. Na esteira de investigações académicas anteriores, a pesquisa aqui levada a efeito sugere que existiu uma ação concertada para a criação de uma casa independente da família real, iniciada por Nuno Álvares Pereira a partir de 1401 e perpetuada pelos seus descentes, os Duques de Bragança, que recorreram frequentemente à sua memória enquanto fundador da linhagem para reforçarem o "lustro"[648] da sua descendência.
Desde a sua fundação em 1442, a Casa de Bragança manteve-se continuamente no centro de poder, próxima do monarca e numa posição claramente privilegiada em relação às restantes casas senhoriais do reino. A única excepção foi, com vimos, o período entre 1483 e 1496, quando o 3.º Duque de Bragança foi justiçado, acusado de traição, e a sua Casa dissolvida. O regresso do 4.º Duque de Bragança, D. Jaime, e a sua proximidade ao rei D. Manuel I, assegurou a presença continuada dos Bragança no panorama nacional, presença essa que será confirmada pelo papel preponderante de seu filho, D. Teodósio I, na sociedade portuguesa como grande príncipe renascentista[649]. De resto, a história da Casa de Bragança segue cada vez mais próxima da do reino, dele se tornando una e indissociável quando, em 1640, o 8.º Duque de Bragança, D. João II, é elevado a Rei de Portugal.

A aproximação individual a cada palácio que a família promoveu ao longo do século XV e alvores do século XVI, estudando-o integrado no conjunto de paços brigantinos e à luz de denominadores comuns, permitiu verificar que existem princípios semelhantes quer na sua concepção, quer na forma de implantação e de relação com a vila e território mais afastado. Verificámos ainda que, a par da construção dos palácios, os encomendadores dos paços quatrocentistas da Casa de Bragança – D. Afonso em Barcelos e Guimarães (c.1406-1461), D. Afonso, seu filho, em Ourém e Porto de Mós (1434-1460), e D. Jaime em Lisboa e Vila Viçosa (c.1500-1532) – desenvolvem várias intervenções de carácter urbanístico nas vilas onde se estabe-

647. Machado, José Timóteo Montalvão. "D. Afonso, 8.º Conde de Barcelos, fundador da Casa de Bragança (Conferência)". *Revista de Guimarães* 73 (1963): 318-319, com sublinhado nosso.

648. Cunha, Mafalda Soares da. *Op. Cit.*, 1990, p. 24.

649. Moreira, Rafael. *Op. Cit.* (2007): 48.

lecem. Foi possível estabelecer uma sequência que parece ter sido sistemática nas várias jurisdições dos Bragança, designadamente: (a.) intervenções de carácter militar e defensivo, melhorando as fortificações e castelos existentes, como em Ourém e Vila Viçosa, ou até mesmo construindo muralhas onde não existiam, como no caso de Barcelos; (b.) intervenções de carácter civil, através da construção de fontes, em Ourém, mas também de outros mecanismos de distribuição pública de água, como em Guimarães; (c.) intervenções de carácter religioso, através de capelas, mosteiros ou conventos (em Guimarães e Vila Viçosa) e até mesmo a elevação da igreja matriz da vila a Colegiada (em Barcelos e Ourém).

E, pese embora as diferenças óbvias de escala e de desenho, identificamos premissas que se reconhecem como denominadores comuns. São várias as semelhanças na ação dos membros da Casa de Bragança nas vilas onde levantam os seus paços, não apenas nas razões que motivaram estas construções, mas também na relação próxima que mantêm com o território envolvente. Assim, e analisando os critérios gerais de implantação, enunciámos o seguinte: (a.) situar-se-iam sempre junto da muralha, ou até mesmo sobre ela; (b.) localizar-se-iam perto do reduto militar, relativamente afastado dos centros cívicos, mas em posição de grande destaque e com visibilidade a partir de importantes enfiamentos urbanos e territoriais; (c.) disporiam de igreja nas proximidades, que seria simultaneamente igreja matriz e capela palatina: com a excepção do paço em Guimarães, que dispunha de capela interior privada, e dos paços em Lisboa e Vila Viçosa, que, pela sua cronologia mais tardia, integravam já capela palatina. De referir ainda que todos estes palácios *ex novo* resultaram da vontade dos seus encomendadores em se afastarem dos centros cívicos das vilas e, por conseguinte, do poder instituído que estes representavam. Na esteira do paço real de Leiria – contruído por D. João I nos alvores do século XV junto do castelo e afastado do antigo paço dionísio, que se situava nas proximidades da igreja de S. Pedro –, também D. Afonso vai construir os seus paços em Barcelos e Guimarães perto do reduto defensivo e, por conseguinte, distante das antigas casas do Condestável Nuno Álvares Pereira, na vila barcelense, e do Conde D. Henrique, em Guimarães, fixando em pedra o início de um novo ciclo e reforçando o simbolismo a ele associado.

Situada na transição entre *Quatrocentos* e *Quinhentos*, a construção do paço ducal em Lisboa (c.1500) obedeceu aos mesmos pressupostos que orientaram a linhagem de paços da Casa de Bragança, pese embora a necessária adequação à circunstância urbana específica da capital. Trata-se de um palácio eminentemente citadino, construído em local amplo e com vistas desimpedidas, de onde gozava de grande visibilidade sobre a cidade e sobre as vias de acesso à capital, nomeadamente o Tejo, que seria, neste período, a mais importante de todas. D. Jaime situou a sua nova morada perto da muralha fernandina na zona mais ocidental de Lisboa, numa zona da cidade em clara expansão, claramente alinhado com as intervenções manuelinas do início do século XVI e, consequentemente, afastado da alta nobreza – à qual pertencia – cujos palácios se encontravam tradicionalmente na encosta do castelo de S. Jorge. Assim, apesar de em tudo alinhado com o *modus operandi* dos Bragança, entendemos que a opção do Duque de

Bragança em afastar o seu novo palácio do castelo, e do pendor militar e defensivo que este representava, terá estado diretamente relacionada com a condição particular de Lisboa como capital do Império e sede da corte de D. Manuel, agora situada no Paço da Ribeira. Nesse sentido, a proximidade ao monarca e ao centro de ação da sociedade quinhentista terá sido prioritária.

A atualização dos pressupostos edificatórios que tinham orientado as construções da Casa de Bragança acontece com a construção do paço do reguengo em Vila Viçosa (c.1501). Em conjunto com as obras periféricas ao palácio igualmente encetadas por D. Jaime, nomeadamente no Convento dos Agostinhos (c.1501), no Convento de Nossa Senhora das Chagas (c.1514) e no castelo artilheiro (c.1525), parece assinalar um certo mimetismo entre as intervenções do Duque de Bragança em Vila Viçosa e o reordenamento urbano patrocinado por D. Manuel em Lisboa. À semelhança da ação do monarca na capital, e considerando as devidas diferenças de escala, entendemos que D. Jaime terá procurado instituir uma nova urbanidade que fizesse jus à poderosa Casa de Bragança, reforçando o poder e distinção da sua linhagem, numa ação depois perpetuada pelo duque D. Teodósio I. Neste contexto, não podemos deixar de referir o papel incontornável do 5.º Duque de Bragança que, apesar de não ter patrocinado nenhuma construção *ex novo,* deu continuidade ao plano iniciado por seu pai através das extensas obras de ampliação do paço ducal e da transformação da vila numa cidade renascentista.

"Entre uma fortaleza à maneira de Leonardo da Vinci e uma morada vitruviana, estendia-se, pois, o vasto conjunto da 'cidade em forma de palácio' de Vila Viçosa, com a estudada planimetria das ruas e novas áreas residenciais convergindo para o recinto sacro palatino, foco da corte ducal do Renascimento" [650].

A posição que defendemos em relação à ação de D. Jaime apoia-se na revalidação do seu papel na História da Arquitectura e na análise contemporânea ao seu percurso, até agora tido como *"misantropo, mergulhado em crises de melancolia e misticismo (...) preso a concepções tradicionais e a uma visão estratégica e ideológica passadista"* [651]. Contudo, estudos recentes têm contribuído para atualizar o conhecimento em torno do 4.º Duque de Bragança, principalmente no que concerne a sua personalidade. Homem profundamente religioso[652], não foi uma figura popular e a História não o vê com bons olhos, o que talvez tenha contribuído para influenciar o entendimento generalizado do seu legado. D. Teodósio, por outro lado, foi uma figura consensual e altamente respeitada, próximo do rei D. João III, responsável pela introdução do renascimento em terras lusas e igualmente importante na consolidação do poder da Casa de Bragança. As mais relevantes ações políticas e arquitetónicas de D. Teodósio, como o casamento da irmã com o Infante D. Duarte (que será factor determinante na legitimação do Duque D. João II como rei de Portugal em 1640) e o grande estaleiro de Vila Viçosa, foram encetadas por D. Jaime que, apenas não

650 Moreira, Rafael. *Op. Cit.* (2007): 52.
651 *Ibidem*, p. 48.
652 Páscoa, Marta. *Op. Cit.*, 2015, p. 22-32.

concluiu o contrato de casamento de D. Isabel, por não querer integrar o importantíssimo ducado de Guimarães no dote da filha. Retemos a seguinte passagem da correspondência entre o duque e o monarca a propósito das negociações e que retrata a posição do duque: *"(...) bem devêra de ver que eu não havia de dar a minha filha cousa que me ouvesse de desfazer nem destruir, porque eu lhe disse logo, que queria ainda mór bem a mim que a meus filhos, e após mim a minha casa mais que a elles, e por isso* ***não havia de fazer cousa que desfizesse em meu filho herdeiro e na casa*** *que lhe havia de ficar (...)"* [653]. Ao não querer parcelar o seu legado, entregando à Coroa ducado tão rico e simbólico como o de Guimarães, D. Jaime procurou sempre a afirmação da sua Casa face à do monarca, sublinhando a sua condição de homem mais rico do reino a seguir ao próprio rei. E a sua ambição política é condizente com as suas intervenções de pendor arquitectónico e urbanístico, a de construir um património material que rivalizasse com o do rei e que simbolizasse a verdadeira dimensão da Casa de Bragança.

Nesta investigação focamos dois edifícios em concreto. O estudo dedicado ao Paço dos Duques em Guimarães (c.1420) justificou-se por se tratar de um palácio único na arquitectura senhorial quatrocentista portuguesa, *ex novo*, e construído a partir de um plano rigoroso, claramente informado por palácios europeus coevos. Sendo um edifício incontornável no panorama arquitectónico português, o percurso histórico do paço ducal está amplamente estudado e validado. No entanto, entendemos necessário e oportuno atualizar o entendimento sobre a sua evolução construtiva e arquitetónica, considerando a informação trazida pelas fontes primárias recém-encontradas, nomeadamente a cartografia "De Guimarães" (c.1562-70) e as aguarelas de John Synge (1813), que permitiram testar uma aproximação inédita a um modelo de organização e distribuição funcional durante o período em que foi casa senhorial (c.1420-1576). Pejado de questionamentos, este estudo assenta em hipóteses fundamentadas por uma análise histórico-arquitetónica às fontes documentais e gráficas disponíveis e a paralelismos essenciais, traçados com outros paços portugueses e europeus coetâneos, nomeadamente os paços reais em Leiria e Sintra e, principalmente, o Paço dos Reis de Maiorca em Perpignan, tal como referido por José Custódio Vieira da Silva (1995). O paço maiorquino terá sido o grande modelo segundo o qual o palácio vimaranense foi construído, tais são as semelhanças compositivas, morfológicas e de implantação territorial.

Com base na pesquisa exposta, entendemos que poderão ter existido duas fases construtivas – uma primeira encetada por D. Afonso em 1420 e uma segunda encomendada pelos recém instituídos Duques de Guimarães, a partir de 1536. Suportamos estas hipóteses com estudos próprios, alicerçados na informação disponível. Por último, importa referir que, na esteira de trabalhos coetâneos, a análise sobre a intervenção de Rogério de Azevedo e da DGEMN permitiu comprovar o rigor histórico e arquitectónico com que essa intervenção foi por ele planeada. De relembrar que, apesar do restauro do paço ducal ser

653. Palha, Fernando. *O casamento do Infante D. Duarte com D. Izabel de Bragança: Pormenores extrahidos de documentos inéditos*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881, p. 27. Citado por Páscoa, Marta, *Op. Cit.* 2015, p. 47, com sublinhado nosso.

frequentemente associado exclusivamente a Rogério de Azevedo, a obra foi liderada por outros arquitetos após a sua saída da DGEMN em 1940, e que o projecto original apresentado em 1939 não foi executado na sua totalidade. Aliás, como vimos, o projecto de Rogério de Azevedo é muito próximo ao paço quinhentista representado na "De Guimarães", acuidade ainda mais impressionante dado o seu desconhecimento tanto da cartografia quinhentista como das aguarelas de Synge e dos levantamentos oitocentistas do Exército. Nesse sentido, questionamos se a intervenção no paço dos duques terá descaracterizado o edifício, como tem vindo a ser referido e publicado desde os anos 40 do século passado, ou se a intervenção foi, apesar de profunda, cuidadosa e em linha com as teorias de restauro vigentes na época.

Mas se sobre o paço vimaranense muito já havia sido escrito por conceituados académicos, o Paço dos Duques em Lisboa (c.1500) permanecia em relativa obscuridade. Por ter sido um paço urbano, construído na capital do reino num momento charneira da história da Casa de Bragança por D. Jaime e praticamente desconhecido da História da Arquitectura, optamos por incluí-lo na investigação que desenvolvemos, cientes que a falta de documentos e o facto de ter praticamente desaparecido após os acontecimentos de 1755 representavam uma dificuldade acrescida. Mas é precisamente por esta pesquisa não se ocupar apenas do edifício, mas também da sua integração numa rede mais alargada de construções *ex novo* distribuídas pelo país, que entendemos essencial estudar o palácio lisboeta. Integrar o estudo deste paço ducal numa análise comparativa com as restantes casas senhoriais dos Bragança – procurando compreender não só a evolução arquitetónica, mas também os princípios que nortearam a sua construção e enquadramento territorial – foi uma abordagem que, sendo nova, permitiu auferir resultados até agora inexplorados e que cremos ter exposto.

As questões inicialmente colocadas parecem-nos estar debatidas em profundidade e, por todos estes motivos, consideramos existir uma evidente coerência nas construções *ex novo* da Casa de Bragança ao longo da cronologia aqui exposta, pese embora a distância geográfica, temporal e estilística que as separa. Tomando em linha de conta esta relação umbilical entre os paços quatrocentistas *ex novo* dos Bragança, outras linhas de investigação poderão ser desenvolvidas. Se estamos seguros de ter apresentado argumentos fortes, que atestam a existência de um fio condutor que uniu e orientou todas essas construções, sabemos também que a pesquisa aqui levada a efeito revela apenas o início de uma teia de relações arquitetónicas, territoriais e morfológicas entre edifícios aparentemente desconexos. A prolífera ação construtiva da Casa de Bragança no século da sua fundação apresenta ainda inúmeras possibilidades de estudo.
Cientes que oferecemos respostas não definitivas ou herméticas, mas antes lançamos hipóteses de investigação a serem desenvolvidas ulteriormente. Sobretudo, gostaríamos de oferecer uma perspetiva renovada sobre um dos capítulos considerados dos mais interessantes da História da Arquitectura portuguesa, no que concerne os paços construídos pela eminente Casa de Bragança.

glossário

Aforamento: “Do ato ou efeito de aforar; cessão do usufruto de uma propriedade, a longo prazo ou perpétua, mediante o pagamento de determinada renda”. Fonte: https://www.infopedia.pt/ (consultado a 05-12-2019).

Almoxarife: “Aquele que cobra os direitos reais de vários géneros, como vinhos, azeites, etc”. Fonte: Bluteau, Raphael. “Tomo I” em *Vocabulario (...)*. 1712-28, p. 276.

Antecâmara: “A caza anterior à camara, onde se dorme”. Fonte: Bluteau, Raphael. “Tomo I” em *Vocabulario (...)*. 1712-28, p. 396.

Aula: “A corte de hum Principe. Os cortesãos, os que assistem no Paço, ou que o frequentão”. Fonte: Bluteau, Raphael. “Tomo I” em *Vocabulario (...)*. 1712-28, p. 675.

Bicha: “Espécie de brinco. Antigamente, em Portugal, era uma arrecada do feitio de uma cobrinha em baixo, fechando e entrando a verguinha da arrecada na boca do animal”. Fonte: Bluteau, Raphael. “Tomo II” em *Vocabulario (...)*.. 1712-1728, p. 119. “Bicha é também conhecido como Burilada que consiste numa linha em “zig-zag” feito com o buril com o intuito de testar a liga de prata. Essa amostra seria de seguida aquecida e comparada com ‘amostras padrão’”. Fonte: http://www.ourivesariaportuguesa.info/ (consultado a 06-02-2020).

Bola: “Com que se joga aos paos”. Fonte: Bluteau, Raphael. “Tomo II” em *Vocabulario (...).* 1712-28, p. 142.

Bordo: “Madeira. Dizem que he uma espécie de carvalho do Norte. (...) As madeiras que vem de fora são Bordos, madeira lustrosa, & durável, & accomodatissima para fabricas ilustres”. Fonte: Bluteau, Raphael. “Tomo II” em *Vocabulario (...).* 1712-28, p. 159.

Camara: “A caza, em que se dorme”. Fonte: Bluteau, Raphael. “Tomo II” em *Vocabulario (...).* 1712-28, p. 68.

Cartulário: “Do latim ‘chartulariu’, ‘registo de documentos antigos’, refere-se a um registo dos títulos de uma corporação ou igreja”. Fonte: https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/cartulario (consultado a 20-04-2020).

Casa: “Morada de cazas, edifício, em que vive huma família com seus moveis, & alfayas, amparada das

injurias do tempo". Fonte: Bluteau, Raphael. "Tomo II" em *Vocabulario (...).* 1712-28, p. 173.

Casa de fresco: "Edifício, geralmente de pequenas dimensões, erigido em jardim, parque, etc., para servir de abrigo nas horas de calor dos dias quentes". Fonte: https://www.infopedia.pt/ (consultado em 02-03-2022).

Cazinha: "Casa pequena". Fonte: Bluteau, Raphael. "Tomo II" em *Vocabulario (...).* 1712-28, p. 181.

Copa: "Compartimento ou armário onde se guardam géneros alimentícios, louças, talheres, roupas de mesa, etc. e onde se fazem alguns serviços domésticos (...)". Fonte: https://www.infopedia.pt/ (consultado a 08-09-2021).

Dedespacho: "Despachar". Fonte: Bluteau, Raphael. Tomo III" em *Vocabulario (...).* 1712-28, p. 160-161.

Escambar: "Trocar. Commutar". Fonte: Bluteau, Raphael. Tomo III" em *Vocabulario (...).* 1712-28, p. 204.

Eirado: "He o lugar, que sobre o tecto das casas, ou em outra parte dellas fica descoberto para tomar ar". Fonte: Bluteau, Raphael. Tomo III" em *Vocabulario (...).* 1712-28, p. 19.

Ferragial: "Campo em que se cultivam plantas ou ervas para a alimentação do gado". Fonte: https://www.infopedia.pt/ (consultado a 10-09-2021).

Foro: "Pensão determinada paga ao senhorio direto pelo titular do domínio útil de prédio ou propriedade, conforme o estabelecido no contrato". Fonte: https://www.infopedia.pt/ (consultado a 05-12-2019).

Guarda-Roupa: "Armario grande, portátil, em que se metem os vestidos. A casa das cadeiras, em que os fidalgos tomaõ visitas. Por ser esta casa como antecamara, podese chamar Prius, ou antecedens conclave. Aquelle, que guarda os vestidos de hum Rey, de hum Princepe". Fonte: Bluteau, Raphael. Tomo IV" em *Vocabulario (...).* 1712-28, p. 149.

Jogo da bola: "He o jogo dos paos." Fonte: Bluteau, Rafael". Fonte: Bluteau, Raphael. "Tomo II" em *Vocabulario (...).* 1712-28, p. 142.

Loja de casa nobre: "Especie de pateo cuberto, que serve de entrada, em que entrão as bestas, & assistem os lacayos, era fora das portas da casa". Fonte: Bluteau, Raphael. "Tomo I" em *Vocabulario (...).* 1712-28, p. 176.

Maça: "Pau extremamente pesado sendo uma das extremidades mais grossa, que servia de arma de ataque; pau usado pelos bedéis da universidade ou do cabido, e pelos porteiros das câmaras régias, para assinalar a entrada de visitas; estes oficiais eram designados por 'porteiros da maça' (...)". Fonte: http://www.museuvirtualdalusofonia.com/glossario (consultado a 08-09-2021).

Manteiro ou manteeiro: "Oficial que tinha a seu cargo a guarda dos mantéis e dos apetrechos na casa real; oficial que faz mantas (...)". Fonte: http://www.museuvirtualdalusofonia.com/glossario (consultado a 08-09-2021).

Nora: "Maquina aquática, composta de roda, cordas & alcatruzes, que se move circularmente com calvagadura". Fonte: Bluteau, Raphael. "Tomo V" em *Vocabulario (...).* 1712-28, p. 745.

Oratório: "Pequena capela onde se pode celebrar a Santa Missa, com a autorização prévia do Papa ou espécie de armário com duas portas que tem no seu interior um Cristo crucificado e/ou santos que convidam à oração; este móvel pode ser chamado de *armariolum sacrum*; o mesmo que oratório doméstico. Existem ainda oratórios portáteis, em que a imagem religiosa é colocada numa caixa, cuja frente abre e que é levada de casa em casa para devoção privada. Este tipo de oratório é dotado de um compartimento para recolha de esmolas". Fonte: http://www.museuvirtualdalusofonia.com/glossario (consultado a 05-12-2019).

Paço: "Solar de Fidalgo grande. Em algumas casas, & quintas se acha o nome Paço, & se tambem he antigo, he demonstração grande da nobreza daquela casa, & família, porque se não permitia este nome senão a Solares de fidalgos grandes (...)". Fonte: Bluteau, Raphael. "Tomo VIII" em *Vocabulario (...).* 1712-28, p. 173.

Parreira: "Cepa levantada do chão, atada com juncos, & encostada em latadas, ou estendida sobre varas". Fonte: Bluteau, Raphael. "Tomo VII" em *Vocabulario (...).* 1712-28, p. 278.

Páteo: "A parte da casa, que na entrada della fica descuberta, mas murada". Fonte: Bluteau, Raphael. "Tomo VII" em *Vocabulario (...).* 1712-28, p. 316.

Picadeiro: "Lugar onde se fazem exercícios de equitação e se treinam cavalos". Fonte: https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa (consultado a 09-09-2021).

Postigo: "Porta pequena. Propriamente he a portinha, que está em porta mayor, & que se abre sem a grande se abrir". Fonte: Bluteau, Raphael. "Tomo VII" em *Vocabulario (...).* 1712-28, p. 647.

Púcaro: "Vaso pequeno, normalmente de barro não vidrado, para se beber água ou verter líquidos em vasos maiores". Fonte: http://www.museuvirtualdalusofonia.com/glossario (consultado a 05-12-2019).

Retrete: "Aposento pequeno e recolhido na parte mais íntima da casa; aposento da casa onde se fazem as necessidades; cadeira furada ou outro móvel onde era, antigamente, guardado o urinol". Fonte: http://www.museuvirtualdalusofonia.com/glossario (consultado a 09-09-2021).

Sala: "Casa, anterior e espaçosa, assim chamada do Hebraico Sala, que vai o mesmo que Descançar, porque na sala se costuma descançar, & esperar até que venha a pessoa, com que se há de falar, & tambem

há salas em Palacios de Principes, em que secanção, & dormem os guardas, como no Palacio dos Reys de Portugal a sala dos Tudescos, ou sala se chama assim, porque do seu quarto sahe a ella o senhor da cassa a falar, ou porque em dias de banquetes, & destas algũas vezes se salta e dança na sala". Fonte: Bluteau, Raphael. "Tomo VII" em *Vocabulario (...).* 1712-28, p. 440.

Scriptorium: "Escritura – O escrever. A acção de formar as letras". Fonte: Bluteau, Raphael. "Tomo III" em *Vocabulario (...).*1712-28, p. 228.

Sobrado: "O assoalhado de hum dos andares da casa". Fonte: Bluteau, Raphael. "Tomo VIII" em *Vocabulario (...).* 1712-28, p. 692.

Sobreloja: "Pavimento situado entre o rés do chão e o primeiro andar". Fonte: https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa (consultado a 08-09-2021).

Tercenas: "Edifícios para a construção de barcos e fundição de canhões". Fonte: Carita, Hélder. Lisboa Manuelina, 1999, p. 54.

Terreiro: "Pedaço de chão espaçoso com plana superfície". Fonte: Bluteau, Raphael. "Tomo VII" em *Vocabulario (...).* 1712-28, p. 125.

Tribuna: "(...) he hum lugar alto nas Igrejas, recolhido, & separado, aonde Principes, Senhoras, & pessoas de respeito assistem com menos sogeijão, que no publico, os Officios, & mysterios Divinos. Tribuna, em que às vezes se cantão os Officios". Fonte: Bluteau, Raphael. "Tomo VIII" em *Vocabulario (...).* 1712-28, p. 280.

Ucharia: "Compartimento onde se guardam comestíveis, despensa, depósito ou arrecadação dos paços reais". Fonte: http://www.museuvirtualdalusofonia.com/glossario (consultado a 08-09-2021).

Varanda: "Obra facada no corpo do edifício, cuberta, ou descuberta, na qual se costuma passear e tomar o Sol, o fresco, etc". Fonte: Bluteau, Raphael. "Tomo VIII" em *Vocabulario (...).* 1712-28, p. 36.

referências bibliográficas

A handbook for travellers in Portugal: a complete guide for Lisbon, Cintra, Mafra, Evora... with a short account of Madeira, the Azores and the Canary Islands. Londres: John Murray, 1887.

Acenheiro, Christovão Rodrigues. "Chronicas dos Senhores Reis de Portugal" em *Collecção de inéditos da Historia Portugueza*, Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1824.

Afonso, José Ferrão et al. "Guimarães: ad radicem montis Latito". *Monumentos* 33 (2013): 6-19.

Almeida, Carlos Alberto Ferreira de. *Arquitectura Românica de Entre Douro e Minho*. Tese de Doutoramento, Universidade do Porto, 1978.

Almeida, Carlos Alberto Ferreira de. *Barcelos*. Lisboa: Editorial Presença, 1990.

Almeida, Carlos Alberto Ferreira de et al. *História da Arte em Portugal.* Lisboa: Editorial Presença, 2001.

Araújo, Ilídio Alves de. *Arte paisagista e arte dos jardins em Portugal.* Lisboa: Direção Geral dos Serviços de Urbanização, 1962.

Areválo, Frederico. *La representación de la ciudade en el Renacimiento. Levantamiento urbano y territorial.* Barcelona: Fundación Caja de Arquitectos, 2003.

Armas, Duarte de. *Livro das Fortalezas*, ed. Castelo Branco e Manuel da Silva. Lisboa: INAPA-IANTT, 1990.

Azenha, Miguel et al. "Monotorização e conservação preventiva de património histórico com BIM: o projecto HeritageCare". Comunicação apresentada em ptBIM 2020 – 3.º Congresso Português de Building Information Modelling, 26 de novembro e 4 de dezembro de 2020, Porto, Portugal, 2020.

Azeredo, Francisco. *Restauro do Paço dos Condes-Duques em Barcelos*. Concurso para a Obtenção do Diploma de Arquitecto, Porto: ESBAP, 1954. Consultado no repositório temático da UPorto.

Azeredo, Francisco de. *Casas senhoriais portuguesas: roteiro da viagem de estudos do IBI*. [s.l.]: Internationales Burgen Institut, 1986.

Azevedo, Carlos. *Solares portugueses. Introdução ao estudo da casa nobre.* Lisboa: Livros Horizonte, 1969.

Azevedo, Pe. Torquato Peixoto de. *Memórias Ressuscitadas da Antiga Guimarães*. Porto: Typographia da Revista, 1845.

Azevedo, Ricardo Charters d'. *Leiria – O século XIX em gravuras seguido de Leiria e as Invasões Francesas*. Leiria: Hora de ler, 2019.

Azevedo, Rogério de. *O Paço dos Duques de Guimarães (Preâmbulo à Memória do Projecto de Restauro).* Porto: Marânus, 1942.

Azevedo, Rogério de. *Despropósito a propósito do Paço dos Duques de Guimarães (Epístola ao Sr. Dr. Alfredo Pimenta).* Porto: Livraria Fernando Machado & C[a], Lda., 1942.

Azevedo, Rogério de. *O Paço do Conde D. Henrique e o Paço dos Duques de Guimarães (Explicação prévia).* Porto: Marânus, 1962.

Bandeirinha, José António (ed). "1972-89 Pousada de Santa Marinha da Costa" em *Fernando Távora Modernidade Permanente*. Porto: Casa da Arquitectura, 2012.

Barradas, Alexandra Alves. "D. Afonso, 4º Conde de Ourém – Viagens, Cultura Visual e Formação de um Gosto". *Medievalista* 2 (2006) (consultado a 13-07-2021).

Barradas, Alexandra Alves. *Ourém e Porto de Mós. A obra mecenática de D. Afonso, 4º Conde de Ourém.* Lisboa: Edições Colibri, 2009.

Barroca, Mário Jorge. "Medidas-Padrão medievais portuguesas". *Revista da Faculdade de Letras* 9 (1992): 53-85.

Barroca, Mário Jorge. "O Castelo de Guimarães". *Patrimonia: Identidade, Ciências Sociais e Fruição Cultural* 1 (1996): 17-28.

Barroca, Mário Jorge. "Torres, Casas-Torres ou Casas-Fortes: A concepção do espaço de habitação da pequena e média nobreza na baixa Idade Média (sécs. XII-XV)". *Separata da Revista de História das Ideias* 19 (1997/1998): 39-103.

Barroca, Mário Jorge. "O Paço Condal de Barcelos e a Arquitectura Senhorial Quatrocentista Portuguesa". Comunicação apresentada nas Comemorações do VII Centenário da Elevação de Barcelos a Condado, Barcelos, 1998.

Barroca, Mário Jorge e Carlos Alberto Ferreira de Almeida. "O Gótico" em *História da Arte em Portugal,* ed. Carlos Alberto Almeida et al. Lisboa: Editorial Presença, 2002.

Barroca, Mário Jorge. "Tempos de resistência e de inovação: a arquitectura militar portuguesa no reinado de D. Manuel I (1495-1521)". *Portvgalia* Vol. XXIV (2003): 95-112.

Barroca, Mário Jorge. "A construção de fontes na epigrafia medieval portuguesa (séc. XIV e XV)" em *Olha-*

res sobre a História: Estudos oferecidos a Iria Gonçalves, dir. Maria do Rosário Themudo Barata e Luís Krus, 89-96. Lisboa: Caleidoscópio, 2009.

Barroca, Mário Jorge e Paulo B. Lourenço. *O Castelo de Guimarães*. Braga: Reitoria da Universidade do Minho, 2013.

Barroca, Mário Jorge. "Representações de Espaços urbanos do noroeste de Portugal nos alvores da época Moderna" em *La ciudad y la mirada del artista. Visiones desde el Atlántico,* dir. Alfredo Vigo Trasancos, 420-455. Santiago de Compostela: Teófilo Edicions, 2014.

Barroca, Mário Jorge. "Castillo de un hora, castillo de un año, castillo del diablo: O Castelo de Vila Viçosa, testemunho ímpar no panorama da arquitectura militar portuguesa" em *Vila Viçosa. Vila Ducal Reanascentista. Vol. III – Estudos Históricos*, 63-86. Vila Viçosa: Câmara Municipal de Vila Viçosa, 2020.

Bayrou, Lucien. "La citadelle de Perpignan, genèse et évolution (1465-1642)" em *Un palais dans la ville*, dir. Olivier Passarrius e Aymat Catafau, 421-446. Canet: Éditions Trabucaire, 2014.

Bilou, Francisco. *A Igreja de São Francisco e o Paço Real de Évora. A obra e os protagonistas 500 anos depois*. Lisboa: Edições Colibri, 2014.

Bellino, Albano. *Archeologia Christã*. Lisboa: Empreza da História de Portugal, 1900.

Boletim da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais. *Paço dos Duques de Bragança*, n.º102. Lisboa: DGEMN, Ministério das Obras Públicas, 1960.

Bove, Boris. "Les palais royaux à Paris au Moyen Age (XIe-XVe siècles)" em *Palais et pouvoirs. De Constantinople à Versailles*, dir. M.F. Auzépy e J. Cornette, 45-79. Paris: PUV, 2003.

Brito, Maria Mónica. "Paço dos Duques de Bragança em Guimarães: Metamorfose da Imagem na Época Contemporânea". Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa, 2003.

Brito, Maria Mónica. "Paço dos Duques de Bragança em Guimarães: alguns vetores de leitura". *Monumentos* 33 (2013): 74-87.

Bueno, Beatriz Piccolotto Siqueira. "Entre a teoria e a pática". *Terra Brasilis* 7, 8, 9 (2007). http://journals.openedition.org/terrabrasilis/27 (consultado a 27-12-2018).

Bueno, Beatriz Piccolotto Siqueira. *Desenho e desígnio. O Brasil dos engenheiros militares (1500-1822)*. São Paulo: FAPESP, 2011.

Buescu, Ana Isabel. "A Livraria de D. Teodósio (1510?-1563), Duque de Bragança. A sua dimensão numa perspetiva comparada". *Ler história* 65 (2013): 59-73.

Cabeleira, João. "A Viagem de Cósimo III de Médicis. Imagem da cidade portuguesa de Seiscentos, o caso de Santarém" em *Os Espaços da Morfologia Urbana*, ed. Jorge Correia e Miguel Bandeira, 39-49. N.P.: Escola de Arquitectura da Universidade do Minho, Lab2PT Laboratório de Paisagens, Património e Território, 2016.

Cachada, Armindo. *Guimarães: roteiro turístico*. Guimarães: Zona Turismo de Guimarães, 1992.

Caetano, Carlos. *A Ribeira de Lisboa. Na Época da Expansão Portuguesa (séculos XV a XVIII).* Lisboa: Pandora, 2004.

Calado, Maria e Vítor Matias Ferreira. *Lisboa. Freguesia dos Mártires*. Lisboa: Contexto, 1991.

Calado, Margarida. *O Convento de S. Francisco da Cidade*. Lisboa: Faculdade de Belas Artes, 2001.

Caldas, Pe. António José Ferreira. *Guimarães. Apontamentos para a sua História.* Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães/ Sociedade Martins Sarmento, 1996.

Campos, Agostinho de. "As pedras falam. Portugal visto de Guimarães. Conferência pronunciada na Sociedade Martins Sarmento na noite de 28 novembro 1927". *Revista de Guimarães* 37 (1927): 230-252.

Cardoso, Mário. "Evocação". *Revista de Guimarães* 32 (1922): 415-421.

Carita, Hélder. *Lisboa Manuelina, e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521)*. Lisboa: Livros Horizonte, 1999.

Carita, Hélder. "Da "Ribeira" ao Terreiro do Paço: génese e formação de um modelo urbano" em *Do Terreiro do Paço à Praça do Comércio. História de um espaço urbano*, coord. Miguel Figueira de Faria, 13-35. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2012.

Carita, Hélder. "Do scriptorium ao gabinete e à casa da livraria. Espaços da escrita nos interiores da casa nobre em Portugal" em *Casas Senhoriais Rio – Lisboa e seus interiores*, org. Marize Malta e Isabel Mendonça, 25-49. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014.

Carita, Hélder. *A Casa Senhorial em Portugal: modelos, tipologias, programas interiores e equipamento.* Lisboa: Leya, 2015.

Carita, Hélder. "Lisboa: da cidade medieval à cidade manuelina" em *Lisboa 1415 Ceuta. História de Duas Cidades*, ed. André Teixeira et al., 30-26. Lisboa: Ciudad Autonoma de Ceuta – Consejería de Educación y Cultura; Câmara Municipal de Lisboa - Direção Municipal de Cultura/Departamento de Património Cultural, 2015.

Carita, Hélder. "Das Águas-Furtadas às Estrebarias: Zonas de serviços na casa senhorial entre os séculos

XV e XVIII" em *Anais do II Colóquio Internacional "A Casa Senhorial. Anatomia dos Interiores"*, org. Ana Pessoa e Marize Malta, 12-36. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2016.

Carita, Hélder. "Paço, Solar, Sobrado, Palácio e Palacete: Nomenclaturas da Casa Senhorial da Idade Média ao Século XIX" em *Anais do IV Colóquio Internacional "A Casa Senhorial. Anatomia dos Interiores"*, org. Amanda Basilio Santos et al., 243-259. Pelotas: CLAEC, 2017.

Carita, Hélder. "A varanda alpendrada na evolução na Casa Senhorial Luso-Indo-Brasileira – séculos XVI a XVIII" em *Livro de Actas do III Colóquio Internacional "A Casa Senhorial. Anatomia dos Interiores"*, coord. Gonçalo de Vasconcelos e Sousa e Ana Pessoa, 7-28. Porto: Universidade Católica Editora, CITAR, 2018.

Carita, Hélder. "Casa de Pátio de *Recebimento*. Uma tipologia de casa nobre dos séculos XVI e XVI" em *Actas do 5.º Congresso Internacional Casa Nobre - Um património para o futuro,* 785-799. Arcos de Valdevez, Município de Arcos de Valdevez, 2020.

Carvalho, A. Ayres de. *Catálogo da Colecção de Desenhos.* Lisboa: União Gráfica, 1977.

Castilho, Júlio. "Vol. IV" em *Lisboa Antiga. Bairros Orientais*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1934.

Castilho, Júlio. "Vol. VIII" em *Lisboa Antiga. Bairros Orientais.* Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1937.

Chatenet, Monique e Mary Whiteley. "Le Louvre de Charles V: dispositions et fonctions d'une résidence royale". *Revue de l'Art* 97 (1992) : 60-71.

Chatenet, Monique. "Architecture et cérémonial à la cour de Henri II: L'apparition de l'antichambre" em *Henri II et les Arts. Actes du colloque international*, dir. H. Oursel e J. Fritsch, 355-380. Paris: Ecole du Louvre, 2003.

Chatenet, Monique e Krista de Jonge. *Le Prince, la Princesse et Leurs Logis. Manières d'Habiter dans l'Elite Aristocratique Européenne (1450–1700)*. Paris: Picard, 2014.

Chicó, Mário Tavares. *A Arquitectura Gótica em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 2005.

"Chronica do Senhor Rey D. Affonso V" em *Crónicas Rui de Pina*, 577-881. Porto: Lello &Irmão Ed, 1977.

Coelho, António Borges. "Sintra: os Paços da Vila". *Boletim Cultural* 81 (1975): 17-48.

Conde de Sabugosa. *O Paço de Cintra.* Lisboa: Imprensa Nacional, 1903.

Conde, Manuel Sílvio Alves. *Construir, Habitar: A casa medieval*. Braga: CITCEM, 2012.

"Convento da Costa". *Revista de Guimarães* 27 (jan-mar. 1910): 30-43.

"Convento da Costa". *Revista de Guimarães* 27 (abr-jun. 1910): 55-72.

"Convento da Costa". *Revista de Guimarães* 27 (jul-dez.1910): 137-171.

"Convento da Costa". *Revista de Guimarães* 29 (abr-jun. 1912): 79-85.

"Convento da Costa". *Revista de Guimarães* 29 (jul-set. 1912): 136-139.

"Convento da Costa". *Revista de Guimarães* 29 (out-dez. 1912): 167-184.

"Convento da Costa". *Revista de Guimarães* 41 (out-dez. 1931): 229-237.

Costa, Abel Gomes. *O perfil do 8.º Conde de Barcelos e a sua influência na expansão portuguesa*. Barcelos: [s.n], 1980.

Costa, Ana Sousa Brandão Alves. *Projecto e Circunstância. A coerência na diversidade da obra de Rogério de Azevedo*. Tese de Doutoramento, Universidade do Porto, 2016.

Costa, Francisco. *O Paço Real de Sintra: novos subsídios para a sua história*. Sintra: Câmara Municipal de Sintra, 1980.

Costa, João Paulo Oliveira. *D. Manuel I, 1469-1521: um príncipe do renascimento*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005.

Costa, Lucília Verdelho. *Leiria*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.

Costa, Lucília Verdelho. *Ernesto Korrodi 1889-1944: Arquitectura, Ensino e Restauro do Património*. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

Costa, Maria Clara Pereira. "A Vila de Avis, Cabeça da Comarca e da Ordem. Séculos XVI a XVIII. Tombos de direitos, bens e propriedades da Santa Casa da Misericórdia". *Revista do Instituto Geográfico e Cadastral* 4 (1984): 79-128.

Corboz, André. "La recherche trois apologues" em *Le territoire comme palimpseste et autres essais*. Besançon: Éditions de L'Imprimeur, 2011.

Craesbeeck, Francisco Xavier da Serra. *Memórias ressuscitadas da província de Entre-Douro-e-Minho no ano 1726*. Ponte de Lima: Carvalhos de Basto, 1992.

Cunha, Mafalda Soares da. *Linhagem, Parentesco e Poder. A Casa de Bragança (1384-1483)*. Lisboa: Fundação Casa de Bragança, 1990.

Cunha, Mafalda Soares da. "Práticas do poder senhorial à escala local e regional (fins do séc. XV a 1640)" em *História dos municípios e do poder local em Portugal dos finais da Idade Média à União Europeia*, dir. César de Oliveira, 143-153. Lisboa: Círculo de Leitores, 1996.

Cunha, Mafalda Soares da. "A nobreza portuguesa no início do século XV: renovação e continuidade". *Revista Portuguesa de História* XXXI (1996/1997): 219-252.

Cunha, Mafalda Soares da. "Estratégias de Distinção e Poder Social: A Casa de Bragança (1496-1640)". *Revista de História das Ideias* 19 (1997/1998): 309-337.

Cunha, Mafalda Soares da. "Estratégias matrimoniais da Casa de Bragança e o casamento do duque D. João II". *Hispania. Revista Española de Historia*, 216 (2004): 39-62.

Cunha, Mafalda Soares da. "D. Teodósio II, sétimo duque de Bragança. Práticas senhoriais como política de reputação". *Monumentos* 27 (2007): 76-83.

Cunha, Mafalda Soares da. "Aristocracia e cortes senhoriais. Patrocínio, mecenato e clientelismo como práticas de reputação, séculos XV-XVI" em *Ibéria: Quatrocentos/Quinhentos*, coord. A. L. de Carvalho Homem et al., 181-208. Porto: CEPESE, 2009.

Cunha, Mafalda Soares da e Nuno Gonçalo Monteiro. "Aristocracia, Poder e Família em Portugal, séculos XV-XVIII" em *Sociedade, Família e Poder na Península Ibérica. Elementos para uma História Comparativa*, dir. Juan Hernández Franco e Mafalda Soares da Cunha, 47-75. Lisboa: Edições Colibri/ CIDEHUS, 2010.

Cunha, Mafalda Soares da. "From Dukes to Kings. Particular aspects of the development of the House of Braganza within the Iberian context (16th and 17th centuries)" em *Growing in the Shadow of an Empire*, ed. Gaetano Sabatini e Giuseppe De Luca, 299-318. Milan: Franco Angeli, 2012.

Cunha, Mafalda Soares da. "A herança de D. Jaime" em *Homenagem a João Gonçalo do Amaral Cabral,* coord. Natália Correia Guedes, 145-155. Vila Viçosa: Fundação da Casa de Bragança, 2014.

Cunha, Mafalda Soares da. "'La grandeza de la Casa de Bragança'. Disputas de primazia e precedências nos séculos XVI e XVII". *Callipole - Revista de Cultura* 22 (2015): 73-82.

Dávila, Maria Barreto. "D. Fernando I, 2.º Duque de Bragança: vida e acção política". Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, 2009.

D. Duarte. *Leal Conselheiro*, ed. Maria Helena Lopes de Castro. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1999.

Dias, Aida Fernanda (ed.). *Diário da jornada do Conde de Ourém ao Concílio de Basileia (1431-1449)*. Ourém: Câmara Municipal de Ourém, 2003.

Dias, Pedro. *A Arquitectura Civil e Militar do final da Idade Média*. Lisboa: Editorial Estampa, 1986.

Dias, Pedro. "O Gótico" em *História da Arte em Portugal*. Lisboa: Publicações Alfa, 1986.

Dias, Pedro. "O Manuelino" em *História da Arte em Portugal*. Lisboa: Publicações Alfa, 1986.

Dias, Pedro. *A Arquitectura Manuelina*. Porto: Civilização, 1988.

Dias, Pedro. *A Arquitectura Gótica em Portugal*. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

Dias, João José Alves (org.). *Chancelarias Portuguesas: D. Duarte. Volume I, Tomo I (1433-1435)*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1998.

Dias, João José Alves (org.). *Chancelarias Portuguesas: D. João I. Volume III, Tomo 3 (1410-1418).* Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2006.

Durão, Luís António. "O Paço Ducal de Vila Viçosa – suas características portuguesas" em *Re-Dispersos de Arquitectura*, coord. Luís Conceição, 57-83. Portimão: ISMAT, 2017.

Estrela, Jorge. *Viagem de Cosme III de Médicis em Portugal no Ano de 1669*. Lisboa: Fundação Mário Soares, 2013.

Fernandes, Isabel Maria e António José Oliveira. "Ofícios e mesteres vimaranenses nos séculos XV e XVI". *Revista de Guimarães* 113/114 (2004): 43-209.

Fernandes, Isabel Maria. "Paço dos Duques de Bragança: novos dados sobre o edifício" em *A cidade de Évora*, dir. Carlos Pinto de Sá, 540-553. Évora: Câmara Municipal de Évora, 2016.

Fernandes, Mário Gonçalves. "Guimarães: exemplo e referência do urbanismo contemporâneo português", Comunicação apresentada no V Congresso da Geografia Portuguesa, Guimarães, 2004.

Fernandes, Mário Gonçalves. *Urbanismo e morfologia urbana no Norte de Portugal: Viana do Castelo, Póvoa de Varzim, Guimarães, Vila Real, Chaves e Bragança entre 1852 e 1926*. Porto: FAUP publicações, 2005.

Fernandes, Mário Gonçalves. "Guimarães: Cartografia urbana histórica e morfologia urbana". Comunicação apresentada no VI Congresso da Geografia Portuguesa, Lisboa, 17-20 outubro, 2007.

Fernandes, Mário Gonçalves. "As plantas 'de Guimarães' e 'de Vila do Conde', da Biblioteca Nacional do Brasil". Comunicação apresentada no III Simpósio Luso-Brasileiro de Cartografia Histórica, Ouro Preto, 10-13 dezembro, 2009.

Fernandes, Mário Gonçalves. "O centro histórico de Guimarães: formulações, desígnios, planos e substância". *Monumentos* 33 (2013): 20-37.

Ferreira, Maria da Conceição Falcão. *Um Percurso por Guimarães Medieval no séc. XV.* Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 1985.

Ferreira, Maria da Conceição Falcão. *Uma rua de elite na Guimarães Medieval: (1376-1520)*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 1989.

Ferreira, Maria da Conceição Falcão. "Barcelos, Terra de Condes. Uma abordagem preliminar". *Separata de Barcelos Revista* (1991-1992): 3-91.

Ferreira, Maria da Conceição Falcão. *Guimarães: Duas vilas, um só povo: Estudo da História Urbana (1250-1389)*. Braga: CIRCEM, Universidade do Minho, 2010.

Ferreira, Teresa Cunha. "Arquitectos italianos em Portugal: o século XIX e o caso de Alfredo D'Andrade e Sebastiano G. Locati". *Estudos Italianos em Portugal* 2 (2007): 229-244.

Flor, Pedro. "A quinta de Brás Afonso de Albuquerque em Azeitão: Arquitectura, escultura e azulejo no Renascimento" em *Património Arquitectónico Civil de Setúbal e Azeitão*, coord. António Cunha Bento et al., 69-86. Setúbal: Liga dos Amigos de Setúbal e Azeitão, 2019.

Flores, Joaquim António de Moura. "O Paço dos Condes de Barcelos". *Separata da Revista Barcelos Património* 4 (1996): 7-38.

Flores, Joaquim António de Moura. "O sistema defensivo medieval de Barcelos". *Actas do Congresso Histórico e Cultural Barcelos Terra Condal* (1998): 297-312.

Fonte, João Barroso da. *Paço dos Duques de Bragança*. Lisboa: ELO, 1994.

Garcia, José Manuel. "Tesouros da Cartografia Portuguesa em Portugal" em T*esouros da Cartografia Portuguesa,* coord. Joaquim Romero Magalhães, 35-63. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.

Garcia, José Manuel. "A representação dos conventos de Lisboa cerca de 1567 na primeira planta da cidade". *Revista de História da Arte* 11 (2014): 35-49.

Garcia, José Manuel. "A crónica de D. Afonso Henriques e a sua imagem de Lisboa no contexto da cronística e da iluminura manuelina" em *Crónica de el-Rei D. Afonso Henriques por Duarte Galvão. Crónicas de D. Sancho I a D. Afonso IV por Rui de Pina*, coord. José António Proença, Maria Cristina Gonçalves, 13-23. Cascais: Museu Condes de Castro Guimarães, 2019.

Gehlert, Andreas. "The Weilburg painting showing the Lisbon entry of 1619 in its historical and pictorial context". *Revista de História da Arte* 11 (2014): 69-85.

Ginja, António Luís Domingues. "Castelo de Leiria: Estruturas militares do núcleo A. Análise arquitetónica e arqueológica". Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra, 2016.

Góis, Damião de. *Descrição da Cidade de Lisboa,* ed. José Feliciano Alves. Lisboa: Livros Horizonte, 2001.

Góis, Damião de. *Crónica do Felicíssimo Rei D. Manuel*. Ed. Joaquim Martins Teixeira de Carvalho, David Lopes. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926.

Gomes, Saúl António. *Introdução ao Castelo de Leiria*. Leiria: Câmara Municipal de Leiria, 2004.

Gomes, Saúl António. "Porto de Mós em Tempos Medievais". *Revista de História da Sociedade e da Cultura* 6 (2006): 9-29.

Gomes, Saúl António. *D. Afonso V.* Rio de Mouro: Círculo de Leitores/ Temas e Debates, 2009.

Gordalina, Maria do Rosário. "Sobre os Duques de Bragança e a Astronomia e ainda da Antiga Armaria que se conservava no castelo de Vila Viçosa (alguns documentos inéditos)". *Callipole - Revista de Cultura* 16 (2008): 225-251.

Graça, Inês Lourenço e Maria Manuel Oliveira. "A planta 'De Guimarães': Uma representação da vila quinhentista" em *Livro de Atas da conferência PNUM 2018: A Produção do Território. Formas, Processos, Desígnios*, coord. Teresa Cálix, 995-1004. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2019.

Guimarães, Pe. João Gomes de Oliveira. "Catálogo dos pergaminhos existentes no archivo da Insigne e Real Collegiada de Guimarães". *O Archeologo Português* XI (1906): 93-108.

Guimarães, Pe. João Gomes de Oliveira. "Catálogo dos pergaminhos existentes no archivo da Insigne e Real Collegiada de Guimarães". *O Archeologo Português* XI (1906): 219-229.

Guimarães, Pe. João Gomes de Oliveira. "Catálogo dos pergaminhos existentes no archivo da Insigne e Real Collegiada de Guimarães". *O Archeologo Português* XII (1907): 79-91.

Guimarães, Pe. João Gomes de Oliveira. "Catálogo dos pergaminhos existentes no archivo da Insigne e Real Collegiada de Guimarães". *O Archeologo Português* XI (1906): 355-362.

Guimarães, Pe. João Gomes de Oliveira. "Catálogo dos pergaminhos existentes no archivo da Insigne e Real Collegiada de Guimarães". *O Archeologo Português* XIII (1908): 119-138.

Guimarães, Pe. João Gomes de Oliveira. "Catálogo dos pergaminhos existentes no archivo da Insigne e Real Collegiada de Guimarães". *O Archeologo Português* XIII (1908): 284-299.

Guimarães, Alfredo. "A Varanda de Frei Jerónimo". *Revista de Guimarães* 31 (1921): 293-299.

Guimarães, Alfredo. *Guimarães - Guia de Turismo.* Porto: Câmara Municipal de Guimarães, 1940.

Guimarães. Mil anos a construir Portugal. Catálogo da exposição. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, Museu Alberto Sampaio, 2000.

Hallett, Jessica e Nuno Senos (ed.). *De Todas as Partes do Mundo: o Património do 5.º Duque de Bragança, D. Teodósio I.* Lisboa: Tinta-da-China, 2018.

Hallett, Jessica e Nuno Senos (ed.). "Documentos", Volume 2. *De Todas as Partes do Mundo: o Património do 5.º Duque de Bragança, D. Teodósio I*. Lisboa: Tinta-da-China, 2018.

Henriques, Guilherme João Carlos. *Alemquer e seu concelho: parte X a villa de Alenquer*. Alenquer: Arruda Editora, 1873.

Herculano, Alexandre. "Monumentos Pátreos" em *Opúsculos*. Lisboa: Bertrand e Carvalho, 1880.

Holanda, Francisco. *Da fábrica que falece à cidade de Lisboa,* ed. José Feliciano Alves. Lisboa: Livros Horizonte, 1984.

Kagan, Richard. *Urban Images of the Hispanic World, 1493-1793*. New Haven: Yale University Press, 2000.

Korrodi, Ernesto. *Perspectivas do Castello de Porto de Moz*, 1895. ADL, Cota: -1/IV/ 19/B/4.

Korrodi, Ernesto. *Estudos de Reconstrução do Palácio dos Duques de Bragança em Guimarães.* 1897. MAS.

Korrodi, Ernesto. *Estudos de Reconstrução dos Antigos Paços dos Condes de Barcelos*, 1901. ADL, Cota: -1/IV/ 12/D/1.

Kubler, George. *Portuguese Plain Architecture. Between spices and diamonds 1521-1706*. Connecticut: Wesleyan University Press, 1972.

Lampreia, Licínio. "Descrição histórica de Vila Viçosa: um percurso singular da 'Vila Ducal Renascentista'" em *Vila Viçosa. Vila Ducal Renascentista. Vol. III – Estudos Históricos*, 43-61. Vila Viçosa: Câmara Municipal de Vila Viçosa, 2020.

Lapa, Manuel Rodrigues. "Cortes de Évora, terceirais de Moura. A cabeça do duque de Bragança." *Revista de Guimarães* 35.2 (1925): 94-99.

Lapa, Manuel Rodrigues. "Cortes de Évora, terceirais de Moura. A cabeça do duque de Bragança." *Revista de Guimarães* 35.3 (1925): 169-174.

Lapa, Manuel Rodrigues. "Cortes de Évora, terceirais de Moura. A cabeça do duque de Bragança." *Revista de Guimarães* 35.4 (1925) 259-266.

Lapa, Manuel Rodrigues. "Cortes de Évora, terceirais de Moura. A cabeça do duque de Bragança." *Revista de Guimarães* 37.1 (1927): 16-23.

Lapa, Manuel Rodrigues. "Cortes de Évora, terceirais de Moura. A cabeça do duque de Bragança." *Revista*

de Guimarães 37.2-3 (1927): 105-114.

Lapa, Manuel Rodrigues. "Cortes de Évora, terceirais de Moura. A cabeça do duque de Bragança". *Revista de Guimarães* 37.4 (1927): 202-215.

Leal, Joana Esteves Cunha. "Giuseppe Cinatti (1808-1879) Percurso e Obra". Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, 1996.

Leal, Joana Esteves Cunha. "Giuseppe Cinatti. Pequeno roteiro de grandes obras". *Estudos Italianos em Portugal* 12 (2017): 255-268.

Livro primeiro do tombo das propriedades foreiras à Câmara desta muy insigne cidade de Lisboa. Documentos para a História da Cidade de Lisboa, 2 vol. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1950-52.

Livro de actas, "D. Afonso, 4º Conde de Ourém e a sua época". Ourém: Câmara Municipal de Ourém, 2004.

Lopes, Fernão. *Crónica del Rei Dom João I da Boa Memória*, ed. John Entwistle e Anselmo Braamcamp Freire, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1977.

Lourenço, Ana Luísa Pereira. "O príncipe perfeito e o assassinato dos Duques de Bragança e de Viseu (Séc. XV): um problema político e historiográfico" em *Anais do II Seminário Internacional de História Medieval e Moderna: Mundos Ibéricos em Debate*, org. Armênia Maria de Souza e Renata Cristina de Sousa Nascimento, 46-57. Goiânia: UFG/ PUC-Goiás, 2016.

Machado, José Timóteo Montalvão. "D. Afonso, 8.º Conde de Barcelos, fundador da Casa de Bragança (Conferência)". *Revista de Guimarães* 73 (1963): 317-357.

Machado, José Timóteo Montalvão. *Dom Afonso, Primeiro Duque de Bragança. Sua Vida e sua Obra*. Lisboa: Livraria Portugal, 1964.

Mantas, Vasco Gil. "A rede viária romana em Portugal. Estado da questão e perspetivas futuras". *Anais* 21-22 (2008/2009): 239-266.

Malherbe, Hermeline. "Les mystères du Palais des rois de Majorque dévoilés" em *Un palais dans la ville*, dir. Olivier Passarrius e Aymat Catafau. Canet: Éditions Trabucaire, 2014.

Marques, António Henrique de Oliveira. "Pesos e Medidas" em *Dicionário de História de Portugal,* dir. Joel Serrão, 67-72. Porto: Livraria Figueirinhas, 1992.

Marques, António Henrique de Oliveira et al. *Atlas da Cidades Medievais Portuguesas*. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990.

Marques, António Henrique de Oliveira. *A Sociedade Medieval Portuguesa: aspectos da vida quotidiana.* Lisboa: A Esfera dos Livros, 2010.

Mattoso, José. *A Nobreza Medieval Portuguesa: a família e o poder.* Lisboa: Editorial Estampa, 1987.

Mattoso, José. *História da Vida Privada em Portugal.* Lisboa: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2010.

Meireles, Maria José. "O Património Urbano de Guimarães no contexto da Idade Contemporânea (séc. XIX-XX)". Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho, 2000.

Mendonça, Isabel et al. (coord.). *A Casa Senhorial em Lisboa e no Rio de Janeiro. Anatomia de Interiores*. Lisboa: Instituto de História da Arte, Escola de Belas Artes, 2014.

Moita, Irisalva (coord.). *O Livro de Lisboa*. Lisboa: Livros Horizonte, 1994.

Moraes, Ignacio Paulino de. *Itinerario lisbonense, ou, Directorio Geral de todas as ruas, travessas, becos, calçadas, praças, etc. que se comprehendem no recinto da cidade de Lisboa com os seus próprios nomes, principio, e termo, indicados dos lugares mais conhecidos, e gerais, para utilidade, uso, e comodidade dos estrangeiros, e nacionaes.* Lisboa: Impressão Regia, 1804.

Moraes, Antonio de. *Diccionario da língua portugueza recopilado dos vocabulários impressos até agora, e nesta segunda edição novamente emendado, e muito acrescentado.* Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813.

Moreira, Rafael. *A Arquitectura do Renascimento no Sul de Portugal – a encomenda régia entre o Moderno e o Romano.* Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1991.

Moreira, Rafael (coord.). *A Arquitectura Militar na Expansão Portuguesa.* Porto: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1994.

Moreira, Rafael. "Uma 'Cidade Ideal' em Mármore". *Monumentos* 27 (2007): 48-53.

Nascimento, Denise da Silva Menezes. "As conspirações contra D. João II: Punição e Perdão" em *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*, org. Marieta de Moraes Ferreira. São Paulo: ANPUH-SP, 2011. Anais eletrónico: http://www.snh2011.anpuh.org/ (consultado a 30-07-2021).

Neto, Maria João Quintas Lopes Baptista. *A Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e a Intervenção no Património Arquitectónico em Portugal (1929–1960)*. Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa, 1995.

Neto, Nuno et al. "A cerca fernandina: das Portas de Sta. Catarina ao Postigo do Duque – Lisboa" em *I Encontro de Arqueologia de Lisboa: Uma Cidade em Escavação*, coord. Ana Caessa, Cristina Nozes et al., 217-227. Lisboa: Centro de Arqueologia de Lisboa, Departamento de Património Cultural, Direção Munici-

pal de Cultura, Câmara Municipal de Lisboa, 2015.

Oliveira, Frei Nicolau de. *Livro das Grandezas de Lisboa*. Lisboa: Vega, 1991.

Oliveira, Marta; Cálix, Teresa. "O desenho da cidade: contribuição para o seu estudo". Em *Colóquio Internacional Universo Urbanístico Português 1415-1822 - Actas*, coord. Renata Araújo, Hélder Carita e Walter Rossa, 79-98. Lisboa: Comissão para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001.

Oliveira, Marta. "Vila Viçosa: temas de ordenamento da forma urbana". *Calipole. Revista de Cultura* 12 (2004): 225-245.

Oliveira, Marta. *Arquitectura Portuguesa do tempo dos Descobrimentos: assento de prática e conselho.* Tese de Doutoramento, Universidade do Porto, 2005.

Oliveira, Marta. "O Paço, a Villa e a Urbe". Em *Actas do 2.º Congresso Internacional Casa Nobre – Um património para o futuro*, 491-511. Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez, 2011.

Oliveira, Maria Manuel e Teresa Cunha Ferreira (coord.). *Metamorfoses do Convento de São Francisco de Real. Reconhecimento, análise, interpretação.* Guimarães: Lab2PT, EAUM, 2015.

Oliveira, Marta, et al. "A casa Motta Prego em Guimarães: urbanismo e arquitectura" em *Actas do 5.º Congresso Internacional Casa Nobre - Um património para o futuro*, 329-348. Arcos de Valdevez: Município de Arcos de Valdevez, 2020.

Pacheco, Milton Pedro Dias. "O Paço dos Estaus de Lisboa. A génese fundacional de Quatrocentos" em *Lisboa Medieval. Gentes, Espaços e Poderes,* coord. João Luís Inglês Fontes et al., 313-352. Lisboa: IEM – Instituto de Estudos Medievais, 2016.

Palha, Fernando. *O casamento do Infante D. Duarte com D. Izabel de Bragança: Pormenores extrahidos de documentos inéditos*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1881.

Páscoa, Marta. *O Códice 702. Um cartulário de D. Jaime de Bragança*. Vol. 1. *Livros de Muitas Cousas.* Lisboa: Fundação Casa de Bragança, 2015.

Páscoa, Marta. *D. Jaime de Bragança. Contributos para uma biografia.* Vol. 2. *Livros de Muitas Cousas.* Lisboa: Fundação da Casa de Bragança, 2015.

Pereira, Ana Marques. *Cozinhas. Espaço e Arquitectura.* Lisboa: Edições Inapa, 2006.

Pereira, Paulo. "Algumas Considerações acerca do Património Edificado" em *Intervenções no Património. 1995-2000. Nova Política.* Lisboa: Ministério da Cultura, IPPAR, 1997.

Pereira, Paulo. "(Re)trabalhar o Passado, Intervenção no Património Edificado" em *Portugal: arquitectura*

do século XX, org. Annette Becker et al. München: Prestel, 1997.

Pereira, Paulo. *Fortaleza Évoramonte*. Lisboa: IPPAR, 2004.

Pereira, Paulo. "Montes sagrados, altos lugares e santuários", vol. VII, cap. IV em *Espírito da Terra. Lugares Mágicos de Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2005.

Pereira, Paulo. "Lisboa. Porta do Mundo" em *Neue Welten, Die Portuguesiesche Entdeckung bis 16. Jahr-17. Jahr,* Berlin, Deutsches Historisches Museum, 2008.

Pereira, Paulo. *Arte Portuguesa: História Essencial.* Lisboa: Círculo de Leitores, 2011.

Pereira, Paulo. A *Fábrica Medieval – Concepção e Construção da Arquitectura Portuguesa (1150-1550).* Tese de Doutoramento, Universidade de Lisboa, 2011.

Pereira, Paulo. "A Arquitectura enquanto metáfora. Iconografia da arquitectura (séculos XII-XVI)" em *A Arquitectura imaginária. Pintura, escultura, artes decorativas*, coord. António Filipe Pimentel et al. Lisboa: Museu Nacional Arte Antiga-Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2013.

Pestana, Manuel Inácio. "Barcelos nos arquivos da Casa de Bragança: mercês do Duque D. Teodósio II". *Separata Barcelos Revista* 1 (1983): 2-65.

Pestana, Manuel Inácio. "Barcelos nos arquivos da Casa de Bragança: mercês de D. Pedro II". *Separata Barcelos Revista* 2 (1984): 2-107.

Pestana, Manuel Inácio. *A Reforma Setecentista do Cartório da Casa de Bragança*. Lisboa: Fundação da Casa de Bragança, 1985.

Pestana, Manuel Inácio. *Vila Viçosa - Vila Museu*. Vila Viçosa: Câmara Municipal de Vila Viçosa, 1995.

Pestana, Manuel Inácio. *Cronistas da sereníssima Casa de Bragança: notícias documentadas.* Lisboa: Academia Portuguesa de História, 2001.

Pestana, Manuel Inácio e Carlos Filipe. *Vila Viçosa: história, arte e tradição*. Lisboa: Edições Colibri, 2009.

Pimenta, Alfredo. *A propósito do Paço dos Duques*. Guimarães: Arquivo Municipal de Guimarães, 1942.

Pimentel, Jorge Miguel de Faria da Cunha. *Obra pública de Rogério de Azevedo. Os anos do SPN/ SNI e da DGEMN*. Tese de Doutoramento, Universidad de Valladolid, 2014.

Pinto, Pedro. "Documentos medievais nos processos de reconhecimento de foros modernos no Arquivo Municipal de Lisboa". *Cadernos do Arquivo Municipal* 8 (2017) : 161-165.

Pousthomis, Bernard. "Le Palais des rois de Majorque: apports récents de l'archéologie du bâti" em *Un*

palais dans la ville, dir. Olivier Passarrius e Aymat Catafau, 43-114. Canet: Éditions Trabucaire, 2014.

Poisson, Olivier. "La restauration du Palais des rois de Majorque, 1943-160" em *Un palais dans la ville*, dir. Olivier Passarrius e Aymat Catafau, 523-540. Canet: Éditions Trabucaire, 2014.

Ramos, Fernando Guillermo Vázquez. "Redesenho: Conceitos gerais para compreender uma prática de pesquisa histórica em arquitectura". *Arquitextos* 195 (2016). http://www.vitruvius.com.br (consultado a 20-03-2017).

Rau, Virgínia. "As empresas e a História das Técnicas em Portugal nos séculos XIV e XV" em *Estudos de História Medieval.* Lisboa: Editorial Presença, 1985.

Real, Manuel Luís. "Santa Marinha da Costa. Notícia histórica, Pousada de Santa Marinha da Costa". *Boletim da DGEMN*, n.º 130, 1985.

Reis, Maria de Fátima. "O Paço dos Duques de Bragança em Lisboa, sede da Academia Real da História Portuguesa: Mecenato e Poder Régio". *Librosdelacorte.es* 17 (Outono-Inverno 2018): 243-257

Resende, Garcia de. *Crónica de D. João II e Miscelânea*. org. Joaquim Veríssimo Serrão. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1991.

Rossa, Walter. "Lisboa Quinhentista, o terreiro e o paço: prenúncios de uma afirmação da capitalidade" em *D. João III e o Império. Actas*, coord. Roberto Carneiro e Artur Teodoro de Matos, 947-967. Lisboa: Centro de História Além-Mar, Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2004.

Rossa, Walter. "Questões e antecedentes da 'Cidade Portuguesa': o conhecimento sobre o urbanismo medieval e a sua expressão morfológica". *Murphy* 1 (2006): 70-109.

Rossa, Walter. "Lisboa: da busca de imagem de capital". *Rossio. Estudos de Lisboa* 5 (2015): 29-43.

Sá, Isabel dos Guimarães. "D. Manuel I Revisitado: Historiografia Recente e Novas Re(Leituras)" em *Estudos de Homenagem a Joaquim Romero Magalhães. Economia, Instituições e Império*, org. Álvaro Garrido et al, 525-539. Coimbra: Almedina, 2012.

Sampayo, António de Villasboas. *Nobiliarchia Portugueza, Tratado da Nobreza Hereditária e Política*. Lisboa: Officina de Francisco Villela, 1676.

Sanchez Rivero, Angel e Angela Mariutti. *Viaje de Cosme de Médicis por España y Portugal (1668-1669).* Centro de Estudios Sucesores de Rivadeneyra. Madrid: Fototipia Hauser y Menet, 1933.

Senos, Nuno. *O Paço da Ribeira: 1501-1581*. Lisboa: Editorial Notícias, 2002.

Senos, Nuno e Edite Martins Alberto. "Os Espaços do Poder em Lisboa nos séculos XV e XVI" em *Lisboa*

1415 Ceuta. História de duas cidades, coord. André Teixeira et al, 69-75. Catálogo da exposição, Lisboa: Ciudad Autonoma de Ceuta/ Consejaría de Educación y Cultura, Câmara Municipal de Lisboa/ Direção Municipal de Cultura/ Departamento de Património Cultural, 2016.

Serrão, Joel e António Henrique de Oliveira Marques. "Portugal nas Crises dos Séculos XIV e XV", Vol. IV em *Nova História de Portugal,* coord. João José Alves Dias. Lisboa: Editorial Presença, 1987.

Serrão, Joaquim Veríssimo. *Ourém: Breve notícia histórica*. Ourém: Câmara Municipal de Ourém, 2001.

Serrão, Vítor. "Fachada do Paço Ducal de Vila Viçosa e os seus arquitectos Nicolau de Frias e Pero Vaz Pereira: uma nebulosa que se esclarece" em *Callipole – Revista Cultura* 22 (2015): 13-45.

Silva, Augusto Vieira da. "Os Paços dos Duques de Bragança em Lisboa: Reconstituição topográfica dum trecho da Lisboa desaparecida". *Olisipo* 20 (1942): 193-220.

Silva, Augusto Vieira da. "Os Paços dos Duques de Bragança em Lisboa: Reconstituição topográfica dum trecho da Lisboa desaparecida". *Olisipo* 21 (1943): 3-31.

Silva, Augusto Vieira da. *Plantas Topográficas de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1950.

Silva, Augusto Vieira da. *Dispersos*. 2.ª edição. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1985.

Silva, Augusto Vieira da. *A Cerca Fernandina de Lisboa*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1987.

Silva, Carlos Guardado da. "En Lixboa sobre lo mar (rio Tejo). A organização e a estruturação do espaço urbano das origens ao século XIV". *Confins 31* (2017).

Silva, Jorge Henrique Pais da. *Paço dos Duques em Guimarães*. Lisboa: Secretaria da Informação e Turismo, 1973.

Silva, José Soares da. *Collecçam dos documentos, com que se authorizam as Memorias para a vida del Rey D. João o I.* Tomo IV. Lisboa: Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1734.

Silva, José Custódio Vieira da. *Paços Medievais Portugueses*. Lisboa: IPPAR, 1995.

Silva, José Custódio Vieira da. *A morada privilegiada: O paço, O fascínio do fim*. Lisboa: Livros Horizonte, 1997.

Silva, José Custódio Vieira da. *O Palácio Nacional de Sintra*. Lisboa: Scala, 2002.

Simões, João Miguel Ferreira Antunes. "As casas régias construídas sobre a quinta do conde de Barcelos no arrabalde de Santa Maria do Alcamim, à Achada, atual Bairro de São Cristóvão. Dinâmicas sociais e urbanas nos séculos XIV a XVI". *Cadernos do Arquivo Municipal de Lisboa* 8 (2017): 87-116.

Sottomayor-Pizarro, José Augusto de. *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325).* Tese de Doutoramento, Universidade do Porto, 1997.

Sottomayor-Pizarro, José Augusto de. "Linhagem e estruturas de parentesco", *e-Spania* 11 (junho 2011). http://journals.openedition.org/e-spania/20366 (consultado a 15-06-2021).

Sousa, Francisco Luís Pereira de. *O Terramoto de 1755 em Portugal*. Lisboa: Editora, 1932.

Sousa, D. António Caetano de. "Tomo II" em *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Lisboa: QuidNovi/ Público, Academia Portuguesa da História, 2007.

Sousa, D. António Caetano de. "Tomo IV" em *História Genealógica da Casa Real Portuguesa.* Lisboa: QuidNovi/ Público, Academia Portuguesa da História, 2007.

Sousa, D. António Caetano de. "Tomo V" em *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Lisboa: QuidNovi/ Público, Academia Portuguesa da História, 2007.

Sousa, D. António Caetano de. "Tomo VI" em *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Lisboa: QuidNovi/ Público, Academia Portuguesa da História, 2007.

Sousa, D. António Caetano de. "Tomo X" em *História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Lisboa: QuidNovi/ Público, Academia Portuguesa da História, 2007.

Sousa, D. António Caetano de. "Tomo III" em *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa.* Lisboa: Regia Officina Sylviana da Academia Real, 1744.

Sousa, D. António Caetano de. "Tomo IV" em *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Lisboa: Regia Officina Sylviana da Academia Real, 1745.

Sousa, D. António Caetano de. "Tomo VI" em *Provas da História Genealógica da Casa Real Portuguesa*. Coimbra: Atlântida 1946-1959.

Sousa, João Silva de. "Os Bragança e as Guerras no Norte de África em Quatrocentos". *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas* 16 (2003): 161-167.

Sousa, João Silva de. *D. Afonso, 4.º Conde de Ourém*. Ourém: Câmara Municipal de Ourém, 2005.

Synopse dos principais actos administrativos da Camara Municipal de Lisboa em 1837. Lisboa: Typographia Lisbonense, 1837.

Távora, Fernando. *Ao volante, pela cidade: dez entrevistas de arquitectura* (Manuel Graça Dias). Colecção Arquitectura. Lisboa: Relógio d'Água, 1999.

Távora, Fernando e Joaquim Fernandes. *Guimarães do passado e do presente*. Guimarães: Câmara Muni-

cipal de Guimarães, 1985.

Teixeira, José de Monterroso. *O Paço Ducal de Vila Viçosa: sua arquitectura e suas colecções.* Lisboa: Fundação da Casa de Bragança, 1983.

Teixeira, José de Monterroso. "O Paço, passo a passo". *Monumentos* 27 (1996): 8-13.

Tomé, Miguel. *Património e restauro em Portugal: 1920-1995*. 1.ª edição. Porto: FAUP Publicações, 2002.

Travassos, Nuno et al. "Edifício Paço do Duque em Lisboa". BE2010 – Encontro Nacional Betão Estrutural, Lisboa, 2010.

Tréton, Rodrigue. "Du palais à la forteresse, les mutations du château royal de Perpignan (XIIIe-XVe s.)" em *Un palais dans la ville*, dir. Olivier Passarrius e Aymat Catafau, 23-42. Canet: Éditions Trabucaire, 2014.

Trindade, Luísa. *Urbanismo na composição de Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2013.

Trindade, Luísa. "A Malha. Fazer Cidade no Portugal Medieval: agentes, programa e execução". em *Os Elementos Urbanos*, coord. Carlos Dias Coelho, 58-81. Lisboa: Argumentum, 2013.

Trindade, Luísa. "Desenho: Discurso e Instrumento" em *Patrimónios de Influência Portuguesa: modos de olhar,* org. Walter Rossa e Margarida Calafate Ribeiro, 401-452. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015.

Trindade, Luísa. "Casas da Corte nas margens do rio: o Tejo como curso e paisagem" em *Pasajes Culturales del agua,* ed. Maria del Mar Lozano et al., 85-99. Cáceres: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Extremadura, 2017.

Trindade, Luísa e André Dias Goes. "O Paço do Infante D. Henrique no Convento de Cristo, em Tomar" em *Equipamentos Monásticos e prática espiritual*, coord. Maria de Lurdes Craveiro et al., 339-366. Lisboa: Secretariado Nacional para os Bens Culturais da Igreja, 2017.

Vale, Clara Pimenta do. "O Paço do Conde de Barcelos". *Barcelos-Revista* 1 (1990): 111-140.

Viterbo, Sousa. *Dicionário histórico e documental dos arquitectos, engenheiros e construtores portugueses.* Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988.

Xavier, Hugo. *O Marquês de Sousa Holstein e a Formação da Galeria Nacional de Pintura da Academia de Belas Artes de Lisboa*. Casal de Cambra: Caleidoscópio e Direção-Geral do Património Cultural, 2018.

Zurara, Gomes Eanes de. *Crónica de tomada de Ceuta por el Rei D. João I.* org. Francisco Maria Esteves Pereira. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1915.

fontes documentais

"Assento feito com a nobreza e povo sobre a pedra dos Passos desta villa", 1666. AMAP, Atas de vereação. p. 126-128v. doc. 213, 1666. Transcrição de Maria José Meireles.

Aquino, Tomás José de. *Carta que se escrevia a certo amigo, com a declaração da palavra Estáo*. Lisboa: Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1788. ANTT, Cota do exemplar digitalizado: I-6550-9-v.

Azevedo, Rogério de. *Memória Descritiva do Paço dos Duques de Guimarães*. Porto, 28 de Outubro de 1939. SIPA, Cotas das digitalizações: TXT.02511294 - TXT.02511313.

Azevedo, Rogério de. *Relatório acerca das obras do Paços dos Duques*. Porto, Ordem de Serviço n.º 2503 de 12 de Agosto de 1938. SIPA, Cotas das digitalizações: TX.02511149 - TXT.02511189.

Azevedo, Rogério de. *Descrição das Variantes A e B do Páteo*. Porto, 12 de Maio de 1939. SIPA, Cotas das digitalizações: TXT.00066657 - TXT.00066660.

Bluteau, Raphael. *Vocabulario portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasilico, comico, critico, chimico, dogmatico, dialectico, dendrologico, ecclesiastico, etymologico, economico, florifero, forense, fructifero*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. ANTT, Cota do exemplar digitalizado: I-2771-a_10.

Cardoso, Pe. Luís. *Diccionario geografico, ou noticia historica de todas as cidades, villas, lugares, e aldeas, rios, ribeiras, e serras dos Reynos de Portugal, e Algarve, com todas as cousas raras, que nelles se encontraõ, assim antigas, como modernas (...).* Lisboa: na Regia Officina Sylviana, e da Academia Real, 1747-1751. ANTT, Cota do exemplar digitalizado: HG-2542-v_2.

"Casas dos Duques" Cota: W, fl. 190-190v; "Funcionários do Duque", Fundo João Lopes de Faria, SMS, Cotas: W, fl. 150; fl. 151. Transcrição de João Lopes de Faria.

Conceição, Frei Apolinário da. *Demonstração Histórica da Primeira e Real Paróquia de Lisboa, de que é Patrona e Titular N. S. dos Martyres.* Lisboa: Officina Inácio Rodrigues, 2 vol, 1750. (https://archive.org/details/demonstraamhis00apol/page/n4/mode/2up consultado em 25-04-2020).

Costa, Pe. António Carvalho. *Corographia Portugueza e Descripçam Topographica do Famoso Reyno de Portugal com as Notícias das Fundações das Cidades, Villas e Lugares, que contem, Varões Ilustres, Genealogias das Familias Nobres, fundações dos Conventos Catálogos dos Bispos, Antiguidades Maravilhas*

da Natureza, Edificios e Outras Curiosas Observações. Lisboa: Officina de Valentim da Costa Deslandes Impressor de Sua Majestade a Sua Custa Impressão, 1706. ANTT, Cota do exemplar digitalizado: HG--1065-V_3.

Dantas, Júlio. R*elatório relativo à futura aplicação do Paço dos Duques de Bragança (Inspecção Superior das Bibliotecas e Arquivos). S*ecretaria da Inspecção Superior das Bibliotecas e Arquivos, 29 de Agosto de 1938. SIPA, Cotas das digitalizações: TXT.01187866 - TXT.01187870.

DGEMN. *Paço dos Duques de Bragança em Guimarães. Processo de Obras.* 1936-40, vol. 253; 1941-44, vol. 254; 1945-48, vol. 255; 1949-53, vol. 256; 1953-54, vol. 267; 1955, vol. 268; 1956-57, vol. 259; 1958-59, vol. 260; 1960, vol. 261; 1962-65, vol. 262; 1966-69, vol. 263; 1970-82, vol. 264; 1985, vol. 265. N. 030834013.

DGEMN. *Paço dos Duques de Bragança em Guimarães. Processo Admnistrativo*. 1936-56, vol. 266; 1957-59, vol. 267; 1960-65, vol. 268; 1966, vol.269. N.030834013.

Dias, João Pereira. *Relatório relativo à futura aplicação do Paço dos Duques de Bragança.* 12 de Abril de 1938. SIPA, Cotas das digitalizações: TXT.01187871 - TXT.011878775.

Esperança, Frei Manuel da. *Historia Serafica da Ordem dos Frades Menores de S. Francisco na Provincia de Portugal. Primeira parte, que contem seu principio, & augmentos no estado primeiro de Custodia.* Lisboa: Officina Craesbeeckiana, 1656. ANTT, Cota do exemplar digitalizado: HG-1230-V_5.

Estaço, Gaspar. *Várias antiguidades de Portugal. E dado novamente à luz por Luiz de Moraes, mercador de livros, morador á Praça da Palha, e á sua custa impresso.* Lisboa: Na Offic. Dos Herd, de Antonio Pedrozo Galraõ, 1754. (https://archive.org/stream/variasantiguidad01esta?ref=ol, consultado em 22-04-2022).

Galhegos, Pe. Manuel de. "Templo da Memoria. Poema epithalamico, nas felicissimas bodas do Excellentissimo Senhor Duque de Bargança (...)", em *Lisboa*, por Lourenço Craesbeeck, 1635, fols. 119v-125v.

Guimarães, Alfredo. *Museu Alberto Sampaio. Exposição acerca do actual estado das instalações deste estabelecimento público.* Guimarães, 8 de Dezembro de 1938. SIPA, Cotas das digitalizações: TXT.01187855 - TXT.01187865.

Monforte, Frei Manuel de. *Crónica da Província da Piedade, primeira capucha de toda a Ordem e regular observância de nosso seráfico padre S. Francisco, dedicada na primeira impressão ao sereníssimo senhor dom João, principe de Portugal, e duque da real casa de Bragança*. Lisboa: Na officina de Miguel Manescal da Costa, impressor do Santo Officio, 1751. (https://archive.org/details/chronicadaprovin00manu consultado em 25-04-2022).

Observações sobre o actual estado do ensino das Artes em Portugal, a Organisação dos Museus e o

Serviço dos Monumentos Historicos e da Archeologia. Lisboa: Imprensa Nacional, 1875. ANTT, Cota do exemplar digitalizado: BA-1982-2 V.

Oliveira, Cristóvão Rodrigues de. Oliveira, Lina Maria Marrafa de. "Festas e recebimentos que fez em Vila Viçosa o Duque de Bragança, Dom Teodósio, e os casamentos do Infante Dom Duarte e da senhora Infante Dona Isabel sua irmã, no mês de Abril do ano de 1537". BN, Reservados, Memórias da Casa de Bragança, Cod. 1544, fls. 105v-39.

"do Castelo, Guimarães". *Dicionário Geográfico de Portugal (Memórias Paroquiais).* ANTT, vol. 18, n.º 134b.

"Sentença cível de apelação do Pe. António Machado, Abade de São Miguel do Castelo, da vila de Guimarães. Contra o Doutor Procurador do Tombo da Rainha Fidelíssima Nossa Senhora", 1771. AMAP. Colegiada de Guimarães, maço 28, doc. n.º 49. Transcrição de Maria José Meireles.

fontes iconográficas

Braun, G., Hogenberg, F., Brachel, P. V., Hierat, A., Hogenberg, A., Novellanus, S. [...] Rantzau, H. *Civitates Orbis Terrarvm.* [Coloniae Agrippinae: apud Petrum à Brachel, sumptibus auctorum, to 1618] [Map] Retrieved from the Library of Congress, 1612.

Carvalho, José Monteiro de. "Livro das plantas das Freguesias de Lisboa", 1756-1768. ANTT, Códices e documentos de proveniência desconhecida, n.º 153.

Castro, José Fortunato de. "Quartel de Guimarães. Planta do 1º andar, Planta do 2º andar", 1881. GEAEM, Cota 2026_II-2-17A-25.

Castro, José Fortunato de. "Quartel de Guimarães. Planta do andar térreo, Planta do 2º andar", 1881. GEAEM, Cota 2026-2-17-A-25; 2.

Fava, Duarte José. "Carta topographica de Lisboa e seus suburbios comprehendendo na sua maior extensão desde o Convento dos Religiozos Barbadinhos Italianos athé a Bateria do Bom Successo e na maior largura desde o Terreiro do Paço athé o Campo Pequeno", 1807. ANTT, Cota: cc-1067-r.

Freitas, José Valentim de. "Planta de Lisboa anterior ao Terramoto: estudos parciais e planta", c.1850-60. ANTT, Cota: d-108-r.

Lima, Luís Ignácio de Barros. "Elevação, efrente do segundo projecto.", c.1816-19. GEAEM, Cota 2010-2-17A-25.

Lima, Luís Ignácio de Barros. "Planta baixa do segundo andar, do segundo projecto.", c.1816-19. GEAEM, Cota 2013-2-17A-25.

Lima, Luís Ignácio de Barros. "Planta baixa do segundo projecto.", c.1816-19. GEAEM, Cota 2012_A-2-17A-25.

Lima, Luís Ignácio de Barros. "Planta baixa do segundo andar, do segundo projecto.", c.1816-19. GEAEM, Cota 2013-2-17A-25.

Lima, Luís Ignácio de Barros. "Planta baixa do terceiro andar, do segundo projecto.", c.1816-19. GEAEM, Cota 2014-2-17A-25.

Lima, Luís Ignácio de Barros. "Planta baixa que mostra a figura que tem o terreno que occûpa o Edificio

antíguo, denominado, o Paço, na Villa de Guimarães; parte do qual está hoje occûpado em quartel: do Regimento d'Infantaria, N.º 15", c.1816-19. GEAEM, Cota 2004-2-17A-25.

Lima, Luís Ignácio de Barros. "Planta do Perfil, do segundo projecto.", c.1816-19. GEAEM, Cota 2011-2-17A-25.

Lima, Luís Ignácio de Barros. "Planta do Perfil, Que mostra o lado interior, e alçado da parte do Norte", c.1816-19. GEAEM, Cota 2006-2-17A-25.

Lima, Luís Ignácio de Barros. "Planta que mostra o frontispício que tem o Quartel do Regimento d'Infantaria N°15 em Guimarães", c.1816-19. GEAEM, Cota 2005-2-17A-25.

Lima, Luís Ignácio de Barros. "Planta que mostra o projecto da obra que se pretende levantar sôbre o frontispício do Quartel do Regimento N.º 15.", c.1816-19. GEAEM Cota 2009-2-17A-25.

Lima, Luís Ignácio de Barros. "Planta que mostra o Prospecto que tem o Quartel do Regimento d'Infantaria N.º 15, em Guimarães, visto pelo lado do Sul.", c.1816-19. GEAEM, Cota 2008-2-17A-25.

Lima, Luís Ignácio de Barros. "Prospecto que tem o Edificio antíguo, visto pelo lado do Nascente.", c.1816-19. GEAEM, Cota 2007-2-17A-25.

Machado, Pedro Alves de Avellar, "Quartel de Guimarães: 1.º esboço, ala direita, 2.º esboço, planta do 1.º andar/ indicando as alterações projectadas pelo capitão de engenharia Pedro Alves de Avelar Machado, que a levantou", sem data. GEAEM, Cota 2021-2-17A-25.

Machado, Pedro Alves de Avellar, "Quartel de Guimarães: planta parcial do pavimento térreo, indicando as alterações projectadas pelo Capitão de Engenharia Pedro Alves de Avelar Machado, que a levantou", sem data. GEAEM, Cota 2022-2-17A-25.

Milcent, Francisco. "Plano geral da cidade de Lisboa em 1785", 1785.). ANTT, Cota: cc-599-v.

Penaguião, J.E. (Cópia). "Esboço do Paço d'Elrei Affº Henriques oje Quartel de Regtº d'Infantª n.º 6 em Guimarães", 1870. GEAEM, Cota 2024-2-17A-25.

Penaguião, J.E. (Cópia). "Projecto do Qel de Guimarães. Esboçeto da Fachada d'entrada.", 1870. GEAEM, Cota 2025-2-17A-25.

Penaguião, J.E. (Cópia). "Quartel d'Infantaria n.º 6 em Guimarães. Planta do pavimento térreo. (Esboço do Ante Projecto)", 1870. GEAEM, Cota 2023-2-17A-25.

"Planta do Paço Velho da Senhora Rainha", autor desconhecido, 1816. GEAEM, Cota 2015-2-17A-25.

Santos, Eugénio dos; Mardel, Carlos. "Planta de Lisboa: arruinada pelo terremoto de 1755 e com o novo

plano de reconstrução dos architectos Eugenio dos Santos de Carvalho e Carlos Mardel", 1758. ANTT, Cota: cc-1373-2-a.

Synge, John. *Book of paintings made in Portugal*. Department: Manuscripts & Archives Research Library, Trinity College Dublin, 1813.

Synge, John. *Book of paintings made in Portugal and Spain*. Department: Manuscripts & Archives Research Library, Trinity College Dublin, 1813.

Tinoco, João Nuno. "Planta da cidade de L[isbo]a em q se mostrão os muros de vermelho com todas as ruas e praças da cidade dos muros a dentro co as declarações postas em seu lugar", 1650. ANTT, Cota: cc-1081-a.

documentação fotográfica

Associação Muralha
Biblioteca Nacional Digital (BNP)
Direcção Geral do Património Cultural (SIPA)
GoogleEarth
GoogleMaps
Sociedade Martins Sarmento (SMS)

lista de anexos

Anexo 1. 2020 – "Evolução da toponímia das ruas adjacentes ao Paço Ducal em Lisboa". ILG.

anexo documental

Doc. 1. 1420 – "Contrato do casamento do Duque de Bragança, D. Afonso, com D. Constança de Noronha". Publ.: Sousa, D. António Caetano de. "Tomo III" em *Provas da História Genealógica da Casa Real Portugueza*. Lisboa: Regia Officina Sylviana, e da Academia Real, 1739, p. 460-462.

Doc. 2. 1666 – "Auto de vistoria, e avaluação dos Passos desta Villa de Guimar.es". Publ.: Azevedo, Rogério de. *O Paço dos Duques de Guimarães (Preâmbulo à Memória do Projecto de Restauro).* Porto: Marânus, 1942, p. 114-115.

Doc. 3. c.1940 – "Casas dos Duques". Documento original sem data. Cópia de João Lopes Faria, c.1940. Fundo João Lopes de Faria, Sociedade Martins Sarmento Cota: W, fl. 190-190v.

Doc. 4. c.1940 – "Funcionários do Duque". Documento original sem data. Cópia de João Lopes Faria, c.1940. Fundo João Lopes de Faria, Sociedade Martins Sarmento Cota: W, fl. 150; fl. 151.

Doc. 5. 1936-56 – "Ordem de Serviço N.º 03453". *Processo Administrativo do Paço dos Duques de Bragança. Obras de Conservação e Restauro*, 1936 a 1956, SIPA, Cota: PT DGEMNDSID 001003 0266.

Doc. 6. 1450 - "Procuração que fes o Duque Dom Affonço a Gil Pires seu thio, pera receber às cazas de Lixboa que foraõ do Conde Dom Pedro de que lhe fes Doação". Publ.: Silva, José Soares da. "Tomo IV" em *Collecçam dos documentos, com que se authorizam as Memorias para a vida del Rey D. João o I.* Lisboa: Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1734, p. 104-105.

Doc. 7. 1448 – "Procuração em pergaminho feita por Nunno Alves e Gallianna Gonçalves, sua Molher, feita ao Doutor Pero estes, pera dar duas cazas nesta Cidade de Lixboa que estão à Rua do Comendadeira, ao Duque de Bragança Dom Affonço e sua Molher Donna Constança". Publ.: Silva, José Soares da. "Tomo IV" em *Collecçam dos documentos, com que se authorizam as Memorias para a vida del Rey D. João o I.* Lisboa: Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1734, p. 105-108.

Doc. 8. 1573 – "Rua da Parreira". Publ.: *Livro primeiro do tombo das propriedades foreiras à Câmara desta muy insigne cidade de Lisboa. Documentos para a História da Cidade de Lisboa.* Volume II. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1950-52, p. 11-12.

Doc. 9. 1413 – "doaçam de casas em lixboa a dom afomso /". Publ.: Dias, João José Alves (org.). *Chancelarias Portuguesas: D. João I. Volume III, Tomo 3* (1410-1418). Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2006, p. 133-134.

Doc. 10. 1756, novembro, 5 – "Consultas da Sereníssima Casa de Bragança." DGARQ/TT – Ministério do Reino: Consultas da Sereníssima Casa de Bragança, Mç. 521, Cx. 649, Consulta 5. Novembro. 1756. Publ.: Gordalina, Maria do Rosário. "Sobre os Duques de Bragança e a Astronomia e ainda da Antiga Armaria que se conservava no castelo de Vila Viçosa (alguns documentos inéditos)". *Callipole - Revista de Cultura* 16 (2008): 232-233.

Doc. 11. 1757, dezembro, 12 – "Consulta da Sereníssima Casa de Bragança". DGARQ/TT – Ministério do Reino: Consultas da Sereníssima Casa de Bragança, Mç. 521, Cx. 649, Consulta 12. Dezembro. 1757. Publ.: Gordalina, Maria do Rosário. "Sobre os Duques de Bragança e a Astronomia e ainda da Antiga Armaria que se conservava no castelo de Vila Viçosa (alguns documentos inéditos)". *Callipole - Revista de Cultura* 16 (2008): 234.

Doc. 12. 1758, julho, 10 – "Consultas da Sereníssima Casa de Bragança". DGARQ/TT – Ministério do Reino: Consultas da Sereníssima Casa de Bragança, Mç. 521, Cx. 649, Consulta 10 de Julho de 1758. Publ.: Gordalina, Maria do Rosário. "Sobre os Duques de Bragança e a Astronomia e ainda da Antiga Armaria que se conservava no castelo de Vila Viçosa (alguns documentos inéditos)". *Callipole - Revista de Cultura* 16 (2008): 234-236.

Doc. 13. 1763, janeiro, 31 – "Consulta da Sereníssima Casa de Bragança". DGARQ/TT – Ministério do Reino: Consultas da Sereníssima Casa de Bragança, Mç. 521, Cx. 649, Consulta 31 de Janeiro de 1763. Publ.: Gordalina, Maria do Rosário. "Sobre os Duques de Bragança e a Astronomia e ainda da Antiga Armaria que se conservava no castelo de Vila Viçosa (alguns documentos inéditos)". *Callipole - Revista de Cultura* 16 (2008): 236-237

Doc. 14. 1763, dezembro, 6 – "Consulta da Sereníssima Casa de Bragança". DGARQ/TT – Ministério do Reino: Consultas da Sereníssima Casa de Bragança, Mç. 521, Cx. 649, Consulta 9 de Dezembro de 1763. Publ.: Gordalina, Maria do Rosário. "Sobre os Duques de Bragança e a Astronomia e ainda da Antiga Armaria que se conservava no castelo de Vila Viçosa (alguns documentos inéditos)". *Callipole - Revista de Cultura* 16 (2008): 237-238.

Doc. 15. 1564, dezembro, 6 – "Copia do Jnventario feito em Lisboa da fazenda que se achou pertencer ao senhor Dom Theodozio, Duque de Bragança, cazado com a senhora Duqueza Dona Brites de Lancastre". Arquivo Histórico da Casa de Bragança, Cota: BDM II, Reservados Ms 17, 1-t-3. Publ.: Hallett, Jessica; Senos, Nuno (ed.). "Documentos", Volume 2. *De Todas as Partes do Mundo: o Património do 5.º Duque de Bragança, D. Teodósio I*. Lisboa: Tinta-da-China, 2018, p. 359-368.

Anexo 1
2020 - "Evolução da toponímia das ruas adjacentes ao Paço Ducal em Lisboa". ILG.

1551

Rua direita de Santa caterina

Fonte: Oliveira, Cristóvão Rodrigues de. *Sumario em que breuemente se contem alguas cousas assi ecclesiasticas como seculares que ha na cidade de Lisboa / [por Cristouão Rodriguez Doliueira]. - Em Lixboa: em casa de Germão Galharde: acharssea em casa de Gil Marinho, liureiro do infante dom Luis no terreiro do Paço onde sua A. mora, depois de 1554*, p. 24, ANTT, Cota do exemplar digitalizado: res-84-v.

1573

Rua direita das portas de santa Catarina

Fonte: *Livro primeiro do tombo das propriedades foreiras à Câmara desta muy insigne cidade de Lisboa.* Documentos para a História da Cidade de Lisboa. Volume II. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1950-52, p. 2.

1650

Porta de Santa Catarina/ Chiado

Fonte: "Planta da cidade de L[isbo]a em q se mostrão os muros de vermelho com todas as ruas e praças da cidade dos muros a dentro co as declarações postas em seu lugar", João Nuno Tinoco, 1650, ANTT, Cota: cc-1081-a.

1804

Rua das Portas de Santa Catharina/ Rua do Chiado

Fonte: Moraes, Ignacio Paulino de. *Itinerario lisbonense, ou, Directorio Geral de todas as ruas, travessas, becos, calçadas, praças, etc. que se comprehendem no recinto da cidade de Lisboa com os seus próprios nomes, principio, e termo, indicados dos lugares mais conhecidos, e gerais, para utilidade, uso, e comodidade dos estrangeiros, e nacionaes.* Lisboa: Impressão Regia, 1804, p. 45.

1880

Rua Garrett

Fonte: Edital da Câmara Municipal de Lisboa 14/06/1880. http://www.cm-lisboa.pt/ (consultado em 22-10-2019).

Tabela 1: Evolução da toponímia da rua direita de Santa Catarina – atual rua Garrett.

1551

Rua das parreiras

Fonte: Oliveira, Cristóvão Rodrigues de. *Op. Cit.,* 1551, p. 26.

1573

Rua da Parreira

Fonte: *Op. Cit.*, 1950-52, p. 11.

1650

T. da Parreirinha

Fonte: "Planta da cidade de L[isbo]a em q se mostrão os muros de vermelho com todas as ruas e praças da cidade dos muros a dentro co as declarações postas em seu lugar", João Nuno Tinoco, 1650, ANTT, Cota: cc-1081-a.

1804

Travessa da Parreirinha

Fonte: Moraes, Ignacio Paulino de. *Op. Cit.*, 1804, p. 83.

Tabela 2: Evolução da toponímia da rua das Parreiras – atual rua do Capelo.

1551
Rua de cima
Fonte: Oliveira, Cristóvão Rodrigues de. *Op. Cit.*, 1551, p. 24.
1650
Arco do Thez.º e Rua do Ferr.al de Cima
Fonte: "Planta da cidade de L[isbo]a em q se mostrão os muros de vermelho com todas as ruas e praças da cidade dos muros a dentro co as declarações postas em seu lugar", João Nuno Tinoco, 1650, ANTT, Cota: cc-1081-a.
1804
Rua do Ferragial de cima
Fonte: Moraes, Ignacio Paulino de. *Op. Cit.*, 1804, p. 23.
1890
Rua Vítor Cordon
Fonte: Edital da Câmara Municipal de Lisboa 06/02/1890. http://www.cm-lisboa.pt/ (consultado em 22-10-2019).

Tabela 3: Evolução da toponímia da rua de Cima – atual rua Vítor Cordon.

1551
Rua do duque
Fonte: Oliveira, Cristóvão Rodrigues de. *Op. Cit.*, 1551, p. 24.
1650
T. do Tesouro Velho/ Cordoaria Nova
Fonte: "Planta da cidade de L[isbo]a em q se mostrão os muros de vermelho com todas as ruas e praças da cidade dos muros a dentro co as declarações postas em seu lugar", João Nuno Tinoco, 1650, ANTT, Cota: cc-1081-a.
1756-1768
Rua do Tizouro
Fonte: "Planta da freguesia de N. S.ª dos Martires". Livro das plantas das Freguesias de Lisboa, Sargento-mor José Monteiro de Carvalho, 1756-1768, ANTT, Cota: PT/TT/CF/153, f. 42.
1804
Travessa do Thesouro velho
Fonte: Moraes, Ignacio Paulino de. *Op. Cit.*, 1804, p. 90-91.
1890
Rua António Maria Cardoso
Fonte: Edital da Câmara Municipal de Lisboa 06/02/1890. http://www.cm-lisboa.pt/ (consultado em 22-10-2019).

Tabela 4: Evolução da toponímia da rua do duque – atual rua António Maria Cardoso.

1551
Rua do outeiro
Fonte: Oliveira, Cristóvão Rodrigues de. *Op. Cit.*. 1551, p. 25.
1573
Rua do Outeiro
Fonte: *Op. Cit.*, 1950-52, p. 72
1650
Rua do Outeiro
Fonte: "Planta da cidade de L[isbo]a em q se mostrão os muros de vermelho com todas as ruas e praças da cidade dos muros a dentro co as declarações postas em seu lugar", João Nuno Tinoco, 1650, ANTT, Cota: cc-1081-a.

1890
Rua Paiva de Andrada
Fonte: Edital da Câmara Municipal de Lisboa 06/02/1890. http://www.cm-lisboa.pt/ (consultado em 22-10-2019).

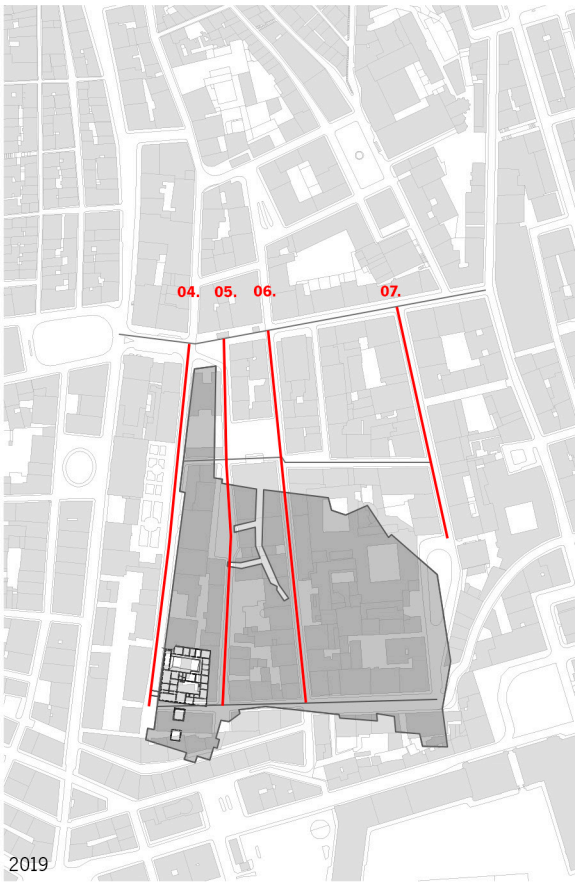
Tabela 5: Evolução da toponímia da rua do outeiro – atual rua Paiva de Andrada.

1551
Rua das martes
Fonte: Oliveira, Cristóvão Rodrigues de. *Op. Cit.*. 1551, p. 25.
1573
Rua direita das Marteres
Fonte: *Op. Cit.*, 1950-52, p. 72.
1650
Rua nova das Mártires
Fonte: "Planta da cidade de L[isbo]a em q se mostrão os muros de vermelho com todas as ruas e praças da cidade dos muros a dentro co as declarações postas em seu lugar", João Nuno Tinoco, 1650, ANTT, Cota: cc-1081-a.
1885
Rua Serpa Pinto
Fonte: Edital da Câmara Municipal de Lisboa 07/09/1885. http://www.cm-lisboa.pt/ (consultado em 22-10-2019).

Tabela 6: Evolução da toponímia da rua das martes – atual rua Serpa Pinto.

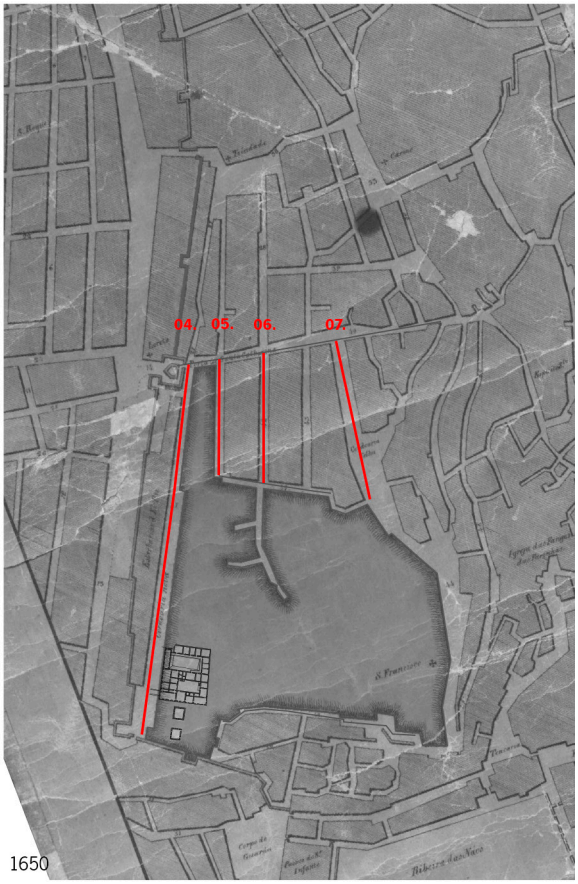
1448
Rua da Comendadeira
Fonte: Silva, José Soares da. *Op. Cit.*, 1734, doc. n.º 8.
1551
Rua da comendadeira
Fonte: Oliveira, Cristóvão Rodrigues de. *Op. Cit.*, 1551, p. 25.
1573
Rua da Comendadeira/ Rua da Boa Viagem
Fonte: *Op. Cit.* 1950-52, p. 2.
1650
Cordoaria Velha/ R. de S. Francisco
Fonte: "Planta da cidade de L[isbo]a em q se mostrão os muros de vermelho com todas as ruas e praças da cidade dos muros a dentro co as declarações postas em seu lugar", João Nuno Tinoco, 1650, ANTT, Cota: cc-1081-a.
1885
Rua Ivens
Fonte: Edital da Câmara Municipal de Lisboa 07/09/1885. http://www.cm-lisboa.pt/ (consultado em 22-10-2019).

Tabela 7: Evolução da toponímia da rua da Comendadeira – atual rua Ivens.



2019

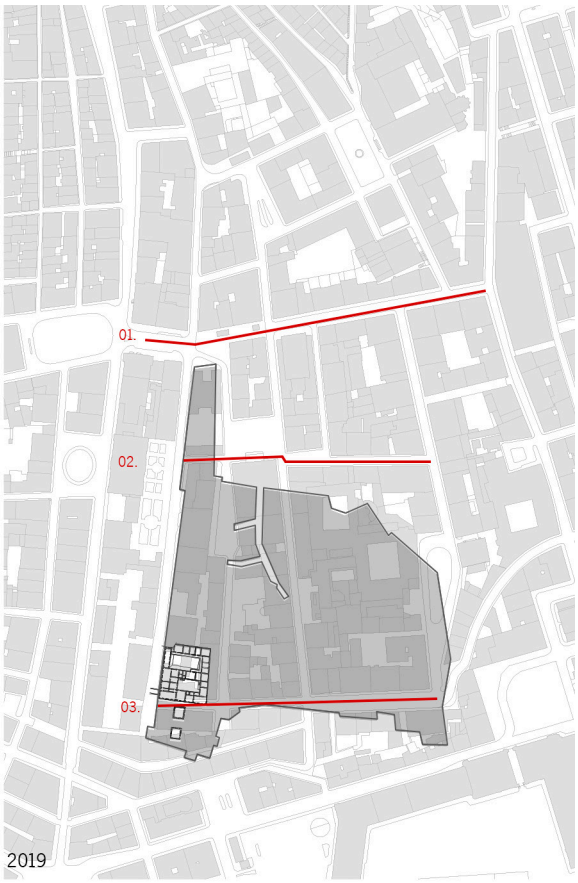
01. Rua Garrett
02. Rua do Capelo
03. Rua Vítor Cordon
04. Rua António Maria Cardoso
05. Rua Paiva Andrada + Rua Duques de Bragança, Largo do Picadeiro
06. Rua Serpa Pinto
07. Rua Ivens



01. Rua das Portas de Santa Catarina
02. Rua das Parreiras
03. Rua de Cima
04. Rua do Duque
05. Rua do Outeiro
06. Rua das Martes
07. Rua da Comendadeira

1650

0 10m 50m 100m



2019

01. Rua Garrett

02. Rua do Capelo

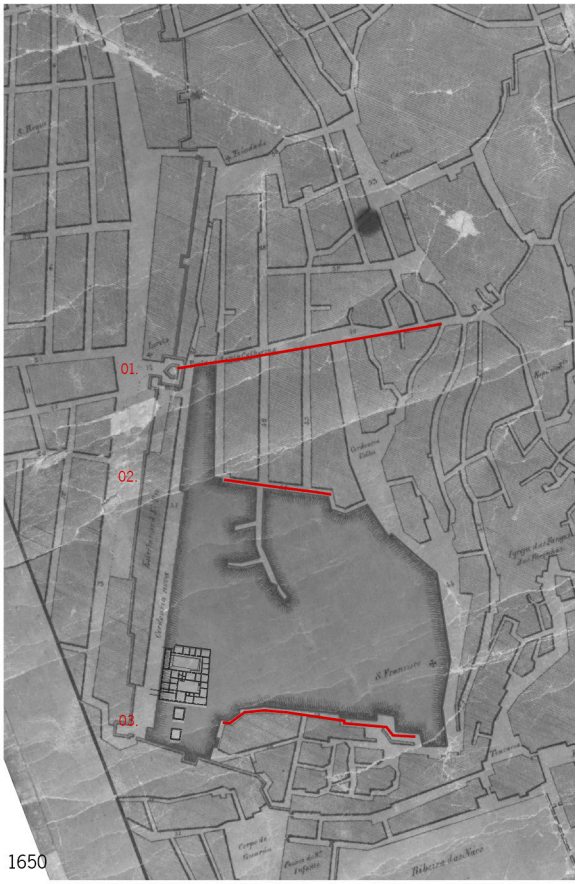
03. Rua Vítor Cordon

04. Rua António Maria Cardoso

05. Rua Paiva Andrada, Rua Duques de Bragança, Largo do Picadeiro

06. Rua Serpa Pinto

07. Rua Ivens



1650

01. Rua das Portas de Santa Catarina

02. Rua das Parreiras

03. Rua de Cima

04. Rua do Duque

05. Rua do Outeiro

06. Rua das Martes

07. Rua da Comendadeira

0 10m 50m 100m

anexo documental

Doc. 1
1420 - Contrato do casamento do Duque de Bragança, D. Afonso, com D. Constança de Noronha.

Publ.: Sousa, D. António Caetano de. "Tomo III" em *Provas da História Genealógica da Casa Real Portugueza*. Lisboa: Regia Officina Sylviana, e da Academia Real, 1739, p. 460-462.

"Dom Joaõ pela graça de Deos Rey de Portugal e do Algarve Senhor de Ceuta a quantos efta Carta virem fazemos faber que por nos foi tratado a prazamento de Deos com autoridade e licença, e
difpenfafoma do Padre Santo cazamento ante D. Afons Conde dé Barcellos meu filho, e D. Contança filha de D. Afons Conde de Gijon, e da Condesa D. Izabel minha fobrinha e ao tempo dos espozorios e cazamento foraõ por nos e ante elles , outrogadas eftas couzas que fe seguem primeiramente daremos em dote e doaçon por parte nupcias, ao dito Conde, com a dita D. Conftança treze mil dobras das quaes logo ante que cazem lhe faremos paga das quatro mil dobras, e por as nove mil lhe damos em penhor as terras que ora de nos tem o dito Conde em termo de Guimaroens com todas uas rendas direitos, e foros e cabedaes e geiras , e com obrar e pobrar e com todolos outros direitos, e direituras e pertenças que em ellas avemos e o serviço Real dos judeus, e Portagem e outras rendas miudas, assim como de mordomagem e afougagem e rendas e foros de Caza aos de outras couzas que avemos em a billa de Guimaroens. Outro fi lhe danos mais em penhor as terras que ora Martim Bafques da Cunha tem em penhor de nos por tres mil dobras com eta condiçon que fe nos pagarmos a Martim Vafques efto que lhe afim devemos que o Conde aja logo as ditas terras em penhor com as fufo ditas, e fe o Conde quizer pagar a Martim Bafques as tres mil dobras que aja as ditas terras em penhor com as outras afim pelas nove mil dobras como por as ditas tres mil dobras fe as el pagar, e avidas afim que el tenha e aja todalas terras fufo ditas afim as do termo de Guimaroens, ccmo as que Martim Bafques ora tem com os fruitos e novos e rendas e direi tos dellas como fufo dito he, fem lhe fendo por elles defcontado do principal nenhua couza, e que a paga deítas doze mil dobras afim das nove mil do dote de D. Contança, como das tres mil fe as el por as ditas [P.461.] ditas terras ao dito Martim Bafques lhe ferem pagadas todas juntamente e non por partes, e quando a paga for lhe fera feita de bom ouro e juíto pezo, ou o feu verdadeiro e intrinfeco valor ao tempo da paga e poto que lhe as tres mil dobras que el pagar pelas ditas terras fejom pagadas todas el tenha e haja para fi, effo me{mo e encarrego de cazamento as ditas terras e rendas dellas com as outras do termo de Guimaroens e o dito fervifo Real e direitos e foro da dita billa ataa que de todas as nove mil dobras do dote feja perfeitamente pagado e entregue fem de contando do principal por ellas nehua couza como dito he. Item o Conde dara darras a dita D. Conftança quatro mil croas por etta guiza, e com efta condiçom f. fe o Conde falecer por morte primeiro que ella, por feus bens aja as ditas quatro mil croas, e fe ella morrer primeiro que elle nem feus herdeiros
nom ajam nem poffam aver nem erdar nem demandar as ditas arras e el , e feus erdeiros fejam quites dellas e com condiçom que partindo fe ante elles o cazamento por morte ou por otra qualquer guita que

feja ella nem feus erdeiros nom ajam nem poffam aver nem erdar nenhuã couza dos bens moveis e de raiz que ora o Conde ha o ou ver ganhado a tempo por qualquer guifa que feja afim no do cazamento como defpois ataa o perdimento del , e afim ela tam folamente as tres mil dobras do dote e as ditas arras como fufo dito he fube a condiçom fufo dita, e fomente ela aja todolos bens que ora ela há ou ouver e ganhar afim por doaçom ou por outra qualquer guita que feja daqui em diante e fique a ella e a feus erdeiros ao tempo do partimento do cafamento nam avendo o Conde ou feus erdeiros em elles direito nem outra partiçom e quizom e otromgaram, o Conde e a dita D. Conftança que o Conde morra primeiro quela aja logo e cobre e tenha as ditas terras de Guimaroens e direitos da dita bila por o dito feu dote em penhor e as terras que fe as el tirar a Martim Bafques fiquem em penhor dos dinheiros que el por elas pagar a feus erdeiros do Conde e as ajam e tenham com as rendas e direitos como as o Conde teve e que efles herdeiros por nos fejam pagadas as tres mil dobras que el por elas pagar e quizérom otorgaram e mandarom que fe a efe tempo da morte do Conde feus erdeiros ou cada hum deiies quizer pagar a dita D. Conftança as ditas tres mil dobras do dote em dinheiros ou em outros bens que as valham que ella feja teuda de as receber e recebea, elles ou cada hum delles que as ditas tres mil dobras pagar tenha e aja todas ditas terras e direitos da bila com fru tos novos e rendas delas ata que por nos fejam pagados e entregues juntamente e perfeitamente de toda a dita foma fem defcontado por ettas rendas erdades e direitos nehua coufa do principal e fe ela primeiro morrer e o dito Conde quifer pagar as ditas tres mil dobras a feus erdeiros ou a quem as ela leixar que as recebam e el aja as ditas terras e rendas como dito he. Outro fi ao tempo do cazamento daremos a dita D. Contança guarida de cafa e de feu corpo como cumpre a mulher que com o Conde caza, e etas couzas e contrato outrogaram o Conde e D. Conftança perante nos e quizerom e outrogarom e proineteram por firme eftipulaçom e [ube dbrigaçom de dos feus bens avidos e por aver ganhados e por ganhar a comprir guardar e manter e ter e fatisfazer as ditas couzas e cada huma dellas e as nom revogar nem ir contra elas em algum tempo, e potto que o queiram contradizer que o no pofam fazer nem fejam a ello recebidos em juizo nem fora del , e pedionos por merce que por
quanto a dita dote por nos era dado, e as terras e direito que lhe afim damos a penhor fon da Coroa do Regno que ouveffemos efte contrato por firme e o otrogafemos difpenando e anulando os direitos que por algua quifa podia anular o enbargar. E porque nos todo efto con eles trautamos e fazemos e fomos a todo teudo fazer comprir e a guardar e nos pras que afim por nos como por eles e trautado avemos todo por firme e valliozo e pormetemos por firme eftipulaçom por nos e por nofos fubcefores no o contradizer nem tomar, nem tirar ao dito Conde e feus erdeiros nem a dita D. Conftança as ditas terras e direitos da dita bila nem a cada hua delas ata que fejam pagadas as ditas nove mil dobras de dote e as tres mil dobras fe as o Conde ao dito Martim Bafques por nos pagar, e mandamos que ajam os ditos frutos e rendas ate que de todo fejam pagados fem defcontando por eles nehua coufa do principal no embargando quaefquer direitos canonicos e civis e glofas e opinioens de Dotores e leys do Regno das quaes logo fomos certificados que dizem taes

fruitos efpecialmente defpois da morte do marido devem fer conta dos no principal e doutra guifa feria e he uzura e, que as terras e coufas que fam da Croa do Regno no podem fer obrigadas nem aliadas a outrem e que os bens que fom dados taes como efte a petiçom da parte que a doaçom no val, e outros quaefquer direitos que efte contrato e penhoramento puderia anular ou por algua guifa embargar porque todos os revogamos e mandamos que no ajam em el lugar e que o contrato e penhoramento valha e tenha e feja para fempre firme e etavel avendo aqui efes direitos por exprefos e declarados fuba claufula geral comprehendidos poíto que ajam claufula derogatoria, e por etta Carta damos licença e poder ao Conde que el por fi, ou por feu procurador fem outra autoridade nofa, ou doutra jutiça, pofa logo tomar a po(e das ditas terras e rendas e direitos fufo ditos para os ter e aver como fufo dito he. E mandamos aos nofos Beadores e Almoxarifes e a todolos juizes e jutiças que afim o façam comprir e a guardar fem otro embargo que fobre elho ponham e em teftemunho defto mandamos fer feitas duas Cartas feladas do nofo Se lo a hua que tenha o Conde e a otra para D. Contança dante em Cintra a 23 dias de Julho ElRey o mandou Joanne Mendes a fez era do nacimento de noffo Senhor Jefu Chrifto de 1420 annos."

Doc. 2
1666 - Auto de vistoria, e avaluação dos Passos desta Villa de Guimar.es

Publ.: Azevedo, Rogério de. *O Paço dos Duques de Guimarães (Preâmbulo à Memória do Projecto de Restauro).* Porto: Marânus, 1942, p. 114-115.

"Anno nascimento de nosso Senhor Jezu Christo de mil he seis centos sesenta e seis annos aos coatro dias do mes de feuereiro do dito anno nesta Villa de Guimarães na caza da Camera della aonde estavam juntos paulo da Silva de Freitas Vereador mais Velho e juiz pella ordenasão Francisco Machado, e o lesenceado joão Machado de Miranda Vereadores, he Antonio pinheiro da Silva procurador da Camera ahi porhante elles apareseo muita parte da nobreza desta Villa e lhes requererão fosse com elles fazer Vistoria nos passos desta Villa he avaluação para do que se achasse auizar a Sua Magestade para o dito Senhor por esta Via ser legitimamente enformado da Calidade he grandeza da obra he logo a seu requerimento forão ver a dita obra com os Mestres de pedraria Gonsalo Vaaz de Sampayo he pedro Lopes he com ho Architecto Antonio de Andrade todos desta Villa he Vendo-a he aualuando-a debaixo do juramento acharão he declararão ho seguinte - que as obras interiores no estado em que estão por serem de pedra he cal e terem mais de quinhentos portais entre grandes e pequenos he mais de setenta Chaminés pellos meyos das paredes muitas com trompas de grande altura, he escadas por dentro das paredes - por onde hoje se sobe a passear em Vistosas Barandas Valem mals de Cem mil Cruzados. E que tirando-lhe as ditas obras a pedra que dellas pode hir auendo-se respeito ha muita que ha de quebrar ao desfazer por ser pedra he cal, e por Cahir de muita altura poderá valer seis centos mil reis he a obra toda no estado prezente por não Careser mais que de madeiras e telha para se redeficar pode Valer mais de dosentos mil Cruzados he que tantos fica Sua Magestade podendo bolindo nas obras interiores por Coanto as mestras estilo enleadas com ellas, he pendem huas das outras e de tudo mandarão fazer este auto que os offesiaes da Camera assinarão com os ditos mestres francisco Monteiro da Costa o escreuy = Paulo da Silva de freitas = francisco Machado Leite = João Machado de Miranda = Antonio pinheiro da Silva = pedro Lopez = Antonio de Andrade = Goncalo Vaaz."

Doc. 3
c.1940 - Casas dos Duques.

Documento original sem data. Cópia de João Lopes Faria, c.1940. Fundo João Lopes de Faria, Sociedade Martins Sarmento
Cota: W, fl. 190-190v.

"Fernão Vaz almoxarife do Duque em Guimarães 29-XI-1481.
O bacharel João Affonso cavalleiro da casa do dito senhor e vedor de sua fazenda 29-XI-1481.
Diogo Peixoto guarda do Snr. D. Filipe 29-XI-1481.
Fernam Rodrigues camareiro d'aquelle dito Senhor 29-XI-1481.
Fernam de Freitas escudeiro d'aquelle dito Senhor 29-XI-1481, morador n'esta villa.
Bertholomeu Affonso creado do conde de Barcellos, e veredor e por a Ordenação Ouvidor em logo dos juízes da vila 11-9-1434.
Fernam Martins, corregedor que foi por el-Rei antre Douro e Minho, e depois Martim Lourenço, juiz d'esta villa, 15-3-1356.
Ignacio Leite Pereira d'Almada, fidalgo da casa real, coronel de milícias reformado do regimento da villa de Barcellos, e superintendente das caudelarias d'esta villa, termo e comarca, morador na sua casa da rua de Donães, em 27-4-1805, e seu cunhado.
Pedro Machado de Mirando, fidalgo cavalleiro da casa do Principe regente e do seu conselho, cavalleiro professo na Ordem de Christo, doutor de capello pela Universidade de Coimbra na faculdade de canones, monsenhor da patriarchal de Lisboa e beneficiado na colegiada de S.ta Maria de Chaves, natural desta villa de Guimarães, 27-4-1805.
Alvaro Annes de Guimarães, creado do Duque de Bragança 8-X-1456.
Creados do conde D. Affonso: Luiz Alvares 2-3-1431.
Pero Novo 9-XII-1424, casado com Leonor Affonso que fora mulher casada com Affonso Gonçalves.
Bertolomeu Affonso 11-7 e 24-3-1432.
Nicolau Rodrigues creado do snr. Conde 7-X-1437.
Dr. Pero Esteves.
Escudeiro do Dr. Pero Esteves 23-5-1459.
Fernandalvarez, manteiro da Duquesa de Bragança 23-5-1459.
Creado do Duque de Guimarães: Rodrigo Affonso 22-8-1476.
Creado do Duque que Deus haja Garcia Coelho fidalgo, neto de Gonçalo Pires Coelho, 9-2-1468.
Gonçalo Annes, moço da Estribeira do Duque de Bragança 23-5-1459.
Veedor das obras do Conde D. Affonso de Barcelos: Johane Stevez 18-XI-1424.
Joham de Guimarães, moço da estribeira do Duque de Bragança 23-5-1459.
Chanceller do Duque nas terras de Entre Douro e Minho: Fernão de Freitas, escudeiro, casado com Beatriz da Costa 7-X-1506.
Vasco Gonçalves, casado com Leonor Vasques, Ouvidor do Conde D. Gonçalo 21-9-1378.
Luiz Alvares, creado do Duque de Bragança 22-1-1447, escudeiro 17-1 e 9-9-1457.

Martim Affonso, carniceiro que foi do Duque 7-9-1459; carniceiro do Conde 22-7-1429.
Martim Alvares, capelão da Duquesa D. Constança 23-XII-1463.
Vasco Annes, abbade de Ceruos, capelão da mesma Duquesa 5-4-1469.
Creado do Duque da villa de Guimarães: Bastiam de Ferreira 18-4-1477.
Vasco Annes, creado do Duque de Bragança 8-X-1456.
Vasco Gil escudeiro do Duque e irmão de Alvaro Gil cónego da Costa 22-X-1456.
Capellão do Conde: Joham Feytor 23-XI-1431.
Escudeiros: Fernandalfonso Farom 12-X-1457. João de Evora 28-3-1458. Nicolau Vieira 28-9-1457.
Diogo Barbosa, moço da guarda roupa do duque 10-V-1542.
Sapateiro do Conde D. Affonso: Gonçalo de Freitas 5-XI-1424.
Creados do Conde: Affonso Gomes 12-XI-1410.
Joham Esteves 25-XI-1412.
Lourenço Affonso 5-5-1411.
Deigo Gil 5-5-1411.
João Alvares 20-3-1433.
Lopo Vasques 5-XII-1431.
Alvaro Affonso 21-X-1432.
Alvaro Gonçalves 7-2-1425.
Gonçalo Fernandes, genro de Mestre Matheus, casado com Leonor Matheus, 12-5-1421, irmão de Alvaro de Chaves 16-XII-1433.
Luis Vasques 2-X-1426.
Pero Affonso 2-X-1426.
Martim João 2-X-1426.
Nicolau Rodrigues 7-X-1437.
Alvaro Gomes 20-9-1414.
Creado do Conde de Barcellos: Lopo Esteves dito "Crespim, porteiro que foi da Inf. D. Isabel 225-9-1437 e 29-1-1440.
Affonso Vasques 25-9-1437.
Carpinteiro do Conde: Affonso Annes 22-6-1402 e 22-6-1412 e 30-X-XII-1412.
Rendeiro dos Paços: Francisco Per.º Ribeiro 29-3-1741.
Escudeiros do Duque: Gomes Martins 1-6-1459.
Lopo d'Amorim 16-9-1449.
Em Vila Viçosa, a 21-III-1478 Johão da Costa cavalleiro da casa do Duque de Guimarães.
Camareiro-mor do Conde de Barcellos: Lourenço Affonso 2-X-1426, casado com Ignez Pereira Affonso, 4-5-1429."

Doc. 4
c.1940 - Funcionários do Duque.
Documento original sem data. Cópia de João Lopes Faria, c.1940. Fundo João Lopes de Faria, Sociedade Martins Sarmento
Cota: W, fl. 150; fl. 151.

"Juiz Ordinario – João Alvares, escudeiro, creado do Condestável 23-IX-1474. (D. Se. P.).
Bertholomeu Affonso, escudeiro e vassalo d'el rei, e, - 17-XII-1451.
Fernam Mũz Cerveira contador do duque e juiz ordinº 26-XII-1414.
Chanceller na sua correição d'antre Douro e Minho: Affonso Rodrigues do Amaral, cavaleiro da casa do Duque, casado com Filippa de Freitas, morador na rua das Ferraruas, em 19-IV-1517.
Fernão de Freitas, escudeiro da casa do Duque, e seu chanceler em suas terras d'entre o Douro, Minho e Beira 12-6-1506, casado com Beatriz da Costa, 12-VI-1506 e 7-X-1506 e 22-X-1510.
Capellães – Gonçalo Fernandes em 30-VIII-1567 abbade de Pencello e capelão da infante D. Isabel e morava n'esta villa.
Martim Alvares capelão da srª duq.ª D. Constança 23-XII-1463.
Tabelliães – João Vasques, escudeiro, vassalo d'el rei, tabelião pelo duque 30-I-1458.
João de Sousa publº tabel. pelo conde D. Fernando do Paço 6-XII-1464.
Escudeiro – Fernão Carvalhaes escudeiro da marquesa de Montemor 24-XII-1478.
Joham Alvarez, de Pencello, escudeiro do Condestavel 222-VIII-1476.
Dezembargador das terras do duque: dr. Pero Esteves cavallº da casa do duque e 13-I-1459, 6-2-1461.
Cavalleiros Fernam Gomes, cavallº da casa do conde D. Fernando 10-6-1464.
Ayres Pinto, cavalleiro da casa do conde de Guimarães 10-2-1465 e 1464.
Caminheiro do Serenissimo Estado de Bragança e Junta do Infantado – Miguel Fernandes 30-1-1696.
"Bracayda, creada e donzela que foi da duquesa velha" 30-9-1492.
O duque D. Fernando estava no seu Paço de Guimarães a 8-VIII-1472, e tinha:
Veador da sua casa em 17-VIII-1472 Ayres Pinto;
Secretario João Alvares;
Thesoureiro Fernão Dalves;
Cmareiro-mor Fernão Pereira;
Capellão-mor o mestre escola Aires Pinto;
Dezembargador – o Licenciado Luiz de Madureira;
Fidalgos da sua casa – Affonso Pereira e Diogo Ferreira.
João do Valle escudeiro do Duque 4-2-1474, sua mulher Isabel Peixota.
Juiz de Fora em Guimarães, do Duque D. Theodosio em 10-7-1534 o L.do Miguel Co?"

Doc. 5
1936-56 - Ordem de Serviço N.º 03453.
"Processo Administrativo do Paço dos Duques de Bragança. Obras de Conservação e Restauro", 1936-1956, SIPA, Cota: PT DGEMNDSID 001003 0266.

Para conhecimento dessa Direcção, comunico a V. Exª. que a Direcção Geral da Fazenda Publica acaba de informar de que a S. Exª. o Ministro da Educação Nacional, por despacho de 13 do corrente, determinou que no antigo Palacio dos Duques de Guimarães se deverão concentrar os serviços culturais da cidade de Guimarães - Bibliotecas, arquivo e Museu, ficando prejudicada, assim, a instalação de serviços da admnistração municipal.

A Bem da Nação
Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, em 21 de Maio de 1936.

Doc. 6
1450 - Procuração que fes o Duque Dom Affonço a Gil Pires seu thio, pera receber às cazas de Lixboa que foraõ do Conde Dom Pedro de que lhe fes Doação.

Publ.: Silva, José Soares da. "Tomo IV" em *Collecçam dos documentos, com que se authorizam as Memorias para a vida del Rey D. João o I.* Lisboa: Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1734, p. 104-105.

"Saibam todos que eu o Conde Dom Affonço Filho de ElRey, faço por meu Procurador Gil Pes meu Thio, o portador desta, procuração, ao qual eu dou, e otergo, todo o meu cumprido poder, que por mim, e em meu nome possa pidir, e demandar, e receber, e resçeba todollos Páços, e câzas, e Pardieiros, e Attafona, que eu hey na Cidáde de Lisboa, as quais foram do Conde Dom Pedro, de que meo ditto Dom Pedro fes Doaçom, e que por mim, e em meu nome possa receber a posse, e corporal poçessom dos ditos Paços e Cazas, e assentamento com seos Pardieiros, e Attafona, pella Guiza que as havia o ditto Conde Dom Pedro, e que da ditta posse possa tomâr, quais e quantas escreturas quizer, e poer sa sua maõ, em os ditos Pâços, e cázas, em meu nome, quais quer Peçoas e se dár em meu nome, por entregue da dita pôsse, e Páços, e fazer dellas tudo aquello que eu faria, e diria, fazer nellas, e dellas receber poderia, se a ello prezente fosse. e Eu hei, e prometo, daver deste dia pera sempre, por firme e estável todo aquello, que pelo ditto meu procurador for feitto, e ditto, e procurado, e firmado, no que ditto heé, fazendo todo sob obrigasam de todos meos bems que eu pera isso obrigo. Feitta a procuração em Torres Nôvas nas cazas de Diogo Gonçálvez Feyo escudeiro em dezouto dias de Máyo era de mil, e quatro çentos e sincoenta annos testemunhas Gomes Martins de Lemos do Conçelho de ElRey, e João Fogáça Vedor do ditto Senhor, Conde. e Eu Luiz Pes Taballiam na ditta Villa, por nossa Senhora a Raynha, que a esto prezente fuy, e por outrogamento, e mandado, do ditto Senhor Conde, esta procuração escrevy, e aquy meu signal fiz, que tâl hee = Lugar do signal publico.
E naõ se contem máis no ditto Documento, o quál estaa escrito em purgaminho de lletra antigua, saõ e limpo, e a elle me reporto."

Doc. 7

1448 – Procuração em pergaminho feita por Nunno Alves e Gallianna Gonçalves, sua Molher, feita ao Doutor Pero estes, pera dar duas cazas nesta Cidade de Lixboa que estão à Rua do Comendadeira, ao Duque de Bragança Dom Affonço e sua Molher Donna Constança.

Publ.: Silva, José Soares da. "Tomo IV" em *Collecçam dos documentos, com que se authorizam as Memorias para a vida del Rey D. João o I.* Lisboa: Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1734, p. 105-108.

"Saibam quantos esta procuração virem que eu Nunoo Alvares criado da Muitto homrrada Senhora Dona Ignes Comendadeira que foi do Mosteiro, e Convento de Santos a par da Cidade de Lixboa ya finnada cuya Alma Deos haya, e Eu Gallianna Gonçalves cuya Alma Digo, e Eu Galliana Gonçalvez sua Molher moradores em Santa Maria do Paraizo a esto presente, ambos yunta mente, consirando nôs a aceitasão que em nos fés a ditta Senhora Comendadeira, e muitas merçes que dêlla recebemos, e do Senhor Duque de Bragança seu Filho, e como nom temos Filhos nem Nettos nem outros lídimos Herdeiros, Porem de nossos prazeres, e llivres vontades de pessoa alguma, más de nosso próprio mottu, fazemos, e ordennamos, e verdadeira mente constituímos, por nosso lidimo suffiçiente Procurador avomdozo Pero estes, Doutor e ouvidor das terras do ditto Senhor Duque de Bragança na milhor forma modo e direito que elle pôde, e deve ter, ao qual nós damos e outorgamos, todo o nosso cumprido e livre poder, e expiçial mandado pera que por nôs, e em nossos nomes, possa dár Doar, e ffazer e afirmar, e outrogarm, huma pura e irrevogável Doaçam antre vivos pera sempre valedoura ao ditto Senhor Duque e aa ditta Senhora Donna Constança sua Molher, pera eles, e pera seos Filhos e Nettos Herdeiros e subcessores acçendentes e descendentes que depois eles viherem; de duas cazas de fundo asima que nôs havemos na ditta Cidâde na Rua da Comendadeira Feguezzia dos Martires, e huma dêlas foi de Gomes Pires, Amo de ElRey, e partem com câzas de Santos, e da outra parte com cazas de elRey, e com câzas do Cabido, e pella dita Rua publica. E a outra caza foi de João Affons, Barbeiro que foi do Senhor Conde de Orem, e parte com cazâes da Vistoria,e com cázas de Fernão Gomçaves Çapateiro, e com cázas do ditto Cabido, e pella ditta rua, e comprámos em a Villa de Couna da Almáda, e em Villa de Vieros, e seos Termos. Os quais partem com as comfrontaçoins com quem de direito devem de partir. Dos quaes bems em nossos nomes possa renunciar, todo o direito acíam, posse, e propriedade e senhorio, huzo, e frutto, que nos ditos bems temos, e poer todo no ditto Senhor, Duque e na ditta Senhora Duqueza, e em todos os seus Herdeiros, e subcessores, que depos eles viherem, que os hayaõ logrem e pesuhaõ e fassaõ deles, e em eles livre mente o que lhe aprouguer, como de couza sua própria, e lhe possa dello mandar fazer, e outrogár, e afirmar quál quer escreptura, ou escrepturas publicas de Firmidaõ que pera ello cumprirem com quaes quer crazullas, e comdissoins, e obrigaçoins e pennas a ello necessárias, pelas quáis o ditto Senhor Duque por si, e por quem lhe aprouger, possa tomár, reter, e continuar pera sempre a poçe dos ditos bems, e nós havemos por firme e estable pera sempre, todo o que pelo ditto nosso Procurador, for feitto ditto, e afirmado no que ditto heé, sob obrigaçom dos nossos bems que pera ello obrigamos; e em testemunho de verdade lhe outrogamos esta procuração feita na ditta Cidade no Paço dos taballioins dezouto dias de março de nosso Senhor jezu Christo de mil quatro çentos corenta e outto Annos. Testemunhas, Pero Vaasq.^{s} e Phillippe Affon$\tilde{}$s Taballioins, e outros. e Eu Fernão Martins, Vassalo de elRey, e seu publico Taballiaão em a ditta Cidâde, que este estromento de procurassom escreuy, e em testemunho de verdade do meu publico. (...)".

Doc. 8
1573 – Rua da Parreira.

Publ.: *Livro primeiro do tombo das propriedades foreiras à Câmara desta muy insigne cidade de Lisboa. Documentos para a História da Cidade de Lisboa.* Volume II. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1950-52, p. 11-12.

"Tem a cidade humas casinhas na Rua de Parreira, hindo da Rua direita das Marteres, por a dita Rua da Parreira dentro, á mão direita, e o chão em que estão feitas foi antigamente travessa, e tem por debaixo huma logea, e por cima della vão dous sohrados, as quaes foram encabeçadas pela cidade em hum João Bras pedreiro, emfatiota pera sempre, com obrigação de pagar de foro a ella cada anno, quarenta rs. como constou pela escritura de aforamento, sobscrita em publico, assinada por Christovão de Magalhães, escrivão da Camara aos dezazeis dias do mês de Janeiro, de mil quinhentos e cinquoenta e quatro annos. E o dito João Braz, as vendeo, a Gaspar Gonçalvez, com licença da cidade, como constou da carta de venda feita por João Afonso Bocarro tabalião das notas, aos vinte e sete dias do mês de Fevereiro, de mil quinhentos e cinquoenta e quatro annos e Catherina Fernandes, molher do dito Gaspar Gonçalvez, depois de viúva, as vendeo a huma Ana Pires viúva, como constou de hum despacho da Camara, posto em huma petição, que anda no auto do tombo, abaxo declarado e (hora as possue a Confraria de Nossa Senhora dos Marteres) e a medição e confrontações das ditas casas são as seguintes scilicet: da banda do norte partem com as casas da Confraria das Marteres, que os confrades alugam, a quem por elas mais da, e da dita banda ao, longo dellas, tem de comprido seis varas, e da banda do levante partem com a dita rua publica, e da dta banda ao longo dellas, tem de largo duas varas folgadas, e da bando do ponente, parte com fornos de poia, da dita Isabel Gonçalvez viúva, e da dita banda ao longo delles, tem de largo outras duas varas, folgadas, a qual medição se fez por Dinis de Caravlho, medidor e por vara de medir de cinquo palmos e pelo vão de dentro ficando de fora a grossidão das paredes, e foi feita a dita medição, com as partes requeridas como tudo consta mais largo no [undécimo quaderno] (maço de reconhecimentos) da freguesia das Marteres, do [quinto] auto (106) do tombo contendo nelle (...)".

Doc. 9
1413 – doaçam de casas em lixboa a dom afomso /

Publ.: Dias, João José Alves (org.). *Chancelarias Portuguesas: D. João I. Volume III, Tomo 3* (1410-1418). Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2006, p. 133-134.

"Dom Joham etc A quantos esta carta virem fazemos saber que dom afomso conde de barcellos <meu filho> nos disse que Junto com os seus paaços que estam na cidade de lixboa estam duas casas nossas pequenas que partem ambas de hũa parte com os dictos paaços e doutra com outras casas nossas e doutra parte com Rua pubrica E que porquanto lhe as dictas casas eram compridoiras que nos pedia que lhe fizéssemos dellas mercee e doaçam

E Nos veendo o que nos dizia e pedia e querendo lhe fazer graça e mercee Teemos por bem e fazemos lhe das dicta [sic] casas liure e pura e irreuogauel doaçam antre viuos ualledoira deste dia pera todo sempre pera el e pera todos seus herdeiros e descendentes que depos elle vierem

E per esta carta mandamos que o dicto conde per ssy ou per seu procurador tome e possa tomar posse das dictas cousas sem outra autoridade de Justiça e as aia dhi en diante el e seus herdeiros e descendentes que depos el vierem liure e desembargadamente pera sempre como dicto he sem outro embargo nemhuũ

E Porem mandamos ao nosso almoxarife e scpriuam do nosso almazem da dicta cidade e ao corregedor e Jujzes della E a todallas outras nossas Justiças e offciaães que esto ouuerem de ueer per qualquer guisa que leixem auer as dictas casas ao dicto conde e aos seus herdeiros descendentes que depos el vierem liure e desembargadamente e tomar a posse dellas pella guisa suso dicta e lhe nom ponham nem consentam sobre ello poer embargo nemhu em nemha guisa E o dicto almoxarife e scpriuam registrem esta carta em seus liuros pera se saber como as dictas casas som dadas ao dicto conde

vmde al nom façades"

dante em santarem vij dias de mayo el rrey ho mandou Joham afomso a fez era de mil iiij Lj annos.,"

Doc. 10
1756, novembro, 5 - Consultas da Sereníssima Casa de Bragança,
DGARQ/TT – Ministério do Reino: Consultas da Sereníssima Casa de Bragança, Mç. 521, Cx. 649, Consulta 5. Novembro. 1756

Publ.: Gordalina, Maria do Rosário. "Sobre os Duques de Bragança e a Astronomia e ainda da Antiga Armaria que se conservava no castelo de Vila Viçosa (alguns documentos inéditos)". *Callipole - Revista de Cultura* 16 (2008): 232-233.

"Senhor,

Vendo-se uma conta nesta Junta da Sereníssima Casa de Bragança, dada pelo Desembargador Ignácio Pereira Souto ministro nomeado por Vossa Majestade para o exame, e arrecadação dos cofres das Tesourarias, e Almoxarifados destas Cidade, e da Vila de Cascais da administração da Junta, em que o dito ministro expôs não havia lugar algum estabelecido para os ditos cofres se guardarem; se deu escrita da mesma conta ao Desembargador Procurador da Fazenda da dita Sereníssima Casa, e deu a seguinte resposta.

Deve-se logo assinar lugar seguro e decente em que estejam estes cofres, e se nas casas que restam da Sereníssima Casa de Bragança há algumas com(m) as (?) circunstâncias referidas ali se podem mandar pôr os cofres.

Mandou (fl. 4v) a Junta que informasse o Tenente Coronel Carlos Mardel Arquitecto do Estado, declarando se havia no Paço do Duque alguma casa capaz para que seguramente estejam os cofres.

Informou o dito Arquitecto, dizendo, fui logo ao Palácio examinar casa capaz para que seguramente estejam os cofres, e com efeito achei sítio e casa em que antes do terramoto e fogo assistiu Pedro António Virgolino, e os quartos debaixo destas casas que fazem em cada andar cinco casas, não contando as salas exteriores, e escada de pedra que sobe para cima estão inteiramente sãs as paredes em todas estas casas estão tão firmes como se estivessem feitas de novo, as janelas de pedraria com grades de ferro são boas e não falta mais que vigar soalhar, e madeirar logo como (fl. 5) deve ser, e fica nesse quarto comando para o Concelho, Contadoria, e casa para os cofres, e tudo também seguro, e forte que nenhum escrúpulo se cobre entretanto de aroxa, como está determinado, e esta obra se acabará com brevidade.

Antes que esta informação se visse na Junta, por um despacho mandou a mesma, que o dito Arquitecto informasse do estado em que se acham as casas do dito Palácio, e se alguaas destas se acham em termos de poderem servir para o uso do Tribunal, e arrecadação dos cofres, ou para outro algum uso; ao que o Arquitecto satisfez na maneira seguinte.

Pelo último despacho de quinze de setembro (f. 5v) me ordenou Vossa Majestade que se cobrisse o perlongo do Palácio defronte do mar com um madeiramento interno coberto de telha vã par as chuvas não destruírem as abobedas das casas térreas e armazéns que ficaram boas, e sãs do terramoto para o que se estão aparelhando as madeiras.

No mesmo perlongo mencionado, se acha a mais boa acomodação para o Tribunal e mais suas oficinas, casa dos despachos, secretarias e casas para os cofres, que se pode desejar, no lugar onde assistiu Pedro António Virgolino se acham as paredes tão boas, e sãs, como se fossem agora fabricadas, e não falta mais que vigar, soalhar, e cobrir, fazer as portas e janelas; a escada de pedra está sã, e boa; as janelas de pedraria exteriores estão boas, e parece-me que não podia Vossa Majestade ser mais bem servido (f. 6)

que no lugar mencionado; porém sobretudo mandará o que for servido. Deu-se vista destas informações e da dita conta a elas Junta; ao Desembargador Procurador da Fazenda e Estado Sereníssimo, e deu a seguinte resposta.
Como por estas contas se mostra, que há algumas casas no Palácio da Sereníssima Casa de Bragança, que podem ter uso parece se devem fazer presentes a sua Majestade para que se digne declarar o fim a que se hão-de destinar para se acabarem em termos de servirem, e não ficarem mais tempo inúteis.
O que tudo visto.

Parece à Junta o mesmo (f. 6v) que ao Procurador da Fazenda; Lisboa, cinco de Novembro de mil setecentos cinquenta e seis."

Doc. 11
1757, dezembro, 12 - Consulta da Sereníssima Casa de Bragança
DGARQ/TT – Ministério do Reino: Consultas da Sereníssima Casa de Bragança, Mç. 521, Cx. 649, Consulta 12. Dezembro. 1757.

Publ.: Gordalina, Maria do Rosário. "Sobre os Duques de Bragança e a Astronomia e ainda da Antiga Armaria que se conservava no castelo de Vila Viçosa (alguns documentos inéditos)". *Callipole - Revista de Cultura* 16 (2008): 234.

"Senhor,

Por esta Junta do Sereníssimo Estado de Bragança requereu a Vossa Majestade Joaquim José dos Reis mestre das obras dor dito Sereníssimo Estado, o mandasse Vossa Majestade pagar uma casa de madeira, ferragem, um mastro que fez por ordem do Tenente Coronel Carlos Mardel Arquitecto do dito Estado, se pôs na varanda do Palácio do Estado Sereníssimo para se observarem os atros, e se recolherem instrumentos matemáticos.

Mandou a Junta informar o dito Arquiteto Carlos Mardel, e o fez da maneira seguinte.

Esta casinha mudável feita de taboado engradado, com seu pé, e mastro de que o mestre carpinteiro trato no seu requerimento, se fez por ordem da Vossa Majestade; a mim dada por Pedro António Virgolino; e como se me mandou fazer com grande pressa para se observar o Fenómeno, ou Planeta grande que se há de principiar a ver no mês de Outubro pelos Astrónomos, ou Matemáticos Ingleses; e como me avisaram muito tarde para esta obra, não podia eu perder um só dia, e dar primeiro parte a Vossa Majestade para receber a sua ordem; a obra não é de muita, importância, e me diz Pedro António Virgolino que se deve satisfazer pela despesa da obra da Sereníssima Casa de (f. 1v) Bragança, visto ficar no dito Palácio, como os mais instrumentos matemáticos que também lá se acham.

A requerimento do Procurador da Fazenda do mesmo Estado a quem se deu vista mandou a Junta que tornasse a informar o Tenente Coronel avaliando a obra, ou ajustando-a com o mestre suplicante.

Assim o cumpriu o Arquitecto dizendo que fora com um louvado do dito mestre, medir a dita obra e, avalia-la por preços justos como se via da certidão que por ele próprio Archeto (sic) remeteu assinada.

Dada a certidão se vê importar a casa, mastro, ferragens, pintura e vidros das janelas dela, folhas de Flandres, e escada a quantia de duzentos quarenta e três mil e oitocentos réis.

Deu-se vista ao Procurador da Fazenda e respondeu.

Como esta obra é nova e mandada fazer por ordem de Sua Majestade immediate que se não participou à sua ta, parece que esta a não pode mandar pagar, nem é esta des- (f. 2) Das depezas que e Regimento deixou na sua jurisdição; e que só se deve fazer presente a Sua Majestade este requerimento e informações, e avaloação que se acaha feita, pera que Sua Majestade se sirva mandam pagar esta importância, ou determinar o que for servido.

O que tudo visto.

Parece a Junta o mesmo que ao Procurador da Fazenda Lisboa em doze de Dezembro de mil setecentos cinquenta e sete.

Diogo Rangel de Almeida Castel Branco,
António José da Fonseca Lemo"

Doc. 12
1758, julho, 10 - Consultas da Sereníssima Casa de Bragança
DGARQ/TT – Ministério do Reino: Consultas da Sereníssima Casa de Bragança, Mç. 521, Cx. 649, Consulta 10 de Julho de 1758.

Publ.: Gordalina, Maria do Rosário. "Sobre os Duques de Bragança e a Astronomia e ainda da Antiga Armaria que se conservava no castelo de Vila Viçosa (alguns documentos inéditos)". *Callipole - Revista de Cultura* 16 (2008): 234-236.

"Senhor,
Em consulta de cinco de Novembro de mil setecentos cinquenta e seis, representou esta Junta da Sereníssima Casa de Bragança a Vossa Majestade que no Palácio da mesma Sereníssima Casa havia algumas casas que podiam ter uso, para que Vossa Majestade se dignasse declarar o fim a que se haviam de destinar para se acabarem em termos de servirem, e não ficarem mais tempo inúteis; que ainda não tem baixado e com esta sobe à Real presença de Vossa Majestade.
E como em proposta de doze de Junho próximo passado deste presente ano de mil setecentos cinquenta e oito, representa a Vossa Majestade o Arquitecto Carlos Mardel que sendo-me mandado por ordem de oito do referido mês de Junho que logo se fizessem as portas, janelas precisas (f. 1v) no sobredito Palácio para empedir a entrada da gente, no mesmo Palácio, e não acontecer alguma desordem: agora se lhe faz preciso saber se estas portas e janelas hão-de ser de pinho, de Flandres ou de engelim, para logo mandar executar o que Vossa Majestade for servido resolver, e que também se devem tapar as janelas últimas de cima, para que as chuvas não entrem, e façam alguma ruína nas abobedas, parecendo-lhe que se podiam preparar as casas aonde antigamente se fazia o Tribunal; sobre o que se lhe mandou informar por despacho de vinte e dous de Outubro de mil setecentos cinquenta e seis, cujas casas não lhe falta mais que o solho, e forro em cima, e portas e janelas, o que tudo em pouco tempo se prepara para Vossa Majestade poder servir delas para o seu Tribunal.
Dando-se (f. 2) de tudo a vista ao Procurador da Fazenda da mesma Sereníssima Casa, respondeu o seguinte.
Como já por consulta de cinco de Novembro de mil setecentos cinquenta e seis se representou Sua Majestade que no Palácio do Paço do Duque havia mutas casas já reparadas do dano que lhes causara o terremoto para que o mesmo Senhor se dignasse declarar o modo porque se devia acabar de reparar segundo o fim, a que fosse servido destina-las, parece-me que agora se deve também representa ao mesmo Senhor esta conta do Arquitecto que tendo ao mesmo fim e por ocasião dela se deve também representar ao mesmo Senhor a grande desordem em que tem estado e está ainda o tribunal por falta de acomodações para o seu necessário expediente. ? (f. 2v) indispensavelmente necessário, que donde a Junta fizera as suas secções este já também a Casa do Escrivão, e oficiais da Fazenda, de que principalmente depende todo o despacho da Mesa, é também necessário que não esteja distante a Contadoria, a casa do Tesouro, e a da Executoria, porque todas estas estações são dependentes umas das outras, e por falta desta união padece infalivelmente a arrecadação da Fazenda do Estado.
Suposto que presente e interinamente fosse Sua Majestade servido destinar para as sessões da Junta a mesma casa que serve às sessões do concelho da Fazenda contudo neste lugar não há outra alguma casas desembaraçada porque as mais que há estão todas ocupadas com os contos do Reino, e com as

estações (f. 3) respectivas,e dependentes do mesmo concelho, que não podem aplicar-se para outro uso, porque nelas se guardam os papéis do expediente do dito concelho, que são muitos, e ficam e devem ficar debaixo da chave dos seus respectivos oficiais.

O Estado sem Contadoria, sem casa da Fazenda, sem casa do Tesouro e de Executadoria, e porque esta falta em considerável desordem a arrecadação da sua Fazenda, e expediente dos negócios, o que requeiro se ponha na presença de Sua Majestade porque quando o dito Senhor não haja bem que estas acomodações se façam com pouca despesa no Palácio do Paço dos Duques, visto como o Estado não tem outra casa própria, será preciso que o mesmo Senhor dê faculdade à Junta para que possa alugar uma casa decente, capaz (f. 3v) de todas as acomodações necessárias e em sítio acomodado ao expediente das partes.

O que tudo visto.

Parece a Junta pôr na Real presença da Vossa Majestade a conta do Arquitecto do Estado e resposta que sobre esta deu o Procurador da Fazenda do mesmo, com a qual se conforma. Lisboa em Junta dez de Julho de mil setecentos e cinquenta e oito.

João de Marques Bacalhau,
Diogo Rangel de Almeida Castel Branco,
António José da Fonseca Lemos"

Doc. 13
1763, janeiro, 31 - Consulta da Sereníssima Casa de Bragança
DGARQ/TT – Ministério do Reino: Consultas da Sereníssima Casa de Bragança, Mç. 521, Cx. 649, Consulta 31 de Janeiro de 1763.

Publ.: Gordalina, Maria do Rosário. "Sobre os Duques de Bragança e a Astronomia e ainda da Antiga Armaria que se conservava no castelo de Vila Viçosa (alguns documentos inéditos)". *Callipole - Revista de Cultura* 16 (2008): 236-237

"Senhor,
Por Aviso de dezoito do presente mês e ano expedido por Estevão Pinto de Moraes foi Vossa Majestade servido ordenar ao Deputado desta Junta da Sereníssima Casa de Bragança António José da Fonseca Lemos, mandasse ao Arquitecto da mesma Sereníssima Casa, que com os Mestres daquela repartição fizessem apontuar a parede do Palácio do Paço do Duque para se evitar a maior ruína que ameaçava, por ter caído com as muitas chuvas uma parte da baranda do mesmo Palácio: e expedindo logo o dito Deputado ordem ao Arquitecto Carlos Mardel para ir acudir aquela obra ele o fez assim, mandando ir os Mestres, e oficiais, e as traves necessárias para esse efeito, o que fez presente na Junta o mesmo deputado, com uma conta que lhe deu o dito Arqutecto (f. 1v) em que dizia ser necessária maior obra, que a dos pontões para evitar aquela maior ruína, e sendo tudo ponderado em a Junta foi esta fazer vistoria no mesmo Palácio e ordenou ao referido Arquietcto que com o Arquitecto Mateus Vicente fizessem novo exame, e apontamento da obra que era precisa para se acautelar a dita ruína ao que eles satisfizeram dizendo em uma proposta o seguinte.
Senhor. Em observância da ordem de Vossa Majestade fui no dia vinte e nove do presente mês de Janeiro, e companhia do Sargento-Mor Mateus Vicente de Oliveira ao Palácio da Sereníssima Casa de Bragança, sito no Bairro alto, para efeito de vermos e examinarmos a ribanceira sobre em que se acha plantada a frontaria (f. 2) do mesmo Palácio pela parte do sul, a qual pelo exame que nela fizemos a achámos arruinada e demolida, sem embargo de ser pedraria em cento e vinte palmos de comprido, e na altura de cento e dez, e que necessita logo sem demora, apontoado para segurar o que se acha arruinado, e segura que esteja a ribanceira, deve-se lhe logo arimar de encontro cinco traves, ou gigantes de alvenaria té o parapeito da varanda do jardim que existe no cimo da ribanceira, e depois dos gigantes levantados de sorte que é contra a ribanceira e amparo e que se acha demolido ou corrido da pedreira, se irá desfazendo e se acha arruinado, e logo a pedra que dali se for tirando, se vá gastando nos gigantes por evitar duas despesas uma de arrumar e outra de a conduzir para afa a ra (?) dos gigantes; e limpo (f. 2v) que esteja, e que se acha corrido de pedreira logo se deve fazer a parede que falta para encher os espaços entre os gigantes e depois o vão que fica entre o paredão e a face do alicerce da parede da frontaria do Palácio, se poderá encher de abobadilhas, ou massame de alvenaria, com bueiros para escoar as agoas; o que tudo fará despesa pouco mais ou menos, de dez mil cruzados: e que pomos na presença de Vossa Majestade para mandar o que for servido. Lisboa trinta e um de Janeiro de mil setecentos sessenta e três=Carlos Mardel=Mateus Vicente de Oliveira=
Dando-se de tudo vista ao procurador da Fazenda da mesma Sereníssima Casa respondeu.
Deve-se logo mandar acudir às ruínas do Palácio, (f. 3) mandando-se fazer os apontamento que dizem os arquitectos, e em quanto à obra maior deve-se dar conta a Sua Majestade, pondo-se na Sua Real presença

tudo o que a Junta tem obrado, para o mesmo Senhor mandar o que for servido.
O que tudo visto.
Parece a Junta pôr na Real presença da V. Majestade que por ordem da data desta mandou os mesmos arquitectos fizessem com toda a brevidade continuar no aponuamento necessário ao dito Palácio, e que depois se lhes ordenaria a mais obra que declaravam, a qual como seja de maior despesa entende o manda-la fazer o que expõem a Vossa Majestade para determinar nesta matéria o que for servido. Lisboa em Jun- (f. 3v) ta trinta e um de Janeiro de mil setecentos e sessenta e três.

Diogo Rangel de Almeida Castel Branco,
ntónio José da Fonseca Lemos"

Doc. 14
1763, dezembro, 6 - Consulta da Sereníssima Casa de Bragança
DGARQ/TT – Ministério do Reino: Consultas da Sereníssima Casa de Bragança, Mç. 521, Cx. 649, Consulta 9 de Dezembro de 1763.

Publ.: Gordalina, Maria do Rosário. "Sobre os Duques de Bragança e a Astronomia e ainda da Antiga Armaria que se conservava no castelo de Vila Viçosa (alguns documentos inéditos)". *Callipole - Revista de Cultura* 16 (2008): 237-238.

"Senhor,

Viu-se nesta Junta da Sereníssima Casa de Bragança uma petição de Guilherme Dugood, morador nas casas por baixo do Tesouro na rua de cima pertencentes à dita Serenissima Casa, aonde diz, tem recolhidos instrumentos matemáticos, e relógios de Vossa Magestade e outros trates que pertencem ao real Serviço, e Palacio; dizendo que, as ditas casas se acham em termos de se perderem por falta de conserto, porque entram as águas pela parede pegada ao monte, pela causa de haver muito entulho encostado, e montoado à dita parte, que impede o curso das águas que antigamente tinham saída pela travessa abaixo que está agora tapada; e juntamente chove pela parede principal da frontaria, por serem os canos da varanda mal acondicionados, ainda do prejuízo que receberam no terramoto, de sorte, que com as chuvas, violentas que proximamente se tem experimentado, estão as ditas casas alagadas, e incapazes de se habitarem, ou de servirem para o ministerio de estarem guardados nelas os sobreditos instrumentos e peças de V. Magestade, do que há-de resultar um prejuízo muito grande ao Real serviço.

Para V. Magestade mandar passar ordem ao arquitecto da mesma Serenissima Casa para se fazerem os consertos necessários com a maior brevidade possível, visto ser o caso urgente do Real serviço.

Deu-se vista ao Desembargador Procurador da Fazenda da Serenissima Casa de Bragança da dita petição e respondeu – que devia (f. 1v) informar o Arquitecto, que a Junta nomeasse.

Mandou a Junta, que informasse o Arquitecto sargento-mor Mateus Vicente. E ele o fez dizendo, que viu, e examino as diversas casas meudamente, e pelo exame que fez na companhia do suplicante e achou as mesmas casas cobertas da varanda de ladrilho de tijolo, com declive para Sul até desaguar em um cano que tem a cimalha real na sua parte superior que por ter pouca grandeza, e estar a nível do tijolo dos pilares da varanda não bota logo a água fora; e porque não tem o escoante preciso se detem no lado do cano, por onde se introduz pelo interior da parede abaixo de sorte que passa a correr pelos sobrearcos das janelas até o plano das casas. O que é de grande prejuízo à propriedade por lhe fazer aprodecer o material com que se acha feita; ao que é preciso dar providência, alargando mais o mesmo cano, e as suas saídas; porem que o melhor era o dito ladrilho estar sentado mais alto que a parte superior da cimalha onde se acha o cano para cair nele, e não se poder deter; e se assim fosse feito, não se introduziria a água pela parede, como de presente sucede. E que achou mais uma parede de uma casa em que se acham vários instrumentos matemáticos vertendo água pela sua face abaixo, até correr pelo sobrado da casa, pela causa de estar aquela parede encostada ao monte que aí tem da parte do Norte, que a parte superior dele, é mais alta que o plano da mesma varanda; que neste mesmo monte encostado à mesma parede achou à entrada da porta que aí entra para a varanda uma parte mais baixa (f. 2) onde se juntam as águas que vêm do pátio do mesmo Paço, e outras mais partes; e porque não têm saída desembaraçada por causa do entulhos das ruínas que aí se acham se ensopa naquela parte, ou terra do monte, e dela se

comunica para a mesma parede aonde se conserva a maior parte do ano na forma referida, o que lhe é de grande prejuízo, e aos instrumentos matemáticos que aí se achão tão singulares, vedar a água da parede é, desentulhar todo o entulho, e terra, que se acha encostada a ela até passar o plano da casa aonde se acham os instrumentos, e este vão ficar servindo como pátio: porém que como este projecto é de maior despesa, se pode usar de outro meio modico mais: desentulhando-se a parte que impede a saída das águas do dito baixo, e lagea-la de lageado sentado com argamassa de cal, para aí se não deter água, e não se detendo ficará a maior parte da água vedada, de sorte que não terá força paar penetrar a grossura da parede; o que poderá fazer de despesa em ambas as adições duzentos mil réis pouco mais, ou menos sendo despendidos com zelo.

Deu-se vista ao Desembargador Procurador da Fazenda, e respondeu o seguinte.

Deve-se fazer presente a Sua Magestade para que o mesmo Senhor descrimine o que for servido, na conformidade do Regimento capitulo sétimo infine prine (f. 2v)

O que tudo visto

Parece à Junta que aobra que aponta o arquitecto na sua informação se faz precisa para reparo, e subsistência das casas que se trata, e para a Junta a mandar fazer necessita de que Vossa Magestade assim o ordene na conformidade do Requerimento da mesma Junta. Lisboa em Junta nove de Dezembro de mil e setecentos e sessenta e três...

Diogo Rangel de Almeida Castel Branco,

António José da Fonseca Lemo"

Doc. 15
1564, dezembro, 6 - "Copia do Jnventario feito em Lisboa da fazenda que se achou pertencer ao senhor Dom Theodozio, Duque de Bragança, cazado com a senhora Duqueza Dona Brites de Lancastre"
Arquivo Histórico da Casa de Bragança, Cota: BDM II, Reservados Ms 17, 1-t-3.

Publ.: Hallett, Jessica; Senos, Nuno (eds.). "Documentos", Volume 2. *De Todas as Partes do Mundo: o Património do 5º Duque de Bragança, D. Teodósio I*. Lisboa: Tinta-da-China, 2018, p. 359-368.

"Tem copia de Letra moderna
/fl.1/
trelado do jnvemtayro que se fez nesta cydade de Lixboa da fazemda que nella estaa e fycou do senhor duque de Bragança
Anno do Nascymento de Nosso senhor Jesuu Christo de mil e qujnhemtos sesemta e quatro annos aos seis dias do mes de dezembro do dito anno nesta cydade de Lixboa o lecemceado Gyll Rodriguez cydadão e juiz dos horfãos em ella e eu escryvão e Gaspar Fernandiz e João Diaz partydores e avalljadores nesta cydade com elle fuj aos paços do senhor duque de Bragança dom João fylho do duque dom Theodosyo defumto segundo mostrou per hũa projisão sua delle duque de adjante jra ho trellado della e em sua casa morador e bem asy estamdo presemte Martym Ferreira escryvão do juízo da chancelarya como procurador da senhora /fl. 1 v/ duquesa dona Brytyz d'Alemcastro segundo mostrou per sua provisão de procuração asynada por ella e asellada e em nome e como procurador do senhor dom Luis d'Alemcastro curador da senhora duquesa sua fylha e tutor de seus netos fylhos do dito duque e duquesa segundo mostrou per seu asynado e provisões d'el rey nosso senhor per que ouve por bem que elle senhor dom Luis seja tutor e curador de seus netos e fylha de que todo jra ho trellado adjante per eles Manoell de Vargas e Martym Ferreira serem Requerydos per mim escryvão pera ho caso que ao diante se segue eu escryvão ly a carta que veo de Villa Vyçosa do doutor Jeronymo Pereyra juiz das partylhas do senhor duque per bem da qual estando hy presemtes per eles procuradores foy pydjdo a elle jujz mamdase compryr a dita carta e há desse a execução como se nella comtynha Antonjo Vieira ho escrvj e elle jujz mandou a elles procuradores que apresemtasem suas procurações e provisões elles jumtarão cujos trellados adjamte vão Antonjo Vieira que ho escrevy /
Avalljação das benfeytoryas
Auto que ho jujz mandou fazer sobre as perguntas que fez a Fernão Barbosa e a Beltasar Monjz e a Dyogo de Sousa e a João Allverez/
"item declarou mais per bem da segunda carta que veo sobre avalljação e declaração das bemfeytoryas que se fezerão nas casas que lhe foy mostrada disse que as tais bemfeytoryas que sabia que eram feytas são as segujmtes/ Na orta se fez hũa parede de lomgo a lomgo da bamda de São Francisco e lhe parece que foy em vyda da duquesa dona Isabell que tem mão na terra da orta ao longo do jogo da bolla e no meo della estaa ho poço / E asy se fez benfeytorya que he a nora com seu tamque e canos e's ofecynas com o poco foy avalljado com as arvores em trezentos trymta e seis mjll e quatrocentos reis (...)
/f.17/
E declarou que no entulho que se fez na parede atras se prantarão arvores que nelle estam as quais forão avaljadas pelos jujzes do ofycyo em trymta e dous mjll reis (...)

E asy declarou que nas casas ao lomgo dellas da banda do norte se fez hũa cozinha nova com hũa chamjne mujto grande que nunqua serujo e tem pera sy que se fez em tempo da duquesa dona Isabell e hy logo junto pegado com as parreyras encostada a torre se fez hũa casynha terrea forrada de bordo homde ho duque tynha lyuros e despachava que lhe parece que também foy feyta em vida da duquesa dona Isabell todo foy avalljado pelos Jujzes do ofycyo de carpemtarya e pedrarya em cemto oytenta quatro mjll e quatrocentos reis (...)

E asy declarou mais que na casa que esta pegada na salla da cruz da bamda de São Francisco fez o duque hum oratoryo ymtado /fl. 17v/ todo e concertou a casa dianteyra delle e a mandou forrar de bordo mujto bem e lhe fez hũa janella Rasa com hũas grades com portais de pedrarya e portas de bordos que também tem pera sy fque foy tudo feyto em vida da duquesa dona Isabell forão avalljadas estas benfeytoryas pelos jujzes dos ofycyos de pymtor e carpemtarya e pedrarya em nouemta mjll reis (...)

E asy declarou que em vida da duquesa dona Isabell se fezerão duas casynhas que estão na bamda do mar sobre a travesa que vai per baxo dos arquos ao lomgo do muro hũa serve de púcaros e vydros e outra de oratoryo e a casa dos vydros tem seus cabydos e prateleyras de bordo e a casa d'oratoryo he toda pymtada e dourada forão avalljadas estas bemfeytoryas pelos jujzes dos ofycyos de pymtores e pedreyros e carpymteyros em cemto e omze mjll reis (...)

E asy declarou mais que as camaras da bicha e dos diamantes e a casynha que vaj comtra ho mar d'antre ellas ambas se ladrylharão de tyjollo Roçado em vida da duques dona Isabell segundo sua lembramça e o mesmo a salla da cruz foy avalljado pelos jujzes do ofycyo da pedrarya em vymte sete mjll e trezemtos reis (...)

E asy declarou que a guarda Roupa do aposento de baxo e a salla grande do dito aposento baxo se ladrylharão de Roçado e tem pera sy que foy feyto despois do duque ser casado com a senhora duquesa dona Brytyz e porem Reportase em tudo aos lyvros e despesa dos tesoureyros que pagarão aos ofycyais das dytas bemfeytoryas foy avvalljado pelos Jujzes do ofycyo da pedrarya em vymte seis mjll e seiscemtos reis (...)

E asy declarou que em vida da duquesa dona Isabell segumdo sua lembramça se poserão quatro pedras de portaes na chamjne que esta na camara dos dyamantes e tem mais a dita chamjne hum Respaldo de ferro com as armas do duque tudo foy avalljado pelos Jujzes do ofycyo em seis mil reis (...)

E asy outro Respaldo de ferro da mesma maneyra que não esta (p.366) posto em chamjne que tambem tem pera sy que he do tempo da duquesa dona Isabell foy avalljado pelos Jujzes do ofcycyo e pelos ofycyais em quatro mil reis por estar danefycado (...)

E asy disse que avia algũas pedras lauradas de pedrarya de portais que estão algũas no terreyro e demtro nos heyrados e na orta hũa mesa de pedra laurada que também tem pera sy que he do tempo da duquesa dona Isabell que forão avalljadas pelos Jujzes do ofycyo em dezoyto mjll reis (...)

/fl. 19/

E asy dise que avia hũa cop^{ra} gramde de bordo que esta na sala baxa a quall se fez despois do duque ser casado com ha duquesa dona Brytyz com outra mais pequena que esta na mesma salla que se Renovou no mesmo tempo que forão avalljadas pelos Jujzes do ofycyo em dezoyto mjll reis (...)

item declarou mais que ho duque que esta em glorya comprou a confrarya de samto spiritu de pedreyra

hũa praça e chão que ora serve de cordoarya /fl. 19v/ que esta ao lomgo da orta e que não he bem lembrado se esta compra foy em vida da duquesa dona Isabell se semdo veuuvo della de que há escrytura de compra a qual se Reporta no preço e tempo e não sabe quem tem a dita escrytura e que lhe parece que deve d'estar no cartoryo de Villa Vycosa /

item declarou que ho duque que deos aja em vida da duquesa dona Isabell mandou tapar tres arquos que estão no topo da salla da banda da cordoarya e fycou em hũa casa terrea/"

p.363

"Item declarou que na casa da lenha estão dous feyxes de lanças que nom se sabe quantas são e com ellas pique das quais se aqueyxou Fernão Barbosa que lhe furtarão seis ou sete as quais lanças tynha o defunto nas ditas casas por armas adjante vão avaljadas/

"item declarou que na salla de cyma gramde estaũao duas arcas de coseletes velhas que elle Jujz podja mandar avalljar as quais armas declararão que erão /fl.12/ velhas (...)"